





MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

---

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras nos anos de 2016 e 2017.

---

*Título:* Memórias da Academia das Ciências de Lisboa  
Classe de Letras  
Tomo XLV

*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa

*Impressão:* Gráfica 99

*Data de impressão:* 2024

*ISSN:* 0378-116X

*Depósito legal:* 61370/92

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

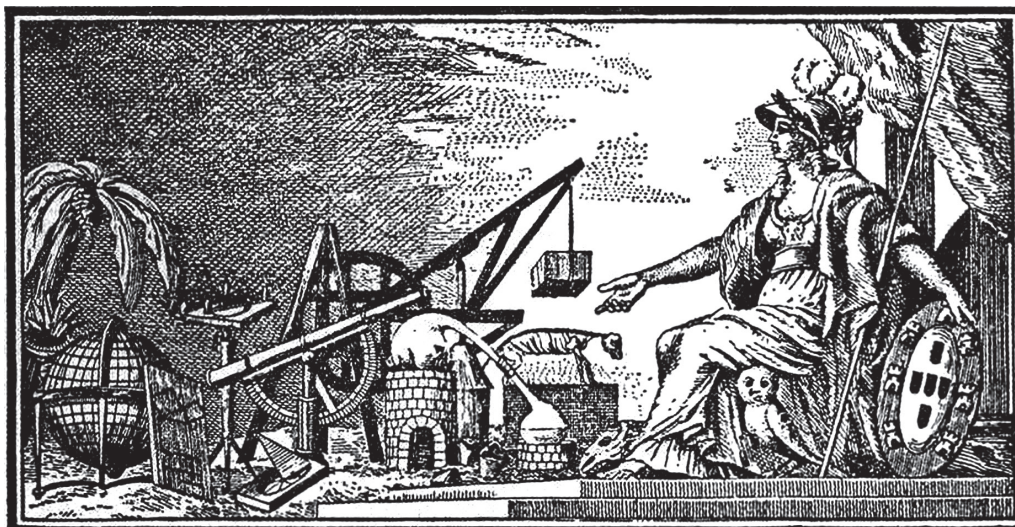
TOMO XLV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2024





## Os anos incendiários: uma narrativa cruzada

MANUEL VILLAVERDE CABRAL

*E a vida era a guerra civil a todas as esquinas...*

ÁLVARO DE CAMPOS<sup>1</sup>

Os “anos incendiários” foram, para o futurista italiano Alberto Viviani, esse período que vai de 1913 até 1915 durante o qual o seu grupo de agitadores culturais se reunia no café Giubbe Rosse em Florença<sup>2</sup>. Por sua vez, para Eduardo Lourenço, o mais “incendiário” da obra de Fernando Pessoa “já está

---

<sup>1</sup> *A passagem das horas*, datado de 1915–1916, in Cleonice Berardinelli, Edição Crítica de FP (Lisboa, 1988), p. 31.

<sup>2</sup> Viviani, A., *Giubbe Rosse. Il caffè fiorentino dei futuristi negli anni incendiari, 1913–1915* ([1933], 3.<sup>a</sup> ed., Firenze, Valecchi, 1983).

todo incluído no período de 1913-1917”.<sup>3</sup> Para melhor captar o ano milagroso de 1915 em que nasceu *Orpheu*, temos pois de abrir o leque da narrativa desse incêndio que percorreu a Europa do tempo, incluindo Portugal, aos anos anteriores e posteriores.

Com efeito, mal adivinhavam Marinetti e os seus companheiros do “Manifesto Futurista”, quando clamavam em 1909 pela “higiene da guerra”, que as grandes potências da época — desde a Grã-Bretanha, a França e a Rússia à Alemanha e à Áustria — responderiam dentro de pouco mais de cinco anos, com “violência arrebatadora e incendiária”, conforme se escrevia premonitivamente no “Manifesto Futurista”, aos seus votos de glorificação bélica. Assim foi esfacelado o mundo pela Primeira Guerra Mundial, a qual se prolongaria durante mais de quatro anos desde Agosto de 1914 até Novembro de 1918. A Itália, graças entre tantos factores às apóstrofes de Marinetti e às de Mussolini, entraria na dança macabra da guerra em 1916 e os portugueses chegariam à Flandres no início de 1917.

A guerra mundial é o pano de fundo de todas as outras guerras: a social, a política, a estética. E em cada país houve as suas guerras e revoluções: umas politizando a arte e, para os modernistas, a arte estetizando a política; ou melhor ainda, como Pessoa enunciou graficamente: “A política é uma forma subalterna da arte”. Ora, na altura em que rebentava a guerra e Portugal era levado *nolens volens* a intervir militarmente em África — em Moçambique primeiro, onde enfrentou ingloriamente o lendário General von Lettow<sup>4</sup>, e logo a seguir em Angola — sem, no entanto, ousar declarar guerra à Alemanha<sup>5</sup>, nessa altura já Fernando Pessoa se havia antecipado ao conflito mundial para romper com o saudosismo decadentista d’A *Águia* e para criar a sua galáxia de heterónimos sensacionistas.

---

<sup>3</sup> Lourenço, E., *Fernando Pessoa revisitado. Leitura estruturante do Drama em Gente*, Porto, Inova, 1973, p. 156).

<sup>4</sup> Cértima, A., *A epopeia maldita: o drama da Guerra de África*, 1925. Em comentário publicado no próprio livro daquele oficial subalterno então no norte de Moçambique, escrevia o General Gomes da Costa: “O que se passa em África foi o mesmo que se passou em França, apenas com a diferença de nesta se não sentiram privações, graças à administração britânica; porque se estivessemos entregues a nós mesmos, a catástrofe teria sido horrorosa”!

<sup>5</sup> Arrifes, M., *A 1.ª Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique, 1914–1918*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004.



E ainda antes de Marinetti haver “adivinhado o futuro”, desde 1907 que Portugal se tornara esse país onde “a vida era a guerra civil a todas as esquinas”. Primeiro, um ditador tomava o poder: João Franco, em 1907, certamente um dos primeiros governantes da Europa ocidental a tentar encontrar uma nova fórmula política para além do “crepúsculo do Estado liberal”<sup>6</sup>; no ano seguinte, os adversários desse ditador assassinavam o rei e o príncipe herdeiro no regicídio de 1908; e por fim, em Outubro de 1910, os carbonários acabavam em dois ou três dias com oito séculos de monarquia. Dirigia-os um tenente da administração naval, António Maria Machado Santos<sup>7</sup>, cuja trajectória “intransigente”, como designou o seu jornal de agitação, o levou a combater sem cessar a facção dita democrática do “tri-partido republicano”, até ser assassinado, provavelmente por apoiantes desses “democráticos”, na ignominiosa “noite sangrenta” de 19 de Outubro de 1921. Machado Santos surgirá mais de uma vez nesta célere e violenta narrativa.

À proclamação da República, que Fernando Pessoa saudou ao seu modo muito especial para anunciar a vinda do “novo Camões”, ele próprio<sup>8</sup>, seguiram-se, pois, as lutas fratricidas que atingem o auge precisamente entre 1915 e 1917–1918. Simultaneamente, durante quase uma década, a precoce república portuguesa foi perseguida pela guerrilha monárquica, de início tímida em 1911–1912 e com a qual Pessoa ironizava. O certo, porém, é que chegou a abalar-se ao poder no final da Grande Guerra. Logo após o assassinato de Sidónio Pais (Dezembro de 1918), cujo carisma fôra saudado por Pessoa e vários dos de *Orpheu*, os monárquicos ainda estabeleceram o seu curto “Reino da Traulitânia” no Porto mas as pretensões da restauração foram finalmente esmagadas em Monsanto (Lisboa, 1919).

Mas não aceleremos. Entretanto, a procela prosseguiria — com ondas cada vez mais encapeladas — desde a Península Ibérica até à Rússia, no outro confim da Europa, onde o futuro criado pelos artistas e escritores se antecipa uma vez mais à própria revolução, segundo o dito atribuído ao pintor Vladimir Tatlin, ao

---

<sup>6</sup> Segundo a teoria elitista de Gaetano Mosca (*Il Tramonto dello stato liberale*, a cura di A. Lombardo, Catania: Bonanno editore, 1971, p. 105-111); ver também Pessoa, F., “Opinião Pública”, *Acção*, n.º 2, 1918, onde recusa o sufrágio popular como solução política.

<sup>7</sup> *A revolução portuguesa, 1907–1910: relatório de Machado Santos*. Lisboa, Papelaria e Typ. Liberty, 1911.

<sup>8</sup> “A Nova Poesia Portuguesa” (*A Águia*, 1912).

saudar Lenine em 1917 por “ter feito em política o que os modernistas e futuristas teriam já feito em arte”! Foi nessa incerteza quase diária que cresceram e chegaram à idade adulta Fernando Pessoa, cabeça pensante da galáxia estética, que desembarcara definitivamente em Lisboa em 1905 com 17 anos, depois de passar a infância e a adolescência na África do Sul; José de Almada Negreiros, outro filho das “malhas que o império tece”, nascido em S. Tomé; e como eles, Mário de Sá-Carneiro, Amadeo de Souza-Cardoso, Guilherme de Santa-Rita, José Pacheco, Raul Leal e todos os demais que os acompanhariam, enquanto viveram, durante as décadas seguintes. É impossível, portanto, não ligar estes anos incendiários de ameaças e mudanças permanentes à vertigem vanguardista que eles sentiram, como os seus pares no resto da Europa, perante o advento e a difusão do modernismo literário e artístico.

São coincidências a mais para admitir que *Orpheu* nasceu em 1915 já adulto e armado como Minerva. Nesse ano, foram publicados os dois números no primeiro semestre e, embora já estivesse impresso o terceiro número, este não chegou a sair, pois faltou o apoio financeiro prometido pelo pai de Sá-Carneiro, a não ser que este recuo perante o financiamento se tenha devido ao “escândalo” provocado pelos primeiros números...

Com efeito, é puro mito dos “brandos costumes” nacionais sugerir que a “pacata e ingénua Lisboa de 1915” havia sido “agredida” por *Orpheu*,<sup>9</sup> quando, poucas semanas depois de a revista sair, Lisboa experimentava o primeiro grande recontro armado entre republicanos no famoso “14 de Maio”. Aí se enfrentaram militares, “revolucionários civis” e a “formiga branca”, a mal-afamada “polícia secreta” do partido de Afonso Costa, desde muito cedo denunciada por combatentes de 1910 como esses Lamas e Franklin em cuja tipografia era impresso o “Intransigente” de Machado Santos. Tudo se ligava na dilacerada Lisboa de então! A batalha campal terá custado mais de 200 mortes e mil feridos a tiro, bem como vários atentados fatais ou quase contra outros tantos políticos conhecidos, com a luta entre “guerristas” e “anti-guerristas” ao rubro<sup>10</sup>. Dias depois, em 3 de Julho, Afonso Costa teria tido tanto receio de um atentado que se atirou de um eléctrico em andamento e ia morrendo da queda, provocando comentários jocosos da parte de Fernando Pessoa!

<sup>9</sup> Lourenço, E., *Pessoa revisitado...*, INOVA, 1973, p. 132.

<sup>10</sup> Pereira, C., *Os crimes da Formiga Branca*, Lamas & Franklin, 1915.

Essa visão de uma Lisboa “pacata e ingénua” é, pois, muito enganadora perante a radicalidade com que Almada Negreiros tinha “interseccio[nado] evidentes aspectos da desorganização e descarácter lisboetas” na novela *A Engomadeira*, escrita em Janeiro do mesmo ano, assim como perante a violência incontida dessa “Cena do Ódio”, onde Almada inscreveu: “A Álvaro de Campos com a dedicação intensa de todos os meus avatares, foi escrita durante os três dias e as três noites que durou a revolução de 14 de Maio de 1915”. E também não é lícito esquecer que Pessoa nunca economizou diatribes poéticas contra militantes de qualquer tendência humanitária: “Coitado do Álvaro de Campos/.../Deu hoje, num gesto largo, liberal e moscovita,/tudo quanto tinha na algibeira em que tinha pouco/.../Merda! Sou lúcido”.

Do que se tratava então no “14 de Maio”, que ficou como o mais mortífero recontro de vinte anos de enfrentamentos políticos e sociais desde 1907 a 1927? Tratava-se de derrubar o general Pimenta de Castro, designado momentâneo ditador poucos meses antes pelo Presidente da República, o republicano de sempre Manuel de Arriaga, na sequência do “movimento das espadas” promovido em Janeiro (21) por um vasto grupo de oficiais, com o apoio imediato de Machado Santos, contra a depuração política do Exército e as pressões belicistas do governo afonsista<sup>11</sup>. E assim foi: Pimenta de Castro e o “fundador da República”, como era conhecido Machado Santos, foram presos e Arriaga demitiu-se rapidamente, sendo substituído pelo fiel Teófilo Braga. Isto, para a crónica!

Ora, apesar de Fernando Pessoa ter começado por se opor a Pimenta de Castro<sup>12</sup>, a verdade é que a publicação de *Orpheu*, se não beneficiou dela, enquadra-se dia por dia na guinada política conservadora da “afrontosa ditadura”, a qual amnistiou presos políticos e proibiu o empastelamento de jornais oposicionistas, protegendo desse modo os monárquicos, mas também os chamados “presos sociais” ligados ao sindicalismo revolucionário, já então militantemente opostos ao regime monopolizado pela facção de Afonso Costa...

---

<sup>11</sup> Pimenta de Castro, J., *A afrontosa ditadura*, Weimar, 1916; Navarro, B., *Governo de Pimenta de Castro... Assembleia da República*, 2011.

<sup>12</sup> Pessoa, F., “O preconceito da ordem”, *Eh Real* (13-5-1915), edição facsimilada com apresentação de M. V. Cabral (pp.V-XV), Lisboa, Contexto, 1983.

O que se passou com *Orpheu* neste contexto belicoso sucedeu, igualmente, com a revista lançada pelo ultra-conservador Homem Cristo Filho, que publica então uma *Ideia Nacional* inspirada pelos nacionalistas italianos Corradini e Federzoni, futuros dirigentes fascistas, e na qual Almada Negreiros colaborou assiduamente de início, chegando a revista a contar com declarações de apoio do próprio Pessoa, assim como de Salazar e Cerejeira aliás... Todos os actores se iam perfilando mas ainda de forma vacilante, como se vê! A primeira série da *Ideia Nacional* contou 18 números mas soçobrou com o 14 de Maio, só reaparecendo em 1916<sup>13</sup>. Homem Cristo Filho aproxima-se cada vez mais dos Integralistas Lusitanos e demarca-se com deliberada brusquidão do futurismo proclamado por Santa-Rita.

Entretanto, os Integralistas aproveitam também o recuo momentâneo dos “afonsistas” para lançar as primeiras conferências públicas do seu movimento inspirado por Charles Maurras na Liga Naval. Tais conferências tinham por centro das suas preocupações a guerra e as eventuais veleidades espanholas sobre os territórios portugueses, mas serão também interrompidas pelo golpe de 15 de Maio<sup>14</sup>. Deste último, ficará a exacerbada representação da sociedade urbana da época dada por Almada na *Cena do Ódio*: „Tu arreganhas os dentes quando te falam d’Orpheu/.../E inda eu hoje vivo no século XX/a ver desfilar burgueses trezentas e sessenta e cinco vezes ao ano/.../Larga a cidade!/.../Larga a cidade e foge!/.../Mas larga tudo primeiro, ouviste?/Larga tudo!”<sup>15</sup>

Assim, naquele curto interregno do poder afonsista durante os escassos meses da “afrontosa ditadura”, *Orpheu* surge ao mesmo tempo que alguns dos principais ramos pensantes — a *Ideia Nacional* e o Integralismo Lusitano — da crescente movimentação política que viria a constituir essa constelação autoritária que por fim derrubou a república parlamentar em 28 de Maio de 1926. Na guerrilha lisboeta da época, toda a gente se conhecia e a prova é que alguns “dos d’Orpheu” chegaram mesmo a colaborar e depois a brigar, como vimos, com Homem Cristo Filho, como o responsável gráfico José Pacheco. Já com o

<sup>13</sup> Barreira, C., *Nacionalismo e modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981; Cabral, A *estética do nacionalismo*, 1889.

<sup>14</sup> *Questão Ibérica*, 1916 ...; Navarro, B. J., p. 172.

<sup>15</sup> Era para sair no 3.º número de *Orpheu*, mas acabou por apenas ser publicada muito depois na *Contemporânea*.

reacionarismo estético e cultural do Integralismo, a distância era completa, mas foi recorrente o diálogo mental que Pessoa manteve com o movimento até ao fim da vida, como quando escrevia: “A tese do Prof. Salazar é um apanhado, aliás muito lúcido e lógico de princípios políticos já conhecidos — os da chamada “contra-revolução”, ou seja os que distinguem e definem as doutrinas dos chamados integralistas”<sup>16</sup>.

Mais tarde, quando se debruçou numa nota sobre “O sentido do Sidonismo”, Pessoa pôs pela ordem certa “as três tentativas para fazer governar as classes médias — João Franco, Pimenta de Castro e Sidónio Pais”, as quais “acabaram, duas por um crime [Franco caiu quando foi cometido o regicídio; a segunda vítima de um crime foi Sidónio], e outra pela mais antinacional das revoluções portuguesas”<sup>17</sup>, ou seja, esse 14 de Maio de 1915, que assim fica retrospectivamente ligado de algum modo a *Orpheu* e prospectivamente ao Estado Novo. Suspenso o projecto da revista pelas razões que narrámos, ele irá contudo ressurgir, depurado e revigorado, liberto do lastro simbolista e decadentista, com o *Portugal Futurista*, cuja concepção coube a Santa-Rita, abrindo-se estão um espaço inédito mas sem continuação às artes plásticas.

Seria, pois, um enorme equívoco separar a revolução estética da agitação social e política. Pelo contrário, essa relação não cessaria de se intensificar e, à medida que cresciam os conflitos entre as classes sociais, as ideologias políticas e os grupos partidários, mais radicais se tornavam as propostas estéticas, como virá a suceder em 1917, o ano de todos os milagres: primeiro Fátima em Maio; depois, Novembro, o ressurgimento do grupo mais avançado do que nunca com o *Portugal Futurista*, cuja anunciada tiragem de uns duvidosos 10 000 exemplares desapareceu virtualmente à ordem da alegada “censura de guerra” dias antes de surgir, em Dezembro, Sidónio Pais!

Entretanto, Sá-Carneiro havia-se suicidado em 1916 por “não ter resistido à violência do seu caso pessoal”, como dizia Almada. Para Pessoa, “o Sá-Carneiro não teve biografia: teve só génio. O que disse foi o que viveu”<sup>18</sup>. Logo a seguir, seriam Santa-Rita e Souza-Cardoso a morrer, o primeiro de tuberculose e o

<sup>16</sup> Pessoa, F., in Joel Serrão (introd. e org.), *Da República (1910–1935)*, Lisboa: Ática, 1979, p. 376.

<sup>17</sup> Pessoa, F., “O sentido do Sidonismo”, in Serrão, *op.cit.*, p. 251.

<sup>18</sup> Pessoa, F., *Cartas a João Gaspar Simões*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1957, p. 47.

segundo da epidemia que matou então o dobro das pessoas de um ano normal, o que ajuda a entender o carisma conquistado por Sidónio ao visitar os hospitais e ao debruçar-se sobre os moribundos em 1918...<sup>19</sup> Seja como for, o trio dos pintores modernistas ficava assim reduzido a Almada Negreiros mais algumas figuras menores que entretanto se perderão pelos caminhos do SPN e do SNI durante o Estado Novo.

Noutro registo paralelo mas incomensurável, Machado Santos extraía da experiência do 14 de Maio a base para a sua dupla teorização: por um lado, constata o falhanço do parlamentarismo republicano na sequência do constitucionalismo monárquico, no que concordava aliás com Pessoa; por outro lado, rendia-se como este último à necessidade de um regime com “legitimidade e continuidade nacional”, como Pessoa aponta nessa subtil análise política, infelizmente inacabada, que é “Na farmácia do Evaristo”<sup>20</sup>. Machado Santos surge assim, paradoxalmente, como o membro mais radical da ala mais conservadora do republicanismo, vindo a inspirar directamente o presidencialismo carismático de Sidónio Pais,<sup>21</sup> um pouco à maneira do Basílio Teles da revolução contra a monarquia e contra o Ultimato de 1890, cujo eco ressoa aliás nos novos “últimos” de Pessoa e Almada. Por fim, Machado Santos estendia o braço forte ao movimento operário ascendente, enquanto os anarco-sindicalistas não romperam com ele e com Sidónio.

No seu opúsculo de 1916, colocado sob o desígnio da “ordem pública” perante a guerrilha política e social permanente, à qual se viria a acrescentar o envolvimento de Portugal na frente da Flandres, Machado Santos apela à reconciliação entre republicanos, monárquicos, católicos e sindicalistas sob a égide de uma constelação política nacional-autoritária, que muito em breve mostraria a sua face antecipadamente fascizante, com a tomada do poder de Sidónio Pais e do plebiscito que o elegeu presidente da República com participação maciça, mas sem oponentes: o “presidente-rei” de Pessoa.

Portugal está por fim em guerra na Europa, como sempre haviam desejado os

<sup>19</sup> Sobral, J. M. et al., *A Epidemia Esquecida...*, Lisboa, ICS.

<sup>20</sup> Pessoa, F., “Na farmácia do Evaristo”, in J. Serrão, *op. cit.*, pp. 271-294, nomeadamente pp. 293-294.

<sup>21</sup> Machado Santos, *A ordem pública e o 14 de Maio*. Lisboa, Papelaria e Tip. Liberty/Lamas & Franklin, 1916. Ver em especial o “Projecto de Estatuto Nacional” (pp. 104-116), nomeadamente o Título III – Secção 1.ª, que consagraria um regime presidencialista inspirado dos Estados Unidos e a eleição directa do Presidente por sufrágio universal (masculino, supõe-se).

“democráticos”, a fim de garantir a integridade dos territórios africanos cobiçados pela Alemanha e, simultaneamente, para forçar uma “união sagrada” que permitisse aos “democráticos” manter a hegemonia partidária no país. Se o primeiro objectivo — por assim dizer, diplomático, dependente portanto da Inglaterra — foi atingido de facto, embora à custa de perdas desastrosas e de uma dívida de guerra que acabaria por levar à tomada do poder por Salazar, já o objectivo político da “união sagrada” foi de breve duração e cairia, primeiro, diante de Sidónio, até por causa do recrutamento e das baixas na Flandres que dividiram ainda mais a sociedade portuguesa, e depois perante a coligação autoritária, temporariamente falhada em 1925 (18 de Abril) e finalmente bem-sucedida em 1926 (28 de Maio), por causa, entre os mil e um factores de que temos falado, daquilo a que Salazar aludira premonitoriamente: “Nós teremos a guerra quando a paz começar”.

Na sequência do apresamento dos 70 navios alemães e 2 austríacos surtos no Tejo desde Agosto de 1914, feito a pedido da Inglaterra em Fevereiro de 1916 por falta de tonelagem para resistir à guerra submarina alemã, foi a Alemanha que abriu oficialmente as hostilidades, às quais Portugal respondeu morosamente com a preparação do famoso Corpo Expedicionário Português que partiria por fim no início de 1917 e viria a mobilizar, além dos 30 000 homens já recrutados na metrópole e nas colónias para as frentes africanas, mais 50 000 para as mortíferas trincheiras da Flandres, dos quais a maioria morreria, seria aprisionada, ficaria ferida ou “desapareceria” com a hecatombe do 9 de Abril na “batalha de La Lys”. Mas não foram poucos os que se negariam a combater em motins sucessivamente registados pela imprensa apesar da censura.

Curiosamente, dos vanguardistas portugueses, muitos dos quais frequentaram Paris antes e depois da guerra, nenhum foi mobilizado. Ao invés, o refúgio em Portugal de um casal como Sonia e Robert Delaunay junto de Amadeo e dos seus companheiros conferiu ao mundo artístico português um pequeno cheiro de cosmopolitismo, algo equivalente às estadias de Homem Cristo Filho em Paris e em Itália, onde fez campanha por Mussolini já depois de finda a guerra. A verdadeira literatura de guerra ficou assim a cargo dos militares, como o comandante do CEP, Gomes da Costa, futuro líder do movimento de 28 de Maio de 1926 já citado; e sobretudo esse verdadeiro precursor do fascismo à portuguesa,



o coronel Ferreira do Amaral<sup>22</sup>, futuro chefe da polícia e objecto de um célebre atentado falhado por parte da “Legião Vermelha”. Nessa mesma sequência que liga, como em Itália, uma guerra mortífera e uma vitória sem exaltação à ascensão do movimento autoritário, quem desenhou o perfil de Salazar como ditador, antes mesmo de este ressurgir em Abril de 1928, foi um ideólogo fascizante de talento como António de Cértima, ele próprio autor modernista, já citado a propósito da guerra em Moçambique!<sup>23</sup>

Com a guerra europeia, convergem — por vezes subterraneamente, sem articulação explícita nem qualquer teorização explícita — os vários movimentos que temos vindo a evocar, desde o político ao militar, passando pelo artístico, aos quais a simples consulta da cronologia obriga a acrescentar o movimento social, de que o operariado lisboeta e os rurais alentejanos, assim como o sindicalismo revolucionário enquanto discurso, serão as expressões mais organizadas e porventura mais genuínas<sup>24</sup>. Na ordem do social, o que marca crescentemente o período da guerra e pós-guerra é, na linguagem da época, a “carestia da vida” ou, como preferia a classe política, a “crise das subsistências”, também apresentada como o “problema dos abastecimentos”, nomes com que foram baptizados na época por sucessivos órgãos governamentais, desde ministérios a comissariados.

Não que o movimento proletário não tivesse alguma autonomia, como demonstrou ter antes mesmo da implantação da República, mas é exacto que a movimentação social vai ser ditada pela falta de bens alimentares, sobretudo o pão, que chegava a representar 25% ou mais das despesas dos trabalhadores das cidades. Algo equivalente acontecia igualmente com os alugueres de casa, referidos como a “questão do inquilinato”, cuja expressão pública eram os despejos dos proletários sem dinheiro para pagar as rendas e a comoção que isso provocava nas ruas, essas mesmas que Pessoa evoca futuristicamente no final d’*A Passagem das Horas*...

Com a guerra e a falta de transportes, sobretudo na capital, onde era preciso importar do estrangeiro uma grande parte dos géneros alimentares, a

---

<sup>22</sup> Ferreira do Amaral, *A verdade da Flandres... e o medo*, 1922.

<sup>23</sup> Cértima, A., *O ditador*, 1926.

<sup>24</sup> Cabral, M. V., *Portugal na alvorada do século XX...*, Lisboa, Regra do Jogo, 1979.



especulação e o açambarcamento transformavam os comerciantes e dos merceeiros, com razão ou sem ela, nos bodes expiatórios dos levantamentos contra os “lucros de guerra” e dos assaltos que faziam frequentemente correr o vinho e o azeite, alegadamente escondidos nos fundos das lojas, pelas calçadas abaixo! Esses motins provocavam por sua vez a intervenção policial e causaram dezenas de mortes de cada vez, nalgumas ocasiões durante semanas épicas como a da “revolta da batata” em Maio de 1917<sup>25</sup>, praticamente ao mesmo tempo que se dizia que Nossa Senhora aparecera aos pastorinhos na Cova da Iria...

O mais célebre comissário na luta contra o açambarcamento — hesita-se em empregar o conceito de “populismo” a este propósito, mas é de algo muito semelhante que se trata politicamente — foi o jovem Júlio Botelho Moniz, então membro dessa facção de tenentes do exército que apoiaram entusiasticamente a ditadura de Sidónio. Até lhe serem retiradas as funções, Botelho Moniz era ovacionado quando abria as mercearias ao “povo” e levava os lojistas para o calabouço sob a acusação de açambarcadores, que muitos eram mesmo... Este confronto permanente em volta do preço do pão era, frequentemente, acompanhado de greves industriais ou oficiais mais ou menos generalizadas e em torno das quais as mulheres e os proletários da rua, sem representação corporativa, se juntavam para defender os seus interesses imediatos.

Foi o que aconteceu logo no início da “ditadura” de Pimenta de Castro, que cedeu aos protestos contra o aumento do preço do pão, criando essa pressão que acabou por levar à fixação oficial do chamado “pão político”. Na verdade, compreende-se melhor a importância crucial da economia política do pão<sup>26</sup> e mede-se a força da movimentação social urbana da época pelo facto de o regime do “pão político” só ter sido abolido de vez por um decreto de 16 de Agosto de 1923, data em que, segundo a crónica, os manifestantes protestavam aos gritos de “Viva Sidónio!” misturados com o cântico de “A Internacional”, seguindo-se uma série de greves de protesto que só acabaria no fim do mês...

À espreita, no seu refúgio da Universidade de Coimbra, onde os republicanos já lhe tinham movido um processo assim como a outros docentes universitários, estava Salazar. Com efeito, por esta altura, ele tinha publicado nada mais, nada

---

<sup>25</sup> Valente, V. P., “A revolução da batata...”, *Análise Social*...

<sup>26</sup> Cabral, M. V., “The ideology of the land...” (A publicar).

menos do que os dois estudos mais importantes sobre a questão do pão e dos abastecimentos em geral. Aí ligava ele, sem imaginar talvez que estava a preparar-se para as suas futuras tarefas políticas, as múltiplas manifestações do fenómeno das subsistências, desde a produção de trigo ao consumo de pão, com os problemas financeiros do país e a ameaça das requisições de géneros alimentares à coesão social entre o campo e a cidade, assim como o formato político a dar a Portugal em função da explosão da inflação e da dívida de guerra<sup>27</sup>.

Vamos a caminho do final de 1917. Nesse ano, sobrepuseram-se às lutas civis intestinas da pretensa política constitucional portuguesa as pressões cada vez mais fortes da sangrenta e interminável guerra das trincheiras europeias, assim como das deserções e levantamentos dos soldados totalmente impreparados para aquilo; a inflação e a dívida de guerra galopavam à frente das débeis finanças nacionais; repetiam-se e agravavam-se as greves e motins contra a carestia; e por fim, o solo da sociedade era rasgado pelo ressurgimento popular de um novo catolicismo incarnado pelo “milagre de Fátima”, que opunha o campo à cidade e a crença divina à revolução social.

O sidonismo, recebido com um misto de esperança e entusiasmo, iria desfazer-se no espaço de um ano com o assassinato do líder carismático menos de um mês após o armistício, perante aquela avalanche de crises que se agravavam umas às outras. O novo regime improvisado procurou, pois, gerir os vários polos da sociedade: os grandes interesses políticos e económicos; as pressões militares; as exigências dos movimentos e grupos organizados; e por fim essa fé de Fátima que começava, ela também, a organizar os seus crentes através da articulação política cada vez mais aberta da extrema-direita conservadora, não só dos Integralistas e nacionalistas encobertos pelo regime de Sidónio, assim como o moderado mas pertinaz Centro Católico, recomposto sob a liderança de Lino Netto, que procurará — com ajuda de Salazar entre outros — ultrapassar os pruridos monárquicos e abrir espaço político na república ao nacionalismo católico conservador, como viria a suceder.

---

<sup>27</sup> Salazar, A. O., *A questão cerealífera: o trigo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916; Salazar, A. O., “A crise das subsistências”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 1917–1918, pp. 272–345. Ver também M. C. Cabral (org.), *Materiais para a história da da questão agrária em Portugal*, sécs. XIX–XX, Porto, Inova, 1974.

Entretanto, começam a espalhar-se as notícias da revolução russa, primeiro a de Fevereiro e depois, mais grave, a de Outubro. Em 1919, sobre as cinzas quentes do populismo autoritário, ao mesmo tempo que o movimento operário tradicional caminhava em direcção à constituição da Confederação Geral do Trabalho e ao lançamento da *Batalha* em 1919, os simpatizantes da revolução russa lançariam também o seu veículo, a *Bandeira Vermelha* e, em 1921, surgiria um embrião de partido comunista. Sidónio perde entretanto o controle da repressão política com episódios de ódio extremo como a chamada “leva da morte” (16 de Outubro de 1918), em que são assassinadas figuras gradas do afonsismo levadas sob escola policial, e as violências praticadas pela polícia no Norte, que obrigaram Sidónio a intervir sem grande resultado. Estamos diante do início dessa “guerra civil europeia” de que fala Ernst Nolte<sup>28</sup>, que não é feita exclusivamente do grande conflito entre o nazismo e o bolchevismo, contabilizando a crónica da época 27 golpes de estado vitoriosos na Europa só entre Fevereiro de 1917 e Outubro de 1920...

Ora, quando Sidónio encabeça por fim as vagas cruzadas de revolta e de esperança que varriam o país no final de 1917, é conhecida a forma quasi-mística como Fernando Pessoa reconhece o improvável carisma do professor de matemática, antigo ministro das finanças e até há pouco embaixador em Berlim. Basta recordar o poema que dedicou *À memória do Presidente-Rei* (1920), assim como o episódio de 1919 em que Pessoa surge a distribuir o número da *Acção* com um retrato de Sidónio a todo tamanho da capa e onde ele próprio havia inscrito a famosa citação do *Hamlet* de Shakespeare: “He was a man, take him for all in all; / I shall not look upon his like again”!<sup>29</sup>

Ora, em termos estéticos, é crucial notar que o surgimento de Álvaro de Campos no lugar onde Alberto Caeiro havia desaparecido em 1914 conduziu, segundo Eduardo Lourenço, ao facto de, “em 1915 e 1916, o que chocou foi a histerização do grito”<sup>30</sup>. Esta exasperação máxima atingirá o rubro a meio da *Ode Marítima*, inserta no *Portugal Futurista* em Novembro de 1917, começando o “volante” depois girar nove vezes a perder força de vez: “O volante dentro de mim pára/ .../E o

<sup>28</sup> Nolte, E., *La guerra civil europea, 1917–1945* [1987], trad. Espanhola, Fondo de Cultura, México, 1994.

<sup>29</sup> Cabral, M. V., *The aesthetics of nationalism...*

<sup>30</sup> Lourenço, E., *op. cit.*, p. 177.

giro lento do guindaste que, como um compasso que gira, traça um semi-círculo de não sei que emoção/.../no silêncio comovido da minha alma”!

Em compensação, pouco tempo depois, quando Pessoa recorda, em 1920, o lugar deixado vazio por Sidónio, essa histerização cede o passo perante uma nova retórica que já existia mas, daí para frente, será cada vez mais passadista e menos futurista, com o imaginário dominado por uma simbólica obscura, sebastianística, na mira de um “interregno” em direcção ao “Quinto Império”... Muito mais tarde, em 1931, o próprio Pessoa pretenderá reconstruir as suas paixões políticas, declarando: “Pasma hoje, com vergonha inútil (e por isso injusta) de quanto admirei a democracia e nela cri, de quanto julguei que valia a pena fazer um esforço para bem da entidade inexistente chamada “povo” ”.<sup>31</sup>

No plano auto-poiético do movimento artístico<sup>32</sup>, é como se o “volante” da *Ode Marítima* invertesse de vez a velocidade que ainda impulsionava *A Passagem das Horas*<sup>33</sup> para ser substituído pelas metáforas encontradas num nevoento passado mítico... Fosse como fosse, em democracia ou em ditadura, à esquerda como à direita, desde meados dos anos vinte que o vanguardismo estético cederá — com todas as excepções e resistências que se quiser, mas cederá — àquilo que foi genericamente chamado “o regresso à ordem”<sup>34</sup>, desde a Península Ibérica aos confins da Rússia soviética.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 15 DE ABRIL DE 2015)

<sup>31</sup> Pessoa, F., carta a Gaspar Simões, *op. cit.*, p. 93.

<sup>32</sup> Luhmann, N., *Art as a social system*, Stanford University Press, 2000, p. 236, por exemplo.

<sup>33</sup> Versão de Junho de 1916, in M.<sup>a</sup> Aliete Galhoz (org.), F. P., *Obra Poética*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1960, pp. 300-313.

<sup>34</sup> A inspiração para essa expressão dever-se-á ao manifesto de Jean Cocteau, *Le rappel à l'ordre*, 1926.

\* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

# O Projecto Europeu em Declínio

PAULO DE PITTA E CUNHA<sup>†</sup>

1. O entendimento firmado em Julho de 2015 entre o Chefe do Governo grego e os seus parceiros europeus ficou marcado pela patente desconfiança dos últimos e pelo bizarro reconhecimento, pelo primeiro, de que não acreditava na solução, mas assinava para evitar males maiores.

O problema da Grécia arrasta-se há tanto tempo, sem solução final à vista, que, só por si, tem prejudicado seriamente a imagem da zona euro e da União Europeia.

A ideia de que pode estar a processar-se uma desagregação (ou desintegração) da construção europeia está a tomar inquietantes proporções.

Para além do distanciamento dos países que mantêm moeda própria em relação aos seus parceiros da União, é no próprio âmbito da zona euro que a recente negociação com a Grécia evidenciou grandes diferenças entre países favoráveis à disciplina férrea (Alemanha, Finlândia, etc.) e países mais voltados para uma linha de flexibilidade (França, Itália).

2. A Alemanha, ou pelo menos, o Ministro das Finanças do seu Governo, pareceu até favorecer a saída da Grécia, com a estranha cosmética da qualificação como “temporária”, enquanto a França, que terá despertado do torpor em que vivia na esfera da política europeia, se pronunciou fortemente a favor da salvação do país em crise dentro da zona.

Por outro lado, torna-se compreensível a reacção dos países que seguiram programas rigorosos de austeridade (Portugal, Espanha), em face da outorga à Grécia de facilidades de que a seu tempo não beneficiaram e de Estados-membros da zona euro, que se afirmam mais pobres do que a Grécia (Eslováquia, Eslovénia, etc.) e se rebelam contra o que consideram um apoio excessivo a esse país.

3. Fica-se com a desconfortável impressão de que a União Europeia anda à deriva: os países do Eurogrupo, tendo assumido, por más razões, toda a visibilidade, vêem alargada a distância que os separa dos seus parceiros da União e quase se limitam a apagar fogos específicos para tentar evitar a propagação do incêndio.

Se foi um erro, como agora se reconhece, ter-se permitido a entrada da Grécia para o euro, a verdade é que as soluções avançadas para o problema desse país, que inaugurou (e aprofundou) a crise das dívidas soberanas, se têm mostrado desajustadas, ineficientes e tardias.

Faltou o impulso generoso e solidário a que nos momentos decisivos se assistiu no passado, prevalecendo, ao invés, a frieza e a miopia com que os problemas são abordados na mesa das negociações, entrando-se em escusada pormenorização e perdendo-se de vista o essencial.

4. Não deixa de ser curioso que programas de assistência correspondentes a um mesmo modelo, de inspiração germânica, e convergente, aliás, com a clássica receita do FMI, têm produzido resultados tão diferentes nos vários países assistidos.

A Irlanda superou com aparente facilidade os seus problemas; Portugal registou progressos no plano do combate aos défices das contas públicas, mas continua envolvido na questão, por resolver, de como pagar a pesada dívida acumulada; a experiência da Grécia traduz-se num flagrante malogro, possivelmente ainda acentuado pelos paradoxos da actual situação política: um partido tendencialmente anti-europeu e sobretudo anti-austeridade, chamado a executar um programa que envolve duras restrições, na esteira do que tem constituído a “sabedoria convencional” da política europeia.

Portugal não pode deixar de ser particularmente sensível a esta problemática, pois se encontra na primeira linha para um possível contágio com a crise grega, bastando um eventual “hair cut” da dívida helénica para que a posição portuguesa suba à ribalta, não escapando à atenção dos mercados e das agências de “rating”.

É ao nível excepcionalmente baixo dos juros das dívidas soberanas nos mercados financeiros, e bem assim ao programa do Banco Central Europeu de compra de obrigações dos Estados do Eurogrupo, que se deve a aparente acalmia em torno do problema da sustentabilidade daquelas dívidas.

Mas tais condições favoráveis não duram sempre. Pode chegar o momento em que se torne indispensável equacionar frontalmente a hipótese de reestruturação, sem a qual o défice orçamental não poderá conter-se dentro dos limites fixados para o endividamento nas normas da União ou, alternativamente, se suscitarão sérios entraves à recuperação do emprego e ao desenvolvimento da economia.

5. Nascido no início da década de 50 do século passado com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e continuado, em 1957, com a Comunidade Económica Europeia, o projecto europeu visava, não só evitar o retorno aos devastadores conflitos que culminaram com a Segunda Guerra Mundial, como conduzir as democracias europeias a uma crescente integração, nos planos político, económico e social, assim conformando uma sociedade plurinacional em clima de progresso, de paz e de respeito dos direitos humanos, conferindo à Europa uma voz influente no contexto mundial.

Tais eram os ideais por que se batiam políticos clarividentes, como Schuman, Adenauer, De Gasperi, sem esquecer a profética mensagem dos discursos de Churchill no imediato pós-guerra.

Mas a Europa que através da CECA e da CEE se manifestava como um bloco coeso reunia apenas seis países — a França, a Alemanha, a Itália e os Estados do Benelux —, com marcadas afinidades no plano económico, e culturalmente próximos uns dos outros na fase do pós-guerra.

6. Ora, os alargamentos que sucessivamente se operaram vieram diluir a homogeneidade da construção inicial. Na primeira parte da década de 70, a adesão do Reino Unido, completada pela da Dinamarca e da Irlanda, foi um passo no sentido de uma marcada diferenciação.

Tendo sido superadas, no passado, situações críticas suscitadas pela presença britânica, e aceites pelos seus parceiros certas exigências formuladas pelo Reino Unido, é surpreendente que ainda hoje, quase meio século volvido desde a adesão desse país, esteja a pôr-se o problema da continuação, ou não, da qualidade de membro da entretanto redominada União Europeia.

Por estranho que pareça, as diversas soluções específicas do Reino Unido (não participação na união monetária europeia, não aplicação do regime de Schengen, etc.) não terão bastado para assegurar uma presença estável na União.

O segundo alargamento respeitou à entrada da Grécia — país com os pergaminhos históricos que se lhe reconhecem, mas que, sobretudo após a crise assinalada pela queda do Lehman Brothers, tornou patentes as carências que o separavam das estruturas mais desenvolvidas dos seus parceiros na União, ressaltando a generalização do clientelismo e da corrupção e a desorganização do aparelho do Estado, inclusivamente a nível da capacidade de cobrança de receitas.

O terceiro alargamento envolveu Portugal e Espanha, que vieram a ter, não obstante algumas dificuldades, percursos menos desequilibrados do que o da Grécia no contexto europeu.

Tratava-se de países distantes das visões federais, que viam na adesão sobretudo um meio de consolidarem os recém-instituídos regimes democráticos e de incrementarem o desenvolvimento económico, recuperando o atraso em relação às democracias industriais do Ocidente.

7. Bastavam os três alargamentos que ficam referidos para se evidenciar a marcada perda de homogeneidade da construção europeia.

Sem embargo da adopção de fórmulas supranacionais em certos domínios, a ideia do federalismo europeu, que eventualmente poderia ter tomado raízes a nível dos Seis, perdeu a sua plausibilidade.

Depois, deu-se a acessão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, todas ombreando, no plano económico, com os países mais evoluídos da CEE (quarto alargamento), não tendo este passo implicado disparidades sensíveis — excepção feita a compromissos de neutralidade política.

Mas a crescente heterogeneidade ainda mais se acentuou com os quinto, sexto e sétimo alargamentos, com o ingresso dos países da Europa de Leste que se haviam libertado a partir da queda do muro de Berlim (1989), e que se tinham convertido ao modelo económico e político ocidental.

O traçado das políticas da integração tende a diluir-se em face das idiossincrasias de quase três dezenas de países participantes.

8. A União Europeia, para mais assoberbada agora com o efeito paralisante da crise da dívida soberana de um dos membros do Eurogrupo, perde a sua força anímica e apaga-se no tablado das negociações internacionais.



Com efeito, entorpecida no seu processo de integração, paralisada por questões internas não resolvidas, ameaçada de implosão pelo esgotamento da missão assumida em comum, minada por crises que não consegue superar, a Europa torna-se cada vez mais irrelevante na arena política mundial.

A zona euro pode momentaneamente tirar proveito de novas realidades, como o declínio do preço do petróleo e a apreciação do dólar, registando-se também alguns avanços nas áreas da união bancária e da supervisão orçamental. E a adopção da política de “quantitative easing” pelo BCE representou uma infiltração keynesiana no terreno monetarista consagrado em Maastricht.

Mas pesadas sombras pairam sobre a construção europeia: a expectativa ansiosa que rodeia o anunciado referendo britânico, a instabilidade decorrente da opção russa pelo nacionalismo “imperial”, a emergência do autoproclamado “Estado islâmico” e as novas ameaças terroristas, os desentendimentos em face do afluxo maciço de refugiados, a quase estagnação económica e o risco de deflação, a perpetuação do problema das dívidas soberanas, acentuando as clivagens no seio da zona euro e entre esta e os restantes membros da União.

9. É nos países que no passado foram grandes potências, e que ainda são potências médias à escala mundial (Alemanha, França, Reino Unido), que se concentra algo do perdido protagonismo da Europa. Veja-se o caso das negociações entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, mais a Alemanha, sobre o programa nuclear do Irão.

Em projecções que antecipam os cenários geopolíticos para as décadas futuras (por exemplo, para 2030 ou 2040) e em que invariavelmente se evidenciam como protagonistas os Estados Unidos e a China, e porventura também a Índia, deixa de figurar a União Europeia, em sensível perda de consistência como actor político, surgindo em segunda linha potências como o Japão, a Rússia e, valendo por si, a Alemanha.

Estamos, portanto, bem longe das concepções de supranacionalidade e de federalismo que inspiraram directamente a CECA, se mantiveram, mas de modo já mais atenuado, na CEE (onde, ainda assim, se traduziram na fórmula da “ever closer union”), e ressurgiram, com diferente roupagem, no episódio da Constituição Europeia, em que as ambições dos autores do projecto foram cortadas cerce pelos referendos negativos da França e da Holanda (com a agravante de se tratar de dois dos Estados fundadores da Europa comunitária).

10. Parece ter passado para o plano das utopias a visão da Europa federal — da qual, aliás, sempre discordaram os partidários de uma integração intensa, mas compaginável com o estatuto dos países membros como Estados soberanos na ordem internacional. Hoje, o egoísmo dos interesses nacionais toma ascendência sobre a cooperação intra-europeia.

Está a dissipar-se o protagonismo que tiveram, no passado, as iniciativas das instituições europeias, caindo-se no enfraquecimento da influência da Europa no mundo, ou na limitação da sua projecção a um directório, de composição variável, reunindo as maiores potências europeias (Alemanha e França, nas decisões respeitantes ao Eurogrupo; Reino Unido e França, no plano político-militar, etc.).

A crise grega tornou claras as profundas diferenças na percepção dos problemas europeus entre os vários países da União e o relativo apagamento das instituições europeias, com ocupação da ribalta pelos Governos — e, acima dos demais, pelo alemão.

Oxalá se esteja ainda a tempo para se fazer renascer o ideal europeu, ainda há alguns anos tão aclamado por consagrados observadores norte-americanos que, desiludidos com o que referiam ser o declínio do “American dream”, viam na Europa intensamente integrada a portadora das grandes soluções do futuro...

11. A adesão à CEE da Grécia, Portugal e Espanha tornou-se possível em razão da substituição de regimes autoritários pela fórmula da democracia parlamentar.

Nos países do Leste europeu, a queda do muro de Berlim veio permitir a conversão à democracia. Mas a Rússia regressou às históricas raízes do Estado autoritário, e a Hungria (com a agravante de se tratar de um país membro da União) parece ir pelo mesmo caminho (restrições da liberdade de imprensa, construção do muro na fronteira com a Sérvia). As últimas mudanças políticas na Polónia auguram semelhante desvio em relação aos valores básicos da construção europeia.

É certo que os países resultantes da implosão da Jugoslávia adoptaram sistemas democráticos. Mas o Irão manteve o regime teocrático pelo qual enveredou já há décadas e a China continua a ser um Estado autoritário, embora aberta às práticas do capitalismo. O mesmo poderá dizer-se de países como Cuba e o Vietname.

Os Estados muçulmanos permanecem longe das fórmulas democráticas, salvo talvez a Indonésia e a Tunísia. A Primavera Árabe feneceu no Egipto, que

retrocedeu para o autoritarismo. Na península da Coreia, tudo se manteve como nos anos 50: o Sul adoptando o regime democrático, o Norte continuando a ser o país mais fechado do mundo.

O panorama não é animador, já que, no último quarto de século, nenhum país em sistema autoritário se terá convertido à democracia.

**12.** O espírito europeu está em baixa desde a queda da Constituição Europeia, a qual representou uma última expressão do impulso federalista — já não abertamente promovido, antes implícito na mudança da moldagem da estrutura institucional da União Europeia.

A crise das dívidas soberanas não só suscitou sérias divergências no interior do Eurogrupo, como veio acentuar a clivagem, dentro da União Europeia, entre os países do euro — que polarizam todas as atenções —, e os demais (“maxime” o Reino Unido). A divisão entre a união monetária e os países membros exteriores, inicialmente prevista como transitória, tende a configurar-se como uma solução permanente.

O Reino Unido propõe-se fazer um referendo, já de si profundamente perturbador. E nesse país, bem como em outros Estados membros, sobem nacionalismos anti-União Europeia (ascensão de partidos situados nos extremos do espectro político). Infelizmente, o ideal europeu parece esgotado.

**13.** A União renunciou a tornar-se numa superpotência, não só por ausência de poder militar, mas sobretudo por falta de vontade política dos seus membros para avançar no processo de integração — reflexo do desinteresse das opiniões públicas quanto a se envolverem nesse processo.

Os alargamentos sucessivos terão sido uma das causas do desgaste do espírito europeu. A Seis, a Europa era um grupo coeso, inspirado no propósito de evitar o renascer de conflitos entre a França e a Alemanha. A Nove, já se tornava discutível que todo o conjunto avançasse ao mesmo ritmo, dada a posição de “maverick” do Reino Unido. A Europa a Doze resultou da entrada de três países periféricos, com diferenças estruturais em relação aos membros já existentes (tornadas visíveis quando despontou a crise das dívidas soberanas). Com os Quinze, não houve alterações; mas depois, a Vinte e Cinco ou a Vinte e Oito, evidenciou-se a dispersão política e cultural, e o potencial de desagregação agravou-se.

Cabe aqui recordar a crítica dirigida ao Tratado de Lisboa, voltado para aspectos institucionais e formais e quase omissos na abordagem dos problemas reais cuja solução importa aos cidadãos europeus — uma das razões da apatia com que aquele Tratado deparou junto da opinião pública dos Estados membros da União.

Diga-se, aliás, que a consciência dos actuais perigos que impendem sobre a Europa — mais diversificados e mais difusos do que no período da ameaça soviética — não parece ter a mesma força aglutinante que aquela ameaça representava.

É neste ponto — sem dúvida decepcionante — que nos encontramos, interrogando-nos sobre como se poderá conseguir a reanimação do fragilizado espírito europeu...

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 14 DE JANEIRO DE 2016)

# A Reforma do Sistema Político

MANUEL BRAGA DA CRUZ

1. O sistema político português, tal como se encontra definido na Constituição, resultou de um acordo estabelecido entre os militares do Movimento das Forças Armadas e os partidos políticos representados na Assembleia Constituinte. Está assim marcado pela natureza castrense e revolucionária da transição democrática portuguesa e constitui uma resposta a necessidades que essa conjuntura temporal colocava.

Antes das eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas em 25 de Abril de 1975, e já depois do 11 de Março, que desencadeou a aceleração do processo revolucionário, fora assinado um I Pacto entre o MFA e os partidos que configurava um sistema político bem diferente. Os partidos, apostados como estavam em criar uma legitimidade eleitoral democrática, que contrapesasse a legitimidade revolucionária de que os militares eram portadores, aceitaram subscrever uma proposta que não lhes era nem simpática nem favorável, em troca da certeza da realização de eleições constituintes.

Desse I Pacto emergia um sistema político híbrido, com um parlamento composto de duas câmaras (a par da Assembleia de partidos, designada por eleições gerais, existiria a Assembleia do MFA, recentemente institucionalizado, como segunda Câmara) e um Presidente da República eleito indirectamente por colégio eleitoral, integrado por essas duas Câmaras.

Era o oposto àquilo que haviam tentado o Primeiro-Ministro e o Vice-Primeiro Ministro do I Governo Provisório (Adelino da Palma Carlos e Francisco Sá Carneiro), que propuseram ao Presidente da República António de Spínola que se fizesse legitimar no cargo, através de eleições gerais. Se tal tivesse ocorrido, estariam lançadas as bases para a instauração de um sistema presidencialista, à semelhança do que haviam feito Sidónio Pais, em 1918, e Fragoso Carmona, em 1927. A oposição expressa pelo MFA a tal propósito, faria cair, primeiro, os líderes do primeiro Governo Provisório, e subsequentemente, o próprio Presidente da República.

O 25 de Novembro de 1975 viera, porém, não só travar o processo revolucionário, repondo o curso da democratização, como também alterar a correlação de forças. Os partidos sentiram-se com vantagem para impor uma revisão do I Pacto com o MFA, que abrisse perspectivas para uma desmilitarização da vida política e para a institucionalização de um sistema político sem a presença dos militares. Para tanto, porém, havia que dotar de legitimidade eleitoral democrática o vencedor militar do 25 de Novembro, para que fosse capaz de liderar a normalização das Forças Armadas, e a sua retirada da vida política para os quartéis.

Foi assim assinado um II Pacto entre o MFA e os partidos, precisamente na altura em que os constituintes se preparavam para elaborar o capítulo da Constituição dedicado ao sistema político, destinado desse modo a ser passado ao texto da futura Constituição. Nele se estipulava um período transitório de seis anos – designado “transição constitucional” – em que, a par da ocupação da Presidência da República, concentrando em si a dupla legitimidade revolucionária militar e democrático-eleitoral, os militares vencedores do 25 de Novembro permaneceriam num Conselho da Revolução, tutelando os primeiros anos da vigência constitucional. Tal Conselho da Revolução desempenharia funções de Conselho do Presidente (ou seja de Conselho de Estado), funções de jurisdição constitucional (através de uma Comissão Constitucional), de órgão superior das Forças Armadas e, curiosamente, também de Câmara Alta (com específicos poderes legislativos exclusivos, em matéria militar).

Desse II Pacto resultava a instituição de um sistema político misto, caracterizado por uma *dupla legitimidade geral eleitoral* – parlamento e Presidente ambos eleitos por sufrágio directo e universal – e por uma *dupla responsabilidade do governo*: perante o parlamento e perante o Presidente da República. Tal sistema viria a ser classificado como “semi-presidencialismo”, por uns, ou também como “parlamentarismo racionalizado”, por outros.

A grande novidade era, a par da existência temporária de um Conselho da Revolução, integrado por militares, a da eleição por sufrágio universal e directo do Presidente da República, onde alguns viram uma “cláusula militar implícita”, estipulando que o Presidente a eleger seria o líder dos militares vencedores do 25 de Novembro.

O sistema político, consagrado na Constituição de 1976, não resultou pois de uma livre decisão dos deputados constituintes, mas sim desse compromisso entre

militares revolucionários e partidos legitimados pelo voto das primeiras eleições livres, sendo ditado por necessidades específicas de normalização da vida militar e da vida política. Por um lado, os militares viam garantida a sua presença nos órgãos de soberania, tutelando e garantindo a transição democrática para o socialismo que a Constituição estipulava. Por outro lado, os partidos viam reforçada a legitimidade democrática, com a garantia de eleições não só parlamentares mas também presidenciais, conferida, no segundo caso, ao detentor máximo da original legitimidade revolucionária.

Esse acordo obedeceu à necessidade de entendimento entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral, para consagrar a possibilidade de instaurar a democracia representativa em Portugal e promover o abandono dos militares da cena política.

Simultaneamente, os constituintes resolveram adoptar o sistema eleitoral, usado nas eleições para a Assembleia Constituinte, às primeiras eleições legislativas de 1976, indo ao ponto de constitucionalizarem não só o princípio da proporcionalidade como o método de escrutínio das “médias mais altas” de Hondt, que colocaram entre os limites materiais de revisão da Constituição. Soava, aliás, estranha a inclusão de um nome próprio, ainda por cima de um estrangeiro, no nosso texto constitucional.

Os partidos viam o seu poder reforçado, primeiro com a adopção do sistema eleitoral de representação proporcional com listas fechadas, que lhes dava a capacidade de designação dos deputados a incluir nas listas a submeter à escolha dos eleitores, depois com a promessa de eliminação do Conselho da Revolução, seis anos volvidos, sem a sua substituição por uma segunda Câmara Alta.

Não admira, pois, que, 40 anos volvidos, algumas das disposições então consagradas não façam hoje o mesmo sentido, e que outras se revelem menos convenientes. As necessidades do tempo presente são diferentes e exigem respostas diversas.

Mais: a deterioração da nossa vida política impõe que se tomem com coragem medidas rectificativas, sob risco de podermos assistir ao esgotamento do nosso quadro constitucional, e de se criarem condições para o aparecimento de propostas de indesejável rotura constitucional.

2. São hoje notórios sinais de degradação do nosso sistema democrático representativo.

Desde logo, o crescente afastamento dos cidadãos da vida política, com a concomitante perda de confiança nas instituições políticas, bem evidenciada nos níveis crescentes de abstencionismo eleitoral, e no défice de participação.

Os indicadores de interesse pela vida política e a confiança nos partidos políticos têm vindo a cair, e a satisfação com a democracia, diminuiu para metade, em apenas doze anos<sup>1</sup>.

Num estudo encomendado pelo Presidente da República sobre a participação política e cívica dos jovens<sup>2</sup>, o número de jovens portugueses que considerava que a democracia funcionava bem desceu, de 2007 para 2015, de cerca de 33% para 17,3%. O número de jovens que participavam em partidos desceu, nesses mesmos anos, de 13,6% para 3,7%, e os que participavam em sindicatos, decresceu de 12,1% para 3,6%. A participação em associações diminuiu igualmente de 19,8% para 6%.

A esse afastamento dos cidadãos da vida política, corresponde um idêntico afastamento dos partidos dos cidadãos e da sociedade, com o correspondente enfeudamento crescente ao Estado, e a sensação de um parlamento com deficiências na sua capacidade de representação da sociedade.

A somar a tais preocupantes sintomas, confrontamo-nos com problemas de governabilidade, resultantes quer da dificuldade de os executivos se imporem, evidenciando quanto o Estado se encontra refém de interesses instalados, quer da recorrente instabilidade governativa, para a qual contribui não apenas a não exigência constitucional de governos maioritários, mas também o modelo conflitual de relações entre o Governo e a Presidência da República, resultante do contraste das maiorias eleitorais subjacentes, e ainda da conflitualidade em torno do texto constitucional, demasiado extenso e regulamentador, que um Tribunal Constitucional, de criticável composição, insiste em ler de forma rígida e interventiva.

Desde 1974, o país já conheceu mais de 25 governos e 14 Primeiros Ministros, com uma média de duração de 2 anos por governo. Só 3 foram governos maioritários de um só partido. Os demais foram coligações ou governos minoritários, fracos e de curta duração. Poucos terminaram a legislatura. Das 12 legislaturas até hoje existentes, só 5 se completaram.

---

<sup>1</sup> Cf. Portal da Opinião Pública.

<sup>2</sup> Costa Lobo, M., Ferreira, V.S. e Rowland, J., in Expresso 16/Maio/2015, p. 14.



### A REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL

3. A primeira e mais básica reforma do nosso sistema político é, seguramente, a reforma do sistema eleitoral, de há tanto reivindicada, e tão commumente sentida por tão diversas forças partidárias, mas que nunca conseguiram entender-se para esse efeito, dificultada pela rigidez da própria Constituição relativa ao sistema eleitoral.

Como é sabido, os portugueses não escolhem os seus deputados. Limitam-se a homologar escolhas de nomes de candidatos que são feitas pelos partidos políticos. A escolha eleitoral dos portugueses é apenas de siglas partidárias.

O nosso sistema eleitoral atribui aos partidos exclusivamente a possibilidade de escolher os representantes, que submetem posteriormente à ratificação do voto popular.

Talvez por isso se registe crescentemente uma demanda de pessoalização, senão mesmo de uninominalidade, bem expressa nas últimas autárquicas, com o aparecimento de candidaturas fora dos partidos e mesmo contra os partidos.

Este sistema proporcional de Hondt, bom para escolher representantes, mas não tanto para escolher governantes, para além de reforçar os partidos em detrimento da autonomia dos deputados, afasta os cidadãos dos seus representantes. A sua adopção fez sentido em 1975, quando se destinava apenas a escolher representantes à Assembleia Constituinte, e não governantes, e pretendia reforçar o papel dos partidos ainda incipientes e ameaçados pela crescente afirmação revolucionária do MFA. Hoje, precisamos de um sistema que escolha representantes e governantes, que dê maior autonomia aos deputados e mais poder de decisão aos cidadãos.

Não surpreende pois que a reforma a fazer do sistema eleitoral tenha que responder simultaneamente a estas quatro exigências:

- À ingente necessidade de pessoalizar o voto, ou seja, de aproximar os cidadãos dos seus representantes, para ajudar a restabelecer a confiança nos políticos e nas instituições;

- À necessidade de obrigar os partidos a abrirem-se à sociedade e aos contributos renovadores que dela pretendem apresentar-se, reduzindo os efeitos perversos da partidocracia instalada;

- À maior criação de condições de governabilidade, nomeadamente à de favorecimento de formação de maiorias parlamentares e governamentais;

- E, por último, à necessidade de rectificar e melhorar a representatividade proporcional das várias partes geográficas e sectores da sociedade portuguesa, afectada pelos desequilíbrios demográficos resultantes da crescente litoralização do país e pelo fechamento dos partidos.

Portugal é um país com especiais condições para adoptar um sistema misto, que responda simultaneamente a todos estes requisitos. Não temos uma dimensão nem demográfica, nem geográfica, que exija particulares e especiais cuidados de centralização executiva, como também não temos qualquer diversidade cultural, linguística, religiosa ou étnica, que aconselhe a adopção inevitável de uma proporcionalidade. Reunimos as condições para bem combinar governabilidade e proporcionalidade.

Daí que não pareça aconselhável abandonar a proporcionalidade, mas apenas conjugá-la com a uninominalidade maioritária, mas de uma forma efectiva e não meramente simbólica. Um sistema de duplo voto, cada um deles para eleger metade do parlamento, escrutinável o primeiro, com método maioritário em círculos uninominais, e o segundo, com método proporcional de Hondt em círculo nacional, seria uma solução capaz de responder às várias exigências apontadas, de forma equilibrada, desde que acompanhada pelo estabelecimento de uma cláusula barreira de acesso ao parlamento de 3%, e de um mecanismo de censura construtiva para substituição dos governos.

## A REFORMA DO SISTEMA PARTIDÁRIO

4. A reforma do sistema eleitoral seria, no entanto, necessária, mas insuficiente para conseguir uma reforma do sistema de partidos, que se apresentam demasiado fechados e rígidos na sua relação com a sociedade, e demasiado oligarquizados na sua organização e funcionamento.

O número de pessoas que aderem a partidos e que se identificam com eles, tem vindo a diminuir. As pessoas parecem afastar-se dos partidos e os partidos parecem afastar-se da sociedade.

O sistema está muito pouco permeável à renovação, sobretudo aos impulsos renovadores da sociedade, e demasiado enfeudado ao Estado. Temos um sistema demasiado cartelizado, para usar a conhecida expressão de Katz & Mair.

A partidocracia revela-se bloqueadora de um recrutamento mais qualificado e mais diversificado e aberto, permitindo um grande controlo oligárquico do acesso de novos elementos e de deputados. O ingresso nos partidos faz-se, por vezes, não pelas melhores e mais nobres razões, mas por motivos de oportunismo pessoal, desde a procura de favores às oportunidades de negócios, desde a angariação de emprego à obtenção de apoios estatais. Os partidos arriscam-se a representar, não o melhor, mas o pior da sociedade, embora saibamos que, por definição, a democracia é o regime em que não são os melhores a governar. Muitos dos melhores afastam-se da política e dos partidos, com a consequente debilitação das lideranças.

Reacção a este fechamento dos partidos é a tentativa de multiplicação de partidos. Portugal não precisa de novos nem de muitos partidos, mas antes de renovar os que tem, forçando-os à abertura. No entanto, tentativas várias de renovar os partidos por dentro têm encontrado resistências e ausência de oportunidades. Se o sistema de partidos não for renovado, corremos o risco de fraccionamento do sistema partidário ou até do colapso de alguns partidos, como está a acontecer em alguns países europeus, por desadequação à realidade e perda de capacidade mobilizadora dos cidadãos.

Portugal precisou de partidos fortes para responder às necessidades de implantação da democracia representativa, contra as tentativas de instauração de uma “democracia popular”. Hoje precisamos de partidos abertos à sociedade e de menos lógica partidária na condução da vida pública, precisamos de mais vastos entendimentos estratégicos para o país, sacrificando os interesses partidários aos interesses nacionais.

Precisamos de políticos profissionais, especialmente adestrados, que façam da política uma carreira profissional e não mero trampolim para o mundo dos negócios ou para a obtenção de injustificadas pensões políticas antecipadas, obtidas ao fim de apenas alguns anos de actividade parlamentar.

A primeira reforma que se impõe é a própria lei dos partidos, no sentido de obrigar os partidos a um maior funcionamento interno democrático, a uma maior abertura à sociedade e aos cidadãos, com incentivos à progressão na carreira parlamentar.

A segunda reforma é a do financiamento dos partidos, hoje quase exclusivamente feito pelo Estado, cuja maior consequência é o enfeudamento dos partidos

ao Estado e o correspondente afastamento da sociedade. O financiamento pela sociedade deve ser transparente e o financiamento público deve ser diminuído e condicionado à obtenção de representação parlamentar, a limitar com a adopção de uma cláusula barreira, à semelhança das que existem em muitos outros sistemas de representação proporcional.

Impõe-se um muito maior controlo público das contas dos partidos e suas fontes de financiamento – problema muito articulado com riscos de corrupção. As despesas de campanha devem ser condicionadas, e posteriormente apresentadas e examinadas.

Uma terceira exigência de reforma prende-se com a obrigatoriedade de sujeição ao sufrágio de todos os partidos ou coligações com representação parlamentar, impedindo a posterior autonomização partidária parlamentar dos parceiros dessa coligação, que nunca se tenham apresentado isoladamente a eleições. O caso do Partido Ecologista “Os Verdes” que nunca se submeteu como tal ao sufrágio, ignorando-se por isso a sua implantação e apoio, que não sejam os do PCP, seu parceiro de coligação, a tal se aconselha.

## **A REFORMA DO PARLAMENTO**

5. A reforma dos partidos necessita de ser acompanhada por uma reforma do parlamento, com maior autonomia a conferir aos deputados em relação aos partidos e aos seus grupos parlamentares, sem prejuízo da indispensável organização e disciplina partidária.

Os deputados, escolhidos pelos partidos e não pelos eleitores, estão por isso demasiado dependentes das direcções partidárias parlamentares, dispondo de pouca autonomia pessoal, limitada também como está pelo regimento da Assembleia da República.

Existe reconhecidamente um défice de representação social na representação política.

São visíveis, além disso, no parlamento, sinais de inflação legislativa, com reflexos na qualidade da legislação, e de algum vanguardismo legislativo, sem correspondência na sociedade portuguesa que, em alguns casos, referendos posteriores se encarregaram de inviabilizar.

Precisamos de retomar a tradição bicamaralista, existente de forma ininterrupta na vida parlamentar portuguesa, desde o cartismo oitocentista, e só interrompida pela supressão do Conselho da Revolução na revisão constitucional de 1982. A única função relevante do referido Conselho que não deu origem a um órgão próprio, nessa revisão, foi precisamente a função de Câmara Alta.

Uma Câmara Alta contribuiria para uma maior qualificação da legislação, e para uma maior contenção e ponderação da excessiva propensão legiferante, para além de permitir um mais adequado enquadramento parlamentar dos partidos da Câmara Baixa. Ajudaria, para além disso, a distribuir melhor os nossos parlamentares. Portugal, quando comparado com outros países democráticos europeus, não tem “parlamentares” a mais, tão só “deputados” a mais. A deslocação, para um Senado, de cerca de um terço do actual parlamento, resolveria bem esse problema da sua dimensão. E se a sua composição fosse assimétrica, com inerências por desempenho de antigas funções políticas parlamentares, e algumas nomeações pelo Chefe de Estado, a partidocracia seria também desse modo mitigada.

Para além disso, impõem-se alterações no funcionamento da nossa vida parlamentar, no sentido de favorecer os entendimentos negociais e evitar as crispções desnecessárias, que dificultam os primeiros.

## A REFORMA DO SISTEMA DE GOVERNO

6. O nosso sistema de governo, embora com raízes explicativas no nosso passado histórico (desejo de evitar experiências negativas de parlamentarismo puro, na 1.<sup>a</sup> República e degenerescência autoritária do presidencialismo, na 2.<sup>a</sup> República), resultou sobretudo da exigência conjuntural da transição de legitimar eleitoralmente o detentor da legitimidade revolucionária militar, para o “autorizar” a reconduzir os militares aos quartéis, necessidade que deixou de existir posteriormente. A alteração dos poderes presidenciais na revisão de 1982 decorreu em parte desta consciência.

Ora a coexistência de duas maiorias eleitorais, não coincidentes, tem evidenciado fácil propensão para a criação de tensões conflituosas entre o governo e a presidência que, longe de favorecer a governabilidade, a enfraquecem. A dinâmica

entre as duas maiorias tem-se revelado mais destrutiva e bloqueadora, do que construtiva e criativa.

Para além disso, existe na Presidência, tal como está actualmente configurada, uma desproporção entre “legitimidade” e “poder”. O Presidente, eleito por sufrágio directo, possui uma “legitimidade” idêntica à do parlamento, sendo a concorrência de maiorias fonte de possíveis conflitos institucionais. Os seus poderes “normais” – não considerados os poderes “extraordinários” da demissão do governo e da dissolução do parlamento – são manifestamente inferiores à grandeza da respectiva legitimidade. Não se elege directamente um Presidente para um mero desempenho arbitral.

Tal desproporção pode ser resolvida ou por redução de legitimidade (solução *parlamentarista*) ou por aumento dos poderes normais (solução *presidencialista*). Têm sido ultimamente muito acentuados na ciência política os perigos e riscos dos presidencialismos, mormente em países de reduzidas dimensões, como o sublinharam Juan Linz e Arend Lijphart.

Ao obrigar um candidato presidencial a pronunciar-se sobre os mais variados problemas do país, durante a campanha eleitoral, cria-se necessariamente uma decepção pós-eleitoral, ao confrontar o Presidente eleito com limitados poderes de resolução desses mesmos problemas, a menos que o Presidente extravase das suas competências, assumindo-se como foco de tensão com o governo, o que é manifestamente indesejável.

Pelo que se afigura preferível, ajustar a legitimidade aos poderes que se desejam manter no Presidente, porventura acrescidos com o aumento de prerrogativas do Conselho de Estado a que preside, no sentido de sustentar e enquadrar a partidocracia, e com o aumento de competências relativas a outros órgãos, como por exemplo a possibilidade de nomear alguns senadores e até juizes do tribunal constitucional, a par das que actualmente detém.

A eleição do Presidente por sufrágio directo e universal, ditada por necessidades da transição, parece não continuar a justificar-se, como aliás o demonstrou a recente campanha, sendo preferível a adopção de um sistema de eleição indirecta, por um colégio eleitoral composto pelas duas câmaras.

A recente campanha para as eleições presidenciais, tanto pelo número excessivo de candidatos, alguns dos quais sem qualificação suficiente para o desempenho do cargo, como pela modéstia do debate político verificada, vieram

demonstrar que tal forma de designação do Presidente pode perfeitamente ser substituída com vantagem.

A governabilidade pede ainda condições de bom governo, entre as quais a estabilidade de legislaturas. A demissão do governo, apenas possível para garantir o regular funcionamento das instituições democráticas, não deve contrariar a existência de maioria de apoio ao governo. Da mesma maneira, o poder de dissolução do parlamento deve igualmente ser condicionado à impossibilidade de encontrar soluções maioritárias de governo no parlamento.

A democracia é um regime de mandatos. O respeito pela democracia implica o cumprimento dos mandatos. A estabilidade das legislaturas é uma condição indispensável de governabilidade democrática. O Presidente deve subordinar o seu exercício a esta condição e não substituir-se ao governo dos partidos com governo próprio, nem opor-se-lhe como se fosse uma das várias forças políticas em presença.

## CONCLUSÃO

7. Ainda estamos a tempo de *reformular*, evitando a deterioração do sistema político que nos pode aproximar de indesejáveis *roturas* constitucionais, que alguns já pedem abertamente.

O nosso texto constitucional, apesar das revisões já conhecidas, é ainda reflexo dos propósitos revolucionários que o condicionaram no início.

A nossa transição, *de um socialismo revolucionário*, que se substituiu ao autoritarismo conservador, *para uma democracia plena*, é, ainda hoje, uma *transição inacabada*.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 28 DE JANEIRO DE 2016)





# Os ensaios de Kant sobre o terramoto de Lisboa: seu valor científico e seu significado filosófico

LEONEL RIBEIRO DOS SANTOS

*É sobre ruínas assustadoras que habitamos.*

KANT, *PHYSISCHE GEOGRAPHIE*, AA 09:270.

## 1. A CIRCUNSTÂNCIA E O CONTEXTO

Os 3 ensaios que, sobre o Terramoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755, Kant escreveu nas semanas e meses que seguiram à catástrofe e que foram publicados nos primeiros meses do ano 1756 (o primeiro, em 24 e 31 de janeiro, num semanário de Königsberg<sup>1</sup>, o segundo e mais longo, publicado autonomamente no início de março<sup>2</sup>, e o terceiro, publicado no mesmo semanário do primeiro, a 10 e 17 de abril<sup>3</sup>), têm sido objeto de muito escassa atenção, até mesmo por parte dos kantianos<sup>4</sup>, passando despercebidos ou sendo mesmo desvalorizados, ora

---

<sup>1</sup> Kant, I., *Von der Ursachen der Erdschütterungen bei Gelegenheit des Unglücks, welches die westliche Länder von Europa gegen das Ende des vorigen Jahres betroffen hat*, in: *Königsbergischen wöchentlichen Frag- und Anzeigungs-Nachrichten*, n.º 4 e 5 (24 e 31 de Janeiro, 1756), AA 01, pp. 417-427. Este ensaio só seria republicado na edição Hartenstein das obras de Kant, em 1867/68. Os ensaios sobre o terramoto e outros escritos de Kant serão citados pela Akademie-Ausgabe dos *Kants gesammelte Schriften* (Berlin: Walter de Gruyter, 1900-), identificada por AA seguida do volume e página.

<sup>2</sup> Kant, I., *Geschichte und Naturbeschreibung der merkwürdigsten Vorfälle des Erdbebens, welches an dem Ende des 1755sten Jahres einen grossen Theil der Erde erschüttert hat*, Königsberg: Johann Heinrich Hartung, 1776, AA 01, pp. 429-461.

<sup>3</sup> Kant, I., *Fortgesetzte Betrachtung der seit einiger Zeit wahrgenommenen Erderschütterungen*, AA 01, pp. 463-472.

<sup>4</sup> No 2.º volume da sua extensa obra *Kant als Naturforscher*, Erich Adickes dedica-lhes apenas três páginas (Band II, Berlin, 1925, pp. 358-360). No pouco interesse geral que estes ensaios têm merecido, mesmo na literatura sobre Kant, há por certo algumas exceções. E é com prazer que devo referir dois: Viriato Soromenho-Marques dedica um sub-capítulo da sua notável obra *Razão e Progresso na Filosofia de Kant* à análise dos escritos sobre o terramoto de Lisboa e seu significado no contexto da crítica do otimismo e do debate teodiceico da época — “A outra crítica do otimismo: o terramoto de 1755”

porque se tomam por meros escritos de juventude e de circunstância, não sendo o assunto de que se ocupam nenhum tópico relevante da agenda propriamente filosófica da época, ora porque se pensa tratarem eles de matérias que eram objeto de saberes ainda “selvagens” ou em processo de constituição, como a Geologia e a História da Terra, baseados na descrição e na interpretação de fenómenos empíricos para cuja explicação se invocava teorias antigas e, por isso, também sem uma real relevância para os estudos da sismologia “científica”, que só se afirmaria como tal muito mais tarde. Desvalorizados, por conseguinte, tanto pela sua irrelevância filosófica quanto pela científica.

Comparativamente, muito mais atenção costumam merecer as intervenções que, a respeito desse acontecimento geológico e da imensa tragédia humana que ele provocou, fizeram outros pensadores da época, como Voltaire (no seu famoso *Poème sur le désastre de Lisbonne*, que foi publicado na Primavera de 1756, embora o seu autor tenha tido notícia da tragédia a 24 de Novembro, estando em Genebra, e o poema presumivelmente estivesse pronto já no início de 1756) e Rousseau (na não menos famosa *Lettre à Monsieur de Voltaire*, datada de 18 de Agosto de 1756), ainda que estes tenham tornado públicas as suas considerações muito depois de o jovem Kant ter publicado aqueles seus artigos e de neles ter de alguma maneira como que respondido por antecipação aos quesitos e argumentos entre si conflitantes daqueles dois filósofos. Diga-se, de passagem, que, pese embora o nome

---

(Lisboa, Colibri, 1998, pp. 172-192; também num breve ensaio “Um terramoto entre dois mundos”, *Visão*, 27 de Outubro de 2005, pp. 30-33: não sendo um ensaio sobre Kant, a posição deste tem aí, todavia, muito pertinente referência, ao lado de outros muitos discursos que o acontecimento suscitou, de moralistas, de naturalistas e também de filósofos, como Voltaire e Rousseau; e Manuel José do Carmo Ferreira, no seu artigo “Roteiro da presença portuguesa na obra de Kant”, dá em duas páginas uma síntese do conteúdo mais relevante dos ensaios (in: Leonel Ribeiro dos Santos *et alii*, coord., *Kant: Posteridade e Actualidade*, Lisboa: CFUL, 2007, pp. 48-49. Sobre o fenómeno em geral e suas repercussões também na história das ideias, veja-se: Maria Fernanda Rollo, Ana Isabel Buescu e Pedro Cardim (coord.), *História e Ciência da Catástrofe. 250.º Aniversário do terramoto de 1755*, Lisboa: Edições Colibri, 2007; AA.VV., *O grande terramoto de Lisboa*, Lisboa: Público/Fundação Luso-Americana, 2005, 2 vols. Veja-se também: Wolfgang Breidert (Hrsg.), *Die Erschütterung der vollkommenen Welt: Die Wirkung des Erdbebens von Lissabon im Spiegel europäischer Zeitgenossen*, Darmstadt: WBG, 1994. A “Introdução” de Wolfgang Breidert a esta obra serve de “Prefácio”, em tradução portuguesa, à mais recente publicação da tradução para o português dos ensaios de Kant: Immanuel Kant, *Escritos sobre o terramoto de Lisboa* (tradução de Benedith Bettencourt), Coimbra: Almedina, 2005 (esta também com um “Posfácio” de João Duarte Fonseca, no qual se destaca o contributo de Kant para a sismologia científica moderna). Existe uma outra edição mais antiga daqueles ensaios em tradução portuguesa: *Ensaio de Kant a propósito do terremoto de 1755* (tradução de Luís Silveira), Lisboa, Publicações da Câmara Municipal de Lisboa, 1955.

de seus autores, nenhuma daquelas peças tem o volume e ainda menos a envergadura científica e mesmo filosófica dos 3 escritos de Kant, que, na edição da Real Academia Prussiana das Ciências, somam 55 densas páginas do primeiro volume (AA 01, pp. 417-472). Contrariando a geral tendência para desvalorizar esses ensaios, seja do ponto de vista científico ou filosófico, creio poder dizer-se que, apesar do tributo que o seu autor naturalmente paga aos saberes cosmológicos, geológicos e sismológicos da época, o conteúdo e valor científico desses ensaios é já considerável e não é despidendo mesmo para uma história da sismologia moderna. Tentarei mostrar que estes ensaios são realmente importantes, e não só pelo que trazem como proposta de explicação para o fenómeno geológico e sísmico em seus muitos aspetos, mas sobretudo pelos pressupostos epistémicos mobilizados pelo jovem filósofo e pelo que se poderia chamar o seu peculiar *modo de pensar*, que já se afirma aí com grande evidência. A atenção a estes juvenis ensaios de Kant é plena de ensinamentos e em muitas direções, não sendo a menor aquela que nos faz perceber já aspetos da sua singularidade como pensador, que só se afirmarão ainda mais na fase madura do seu pensamento. A primeira coisa que impressiona ainda hoje o leitor destes ensaios é a rapidez da resposta reflexiva de Kant aos acontecimentos e a amplitude e densidade científica e especulativa dessa resposta. Tendo em conta o tempo que, na época, demoraria a chegar a notícia do acontecimento de Lisboa a Königsberg, supondo, é claro, que não iria direta, mas indiretamente, a partir de alguma capital europeia (Londres, Amsterdão, Paris), Kant deve ter tido as primeiras notícias a respeito do trágico acontecimento de 1 de Novembro de 1755, por Gazetas da época, presumivelmente pelos finais de Novembro e terá começado a escrever as suas reflexões sobre ele desde o princípio de Dezembro.<sup>5</sup> Atendendo à quantidade de autores,

---

<sup>5</sup> A notícia terá chegado a Madrid a 4 de Novembro e a Paris (Versailles) a 17 de Novembro, tendo a notícia sido publicada na *Gazette de France* a 22 desse mês. Sobre a demora na transmissão da informação do acontecimento pela Europa da época, veja-se: Quenet, G., "Le tremblement de terre de Lisbonne, un événement majeur de l'Histoire Européenne", in: M. F. Rollo *et alii* (coord.), *História e Ciência da Catástrofe*, Lisboa, Colibri, 2007, pp. 27-32. Verosimilmente, Kant deve ter redigido o primeiro ensaio entre o final de Novembro de 1755 e as primeiras 3 semanas de Janeiro de 1756, o segundo e mais longo, desde a última semana de Janeiro e nas primeiras semanas de Fevereiro de 1756, e o terceiro em março e princípio de abril deste mesmo ano. Não é, todavia, necessário pensar que os ensaios tenham sido redigidos sucessivamente, pois, a partir de um mesmo desenvolvimento, pode o autor ter extraído algumas considerações mais gerais (de Introdução e Conclusão) para publicação em 4 números da Gazeta da sua cidade, reservando os aspetos mais técnicos para o segundo ensaio, mais longo, publicado autonomamente.

testemunhos e fontes (mais de uma vintena) que cita, refere e comenta nesses ensaios, sobretudo no segundo, não é verosímil que Kant os tivesse encontrado e reunido todos à pressa para apoiar as suas reflexões. Na verdade, esses escritos, embora sejam motivados pelo acontecimento sísmico, que abalou e destruiu Lisboa na manhã do 1 de Novembro de 1755, inscrevem-se numa fase importante de constituição e afirmação do pensamento do jovem Kant, nos anos 1754-1756, caracterizada por preocupações naturalistas, na qual ele se revela já como um pensador autónomo e extremamente ousado, ocupado sobretudo com questões de Cosmologia e Cosmogonia, de História da Terra e Geografia Física.<sup>6</sup> Creio poder dizer-se que, se não andasse já intensamente ocupado com essas matérias, não lhe seria possível dar uma resposta tão rápida e tão aprofundada à interpelação do invulgar acontecimento telúrico. De resto, a relação destes ensaios com o seu mais volumoso e estruturado ensaio de Cosmologia e Cosmogonia, que publicara, sem nome de autor, no mês de Março de 1755, é clara, e há passagens neles onde se remete explicitamente para esse outro ensaio. Logo no primeiro deles, onde, a propósito da formação da Terra e do labirinto de galerias subterrâneas que a percorrem, diz: «Ser-me-ia necessário recuar, na história do nosso planeta, até ao caos para dizer algo de compreensível acerca das causas que, no decurso da formação da Terra, determinaram a origem destas galerias» (AA 01, p. 418). É na matéria em estado caótico que começa a história do cosmos deste jovem demiurgo, que, no longo Prefácio àquele seu ensaio de 1755, ousava dizer: «dai-me apenas

---

<sup>6</sup> Estão nessa linha, nomeadamente, os seguintes ensaios: *Untersuchung der Frage, ob die Erde in ihrer Umdrehung um die Achse, wodurch sie die Abwechselung des Tages und der Nacht hervorbringt, einige Veränderung seit den ersten Zeiten ihres Ursprungs erlitten habe und woraus man sich ihrer versichern könne* (1754, como resposta a uma questão colocada a concurso pela Academia das Ciências de Berlim), *Die Frage ob die Erde veralte, physikalisch erwogen* (1754), *Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels* (Março de 1755), a pequena tese de Promotion, *Meditationum quarundam de Igne sucinta delineatio* (Abril de 1755), *Neue Anmerkungen zur Erläuterungen der Theorie der Winde* (23 de Abril de 1756, juntamente com o Anúncio do Curso de Geografia para esse mesmo ano). Ele próprio confessará uma década depois (nas “Considerações sobre as Observações sobre o sentimento do belo e do sublime”, redigidas ainda sob o impacto da sua leitura de Rousseau, sem dúvida evocando essa fase juvenil, que “era por natureza um investigador... e houve um tempo em que acreditava que nisso somente poderia consistir a honra da humanidade...” [“Ich bin selbst aus Neigung ein Forscher... Es war eine Zeit da ich glaubte dieses allein könnte die Ehre der Menschheit machen...”] (AA 20, p. 44). Veja-se, sobre a importância dos estudos e do pensamento de Kant nos anos 1754-1755, o artigo de Marcucci, S., “Le savant Kant agé de trente ans”, in: Valerio Rohden, R. R. Terra, Guido A. de Almeida, Margit Ruffing (Hrsg.), *Recht und Frieden in der Philosophie Kants*, Bd. I, Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2008, pp. 199-212 (onde, todavia, não são tidos em conta os ensaios sobre o Terramoto de Lisboa).

matéria: eu quero a partir dela construir um mundo»; como se, na verdade, dissesse: dai-me o caos, que mostrar-vos-ei como a partir dele surge a ordem (AA 01, pp. 230-235). Mas, ao mesmo tempo, mostra como toda a ordem é provisória e instável, mero instante entre o caos e o caos, sendo nas inesgotáveis fornalhas deste que se geram incessantemente novos mundos, num processo de contínua criação. A “História da Terra” não é mais do que uma pequeníssima parte da “História universal da Natureza”, constituindo também ela uma prova do “trabalho da Natureza” em ação contínua de estruturação e desestruturação para dar ocasião a sempre novas estruturas, que serão por sua vez sempre de novo desfeitas. Num dos capítulos da Segunda Parte daquela obra, lê-se esta página, digna de uma colossal Cosmotragédia, onde se expõe a mais profunda convicção do jovem filósofo, a qual por certo preside também aos seus ensaios sobre o grande terramoto que viria a ocorrer meses depois:

*Não devemos lamentar o desaparecimento de um edifício do mundo como sendo uma verdadeira perda da Natureza. Ele prova a sua riqueza numa espécie de esbanjamento, pois, enquanto algumas partes pagam o tributo à caducidade, ela mantém-se intacta graças a incontáveis novas gerações em toda a extensão da sua perfeição. Que incontável multidão de flores e de insetos destrói um único dia mais quente; e quão pouco damos pela sua falta, embora eles sejam magníficas obras de arte da Natureza e demonstrações da onipotência divina! Num outro lugar, esta perda é de novo compensada com superabundância. O próprio Homem, que parece ser a obra-prima da Criação, não está excluído desta lei. A Natureza demonstra precisamente que ela é tão rica e tão inesgotável na produção da mais excelente entre as criaturas como da mais insignificante e que mesmo o seu desaparecimento é uma sombra necessária na variedade dos seus sóis, pois a geração dos mesmos nada lhe custa. Os efeitos nocivos do ar infeccioso, os terremotos, as inundações exterminam povos inteiros da Terra, mas não parece que a Natureza sofra com isso algum prejuízo. Da mesma maneira, mundos e sistemas inteiros abandonam a cena depois de terem desempenhado o seu papel. A infinidade da Criação é suficientemente grande para que um mundo ou uma Via Láctea de mundos pareça, em proporção com ela, o mesmo que uma flor ou um inseto em comparação com a Terra. Enquanto a Natureza embeleza a eternidade com cenas variáveis, Deus permanece ocupado numa contínua criação, a dar forma ao material para a formação de mundos ainda maiores.*

(NTH, AA 01, p. 318)

Deve também ter-se em conta que o jovem filósofo, que acabara de obter o título de *Privatdozent* na sua universidade, no final de Setembro de 1755, devia estar já a preparar, desde os últimos meses desse ano o Curso de Geografia Física, que, por sua iniciativa, viria a criar e a lecionar no semestre de Verão (Primavera de 1756) desse seu primeiro ano de docência académica. A avaliar pelo que se sabe das primeiras versões do programa e conteúdo desse Curso, nele constavam já tópicos relativos não só à descrição do estado atual da Terra como também os respeitantes a uma História da Terra (onde tinha lugar o tema dos terramotos e vulcões), para o que o jovem professor mobilizava todos os mais relevantes testemunhos e fontes, fossem antigos ou recentes. Foi como se o acontecimento de 1 de Novembro lhe tivesse oferecido uma soberana oportunidade para expor, sistematizar e pôr à prova os seus conhecimentos e conjecturas nessas matérias.<sup>7</sup> Mas não só isso. O jovem Kant revela-se particularmente impressionado pelo carácter singular do acontecimento. Disto dão prova várias declarações esparsas pelos ensaios que apontam todas para a singularidade, a magnitude e extensão de efeitos, o alcance e o significado do terramoto de Lisboa, e não apenas como fenómeno físico digno de ser pensado por investigadores da Natureza, mas também pelo que ele representa como desafio, interpelação e ocasião para uma reflexão sobre a condição humana e o destino coletivo dos homens. Citarei algumas dessas declarações. Seja esta:

*A História não oferece nenhum outro exemplo de um abalo tão generalizado que, num espaço de poucos minutos, tenha sido sentido ao mesmo tempo em todas as águas e numa grande parte da Terra.*

(AA 01, p. 437)

No final do primeiro ensaio, refere-se ao terramoto como

---

<sup>7</sup> No Curso de *Geografia Física*, editado por Theodor Rink em 1802, a partir dos apontamentos que Kant usava para os seus Cursos sobre essa disciplina, a temática dos terramotos e vulcões é tratada nos §§ 49-51, sendo as ideias aí expostas, quanto à descrição e explicação desses fenómenos, muito próximas das expostas nos três ensaios do ano 1756.

[...] esse memorável acontecimento da Natureza que ocorreu nos nossos dias [denkwürdige Naturbegebenheit, die in unsern Tagen geschehen ist], cuja importância e múltiplas peculiaridades me movem a comunicar ao público, num minucioso tratado, a pormenorizada história, a sua extensão e as coisas notáveis que aconteceram e as considerações a que dão azo.

(AA 01, p. 427)

Esse mesmo ensaio abria com esta surpreendente afirmação:

Grandes acontecimentos [Begebenheiten] que afetam o destino de todos os homens [Schicksal aller Menschen], despertam com razão aquela famosa ânsia de novidade que em todos suscita o que é extraordinário e que nos impele a perguntar pelas suas causas. Em tais casos, a obrigação do investigador da Natureza para com o público será prestar contas dos conhecimentos que a observação e a pesquisa lhe possam proporcionar.

(AA 01, p. 419)

Por sua vez, o segundo ensaio abre com uma reflexão do mesmo teor:

Não foi em vão que a Natureza espalhou por toda a parte um tesouro de raridades para reflexão e admiração [Seltenheiten... zur Betrachtung und Bewunderung]. O ser humano, a quem foi confiada a administração do solo terrestre [Haushaltung des Erdebodens], possui capacidade e possui também prazer de conhecê-las e louva o Criador com as suas perspectivas [Einsichten].

(AA 01, p. 431)

Num seu curso de 5 janeiro de 1983, sobre o ensaio de Kant do ano 1784, *Resposta à questão: que é a Aufklärung?*, Michel Foucault dizia que «a partir de Kant, a filosofia torna-se a superfície de emergência da sua própria atualidade discursiva, atualidade que ela interroga como evento, como um evento do qual ela tem de dizer o sentido, o valor, a singularidade filosófica...»<sup>8</sup> Isto que é dito a propósito de um ensaio publicado no ano de 1784 não poderia sê-lo com igual razão

---

<sup>8</sup> Foucault, M., "Qu'est-ce que les Lumières?", *Dits et écrits*, IV (1980-1988), Paris: Gallimard, 1994, p. 680.



dos ensaios de Kant escritos e publicados 28 anos antes, sobre o Terramoto de Lisboa? Não se expõe já nestes últimos uma atitude típica de filosofar, marcada pela urgência e mesmo pelo dever de o filósofo responder à interpelação dos acontecimentos relevantes que mudam o destino dos homens, fossem eles da história da Terra, da história cultural ou da história política? Tradicionalmente, os filósofos ocupavam-se de ideias, de essências, de verdades intemporais ou capazes mesmo de desafiar a eternidade. *Sub specie aeternitatis*, era assim que Espinosa (1677) caracterizava, na sua *Ethica ordine geometrico demonstrata* (V, xxiii, sch.), o modo como o verdadeiro filósofo deveria considerar a Natureza e tudo o que nela ocorre. Com o jovem Kant emerge, porém, uma concepção e uma prática da filosofia como “ontologia da atualidade” e como pensamento do acontecimento. Há acontecimentos da história da Terra ou da história humana que são portadores de sentido, que se dão a ler e solicitam a decifração do seu significado por quem tenha olhos para o fazer. Ora, o investigador da Natureza e o filósofo têm mesmo o dever de o fazer, não podendo eximir-se dessa responsabilidade perante o “público”, deixando o campo livre para ser ocupado pelos moralistas ou pelos astrólogos. É questão para dizer que já nestes ensaios do ano 1756 se revela também o sentido daquilo que, no referido ensaio sobre a “Aufklärung”, Kant dirá da responsabilidade do filósofo quanto ao efetivo «uso público» da sua razão. Novo aqui é, pois, que um filósofo se ocupe também de pensar a Terra e os fenómenos telúricos, de pensar um acontecimento que marca decisivamente o seu próprio momento histórico e o destino coletivo dos homens. O acontecimento interessa-lhe, por certo, enquanto tema científico, e o seu contributo mesmo nesse plano não é irrelevante, como o espero mostrar. Mas interessa-lhe também a questão antropológica que no acontecimento se expõe em trágica evidência: a incontornável condição telúrica do homem, no que isso afeta o destino deste e o obriga a refletir para encontrar a sua adequada relação com a natureza, mas ao mesmo tempo para encontrar, porventura num outro plano que não o da mera natureza física, a verdadeira medida de si próprio. É o que se depreende deste passo da abertura do segundo ensaio:

*A consideração de tais terríveis acidentes é plena de ensinamentos. Ela humilha o Homem, porque lhe faz ver que não têm qualquer direito, ou que pelo menos o perdeu, de esperar das leis da Natureza, que Deus ordenou, consequências*



*puramente favoráveis, e talvez por essa via ele aprenda igualmente a compreender que este campo de jogos de seus desejos não deve constituir o alvo adequado de todos os seus propósitos.*

(AA 01, p. 431)

## 2. OS ENSAIOS, SEU VALOR CIENTÍFICO E SEU SIGNIFICADO NA HISTÓRIA DA SISMOLOGIA MODERNA

Obviamente, temos de colocar os ensaios no contexto da sismologia da época. Segundo o estado da sismologia atual e a teoria *standard* consensual entre os sismologistas (a da “tectônica de placas” — *Plate Tectonics* — proposta pelo geofísico canadense John Tuzo Wilson em 1963), as perspectivas expostas ou conjecturadas pelo jovem Kant em meados do século XVIII perderam a sua pertinência, tal como a haviam perdido já, cerca de um século depois de propostas, perante a teoria ondulatória de Robert Mallet (1848: *On the Dynamics of Earhquakes; being an Attempt to reduce their observed Phenomena to the known Laws of Wave Motion in Solids and Fluids*). Todavia, nelas ele acolhia, sistematizava e até ampliava o que de mais avançado era possível saber sobre o fenómeno na sua época e as suas observações e conjecturas até contribuíram para abrir novas linhas de investigação, não sendo por isso o seu contributo despiendo para uma história da sismologia moderna.

Explicações naturais para os terremotos haviam sido obviamente apresentadas desde a Antiguidade. Na sua obra *Os Meteorológicos* (livro II, capítulo 7), Aristóteles faz a resenha e aprecia criticamente as teorias mais relevantes apresentadas pelos filósofos que o precederam: a de Anaxímenes de Mileto (segundo a qual a terra estala ou quebra segundo é mais seca ou mais húmida), a de Anaxágoras de Claxómenes (que propõe ser o éter, preso no interior da terra, que, ao libertar-se, provoca abalos) e a de Demócrito de Abdera (que, por sua vez, aventa ser a água que preenche as cavernas da terra e que, ao deslocar-se de umas cavernas para outras, provoca vácuos, rompendo-se o equilíbrio do subsolo, dando origem a grandes desabamentos, podendo o equilíbrio ser rompido igualmente pelo acúmulo sobreveniente de águas da chuva). No capítulo 8, o Estagirita propõe a sua própria explicação, segundo a qual seriam os ventos, gerados no

interior da Terra e conduzidos e expelidos pelas cavidades desta, o verdadeiro agente dos terremotos, embora isso aconteça associado a outros fatores, como a temperatura ambiente, a hora e luminosidade do dia, a época do ano. Em todas estas teorias está em causa algum dos elementos considerados naturais: a terra, a água, o ar, o éter. Se aduzirmos ainda a teoria vulcanista, que alguns atribuem a Empédocles, mas não referida por Aristóteles, seria o fogo — o fogo subterrâneo — o verdadeiro responsável pelos terremotos e vulcões.

Como mostrou Gregory Quénet, por meados do século XVIII, as teorias propostas para os terremotos eram compósitas ou ecléticas. Algumas ciências como a química e a eletricidade estavam a passar por uma profunda transformação e ainda em processo de constituição, mas alguns faziam já intervir, na explicação dos sismos, fenómenos químicos, magnéticos e elétricos, que apenas começavam a ser conhecidos.<sup>9</sup> O terremoto de Lisboa daria, aliás, um forte impulso também para o nascimento da sismologia moderna, pela mudança que implicou na abordagem do fenómeno dos terremotos, naturalizando-o enquanto tal, laicizando a catástrofe que representam, passando a olhar-se para tais desastres naturais já não como castigos divinos, mas como riscos naturais cuja fenomenologia deve ser estudada, compreendida e gerida com medidas e estratégias prudenciais, de modo a contar com a sua inevitável ocorrência, mas, ao mesmo tempo, minimizar os seus estragos e sobretudo as perdas em vidas humanas.

A explicação mais verosímil para os terremotos e a que maior consenso reunia na época era a teoria que viria a ser chamada “vulcanista” (do deus Vulcano que trabalha com o fogo e em cujas forjas se fundem os metais). Segundo esta teoria, haveria um fogo central na Terra que se comunica a cavernas mais superficiais e que é mantido aí graças a substâncias combustíveis (betumes, carvões, enxofre, matérias gordas), sendo os vulcões os respiradouros por onde entra o ar necessário à alimentação desses fogos e por onde se liberta a pressão dessas combustões subterrâneas. Uma mesma seria, por conseguinte, a causa dos terremotos e dos vulcões, o que explicaria a correlação frequente (seja espacial, seja temporal)

---

<sup>9</sup> Quénet, G., “Le tremblement de terre de Lisbonne, un événement majeur de l’Histoire Européenne”, in: M.F. Rollo *et alii* (coord.), *História e Ciência da Catástrofe*, Lisboa: Colibri, 2007, pp. 13-37, sobretudo pp. 22-23; veja-se também: Quénet, G., *Les tremblements de terre aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles. La naissance d’un risque*, Champ Vallon, Seyssel, 2005.

na ocorrência dos dois fenômenos. O grande naturalista da época, Georges Louis Leclerc, Conde de Buffon, dera acolhimento e desenvolvimento a essa explicação no 1.º volume da sua *Histoire Naturelle, générale et particulière*, publicado em Paris em 1749 (que viria a ser traduzido ao alemão no ano seguinte: Hamburg/Leipzig, 1750).<sup>10</sup> No art. XVI, sob o título “Dos vulcões e tremores de terra”, não só oferecia uma tipologia dos terremotos, apoiada por uma ampla relação desses acontecimentos recolhida de fontes antigas e recentes, como também se expunha uma visão em sistema e propunha uma explicação física dos mesmos, invocando os fogos subterrâneos e as cavernas que ligam as montanhas, as terras e os mares.

O jovem Kant inscreve-se nessa explicação, valendo-se não só das razões de Buffon, que bem conhece e expressamente cita, mas também de muitos outros autores recentes ou contemporâneos (mais de uma vintena, entre geógrafos, cosmólogos, naturalistas, químicos, naturalistas viajantes...). Assim, segundo ele, o grande terremoto de Lisboa teria resultado da conjunção de três fatores, que considera amplamente testemunhados pela observação e até por experiências conhecidas ou simuláveis em maior ou menor escala:

- Um fator geológico, ou seja a peculiar constituição do solo sobre o qual nos instalamos: a Terra, devido à sua antiga submersão sob as águas de um oceano primordial, é percorrida por labirintos de cavernas, de galerias e de abóbadas, que ligam entre si regiões muito distantes, os mares e a terra firme, e que seguem preferencialmente as cadeias das montanhas. Este pressuposto é repetido uma e outra vez ao longo dos ensaios. Cite-se esta passagem:

*Os terremotos revelaram-nos que a superfície de Terra está cheia de abóbadas e cavernas e que, por toda a parte sob os nossos pés, se escondem minas com múltiplos labirintos... É de supor que a origem destas cavernas seja precisamente a mesma do atual leito do mar, pois o certo é que, se soubermos algo acerca dos vestígios que o oceano nos deixou, da sua primitiva estadia sobre a Terra, como os inumeráveis montes de conchas descobertos até no interior das montanhas e os animais fossilizados que se encontram nos poços, fácil será concluir que o mar outrora começou por cobrir todo o planeta... e que teria sido impossível as águas retirarem-se se o solo não se tivesse*

---

<sup>10</sup> E também a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert (vol. 6, 1756, pp. 612-613) a sancionará, no verbete “Feu central et feux souterraines”, redigido a partir de notas de Samuel Formey.

*de vez em quando afundado em enormes covas, formando profundas baías por onde a água afluiu e entre cujas margens se encontra ainda limitada. Enquanto isso, as zonas elevadas à volta dessas depressões convertem-se em terra firme, toda ela esventrada por cavernas subterrâneas e semeada de montes escarpados.*

(no 2.º ensaio, AA 01, p. 432)

- Um **fator químico** (e mineralógico): nas profundezas da Terra ocorrem processos de fermentação e combustão de matérias inflamáveis diversas, dando origem a explosões, que libertam a sua energia pelas galerias de cavernas, provocando erupções vulcânicas, terremotos e outros fenómenos a eles aparentados e associados (atmosféricos, aquecimento da água dos lagos, lagos cujas águas são engolidas, súbito surgimento de fontes de águas quentes, etc. ...). Eis alguns passos que expõem essa ideia:

*[...] Estas cavernas contêm todas elas um fogo ardente ou pelo menos aquele tipo de matéria inflamável que apenas necessita de um pequeno estímulo para incendiar violentamente tudo o que o rodeia e abalar ou fender o solo que o cobre.»*

(ibidem, AA 01, p. 433)

*[...] estas minas onde se encontra a acendalha dos terremotos [...]*

(ib., AA 01, p. 434)

*Se supusermos agora que as substâncias minerais ocultas no interior destas cavernas entram em contacto com substâncias líquidas que as põem em efervescência e, por via disso, num estado de fermentação interior suscetível de criar condições propícias àquela inflamação das matérias combustíveis que, no espaço de alguns dias, irromperá em toda a sua fúria... E terá sido deste modo, através desta exalação de vapores, que a fermentação subterrânea anunciou a calamidade que se ia silenciosamente preparando. A consumação da fatalidade segue-se-lhe a passos lentos, dado que uma fermentação não rebenta de imediato em labaredas. Para que a combustão se inicie, as matérias fermentadas e aquecidas têm de entrar, de alguma forma, em contato com um óleo inflamável, com enxofre, betume, ou qualquer outra substância semelhante.*

(2.º ensaio, AA 01, p. 435)

*Os grandes abismos e fendas no solo que, na Suíça e noutras regiões, se têm de vez em quando aberto e, na sua maior parte, tornado a fechar, são testemunhas evidentes de uma crescente força subterrânea que faz estalar as camadas menos espessas. Se considerarmos esta fragilidade do nosso solo, reservatório desse lume subterrâneo que, talvez por todo o lado, as matérias inflamáveis, os depósitos de carvão, as resinas e o enxofre, conseguem manter numa combustão permanente (tal como muitas vezes sucede com as minas de carvão de pedra...), se considerarmos, dizia eu, esta situação das cavernas subterrâneas, não dá ideia que um pequeno gesto seria suficiente para mergulhar as nossas abóbadas num mar de enxofre incandescente e arrasar os lugares que habitamos com torrentes de matéria em labaredas...?*

(3.º ensaio, AA 01, p. 470)

- Um fator mecânico: a transmissão do impulso inicial, da explosão e libertação da pressão provocada, pela galeria de cavernas, com seus efeitos destruidores (oscilação, tremor de terra, explosão vulcânica), pois «quando o fogo subterrâneo se inflama, expulsa todo o ar em redor para fora das cavernas.» (AA 01, p. 447), «sendo pois de presumir que a ligeira oscilação do solo da maior parte da Europa, aquando da tremenda combustão que assolou a Terra no 1.º de Novembro, outra causa não tenha tido se não este ar furiosamente turbilhonante que, à semelhança de um ciclone, fez estremecer o solo que se opunha à sua expansão.» (AA 01, p. 448)

Daí a associação estabelecida, nomeadamente, entre a erupção do Vesúvio e o terramoto de Lisboa (AA 01, p. 447) e bem assim a observação, que ocorre logo no 1º ensaio, de que se houvesse um vulcão na montanha mais alta de Portugal, os efeitos do terramoto não teriam sido tão destruidores para a capital do país, pois aquele serviria de escape para a energia libertada pelo abalo sísmico.

Kant demora-se em pormenorizadas considerações sobre a transmissão de um impulso ou choque em terra e em meio aquático, que revelam um grande conhecimento da Mecânica da época. Estava sem dúvida a par do movimento ondulatório (“leve oscilação” - *leichte Schwankung* - AA 01, p. 440), que parece admitir para a explicação dos efeitos do terramoto a grandes distâncias da zona de impacto, nomeadamente nos movimentos de águas em lagos interiores do centro e norte da Europa, sem que a terra firme circundante tenha sido abalada. Há, efetivamente, nos ensaios referências a «leves oscilações» e «movimento

baloizante», que algum comentador interpreta no sentido da teoria ondulatória, o que colocaria o jovem Kant na senda da antecipação de uma mudança de paradigma na sismologia, que só ocorrerá de facto, cerca de um século depois, com a obra de Robert Mallet sobre a *Dinâmica dos Terramotos* (1848).<sup>11</sup>

### 3. OS PRESSUPOSTOS EPISTÉMICOS DO JOVEM KANT

Não menos interessantes do que as explicações naturais que propõe para o fenómeno, me parecem, porém, ser os pressupostos epistémicos mobilizados pelo jovem filósofo, que passo a elencar sumariamente.

Em primeiro lugar, e perdoe-se a redundância, a naturalização do fenómeno: ele faz parte da Natureza e não de uma ordem moral justicialista do mundo (que usasse arbitrariamente e a bel-prazer os fenómenos do mundo físico para castigar pecadores ou para exhibir o seu poder). Disso decorre a postulação de uma explicação natural para o fenómeno dos terramotos, pelas comuns leis da Natureza. Os terramotos tal como todos os fenómenos que ocorrem na Natureza, por extraordinários e terríveis que sejam, pertencem à Natureza e decorrem segundo as mesmas leis que ela segue na produção de outros fenómenos que nos parecem mais ordinários e comuns. Aqueles devem, por isso, ser explicados, tal como estes, por causas naturais. Assim se lia logo na abertura do segundo ensaio:

*Mesmo os instrumentos temíveis de martirização do género humano, como são os tremores de terra [Erschütterungen der Länder], a fúria do mar movido no seu fundamento, as montanhas que vomitam fogo, incitam o Homem para a reflexão [fordern den Menschen zur Betrachtung] e não são menos inscritos por Deus na*

---

<sup>11</sup> Fonseca, J. P., “Posfácio” a Immanuel Kant, *Escritos sobre o terramoto de Lisboa*, Coimbra: Almedina, 2005, p. 129: “Os ensaios de Kant sobre os terramotos, apesar de pouco estudados sob o ângulo da Epistemologia, surgem assim como um exemplo lapidar de investigação na fase que antecede uma revolução científica”. De facto, na dissertação *De igne* (de Abril de 1755), prop. xii (AA 01, p. 383) lê-se: “o movimento ondulatório resultante de um levíssimo princípio não só se propaga facilmente, mas também se pode comunicar a outra matéria inflamável, por grande que ela seja, gradualmente com a mesma intensidade.” [motum undulatorium a levissimo principio conceptum non solum facillime propagare, verum etiam alii materiae inflammabili, quantquanta ea sit, pari intensitate sensim communicare possit.]

*Natureza como uma consequência direta de leis constantes, do que outras já comuns causas de desgraça [Ungemächlichkeit], que só tomamos por mais naturais porque estamos mais familiarizados com elas.*

(AA 01, p. 431)

Isto viria a tornar-se óbvio com o avanço da generalização da visão científica do mundo, mas estava longe de o ser na época e podemos ver aqui um significativo alargamento do conceito de Natureza, do que é um fenómeno natural e do que é um fenómeno normal. Se decorre daquele pressuposto a explícita recusa das explicações moralistas para o fenómeno (que invocavam uma arbitrária intervenção justicialista divina), não menos decorre a rejeição das explicações astrológicas — mesmo naquela forma mais recente, que consistia em usar a teoria newtoniana da atração para responsabilizar os astros por aquele acontecimento telúrico (início do 3.º ensaio). Em vez de procurar causas transcendentais ou longínquas, trata-se de averiguar se as não há próximas e proporcionadas aos efeitos. Ora, como mostrou o jovem filósofo, no caso dos terremotos, «a sua causa e a sua explicação está mesmo ... debaixo dos nossos pés» (AA 01, p. 469). Desta naturalização do fenómeno dos terremotos decorre a laicização da tragédia que eles representam: com efeito, esta já não pode ser vista como um castigo divino por pecados dos humanos, mas como resultando do processo da natureza operando segundo as suas leis ordinárias.

Um segundo pressuposto é o que se refere ao que se poderisa chamar a ética da investigação, que se traduz na atitude do cientista perante a Natureza. Este não deve violentar a Natureza ou tentar forçá-la a entrar numa explicação apressada: deve sim estar atento à sua livre revelação e responder ao desafio que ela lhe dirige nas suas manifestações: ela revela-se nos seus fenómenos e tanto mais quanto mais extraordinários eles são. Em vez de uma atitude de violência inquisidora, Kant propõe a de atenção solícita à auto-revelação da Natureza nos seus efeitos e fenómenos. Várias passagens dos ensaios insistem nesse ponto:

*A Natureza só pouco a pouco se descobre. Não devemos tentar adivinhar, com impaciência e mediante fantasias, o que ela nos esconde, mas antes devemos aguardar até que ela revele inequivocamente os seus segredos em claros efeitos.*

(AA 01, p. 426)



E noutro passo:

*O que a Natureza esconde ao nosso olhar e às nossas imediatas tentativas, isso ela mesma o desvenda mediante os seus efeitos.*

(AA 01, p. 432)

Isso não deve, porém, inibir a investigação, nem impedir o investigador da natureza de formular conjeturas, desde que estas sejam apoiadas na sensata razão e na experiência, e até em experimentos e simulações dos fenómenos, por analogia com processos naturais já conhecidos, pois confessa o jovem filósofo que «não é difícil para um investigador da Natureza simular os fenómenos desta», ele mesmo descrevendo vários experimentos. Tais explicações não poderão talvez chegar a ostentar alguma vez a certeza e evidência das demonstrações matemáticas, mas o máximo de probabilidade que nelas nos seja possível alcançar deve bastar-nos enquanto não podemos ter certezas absolutas e mesmo que nunca cheguemos a tê-las. Deve aceitar-se a condição precária do nosso saber acerca da Natureza em muitos dos seus fenómenos, sobretudo naqueles que são especialmente complexos, como é o caso dos terremotos, admitindo que pode haver outras explicações plausíveis para certos aspetos do fenómeno e que no futuro virão por certo a ser encontradas.

No caso do terremoto de Lisboa, dada a sua singularidade e a sua extensão, sem paralelo conhecido na história, dado por outro lado o pouco conhecimento que na época havia a respeito do que se passa no interior profundo da Terra, Kant adverte que, tratando-se de um acontecimento sem exemplo, «temos de usar de cautela quando se quer inferir de um único caso a sua causa» (2.º ensaio, AA 01, pp. 437-438; p. 66), pois pode ter várias que se conjugam. Como que dizendo que só na posse de uma amostra mais ampla (que nunca será exaustiva!) de fenómenos similares se podem tirar conclusões mais pertinentes. É consciente disso que, já no preâmbulo do primeiro ensaio, declara que as suas reflexões vão ter um carácter de mero esboço e um estatuto de mera probabilidade:

*A minha reflexão [Betrachtung] será apenas um esboço [Entwurf]. Para me exprimir com liberdade, ela conterà quase tudo o que até agora acerca <do acontecimento> se pode dizer com probabilidade [Wahrscheinlichkeit], mas certamente não o bastante*



*para satisfazer aquela rigorosa apreciação [Beurtheilung] que tudo submete à pedra-de-toque da certeza matemática.*

(AA 01, p. 419)

No mesmo sentido vai, no final do 3.º ensaio, uma observação a respeito da fenomenologia da pesquisa científica, na qual, ao mesmo tempo que revela o jovem filósofo atento às teorias mais recentes (nomeadamente as que associavam os terremotos a fenómenos elétricos e magnéticos), aconselha prudência na sua plena adoção, por ainda não estarem suficientemente sustentadas:

*Seria obra de grande fôlego expor e examinar todas as hipóteses que cada qual tem proposto no intuito de abrir novos rumos de investigação, hipóteses essas que, tal como as ondas do mar, vão frequentemente cedendo lugar umas às outras. As ciências da Natureza são, porém, dotadas de uma espécie de paladar muito apurado, que lhes permite distinguir rapidamente entre as divagações desregradas de cabeças sedentas de novidades e os juízos prudentes e seguros daqueles que se apoiam nos testemunhos da experiência e na credibilidade da razão.*

(final do 3.º ensaio, AA 01, p. 460)

Um terceiro pressuposto é o que se poderia chamar o da visão sistémica do fenómeno (ou o da inter-relação sistémica dos eventos) na sua multiplicidade de efeitos associados ou conexos temporalmente e espacialmente, mesmo a grandes distâncias da zona do seu impacto (vários fenómenos físicos, aparentemente sem nada terem que ver uns com os outros, mesmo muito distantes no espaço, embora próximos no tempo ou mesmo simultâneos ou quase simultâneos, são interpretados como estando conexos e relacionados com uma mesma causa: sismos em diferentes regiões da Europa e norte de África e sucessivas réplicas, erupções vulcânicas, movimento das águas em lagos interiores na Europa central - Suíça, Alemanha, Noruega..., com extensão à costa americana; tudo isso aponta para a verosimilhança da teoria proposta que supõe a rede de cavernas intercomunicantes que ligam as terras firmes e os oceanos, através das quais se descarrega e propaga a energia da explosão inicial.

E, por fim, não menos relevante do que os anteriores, o pressuposto da compreensão historicizada e temporalizada dos acontecimentos naturais telúricos e

cósmicos. Estes acontecimentos, na verdade, para serem adequadamente compreendidos, não devem ser considerados como fenómenos isolados, mas como momentos de um processo, como inscritos numa história da Terra, do Cosmos, da Natureza.

É assim que, no 2.º ensaio, Kant se propõe descrever a “história e a descrição natural” do terramoto. Mas entende por tal não as efemérides que ocuparam a pena de tantos outros por essa época. A história que lhe interessa é a *Naturgeschichte* — do mesmo género daquela que aparece no título do seu ensaio de 1755, que dá conta da génese, do processo de gestação e decorrência do acontecimento: isto é que dá conta do «trabalho da Natureza».

*Eu descrevo aqui apenas o trabalho da Natureza [Arbeit der Natur], as circunstâncias naturais estranhas que acompanharam o terrível acontecimento [Begebenheit], e as causas do mesmo.*

(AA 01, p. 434)

Desse “trabalho da Natureza” fazem parte os «prenúncios» [*Vorboten*] que o jovem filósofo naturalista vê conjugarem-se desde meados de outubro em vários fenómenos atmosféricos nas montanhas da Suíça (em Locarno): um vapor quente, uma neblina vermelha que daria uma chuva cor de púrpura deixando por todo o lado um sedimento viscoso avermelhado, tendo a própria neve tomado essa cor, e isso estendeu-se até à Suábia (sudoeste da Alemanha); seguiram-se aguaceiros anormais e chuvas por mais de catorze dias; o caudal dos rios nascidos nas montanhas da Suíça aumentou e transbordou, houve furacões, ciclones, desordem atmosférica que se estendeu desde Ulm (sul da Alemanha) ao norte de Itália. A que se deveu tudo isso? A resposta é: deveu-se à natureza do solo das regiões em que ocorreram. E segue a já referida ideia a respeito da rede de galerias e de abóbadas sobre que assenta a superfície exterior da Terra, que verosimilmente segue segundo Kant as cadeias de montanhas:

*As montanhas suíças escondem vastos abismos que estão sem dúvida ligados às mais profundas galerias subterrâneas... Aí se desenvolvem processos de combustão de substâncias minerais e líquidas em estado de fermentação e inflamação combustível que acaba por irromper com fúria... Terá sido deste modo, através desta exalação de vapores,*

*que a fermentação subterrânea anunciou a calamidade que se ia silenciosamente preparando. A consumação da fatalidade seguiu-se-lhe a passos lentos, dado que uma fermentação não rebenta de imediato em labaredas. Para que a combustão se inicie, as matérias fermentantes e aquecidas têm de entrar, de alguma forma, em contacto com um óleo inflamável, com enxofre, betume, ou qualquer outra substância semelhante. Enquanto isso, vão-se registando ocasionais aumentos de temperatura nas galerias subterrâneas. E é no momento em que as matérias inflamáveis, dissolvidas em mistura com as outras, atingem o ponto de combustão que as abóbadas da Terra são sacudidas e a fatalidade do destino inexoravelmente se cumpre*

(2.º ensaio, AA 01, p. 435)

Assim, lentamente preparado, ocorre o terramoto de Lisboa no dia 1 de novembro de 1755 pelas 9h50m da manhã e, em simultâneo, ocorrem vários outros fenómenos associados no mar, da Finlândia às Índias Ocidentais, numa extensão de 1500 milhas marítimas e, em terra, por toda a Europa (Irlanda, Noruega, Finlândia, Suécia, Alemanha, Boémia, França, Suíça, Itália - tremor de terra em Milão e em Nápoles o Vesúvio entrou em erupção) e norte de África (Marrocos). Seguem-se, associadas a esse mesmo fenómeno-processo, as réplicas das semanas seguintes: a série de terremotos ocorridos no mês de novembro (dias 17-18), em Portugal, Espanha e Marrocos, em Inglaterra, nas costas americanas, em Itália; e depois o terramoto de 9 de dezembro, sentido de novo em Lisboa, no sul de Espanha, em França, na Baviera, na Suíça, na Suábia, no Tirol; e ainda o de 26 de Dezembro, que atingiu o vale do Reno (Alsácia, Lorena, Colónia, Vestefália, Países Baixos).

Em suma, os terremotos, por terríveis e destruidores que sejam, fazem parte da história da Terra, a qual por sua vez é parte da história da Natureza, que está em processo, e permanentemente ocupada no seu trabalho. A Natureza — o Cosmos, a Terra — não é um estado, uma realidade fixada para todo o sempre na sua regularidade imperturbável, mas um processo em elaboração contínua. Os processos e fenómenos naturais devem ser vistos e apreciados neste tempo longo duma história da Criação em curso, do qual fazem parte estruturas e destruições de ordens estabelecidas e recriações de novas ordens, porventura mais ricas, complexas, mais belas até, segundo se lia no citado ensaio cosmológico de 1755. O jovem Kant é um dos intelectuais que, em meados do século XVIII, decidem irreversivelmente a “*Verzeitlichung*” da História Natural (LEPENIES, 1976).

#### 4. CONSIDERAÇÕES E COROLÁRIOS DE NATUREZA ANTROPOLÓGICA

Mesmo se o autor dos ensaios que estamos a comentar faz questão de se apresentar como “investigador da Natureza” (*Naturforscher*) e não como filósofo e ainda menos como filósofo moral, eles estão todavia repletos de considerações de natureza antropológica. Como se o jovem filósofo tivesse em vista dar contributos para responder a esta questão: Qual é o lugar do homem na Natureza, e qual a adequada relação que deve manter com ela?

Recusando embora uma perspetiva moralista na abordagem do fenómeno natural do terramoto, isso não significa que não o jovem pensador não tome dele pertinente lição para a correta conduta humana. Esta lição pode sumariar-se em quatro indicações, que são entre si solidárias e correlatas: a recusa do moralismo justicialista, o anti-fatalismo, o anti-prometeísmo, o anti-finalismo antropocêntrico. Por conseguinte, nem resignação fatalista, nem finalismo antropocêntrico, nem atitude prometeica, mas sim a consciência da finitude e a prudente e racional gestão dos riscos baseada numa mais correta apreciação e compreensão dos fenómenos naturais de tal magnitude.

Seja, em primeiro lugar, a recusa de uma visão moralista de um ajuste de contas divino que tivesse caído sobre os habitantes de Lisboa.

*A contemplação de tantas desgraças como as que a última catástrofe semeou entre os nossos concidadãos [unsern Mitbürgern] tem de, obrigatoriamente, despertar a nossa humana afeição [Menschenliebe] e fazer-nos partilhar do infortúnio que tão duramente os atingiu. Mas ofenderemos muito esse imperativo se insistirmos em ver semelhantes fatalidades como castigos divinos, infligidos às cidades dizimadas em virtude das más acções por elas cometidas, encarando, desse modo, todas essas infelizes vítimas como alvos da vingança de Deus, sobre os quais se abateria toda a ira do seu espírito justiceiro. Este tipo de juízo é de uma imperdoável petulância, pois arroga-se a capacidade de decifrar e interpretar a seu modo os desígnios da divindade.*

(AA 01, p. 459)

Os fenómenos físicos não fazem parte duma ordem moral do mundo assim tão primariamente entendida! Isto é, eles não servem para punir uns ou recompensar outros pelos atos que pratiquem:

*Vemos, todavia, que inúmeros malfeitores morrem tranquilos, que os terramotos desde sempre flagelaram determinadas regiões, dizimando indiscriminadamente velhos e novos, que a parte cristã do Peru não é menos sacrificada do que a pagã e que muitas cidades foram, desde o início, poupadas a esta devastação, sem que, por isso, possam reivindicar qualquer estatuto de impunidade.*

(AA 01, p. 460)

Em vez de servir para perorações de um moralismo primário, o acontecimento deve antes proporcionar oportunidade e convidar a uma reflexão efetivamente moral e proveitosa sobre os verdadeiros fins do homem e sobre o lugar deste na Natureza:

*E assim se encontra o Homem nas trevas, quando pretende adivinhar os objectivos que Deus terá em vista no governo do mundo. Mas já não há que ter incertezas quando se trata da forma como nos deveríamos adaptar aos caminhos da Providência, em conformidade com os fins por ela visados. O Homem não nasceu para construir cabanas eternas neste palco de vaidades. A sua vida tem uma finalidade bem mais nobre, como tão bem nos é demonstrado por toda a destruição que a instabilidade do mundo nos dá a ver, até mesmo naquelas coisas que nos parecem as maiores e as mais importantes, como que para nos recordar que os bens terrenos jamais poderão satisfazer a nossa ânsia de felicidade.*

(AA 01, p. 460)

Há uma ordem final mais complexa onde os fins subordinados se inscrevem. E, todavia, não se propõe uma acomodação fatalista. Pelo contrário, o homem pode agir sensatamente na gestão das coisas do mundo, de modo a precaver os efeitos destrutivos de certos processos naturais. Mas tais fenómenos constituem para os homens um desafio também de ordem moral, convidando-os a reflectirem sobre o seu destino e o seu lugar na Natureza:

*Dizendo isto, longe de mim querer sugerir que o Homem esteja abandonado à fatalidade inelutável das leis da Natureza, sem quaisquer contemplações para com o*

*estatuto privilegiado de que goza no seu seio. Terá sido precisamente a sabedoria suprema, da qual o curso natural das coisas extrai essa justeza que não carece de qualquer correção, a subordinar os fins menores aos mais elevados e, justamente nesse intuito — em função do qual frequentes vezes se abriram as mais importantes exceções às regras universais da Natureza — de alcançar os fins mais sublimes, fins infinitamente superiores a todos os meios de que a Natureza dispõe, também a condução do género humano no governo do mundo acaba por ditar leis ao próprio curso das coisas naturais. Quando uma cidade ou região entrevê a calamidade com que a Providência divina a atemoriza a ela ou aos seus vizinhos, oferecerá ainda dúvida que partido deve tomar a fim de evitar a ruína que sobre ela impende, e serão os sinais ainda demasiado ambíguos para dar a perceber os fins para cuja realização todos os caminhos da Providência, em uníssonos, convidam ou exortam o Homem?*

(AA 01, pp. 460-461)

Em vez de uma moral de culpa e castigo e contra a atitude de desistência fatalista, o jovem filósofo propõe uma ética da compreensão do fenómeno, da precaução e da gestão prudencial dos riscos e vantagens. A inútil lamentação e resignação cederá assim o lugar a uma prática prudencial de convivência com o risco e de sensata gestão dos seus estragos e vantagens. Trata-se de aprender a conviver com ele, sabendo que é ao limite inevitável, mas também que podem ser minimizados os seus efeitos destruidores; nomeadamente, na escolha adequada de lugares de implantação urbana, na adoção de técnicas e tipos de construção mais seguros ou menos propensos a potenciar o risco de desastres e tragédias (do que é aduzido o exemplo dos habitantes do Peru que constroem as suas casas com paredes só no rés-do-chão e de canas no andar superior). Interessantes indicações ou sugestões de medidas preventivas são dadas a esse respeito sobre o caso de Lisboa, advertindo para o facto de que a orientação da sua implantação terá favorecido e potenciado os efeitos destruidores do terramoto e do efeito do maremoto que se lhe seguiu:

*Se, em situações tão adversas, é permitido ao homem usar de alguma cautela, se, face a tão generalizados tormentos, não se considera um esforço temerário e vão propor algumas medidas preventivas que a razão nos oferece, não deveriam então as desoladoras ruínas de Lisboa fazer reponderar o projeto de reconstruir a cidade de novo na longitudinal do mesmo rio, que descreve a direção em que os tremores de terra*

*nessa região naturalmente têm que acontecer... A tragédia de Lisboa parece ter sido agravada pela localização da cidade, construída na longitudinal do Tejo. E daí que, tendo em conta estas razões, nenhuma cidade de um país por diversas vezes vítima de tremores de terra, cuja direção seja possível determinar a partir da experiência, devesse ser construída em direção paralela à que estes seguem. Só que, em situações desta natureza, a maioria das pessoas é de opinião totalmente diferente. Porque o pavor lhes rouba a capacidade de reflexão, julgam ver, nestes casos de desgraça tão generalizada, um mal de tipo completamente diferente daqueles contra os quais é lícito tomar precauções, imaginando então que podem suavizar a dureza do destino se se submeterem cega e resignadamente aos favores e desfavores do Céu.*

(1.º ensaio, AA 01, pp. 420-421).

E, todavia, também o anti-prometeísmo, que à primeira vista parece não ir bem com o tom de ousadia do jovem filósofo em enfrentar o fenómeno e encontrar para ele uma explicação natural plausível, mesmo se conjectural e não com a certeza de uma demonstração matemática. Mas o jovem Kant não propõe uma atitude de domínio sobre a Natureza, e sim, antes de mais, uma de compreensão da natureza. Sem, todavia, se vergar ao fatalismo, do que se trata é de encontrar a justa medida da intervenção sensata humana nos processos naturais, com a consciência, porém, de que ao limite, a Natureza, seja pela sua força ou pela sua grandeza, é incomensurável pelo conhecimento e indomável pelas técnicas humanas. É assim que, aludindo à proposta de um contemporâneo, um tal Professor Hollmann, segundo a qual, com vista a evitar ou a controlar os sismos, se perfurasse a camada superior da crosta terrestre até aos abismos ardentes mais profundos, para assim se abrirem escapes por onde se libertasse de forma controlada a energia aí acumulada, Kant faz notar a impossibilidade de realização técnica de um tal projeto e, associando-o ao de Franklin, assim conclui:

*Do Prometeu dos novos tempos, Franklin, que quis neutralizar a trovoadas, até àquele que pretende extinguir o fogo na oficina de Vulcano, todos estes esforços são provas de uma audácia do Homem, que está associada a um poder que não tem a mínima relação com o que ele possui para isso, conduzindo-o por fim à humilhante lembrança - onde justamente ele deveria sempre começar -, de que na verdade ele nunca será algo mais do que um Homem.*

(AA 01, p. 472)



A crítica e a recusa do finalismo antropocêntrico é explícita e reiterada ao longo dos três ensaios. O Homem não tem razão nenhuma para esperar que a natureza no curso dos seus fenómenos e das suas leis faça qualquer exceção em relação a ele. Ele quer que tudo na Natureza esteja ao seu jeito, quando, pelo contrário, deve ser ele a adequar-se e a ajustar-se à natureza.

São conhecidas as críticas acusadoras de alguns pensadores do século XX (Hannah Arendt, Hans Jonas) ao suposto antropocentrismo de Kant.<sup>12</sup> Por certos críticos não terão lido estes ensaios do jovem filósofo. Atente-se a esta página final do 2.º ensaio, que, por sua vez, nos reconduz ao passo atrás citado do ensaio cosmológico de 1755:

*O Homem tem, na verdade, tamanha presunção que, pura e simplesmente, se julga o objetivo único das ações de Deus, como se estas não pudessem ter outro fim em vista se não ele, e todas as medidas para governo do mundo se devessem regular pelos seus interesses. Sabemos que tudo quanto existe na Natureza é um objeto digno da sabedoria e providência divinas. Nós somos apenas uma parte do que nela se encontra, mas temos a pretensão de ser o todo. As regras da perfeição da Natureza no seu todo não queremos tomá-las de modo nenhum em consideração, e tudo tem que estar apenas orientado em direta relação connosco. Tudo o que no mundo serve a nossa comodidade e prazer só existirá por nossa causa, e a Natureza não empreenderia qualquer transformação suscetível de molestar os seres humanos se não fosse para os punir, ameaçar, ou exercer qualquer vingança sobre eles.*

(AA 01, p. 460)

E noutro passo:

*... tão terrível flagelo dos homens ... estou certo de que de bom grado o dispensaríamos, só para sermos poupados ao terror e aos perigos que lhe estão associados. Assim somos feitos os homens: depois de termos ilegalmente feito a exigência do pleno direito a todos os prazeres desta vida, recusamo-nos a pagar os custos dessa vantagem. Exigimos que o solo terrestre esteja feito de maneira que possamos desejar*

---

<sup>12</sup> Para a refutação dessas críticas, veja-se o meu ensaio “Kant e os limites do antropocentrismo ético-jurídico”, no meu livro *Regresso a Kant. Ética, Estética, Filosofia Política*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, pp. 123-174.



*viver nele eternamente. E a respeito disso imaginamos que teríamos disposto tudo para nosso melhor proveito se a Providência se tivesse lembrado de nos pedir opinião. ... Não conhecemos os eventuais benefícios que nos podem advir justamente dessas mesmas causas que nos aterrorizam nos terremotos, e só queríamos sabê-las erradicadas. Enquanto homens, que nasceram para morrer, não conseguimos, todavia, suportar que alguns tenham morrido no terremoto; e, apesar de sermos aqui estrangeiros e sem nada que nos pertença, ficamos, não obstante, inconsoláveis por se terem perdido bens que o curso geral da Natureza por si mesmo em breve se encarregaria de fazer desaparecer.*

(AA 01, pp. 455-456)

Sem minimizar os estragos e perdas causados por tais fenômenos naturais extremos, Kant apresenta igualmente, no 2.º ensaio (AA 01, pp. 456-458), uma longa folha de benefícios (*Nutzen*) que eles trazem consigo e que compensam bem os prejuízos: o surgimento de fontes termais propícias à saúde graças às suas propriedade minerais e térmicas, a formação e maturação de veios metalíferos nas montanhas, a renovação da qualidade da atmosfera com sais e partículas voláteis ativos, a renovação dos nutrientes minerais dos solos necessários ao crescimento das plantas, a manutenção do equilíbrio térmico da Terra necessário ao desenvolvimento da vida e à economia geral do reino da Natureza. Poderíamos talvez ser levados a pensar que estas considerações de juventude serão varridas pelas mais maduras perspectivas da maturidade. Mas isso só nos é consentido enquanto nos dispensarmos de ler as páginas da Segunda Parte da *Crítica do Juízo*.

## 5. OS ENSAIOS DE KANT SOBRE O TERRAMOTO E O DISCURSO TEODICEICO DA ÉPOCA

Para além de Kant, outros intelectuais europeus de primeira grandeza escreveram as suas considerações sobre o terremoto de Lisboa. Mas há dois que entre todos se destacam: Voltaire e Rousseau. O confronto de posições entre estes três notáveis representantes do pensamento setecentista é eloquente a muitos títulos.

No seu famoso *Poème sur le désastre de Lisbonne*, fazendo-se porta-voz e advogado dos homens esmagados pela catástrofe, Voltaire acusa Deus da sua

irresponsabilidade moral na condução do mundo e mesmo da inexistência de uma ordem e finalidade no mundo, o qual não dá prova nem de um criador sábio, nem de um governante bom e de um juiz justo. O filósofo francês contrapõe à tese do otimismo filosófico da época (seja na versão de Leibniz ou na de Alexander Pope), segundo a qual «tout est bien», a contra-prova incontornável do terramoto de Lisboa, que em trágica eloquência a expõe na sua insustentável mentira.<sup>13</sup>

Em contrapartida, Rousseau, na sua *Lettre à Voltaire*, dirige contra o autor do *Poème*, a acusação de ser ele próprio vítima de um antropocentrismo primário — como se tudo na natureza e na criação de Deus devesse estar orientado a satisfazer unicamente e diretamente o bem-estar dos humanos, entendido este bem-estar segundo as curtas vistas e os interesses egoístas dos próprios. Acusa-o ainda de, com o seu discurso, em vez de dar realmente algum conforto aos castigados pelo terramoto, antes os desesperar ainda mais, pois não lhes aponta nenhum horizonte de esperança fundado numa ordem do mundo porventura mais complexa do que aquela que tem as curtas dimensões dos interesses humanos e não os interesses de toda a Natureza e Criação de Deus e que, porventura, é a que serve realmente também os verdadeiros interesses dos humanos. Por outro lado, o filósofo de Genève defende Deus e a Natureza das acusações voltairianas e responsabiliza antes os homens pela falta de sensatez na administração da sua vida em sociedade: acumulam-se em cidades, sem cuidarem de as construir adequadamente e depois lamentam-se porque são destruídas pelas forças da natureza, que eles mesmos deviam conhecer para a elas se ajustarem; em vez de aprenderem a adaptar-se à Natureza, às suas leis e aos seus ritmos, os homens querem que seja a Natureza e Deus a adaptarem-se aos seus caprichos e à sua insensatez.<sup>14</sup>

Deve ter-se em conta que os ensaios de Kant foram escritos e publicados muito antes de ter sido publicado o poema de Voltaire (Maio de 1756) e ainda mais a carta de Rousseau a Voltaire (Agosto de 1756). Mas é como se, naqueles seus ensaios, Kant tivesse respondido por antecipação às acusações e argumentos de Voltaire e secundado, fundamentadamente, algumas das considerações expostas por Rousseau na sua Carta.

<sup>13</sup> Voltaire, *Poema sobre o desastre de Lisboa*, trad. de Vasco Graça Moura, Lisboa: Alêtheia Editores, 2013.

<sup>14</sup> Rousseau, J.-J., *Lettre à Voltaire* (18.08.1756), *Oeuvres*, Bibliothèque de la Pléiade, t. IV, Paris, 1969.

À primeira vista, os ensaios de Kant parecem estar completamente fora deste registo teodiceico de acusação de Deus ou de sua defesa, pela razão, em face da sua obra, a Natureza, e da visível incongruência que nesta se manifesta entre a desordem física e as exigências de uma ordem racional e moral humana. Eles são escritos, como vimos, na perspectiva de um *Naturforscher*, que pretende descrever e compreender o «trabalho da Natureza» em processo. Kant não culpa nem Deus nem a Natureza, como o faz Voltaire, nem os homens como o faz Rousseau. É mesmo capaz de ler, para além da destruição e da tragédia, os aspetos positivos — os reais benefícios — dos terremotos, do que tira razão para pensar numa visão finalizada do mundo que está muito para além dos interesses imediatos dos humanos, mas que tem em vista o todo da Natureza. Mas é claro que pensa e diz que são os homens que devem aprender a lição da experiência de tão trágicos acontecimentos. São eles que devem ajustar-se à Natureza, e não pretender ou esperar que a Natureza sirva os caprichos ou obedeça à insensatez dos homens. Mais: são os homens que devem aprender da experiência de tais terríveis acontecimentos qual é o seu verdadeiro lugar na Criação e dessa lição faz parte concluir, por fim, que não é sobre recentes escombros já aplanados ou sobre fornhalhas acabadas de arrefecer que devem pretender montar suas tendas de morada permanente, e que porventura a sua destinação, sendo sem dúvida terrena, cumpre-se também e mais decisivamente num outro plano, a que poderíamos chamar um plano moral, naquele verdadeiro sentido que este termo virá a assumir no pensamento kantiano. Há, sem dúvida, segundo Kant uma lição de ética a tirar do trágico acontecimento, mas essa lição é completamente diferente da do justicialismo primário inculcado pelos moralistas de toda a espécie cujos discursos inflamados medraram sobre os escombros da tragédia.

Há um otimismo de Kant? Sem dúvida. Mas para compreendermos o teor desse otimismo do jovem filósofo devemos ter em conta as suas *Considerações sobre o Otimismo* (redigidas presumivelmente entre o ano 1754 e 1755, como esboço de resposta a uma questão de concurso aberto pela Academia das Ciências de Berlim, lançada em 1753 para o ano 1755), onde Kant confronta a concepção de otimismo do poeta-filósofo inglês Alexander Pope com a de Leibniz.

Tentando defender a «causa de Deus», desresponsabilizando-o pelo mal do mundo, o filósofo de Hanôver parte do pressuposto da perfeição divina, que, enquanto tal, não pode deixar de escolher o melhor, por conseguinte, garantindo

assim de forma pré-estabelecida a ordem e harmonia do todo, mesmo se nas partes por vezes se revela a desordem, a qual, mesmo se é real e não apenas aparente, há-de por fim contribuir para uma ordem maior quando apreciada no conjunto. Por sua vez, seguindo a estratégia confiante de um advogado de causas aparentemente impossíveis,

*Pope escolheu um outro caminho... Ele percorre a Criação parte por parte, onde sobretudo os acordos parecem mais falhar-lhe; e mostra, todavia, que cada coisa, que nós gostaríamos de excluir do plano da mais alta perfeição, é boa também, considerada em si mesma, e não é requerido possuir por antecipação um preconceito vantajoso a respeito da sabedoria do Ser ordenador, para fazer a prova deste Ser. As determinações essenciais e necessárias das coisas, as leis gerais, cujas relações recíprocas formam, sem união forçada, um plano harmonioso, adaptar-se-ão como que por si mesmas para obter fins perfeitos.*

(AA 17, pp. 233-234)

Ora, Kant claramente prefere esta atitude e visão de Pope à concepção do filósofo alemão de uma harmonia “pré-estabelecida”, ordenada e formatada desde o início. Mas, de uma tal concepção só pode resultar uma visão trágica do mundo, de turbulências e revoluções cósmicas, que obrigam o homem a meditar sobre qual o seu lugar e a sua destinação num cosmos que está assim sujeito a uma história feita de acontecimentos caóticos e desestruturadores, onde toda a ordem emergente é contingente, instável e provisória, como o expusera já o jovem filósofo no seu ensaio cosmológico de 1755. E, ainda assim, o otimismo é possível, pois, como se lê no Prefácio desse ensaio, na mesma linha, aliás, das *Considerações sobre o Otimismo*: «existe um Deus precisamente por isso, que a natureza, até mesmo no caos, não pode proceder de outro modo que não seja regular e ordenadamente.» (ANTH, AA 01, p. 228). Outro tanto vale para os ensaios sobre o terramoto de Lisboa. Por certo, os aspetos de anti-finalidade da Natureza parecem à primeira vista desmentir uma lógica finalística de conveniência humana. Mas, como se lia já naquele ensaio de cosmologia, nessa anti-finalidade ou inadequação, precisamente se mostra que o destino humano não se circunscreve à sua condição física, mas deve satisfazer também a sua condição moral: e assim a dissonância da Natureza em relação a uma completa satisfação

da condição física do homem revela a este que a sua condição mais essencial é de ordem moral: há, por conseguinte, uma lógica finalista mais subtil que incorpora o que à primeira vista parecia ser destituído de toda a pertinência e até contrário a ela. E isto, que já está claro nos escritos naturalistas do jovem filósofo que temos estado a comentar, será retomado e elaborado na *Crítica do Juízo*, não só nos parágrafos dedicados à analítica do sublime como também nos parágrafos da segunda parte (§§81-87) sobre a associação entre o princípio do mecanismo e o princípio teleológico e sobre a acoplagem da finalidade da Natureza com a finalidade moral. De igual modo, nessa obra tardia, na seção da Analítica do Sublime, o filósofo proporá uma transfiguração estética de tais fenómenos extremos e destruidores da Natureza, apresentando-os como ocasião de experiência de um sentimento do sublime,<sup>15</sup> o que estava também já claramente insinuado no ensaio de cosmologia de 1755<sup>16</sup>, mas não nos artigos sobre o Terramoto de Lisboa, pois constituiria aqui um manifesto despropósito o propor como ocasião para uma vivência de prazer (mesmo se de um prazer estético *sui generis* se tratasse, pois é um prazer que se toma no que de imediato e por si mesmo nos despraz e é um (des)prazer de reflexão) o trágico espetáculo de dor e sofrimento de dezenas de milhares de seres humanos. Nestes seus juvenis ensaios, o jovem filósofo manifesta antes a sua solidária condolência e «humana afeição» (*Menschenliebe*) para com as vítimas da catástrofe e, dando prova já de um genuíno sentimento cosmopolita, considera-as não como estranhos distantes, mas como seus «concidadãos» (*unsern Mitbürgern*).

Por outro lado, longe de contrapor uma visão mecanicista a uma visão finalista, Kant vê o finalismo a trabalhar no seio do próprio mecanismo e com os meios deste, vê a ordem a surgir mesmo do interior do caos. Há um finalismo mais subtil do que aquele que caracteriza o antropocentrismo de vistas curtas, e esse está inscrito no cerne do próprio mecanicismo, gerindo até as próprias forças caóticas de um cosmos que está em formação contínua: trata-se do que se

---

<sup>15</sup> KU § 23, AA 05, p. 246: "...in dem, was wir an ihr <Natur> erhaben zu nennen pflegen, ... diese vielmehr in ihrem Chaos oder in ihrer wildesten, regellosesten Unordnung und Verwüstung, wenn sich nur Grösse und Macht blicken lässt, die Ideen des Erhaben am meisten erregt."

<sup>16</sup> ANTH, AA 01, pp. 319-322. Veja-se o meu ensaio "Analogia e conjectura no pensamento cosmológico do jovem Kant", in: Leonel Ribeiro dos Santos, *Ideia de uma Heurística Transcendental. Ensaio de Meta-Epistemologia Kantiana*, Lisboa: A Esfera do Caos, 2012, pp. 51-52.

poderia chamar um “finalismo epigenético”, não preformado, mas como que em processo de invenção permanente, aproveitando a própria desconfiguração de uma dada ordem para a criação de novas ordens cada vez mais complexas.

Em suma, para o jovem Kant, a finalidade existe mesmo — precisamente e antes de mais — no próprio caos e na Natureza enquanto aparentemente entregues apenas ao jogo cego do mecanismo das forças de atração e repulsão. Há, pois, um otimismo kantiano. Mas ele expõe-se como um otimismo trágico, se é que estas duas expressões mutuamente se consentem.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016)

## REFERÊNCIAS

- Adickes, E., *Kant als Naturforscher*, Bd. II, Berlin: Walter de Gruyter, 1925.
- Aristóteles, *Météorologiques*, édition et traduction de P. Louis, Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- Breidert, W. (Hrsg.), *Die Erschütterung der vollkommenen Welt: Die Wirkung des Erdbebens von Lissabon im Spiegel europäischer Zeitgenossen*, Darmstadt: WBG, 1994.
- Breidert, W. (Hrsg.), “Prefácio” a: Immanuel Kant, *Escritos sobre o Terramoto de Lisboa*, Coimbra: Almedina, 2005, pp. 7-38.
- Buffon, G-L. L., comte de, *Histoire naturelle, générale et particulière...*, Tome I (1749), texte établi, introduit et annoté par Stéphane Schmitt avec la collaboration de Cédric Crémère, Paris, Honoré Champion, 2007.
- Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, par une Société de Gens de Lettres..., Tome VI, Paris, 1756.
- Ferreira, Manuel José do Carmo, “Roteiro da presença portuguesa na obra de Kant”, in: Leonel Ribeiro dos Santos et alii (coord.), *Kant: Posteridade e Actualidade*, Lisboa: CFUL, 2007, pp. 45-52.
- Fonseca, J. P., “Posfácio” a: Immanuel Kant, *Escritos sobre o Terramoto de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 121-137.
- Foucault, M., “Qu’est-ce que les Lumières?”, *Dits et écrits*, IV (1980-1988), Paris: Gallimard, 1994.
- Kant, I., *Kant’s gesammelte Schriften*, hrsg. v. der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Bände I u. V: Berlin: Georg Reimer, 1910 u. 1913); Bd. IX: Berlin/Leipzig, Walter de Gruyter, 1923.
- Kant, I., *Escritos sobre o Terramoto de Lisboa*, tradução de Benedith Bettencourt, Prefácio de W. Breidert, Posfácio de João Duarte Fonseca, Coimbra: Almedina, 2005.
- Kant, I., *Ensaio de Kant a propósito do terremoto de 1755*, tradução de Luís Silveira, Lisboa, Publicações da Câmara Municipal de Lisboa, 1955.

- Lepenies, W., *Das Ende der Naturgeschichte. Wandel kultureller Selbstverständlichkeiten in den Wissenschaften des 18. Und 19 Jahrhunderts*, München: Hanser, 1976.
- Marcucci, S., «Le savant Kant agé de trente ans», in: Valerio Rohden, R. R. Terra, Guido A. de Almeida, Margit Ruffing (Hrsg.), *Recht und Frieden in der Philosophie Kants*, Bd. I, Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2008, pp. 199-212.
- Quenet, G., “Le tremblement de terre de Lisbonne, un événement majeur de l’Histoire Européenne”, in: M. F. Rollo, A. I. Buescu, P. Cardim (coord.), *História e Ciência da Catástrofe*, 250.<sup>o</sup> Aniversário do Terramoto de 1755, Lisboa, IHC da FCSH da UNL / Colibri, 2007, pp. 13-37.
- Quenet, G., *Les tremblements de terre aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles. La naissance d’un risque*, Seyssel: Champ Vallon, 2005.
- Rousseau, J.-J., *Lettre à Voltaire* (18.08.1756), *Oeuvres*, Bibliothèque de la Pléiade, t. IV, Paris, Gallimard, 1969.
- Santos, L. R. dos, «Analogia e conjectura no pensamento cosmológico do jovem Kant», in: Leonel Ribeiro dos Santos, *Ideia de uma Heurística Transcendental. Ensaio de Meta-Epistemologia Kantiana*, Lisboa, A Esfera do Caos, 2012, pp. 23-58.
- Santos, L. R. dos, «Kant e os limites do antropocentrismo ético-jurídico», in Leonel Ribeiro dos Santos, *Regresso a Kant. Ética, Estética, Filosofia Política*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, pp. 123-174.
- Soromenho-Marques, V., *Razão e Progresso na Filosofia de Kant*, Lisboa: Colibri, 1998, pp. 172-192: «A outra crítica do optimismo: o terramoto de 1755».
- Soromenho-Marques, “Um terramoto entre dois mundos”, *Visão*, 27 de Outubro de 2005, pp. 30-33.
- Voltaire, F. M. A., *Poème sur le désastre de Lisbonne/Poema sobre o desastre de Lisboa*, trad. de Vasco Graça Moura, Lisboa: Alêtheia Editores, 2013.





# A hipótese de saída do Euro

PAULO DE PITTA E CUNHA<sup>†</sup>

1. Tendo sido Portugal um dos Estados fundadores da zona euro, na qual se vem mantendo há já uma quinzena de anos, a decisão de sair, que poderemos designar por “Porexit” (por analogia com a conhecida expressão “Grexit”), teria mais inconvenientes do que vantagens.

Embora, na altura própria, tenha desaconselhado a participação no grupo de arranque da união monetária, também agora discordo, e ainda com maior veemência, da proposta (defendida em certos sectores) de abandono, pelo país, da moeda única europeia — salvo, claro está, na distante possibilidade de dissolução em bloco da união monetária.

O que com tal abandono se pretenderia seria a recuperação da possibilidade de prossecução de uma política monetária e cambial autónoma, tornando possíveis ganhos de competitividade que a permanência no âmbito da zona euro não permite, e a aceleração do crescimento económico induzido pelas exportações.

2. A razão fundamental pela qual advoguei, no passado, em face do lançamento da união monetária, uma atitude prudente de “wait and see”, como fez a Dinamarca, radicava-se precisamente na relevância que atribuí à independência na prossecução da política monetária e cambial.

Tratar-se-ia agora de desfazer o compromisso de fixação definitiva da paridade, inerente à opção pela moeda única, com o conseqüente regresso a uma moeda nacional.

3. Admite-se que da recuperação de autonomia, por via do retorno ao escudo, ou da adopção de um “novo escudo”, resultasse o impulso das exportações.

Porém, para que esse efeito se verificasse em plenitude seria necessário não só que a procura externa dos bens e serviços produzidos e prestados no país tivesse a elasticidade suficiente para reagir positivamente à variação do

respectivo preço, mas também que a oferta nacional pudesse responder por forma adequada ao acréscimo da procura.

A depreciação cambial é eficaz apenas a partir de determinado valor das elasticidades-preço da procura (procura externa de bens nacionais e procura nacional de importações).

Ora, é problemático que se verifiquem, na medida necessária, as condições relativas às elasticidades. Por um lado, pode duvidar-se de que exista uma elevada elasticidade da procura externa, atentos os tipos de bens que Portugal está em condições de produzir, pois ainda abundam na exportação os produtos tradicionais, e não tanto os que incorporam modernas tecnologias.

Por outro lado, na economia portuguesa, que dá sinais de poder sair da estagnação, ou quase estagnação, que já dura há década e meia, nem as exportações representam ainda uma percentagem suficientemente grande do PIB (embora se registem progressos significativos nesta matéria), nem se verificaram transformações estruturais que permitissem expandir a exportação dos tipos de bens transaccionáveis que mais se coadunam com a produção dos efeitos visados pela desvalorização.

Caso a economia dos países potencialmente importadores continue a atravessar uma fase de estagnação, ou de recessão (o que vai sucedendo na Europa, mormente na zona euro), dificilmente se processará o efeito visado pela depreciação cambial.

4. Tem-se notado, de resto, que o encarecimento das importações pode ter a consequência contrária à habitualmente prevista, na medida em que o excessivo aumento do valor de tais produtos em moeda nacional induza à restrição das respectivas importações. Este é um novo padrão de análise dos efeitos da desvalorização, que vem sendo observado em países emergentes, com o Brasil e a Rússia.

Se é certo que deste modo, abranda o efeito inflacionista que estaria ligado a um aumento das importações, a verdade é que, reduzindo-se as importações de bens necessários ao desenvolvimento da actividade produtiva, se acentuará a incapacidade do país para realizar as alterações estruturais necessárias ao incremento do potencial exportador.

5. Há que notar que a depreciação cambial, que se processará na sequência da saída da zona (tal depreciação sendo a consequência imediata, ou quase imediata, do regresso à moeda nacional), não deixará de suscitar uma pressão inflacionista, por via do encarecimento dos bens e serviços importados pelo país.

Tal inflação poderá servir para alimentar a ilusão monetária, como sucedeu quando das desvalorizações acordadas no fim dos anos 70 e começo dos 80 com o Fundo Monetário Internacional (a estabilidade nominal dos salários dissimulando a baixa real dos mesmos); mas terá, como consequência, o encarecimento dos produtos exportáveis e a neutralização, pelo menos parcial, do efeito de impulsão da competitividade externa.

Como se vê, a desvalorização cambial, sendo inegável que é uma arma relevante na panóplia dos instrumentos de correcção dos desequilíbrios externos, está longe de ser uma panaceia.

6. Não é difícil descortinar toda uma série de aspectos negativos que se relacionariam com o abandono da zona euro.

Em termos financeiros, o país ficaria entregue a si próprio, deixando de contar com a possibilidade de recurso aos mecanismos de auxílio (“bail out”) existentes no âmbito da zona euro, perdendo o apoio conferido pelo Banco Central Europeu, vendo o acesso aos mercados dificultado em razão da desconfiança e do cepticismo gerados pela saída da zona e deparando com uma reacção de retraimento por parte dos potenciais investidores estrangeiros.

O abandono da união monetária não deixaria de suscitar um abalo fortíssimo no sistema financeiro, não sendo, de resto, de excluir a possibilidade de falências bancárias.

Seria necessário (como aconteceu na Grécia em face da iminência do incumprimento das suas obrigações internacionais) introduzir rigorosos controlos de capitais, que se tornariam extensivos às próprias deslocações de pessoas ao estrangeiro, controlos esses que atentam contra a normalidade de funcionamento do mercado interno da União.

Põe-se, assim, o problema da compatibilidade da saída do país com as regras relativas às liberdades circulatórias e à concorrência dentro da União Europeia, as quais constituem elementos fulcrais do processo de integração.

No limite, poderia antever-se a saída do país da própria União Europeia — hipótese essa que os Tratados contemplam —, perspectiva que até há pouco parecia impensável, mas que constitui agora objecto de séria atenção. Lembremos, a este respeito, o anunciado referendo britânico sobre a permanência na União, envolvendo o risco do abandono. Não seria de excluir, aliás, que, a prevalecer o “não”, se viesse a estar no limiar da secessão escocesa (“Brexit” para a Inglaterra, Gales e Ulster; permanência na EU para a Escócia).

7. Como se referiu, os mercados financeiros internacionais não deixarão de se mostrar sensíveis ao clima de desconfiança criado pela decisão de saída do euro. Ora, é duvidoso que os investidores privados se mostrem atraídos pela economia do país que, tendo-se retirado da zona, optou pela desvalorização.

Por outro lado, a dívida externa, que no caso português (só quanto à que dimana do sector público) já ronda os 130% do PIB, sendo basicamente expressa em euros, passa a assumir, dada a depreciação em relação à moeda europeia, uma expressão inoportável em termos de moeda nacional, agravando-se as dificuldades de satisfação dos compromissos assumidos em relação ao exterior.

8. O valor excessivo da dívida externa portuguesa constitui, aliás, uma razão adicional para que se encare com perplexidade a hipótese de saída da zona. Sendo a receptividade dos credores indispensável para qualquer negociação que tenda a aliviar o peso daqueles compromissos, o abandono unilateral da zona estaria longe de criar o clima desejável para tal negociação.

Pelas razões que se enunciaram — a problemática consecução dos ganhos de competitividade inerentes à desvalorização e os aspectos negativos associados à perda de confiança e ao abalo sofrido pelo sistema financeiro —, é de concluir que a “Porexit” não constitui a via adequada à solução dos problemas da economia portuguesa. Mesmo que se tentasse o que se vem chamando, eufemisticamente, uma saída “organizada”, seria sempre uma navegação para águas repletas de escolhas.

9. Sendo de esperar que a proclamação da saída da zona e consequente retorno à moeda nacional implique uma imediata depreciação desta última, torna-se difícil prever que amplitude teria essa depreciação. Em relação à Grécia, têm sido aventadas percentagens muito altas, da ordem dos 50% ou mais. Para Portugal,

julgo que não se ousou, até agora, antecipar uma expressão numérica para a desvalorização que se seguisse à passagem à moeda nacional.

De resto, muito depende das circunstâncias em que a saída se processe. Ela pode dar-se quando o país se encontre “encostado às cordas” e incapaz de aceder aos mercados financeiros, como foi a situação recente da Grécia, provisoriamente salva, “in extremis”, pela concessão de um terceiro resgate, no valor de 85 mil milhões de euros (a somar aos dois anteriores, que totalizaram 240 mil milhões, havendo ainda que considerar o “desconto” representado pelo “hair cut” de 2012). Mas também pode ser desencadeada em condições menos extremas, como pensamos que sucederia com Portugal que, até ao presente, beneficiou de um único resgate, de 78 mil milhões de euros.

Ora, se o país já recuperou o acesso aos mercados financeiros, e a taxas de juro (por enquanto) comportáveis, se já foi completado o programa de auxílio externo e se a economia vem registando alguns sinais de recuperação e de redução do desemprego, a hipótese de saída, salvo alterações políticas ou económicas graves, que se processem a nível interno ou a nível internacional, tende a tornar-se meramente académica.

Como se sabe, a opção pela moeda única, para ter êxito, deveria envolver amplas mudanças estruturais, visando sobretudo a melhoria da produtividade e a preservação da competitividade externa (em particular, em relação aos outros membros da zona).

Faltando estas mudanças, por o país ter incautamente entrado para a zona descurando a adequação aos novos imperativos, deixa de se estranhar que se envolva na crise das dívidas soberanas, crise tanto mais perigosa quanto mais acentuada for a imperfeição do modelo concreto da união.

10. O abandono da união monetária por parte de um (ou mais) dos seus membros, mesmo que não dos mais fortes, não poderia deixar de se traduzir num forte abalo na já de si debilitada construção europeia — agora, para mais, agravada pela crise migratória, e pelas ásperas discordâncias entre os Estados-membros quanto à solução deste problema.

Quer se concorde, quer não, com a formação da união monetária, o certo é que esta é um facto consumado e representa o ponto mais alto das políticas de integração.

A saída da zona por um dos participantes poria termo à visão da irreversibilidade da composição da união monetária; seria um grave revés num processo que tomou como lema “a união cada vez mais estreita” e poderia desencadear um efeito de contágio, de imprevisível extensão.

Compreende-se que, no âmbito do Eurogrupo, se tenham desenvolvido extensos esforços com vista a reter a Grécia no âmbito da zona — esforços facilitados pela inversão da posição do Governo helénico, que havia chegado ao poder sob o signo da anti-austeridade. Por parte do ministro das Finanças alemão, propugnador da linha dura da penalização dos países “esbanjadores”, chegou a ser aventada a hipótese de uma “Grexit” temporária — solução que a Chanceler se apressou a descartar, certamente inspirada sobretudo em considerações de ordem geoestratégica. Resta saber por quanto tempo se poderá manter aquela irreversibilidade.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016)

## O tempo e o lugar na interpretação de uma epígrafe

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Os que lidam com a História sabem perfeitamente que um facto só é cabalmente compreensível se dele se conhecerem dois factores imprescindíveis: o tempo e o lugar.

Explicam-se bem os *grafitti* que enxamearam as paredes das nossas cidades e vilas logo após o 25 de Abril, manifestando alegria ou apelando à mobilização contra eventuais desvios revolucionários.

Entende-se que, em Verona, as paredes da casa atribuída a Giulietta estejam pejadas de juras de amor.

E o painel bilingue de Albufeira, que reza “Conserve o património — Grafittis só em local próprio”, ou essoutro, de Glasgow, que indica o número da *hotline* destinada a promover *grafitti removal* constituem uma consequência desse generalizado hábito de se escrever nas paredes, sem rei nem roque, desrespeitando a propriedade alheia. Mas também não admira que só porque esse modo de comunicação tanto se entranhou no nosso quotidiano os publicitários até tenham aproveitado um simulacro de grafito, que visou não apenas tornar mais aliciante — no seu tempo — a aquisição de cartões telefónicos como, em simultâneo, mais eficazmente fazerem passar a mensagem principal: a frase “Les auteurs de grafitti seront punis d’une amende” foi graciosamente acrescentada de um coração trespassado e corrigida assim: “Les amateurs de grafitti seront unis d’un amour fou”.



## AS PLACAS DAS NOSSAS RUAS

Raramente olharemos para as placas toponímicas e outras que estão nas nossas ruas com uma interrogação de historiador: porque é que a rua tem este nome? Quando lhe foi atribuído e porquê? Quem é a personalidade cuja memória assim se perpetua?

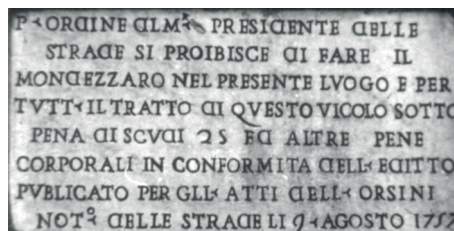
Numa placa de esmalte que, na década de 60 do século passado, o construtor decidiu manter no prédio, que recuperara no centro histórico cascalense — placa que, infelizmente, alguém mais tarde preferiu arrancar ou, simplesmente, arrecadar... —, lia-se o seguinte:

*É PROIBIDO AFFIXAR  
ANNUNCIOS N'ESTE PREDIO*

Para além de se louvar a atitude cultural de querer manter uma placa antiga no lugar onde, algumas décadas atrás, ela estivera, de facto, afixada, há toda uma série de perguntas que um docente, em visita de estudo da sua turma, poderia pôr aos estudantes:

- De que material é feita?
- É bem diferente da actual a grafia apresentada, porquê?
- Que significa exactamente a palavra prédio?
- Se se aponta para uma proibição de ali anunciar, quem teria o poder de proibir e, imaginando que se trata de placa da 1.<sup>a</sup> metade do século XX, que se anunciaria então pelas paredes?

Este exemplo leva-me a um outro — e, como se vê, já estamos a entrar em pleno no domínio dos monumentos epigráficos, ou seja, aqueles que valem de modo especial pelo que sobre eles se escreveu e perdurou — que tive ocasião de fotografar num lugar escuso da cidade de Roma. Reza assim:



“P(er) ordine del ministro Presidente delle Strade si proibisce di fare il mondezzaro nel presente luogo e per tutto il tratto di questo vicolo sotto pena di scudi



25 ed altre pene corporali in conformità dell'editto publicato per gli atti dell'Orsini notario delle strade li 9 Agosto 1757".

Percebe-se bem o intuito: era o recanto de um beco, uma tentação para, recatadamente, o cidadão se poder 'aliviar' sem que alguém passasse por perto. Estamos na 2.<sup>a</sup> metade do século XVIII, quando, pela Europa, começaram as preocupações higiénicas (recordamos as iniciativas, entre nós, de Pina Manique, Intendente-Geral da polícia de D. Maria I), pois se concluía que muitas pestilências eram devidas ao escasso ou nulo asseio dos lugares públicos. Caberá aos historiadores especializados tecer considerações sobre o valor real, na altura, da multa de 25 escudos (curiosa a designação, que Portugal irá adoptar muito mais tarde), mas não ficaremos indiferentes ao saber que, além da multa, poderiam ser aplicadas algumas chicotadas a condizer...

### A LÍNGUA DAS EPÍGRAFES

Naturalmente, na placa de Roma, foi o italiano a única língua utilizada, pois que romanos seriam os que, à socapa, ali poderiam transgredir; contudo, com a globalização — iniciada, convém não esquecer, com o aparecimento, em finais do século XIX, do hábito de "ir a banhos" e com o avanço tecnológico que sofreu a indústria automóvel, a dar possibilidade a muitos de se deslocarem para um "tour", donde deriva, como se sabe, o vocábulo "turismo" — o mundo começou a ser mais pequeno e as fronteiras mais facilmente transponíveis. Urgia, pois, em determinadas circunstâncias, usar não apenas a língua indígena, mas uma outra também, que foi primeiro o francês e só bastante mais tarde o inglês.

Há, no entanto, nesse âmbito, de modo especial a partir do último quartel do século XX, fenómenos que só o lugar e o tempo podem devidamente explicar. Assim, causar-nos-ia, à primeira vista, admiração a seguinte placa no aeroporto de Barcelona:

*Disculpeu les molèsties treballem per vostè*  
*Sorry for disturbing you we are working for you*  
*Disculpen las molestias trabajamos per Ud.*

Que a segunda língua seja o inglês entende-se, porque estamos num aeroporto internacional; agora que, em território administrativamente espanhol, a primeira língua seja o catalão só é compreensível perante a conjuntura, em que a vontade autonomista da Catalunha é dominante.

Estranho pode parecer também, na cidade francesa de Toulouse, que todas as placas toponímicas das ruas se apresentem em duas línguas: o francês e o provençal — Rue des Lois/Carrièra de las Leis — quando o provençal não só já não é falado há muito tempo, como em nenhuma documentação oficial se usa essa língua. Se atentarmos, porém, no facto de, em cada região, se estar a manifestar um profundo respeito e um reavivar das suas raízes individualizantes, essa atitude já nos vai parecer normal.

Como agora, ao percorrermos o território do município português de Miranda do Douro, nos depararmos, desde 2006, com placas toponímicas em Mirandês e em Português, o mirandês em primeiro lugar: AUGAS BIBAS/AGUAS VIVAS, INFAINC/IFANES. Pela Lei n.º 7/99, de 29 de Janeiro, o Mirandês passou a ser considerada língua oficial do nosso País e os Mirandeses têm muito orgulho nisso; a língua mirandesa é ensinada nas escolas; e surge cada vez mais uma literatura em língua mirandesa. O respeito por um património bem patente através dos monumentos epigráficos.

## O RESPEITO PELAS PEDRAS ESCRITAS

Mesmo que se não compreenda o significado de um escrito, é curioso verificar como, em todos os tempos, se verificou um respeito pela face epigrafada de uma pedra. Quando se procedia, por exemplo, à reconstrução ou remodelação de um edifício, se se encontrava uma pedra com letras, o mais normal era que os operários deixassem essas letras à vista.

A escrita exerceu sempre como que um carácter mágico e daí se compreenderem perfeitamente duas atitudes opostas: uma, essa, da preservação, concomitante com a vontade de um facto que se considere de suma importância carecer de ficar imortalizado na “pedra”, que solenemente se descerra; outra, a de destruir essas letras quando o que lá está escrito for acoimado de maldição. Dessa atitude há exemplos na época romana: sempre que um imperador ou uma pessoa

relevante era amaldiçoada, havia a preocupação de lhe martelar o nome nos monumentos públicos; chamava-se a isso a *damnatio memoriae*, “condenação da memória”, como se, apagando da pedra o nome, a sua memória se esvaísse na noite dos tempos...<sup>1</sup>

O neoclassicismo dos séculos XVIII e XIX teve, pois, o maior cuidado em preservar os monumentos epigráficos. Nem todos compreendiam cabalmente o que lá estava escrito, mas todos sabiam tratar-se de mensagem que o povo romano quisera deixar e importava, por isso, salvaguardá-la. Amiúde, porém, a atitude adoptada não mereceria hoje o nosso aplauso: se a pedra estava delida, se mal se lia, a preocupação foi de copiar o letreiro e pô-lo a salvo, deixando de parte o original, que dele se não precisava já, pois a cópia o substituíra perfeitamente. Outra mentalidade, portanto, que na actualidade lamentamos, mas que se compreende e que não podemos senão agradecer, pois, mesmo com erros de cópia quase sempre nos é possível reconstituir o texto original.

Foi embutida na parede sul da igreja matriz de Cuba (do Alentejo) cópia do epitáfio de *Terentius Chrysogonus* (IRCP 334). A seguir ao texto em latim, vem uma informação de que felizmente houve notícia, pelo que se logrou saber o significado das siglas: é que quem fez a cópia do epitáfio se identificou com as siglas do seu nome — F(rancisco) J(osé) O(liveira) — e teve o cuidado de acrescentar a data em que o fizera: A(nno) D(omini) MDCCXXIV.

Quando, em Bobadela, de Oliveira do Hospital, se construiu uma nova igreja para substituir a anterior, houve também o cuidado de para lá trasladar, em cópia, inscrições que nela se encontravam. Uma delas reza o seguinte:

*SPLENDIDISSIME CIVITATI IV =  
LIA MODISTA PLAMINIA*

E, dos lados da epígrafe latina, no mesmo tipo de letra, do lado esquerdo:

*ESTE  
LETR<sup>o</sup>  
SE A =*

<sup>1</sup> É bem conhecido o facto de, em sessões de bruxaria, por todos os tempos, o nome da pessoa para que se deseja mal ser picado com alfinetes, para se lhe provocar atroz sofrimento ou, até, a morte.

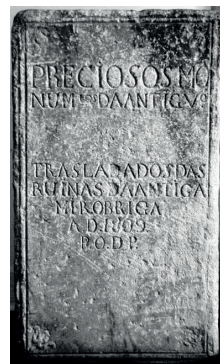
À direita:

CHOVNA  
JGRAVE  
LHA

A data de 1746 figura do lado direito, dentro de um rectângulo.

Como é fácil de deduzir, mesmo tratando-se de uma cópia perfeitamente datada, porque se declara “Este letreiro se achou na igreja velha — 1746”, trata-se de uma inscrição da maior importância, pois teria sido, originalmente, gravada num lintel, de que apenas parte se terá identificado ou, pelo menos, salvaguardado. Em Bobadela existiria, no tempo dos Romanos, uma povoação a que se dera o pomposo título de *splendidissima civitas*, “cidade de máximo esplendor”, e nela o culto ao imperador teria sido florescente, porque é de supor que a epígrafe tivesse sido afixada em monumento dedicado a um imperador, uma vez que a dedicante fora a *flaminica Iulia Modesta*, sacerdotisa, portanto, do culto imperial. Caso não houvera a informação escrita, não seria difícil considerar o letreiro uma cópia, quer porque, em Latim, os ii não levavam pintinha, quer porque se lera I em vez de E (as barras horizontais estariam imperceptíveis) e P em lugar do F (confusão compreensível).

Permita-se-me que dê conta de um outro exemplo assaz curioso. Quando, no dealbar do séc. XIX, começaram as investigações junto a Santiago do Cacém, no que viria a ser considerada a cidade romana de *Mirobriga*, acharam-se inscrições. Houve-se por bem fazer cópia de alguma dessas epígrafes e preparou-se mesmo um paralelepípedo de mármore cinzento, guardado hoje no Museu Municipal, em cuja face dianteira se lê:



PRECIOSOS MO/NUM<sup>tos</sup> DA ANTIGV<sup>e</sup>/TRASLADADOS DAS/  
RUINAS DA ANTIGA/MIROBRIGA/A. D. 1809/P. O. D P

Não me foi possível chegar a uma conclusão acerca do significado das siglas finais, sendo aliciante ver aí algo como P(or) O(rdem) D(o) P(ovo), o que denotaria o imediato envolvimento da população no começo das escavações aí

então levadas a efeito pelo bispo Frei Manuel do Cenáculo; mas é pouco provável tal desdobramento.

Essas cópias, que também ainda subsistem, não oferecem dúvidas quanto à autenticidade do original a partir do qual foram efectuadas, decerto porque ainda estavam bem legíveis, mas compreende-se, por exemplo pela molduração, que não são originalmente de época romana.

## O LUGAR

Os testemunhos atrás aduzidos documentam já o que nos propuséramos tratar: a importância do espaço e do tempo para se compreender o verdadeiro significado de um documento epigrafado.

Permita-se-me que — ainda que de um outro prisma — eu fale do lugar.

Uma epígrafe romana achada em Caires, no concelho de Amares, está dedicada ao Génio por *Quintus Sabinus Florus*. Tive ocasião de estudar este altar e de analisar, de modo particular, a onomástica do dedicante, uma vez que se me afigurava não haver muitos testemunhos da família *Sabinia* na epigrafia da Península Ibérica (Encarnação 1983). Isso confirmei. E como o *cognomen* também era genuinamente latino, não tive dúvidas em interpretar desta forma o significado da epígrafe, tendo em conta, além disso, que, do ponto de vista paleográfico, o monumento me parecia datável, sem grande dúvida, dos primórdios do século I da nossa era: vindo porventura da Península Itálica, Floro chegou ali; viu que o local era bom para se instalar com os seus e decidiu ficar; antes, porém, necessitava de cumprir a tradição ancestral: pedir autorização à divindade que superiormente protegia aquele território. Não teve indígenas com quem entabulasse conversações, a fim de saber que divindade seria, até porque, certamente, era bem possível que não se entendessem cabalmente, porque os indígenas ainda não falariam latim; e, por isso, tomou a decisão acertada: erigiu altar ao Génio do lugar; desconhecia-lhe o nome característico, pôs somente *Genio* — e foi o bastante para se sentir bem com a sua consciência e poder lavrar a terra, abrir os caboucos para a sua casa, que o Génio o haveria de abençoar, pois de boa vontade — *libens* — lhe prestara o devido preito de submissão.

## A INSCRIÇÃO DO PALÁCIO RENIER, EM CRETA

Um dos monumentos mais conhecidos de Cândia, em Creta, é a Mansão Renier, datada do período em que os Venezianos se assenhorearam da ilha, para melhor dominarem as rotas comerciais dessa área do Mediterrâneo Oriental.

Sobre a porta de entrada da mansão, com o escudo da família Renier a meio, há uma longa inscrição em latim, muito bem conservada e, por tal motivo, sempre referida nos guias turísticos da cidade.

Sabendo do meu interesse pela Epigrafia, uma amiga minha, a Dr.<sup>a</sup> Ana Teresa Machado, fotografou o texto e enviou-me a fotografia. Fiquei, naturalmente, cheio de curiosidade na tentativa de decifrar o que poderia ali estar escrito, numa área onde, em princípio, a língua grega teria as preferências.



A epígrafe estava datada dos primórdios do século XVII. O brasão poderia ter determinado que a parte da esquerda se lesse primeiro por inteiro e o texto continuasse à direita. Não havia, por outro lado, à primeira vista, uma clara divisão das palavras. Tentei, pois, saber se a epígrafe já fora lida e em que contexto deveria ser interpretada.

Fui à página da Municipalidade de Cândia, onde li a seguinte versão:

*MULTA TULIT, FECITQUE AT STUDUIT DULCES  
PATER, SUDAVIT ET ALSIT SEMPER REQUIES CERENAT,  
MDC VIII. IDI B. IAN*

E a respectiva tradução:

*"Many things he brought, done and studied, the sweet father, who worked hard. May he rest in peace 1608".*

Ou seja:

*"Muito suportou, fez e estudou o doce pai, que arduamente trabalhou. Que descanse em paz. 1608".*

Estranhei. Havia palavras por traduzir e não se me afigurava correcto separar inteiramente o texto da esquerda do da direita, porque, na verdade, assim, havia palavras (como *cerenat*, por exemplo) que não tinham sentido. Por outro lado, o lugar apontava para estarmos perante uma inscrição monumental e, nesse contexto, uma fórmula do género “que descanse em paz”, de teor funerário, não se enquadrava ali.

Fui, pois, ler de seguida, ‘esquecendo’ o brasão central. E o resultado foi o seguinte:

MVLT TVLIT FECITQ(ue) PATER, SVDAVIT, ET ALSIT,  
ET STVDVIT DVLCS SEMPER REQUIESCERE NATOS  
CICIDCVIII. IDIB(us). IAN(uariis)

que já permite uma tradução, atendendo a que as palavras mais ‘estranhas’ se poderiam interpretar: *tulit* é a 3.<sup>a</sup> pessoa do passado do verbo *ferre*, “fazer, levar a bom termo”; *studuit* idêntica pessoa do passado do verbo *studere*, “estudar, procurar, investigar, fazer por”; e o, na aparência, estranho *alsit* igualmente é a 3.<sup>a</sup> pessoa do passado do verbo *algere*, “gelar, passar frio” (daí vem o adjectivo “álgido”).

Estava, por consequência, descoberto o enigma:

*“Muito empreendeu e fez o pai, suou e teve frio e procurou que os filhos  
sempre descansassem docemente.  
Nos idos de Janeiro [13 de Janeiro] de 1608”.*

Um hino, pois, à tenacidade e ao labor do antepassado Renier, que passara privações, mas acabara por conseguir deixar aos filhos uma herança susceptível de lhes garantir vida tranquila.

Estamos, portanto, muito longe do que os livros até agora haviam propalado.

Houve, porém, outras questões que logo me surgiram. Se o uso do Latim me não admirou, uma vez que esse começo do século XVII se encaixava em pleno período neoclássico, em que o Latim era o idioma de moda, escolhido para os letreiros monumentais, havia no texto uma erudição, um cunho literário que se me afigurou digno de realce. E fui ver.

Na verdade, a frase colhera inspiração nos versos 412-414 da *Ars Poetica* do poeta lírico latino, Horácio (Quinto Horácio Flaco, 65 a. C. — 8 a. C.), a propósito do esforço que cada um deve fazer para atingir os seus objectivos. A frase completa é a seguinte:

*Qui studet optatam cursum contingere metam multa tulit fecitque puer,  
sudavit et alsit abstinuit Venere et vino.*

*“Quem se esforça por atingir a meta almejada, muito deve suportar desde  
criança, sofrer o calor e o frio, evitar os prazeres e o vinho”.*

Verifiquei, ainda, que esses versos constam da conhecida recolha de sentenças de L. De Mauri intitulada *5000 Proverbi e Motti Latini. Flores Sententiarum: raccolta di sentenze, proverbi e motti latini di uso quotidiano, in ordine per materie, con le fonti indicate, schiarimenti e la traduzione italiana* (Hoepli, Milão, 2006).

Ou seja, a frase de Horácio bem depressa se tornou sentença, norma de vida e não admira, por isso, que também a venhamos a encontrar no grafito de uma das paredes do claustro da Collégiale Saint-Ours (Loches, Indre-et-Loire), sendo aí a palavra *vino* substituída pela identificação da respectiva divindade: Baco. E a intenção, bem clara: lembrar aos noviços que só seriam alguém na vida mediante o trabalho, suando e suportando o frio, abstendo-se de excessos nos prazeres carnavais e da comida.

Também me pareceu, por outro lado, um tudo-nada poética a expressão *dulces natos*: teria, acaso, sido haurida em qualquer passagem de outrora?

E foi: aí se pode ver um eco de uma passagem famosa da *Eneida* (4, 33), de Virgílio. Lamentava-se Dido da sua má sorte, ao sentir-se abandonada por Eneias, como se para ela tudo houvesse deixado de ter sentido. E, vai daí, Ana, a irmã, procura consolá-la, perguntando-lhe:

[...] *Nec dulces natos, Veneris nec praemia noris?*

*“Ó tu, que és a mais cara a tua irmã do que a vida, vais então passar a tua juventude na solidão do tédio? Não conhecerás nem a doçura de ter filhos nem os prazeres de Vénus?”.*



## CONCLUSÃO

Já recordei noutro lugar o facto de um historiador famoso ter ficado para trás do grupo em que ia, porque lhe chamara a atenção a conversa animada de várias pessoas junto das quais estavam a passar. E ele parara a fim de se inteirar da situação, por mera curiosidade. Os colegas aperceberam-se de que ele não os acompanhava e perguntaram-lhe depois que interesse vira ele, sendo historiador, no que ali se estava a passar:

— Muito simples — explicou. Historiador que se preza deve saber viver o seu tempo, ter curiosidade, para melhor compreender o passado que estuda.

Com exemplos concretos, foi minha modesta intenção demonstrar isso mesmo. Epigrafista que se preza não pode deixar de se interrogar a todo o momento: o porquê de uma placa bilingue e qual a razão de estar em primeiro lugar uma língua e não a outra. Porque é que se proíbe e se ameaça com vergastadas? Este letreiro é original ou é uma cópia e, se é uma cópia, que motivo levou o seu autor a fazê-la? Que queria ele demonstrar?

E, para responder a todas essas questões, avaliar o tempo em que tal se escreveu (com o fim de perdurar para sempre!) e o lugar para que foram pensadas. Com a frase que Renier mandou gravou na sua mansão de Cândia, a sua estatura moral e humana ganharam, sem dúvida, outro prestígio e seus filhos, antes de malbaratarem a herança — se é que malbarataram — sem dúvida que pensaram muitas vezes: *multa tulit fecitq(ue) pater, sudavit, et alsit, et studuit dulces semper requiescere natos!*

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016)

## BIBLIOGRAFIA

- Amaral, A. E. M. do, Sobre três inscrições perdidas da Bobadela (Oliveira do Hospital), *Conimbriga* 21, Coimbra, pp. 101-126, 1982.
- Encarnação, José d', O culto ao Génio no Noroeste peninsular, *Cadernos de Arqueologia* série II 2 1985, pp. 41-49. <http://hdl.handle.net/10316/20121>
- IRCP = Encarnação, José d', *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. — *Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra, 2013. <http://hdl.handle.net/10316/578>.



# Cor e Qualidade Formal no Rorschach

DANILO R.SILVA E ANA S. FERREIRA

A comunicação que me propus apresentar nesta Academia insere-se na linha de investigação de que dei notícia, neste mesmo lugar, há alguns anos. Então, ao falar da *Evolução do Efeito da Cor na Produção de respostas ao Rorschach em crianças*, referi que, enquanto nos adultos, a cor tem como efeito o aumento da produção de respostas, nas crianças, esse efeito não se verifica, observando-se mesmo uma tendência para a sua redução. Este facto manifesta-se, claramente, nos dados normativos norte-americanos de Exner e Weiner (1995) e, ainda que de modo menos acentuado, nas normas portuguesas para crianças dos 6 aos 10 anos (Silva e Dias, 2007). Realidade, nunca dantes evidenciada, ela surpreendeu os estudiosos, tanto quanto é geralmente reconhecida a propriedade estimulante da cor e dos ambientes coloridos, designadamente em crianças. Estávamos, pois, diante de duas questões: (1) Por que razão a cor não tem o efeito estimulador da produção de respostas ao Rorschach, nas crianças? (2) Em que período etário ocorre esse efeito observado, correntemente, no adulto? As respostas a estas perguntas acham-se num trabalho que publiquei, em 2014, numa revista norte-americana da especialidade (Silva e Ferreira, 2014) e encontram-se, em grande medida, contidas também na comunicação inicialmente referida, mais acessível, uma vez que o texto se encontra na Internet, site da Academia das Ciências de Lisboa (Silva, 2010).

O Método de Rorschach consta de um conjunto de dez cartões, com borrões ou manchas de tinta que se apresentam às pessoas, tendo em vista o estudo da personalidade. Cinco desses cartões são acromáticos, em tons de cinzento mais ou menos escuro; dois têm também manchas vermelhas; três são inteiramente cromáticos, com diversas cores. Em alguns cartões, as manchas apresentam-se quase em bloco, em outros, apresentam-se divididas, aspecto este mais observável nos cartões com cor, elemento que, por si mesmo e sua variedade, acentua esse carácter dividido.

A aplicação do Método consiste na apresentação dos Cartões ao examinando, perguntando-lhe, inicialmente, “O que poderia ser isto?” (Exner, 2003, p. 51). Assim formulada, a pergunta convida a pessoa a identificar e indicar um objecto cuja forma seja compatível com a da mancha apresentada ou parte dela. Este elemento Forma constitui um indicador particularmente importante na análise e interpretação do Rorschach, conferindo-lhe um peso perceptivo único, enquanto instrumento de avaliação.

Face à mostra do estímulo em grande medida informe dos cartões e à pergunta formulada, a pessoa pode reagir indicando um objecto concreto, como uma ave, dois tigres, com forma geralmente reconhecida; pode indicar um objecto com forma pouco nítida, como nuvens, manchas de sangue ou ainda um objecto desprovido de forma, como relva, fogo. As respostas dadas resultam da inspecção mais ou menos atenta dos estímulos, da atitude mais ou menos implicada e cuidada do respondente, que pode ir da busca activa e construtiva ao desinteresse e mesmo à recusa de resposta. Dependem, naturalmente, também do nível intelectual, do estado afectivo e da disposição relacional da pessoa. Perante os estímulos, há pessoas que se deixam dominar pelo seu aspecto, têm reacções de tipo passivo, demasiado centradas em si próprias, sob o domínio das sensações e sentimentos despertados. Outras abrem-se aos estímulos, numa atitude activa e objectiva de busca, em que a percepção e o afecto encontram o seu equilíbrio na direcção da descoberta e identificação ou reconhecimento dos objectos.

As Formas admitem, consoante os sistemas, diversas classificações. O mais recente deles, o *Rorschach Performance Assessment System* (2011), refere três níveis de Qualidade Formal: a Forma de Boa Qualidade (FQo) cujos traços estão próximos dos do objecto real identificado; a Forma de Boa Qualidade mas de ocorrência rara (FQu); a Forma de difícil ou impossível reconhecimento (FQ–), isto é, cujos traços dificilmente ou de modo nenhum se ajustam ao objecto indicado. Numa amostra de adultos não pacientes, as Formas de boa qualidade, frequentes ou convencionais, constituem cerca de 60% das respostas de um protocolo; as Formas de boa qualidade mas raras, cerca de 30%; as Formas de má qualidade, cerca de 10%. A percentagem de respostas sem Forma é bastante pequena.

A classificação das Formas requer a constituição de dados normativos, assentes na aplicação do Rorschach a uma amostra suficientemente grande

e representativa da população. A prática do estabelecimento de normas com vista a uma codificação correcta das formas foi introduzida e fortemente fomentada por Exner. Os autores do último sistema, em grande medida discípulos e continuadores do Sistema Integrativo de Exner, introduziram, pela primeira vez, na elaboração duma nova lista de classificação das Formas, uma prática muito interessante, sugestiva e metodologicamente valiosa, tendo em vista uma codificação mais adequada da Qualidade Formal. A cotação da FQ assenta, no que respeita à Boa Qualidade, nos critérios de precisão perceptiva e de frequência com que certas respostas são dadas. No intuito de conseguirem maior rigor na cotação das formas, designadamente quanto ao seu ajustamento ao objecto visto, elaboraram uma lista de 13.031 respostas de objectos e solicitaram a várias centenas de pessoas de múltiplos países, pessoas que poderiam não ter qualquer conhecimento do Rorschach, que codificassem, numa escala de cinco pontos, o grau de semelhança entre a mancha e o objecto indicado. Em média cada objecto foi avaliado 9,9 vezes por 569 juízes de onze países de várias longitudes e latitudes (Meyer. G. J. *et al.*, 2011, p. 179). Esta iniciativa, desde logo altamente estimável, permitiu, pela primeira vez, uma cotação da Qualidade Formal das respostas por um número apreciável de pessoas sem qualquer conhecimento do Rorschach, aspecto que lhe confere um cunho de objectividade firmada.

Em termos interpretativos, pode dizer-se que as respostas de boa qualidade formal (FQo) atestam da boa percepção, atenção, exame da realidade dos testados, aspectos que implicam, geralmente, um nível intelectual médio ou acima da média. As respostas raras de boa forma (FQu) adquirem a sua diferenciação, em relação às anteriores, por denotarem o carácter pessoal, diferente, único, não convencional. As respostas com forma distorcida (FQ-), em pessoas com nível intelectual próximo ou acima da média, revelam perturbação da percepção, da atenção, do exame da realidade. Note-se que, no caso de pessoas não pacientes, cuja percentagem de respostas com distorção perceptiva é reduzida, a sua ocorrência traduz a presença de momentos de lapsos ou de percepção idiossincrática. Com efeito, um protocolo cujas respostas fossem todas de boa qualidade formal não seria considerado normativo, antes denunciaria uma atitude hiper-vigilante de alguém sem tolerância ao fracasso, altamente rigoroso consigo próprio, indefectível.

Um outro aspecto que merece ser aqui brevemente referido é o que respeita ao desenvolvimento da percepção. A percepção da forma aparece como tardia no seu

desenvolvimento. No Rorschach, a identificação credível de Formas inicia-se a partir dos 5 anos, com o início do estágio das operações concretas de Piaget. Por outro lado, nas primeiras idades, a atitude do testado é muito mais passiva e de exposição aos estímulos externos e internos, a que se segue a capacidade de controlar os respectivos efeitos. Um outro aspecto a registar é o da predominância duma certa globalidade, isto é, a tendência para dar respostas que abrangem toda a mancha, a qual dá lugar a uma progressiva diferenciação e integração das partes.

No que concerne à cor, importa destacar a natureza passiva da percepção da cor, enquanto estímulo que se impõe, de modo inevitável e imediato ao sujeito. Esta natureza é oposta à da Forma que é activa, organizadora, crítica. A relação entre cor e afecto é atestada pelo modo de reacção da pessoa a uma e a outro. Lerner refere-o de forma breve e convincente: Face à cor e ao afecto a pessoa reage passivamente; em ambos os casos, a pessoa é afectada imediata e directamente; ambos estão estreitamente ligados à dimensão prazer-desprazer (Lerner, 1991, p. 84).

Dada a referida natureza inevitável do estímulo cor, verifica-se que, no Rorschach das idades precoces, as primeiras respostas começam por consistir na nomeação da ou das cores, a que se sucedem as respostas de cor sem forma como “o mar”, para o azul, as respostas onde a cor predomina sobre a forma como na resposta “labaredas” e, finalmente, as respostas em que a forma predomina sobre a cor, como em “lagartas verdes”. Compreende-se que, com a entrada no período das operações concretas, em que o pensamento lógico se desenvolve, a criança lide mal com a presença da cor, como se esta perturbasse o modo de desenvolvimento operacional dominante. Daí que se observe uma redução da produção de respostas aos cartões coloridos, ao longo deste período, o qual traduz uma atitude inibidora de resposta, já que tal produção aumenta nos cartões acromáticos.

Na sequência destas considerações relativas ao desenvolvimento da percepção da Forma e da percepção da Cor e perante os dados recolhidos nos estudos normativos do Rorschach, em crianças e adultos portugueses (Silva e Dias, 2007; Pires, A. A., 2007) reveladores de que quatro dos cinco cartões com cor figuravam entre os cinco que suscitavam maior número de respostas com má qualidade formal, surgiu a pergunta inevitável: será a cor responsável pela elevada distorção perceptiva ocorrida nos cartões onde a cor está presente? Esta questão tem tanto mais razão de ser quanto, nos dois

estudos normativos empreendidos por Exner, figuraram igualmente quatro cartões coloridos entre os cinco com maior número de respostas de má qualidade formal, ainda que nem sempre coincidissem com os dos estudos portugueses (Exner e Erdberg, 2005, pp. 486-487).

No intuito de obter uma resposta a esta questão, efectuaram-se dois estudos. O primeiro, datado de 2011 (Silva e Ferreira), teve como amostra dois grupos de 40 crianças, com igual número de ambos os sexos que frequentavam diferentes escolas de Lisboa e arredores e foram examinadas pelo primeiro autor (Silva e Ferreira, 2016).

O material utilizado consistiu nos Cartões II e III, onde está presente o vermelho a par do escuro acromático, e os Cartões VIII, IX e X, inteiramente coloridos. Uma versão acromática destes cartões foi igualmente utilizada, tendo-se aplicado uma das versões a cada um dos grupos de 40 examinandos.

O segundo estudo teve lugar, recentemente, e seguiu um esquema de aplicação, codificação e análise estatística semelhante.

## MÉTODO

Obtida a devida autorização do Ministério da Educação para efectuar este estudo, contactaram-se as diversas escolas, no intuito de obter o consentimento e a colaboração dos respectivos directores. Seguiu-se o pedido de autorização aos pais das crianças, para proceder à aplicação da prova no que, gratamente, tive a colaboração dos directores.

Ao longo do estabelecimento inicial da relação com a criança, comunicando-lhe o que se iria fazer, perguntava-lhe se aceitava colaborar no estudo em presença. O exame só teria lugar, se a resposta fosse afirmativa. Em apenas um caso foi negativa.

A aplicação das séries cromática ou acromática foi aleatória, por forma a obter igual número de crianças de ambos os sexos, em cada grupo. Os protocolos foram inteiramente codificados por mim. Tomaram-se como modos de codificação quatro das cinco propostas de Exner: Qualidade Formal Boa (FQo), Qualidade Formal Má (FQ-), Qualidade Forma Boa mas rara (FQu) e a soma de FQo e FQu (XA) (Exner, 2003, p. 122).

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Não me demorarei na apresentação de todos os procedimentos de análise estatística implementados na análise dos resultados. Irei deter-me apenas nos que me parecem mais elucidativos. Assim referirei os resultados dos cálculos de Análise de Variância (ANOVA) a um factor (cromático/acromático) que determina em que medida a cor é responsável por uma diferença significativa.

## RESULTADOS

O Quadro n.º 1 apresenta o resultado da análise de variância a um factor das respostas FQo (Boa Qualidade Formal) em cada Cartão, na sua versão cromática e acromática, seguidas da estatística F, do respectivo nível de significância e da medida de dimensão do efeito ( $\eta^2$ ). Aqui se verifica a ocorrência de uma diferença significativa, no Cartão X, sugerindo que, neste Cartão, a cor contribui para uma maior frequência de respostas FQo, em comparação com a versão acromática. Nos restantes cartões, a contribuição da cor para a ocorrência de FQo é insignificante, verificando-se mesmo, no Cartão III, uma média de respostas mais alta na versão acromática do que na cromática.

**Quadro n.º 1** – Resultados da Análise de variância a um factor das respostas FQo dadas à versão cromática e acromática de cada cartão (N=40+40)

| Cartões | FQo  |      |       |     |      |      |            |                   |
|---------|------|------|-------|-----|------|------|------------|-------------------|
|         | Crom |      | Acrom |     | F    | Sig  | $\eta^2_p$ | Potência de teste |
|         | M    | DP   | M     | DP  |      |      |            |                   |
| II      | .65  | .70  | .40   | .55 | 3.28 | .07  | .04        | .43               |
| III     | .10  | .03  | .33   | .92 | 1.07 | .31  | .01        | .18               |
| VIII    | .75  | .44  | .73   | .68 | .04  | .85  | .00        | .05               |
| IX      | .32  | .66  | .32   | .62 | .00  | 1.00 | .00        | .05               |
| X       | 1.22 | 1.00 | .75   | .93 | 4.79 | .03* | .06        | .58               |

\*P<.05



O Quadro n.º 2 contém os resultados da análise de variância das respostas FQ– dadas às versões cromática e acromática de cada Cartão. Aí se pode observar a ocorrência de uma diferença significativa entre as médias do Cartão III, apontando a cor vermelha como responsável por tal diferença, isto é, responsável pela presença elevada de respostas de má qualidade formal.

**Quadro n.º 2** – Resultados da análise de variância a um factor das respostas FQ– dadas à versão cromática e acromática de cada cartão (N=40+40)

| Cartões | FQ–  |      |       |      |      |       |            |                   |
|---------|------|------|-------|------|------|-------|------------|-------------------|
|         | Crom |      | Acrom |      | F    | Sig   | $\eta^2_p$ | Potência de teste |
|         | M    | DP   | M     | DP   |      |       |            |                   |
| II      | 1.20 | .94  | 1.05  | .71  | .69  | .41   | .01        | .13               |
| III     | 1.20 | .91  | .70   | .72  | 7.60 | .01** | .09        | .78               |
| VIII    | .83  | .87  | .95   | .99  | .35  | .56   | .01        | .09               |
| IX      | 1.03 | 1.14 | 1.13  | .79  | .21  | .65   | .00        | .07               |
| X       | 1.58 | 1.22 | 1.38  | 1.06 | .65  | .42   | .01        | .13               |

\*\*p.01

Trata-se de um dado de grande interesse, tanto quanto, no Cartão II, onde a cor vermelha também está presente, não ocorre qualquer indício de diferença significativa entre médias. De resto as diferenças entre frequências de respostas FQo e FQ–, nos cartões vermelhos II e III, são assinaláveis e merecem a devida reflexão que ultrapassa o nosso objectivo presente. Nos demais Cartões, as diferenças entre médias nas versões cromática e acromática são pequenas.

Há, no entanto, que assinalar a diferença significativa entre médias na variável XA, no Cartão X. Tal diferença secunda, por assim dizer, a inicialmente observada com respeito à variável FQo. Como a variável XA resulta da soma dos valores de FQo+FQu, este resultado revela que o valor de FQu, no Cartão X, foi suficientemente elevado para que a diferença significativa verificada com a variável FQo fosse reforçada (ver Quadro n.º 3).

**Quadro n.º 3** – Resultados da Análise de variância a um factor das respostas XA dadas à versão cromática e acromática de cada cartão (N=40+40)

| Cartões | FQo  |      |       |      |      |       |            |                   |
|---------|------|------|-------|------|------|-------|------------|-------------------|
|         | Crom |      | Acrom |      | F    | Sig   | $\eta^2_p$ | Potência de teste |
|         | M    | DP   | M     | DP   |      |       |            |                   |
| II      | 1,10 | 0,87 | 1,23  | 0,80 | 0,48 | 0,49  | 0,01       | 0,11              |
| III     | 1,53 | 1,34 | 1,95  | 1,18 | 2,32 | 0,13  | 0,03       | 0,32              |
| VIII    | 1,75 | 1,08 | 1,42  | 1,17 | 1,66 | 0,20  | 0,02       | 0,25              |
| IX      | 1,33 | 1,05 | 1,13  | 0,94 | 0,85 | 0,36  | 0,01       | 0,15              |
| X       | 2,35 | 1,53 | 1,70  | 1,40 | 3,89 | 0,05* | 0,05       | 0,50              |

\*p<.05

Como resultados deste primeiro estudo, com crianças de 11/12 anos, destacam-se:

1. O forte efeito negativo da cor vermelha na elevação da produção de respostas de Má Qualidade Formal (FQ-) no Cartão III.
2. A contribuição do cromatismo no Cartão X para uma maior produção de respostas de Boa Qualidade Formal (FQo).
3. Este segundo efeito mantém-se ou é reforçado pela variável XA, que integra as respostas FQo e FQu.

Tendo-se, entretanto, verificado que o efeito da cor no aumento da produção de respostas se concretiza aos 15/16 anos (Silva e Ferreira, 2014), considerou-se a necessidade de repetir o estudo com uma amostra de jovens com idades de 15/16 e mais anos tendo em vista apurar se este novo dado do desenvolvimento altera a informação obtida com o estudo anterior, designadamente o efeito da cor vermelha que determina, no Cartão III, um aumento significativo de respostas FQ-.

Este segundo estudo teve como amostra dois grupos de 40 adolescentes e jovens adultos de ambos os sexos, com idades entre os 15/16 e os 19/21 anos, que foram convidados para uma colaboração voluntária. Desta feita, a recolha dos protocolos teve lugar em quatro escolas secundárias, na cidade do Funchal, em Outubro de 2015. Cumpridas as necessárias formalidades e conseguida, de forma simpática e eficiente, a colaboração daquelas escolas, tiveram lugar as aplicações efectuadas pelo primeiro autor, iniciando-se com a aplicação da

versão acromática, em duas delas, seguida da versão cromática nas restantes. Em relação ao material utilizado, uma alteração introduzida diz respeito à decisão de fazer preceder a aplicação dos cinco Cartões usados no estudo anterior da do Cartão I, acromático. Esta aplicação visou proporcionar ao examinando um modo de adaptação à tarefa. A codificação dos protocolos e a preparação dos dados para o tratamento estatístico estiveram a cargo do primeiro autor, tendo-se ocupado da respectiva análise estatística o segundo. A análise dos resultados seguiu o mesmo esquema do estudo anterior, tendo-se considerado pertinente, dado o grupo etário em jogo, considerar em que medida a variável sexo poderia estar na origem de diferenças significativas na produção de respostas. Deste modo, decidiu-se proceder a uma análise de variância a dois factores (cromático/acromático e sexo) no intuito de verificar em que medida o factor sexo poderia influenciar a qualidade formal das respostas.

Em relação aos resultados obtidos, limitar-nos-emos a apresentar os mais elucidativos, tendo em vista a nossa temática, já que a informação recolhida pode ser comunicada com brevidade.

No que concerne o objectivo primeiro do trabalho, o efeito da cor na produção de respostas de distorção perceptiva (FQ-), verifica-se que, em nenhum dos cartões aplicados, ocorreu diferença significativa entre as respectivas médias de respostas dadas. Significa isto que a diferença significativa entre médias de FQ- ocorrida no Cartão III, no estudo anterior com crianças de 11/12, não tem lugar, o que permite afirmar que a cor, no presente grupo de adolescentes, não pode ser considerada responsável por uma elevação significativa de respostas com distorção perceptiva. Este novo dado vem confirmar a pertinência da nossa ideia de que, verificando-se a alteração do desenvolvimento do efeito da cor na produção de respostas, aos 15/16 anos, os dados recolhidos com o grupo de 11/12 anos estavam postos em causa, isto é, não podiam ser considerados definitivos ou válidos para todas as idades. De novo se destaca o carácter desenvolvimentista da variável cor no Rorschach. Do mesmo modo, vale a pena destacar que a diferença significativa verificada no Cartão X, no estudo anterior, indicando que o cromatismo deste Cartão contribuía significativamente para a elevação da média de respostas de boa qualidade forma (FQo)l, também não tem lugar nesta amostra e período etário.

Quanto aos resultados da análise de variância, os resultados encontrados

atestam da pertinência e bem fundado da decisão tomada. Com efeito, verifica-se, com respeito à variável sexo, que ela é responsável por uma diferença significativa na variável FQo, no Cartão IX, mostrando a análise de variância que o factor sexo tem uma influência acentuada na Boa Qualidade das respostas neste Cartão, com grande vantagem para o sexo feminino. (ver Quadro n.º 4).

**Quadro n.º 4** – Resultados da Análise de variância a dois factores (sexo e cromático/acromático) para as respostas FQo

| Cartão    | Crom                | Estatísticas descritivas |              |              |              | F    | g.l. | Sig  | $\eta^2_p$ | Potência de teste |
|-----------|---------------------|--------------------------|--------------|--------------|--------------|------|------|------|------------|-------------------|
| Cartão IX | Sexo                | Feminino                 |              | Masculino    |              | 6.04 | 1    | .02* | .07        | .68               |
|           |                     | .95<br>(.96)             |              | .50<br>(.68) |              |      |      |      |            |                   |
|           | Crom/Acrom          | Cromático                |              | Acromático   |              | .67  | 1    | .42  | .00        | .13               |
|           |                     | .80<br>(.99)             |              | .65<br>(.70) |              |      |      |      |            |                   |
|           | Sexo*<br>Crom/Acrom | Crom                     |              | Acrom        |              | 3.65 | 1    | .06  | .05        | .47               |
|           |                     | F                        | M            | F            | M            |      |      |      |            |                   |
|           |                     | 1.20<br>(1.15)           | .40<br>(.60) | .70<br>(.66) | .60<br>(.75) |      |      |      |            |                   |

\*p<.05

Com respeito à variável FQu, ocorre uma diferença significativa entre valores médios do Cartão X obtidos na versão cromática e na acromática, favorável à primeira. Finalmente, a análise dos resultados respeitantes à variável XA, assinala uma diferença significativa entre médias de respostas dadas ao Cartão X, tal como se verificou no estudo anterior (ver Quadro n.º 6). No caso presente, porém, a ausência de diferença significativa entre médias de FQo, é compensada pela elevada média de respostas FQu dadas à versão cromática acima referida (ver Quadro n.º 5).

**Quadro n.º 5** – Resultados do Teste de Igualdade de Valores Médios (t de *Student*) para amostras independentes das respostas QFu dadas à versão cromática e acromática de cada cartão (N=40+40)

| Cartões | Crom |     | Acrom |     | t    | g.l. | Sig  | d de Cohen |
|---------|------|-----|-------|-----|------|------|------|------------|
|         | M    | DP  | M     | P   |      |      |      |            |
| I       | .43  | .75 | .38   | .77 | .29  | 78   | .77  | .07        |
| II      | .68  | .73 | .50   | .64 | 1.14 | 78   | .26  | .26        |
| III     | .63  | .77 | .78   | .89 | -.80 | 78   | .42  | .18        |
| VIII    | .85  | .95 | .58   | .81 | 1.39 | 78   | .17  | .15        |
| IX      | .98  | .83 | .78   | .66 | 1.19 | 78   | .24  | .27        |
| X       | 1.45 | .99 | 1.00  | .93 | 2.10 | 78   | .04* | .47        |

\*p&lt;.05

**Quadro n.º 6** – Resultados do Teste de Igualdade de Valores Médios (t de *Student*) para amostras independentes das respostas XA dadas à versão cromática e acromática de cada cartão

| Cartões | Crom |      | Acrom |      | t    | g.l.  | Sig  | d de Cohen |
|---------|------|------|-------|------|------|-------|------|------------|
|         | M    | DP   | M     | P    |      |       |      |            |
| I       | ,83  | 1,39 | ,65   | 1,17 | ,61  | 78    | ,54  | ,14        |
| II      | 1,03 | 1,33 | ,63   | 1,06 | 1,48 | 74,15 | ,14  | ,33        |
| III     | 1,40 | 1,69 | 1,48  | 1,63 | -,20 | 78    | ,84  | ,05        |
| VIII    | 1,33 | 1,61 | ,85   | 1,31 | 1,45 | 74,98 | ,15  | ,33        |
| IX      | 1,03 | 1,54 | ,68   | 1,07 | 1,18 | 69,49 | ,24  | ,27        |
| X       | 2,50 | 2,20 | 1,35  | 1,67 | 2,64 | 72,86 | ,01* | ,59        |

\*p&lt;.05

Acresce que, nesta mesma variável XA, a análise de variância a dois factores permite detectar, uma vez mais, uma diferença significativa entre médias, no Cartão IX, favorável ao sexo feminino (ver Quadro n.º 7), que reforça a anteriormente indicada para a variável FQo. Isto significa que o sexo feminino revela-se mais bem-sucedido do que o masculino ao lidar com as dificuldades perceptivas do Cartão IX.

Quadro n.º 7 – Resultados da Análise da variância a dois factores (cromático/acromático e sexo) para as respostas XA

| Cartão    | Factores            | Estatísticas descritivas |               |                |              | F    | g.l. | Sig. | $\eta^2_p$ | Potência de teste |
|-----------|---------------------|--------------------------|---------------|----------------|--------------|------|------|------|------------|-------------------|
| Cartão IX | Sexo                | Sexo feminino            |               | Sexo masculino |              | 4,21 | 1    | ,04* | ,05        | ,53               |
|           |                     | 1,15<br>(1,46)           |               | ,55<br>(1,13)  |              |      |      |      |            |                   |
|           | Crom/Acrom          | Cromático                |               | Acromático     |              | 1,43 | 1    | ,24  | ,02        | ,24               |
|           |                     | 1,03<br>(1,54)           |               | ,68<br>(1,07)  |              |      |      |      |            |                   |
|           | Sexo*<br>Crom/Acrom | Crom                     |               | Acrom          |              | ,26  | 1    | ,61  | ,00        | ,08               |
|           |                     | F                        | M             | F              | M            |      |      |      |            |                   |
|           |                     | 1,40<br>(1,70)           | ,65<br>(1,31) | ,90<br>(1,17)  | ,45<br>(,95) |      |      |      |            |                   |

\*p&lt;,05

## CONCLUSÃO

Face à questão inicialmente posta, respeitante à eventual influência da cor na ocorrência de respostas de Má Qualidade Formal (FQ–), o segundo estudo sugere que tal influência não tem lugar neste grupo de adolescentes e jovens adultos com idades entre os 15 e os 21 anos. Com efeito, tal influência verificada, para o Cartão III, no grupo de crianças de 11/12 anos, não é confirmada a partir daquela idade, o que se deverá plausivelmente a factores de desenvolvimento. Este resultado permite afirmar, tendo em consideração a natureza desenvolvimentista da percepção da cor, que, a partir dos 15/16 anos, ela alcança essa sua qualidade de elemento constituinte e enriquecedor da realidade perceptiva.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 14 DE ABRIL DE 2016)

## REFERÊNCIAS

- Exner, J. E., The Effect of Colour on Productivity in Cards VIII, IX, X of the Rorschach. *Journal of Projective Techniques*, 26, pp. 30-33, 1962.
- Exner, J. E., *The Rorschach A Comprehensive System Basic Foundations and Principles of Interpretation Vol 1 (4th edition)*. New Jersey, John Wiley & Sons, 2003, pp. 704.
- Exner, J. E. & Erdberg, P., *The Rorschach A Comprehensive System. Volume 2 (3rd edition)*. New Jersey, John Wiley & Sons, 2005.
- Exner, J. E., Weiner, I. B., *The Rorschach: A Comprehensive System Volume 3: Assessment of Children and Adolescents, 2nd edition*. New York: John Wiley & Sons, 1995.
- Lerner, P. M., *Psychoanalytic Theory and the Rorschach*. Hillsdale, NJ, The Analytic Press, 1991.
- Meyer, GJ. Viglione, D. J., Mihura, J. L., Erard, R. E., Erdberg, P., *Rorschach Performance Assessment System Administration, Coding, Interpretation, and Technical Manual*. Published by Rorschach Performance Assessment System, LLC, 2011.
- Pires, A. A., Rorschach Comprehensive System Data for a Sample of 309 Adult Nonpatients from Portugal. *Journal of Personality Assessment*, 89, Supplement (S1), S124-S130, 2007.
- Silva, D. R., Evolução do efeito da cor na produção de respostas ao Rorschach em crianças. *Academia das Ciências, Classe de Letras. Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, pp. 1-14, 2010.
- Silva, D. R. e Dias, A. M., Rorschach Comprehensive System Data for a Sample of 359 Portuguese Children at Five Ages. *Journal of Personality Assessment*, 89 (S1), S131-141, 2007.
- Silva, D. R. e Ferreira, A. S., The Effect of Color on the Production of Responses to Rorschach Cards VIII, IX and X in Age Groups of 11-12 and 15-16 Years. *Journal of Personality Assessment*, 96 (4), pp. 426-431, 2014.
- Silva, D. R. e Ferreira, A. S., Cor e Qualidade Formal no Rorschach de um Grupo de Crianças de 11/12 Anos de Idade. *Revista Avaliação Psicológica*, 16, pp. 1-10, 2017.





# **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

*versus*

## **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: o caso de África**

FÁTIMA MOURA ROQUE

1. O ano de 2015 ficará na História como a data de definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas, fixados na cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Nova Iorque (EUA), de 25 a 27 de setembro.

A nova agenda vigorará até 2030 e baseia-se nos progressos e nas lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), com 18 metas, que deveriam ter sido concretizados, na globalidade, entre 2000 e 2015.

Esta definição dos ODS é resultado do trabalho conjunto de governos e da sociedade civil de todo o Mundo, de forma a criar um novo paradigma global, para erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar (felicidade), proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

Os ODS recomendados pela ONU são:

ODS 1: Erradicar a pobreza

ODS 2: Erradicar a fome

ODS 3: Saúde de qualidade

ODS 4: Educação de qualidade

ODS 5: Igualdade de género

ODS 6: Água potável e Saneamento

ODS 7: Energias renováveis e acessíveis

ODS 8: Trabalho digno e Crescimento económico

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas

ODS 10: Reduzir as desigualdades

ODS 11: Cidades e Comunidades adaptadas às novas circunstâncias

ODS 12: Produção e Consumo sustentáveis

ODS 13: Alterações Climáticas  
ODS 14: Proteger a Vida Marinha  
ODS 15: Proteger a Vida Terrestre  
ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes  
ODS 17: Parcerias para a concretização dos Objetivos

*Os cinco “P” dos ODS podem ser traduzidos por  
paz, pessoas, planeta, prosperidade e parceria.*

Se compararmos os ODS (2015–2030) com os ODM (2000–2015), verificamos que os ODS são mais completos e atuais quanto à listagem dos “novos/velhos” problemas do planeta. Todavia, os ODM foram recuperados por não terem sido realizados por todos os países do Mundo, em particular pela maioria dos países Africanos.

Os ODM eram (*The Millenium Development Goals Report, 2015, United Nations*):

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar o ensino primário universal
3. Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/Sida, a malária e a tuberculose
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

Reforçando esta comparação, é fundamental constatar que todos os ODM estão incluídos nos ODS.

Quadro 1: Comparação entre os ODM e os ODS

8 ODM (2000-2015): 18 Metas  
17 ODS (2015-2030): 169 Metas

FONTE: CÁLCULOS DA AUTORA

2. Como se referiu antes, há ODM que não foram totalmente realizados, de 2000 a 2015, e não estão explicitamente (ou com o realce necessário) mencionados

nos ODS: A dívida dos PPAAE — países pobres altamente endividados, os problemas específicos dos países interiores e insulares, o combate ao HIV/Sida, à malária, à tuberculose, à febre amarela e a outras doenças contagiosas, altamente perniciosas, em África e na América Latina, como, por exemplo, a febre de dengue e o vírus zika, o papel das farmacêuticas e obtenção de preços comportáveis, o sistema comercial baseado em regras, previsível e não discriminatório, isenção de tarifas e quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos (PMD); desenvolvimento sustentável do sector privado e de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Também, como seria de esperar, há ODS que não estavam contemplados nos ODM:

Energias renováveis e acessíveis; promoção da indústria, inovação e de infraestruturas; desenvolvimento de cidades e comunidades adaptadas às condições iniciais de cada país; produção e consumo sustentáveis; paz, justiça e instituições.

E, para terminar, sem ter a pretensão de ser exaustiva, num tema tão recente e vasto (que cobre todo o Planeta), há objetivos a que nem os ODM nem os ODS dão a atenção necessária, pelo menos, para a África, apesar da sua importância vital para o desenvolvimento sustentável do Continente:

Diversificação das economias, fomento da agricultura, investimento produtivo, investimento direto estrangeiro (IDE), reconstrução pós-conflito/pós-crise, políticas setoriais e regionais, “partilha” da terra e direitos de propriedade, fundo de ajuda pública aos países assolados por crises conjunturais, ajuda na luta pela alteração de mentalidade das elites políticas, económicas, civis, sindicais e culturais, erradicação do terrorismo, da pirataria, da escravatura, do contrabando de órgãos humanos, de armas e de drogas, bem como a criação de um fundo de ajuda ao desenvolvimento dos países de origem para diminuir consideravelmente o número de refugiados e de exilados políticos e económicos.

**2.1.** As Nações Unidas dedicaram o dia 17 de outubro, desde o ano de 2000, à consciencialização da erradicação da pobreza, da miséria e da fome em todo o Mundo. Já em setembro de 2000, a Declaração do Milénio das Nações Unidas tinha reforçado a disponibilidade da Comunidade Internacional para apoiar os esforços em África, com o objetivo de resolver os problemas da erradicação da pobreza, da doença e do subdesenvolvimento, bem como o da marginalização do Continente.

“Muito sobre a pobreza é bastante óbvio”. Reconhecer o problema, compreender as suas causas e encontrar a solução para a erradicação da fome é suficientemente fácil. Esta é, em linhas gerais, a mensagem de *Amartya Sen* (1981), no seu já clássico *Poverty and Famines*. Será, de facto, assim tão óbvio e fácil encontrar a solução para este flagelo que mata milhões de seres humanos em todo o Mundo, particularmente em África? A solução pode ser óbvia, todavia a erradicação da pobreza, e consequentemente da fome, tem provado, na prática e ao longo dos anos, ser um problema muito complexo e dependente de inúmeras variáveis endógenas e exógenas a África, umas de natureza político-institucional e outras de natureza socioeconómica (ver Moura Roque, 2012, 2.<sup>a</sup> edição, *A África, a Nepad e o Futuro*, Texto Editores, Luanda).

A pobreza (e o analfabetismo) persegue África. Em toda a África subsariana, de 1990 a 2012, o número de pessoas que viviam na pobreza (\$US 1,25 por dia) subiu de cerca de 300 milhões para quase 450 milhões, enquanto o número de Africanos a viver com menos de 2 dólares por dia cresceu de 390 milhões para cerca de 600 milhões. Ainda assim, a proporção dos que viviam na pobreza decresceu de 57% para 39% nesse mesmo período.

Em 1990, 43% da população dos países em vias de desenvolvimento viviam numa situação de pobreza extrema (na altura definida como limite \$US 1 por dia); o número absoluto era de 1.9 mil milhões de pessoas. Por volta de 2000 (dez anos passados) a proporção desceu para um terço. Em 2010, era de 21% (ou 1.2 mil milhões; a linha da pobreza era então de \$US 1.25, a média dos 15 países mais pobres, aos preços de 2005, ajustados pela PPC). A taxa global de pobreza tinha, assim, sido “cortada” para metade (ODM 1) em 20 anos.

Todavia, ficam em África 7 das 10 economias mais desiguais do Mundo, no que diz respeito à distribuição da riqueza, do rendimento, das oportunidades e ao acesso aos serviços sociais públicos (coeficiente de Gini). Estima-se também, que em 2015, 366 milhões de Africanos continuavam a “sobreviver” com menos do que \$US 1.25 por dia (Banco Mundial, 2014).

Sem dúvida que, de 1990 a 2012, a força motora por detrás da redução mundial da pobreza foi o crescimento. Na última década, os países em vias de desenvolvimento cresceram em média 6% ao ano – 1,5 pontos mais do que de 1960 a 1990. Tudo isto apesar da crise mundial que começou em 2007. A Ásia Oriental cresceu 8% ao ano, a Ásia do Sul 7% e a África 5%. Todavia, sabemos também que o

crescimento por si só não garante menos pobreza. A distribuição do rendimento – a média do coeficiente de Gini para África em 2015 foi de 0,529, enquanto a média mundial era inferior a 0,4 — é também um vetor fundamental. Estima-se que 2/3 da redução da pobreza é resultado do crescimento e 1/3 de uma maior igualdade na distribuição do rendimento, da riqueza e das oportunidades.

Na África subsariana, em particular, continua a haver um elevado número de pessoas a viver abaixo da linha de pobreza. A média de consumo dos mais pobres em África é somente de 70 cêntimos por dia — valor idêntico ao que era há 20 anos. O Continente tem feito um grande esforço, mas nem mesmo postulando que os próximos 20 anos serão de progresso se conseguirá tirar os restantes milhões da pobreza. À taxa de crescimento atual e com os existentes coeficientes de Gini (nos principais países africanos), um quarto dos Africanos ainda consumirão menos de \$US 1.25 por dia, em 2030.

Em 2030, cerca de 2/3 dos pobres no Mundo encontrar-se-ão nos chamados “estados frágeis”, como a República Democrática do Congo (RDC), a República Centro-Africana (RCA), o Sudão do Sul, o Mali, a Guiné-Bissau e a Somália. Muitos dos restantes estarão em países de rendimento médio. Temos aqui um “duplo dilema” para os doadores: os países de rendimento médio não deviam precisar, de facto, de ajuda, enquanto os estados frágeis não a usam adequadamente. Para que uma descida radical da pobreza se verifique, é preciso reformular o papel da ajuda pública ao desenvolvimento.

Contudo, há medidas de política que devem ser tomadas por cada país africano, com a urgência e a intensidade necessárias para combater estes e outros flagelos em África, tais como: aumentar o investimento público selecionado e eficaz — que pode estimular o investimento privado adicional (conhecido como *crowding in*); melhorar os estabilizadores automáticos, tais como os subsídios de desemprego, as despesas com “o estado social”, a segurança social e as subvenções do Estado aos governos provinciais e locais; aplicar medidas que invertam a extrema desigualdade e a pobreza, que protejam e criem emprego, que melhorem a educação e a saúde de qualidade e expandam o acesso aos setores-chave da economia, incluindo o microcrédito e a posse da terra. Estas devem constituir uma parte significativa das medidas de política necessárias para aliviar (e mesmo a curto prazo derrotar) esta preocupante e nefasta ligação entre a pobreza, a fome, a exclusão social e o analfabetismo.

O *ASDI* (*African Social Development Index*) mede o progresso na redução da exclusão humana nas várias dimensões do bem-estar, tais como a saúde, a educação, o emprego e o rendimento. Os poucos dados estatísticos disponíveis mostram que, na generalidade (exceção para Marrocos e Zâmbia, entre os países analisados), a situação do desenvolvimento social manteve-se praticamente inalterada — providenciando um terreno fácil para a instabilidade sociopolítica, para o reacender de conflitos e para o avanço do terrorismo, que se verificam um pouco por toda a África, principalmente no Norte de África, na região do Sahel e no Corno de África (ver *Industrializing through trade*, UNECA, 2015, quadro 2.2, p. 57).

Em resumo, os principais (*core*) desafios que a África enfrenta para alcançar um futuro com sucesso continuado podem ser agrupados em cinco categorias essenciais que, se enfrentados e resolvidos com uma determinação positiva, em última análise conduziriam o Continente a “quebrar” o elo existente entre a pobreza e o investimento insuficiente na educação. Estes desafios são: a criação e/ou desenvolvimento de instituições eficazes, inclusivas e transparentes — com ramificações políticas, sociais, económicas, ambientais, setoriais e regionais. A educação e a sua estreita relação com a pobreza, a capacitação das mulheres, a saúde, o índice de desigualdade; a educação é a melhor aliada no combate aos problemas de segurança, de conflitos entre religiões e a uma melhor afetação de recursos. O terceiro desafio está relacionado com o investimento na diversificação da economia: acabando com a dependência do sector da exportação num só produto; na política industrial a fomentar de forma a que a cadeia de produção beneficie o Continente; na transformação de África num polo global de crescimento; no aumento do índice de liberdade económica; e na construção de infraestruturas que favoreçam o desenvolvimento da agricultura, da indústria transformadora, do comércio (inter e intra) e dos serviços. O quarto desafio está ligado à industrialização. A industrialização é um imperativo para a África cumprir os objetivos da Agenda 2063 no contexto da economia global, constrangida, como se sabe pelas alterações climáticas e dinâmicas complexas de oferta e procura, bem como conduzida pela sequência competitiva da oferta a todos os níveis – ver *Greening Africa’s Industrialization*, UNECA, 2016. Por último, o quinto desafio consiste em dar voz efetiva à sociedade civil de forma a desenvolver uma classe média com níveis elevados de empreendedorismo, promover o investimento produtivo, atrair o IDE e defender a legitimidade democrática e os direitos humanos.

**2.2** Nas últimas décadas, a África esteve envolvida em mais conflitos, na maioria sangrentos e prolongados, que qualquer outro Continente. Todavia, a determinação da liderança política e da sociedade civil na construção da paz, da segurança e da reconciliação com justiça social numa parte importante do Continente africano permite-nos concluir que nas duas últimas décadas, houve mais países a alcançar uma paz com inclusão em África, mesmo que por vezes ainda instável, do que reacendimento de novos conflitos. Mesmo assim, a pobreza extrema estrutural, a desigualdade social crescente, a criminalidade elevada, o terrorismo, a corrupção generalizada, a instabilidade política e económica, a má distribuição dos recursos, a deficiente governança, bem como a pressão demográfica, constituem os principais fatores geradores de uma paz “instável” com processos frágeis de reconciliação. Por isso, nestes países as diferenças étnicas, culturais e religiosas têm tendência a acentuar-se, aumentando o risco de conflitos. A solução está, na generalidade dos casos, na realização de eleições livres, honestas e regulares que garantam, não só a participação plena das populações a todos os níveis da vida política, económica, social e institucional, mas também, a igual distribuição dos benefícios da paz e da riqueza dos seus países, através de uma boa governança com segurança, com investimento forte na educação, com criação de emprego de qualidade e inclusão social.

Por conseguinte, o Continente africano não estava todo em paz, mas era, em 2015, um lugar mais seguro do que alguma vez foi (excluindo a África do Norte). No entanto, cinco países saem fora deste cenário e ameaçam “contaminar” os seus vizinhos. São eles: o Mali (a Mauritânia, a Argélia, a Líbia e o Níger), o Sudão do Sul (a República do Sudão, a Etiópia, o Uganda e a RCA), a República Federal da Somália (o Djibouti, o Quênia e o Iémen), a RCA (o Chade, a RDC e o Sudão do Sul), e a RDC (o Ruanda, o Burundi, o Uganda e a RCA).

No Mali e na Somália há jihadistas e grupos associados à Al-Qaeda (internos e externos). Nos restantes três há antagonismos étnicos e religiosos, bem como problemas relacionados com lutas entre classes sociais. A União Africana (UA) e a União Europeia (UE), em particular a França, estão atentas, mas não conseguiram até agora resolver o essencial, i.e., corrigir a fragilidade das instituições nacionais, a criação (difícil, sem dúvida) do estado de Direito, adequar as necessidades de mais e melhor investimento na educação e a execução de políticas ativas de combate ao desemprego jovem. Estes fatores podem, por si só, dar



origem a conflitos sangrentos nos cinco países e nos seus vizinhos. Se juntarmos o facto de abrangerem uma vasta área com problemas ao nível das infraestruturas e vulneráveis ao crime, à migração, à pirataria e ao terrorismo, temos uma combinação explosiva. No 11.º Congresso da ONU sobre o Crime, foi adotada a *Declaração de Banguecoque*, em 25 de abril de 2005, constando, entre outras matérias, o tráfico de seres humanos, o branqueamento de capitais, a corrupção, o crime informático e as principais causas da criminalidade. Os alertas existem, todavia em África nem sempre são ouvidos!

Todos estes fatores deram origem a cerca de 2 milhões de refugiados, sendo a Somália a segunda maior fonte de refugiados do Mundo distribuídos pelo Quénia, Etiópia e Iémen (Médio-Oriente).

Assim, a Região do Sahel enfrenta uma perigosa crise de múltiplas dimensões. E as diferentes instituições regionais da UA, tais como ECOWAS, CEMOC e CEN-SAD, têm mostrado ser pouco eficazes para enfrentar os desafios e promover uma resposta adequada. Os atores principais, i.e., a Nigéria, a Argélia, Marrocos e a Líbia parecem estar numa competição aberta ou enfrentam também sérios problemas internos. A ausência de eficácia da UA é, infelizmente, um lugar-comum em África cujas consequências estão a tornar-se amplamente aparentes na República Centro-Africana e no Sudão do Sul.

Resumindo, a violência política existe, os conflitos acabam e recomeçam, mas o número é menor do que há 14 anos; a pobreza e a fome continuam presentes em todo o Continente, mais nuns países do que em outros, mas a pobreza relativa em (algumas partes de) África está a diminuir, se bem que ainda longe de atingir as metas preconizadas pelos ODM; o desemprego jovem é um facto cada vez mais preocupante, mas o Continente nunca teve quadros tão bem preparados como atualmente, todavia uma grande parte vive na diáspora – no entanto, faltam as condições, na maioria dos países, para que possam regressar; a burocracia e a falta de liberdade económica são dois indicadores que afastam o investimento direto estrangeiro (IDE). Muitos outros indicadores podiam ser aqui mencionados, tais como: a falta de suficiente investimento na diversificação das economias e combate às alterações climáticas; a rigidez dos vários mercados e leis associadas; o pequeno volume de comércio e investimento inter e intra países; o baixo nível de I&D (investigação e desenvolvimento) aplicado nas universidades, nas empresas, nos ministérios, no desenvolvimento das indústrias transformadoras, na



agricultura e na investigação agrícola; pouca atenção à paz e reconciliação duradouras e a consequente falta de força política de muitas organizações da sociedade civil, tanto a nível do Continente, como a nível Regional.

3. “O desafio que a África enfrenta é não só manter o rápido crescimento económico mas também transformá-lo em desenvolvimento sustentável e inclusivo, baseado na diversificação económica que crie empregos, que fortaleça o acesso aos serviços básicos, que reduza as desigualdades e contribua para a erradicação da pobreza sem esquecer o desenvolvimento dos recursos naturais” (UNECA, 2016, cap. 1).

Este desafio renova os apelos que têm sido feitos por académicos africanos (e não só) para a importância e necessidade de os países realizarem transformações estruturais que promovam o desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável (ver, p.e., Moura Roque, F., 1997, *Building the Future in Angola: A vision for sustainable development*, CELTA Editora (Oeiras); Fosu, A.K and Collier, P., 2005 (Editors), *Post-Conflict Economies in Africa*, Palgrave, Mcmillan). A definição de transformação estrutural e sistémica como uma importante característica do processo de desenvolvimento foi delineada pela autora em finais da década de 1970 para Angola (documentos políticos) e publicada, p.e., em Moura Roque, F., 1997, *ibid*, caps. 7 a 9, e em 2005, *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*, Almedina, pp. 17 a 103; a UNECA (2015, no quadro 1.2) define transformação estrutural como um processo contínuo que implica uma nova afetação de recursos — em particular, novos investimentos — de atividades de baixa para elevada produtividade dentro e entre setores, especialmente na agricultura, indústria e serviços.

A “... industrialização e transformação estrutural em África devem promover a acumulação de fatores (incluindo investimento em capital humano, natural e social), a sua reafetação e organização, o conhecimento tecnológico e a inovação que impulsionem o aparecimento de novas e dinâmicas atividades verdes, e o aumento da importância, para as economias nacionais, de setores verdes, tais como a agricultura orgânica, a energia renovável e o ecoturismo” (UNECA, 2016, pp. 21 e 22).

Para que a África possa aspirar ser um polo de crescimento global precisa de concretizar, entre outros, certos imperativos: 1) manter uma taxa de crescimento real média de 7% ao ano por, pelo menos, duas décadas (definida no Programa do

Plano de Ação de Istambul, a ser alcançada por volta de 2020); 2) acelerar o desenvolvimento da industrialização verde através de programas de transformação estrutural, social e económica, de forma a que a quota da indústria transformadora seja pelo menos de 25% do PIB; 3) dar prioridade a uma economia intensiva em conhecimento, investigação e qualificação dos recursos humanos através da criação de centros de excelência; 4) alcançar taxas de alfabetismo de, pelo menos, 77% para os adultos e de 90% para os jovens; a possível e desejável transformação da educação em conhecimento pode aumentar não só a produtividade da mão de obra como também a competitividade dos países – o que seria fundamental para a introdução de uma industrialização verdadeiramente transformável e de um crescimento mais inclusivo (ver UNECA, 2016, cap. 2); e 5) desenvolver o empreendedorismo nacional capaz de trabalhar em conjunto com IDE, promovendo a transferência de conhecimento e assegurando *spillovers* tecnológicos para as economias — *forward* e *backward* (ver Moura Roque, F., 2013, “A África: O Continente do Século XXI?”, *Boletim da AICP*, nº 40 (2013), pp. 33-50).

Depois de duas décadas de quase estagnação, o comportamento económico de África tem melhorado significativamente desde o início do século XXI. De facto, desde o ano 2000, o Continente tem visto uma subida de crescimento baseada nas *commodities*. Entre 2002 e 2008, a média do crescimento real foi de 5,6% ao ano. Em 2009, a taxa de crescimento foi somente de 2,2% devido à crise financeira global e à subida repentina do preço dos bens alimentares e do petróleo. Contudo, a África rapidamente recuperou e alcançou uma taxa média de crescimento real de 4,6% em 2010. Em 2011, o Continente voltou a fraquejar devido às convulsões sociais e políticas no Norte de África; em 2012, regressou às taxas de crescimento de 5,0% apesar da estagnação (se não mesmo recessão) e incerteza globais.

De 2012 a 2015, a África apresentou novamente uma taxa de crescimento incipiente, devido, principalmente, ao baixo preço da energia e da generalidade das *commodities*, à falta de um ambiente atraente para o IDE e à dificuldade de obtenção da ajuda pública para o desenvolvimento. Apesar destes fatores, a taxa média anual de crescimento real do PIB no Continente desceu somente de 3,9% em 2014 para 3,7% em 2015, numa média, contudo, muito influenciada pelo crescimento elevado em grandes economias, incluindo a Etiópia (9,3%), o Quênia (6,4%) e a Mauritânia (5,8%). Em comparação, os considerados gigantes do crescimento económico em África apresentaram, entre 2000 e 2014, uma taxa média

anémica, como p.e., a África do Sul (3,6%; e apenas 1,7% em média anual entre 2013 e 2015), a Nigéria (8%; se bem que em 2015 tenha sido de somente 2,7%) e Angola (7,8%; e de 2,9% em 2015) — ver UNECA, 2016, Cap. 1.

Com este cenário, não só a pobreza não diminuiu, como não houve suficiente investimento na diversificação das economias de forma a gerar empregos (em particular, empregos baseados em mão de obra qualificada) e criar mais rapidamente desenvolvimento social. Houve, contudo, mudanças positivas, especialmente na educação, nas taxas de mortalidade infantil e materna e na capacitação das mulheres. No entanto, o ritmo foi demasiado lento para que a África tivesse conseguido concretizar os Objetivos (sociais, em particular) de Desenvolvimento do Milénio, até 2015.

Não só no aspeto social a África se atrasou. Há défices nas capacidades institucionais do Estado, nas infraestruturas físicas e económicas, na programação e planeamento de medidas de política a executar, e na capacidade para combater os choques externos — contribuindo assim para aquilo que o Continente deve considerar como desafio da transformação (ver Moura Roque, F., 1993, “The Angolan Economy: Coordinates for Structural and Systemic Transformation”, *Working Paper*, 2013, Universidade Nova de Lisboa). Os países Africanos, os seus líderes políticos e económicos, bem como as sociedades civis, devem rapidamente analisar as razões por que o crescimento económico e o comércio mais elevados não conduziram à diversificação das economias, não geraram empregos e não promoveram mais desenvolvimento socioeconómico.

A África tem suficientes recursos humanos e naturais para promover a industrialização e a transformação estrutural económica e social, através do desenvolvimento de estratégias de valor acrescentado em todos os setores. A África possui também uma população jovem crescente, urbana e cada vez mais qualificada, terras férteis e abundante oferta de água. A África tem, adicionalmente, cerca de 12% das reservas mundiais de petróleo e 42% de ouro, 80% a 90% de crómio e platina e 60% de terra arável e enormes recursos piscatórios e florestais (em especial madeiras só existentes no Continente). Estes recursos, com o aumento da procura de recursos naturais vindo, em particular, das economias emergentes (China e Índia), fazem de África um destino atrativo para o IDE. Todavia, até aqueles países que fizeram progressos significativos nos fundamentais macroeconómicos e na governança têm tido dificuldade em atrair IDE fora do setor dos recursos naturais.

Por conseguinte, é fundamental que o Continente adote a estratégia de valor acrescentado aos produtos, em particular aos que exporta, para promover crescimento sustentado, criar mais emprego (trabalho, capital e conhecimento intensivos) e assim obter a transformação estrutural sustentável das suas economias. A promoção da industrialização baseada em bens/produtos (*commodities*) cujo valor acrescentado fique em África, pode ser um instrumento poderoso para os países africanos combaterem “a tirania do financiamento” (UNECA, 2013, p. 9) e o facto de a produção de muitos desses bens ser na sua origem capital-intensivo. Daqui resultarão uma economia e uma sociedade mais justas, inclusivas e estáveis, bem como a criação de ligações *backward* e *forward* na cadeia de produção.

Todavia, apesar do legítimo otimismo que se sente por toda a África, o novo paradigma socioeconómico deverá ultrapassar essencialmente dois obstáculos fundamentais: a reduzida eficácia das instituições (ou inexistência em vários casos) e a corrupção. Se não se garantirem aos investidores internos e estrangeiros elementos tão simples como o direito de propriedade, liberdade económica e empresarial, bem como regras claras e previsíveis – não haverá estabilidade e confiança. O segundo obstáculo está relacionado com a elevada taxa de urbanização. Daqui a vinte anos, a África terá pelo menos mais 800 milhões de pessoas. A maior parte deste enorme crescimento populacional terá lugar nas cidades. As cidades são fundamentais para a inovação, criatividade, criação de riqueza e de empregos. Para isso serão necessários melhores governos, melhores e mais infraestruturas, serviços públicos, educação e saúde e forças de segurança bem treinadas e com ética cívica. Assim, a economia africana com sucesso precisa de: maiores gastos com urbanização, educação e saúde, financiados pelos impostos, que poderão também melhorar e sustentar o crescimento económico e o ambiente, bem como criar empregos e reduzir a desigualdade na distribuição dos rendimentos, da riqueza e das oportunidades.

*A África contém, em si mesma, como mais nenhuma outra Região do Mundo, a promessa de um futuro melhor, mais democrático, mais livre, mais respeitador dos direitos humanos e mais próspero.*

*FALTA A LIDERANÇA!*

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS DAS ACADEMIA DE CIÊNCIA DE LISBOA  
NA SESSÃO DE 12 DE MAIO DE 2016)

# António Ribeiro dos Santos (1745-1818) Ilustração, Sociedade e Política

JOSÉ ESTEVES PEREIRA

A JOSÉ SEBASTIÃO DA SILVA DIAS,  
SAUDOSO MESTRE

## 1.

António Ribeiro dos Santos<sup>1</sup> foi eleito, em 1778, para a nossa Academia, como sócio supranumerário, em tempos difíceis para o insigne canonista no que diz respeito à sua vida académica coimbrã. Pontificava na Universidade, em processo de reforma, o célebre Principal Mendonça.<sup>2</sup> Em 1785, no meio de conflitos de natureza académica, rivalidades colegiais e acusação de autoria da sátira *O Reino da Estupidez*, o Reformador Reitor, por ordem régia, desterrou o incómodo lente substituto para o Porto, sua terra natal. Mas logo em maio do ano seguinte, com todo o apoio do novo Reitor D. Rafael de Castro (1750–1816)<sup>3</sup> seu amigo e a quem, como Elpino Duriense, dedica algumas poesias, regressa a Coimbra. Surgiu então a oportunidade, na sequência das determinações régias, para que se procedesse à elaboração de compêndios que concretizassem as

---

<sup>1</sup> Para uma abordagem breve da biografia de António Ribeiro dos Santos ver Pereira, J. E., *António Ribeiro dos Santos*, in “Logos-Enciclopedia Luso-Brasileira de Filosofia”, Lisboa, Verbo, 1992, Vol. IV, cols. 910-914.

<sup>2</sup> D. José Francisco Miguel António de Mendonça (1725–1808). O seu Reitorado entre 1779 e 1785 foi muito conturbado na sequência do afastamento do Marquês de Pombal e no contexto da “Viradeira”. Pediu a exoneração do cargo tendo, entretanto, sido eleito Patriarca de Lisboa em 5 de agosto de 1786. Cfr. Rodrigues, M. A., *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 163-165.

<sup>3</sup> O longo reitorado de D. Francisco Rafael António de Castro ocorreu entre 1786 e 1799 e mereceu o louvor de todo do claustro universitário. A Academia Real das Ciências elogiou-o depois da sua morte em sessão ocorrida em 14 de junho de 1816. Cfr. Rodrigues, M. A., *Idem*, p. 167.

disposições estatutárias de 1772. António Ribeiro passou a dedicar-se a um trabalho intensivo sobre a História Eclesiástica de Portugal a par de outras tarefas de elaboração compendiária. A preocupação heurística e hermenêutica colocada no estudo de fontes, que já se vislumbrara no seu projecto de *Regimento da Biblioteca* conimbricense, da sua responsabilidade, torna-se agora mais evidente. Em muitos dos textos manuscritos cujo acervo se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, a menção recorrente nos seus escritos “por acabar” denota conscientes hesitações e dúvidas como sinal de empenho em assegurar uma historiografia exigente e metódica sobre as origens institucionais. Entretanto ia dando conta do seu porfiado labor nas reuniões da Congregação de Cânones<sup>4</sup> até que, inesperadamente, em meados de 1787, foi chamado para desempenhar na Corte funções de Deputado da Junta de Revisão e Censura do Novo Código de Leis de que falarei mais à frente. Importa sublinhar que além dos trabalhos compendiários o lente ia publicando importantes estudos nas *Memórias de Literatura* da Academia das Ciências.

## 2.

António Ribeiro dos Santos, pela vasta erudição e abrangência temática dos seus estudos, é uma figura incontornável da história das ideias do Portugal Setecentista.

Tendo dedicado bastante tempo a investigar e a tentar interpretar, devidamente, a obra publicada e o imenso espólio manuscrito de António Ribeiro dos Santos continuo a questionar-me sobre muitas das atitudes mentais do canonista que, no Rio de Janeiro (para onde emigrara em 1756), iniciou os seus estudos no Seminário de Nossa Senhora da Lapa e em que o precetorado do ex-jesuíta Francisco Moreira de Miranda parece ter sido relevante. Regressaria a Lisboa, em 1764, com o seu tio Gonçalo Ribeiro dos Santos que vinha estabelecer-se comercialmente em Lisboa.

---

<sup>4</sup> Cfr. Pereira, J. E., *O pensamento político em Portugal no século XVIII — António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 2005.

Ribeiro dos Santos, que frequentou o curso de Cânones da Universidade de Coimbra, onde se veio a doutorar, desenvolveu a sua atividade docente primeiro como opositor, depois enquanto lente, tendo beneficiado de significativo apoio da elite comercial pombalina a que seu avô e seu tio pertenciam.

Um dos aspetos mais salientes da trajetória intelectual do canonista foi, sem dúvida, o papel que desempenhou como censor do seu colega de Leis e companheiro no Colégio das Ordens Militares, Pascoal José de Melo Freire dos Reis (1738–1798), no âmbito do Novo Código de Leis que surgiu como desejado projeto juspolítico em tempos de D. Maria I. Esta intervenção censória, depois o papel determinante de organização da Real Biblioteca Pública da Corte, a partir de 1796, e a autoria das várias memórias académicas, a que há pouco me referi, contribuíram para a estima de que Ribeiro dos Santos ia sendo merecedor. O seu legado espiritual constitui, acima de tudo, um exemplo muito particular das atitudes ilustradas possíveis que se afirmaram, em Portugal, na segunda metade do século XVIII e princípios de Oitocentos. O didascalismo que informa a sua poesia, sob o pseudónimo de Elpino Duriense<sup>5</sup>, além do valor literário em si mesmo, ajuda-nos a compreender pessoas, valores, acontecimentos e motivações da maior valia na transição do século XVIII para o século XIX. O papel de Ribeiro dos Santos no âmbito da teorização estética<sup>6</sup> foi, igualmente, muito importante.

Entre a afirmação plena do absolutismo político pombalino e um horizonte protoliberal, entre a fundamentação jus-canónica e uma nova visão do Direito Público, entre o arcadismo e sinais pré-românticos, o canonista e poeta dá-nos, efetivamente, significativos indicadores de uma época de transição marcada por visíveis tensões mentais, sociais e políticas em que foi assumida uma clara atitude ilustrada e reformista sem pôr em causa, antes incorporando, valores tradicionais.

---

<sup>5</sup> *Poesias de Elpino Duriense*, Lisboa, Na Impressão Régia, 3 vols., 1812–1817. Sobre a poesia de Ribeiro dos Santos: Rocha Pereira, M. H., *Relendo o poeta Elpino Duriense*, in “Estudos sobre Língua e Literatura Portuguesa”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 57-78; Ferreira da Cunha, P., *António Ribeiros dos Santos e o Direito nas Poesias de Elpino Duriense*: <https://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/4985.pdf> (consulta 18-05-2022).

<sup>6</sup> Cfr. Saldanha, N., *Poéticas da Imagem – A pintura nas ideias estéticas da Idade Moderna*, Lisboa, Caminho, 1995, pp. 295-300; pp. 335-376.



## 3.

Para a melhor compreensão dos sinais de ilustração que são manifestos na obra de Ribeiro dos Santos importa, todavia, compreender em que contexto ilustrado se inscreve o canonista portuense.

Desde logo, o que caracteriza o movimento da Ilustração na Europa significa o ponto de chegada de um longo trajeto de modernidade que incorpora o *racionalismo*, a *secularização* e as ideias de *natureza* e de *progresso*, que alcançarão expressão decisiva ao longo da segunda metade do século XVIII e se projetaram em Oitocentos. Numa avaliação correta do modo como as Luzes se afirmaram no espaço português importa considerar um *período joanino* em que surgiram as obras de Manuel de Azevedo Fortes (1660–1749), de António Nunes Ribeiro Sanches (1699–1783), de Luís António Verney (1713–1792), a ação da Congregação do Oratório<sup>7</sup>, os primeiros volumes das *Recreações Filosóficas* de Teodoro de Almeida (1722–1804), a que se seguiu um *período josefino* (que podemos designar de pombalino) e, por fim, um *período mariano* que engloba o reinado de D. Maria I e do Príncipe Regente, futuro D. João VI. Entenda-se que a paradigmática querela entre os *Antigos* e os *Modernos* sem a qual não se torna possível compreender uma mudança de mentalidade que teve, igualmente, ecos em Portugal, se concretizou com algum retardamento. Se tomarmos como referência o pensamento filosófico observam-se duas linhas de pensamento que se situam, de modo crítico, relativamente à escolástica. Temos, por um lado, o racionalismo de matriz cartesiana e, por outro lado, as concepções experimentais de Newton (1642–1727) e o empirismo de Locke (1632–1704) este prolongado, mais tarde, no sensualismo de Condillac (1715–1780). Não deve esquecer-se, ainda, a presença das ideias atomistas de Gassendi (1529–1655) acessíveis, sobretudo, através da leitura do *Compendium Philosophicum*, do espanhol Tomás Vicente Tosca (1651–1723). O que deve ser acentuado, diminuindo opções radicais na cisão do Antigo em relação ao Moderno, foi a utilização de diferentes recursos analíticos e expositivos *versus* temática

<sup>7</sup> Na Congregação do Oratório a abertura ao pensamento cartesiano e newtoniano dá-se com o P.<sup>o</sup> João Batista (1705–1761), autor de *Philosophia Aristotelica Restituta* (1748). Cfr. Martins, M. M. B., *O pensamento filosófico do Padre João Baptista (1705?–1761)* in “Luís António Verney e a cultura luso-brasileira do seu tempo”, Lisboa, MIL, 2016, pp. 294-305.



argumentativa da escolástica acrescida da compleição metodológica e especulativa que lhe é própria.

Entretanto, ao discurso de *razão*, correspondeu em Portugal, também, uma desinência social e política de que Ribeiro dos Santos, já na época mariana, assinalou um destino paradoxal:

*“[Pombal] quis um impossível político; quis civilizar a Nação, e ao mesmo tempo fazê-la escrava; quis espalhar a Luz das Ciências Filosóficas, e ao mesmo tempo elevar o poder Real ao despotismo; inculcou muito o estudo do Direito Natural e das Gentes, e do Direito Público Universal, e lhes erigiu cadeiras na Universidade de Coimbra mas não via que dava Luzes aos Povos para conhecerem por elas, que o Poder Soberano era unicamente estabelecido para o Bem comum da Nação, e não do Príncipe, e que tinha limites e balizas em que se devia conter”*<sup>8</sup>

Uma das abordagens mais seguras sobre a prática cultural pombalina é, certamente, a que se verifica na vertente educativa. Na medida em que o pombalismo foi uma referência incontornável da Ilustração possível importa, em todo o caso, não perder de vista os condicionamentos a que foi sujeita um presuntivo, embora inatingível *sapere aude* como Kant, servindo-se do poeta latino Horácio, preconizara. De facto, a *paidea* pombalina, pela diligência dos seus censores oficiais, manifestou-se através das maiores reservas relativamente a Locke e ao empirismo, compreensivelmente justificadas por uma perigosa perspetiva de fundamentação imanente de valores.

Com a morte de D. José I e consequente afastamento de Pombal tornou-se viável, não obstante a persistente atividade censória, uma continuidade reformista e ilustrada, constituindo Ribeiro dos Santos um bom exemplo das circunstâncias intelectuais e políticas desse tempo, assinalado por significativas tensões. Nesse aspeto, a atividade da Real Academia das Ciências de Lisboa, de que o canonista participou, prolongou a reforma cultural dos tempos de D. José. No período inicial, de 1778 a 1815, quando se vivia a ambivalência da abertura e da repressão mental, a iniciativa de Lafões foi, seguramente, o ponto

---

<sup>8</sup> In Carvalho Dias, J.F., *Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos*, “Revista Portuguesa de História”, Coimbra, 1974, T. XIV, p. 447.

fulcral de convergência de expressões da nossa Ilustração possível, quer ao nível do convívio intelectual, quer da produção científica em todos os domínios do saber.

Entretanto, no reinado de D. Maria I e depois do Príncipe Regente, futuro D. João VI, se as reservas levantadas ao enciclopedismo político e moral foram acompanhadas de manifesta repressão, não deixou de se verificar, em todo o caso, um certo *newtonianismo moral* tendo em atenção a situação do homem entre as coisas da natureza e a natureza e essência das coisas. Se a “natureza é Deus”, para repetir um dito de Frei Manuel do Cenáculo (1724–1814), com quem Ribeiro dos Santos estabeleceria um subtil diálogo ilustrado com consequências práticas<sup>9</sup>, também se exaltavam muitas das descobertas da ciência como espelho da harmonia da criação divina. Elpino Duriense exortava o poeta José da Silva Xavier a celebrar grandes pensadores do século XVII e XVIII entre eles Leibniz, Boyle, Buffon (“o novo Plínio”), Lineu (o Dioscórides moderno”), Lavoisier, Benjamin Franklin, Boerehave, Van Swieten<sup>10</sup>. A intensificação subsequente da leitura, em parte de modo clandestino, de Montesquieu, de Voltaire, de Rousseau, de Helvetius e de outros autores, quer em Portugal, quer no Brasil, seria, entretanto, mais evidente.<sup>11</sup> Deve entender-se, também, que nesse trajeto de abertura às ideias filosóficas e enciclopedistas se incorporavam variadas concepções de índole jurídica, política e moral. Assim, a pedagogia jurídica wolfiana de Martini<sup>12</sup> escolhido para as aulas de Direito Natural, em 1772, veículo da fundamentação e da prática absolutista

<sup>9</sup> Cfr. Pereira, J. E., *Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a criação da Real Biblioteca Pública*, in “Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas”, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006, pp. 11-21.

<sup>10</sup> *Poesias de Elpino Duriense*, cit. Tomo I (1812), pp. 270-279. A poesia de António Ribeiro dos Santos transmite-nos, além do seu valor literário, por um lado, a rede de sociabilidade de que participa mediante os destinatários a quem dedica os seus poemas, a maior parte seus amigos e, por outro lado, um conjunto de valores culturais e científicos partilhados pelas elites portuguesas de fins do século XVIII e princípios de Oitocentos. Com o mesmo nome arcádico, Ribeiro dos Santos traduziu a obra lírica de Horácio em dois volumes: *A Lyrica de G. Horacio Flaco, poeta romano, trasladado literalmente em verso português por Elpino Duriense*, Lisboa, na Imprensa Régia, 1807.

<sup>11</sup> É fundamental no que tange aos problemas da censura em fins do século XVIII e princípios de Oitocentos a consulta da obra de Payan Martins, M. T. E., *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005.

<sup>12</sup> Karl Anton von Martini (1726–1800) foi Professor de Direito Romano na Universidade de Viena, a partir de 1754. Em 1767 publicou *De Lege Naturali Positiones* e no ano seguinte *Positiones de Jure Civitatis* que serviram de manuais oficialmente adotados na reforma dos estudos jurídicos pombalinos.

pombalina<sup>13</sup> acabaria por abrir caminho a leituras de um jusnaturalismo mais avançado como o de Emer de Vattel (1714–1767), de Gaetano Filangieri (1753–1788) e de Bartolomeo de Felice (1723–1789), entre outros, prenunciando sinais de protoliberalismo. Deve considerar-se, ainda, que a ambivalência do discurso ilustrado setecentista português, marcado por um ecletismo estrutural<sup>14</sup>, se projetará em dicotomias oitocentistas relevantes, como as tensões evidentes entre *Razão e Fé* e *Tradição e Progresso* de projeção mental e ideológica perdurável.

#### 4.

É, portanto, tendo presente o enquadramento a que acabei de me referir, que se podem situar as concepções e convicções de António Ribeiro dos Santos que evoluíram das posições regalistas, afins do jusdivinismo, assumidas no auge do pombalismo para a defesa da tradição da representação das Ordens do Reino em Cortes em tempos de D. Maria I. Porém, embora sejam invocadas, recorrentemente, as suas ousadias de 1789, quando Melo Freire não hesitou em o acusar de “monarcómaco”<sup>15</sup>, o lente de Cânones já muito antes se tornara incómodo, se tivermos em conta as resistências do claustro académico na altura em que se submeteu a provas doutorais desenvolvendo as suas ideias nas dissertações sobre *De Sacerdotio et Imperio* (1770). Monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo (1758–1838), seu sucessor como Bibliotecário-Mor na Real Biblioteca Pública da Corte e que com ele privou, nas abreviadas memórias que coligiu, tendo como base o autógrafo de Ribeiro dos Santos, *Memórias de Mim*, transmite-nos a seguinte:

*“A julgar pelas obras impressas e trabalhos literários que existem deste ilustre Magistrado, foi um grande investigador de Antiguidades e pode-se afirmar com afoiteza que ninguém até agora teve estudos mais largos, nem mais apurados da História e Língua Portuguesa, em que escrevia com muita pureza, propriedade e elegância. Com igual esmero*

<sup>13</sup> Cfr. Dias, J.S. S., *Pombalismo e Teoria Política*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982, pp. 47-58.

<sup>14</sup> Idem, *O eclectismo em Portugal no século XVII – Génese e destino de uma atitude filosófica*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972 (Sep. da Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano VI-1972).

<sup>15</sup> Pereira, J. E., *O pensamento político, ... cit.*, pp. 54-55.

*e apuramento cultivou as Ciências Eclesiásticas, sendo o primeiro aluno da Universidade de Coimbra onde as ensinou com aplauso que se atreveu a publicar doutrinas que hoje são correntes suas, que naquele tempo faziam suspeitos na Fé os seus propagadores*<sup>16</sup>

Monsenhor Ferreira Gordo, se bem entendo as suas considerações, pretendia referir-se às dissertações sob o título *De Sacerdotio et Imperio Selectae Dissertationes quibus praemittitur dissertatio De Deo, de Religione Naturali, ac Revelata, tanquam earum basis, et fundamentum, pro supremum Juris Canonici gradu obtinendo, in Academia Conimbricensi publice propugnandae*. O texto impresso em Lisboa, na Tipografia Régia, em 1770, autorizado pela Real Mesa Censória, não constitui apenas um conjunto de peças destinadas à obtenção do grau doutoral. É também significativo que a obra tenha sido dedicada, de modo encomiástico, ao “viro praeclarissimo” Joaquim Inácio da Cruz (1725–1782)<sup>17</sup>, próximo do Conde de Oeiras.

Portanto, a partir da perspectiva jus-eclesiástica António Ribeiro dos Santos, na linha de António Pereira de Figueiredo (1725–1797) estava, convictamente, e com bons apoios políticos, a carrear elementos para a fundamentação teórica do regalismo pombalino, ou melhor dizendo, para a fundamentação jus canónica das relações do poder civil e do eclesiástico. A dissertação do ainda jovem doutorando seria objeto, mais tarde, em 1782 (já no reinado de D. Maria I), da atenção que lhe concedeu o órgão filo-jansenista *Nouvelles Ecclesiastiques*, sediado em Utreque, no momento em que aquele periódico especulava sobre o eventual recrudescimento de reações ultramontanas em Portugal. O que é líquido é que o ousado candidato a Doutor em Cânones contribuía, sem dúvida, nas vésperas da reforma da Universidade, para a fundamentação teológica e canónica do regalismo e jusdivinismo pombalinos.

António Ribeiro dos Santos iniciou a sua argumentação pelo tema da religião natural que, se por um lado nos permite observar um conjunto de

<sup>16</sup> *Memórias do Doutor António Ribeiro dos Santos, lente que foi da Faculdade de Cânones, na Universidade de Coimbra e colegial do Real Colégio das Ordens Militares. Coligidas e relatadas por Joaquim Ferreira Gordo*, Cod. 828 e 6794 da BNP. Traslado e notas de João Palma-Ferreira, “Revista da Biblioteca Nacional”, n.º 1, 1981, p. 172.

<sup>17</sup> Sobre Joaquim Inácio da Cruz (Sobral) e a influente família dos Cruzes imprescindível a consulta de Eduardo Arantes (de Oliveira), *O casamento baiano de Joaquim Inácio da Cruz*, Lisboa, 1998, Sep. da Revista Armas e Troféus, VIII série, T.I (Janeiro–Dezembro/1998), pp. 31-76.

referências inovadoras, por outro lado permite-nos constatar, de igual modo, uma atitude defensiva relativamente a desvios filosofistas e deístas. Essa prevenção e convicção seria, aliás, uma constante da sua personalidade intelectual e moral não obstante a exaltação dos progressos da ciência, ou a abertura a medidas de tolerância religiosa e étnica. Em todo o caso, e socorrendo-me, ainda, de Ferreira Gordo o Bibliotecário-Mor “foi sempre muito ortodoxo”<sup>18</sup> apesar de ideias jus canónicas tidas por demasiado inovadoras no entender do claustro universitário.

O canonista sem prejuízo de outras leituras que aproveitou, e foram muitas, sempre teve em conta, de modo especial, o pensamento de António Genovesi (1712–1769), mais conhecido por Genuense, que na reforma educativa pombalina surgiria como *auctoritas* pedagógica sobretudo no âmbito da Lógica e da Metafísica.<sup>19</sup> Na dissertação *De Deo* Ribeiro dos Santos estribado, precisamente, no pensador italiano, começaria por desenvolver a sua fundamentação sobre as provas da existência de Deus nos planos filológico, físico e metafísico.

O argumento filológico comportava a constatação de que todos os povos, do passado e do presente, são detentores da ideia e do termo *Deus* de onde se podia deduzir a universalidade etnológica da crença. Entretanto, a propósito da demonstração física, importa fazer um pequeno parêntesis. Se bem que hoje seja matéria pacífica, sobretudo depois dos estudos pioneiros de Cabral de Moncada, sobre a influência ou consonância que a Ilustração italiana e austríaca tiveram em Portugal, importa dizer que tal esteve longe de significar exclusividade. António Ribeiro dos Santos, na abordagem teológico-natural que empreende, avocando o Genuense aculturado em Portugal, não esquece o vasto universo de interpretações que, há bastante tempo, percorriam a Europa sobre a utilização apologética das ciências invocando a ordem da criação face a um mecanicismo estrito de matriz cartesiana. Bastará recordar, nesse

---

<sup>18</sup> “O Sr. António Ribeiro dos Santos foi sempre muito ortodoxo, mas as suas opiniões em Direito Público Eclesiástico ainda não eram bem recebidas na Universidade quando ele meditou imprimir as suas teses para se doutorar e por isso não achou aí quem quisesse presidir a elas”, *Memórias* cit. *ibidem*. Foi o Doutor Cristóvão de Almeida Soares, futuro Bispo de Pinhel, da confiança de D. José I, que veio, entretanto, a presidir ao ato (A.U.C.: *Actos e Graus*, Livro 105, fl. 125).

<sup>19</sup> Foi relevante, também, a influência das suas ideias económicas a partir das *Lezionne di Comercio o sia d’economia civile* (1765). Sobre o pensamento económico de Genovesi, ver Francisco António Lourença Vaz, *Instrução e Economia. As ideias económicas no discurso da Ilustração portuguesa (1746–1820)*, Lisboa, Colibri, 2002.

âmbito, obras como *Le Spectacle de la Nature* (1732–1742)<sup>20</sup> de Noël-Antoine Pluche (1688–1761), ou a *Demonstration de l'existence de Dieu-Traité de la connoissance de la Nature & proportionné à la foible intelligence des plus simples* (1713), de François Fénelon (1651–1715), a *Physico-theology or a demonstration of the being and attributes of God from his works of Creation* (1713) de William Derham (1657–1735) e muitas outras obras que convergem para uma interpretação finalista revestida de um espírito que serviu de pano de fundo para o gosto científico e naturalista compatível com os valores cristãos. Assim, no pórtico da demonstração da existência de Deus, como elemento essencial para o desenrolar probatório do jusdivinismo regalista, a avocação da filosofia natural (disciplina que será um eixo fundamental da reforma pombalina da Faculdade de Filosofia) não poderia ser esquecida.

Entretanto, a problematização teológico-filosófica de Ribeiro dos Santos tem a ver com questões, menos pacíficas, no âmbito metafísico. Entre elas figura a preocupação anti-espinosista reforçada pelo facto de, no decurso de Setecentos, se assistir ao ressurgimento das ideias de Bento de Espinosa (1632–1677)<sup>21</sup> tendo o doutorando, muito presente, os debates veiculados pela obra *Pantheisticon* de John Toland (1670–1722) publicada em latim, em 1720. Esta obra, considerada por António Ribeiro dos Santos como um “ímpio libro”, não podia deixar de lhe merecer o sublinhado contraponto da unidade divina distinta do Universo. A posição assumida por António Ribeiro dos Santos estatuidando a recusa a uma congeneridade material, tinha bem presente a diferença essencial da *natura naturans* e da *natura naturata* que, desde cedo, o encaminharia para convicções que se projetarão nas suas reflexões de natureza mais jus filosóficas. Foi nesse sentido que a religião natural seria entendida como meio corretivo da imperfeição humana invocando, para tal propósito, Pufendorf (1632–1694) Heinecke, Cumberland (1631/2–1718) entre outros jusnaturalistas. Tais ideias eram invocadas, também, com o propósito de assegurar a coesão social recolhendo a doutrina da eventual restrição da liberdade pela lei sem prejuízo da dignidade

<sup>20</sup> “Tous les corps qui nous environnent, les plus petits comme les plus grands, nous aprennent quelques vérités, ils ont tous une langage qui s’adresse à nous, & même qui ne s’adresse qu’à nous. Leurs structure particulière nous dit quelque chose. Leur tendance à une fin, nous marque l’intention de l’Ouvrier” (*Le Spectacle de la Nature ou entretiens sur les particularités de l’histoire naturelle*, Paris, 1771, T. I, Préface, T. I, p. iv.

<sup>21</sup> François Fénelon na obra que referenciamos disponibiliza argumentos para combater o espinosismo.

humana. O aproveitamento assinalável no *Sacerdotio et Imperio* do jusnaturalismo e da “boa razão”<sup>22</sup> acompanharia Ribeiro dos Santos no pressuposto de que “*hominis naturae non convenit ut vivat ex lex*” *versus* as ideias de Maquiavel, Espinosa e Hobbes apodados de “*Politicismi infames sectatores*”<sup>23</sup>. Importa sublinhar ainda que a subsidiariedade da religião natural no travejamento demonstrativo da existência de Deus não implicava qualquer sedução racionalista que desaguasse no deísmo de Matthew Tindall (1657–1733) e Anthony Collins (1676–1729) autores que viriam a ser proibidos pelo Edital da Real Mesa Censória de 24 de setembro de 1770<sup>24</sup>.

Entretanto, quanto ao espaço que Ribeiro dos Santos dedica na dissertação *De Deo* à religião revelada, o desenvolvimento do sentido dogmático da religião cristã é acompanhado de cuidado hermenêutico avesso a uma metodologia de raiz escolástica. Ainda nesta vertente, Ribeiro dos Santos pretende reforçar a verdade da religião cristã mobilizando um conjunto de autores de pujante apologética cristã europeia. Entre eles os ingleses, James Foster (1697–1753), Arthur Sykes (1683–1756), Thomas Stackhouse (1677–1752), Humphry Ditton (1675–1715), Samuel Clarke (1675–1729), Joseph Addison (1672–1719), os franceses Pierre Daniel Huet (1630–1721), Claude Houteville (1686–1742), Nicolas Malebranche (1638–1715), Louis Bastide e Jacques Abadie (1654–1727)<sup>25</sup>. O canonista reforçava a atitude defensiva em relação aos sinais dos tempos, aludindo ainda, sem indicar o nome do autor, a uma obra que viria a ser traduzida em português como *O Deísmo refutado por si mesmo* de Nicolas-Sylvestre Bergier (1718–1790). A utilização muito proficiente destas obras parece indicar, igualmente, preocupação sobre o déficit de informação disponível e correlativa incapacidade argumentativa por parte dos agentes da Igreja e da Universidade para responder a novos desafios teológicos e filosóficos.

---

<sup>22</sup> Sobre a Lei da Boa Razão (18 de agosto de 1769) e a sua projeção jurídica ver Guilherme Braga da Cruz, *O direito subsidiário na história do direito português*. In “*Rev. Port. Hist.*”, tomo XIV (1975) pp. 279-316.

<sup>23</sup> Antonii Riberii Portucalensis, *De Sacerdotio et Imperio*, Olissipone, Ex Typographia Regia, MDCCLXX, p. 16.,

<sup>24</sup> Idem, *ib.*

<sup>25</sup> “*Perlege si placet, ex Anglis Forsterum, Samuelem Clarckium Stackhousium, Syckium, Dictonem, et Addisonium, ex Gallis Huetium, Abbadiam, Houtevillium, Malebranchium, Bastidium. His adde librum de deísmo per se ipsum refutato*” Idem, p. 20. Cfr Pereira, J. E., *ob.cit.*, p. 111-112 (nota 2) onde procedi à identificação das obras dos autores referidos por Ribeiro dos Santos que, no caso de efetiva leitura de autores ingleses, poderia ter acesso através de traduções francesas (o que era corrente) ou latinas.



Numa outra vertente, a par do anseio de renovo teológico e canónico, o doutorando também apelava para que a religião fosse “*praestanda non in externis tantum signis, sed in spiritus, non in surperstitione, sed in veritate*”<sup>26</sup>.

## 5.

António Ribeiro dos Santos, ao longo das páginas dissertativas encaminha-se, entretanto, para a definição das relações do *sacerdotio* versus *imperium*.

Desde meados do século XVII, as questões religiosas dirimidas no contexto vestefaliano desaguarão no poder absoluto e majestático crescente dos monarcas de que o galicanismo em França ou mais tarde, o josefismo austríaco seriam exemplos flagrantes. Em Ribeiro dos Santos, nesta matéria, adentro das especificações do desenho episcopalista o facto de entender dever ser a Igreja *matrem non dominam* implicava que a rejeição romanista abrisse espaço para uma reforma interna da Igreja, quer do ponto de vista de um acrisolamento espiritual, razão principal da simpatia dos meios filo-jansenistas de que foi alvo<sup>27</sup>, quer do ponto de vista funcional da uma Igreja de base colegial (*orbis maior est urbe*).

Sem perder de vista as motivações que a argumentação ribeiriana representou como peça académica não deixa de ser interessante e significativo avaliar a forma pela qual se insinua no *De Sacerdotio et Imperio* a legitimação do poder pombalino através de uma fundamentação juscanonica.

António Ribeiro dos Santos com o socorro de Bossuet que representou no pensamento europeu o papel chave do providencialismo ideológico é, inequivocamente, um agente do pombalismo teórico duas décadas antes de se orientar para um reformismo que muitos pretendem ver como proto-liberal. Em 1770, na sua argumentação, o poder tinha origem em Deus, que era transmitido directamente ao Príncipe. A superação do modelo indireto da transmissão do poder, que percorre as páginas do *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra* e da *Dedução Cronológica e Analítica*, surge-nos com a avocação, muito

<sup>26</sup> Antonii Riberii Portucalensis, *De Sacerdotio et Imperio*, cit. p. 27.

<sup>27</sup> *Nouvelles Écclesiastiques*, Utreque, 10-01-1782, art. Lisbonne, pp. 17-20.



forte, por vezes literal, da doutrina de *La Science du Gouvernement*, de De Réal<sup>28</sup>, em que a inerência majestática e absoluta da emanção das leis é dos pontos mais importantes, mesmo sem prejuízo das obrigações que são próprias do imperante. Além disso, em perfeita harmonia com o que defendera nas páginas correspondentes à matéria no *De Deo* estava implícita na definição do poder régio reiterando-se a oposição frontal a Hobbes e ao hobesismo muito na linha espiritual que se pode encontrar no *De legibus natura disquisitio philosophica* (1672) de Richard Cumberland, a que já me referi, publicada no mesmo ano em que surgiu o *De jure naturae et gentium*, de Samuel Pufendorf.

A relação do poder com o todo da sociedade civil, ou seja, a relação com os súbditos em termos do que, cautelosamente, se pode designar de “contrato” faz ressaltar, na argumentação do *De Sacerdotio et Imperio* o apagamento de toda e qualquer mediação socio-política (mesmo que salvaguardando algum tónus paternalista) para, muito pelo contrário, estatuir, em princípio, a indiferenciação do vassalo, em geral, perante o Príncipe.

Na crítica frontal à configuração democrática da essência, origem e transmissão do poder, em que o alvo monarcômaco era o preferido, ao mesmo tempo que não podia deixar de citar a *Dedução Cronológica e Analítica* sobretudo a Prova LI da “imortale opus”<sup>29</sup> Ribeiro dos Santos socorre-se, ainda, de Grócio (1583–1645) e de Pufendorf, entre outras autoridades como antídotos para as posições tiranizadas, quer dos católicos Juan de Mariana (1536–1624), Roberto Belarmino (1542–1621) e Francisco Suarez (1548–1617), quer dos protestantes Philippe du Plessis Mornay (1549–1623), François Hotman (1524–1590) e Johannes Althusius (1557–1638).<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> A obra de Gaspard de Réal de Courban (1682–1752) publicada, postumamente, em oito volumes entre 1762 e 1764, é constituída por extensa abordagem das questões políticas, morais e jurídicas. Trata-se de referência fundamental e de recorrente avocação no século XVIII para a teorização do poder, no sentido da soberania perfeita, absoluta e independente.

<sup>29</sup> Antonii Riberii Portucalensis, *De Sacerdotio et Imperio*, cit., p. 97.

<sup>30</sup> Entre os autores de origem calvinista e huguenote, cumpre destacar Johannes Althusius que defendia que era no povo que residia a soberania de modo inalienável, opondo-se, radicalmente, aos fundamentos do poder absoluto de direito divino, preservando a essencialidade do direito civil e estatuidando a delegação do poder soberano naqueles a quem era confiado o governo. As posições jusdivinistas e anti-monarcômacas de António Ribeiro dos Santos no seu período filo-pombalino inscrevem-se, claramente, na doutrina assumida pela *Dedução Cronológica e Analítica*, Lisboa, 1767: “Hottomano, Bucherio, Altusio, Henon, Dané, Casman, Obrecht, Pareu, Milton, e outros Sectarios da mesma farinha, que revoltando-se contra Deos, e contra o

Perante tal configuração de poder relativamente à sociedade civil, qual o modo, então, de estabelecer as relações da Igreja com o Príncipe? Tendo como pano de fundo a experiência histórica da conveniência do mútuo apoio do trono e do altar, e para responder à questão, Ribeiro dos Santos começa por reprovar os que, erradamente, procuravam minar tal harmonia, assim como não lhe parece aceitável nem o recurso ao já inadequado paradigma do *Dictatus Papae* de Gregório VII<sup>31</sup>, nem a admissão de excessivas intervenções por parte dos Príncipes no que tange à jurisdição espiritual da Igreja. Tendo ainda presente o veículo curialista que a Companhia de Jesus representara era natural, também, que a defesa do episcopalismo que se inculcava se justificasse enquanto salvaguarda de uma personalidade eclesial independente e “nacional”, ajustada aos desígnios pombalinos. O sentido de cooperação que Ribeiro dos Santos defendia parecia adequado a uma coordenação das duas instâncias com a reserva de que a sujeição da Igreja à lei comum do *imperium* não devia, em todo o caso, prejudicar alguma capacidade de intervir espiritualmente em determinadas circunstâncias o que, certamente, não deixava de cair no terreno do temporal. Com terminologia precisa, ficava delimitado o “legitimum Imperio sine adjuncta Religione” a par da “vera religione sine adjuncto Imperio”<sup>32</sup>. Não se estatuiu, portanto, nem uma subordinação absoluta da Igreja ao Poder secular, nem a submissão deste aos extremos gregorianos a que há pouco aludi.

Não me sendo possível pormenorizar na presente comunicação as várias incidências que o canonista português dedicou à especificidade das relações do *Sacerdotium* versus *Imperium* o que não me parece objeto de dúvida é que, se o poder espiritual não tem qualquer legitimidade para intervir naquilo que é de natureza estritamente temporal cumpre dizer que ao *Imperium* cabe alguma *proteção* do

---

Mundo, não querião que nelle houvesse hum Supremo Poder, que mantendo a Ordem da Sociedade Civil, e do socego público, puzesse hum freio às suas soltas, e mal entendidas liberdades “Parte I, § 634 (...)”. Porém, não obstante o temerário arrojo da referida seita, teve tanta fortuna a sua extravagância que a *Companhia* denominada de *Jesus*, a qual tinha por objeto principal das suas largas vistas desde os seus princípios a maquinação dos meios, e dos modos, com que poderia arruinar o Supremo Poder dos Monarcas, e Príncipes Soberanos, para reduzir o Mundo à confusão, e à desordem, que se tinha proposto promover, para o dominar: Vendo levantada a referida seita; a adotou com o maior empenho pela utilidade, que nela considerava. Consequentemente se declarou a favor daqueles Sectários *Monarchomacos*. (Parte I, §635).

<sup>31</sup> O *Dictatus Papae* é um conjunto de 27 proposições atribuídas ao papado de Gregório VII (1073-1085) configurando a supremacia da autoridade da Igreja sobre todo e qualquer poder.

<sup>32</sup> Antonii Riberii Portucalensis, *De Sacerdotio et Imperio*, cit., pp. 82-84.

*Sacerdotium* pressupondo um dispositivo, convenhamos, bastante fluido e algo equívoco. Ribeiro dos Santos revia-se a esse propósito, mais uma vez, em De Real ao considerar, igualmente, que a Igreja no seu múnus não se pode eximir a contingências do político o que, no fundo e obviamente, cerceava a efetiva independência da Igreja. O canonista pombalino defendia, portanto, no limite, um regalismo de compromisso mútuo de ambos os poderes.

## 6.

António Ribeiro dos Santos procederia, entretanto, ao longo do tempo, a uma reflexão acrescida sobre autores de âmbito jurídico e institucional. Um dos seus manuscritos autógrafos intitula-se *Remissões de Autores escolhidos sobre várias questões de Direito Natural e das Gentes*<sup>33</sup> onde elenca Genovesi, Wolf, Pufendorf, Vattel e Filangieri e outras fontes. Podemos, de facto, seguir bem essa trajetória através do seu vasto espólio como se verifica na compilação intitulada *Selectae Jurisprudentia Naturalis* em que procede a uma interpretação da *Lei natural* afirmando que esta reside em nós inscrita por Deus sendo a *voluntas Dei* fonte de todo o Direito<sup>34</sup>. As sugestões augustiniano-platónicas parecem evidentes no decurso da argumentação e talvez se possa aludir a uma influência, mesmo que indirecta, do platonismo de Cambridge<sup>35</sup> conjugada com outras referências intelectuais que lhe são afins. Para tanto, poderemos tomar em consideração o modo como se verificou no canonista a ideia de *socialitas* mais conforme a um modelo orgânico da sociedade. A par das sugestões platonizantes encontramos, ainda, na sua argumentação, a simpatia por uma harmonização cosmológica

<sup>33</sup> BNP, Cód. 4668, FG, fls. 152-164.

<sup>34</sup> *Idem*, fls. 1-16.

<sup>35</sup> A aproximação possível de Ribeiro dos Santos ao grupo de filósofos e teólogos cristãos do XVII da Universidade de Cambridge centra-se na atenção que o canonista português prestou à tradução latina da obra *the True Intellectual System of Universe* de Ralf Cudworth (1617–1778) um dos mais significativos expoentes, com Henry More (1614–1687), daquele movimento de ideias inglês. Cudworth influenciou, também, António Genovesi uma das referências importantes de Ribeiro dos Santos. Assume particular relevância neste contexto, não na cisão, mas na complementaridade de razão e fé, a consideração da existência de formas interiores de revelação que são a projecção da mente eterna, inteligentíssima e incorpórea que preside, também, à misteriosa harmonia da natureza em que a vontade divina governa a unidade e variedade do mundo orgânico (no sentido da concepção de “plastick nature.” de Cudworth).

e hipostasiadamente antropológica em que o homem ocupa um lugar onde, eticamente, lhe é dado aperfeiçoar-se.

Entretanto, apareceu em 1772, editada pela Real Impressão da Universidade, uma obra intitulada *A verdade da religião cristã* cuja atribuição de autoria a António Ribeiro dos Santos nem pelo próprio foi contestada. Anunciada na *Gazeta de Lisboa* como “original e de grande aceitação<sup>36</sup>, *A verdade da Religião Cristã* inscreve-se no tipo de literatura europeia de teor apologético, a que já tive oportunidade de me referir antes, em que se pretendia não só definir bem os princípios da religião revelada em face de um investimento crescente de temas de religião natural mas, sobretudo, advertir para os perigos deístas e filosofistas tendo agora como alvos Voltaire, Rousseau, Fréret entre outras conhecidas figuras das Luzes europeias. O recurso a citações e argumentação dos autores perigosos que são visados, por vezes fora de contexto, constituiria mesmo, paradoxalmente, uma das vias de informação do discurso que se procurava combater.

Nesta obra de motivação mais ampla do que a que decorre dos seus estudos de natureza jurídico-institucional, de novo encontramos Ribeiro dos Santos, como no *De Sacerdotio et Imperio*, a socorrer-se do magistério espiritual de António Genovesi no contexto das provas filológicas (o consentimento universal dos povos a respectiva expressão do nome de Deus), das provas metafísicas e das provas físicas que reproduzem, em grande parte, o tipo de argumentação desenvolvido na tese *De Deo* e de que já dei conta. Porém, os intuitos eram diferentes. Talvez mais clarificador até do que na tese de 1770 apareceria tratada, nomeadamente, a questão da necessidade e contingência dos entes em sede de provas metafísicas da existência de Deus:

*“Contingente é todo aquele ente que depende de outro para a sua existência e conservação. Logo a causa última de todos os contingentes não pode ser um contingente, pois que este ainda vinha a depender de outro para existir; mas deve precisamente ser um ente necessário, o qual subsiste por si mesmo e sem dependência de alguém”<sup>37</sup>*

<sup>36</sup> *Gazeta de Lisboa*, n.º 18 de 04-05-1790.

<sup>37</sup> Ribeiro dos Santos, A., *A Verdade da Religião Cristã*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1787, T. I, pp. 7-8.

Mas o texto ribeiriano não se cinge apenas a uma proficiente fundamentação filosófico-teológica. Transmite, igualmente, o interesse por uma via mais interior da inteligência sem deixar de ter presente a piedade dos fiéis. Nesse contexto, o canonista, embora aceite a exterioridade cultural, torna-se reticente quanto ao seu valor último, como se depreende da seguinte afirmação:

*“(...) nem por isso devemos negar veneração aos anjos e santos a quem Deus ama com singular afeto em razão das suas virtudes e merecimentos, não devemos, contudo, adorá-los como deuses (como erradamente faziam os gentios), porque este culto supremo é indivisível; mas sim honrá-los religiosamente, coma servos e amigos do nosso Deus”<sup>38</sup>*

O teor das considerações que vão surgindo ao longo da obra, em que se insinua algum pendor jansenista, parece-me refletir, uma vez mais, a linha de pensamento de Ralph Cudworth a que há pouco me referi acompanhada das ideias de Fénelon, Clarke e Wolff (1679–1754), quando do plano metafísico passa para o físico, socorrendo-se o autor da teologia natural de Derham e de Nieuwentyt afim de inúmeras mobilizações apologéticas de Newton e do newtonianismo mental:

*“O mesmo Newton [persuade-se] que não há raciocínio que prove a divindade com tal inegável evidência, como o que Platão refere em um dos seus diálogos. Vós julgais, diz ele, que eu tenho uma alma inteligente porque observais certa ordem nas minhas palavras, e ações; julgai pois, à vista da ordem deste mundo, que existe uma alma dotada de inteligência infinita. Estas razões bastam para demonstrar a existência de Deus. Sobre esta matéria temos a Teologia Física e astronômica de Derham (...) e o Tratado da existência de Deus demonstrada pelas maravilhas da natureza, de Bernardo Nieuwentest”<sup>39</sup>*

Entretanto, *A Verdade da Religião Cristã* transmite-nos, igualmente, uma mensagem de natureza moral e política. Não sendo exequível desenvolver a questão no tempo aceitável para a presente comunicação apenas sinalizarei, muito brevemente, alguns aspetos. Criticando a ociosidade, Ribeiro dos Santos

<sup>38</sup> Idem, p. 42.

<sup>39</sup> Ribeiro dos Santos, A., *ob. cit.*, pp. 22-23. Bernard Nieuwentyt (1654–1718) foi um médico, filósofo e teólogo holandês de pendor cartesiano e decidido antagonista de Spinoza. A obra traduzida do holandês que Ribeiro dos Santos cita tem como título completo *De l'existence de Dieu démontrée par les merveilles, de la nature* (1725).

ênfatizava o dever de cuidar dos bens adquiridos, sublinhando que “o cristianismo manda, expressamente, que cada um satisfaça às obrigações do seu estado, elevando assim os ofícios civis a obrigações de religião”<sup>40</sup>. Em meu entender, neste tipo de considerações manifesta-se a intenção de uma leitura moral da teorização absolutista mediante o viés de uma Ilustração, essencialmente cristã, como vem a esclarecer<sup>41</sup>:

*“O bem da sociedade, fundado principalmente na ordem, demanda que cada um dos membros, de que ela se compõe, desempenhe exatamente a parte que lhe toca neste grande corpo. O pai de família deve cuidar na educação dos seus filhos, no estabelecimento de uma fortuna correspondente à sua qualidade, que seja adquirida sem avareza nem usurpação. O magistrado deve ser fiel executor das leis dadas pelo príncipe, sem se torcer por algum respeito humano. O soldado deve seguir exatamente as ordens dos seus superiores, defender intrepidamente a pátria e arriscar a vida quando a necessidade o pedir. O comerciante deve administrar cuidadosamente o seu negócio, o artífice trabalhar no seu ofício. Numa palavra, todos os membros da república, subordinados à lei e ao Príncipe, deve satisfazer exatamente as obrigações dos seus respectivos estados, sem ofensa nem prejuízo dos demais”*<sup>42</sup>

O teor de reflexões como as que acabei de citar é, a meu ver, muito elucidativo dos fundamentos culturais e morais da sociedade portuguesa das últimas décadas de Setecentos que se projetam na tentativa de reformismo político que iria por, frente a frente, Ribeiro dos Santos e Melo Freire.

## 7.

A participação de António Ribeiro dos Santos como deputado na Junta de Revisão e Censura do Novo Código, em 1788, decorreu da necessidade de acelerar os trabalhos destinados a uma reforma de parte das Ordenações vigentes,

<sup>40</sup> Ribeiro dos Santos, A., *ob. cit.*, pp. 325-326.

<sup>41</sup> Sobre o tema ver Pereira, J. E., *ob. cit.*, pp. 220-223.

<sup>42</sup> *Idem*, pp. 325-326.

mais exatamente, as matérias concernentes ao Direito Público, ao Criminal e ao Testamentário. A Junta estava criada desde 1778, sem grandes avanços, até ao momento em que José de Seabra da Silva (1732–1813), a partir de 1784, lhe impôs um novo ritmo. Em 1789 estavam já redigidos os projetos das matérias acima elencadas tendo sido deliberado iniciar a avaliação crítica do Projeto relativa ao Direito Público de que era responsável Pascoal José de Melo Freire. Sob a direção de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho foram nomeados censores, além de Ribeiro dos Santos, José Joaquim Vieira Godinho, Francisco Xavier de Vasconcelos e Francisco Pires de Carvalho.

A censura que o canonista António Ribeiro dos Santos viria a fazer ao seu colega de Leis, Melo Freire, foi objeto já de vários estudos.<sup>43</sup> Eu próprio, na minha dissertação de doutoramento defendida na Universidade de Coimbra, em 1980, que esteve na base da obra publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em 1983 (reimpressa em 2005), dediquei-lhe a Parte IV onde abordei os sucessivos aspetos da polémica, complexa e fraturante, que se foi desenrolando e não posso aqui desenvolver.<sup>44</sup>

Todavia, no termo da presente comunicação, não poderia deixar passar em claro dois aspetos fundamentais da obra jurídica do censor de Melo Freire: o problema da *tolerância* e, já depois da discussão do *Novo Código*, o envolvimento de Ribeiro dos Santos em projetos de legislação penal em que a questão da *pena de morte* assumiu particular relevo.

O tema da tolerância, abordado por António Ribeiro dos Santos no âmbito da censura ao Título IV do *Novo Código*, sobre Religião e Fé Católica, constitui pedra-de-toque de todo o seu ideário ilustrado e merece ser perspetivado à luz dos eruditos e criteriosos estudos sobre a literatura religiosa dos Judeus que publicou nas *Memórias de Literatura* da nossa Academia entre 1792 e 1793. Entretanto, talvez importe sublinhar que, não obstante as discrepâncias de fundo ribeirianas relativamente a Melo Freire, não havia divergência de monta no que diz respeito ao problema da tolerância. Melo Freire, por exemplo,

---

<sup>43</sup> Ver, especialmente, Ferreira da Cunha, P., *Constitution et Mythe*, Québec, Presse de l'Université Laval, 2014, Partes II a IV.

<sup>44</sup> Efetivamente, só em 1844, as peças manuscritas, quer do *Plano de Novo Código*, elaborado por Melo Freire, quer das censuras de Ribeiro dos Santos, serão objeto de publicação pela Imprensa da Universidade.



simpatizava com as medidas tomadas na Prússia, em 1750, relativamente aos Judeus. No entanto, a articulação que é feita por Ribeiro dos Santos sobre o múnus da Igreja e o envolvimento do Príncipe nas questões religiosas contendo com o radicalismo confessional assumido por Melo Freire. Para o censor, se era verdade que a religião era essencial para a fundamentação última do poder, sem prejuízo das suas convicções apologéticas, a que atrás me referi, restaria sempre a possibilidade de admitir a tolerância, de modo particular, tanto para nacionais como para estrangeiros residentes e para os índios das conquistas. Foi neste contexto que, de facto, o problema histórico da exclusão do Judeu aflorou no contexto da polémica em torno do Novo Código, de um modo que Ribeiro dos Santos não se coibiu de perspetivar e valorar, mais tarde, através dos referidos estudos sobre autores judaicos. Numa recuperação que, de certo modo, reforça a visão tradicionalista de “representação” política Ribeiro dos Santos afirmava que “já nós temos tido exemplos domésticos dos efeitos da intolerância: ela fez sair do Reino, em diversos tempos, milhares de vassalos ricos e industriais, que despovoaram o Reino e foram levar os seus imensos cabedais a Anvers, a Londres, a França, a Hamburgo e a Liorne; que ensinaram à Holanda e Inglaterra, nações mercantis, o comércio da navegação portuguesa, e abriram caminho às duas poderosas companhias das Índias fundadas no princípio do século passado; ela fez desertar a muitos dos nossos para irem abraçar o judaísmo e o protestantismo na Suíça, na Holanda e Inglaterra”<sup>45</sup>.

Ribeiro dos Santos não estava só no contexto da circulação e o debate de ideias de tolerância que interessava aos meios ilustrados do seu tempo. A esse propósito mostrou franca simpatia pelas posições defendidas pelo Barão de Bielfeld (1717–1770), conselheiro de Frederico, O Grande, que nas suas *Instituições Políticas* considerava como contrário ao direito das gentes a proibição de estrangeiros comerciantes, diplomatas ou militares de terem ou frequentarem oratórios privados. O jurisconsulto português, conseqüente com a reivindicação histórica e tradicional que carregava para o seu projeto de convocação das cortes tradicionais do Reino, recordava o espírito de convivência com o mouro e o judeu até

---

<sup>45</sup> Notas ao Plano do Novo Código de Direito Público de Portugal do D.or Paschoal José de Mello, feitas e apresentadas na Junta de Censura e Revisão pelo D.or António Ribeiro, em 1789., Notas ao Título IV da Religião e Fé Católica, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844, p. 27.



D. João II, atitude que deveria projetar-se, agora, relativamente a outras etnias.

Mesmo para concluir, um outro aspeto importante na reflexão jurídica e também política de Ribeiro dos Santos tem a ver com o problema, sobremaneira sensível, da pena capital no estado ordinário. Não foi, porém, no âmbito da Junta de Censura e Revisão do Novo Código, mas sim, na Junta do Código Militar Penal, para a qual foi nomeado em 1802, que surgiram as suas reflexões e projetos penalistas que viriam a ser, em 1814, objeto de publicação no *Jornal de Coimbra* onde transparece uma leitura atualizada sobre a questão, com remissão para as obras de Beccaria, Filangieri, Pinel, Bentham e muitos outros autores meticulosamente referenciados.

Embora a incumbência de elaborar, igualmente, um projeto de Código Criminal (que acabou por não ser objeto de censura) tivesse sido cometida ao colega Melo Freire, nem por isso o canonista Ribeiro dos Santos deixou de se interessar pelo assunto. Em traços gerais, a perspetiva ribeiriana sobre a pena de morte, com um largo enquadramento histórico, salvaguardava situações de sedição em que não tinha dúvidas sobre a sua aplicação.<sup>46</sup>

Porém, o essencial da argumentação ribeiriana sobre a pena de morte, assentava em quatro questões fulcrais: a) se é lícita; b) se convém ao estado ordinário da República; c) em que medida pode ser substituída; d) e qual o alcance da pena.

Pela leitura dos artigos impressos mas, também, do material manuscrito do autor<sup>47</sup> compreende-se a vontade, não só, de intervir na matéria, como grande disponibilidade em publicitar o que pensava.

No fundo, o pensamento subjacente ao problema para o qual Ribeiro dos Santos procurava solução, consubstanciava-se no entendimento de que o homem não cede o seu direito pessoal à vida. Bem pelo contrário, ao sair do estado natural passando para o estado social e civil, o que mais lhe interessaria não podia

---

<sup>46</sup> “Não é, pois caso, em que a Pena de Morte deve ter lugar? Responderei: ela pode praticar-se nos casos de uma sedição perigosa para o Estado, que se não pode aquietar ou desfazer sem a morte d’alguns dos sediciosos, ou dos seus cabeças; nos casos de perigo em que periga a Pátria, ou o mesmo Cidadão”(…) “geralmente em todos os casos em que há uma funesta alternativa, e em que é necessário que ou pereça o Cidadão criminoso, ou pereça a existência política da Pátria, ou a sua segurança e a dos seus Membros: a força violenta da espada sobre o autor destes males é o único remédio da Pátria. Morra; o bem de todos demanda à Natureza este duro sacrifício do sangue humano. A morte não é já então verdadeira Pena, é defesa” (Ribeiro dos Santos, A., *Discurso sobre a pena de morte e reflexões sobre alguns crimes*, “Jornal de Coimbra” vol. VII, n.º XXXIV, parte II (1814), pp. 107-108). O mesmo era aplicável nos casos de insubordinação, revolta, abandono ou fuga de um ou mais Soldados que entregasse “o segredo do Exército”, ou desse a vitória ao Inimigo” (Idem, *ib*).

<sup>47</sup> *Borrão de apontamento sobre penas militares, para a Junta do Código Militar Penal*, BNP, Cód 4592, F. G., fls.147-180.

deixar de ser, nas suas próprias palavras, “a guarda e conservação da sua vida que mais segura lhe ficava neste estado que no outro”<sup>48</sup>. O delinquente seria sempre passível de correção e outra opinião a esse respeito nem sequer lhe parecia cristã, pois o arrependimento também seria sempre possível. Além disso, para Ribeiro dos Santos, as leis “quando punem tem em vista menos o culpado que a sociedade”<sup>49</sup>.

A ideia de contrato que está subjacente a estas considerações motivariam, entretanto, uma tomada de posição relativamente a Rousseau sobretudo no que tange à cessão dos direitos de ordem natural subsumidos na vontade geral do Estado. Tendo em vista a expressão exata do que o autor do *Contrato Social* expendia afirmando que “le traité social a pour fin la conservation des contractants. Qui veut la fin, veut aussi les moyens et ces moyens sont inséparables de quelques risques, même de quelques pertes”<sup>50</sup>, Ribeiro dos Santos era taxativo na sua veemente recusa da aplicação da pena de morte:

*“Deixo os princípios de Rousseau, que pôs a vida do homem na sociedade por um dom condicional do Estado; e quem quer os fins quer os meios; sendo a primeira máxima espantosa, e mais digna dum tirano que de um filósofo; e a segunda verdadeira, mas mal aplicada na falsa suposição de que o meio de se conseguir o fim, que se pretende nas penas, seja necessariamente o da morte”*<sup>51</sup>

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 12 DE MAIO DE 2016)

<sup>48</sup> Ribeiro dos Santos, A., *Discurso sobre a pena de morte e reflexões sobre alguns crimes* cit., p. 103.

<sup>49</sup> Idem, *ib.*

<sup>50</sup> Rousseau, J. J., *Oeuvres Complètes*, Paris, Ed. du Seuil, 1971, II, p. 529.

<sup>51</sup> Ribeiro dos Santos, A., *ob. cit.*, p. 103.

# Mário de Sá-Carneiro e a génese de Alberto Caeiro “mestre de vida” de Fernando Pessoa

MANUEL VIEGAS ABREU

## 1. ENUNCIADO DO PROBLEMA: O CONHECIMENTO ENTRE MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO E FERNANDO PESSOA, OCORRIDO EM 1912, TERÁ INFLUENCIADO A “ELABORAÇÃO” DO HETERÓNIMO ALBERTO CAEIRO? APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA A SUA RESOLUÇÃO

São múltiplos os indícios e os factos que nos permitem afirmar, com justificadas razões, que o processo de “elaboração” e “aparecimento” de Alberto Caeiro, o heterónimo primordial de Fernando Pessoa, mestre de todos os outros, e também do próprio criador, tem ligações íntimas e diversas à pessoa e à obra de Mário de Sá-Carneiro. Ligações diversas e tão íntimas que podemos igualmente afirmar que Alberto Caeiro foi gerado sob a influência de Mário de Sá-Carneiro. Sem Mário de Sá-Carneiro, Alberto Caeiro não seria o que veio a ser: mestre de vida, guia, médico, libertador, terapeuta, anjo protector, “agente de salvação do viver quotidiano”.

Foi o próprio Fernando Pessoa quem confessou com poético fingimento, na sua pessoalíssima maneira de dizer “às avessas” o que muito a sério pretendia dizer, estar a invenção de Alberto Caeiro associada a uma deliberada intenção dirigida a Sá-Carneiro. Encontra-se esta confissão na célebre carta de 13 de Janeiro de 1935 que Fernando Pessoa escreveu a Adolfo Casais Monteiro, procurando dar-lhe a desejada explicação sobre a génese dos heterónimos, na sequência de um pedido que este curiosamente lhe formulara.

São várias as revelações a que a carta dá acesso. A primeira é-nos dada neste passo:

*“Aí por 1912” [...] “Ano e meio, ou dois anos, depois, lembrei-me um dia de fazer uma partida ao Sá-Carneiro — de inventar um poeta bucólico de espécie complicada e apresentar-lho, já não me lembro bem como, em qualquer espécie de realidade.”*

Uma segunda revelação, igualmente iluminadora, surge no passo seguinte:

*“Levei uns dias a elaborar o poeta mas nada consegui. Num dia em que finalmente desistira — foi em 8 de Março de 1914 — acerquei-me de uma cómoda alta, e, tomando um papel, comecei a escrever, de pé, como escrevo sempre que posso. E escrevi trinta e tantos poemas a fio, numa espécie de êxtase cuja natureza não conseguirei definir. Foi o dia triunfal da minha vida, e nunca poderei ter outro assim. Abri com um título “O Guardador de Rebanhos”. E o que se seguiu foi o aparecimento de alguém em mim, a quem dei desde logo o nome de Alberto Caeiro. Desculpe-me o absurdo da frase: aparecera em mim, o meu mestre. Foi esta a sensação imediata que tive.”*

Um pouco mais adiante temos a terceira revelação:

*“Aparecido Alberto Caeiro tratei logo de lhe descobrir — instintiva e subconscientemente — uns discípulos. Arranquei do seu falso paganismo, o Ricardo Reis latente, dei-lhe um nome e ajustei-o a si mesmo [...] E, de repente, e em derivação oposta à de Ricardo Reis, surgiu-me impetuosamente um outro indivíduo. Num jacto, e à máquina de escrever, sem interrupção nem emenda, surgiu a Ode Triunfal de Álvaro de Campos — a Ode com esse nome e o homem com o nome que tem.”*

A importância da revelação do primeiro passo assinalado decorre de Fernando Pessoa ter nele registado a referência explícita e intencional a Sá-Carneiro.

Pela revelação do segundo passo ficamos a saber que a “elaboração do poeta” foi um processo difícil e demorado a ponto de Fernando Pessoa ter chegado a desistir. Porém, no dia em que desistira, eis que, de súbito, a longa gestação deu fruto: o procurado “poeta bucólico” fez a sua “aparição”. Apareceu no final de um processo de produção de escrita com mensagem definidora da sua missão: a de ser Mestre. A referência ao processo de ter escrito de jacto os trinta e tantos poemas de “O Guardador de Rebanhos” tem sido abundantemente glosada e debatida, mas é de todas a que para o nosso propósito menos interesse comporta. Trata-se sem dúvida da descrição de um estado emocional propício a uma modalidade de criação artística, que o próprio Fernando Pessoa qualificou de “êxtase” de natureza indefinível, o que permite a alguns críticos interpretá-la como próxima do processo de “escrita automática” e outros como um processo

decorrente da sua hipersensibilidade histero-neurasténica, diagnóstico que a si mesmo se atribuiu na “parte psiquiátrica da carta”. E essa hipersensibilidade, segundo a auto-análise de Pessoa, é propícia a provocar “explosões” mentais, voltadas “para dentro”, costumando acabar em “silêncio e poesia.”

Por fim, a revelação do terceiro passo citado indica que o aparecimento de Alberto Caeiro foi seguido do aparecimento de dois outros poetas que de imediato foram considerados seus discípulos. Para qualquer Mestre, ter apenas um discípulo é muito pouco. Fernando Pessoa não se viu como único discípulo de Alberto Caeiro. Não tendo ainda tempo de o apresentar a Sá-Carneiro, como gostaria e projectava fazê-lo “em qualquer espécie de realidade”, criou Ricardo Reis e Álvaro de Campos, compondo “uma coterie inexistente”. E a propósito de Álvaro de Campos, surge a reiteração do processo de escrita “de jacto”, “sem interrupção nem emenda” da *Ode Triunfal*, em tudo idêntico ao modo como Pessoa escrevera os poemas de *O Guardador de Rebanhos*.

Os estudiosos da explicação da génese dos heterónimos têm, em larga maioria, incidido a sua atenção na descrição que Fernando Pessoa fez do processo de escrita criativa que o impeliu a escrever poemas do modo como diz tê-lo feito e a “inventar” poetas inexistentes a quem deu nomes e biografias como se existentes fossem. O mistério em que todo esse processo estava envolto tinha os ingredientes para atrair a curiosidade de muitos investigadores na tentativa de apreender as características da criação literária dos poemas e dos heterónimos. E esta atenção, sem dúvida justificável, colocou na sombra a referência inicial a Mário de Sá-Carneiro. Há, no entanto, algumas excepções de investigadores pessoanos para os quais esta referência não é de somenos importância. Por isso, e para o objectivo que temos em vista, importa analisar a sua posição.

## **2. “PARTIDA” OU “INTENÇÃO SÉRIA”? TRÊS POSIÇÕES ACERCA DA APROXIMAÇÃO ENTRE SÁ-CARNEIRO E ALBERTO CAEIRO E A NECESSIDADE DE IR MAIS ALÉM**

Na carta a Adolfo Casais Monteiro, terminada a explicação da “origem orgânica” do seu heteronimismo, Fernando Pessoa inicia a “a história directa” dos seus heterónimos. E é no meio desta “história” que aparece a referência a Mário

de Sá-Carneiro, referência breve, fugidia, quase irrelevante, envolta numa casual lembrança de lhe “fazer uma partida”, simples brincadeira entre amigos, um acto aparentemente lúdico.

Um dos primeiros investigadores pessoanos a reconhecer que a referência ao propósito “de fazer uma partida a Sá-Carneiro” mascarava um outro propósito, certamente mais sério do que a lembrança deixava transparecer, foi Maria Helena Nery Garcez, num artigo intitulado “Fernando Pessoa leitor de Mário de Sá-Carneiro”, publicado em 1988, na revista *Remate de Males* de Campinas e também na *Nova Renascença*, do Porto.

No artigo citado, a autora defende a tese de que Caeiro foi laboriosamente concebido para ser o contraponto de Mário de Sá-Carneiro:

*“Sá-Carneiro entrou como uma coordenada fundamental na génese do heterónimo Alberto Caeiro e o longo e polémico ensinamento que o Mestre desenvolve nas três partes da sua obra [mas principalmente, talvez, nos trinta e tantos primeiros poemas, escritos a “fio”, como que em “êxtase”,] constituem uma espécie de contraponto aos textos do poeta do “Quase”*

Com base na análise das relações inter-textuais, Maria Helena Garcez identifica três “oposições” entre Alberto Caeiro e Sá-Carneiro. A primeira grande oposição é entre o *poeta bucólico*, amante dos campos, guardador de rebanhos, que Alberto Caeiro consubstancia, e o *poeta urbano*, apaixonado pela vida trepidante das grandes cidades, frequentador assíduo de teatros e cafés, que Sá-Carneiro sempre sonhou ser. A segunda oposição põe frente a frente o *poeta da dispersão*, da inquietante procura de si mesmo, do desprezo pela vida e pela natureza na ambiciosa busca da Beleza pela Poesia, por um lado, e o *poeta da união* do eu e da natureza, confiante em si mesmo, sem ambições nem desejos, em tranquila e saudável convivência com a novidade real de cada dia. A terceira oposição verifica-se entre o *poeta do tédio*, do cansaço de ver sempre o espetáculo repetitivo da sucessão dos dias sem a aparição do novo e o *poeta da alegria* tranquila decorrente da nova arte de ver a “eterna novidade do Mundo” em cada dia.

Antes de formular a pergunta final, em modo heurístico de “hipótese-quase-tese”, a autora faz um parêntesis para confirmar ter atribuído a Alberto Caeiro a designação de “místico materialista” num estudo anterior fundada na

aproximação da atitude perante a natureza de S. Francisco de Assis e de Alberto Caeiro, com base na análise das relações intertextuais de um e de outro. A confirmação decorre da “valorização das pequenas coisas” comum a Alberto Caeiro e a Teresa de Lisieux, a mística francesa que, em oposição à mentalidade dos escritores decadentistas do final do século XIX, descobre “o valor das coisas simples”, alcançando por esta via “a infância espiritual” que é também vivenciada pelo nosso guardador de rebanhos. Segundo Maria Helena Garcez, Alberto Caeiro seria simultaneamente “místico” e “materialista”. “Místico” pela admiração ou “espanto original” perante a Natureza e pela comunhão amorosa com as coisas simples que ela oferece. “Materialista” porque Caeiro não dá sinal algum de ter uma visão da vida em que a transcendência faça sentido. Tal como um riacho ou uma árvore, Caeiro vive a imanência das coisas naturais. Por contraste em relação a Caeiro, Mário de Sá-Carneiro vive uma sensibilidade inquieta e, tal como os decadentistas, “doente do Novo” lança-se na ansiosa esperança de O encontrar, explorando, segundo o modelo baudelairiano, os abismos do mundo interior e os mistérios da Realidade. E é neste contexto que, a terminar, deixa a pergunta:

*“Alberto Caeiro seria precisamente uma “partida” ao Sá-Carneiro ou seria uma espécie de antídoto que Pessoa lhe oferecia, ao mesmo tempo que o oferecia ao ortónimo ou a Álvaro de Campos, a Bernardo Soares e a todos os “doentes” da virada do século?”*

Lançada em jeito de hipótese, a pergunta ficou sem resposta ou com resposta suspensa, como que a convidar os leitores a pensar nela e a procurar dar-lhe solução. Aberta uma senda heurística prometedora foi pena que Maria Helena Garcez não a tenha explorado em perspetivas diferentes daquela que a levou à formulação da pergunta atrás citada: a do contexto da “mentalidade dos decadentistas finiseculares”. Outras perspetivas, certamente convergentes com esta, poderiam dar uma maior consistência à hipótese de que a intenção de Fernando Pessoa ao criar Alberto Caeiro, com as características de Mestre e a obra recheada de ensinamentos-guias de vida, não foi a de “fazer uma partida” a Sá-Carneiro, mas a de lhe sugerir uma opção de vida diferente, e não apenas no plano literário, susceptível de dar outro destino ao “fim” que os poemas, os contos e as cartas do primeiro período de Paris prenunciavam e em relação ao qual o amigo não podia deixar de manifestar grande preocupação.



Uma posição diferente da defendida por Maria Helena Garcez e que, em síntese, acabámos de apresentar e avaliar, foi muito sumariamente exposta por Richard Zenith (2001) no posfácio à edição de *Poesia* de Alberto Caeiro. A aproximação que este investigador faz entre Caeiro e Sá-Carneiro tem como tópico central a referência ao confessado propósito de Fernando Pessoa pretender “fazer uma partida” ao Sá-Carneiro. Mas não esclarece em que consistiria a “partida”, sugerindo que ela teria algo a ver com a similitude fónica entre os dois nomes Caeiro e Sá-Carneiro. Em tom jocoso, Richard Zenith comenta: “O nome Caeiro é, por assim dizer, Carneiro sem a carne, para um pastor cujos carneiros foram espiritualizados em pensamentos...” E de imediato acrescenta “Uma boa partida e uma elevada homenagem”. Sendo assim, para Richard Zenith nem a pessoa de Mário de Sá-Carneiro nem a sua obra teriam tido qualquer impacto na génese de Caeiro. A génese do heterónimo teria outra raiz e um propósito cujo destinatário seria o próprio Pessoa:

*“Sabemos hoje que a heteronímia não foi um mero artifício literário [...] mas sim um fenómeno enraizado na psicologia do autor que já em criança se desdobrava noutras personalidades, sendo Charles Robert Anon e Alexander Search os seus primeiros heterónimos. Mas a criação de Caeiro marcou uma viragem.”*

Lembra Richard Zenith que a importância desta viragem é sublinhada por Pessoa ao dizer, pela voz do “semi-heterónimo” António Mora, que “De Caeiro nasce tudo. Nele o futuro está todo, como a árvore na semente”. Com efeito, o dia 8 de Março de 1914, em que Caeiro faz a sua aparição, é por Pessoa considerado “o dia triunfal da sua vida”. E logo Pessoa lhe atribui a missão de ser seu Mestre, para além de “guardador” dos seus pensamentos. E tanto Álvaro de Campos como Ricardo Reis, que Pessoa inventou para serem discípulos do “pastor bucólico”, de igual modo o consideram Mestre, o “grande Libertador” e “revelador da Realidade”. “Mas Sá-Carneiro — reconhece Richard Zenith — não ligou ou não percebeu.” E a verdade é que Mário de Sá-Carneiro admirou muito mais as “ânsias futuristas” de Álvaro de Campos e mesmo a “maravilha de impessoalidade” de Ricardo Reis do que o bucólico lirismo metafísico da poesia de Caeiro. O certo é que Sá-Carneiro nunca adoptou Caeiro como seu Mestre. E, todavia, anota ainda Richard Zenith, Fernando Pessoa aproxima a morte prematura de Caeiro da morte prematura de Mário de Sá-Carneiro. Na homenagem que destinou ao seu



amigo d'alma escreveu Pessoa em 1924: "morre jovem o que os deuses amam". Zenith faz notar que Pessoa "oferece, pela boca de Ricardo Reis, a mesma explicação para o desaparecimento prematuro do "revelador da Realidade":

*Morreste jovem, como os deuses querem,  
Quando amam."*

Mas apesar do reconhecimento desta aproximação bastante significativa entre Caeiro e Sá-Carneiro, Richard Zenith manteve inalterada a sua interpretação acerca do propósito lúdico de Pessoa de "fazer uma partida ao Sá-Carneiro" inventando Caeiro, "um poeta bucólico de espécie complicada". Esta posição foi mantida não obstante Richard Zenith ter pouco antes citado a afirmação de Pessoa em carta a Armando Cortes Rodrigues datada de 2 de Setembro de 1914 em que garante que "*se há parte da minha obra que tenha um 'cunho de sinceridade', essa parte é... a obra de Caeiro*". O que pretendemos afirmar com estas notas é que a sinceridade que Fernando Pessoa colocou na obra de Caeiro é pouco compatível com a intenção lúdica que referiu na carta a Adolfo Casais Monteiro.

Merece finalmente referência a posição de Fernando Cabral Martins exposta de forma muito sumária na conclusão do seu estudo sobre *O Modernismo em Mário de Sá-Carneiro*. Lembra a importância das coincidências entre as notas biográficas de Sá-Carneiro e Alberto Caeiro elaboradas por Fernando Pessoa e que Maria Helena Garcez analisou. E acrescenta um apontamento com interesse ao afirmar "*Pauis* é um poema que Pessoa escreve exacerbando o estilo de Sá-Carneiro", o que significa que Fernando Pessoa não só terá sido um leitor atento e admirador dos escritos de Mário de Sá-Carneiro como por eles terá sido influenciado. Mas apressa-se a concordar com a tese de Maria Helena Garcez segundo a qual Caeiro foi criado contra Sá-Carneiro. E avança a hipótese de ter sido por isso que Mário de Sá-Carneiro reagiu à criação heteronímica: "*até se render sem condições às odes de Álvaro de Campos*". Para além da brevidade com que Fernando Cabral Martins aborda a questão da aproximação entre Sá-Carneiro e Alberto Caeiro, importa sublinhar que em nenhum dos tópicos enunciados fica sequer apontada a hipótese de a convivência com Mário de Sá-Carneiro e a leitura dos seus poemas, dos seus contos e das suas cartas terem decisivamente influenciado a génese de Alberto Caeiro. A referência à influência de Mário de Sá-Carneiro na escrita de *Pauis* não

vai certamente nesta direcção. Vai sim, no desejo de Fernando Pessoa em acompanhar e contribuir para a eclosão da primeira manifestação literária do modernismo emergente. Como teremos oportunidade de mostrar, foram leituras de outras obras de Mário de Sá-Carneiro que estiveram na génese de Alberto Caeiro.

### 3. UM MARCO NA HISTÓRIA DA GÉNESE DE ALBERTO CAEIRO: A CARTA DE MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1912. O “MÉDICO” E O “CLIENTE”

Voltemos à carta de Pessoa a Adolfo Casais Monteiro de 1935. As referências cronológicas apontadas na parte da “história directa dos heterónimos” ajudam a clarificar os elos que ligam a génese de Alberto Caeiro a Sá-Carneiro e o lento processo do seu aparecimento. Disse Pessoa:

*“Aí por 1912, [...] veio-me à ideia escrever uns poemas de índole pagã. Esbocei umas coisas em verso irregular (não no sentido de Álvaro de Campos, mas num estilo de meia irregularidade), e abandonei o caso. Esboçara-se-me contudo, numa penumbra mal urdida, um vago retrato da pessoa que estava a fazer aquilo. (Tinha nascido, sem que eu soubesse, o Ricardo Reis.)*

Tudo começou, pois, em 1912. Fixemos a data e avancemos, lembrando que 1912 foi o ano em que Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro se conheceram. Entre o início de uma convivência literária, que rapidamente evoluiu para uma Amizade duradoura, e o aparecimento de Alberto Caeiro decorreu um tempo (recheado de acontecimentos que importa identificar porque, são inquestionavelmente relevantes para o nosso propósito) que Fernando Pessoa diz ter demorado entre ano e meio a dois anos. Retomemos o que escreveu:

*“Ano e meio, ou dois depois, lembrei-me um dia de fazer uma partida ao Sá-Carneiro — de inventar um poeta bucólico, de espécie complicada, e apresentar-lho, já não me lembro bem como, em qualquer espécie de realidade. Levei uns dias a elaborar o poeta mas nada consegui. Num dia em que finalmente desistira — foi em 8 de Março de 1914 — acerquei-me de uma cómoda alta, e, tomando*

*um papel, comecei a escrever, de pé, como escrevo sempre que posso. E escrevi trinta e tantos poemas a fio, numa espécie de êxtase cuja natureza não conseguirei definir. Foi o dia triunfal da minha vida [...] Abri com um título, “O Guardador de Rebanhos”. E o que se seguiu foi o aparecimento de alguém em mim, a quem dei desde logo o nome de Alberto Caeiro. [...] aparecera em mim o meu mestre.”*

Entre meados de 1912, em que Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro se terão conhecido, e o dia 8 de Março de 1914, em que Alberto Caeiro fez a sua “aparição”, ocorreram diversos acontecimentos que importa identificar e avaliar quanto à influência que tiveram na lenta “gestação” do poeta-pastor, “guardador de rebanhos”, a quem Fernando Pessoa atribuiu a notabilíssima missão de ser seu “mestre”.

Procuremos então identificar esses acontecimentos. O primeiro acontecimento que se encontra documentado é a oferta que Mário de Sá-Carneiro fez a Fernando Pessoa do livro de novelas *Princípio* com dedicatória redigida nestes termos:

*“Ao querido amigo Fernando Pessoa — ao alto espírito, ao artista, ao pensador of. com um grande abraço em 29 de Agosto de 1912 Mário de Sá-Carneiro”*

Os termos elogiosos e o tom afectuoso, próprios do estilo expansivo de Mário de Sá-Carneiro, denotam que o conhecimento entre os dois jovens escritores teria acontecido provavelmente no decurso de Abril ou Maio de 1912, ou seja, com antecedência suficiente para permitir ter-se gerado uma amizade forte e uma admiração intelectual firmemente expressa. Embora sem muita obra publicada, a fama de Fernando Pessoa como escritor e ensaísta corria já entre os amigos com base na sua colaboração em revistas literárias, designadamente na *Águia*, órgão oficial da “*Renascença Portuguesa*” que tinha em Teixeira de Pascoaes e Mário Pinto os mentores e protagonistas principais. É na *Águia* que, em Abril de 1912, sai a público *A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada*, o primeiro ensaio de Fernando Pessoa que teve um impacto assinalável. Esta colaboração com a *Águia*, que será também partilhada por Mário de Sá-Carneiro, só terminará três anos mais tarde quando foi tomada a decisão de avançar com a publicação da revista *Orpheu*.

Este primeiro período de convivência entre Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro terá sido intenso embora curto. De facto, no dia 13 Outubro de 1912, Mário de Sá-Carneiro partiu de comboio da estação do Rossio com destino a Paris com a intenção de se matricular no curso de Direito na Sorbonne. Sabe-se, por notícia de jornal, que entre os familiares e amigos que compareceram a despedir-se do jovem escritor esteve também Fernando Pessoa. E foi por esta circunstância que teve início a correspondência entre os dois “amigos d’alma” de que nos chegaram apenas, como é sabido, as cartas enviadas de Paris por Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa. Infelizmente, as cartas que este escreveu ao amigo terão desaparecido, pouca esperança havendo já de algum dia poderem vir a ser encontradas. As *Cartas a Fernando Pessoa* são testemunho de uma Amizade feita de confidências, de partilha de ideias e de projectos, de ressonâncias afectivas e intelectuais a acontecimentos sociais e culturais relevantes, constituindo um documento de valor ímpar, quer do ponto de vista psicológico, quer do ponto de vista literário e histórico. São elas que nos dão conta da emergência de Mário de Sá-Carneiro como poeta assim como dos primeiros planos que irão culminar, em 1915, no aparecimento de *Orpheu*. As primeiras cartas de Paris, datadas dos dois últimos meses de 1912, são imprescindíveis para o esclarecimento da questão que nos preocupa. Designadamente a carta n.º 3 com data de 16 de Novembro merece ser lida, transcrita e analisada na íntegra. Não o podendo fazer aqui, iremos seleccionar os excertos que nos parecem melhor servir o propósito de fundamentar a tese que procuramos desenvolver. É no conteúdo desta carta, assim como no da resposta que Fernando Pessoa lhe deu — e de que Mário de Sá-Carneiro se fez eco na carta seguinte de 2 de Dezembro — que consideramos ter início o longo processo de elaboração de Alberto Caeiro como “mestre de vida”, “médico”, terapeuta, “anjo da guarda”, o companheiro de todas as confidências, ouvinte atento de todos os queixumes, o amigo compassivo de todas as inquietações, ele próprio também inquieto e em permanente estado de desassossego.

A carta começa praticamente com esta confissão directa, explícita, humaníssima:

*“Não tenho de forma alguma passado feliz nesta terra ideal. Tenho mesmo vivido ultimamente alguns dos dias piores da minha vida [...] por mil pequeninas coisas que somam um total horrível e desolador. Olho para trás, e os tempos a que*

*chamei desventurados, afiguram-se-me hoje áureos, suaves e benéficos. Diante de mim, a estrada vai pouco a pouco estreitando-se, emaranhando-se, perdendo o arvoredo frondoso que a abrigava do sol e do vento. E eu cada vez mais me convenço de que não saberei resistir ao temporal desfeito — à vida, em suma, onde nunca terei um lugar.”*

E, logo de seguida, continua no mesmo tom:

*“Vê você, eu sofro porque sinto próxima a hora em que o recreio vai acabar, em que é forçoso entrar para as aulas. [...] Em suma não creio em mim, nem no meu curso, nem no meu futuro. Já tomei várias decisões desde que aqui estou e um dia senti, na verdade senti, cheio de orgulho, que me chegara finalmente a força necessária para desaparecer.”*

Sem prejuízo de outros comentários que teremos oportunidade de explanar mais adiante, interrompemos neste passo a citação para sublinhar que Mário de Sá-Carneiro faz aqui ao seu amigo Fernando o primeiro anúncio da intenção de se suicidar. Entre o dia em que escreveu esta carta e o dia 26 de Abril de 1916, em que Mário de Sá-Carneiro tomou irremediavelmente a decisão de desaparecer, vão decorrer três anos e cinco meses vividos numa oscilação constante de altos e baixos, de momentos exaltantes de entusiasmo pelas suas criações de génio e de momentos abissais de desolação e dor por não encontrar “um lugar na vida”. De resto, numa antecipação visionária do modo como foram vividos estes anos, Mário de Sá-Carneiro descreve as oscilações dos seus sentimentos naquele dia 16 de Novembro de 1912. Retomemos a carta no ponto em que a deixámos:

*“Ilusão dourada! Na manhã seguinte essa força remediável tinha desaparecido. E então decidi voltar para Lisboa, sepultar dentro de mim ambições e orgulhos. Mas não tive também força para o fazer. Sorria-me Paris e lá ao longe um fiozinho de esperança que todas as aspirações dentro de mim me fizeram ver como um facho resplandecente. Desembriagado, hoje porém observo desolado quanto esse fio é ténue. Mais uma vez fui fraco em resumo – adiei, e sempre boiando cá vou vivendo.”*

Posto em relevo o facto desta carta conter o primeiro anúncio da intenção de cometer suicídio, que considera um remédio, “força remediável” assim o designa, importa enunciar dois breves comentários. O primeiro para assinalar que afinal, em Paris, um ano depois de, em Coimbra, ter escrito ao Pai pedindo autorização para regressar a Lisboa por sentir não poder continuar a viver na cidade do Mondego, Mário de Sá-Carneiro confessa que em Paris “está aborrecidíssimo”, “sente-se infeliz em extremo”, “vivendo numa tortura constante”, “sofrendo muito”, “sendo a sua desolação ilimitada”. E, tal como em Coimbra, abominara o curso de Direito, tendo frequentado pouco as aulas na Universidade, também em Paris pouco terá frequentado a Sorbonne: o curso de Direito continuou a não o atrair, chegando por isso a pensar regressar a Lisboa. Porque não fugiu então da Sorbonne como fugiu da Universidade de Coimbra? A resposta encontra-se também na carta. E este é o segundo comentário acima anunciado: ao chegar a Lisboa vindo de Coimbra, Mário de Sá-Carneiro apressou-se a completar o volume de contos que publicou logo em Julho de 1912 dedicando-o ao Pai como prova de que não tinha estado inactivo: *Princípio* representou não apenas o livro inaugural de uma futura carreira de escritor porque funcionou sobretudo como o produto demonstrativo do seu trabalho persistente de escrita. Agora, tendo praticamente acabado de chegar a Paris, Mário de Sá-Carneiro não tinha número suficiente de produções para publicar um novo livro e apresentá-lo como o resultado do seu esforço e da sua capacidade criativa. Era necessário esperar. Esperar que Paris lhe sorrisse e que “um fiozinho de esperança” transformasse todas as suas aspirações num “facho resplandecente”. Foi o que de facto veio a acontecer: o contista continuou o seu trabalho de imaginação prodigiosa, mas a surpresa maior foi a emergência, em Março, de Mário de Sá-Carneiro como Poeta. E os doze poemas que iriam constituir um novo livro trouxe-os Sá-Carneiro na bagagem quando, em junho de 1913, deixou Paris a caminho de Lisboa. *Dispersão*, o primeiro livro de poesia de Mário de Sá-Carneiro, saiu pouco tempo depois.

Ainda no contexto desta carta fundamental, merece alguma atenção o facto de Mário de Sá-Carneiro ter chegado a colocar a hipótese de voltar para Lisboa e de esse regresso equivaler a “sepultar” dentro de si “orgulhos e ambições”. Esta era uma hipótese visionária, sem dúvida, mera possibilidade aparentemente insignificante. Todavia, pensamos que o seu conteúdo não terá passado

despercebido ao destinatário da carta que nele terá notado alguma potência de vir a gerar qualquer espécie de forma existencial. Com efeito, Fernando Pessoa não pôde certamente deixar de se inquietar ao ler a carta do amigo. Ninguém fica indiferente perante uma carta tão desoladora como a que Mário de Sá-Carneiro escreveu de Paris, no dia 16 de Novembro de 1912. Dia de desolação, que ele próprio considerou ter sido “um dos dias piores da sua vida”. Sabemos que Fernando Pessoa respondeu a 28 de Novembro e temos conhecimento do essencial que ele terá escrito por intermédio da carta datada de 2 de Dezembro que Sá-Carneiro lhe enviou em resposta. Estamos perante um documento cuja análise é igualmente indispensável para o nosso propósito. Depois de agradecer os “deliciosos instantes espirituais” que a leitura da carta lhe proporcionou, Mário de Sá-Carneiro escreve:

*“[...] a sua carta confortou-me. Porque a sua carta define maravilhosamente aquilo que eu sinto. É o médico expondo ao cliente toda a engrenagem minuciosa da sua enfermidade. E como nos conforta sempre sabermo-nos compreendidos, a sua carta me confortou.”*

Podemos deduzir que, além das palavras de compreensão e de conforto, Fernando Pessoa tenha dirigido ao amigo recomendações práticas que de alguma forma o pudessem ajudar a superar o estado de humor depressivo, o sofrimento interior, o sentimento de tortura constante e de extrema infelicidade que descrevera na carta anterior. Ao comparar este seu estado de espírito a uma “enfermidade” e as palavras de Fernando Pessoa às de um “médico”, Mário de Sá-Carneiro revela-nos que o amigo lhe dispensou, além de uma atenção compassiva e empática de compreensão e conforto, úteis cuidados terapêuticos de apoio na situação presente e uma vigilante preocupação para o futuro. Este “ethos” terapêutico manifestado por Fernando Pessoa não irá desaparecer, sendo nossa convicção que, permanecendo de forma latente, assumiu cerca de ano e meio mais tarde uma modalidade mais subtil, menos directa, envolta em linguagem literária, não só porque a situação de Mário de Sá-Carneiro não se manifestava abertamente tão desoladora, mas também porque o próprio não falava dela senão indirectamente por intermédio da descrição literária de muitas situações e personagens das novelas que foi escrevendo ao longo de 1913. Mas Fernando Pessoa estava



vigilante e tinha já ganho experiência na arte de interpretação dos sinais crípticos das mensagens complexas e sombrias. Dito de outro modo: o processo de “gestação” de Alberto Caeiro ia avançando lentamente!

Voltemos ainda à carta de 2 de Dezembro de 1912. Para corresponder à preocupação e a prováveis pedidos de esclarecimento de Fernando Pessoa acerca da alusão que na carta anterior fizera ao desejo de desaparecer, Mário de Sá-Carneiro procura esclarecer:

*“No “desaparecer” da minha carta havia, é certo, um revólver apontado aos ouvidos; mas havia também outra coisa. É que eu, quando busco, acho duas formas de desaparecer: uma fácil e brutal — a água profunda, o estampido de uma pistola; outra suave e difícil: o sufocamento de todos os ideais, de todas as ânsias — o despojo de tudo quanto de belo, de precioso existe em nós. Ah! quantas vezes eu tenho um desejo violento de conseguir este “desaparecimento”! Mas como? Como?”*

Não podemos deixar de registar a segunda modalidade de suicídio/“desaparecimento” que Mário de Sá-Carneiro descreve, qualificando-a de “suave” mas “difícil”. Sufocar todos os ideais, todas as ânsias, despojar-se das suas potencialidades de criar beleza, sepultar ambições e orgulhos: eis uma forma de suicídio muito pouco comum, invulgar ou mesmo singular, própria de artista. Seria suave, porque artística, pura obra de arte. Mas difícil, porque significaria o desaparecimento do próprio artista. A menos que o artista se desdobrasse em dois: o *artista-artista*, que aceitasse a “morte” por despojamento dos seus sonhos e ideais, e o *artista-homem* que conseguisse viver sem uns e sem outros. Foi esta dificuldade de separação do artista e do homem — *“a tristeza de nunca sermos dois”* — que atormentou Mário de Sá-Carneiro de forma dramática. Seria esta, porém, a modalidade de “desaparecimento” a que Mário de Sá-Carneiro gostaria de poder aceder. Por isso pergunta: *“Mas como? Como?”*.

Estas perguntas não ficarão sem resposta. Alguém, hábil na arte de desdobrar a sua pessoa noutras pessoas, irá dizer como proceder para alcançar esse despojamento, esse “desaparecimento” tão desejado.



#### 4. DO REGRESSO DE MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO A LISBOA, EM 1913, À FUGA PARA PARIS, EM 1914. NO MEIO, “A ESTRANHA MORTE DO PROFESSOR ANTENA” E O “APARECIMENTO” DE ALBERTO CAEIRO

Ultrapassados os primeiros meses de permanência em Paris, que a correspondência revelou terem sido críticos, seguiu-se um período bem mais feliz. Em carta de 7 de Janeiro de 1913, Mário de Sá-Carneiro prevê-o deste modo: “... devo-lhe dizer que me parece aproximar-se uma época de energia — após tantos meses de passivismo.” A previsão saiu acertada. De facto, 1913 foi um ano de uma intensa fecundidade criadora. A correspondência entre os dois amigos fervilha de troca de produções literárias, de ideias de livros, de permuta de opiniões. De Lisboa, Fernando Pessoa envia poemas seus que Sá-Carneiro comenta, admira e elogia; por seu turno, de Paris Sá-Carneiro envia fragmentos e esboços de contos, pedindo ao amigo que lhe transmita as suas impressões. Por outro lado, 1913 é o ano em que Mário de Sá-Carneiro emerge como poeta. O primeiro poema intitulado “Simplesmente” (mais tarde mudado para “Partida”) foi enviado a Fernando Pessoa na carta de 26 Fevereiro e Mário de Sá-Carneiro pede-lhe para sinceramente lhe dizer o que vale. Entretanto, continua a trabalhar na escrita de várias novelas que refere nas cartas de Janeiro e Fevereiro: *O Homem dos Sonhos*, *O Fixador de Instantes*, *Mistério*, *Asas*, sendo o plano confesso de Sá-Carneiro o de vir um dia a integrá-las num livro. A sua publicação irá surgir bastante mais tarde, porque a emergência da Poesia irrompeu impetuosa e *Dispersão* ganhou a dianteira. Não andaremos longe da verdade sobre o processo de irrupção da poesia em Sá-Carneiro se o virmos em íntima ligação com a escrita dos dois fragmentos *Além* e *Bailado*, o primeiro com data de Janeiro e o segundo com data de Março. Atribuídos por Sá-Carneiro ao “genial artista russo” Petrus Ivanovitch Zagoriansky, prosador e poeta, protagonista da novela *Asas*, os dois fragmentos são modelos de prosa poética, em que os dois géneros se fundem e indistinguem. A partir daí, a irrupção da poesia surgiu num movimento impetuoso ao longo do mês de Maio. Assim, no dia 1 escreveu o poema *Dispersão*, *Escavação* foi escrito a 3, *Álcool* a 4, *Estátua Falsa* a 5, *Vontade de dormir e Inter-Sonho*, a 6, *A queda*, a 8, *Rodopio* a 9, *Quase*, a 13, *Além-tédio* a 15. Como eu não possuo não tem data precisa de escrita, mas tanto o título, como a ideia central, são referidos na carta de 10 de Maio. Com este conjunto de poemas Mário de Sá-Carneiro tem em mãos um novo livro para publicar. Por isso, em Junho decide regressar a

Lisboa, seguro do valor do que trazia consigo. Aos amigos, aos familiares e, de forma muito especial ao Pai, podia confiadamente mostrar que os meses passados em Paris tinham sido, afinal, produtivos. Mas mesmo em Lisboa, o entusiasmo de realização e o fulgor criativo de Mário de Sá-Carneiro permaneceram imparáveis. Nos meses de Julho e Agosto, termina respetivamente as novelas *O Fixador de Instantes* e *Mistério* que são publicadas nos volumes IV e V da *Águia*. Entre 1 e 27 de Setembro escreve *A Confissão de Lúcio*, a sua novela mais extensa e a mais intensamente autobiográfica. Por esta razão, apressa — se de imediato a pô-la na Tipografia onde acaba de se imprimir a 1 de Novembro, ainda alguns dias antes de *Dispersão* sair a público. De referir que em Outubro acabou de aperfeiçoar a novela *Asas*, cuja ideia central havia esboçado na carta a Fernando Pessoa de 3 de Fevereiro, juntamente com os fragmentos *Além* e *Bailado*. Sem parar, durante o mês de Novembro escreve a novela *Eu Próprio, o Outro* e em Dezembro começa a escrever *A Estranha Morte do Professor Antena*, cuja redacção termina no final de Janeiro de 1914. À semelhança do que terá acontecido com obras anteriores, é provável que Mário de Sá-Carneiro tenha convidado os amigos para uma apresentação e leitura desta novela, não deixando de lhes pedir as suas impressões. A leitura de *A Estranha Morte do Professor Antena* terá deixado Fernando Pessoa muito preocupado com o futuro destino do Amigo. Não lhe terá passado despercebido o título de Mestre com que várias vezes Mário de Sá-Carneiro na novela se refere ao professor Antena. Esta novela confirma quer a projecção de Sá-Carneiro nos principais protagonistas das novelas anteriores quer o fim trágico de muitos deles. Perante esta verificação, a Fernando Pessoa terá certamente ocorrido a necessidade de desenvolver junto do Amigo a mesma atitude de “médico” que formulara face ao conteúdo da carta de 16 de Novembro de 1912, transcorrido quase um ano e meio. Situa-se agora a consciência da necessidade de ajuda num outro contexto, ou seja, o contexto da criação e da linguagem literárias e não o contexto do conforto de uma carta. Além disso, o facto de não existir a formulação directa de um apelo ou de pedido explícito de ajuda, torna compreensível que Fernando Pessoa sentisse que devia proceder com mais discrição (ou mesmo pudor) e que optasse por uma modalidade de comunicação diferente. O trabalho de procura da modalidade adequada ao contexto literário das “situações de sofrimento asfíxiante” reveladas nas novelas terá ocupado o espírito de Fernando Pessoa durante algum tempo. A propósito, lembremos que, na carta a Adolfo Casais Monteiro, Fernando Pessoa confessa ter levado alguns dias

a “elaborar” o poeta bucólico com o qual pretendia fazer uma “partida” a Sá-Carneiro. O apoio a prestar ao amigo não podia ser directo: a situação requeria uma solução contornada.

Coincidência ou não, o certo é que foi certamente por esta altura, pouco dias após a leitura de “A Estranha Morte do Professor Antena”, que Fernando Pessoa escreveu a nota sobre “*A Nova Doença na Literatura Portuguesa*”, texto que se manteve inédito até 1985, ano em que Teresa Rita Lopes o publicou em *Pessoa por Conhecer*. A brevidade da nota torna paradoxalmente difícil o seu resumo, justificando a recomendação da sua leitura completa. Para o objectivo que temos em vista, importa salientar que Fernando Pessoa começa por referir que:

*“Desde a “Degenerescência” de Nordau, a atenção de muitos críticos tem sido chamada para a existência de elementos mórbidos na literatura e, sobretudo, em certas manifestações da literatura contemporânea. Por graves que tivessem sido as críticas ao livro de Nordau, alguma coisa ficou dele e será difícil pretender-se hoje que o Simbolismo francês representa um movimento literário inteiramente são.”*

E de imediato, Fernando Pessoa afirma que se o simbolismo francês é uma “manifestação mórbida” o mesmo, ou até mais, se poderá dizer do “movimento literário que presentemente se esboça em Portugal”. Segundo Pessoa, trata-se de uma “escola ainda no começo”, silenciosa (ou quase silenciosa), “oculta” e, apesar disso, “nitidamente caracterizada, diferente das outras”. Todavia Pessoa reconhece a dificuldade em caracterizá-la não só porque poucos livros ela tem publicado, mas sobretudo porque “*é de si tão complexa, tão confusa que não há maneira de a definir*”. Além de ser “complexa” e “confusa”, outros atributos mórbidos da escola são o “requinte exagerado”, o “abuso da “introspecção” e a “dispersão”. Este último atributo, proveniente do título do livro de poesia de Sá-Carneiro, é adoptado por Pessoa, porque “*dá maravilhosamente o estado de espírito de qualquer dos adeptos da escola.*”.

Cabe perguntar: quem são os adeptos da escola?

*“O chefe de escola não sei bem quem seja, mas ou é o Sr. Fernando Pessoa ou o Sr. Mário de Sá-Carneiro. Pelo modo como os iniciados falam é o primeiro. O Sr. Fernando [Pessoa] não tem nenhum livro publicado [...]. O sr. Mário de Sá-Carneiro tem três livros...”*

E a propósito de Mário de Sá-Carneiro acrescenta este apontamento merecedor de atenção:

*“Se bem que seja fácil reconhecer quanto esta escola é doentia e perigosa, ninguém pode negar ao sr. Sá-Carneiro extraordinárias qualidades de novelista e de prosador; pena é que o enredo das suas novelas seja inacessível ao público e que o estilo em que são escritas sofra constantemente da doença da escola.”*

Consideremos que a expressão “doença da escola” merece ser fixada e que a apreciação geral é sem dúvida de uma grande severidade. Fernando Pessoa reconhece isto mesmo e no final da nota procura atenuá-la, escrevendo:

*“Não sejamos injustos. Apesar de tudo o que de doentio e de perigoso — pela facilidade com que se insinua — desta escola, forçoso é reconhecer aos seus adeptos incontestável talento e uma manifesta superioridade sobre quantos outros novos aparecem em Portugal, e talvez não só em Portugal. O que é lamentável é que a própria essência da inspiração deles seja doentia até mais não poder ser.”*

Esta nota sobre “A Nova Doença da Literatura Portuguesa” tem uma ligação directa com o que Fernando Pessoa expôs na “parte psiquiátrica” da carta sobre a explicação dos heterónimos. Nela é referido o diagnóstico das características psicopatológicas que Pessoa se atribuiu a si mesmo: a “histeria” ou mais propriamente a “histero-neurastenia”. É nelas que radica a tendência para a “despersonalização” e para a “simulação” que o levou, desde a infância, a conviver ficcionalmente com “amigos e conhecidos que nunca existiram.” É notório que Fernando Pessoa se conhecia muito bem ou não tivesse ele estudado por sua conta e risco, sobretudo entre 1907 e 1911, obras de psicologia, de psicopatologia e de psiquiatria. Por isso, o auto-conhecimento e o auto-controlo que revela dobra-se numa valiosa explicação ou auto-análise psicológica:

*“Estes fenómenos — felizmente para mim e para os outros — mentalizaram-se em mim; quero dizer, não se manifestam na minha vida prática, exterior e de contacto com os outros; fazem explosão para dentro e vivo-os eu a sós comigo.”*

E logo a seguir acrescenta esta nota luminosa e diferenciadora:

*“Se eu fosse mulher — na mulher os fenómenos histéricos rompem em ataques e coisas parecidas — cada poema de Álvaro Campos (o mais histericamente histérico de mim) seria um alarme para a vizinhança. Mas sou homem — e nos homens a histeria assume principalmente aspectos mentais: assim tudo acaba em silêncio e poesia...”*

Mas não nos iludamos quanto à serena tranquilidade que a parte psiquiátrica da carta a Adolfo Casais Monteiro revela. Não nos devemos esquecer que foi escrita em 1935, passados 21 anos sobre o tempo em que a elaboração dos heterónimos estava ainda em processo. Em 1914, Fernando Pessoa estava então mais inquieto, mais preocupado, sem solução à vista para esclarecer e ultrapassar não apenas a “doença da escola”, mas também o que se passava consigo e sobretudo o que se passava de “errado” com Mário de Sá-Carneiro, o “amigo d’alma”, relativamente ao qual nunca deixou de estar preocupado desde a carta de Paris de 16 de Novembro de 1912. Admitimos, diga-se de passagem, que a tonalidade tranquila com que Fernando Pessoa fala de si na “parte psiquiátrica” da carta não é tanto um efeito da simples passagem do tempo quanto um efeito terapêutico das lições do mestre Alberto Caeiro. Na verdade, o “nascimento” ou a “aparição” de Alberto Caeiro surge num tempo de grande complexidade e intensidade criadora, de confluência de aspirações difusas de renovação, de condensação conflituosa de confiança e de temor, de ânsias de reconhecimento, receios de fragilidades, reminiscências de medos, que, tendo vindo a acumular-se desde o final de 1913, tiveram, nos primeiros meses de 1914, o seu tempo propício de “explosão”. Foi precisamente no dia 8 de Março que ocorreu a emergência de Alberto Caeiro, o tão esperado “pastor bucólico de espécie complicada” com o qual Fernando Pessoa projetava fazer “uma partida a Sá-Carneiro.” E deu-lhe logo a missão de mestre, mestre de vida e mestre de um estilo novo. Ao permitir por intermédio das suas poesias a serenidade do refúgio na Natureza evitando tanto a artificiosa confusão das cidades cosmopolitas como a complexidade labiríntica do mundo interior e dos excessos de introspeção, Alberto Caeiro permitiu a Fernando Pessoa “libertar” outras forças dentro de si. Permitiu dar voz a Ricardo Reis, o poeta pagão de cultura clássica, e a Álvaro de Campos, o poeta das emoções loucas, o que nele havia de “mais histericamente

histórico". E tudo isto, sem riscos de enlouquecer. É que tanto Reis como Campos aceitaram logo Caeiro como seu mestre, que o primeiro reconheceu como "*o revelador da Realidade*" "*o grande Libertador que [...] nos arrancou à morte*", o segundo como o "transmissor de alegria aos outros", o superador da tristeza: "*quando estou muito triste, leio Caeiro e é uma brisa. Fico logo calmo, cantante e com fé...*".

Houvesse o que houvesse, o "guardador de rebanhos" estaria lá, como "bom pastor", para ajudar a tornar simples as contrariedades mais complexas, para ajudar a encontrar, como "bom guia", o caminho de ascensão do mais fundo dos abismos ou o rumo de saída do mais tortuoso dos labirintos.

Em suma, a missão libertadora e terapêutica de Alberto Caeiro desenvolveu-se em dois planos: no plano da Literatura e no plano das pessoas. No primeiro plano, Caeiro veio para curar a "nova doença da literatura portuguesa", permitindo por um lado que ela encontrasse um novo ambiente mais saudável, e por outro, que Fernando Pessoa libertasse novas energias criadoras como Álvaro de Campos, Ricardo Reis e Pessoa ortonímico ou Pessoa ele próprio.

No plano das pessoas, Alberto Caeiro, "guardador de rebanhos", não tendo "ambições nem ânsias", aceitando a vida como ela é, permitiu ao Autor de tantos autores não se perder no labirinto do mundo interior, continuando a sobreviver sendo dois, o Artista, poeta e pensador, e o Homem, com a modesta profissão de "guarda-livros" e o misterioso destino de "guardador de papéis", onde pacientemente foi escrevendo os seus pensamentos de desassossego e deslumbramento.

Tendo encontrado o seu "mestre de vida" e o "mestre de vida" para Álvaro de Campos e Ricardo Reis, o projecto de Fernando Pessoa, persistentemente sonhado, ficaria completo se Mário de Sá-Carneiro acolhesse igualmente Alberto Caeiro como "mestre", como o "libertador" dos conflitos, o terapeuta da desolação e do mal-estar que o afligiam e de que tanto falou nas cartas e insistentemente projectou nas personagens das suas novelas. Se Mário de Sá-Carneiro aceitasse Alberto Caeiro como seu "mestre de vida" encetaria certamente uma outra "*Partida*", diferente daquela que escreveu em fevereiro de 1913 e em que considerou que tanto a Vida como a Natureza nada valem para o Artista cujo destino "*é saltar na bruma, correr no azul à busca de beleza.*" Mas Mário de Sá-Carneiro não aceitou o desafio que a "partida" apresentada por Fernando Pessoa envolvia. Não ousou avançar no processo de separação do Homem e do Artista. Por isso, permanecendo convicto do destino mais "alto" e mais "raro"

dos artistas, continuou a sofrer “*a tristeza de nunca sermos dois*” na porfiada ilusão de que o sofrimento, a doença e a dor constituíam a fonte privilegiada donde brotava a força genial da criação das suas obras de Arte. Ilusão que Alberto Caeiro a seu tempo denunciou, apontando outro caminho e outra fonte para a fruição e criação de beleza. Mais uma vez Mário de Sá-Carneiro não conseguiu enfrentar as asperezas de caminhar até ao fim da ponte. Mais uma vez ficou a meio, “*qualquer coisa de intermédio*.” Mais uma vez esteve “Quase”. Mais uma vez recusou que nele coexistissem a relatividade da vida humana normal e a aspiração incessante de beleza absoluta. Todavia, Sá-Carneiro teve consciência do elevado custo que teria de pagar por estas opções. Previu-o logo em “Partida”, o primeiro poema de *Dispersão*. Mas entre o “momento” do conhecimento de Alberto Caeiro por parte de Mário de Sá-Carneiro e o “momento” do “Fim” previsto vai decorrer um “grande intervalo” de dois anos, entre Março-Abril de 1914 e Março-Abril de 1916, anos que foram timbrados ainda por luminosos lampejos de Ouro e Além, embora vividos progressivamente em tons de “roxo”. Antes de procedermos a algumas breves incursões por esses anos, consideramos inteiramente justificado, com base nas análises precedentes, apresentar, de forma breve, as duas seguintes conclusões:

1.<sup>a</sup>) Fernando Pessoa idealizou, em grande parte, “o poeta bucólico de espécie complicada” com a finalidade de incentivar Mário de Sá-Carneiro a se abalançar a uma nova “Partida”, em que o refúgio na simplicidade da Natureza constituísse fonte de sobrevivência e de reserva de energia para novos combates ainda a empreender.

2.<sup>a</sup>) Mário de Sá-Carneiro não pôde escolher o “pastor bucólico” como seu mestre de vida, por não lhe ser possível separar-se em dois: o Homem e o Artista, porque o Artista precisava das dores do Homem para continuar a ser Artista. Por esta razão, não conseguiu reconhecer em Caeiro as potencialidades de apoio, conforto e guia que Fernando Pessoa nele encontrou. Todavia, é, sem dúvida, a Mário de Sá-Carneiro que se ficou a dever o facto de Fernando Pessoa ter tido a necessidade de proceder à laboriosa “aparição” de Alberto Caeiro, com qualidades de grande poeta intuitivo de “espécie complicada” e pensador instintivo de “verdades ocultas” e de valor universal, que Fernando Pessoa reconheceu serem também qualidades de Mário de Sá-Carneiro.



## 5. POR QUE RAZÃO SÁ-CARNEIRO NÃO ACOLHEU ALBERTO CAEIRO COMO “MESTRE DE VIDA”

É provável que o “poeta bucólico de espécie complicada” tenha sido apresentado por Fernando Pessoa a Mário de Sá-Carneiro apenas nos finais de Março ou inícios de Maio. Pouco tempo terão estado juntos os dois amigos para poderem ter trocado impressões sobre os poemas do “guardador de rebanhos”. Com efeito, no fim de Maio, Mário de Sá-Carneiro partiu para Paris sem revelar a razão. É plausível que o tenha feito por reação emocional ao saber que o Pai havia tomado a decisão de partir em breve para Lourenço Marques onde iria ocupar o lugar de Director da Companhia de Caminhos de Ferro de Moçambique.

A partida ocorreu de facto no dia 15 de Junho e ficou assinalada por Mário de Sá-Carneiro de forma significativa, com indicação precisa da hora, em carta de Paris, datada desse mesmo dia, nestes termos:

*“[...] apenas hoje, sozinho, o meu pai tendo partido às 12,16, começo a instalar-me em Paris”*

E logo a seguir junta o desabafo:

*“Mas a glória de novo a encontrar e vibrar, laivada de cinzento no entretanto pela atmosfera sempre dolorosa do meu mundo interior, tem-me dispersado todos estes dias, vivendo em verdade até hoje só em metade de mim [...]”*

As cartas para Fernando Pessoa voltam a fornecer-nos valiosas informações sobre os “estados de alma” e os projectos literários de autor de *A Confissão de Lúcio*. Importa-nos sobremaneira assinalar as informações que se reportam ao modo como Sá-Carneiro se vai posicionando relativamente aos heterónimos e especialmente a Alberto Caeiro. Na verdade, as referências aos heterónimos não são assim tão circunstanciais quanto possa fazer supor o ligeiro envio de *“Saudades ao nosso Alberto Caeiro”* no final da carta de 15 de Junho. Desde já se diga que não é por Alberto Caeiro que Mário de Sá-Carneiro se vai mostrar entusiasmado, nem são os seus poemas que o fazem vibrar de admiração. Pelo contrário, é por Álvaro



de Campos que ele vai manifestar um enorme apreço que expressa de forma exuberante logo no início da carta de 20 de Junho:

*“Não sei como dizer-lhe todo o meu entusiasmo pela Ode [Triunfal] do Álvaro de Campos que ontem recebi. É uma coisa enorme, genial das maiores entre a sua obra [...]. Não tenho dúvida em assegurá-lo, meu Amigo, você acaba de escrever a obra-prima do Futurismo.”*

E neste contexto faz referência ao projecto de criação em Portugal de uma revista futurista cujo título seria *Europa*, a semente de que irá nascer *Orpheu*: *“Depois de tudo isto, meu Amigo, mais do que nunca urge a Europa!.”*

Mas a adesão de Mário de Sá-Carneiro a este projecto não é tanto por ele que o vislumbra quanto pelo amigo que considera merecedor de mais ampla e urgente revelação pública. É que ele — uma vez mais o confessa — não vê grande horizonte na sua vida. Envia, então, ao amigo *Distante melodia*, uma poesia que acabara de escrever, dizendo-lhe que ela traduzia o seu estado de alma actual: *“indeciso não sei de quê, artificial, morto [...] capaz de esforços, mas sem os sentir.”*

E conclui assim:

*“Cada vez, meu querido Amigo, mais me convenço de que escreverei dois livros: CÉU EM FOGO e INDÍCIOS DE OURO... Depois...? Não me vejo nesse depois...”*

Ora, era de esperar que Fernando Pessoa tivesse de novo reagido a esta manifestação de desânimo que é também um pedido de apoio moral. Não há nas cartas seguintes de Mário de Sá-Carneiro qualquer eco de reacção da parte de Pessoa que, curiosamente, terá optado por enviar para Paris algumas odes de Ricardo Reis, uma forma indirecta e subtil de lembrar ou, até mesmo, de falar de Alberto Caeiro. Na carta de 27 de Junho, Sá-Carneiro refere-se naturalmente às odes de Ricardo Reis considerando-as *“uma maravilha de impessoalidade”*, melhor conseguida do que em Caeiro, porquanto, em seu entendimento, nos versos deste último *“ainda resumava de vez em quando Mestre Fernando Pessoa”*, o que não acontece nos versos de Reis. De notar que Sá-Carneiro não usa a designação de mestre para Alberto Caeiro. Mestre para ele não é Caeiro, mas sim Fernando Pessoa. Desta carta de 27 de Junho, vale a pena referir ainda mais duas notas. Uma para

lembrar que Mário de Sá-Carneiro considera muito interessante “o enredo Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos”, mas apressa-se a deixar a seguinte advertência: *“será bom não nos esquecermos que toda essa gente é um só: mas tão grande, tão grande... que, a bem dizer, talvez não precise de “pseudónimos”*.

Registemos para “comentário futuro” esta expressão: *“toda essa gente é um só”*

Uma última nota para pôr em relevo o que na carta é escrito quase no final e entre parêntesis, dando a impressão de que o assunto, aparentemente de menor importância, ia ficando esquecido, vindo à lembrança mesmo antes do fim, ainda a tempo de ser referido:

*“(É verdade: embora ache justo, confesso-lhe que tenho pena que o Caeiro não entre para o paulismo).”*

Com a expressão “toda essa gente é um só”, Sá-Carneiro questiona o valor quer literário quer psicológico da “despersonalização.” E com ela reitera também a sua posição, defendendo a dificuldade, que ele considera intrínseca ao Artista, em separar ou diferenciar no seu Eu “personagens” com funções distintas. Nele essa dificuldade é real: o Artista e o homem não conseguem separar-se. Nunca serão dois. E defende que o mesmo se passa com Fernando Pessoa: o disciplinado horaciano Reis, o “maquinado” futurista Campos, o pastor místico Caeiro são todos eles “personagens” saídos da imaginação criadora do grande Artista Fernando Pessoa. Por conseguinte, Sá-Carneiro não concebe que ao personagem Caeiro seja atribuída uma função diferente da dos outros personagens, função que saísse fora do universo da Arte. Caeiro era para Sá-Carneiro tão artista como Campos ou como Reis. Por isso, lastima que Caeiro fique de fora do paulismo, “embora ache justo”. Podemos perguntar: O que quer isto dizer? É difícil, se não mesmo impossível, saber ao certo o que Fernando Pessoa escreveu no referido “enredo”. Mas podemos conjecturar. É possível, com alta probabilidade, que Fernando Pessoa tenha escrito que os poemas de Alberto Caeiro eram de uma índole diferente dos de Álvaro de Campos e de Ricardo Reis, que se situavam num outro plano, que teriam uma outra finalidade, outra missão, de natureza mais pessoal e não tanto focada na sua inclusão em qualquer movimento literário como o paulismo. Será certamente por esta razão que Fernando Pessoa não os integra nesse movimento (do mesmo modo que, meses mais tarde, não irão aparecer no *Orpheu*). Ao lamentar a decisão do amigo, Mário de Sá-Carneiro

manifesta que não se identifica com ela e não reconhece nem a diferenciação nem a missão especial que Fernando Pessoa atribui a Alberto Caeiro. Podemos dizer que a partir deste momento vai verificar-se uma bifurcação nos caminhos de evolução psicológica que os dois amigos vão seguir. Fernando Pessoa vai conciliar cada vez mais as complexidades e desassossegos da sua existência inquieta com a saída fora de si mesmo, exilando-se no mundo exterior em convívio com as coisas simples da Natureza. Por isso, para ele Alberto Caeiro é cada vez mais o seu guia, o pastor dos seus pensamentos, o seu “mestre de vida”. Pelo contrário, Mário de Sá-Carneiro vai fechar-se cada vez mais em si mesmo, exilando-se não para fora, mas para dentro do seu mundo interior, vai passar a viver “embalsamado”, “*com a alma amortalhada, seguinha dentro de si*”. Mário de Sá-Carneiro não reconheceu Alberto Caeiro como guia de refúgio, como terapeuta da sua solidão, ou como “médico” a quem pudesse recorrer para apresentar as suas queixas e para pedir ajuda. Para Mário de Sá-Carneiro é Fernando Pessoa, o pai de “Caeiro & C<sup>a</sup>”, quem continuava a desempenhar as funções de confidente, de orientador e de apoio emocional. É precisamente o que nos revela, de forma impressionante e muito significativa, a longa carta de 13 de Julho de 1914.

No contexto das expressões de admiração pelas *Odes*, que considera das obras maiores de Fernando Pessoa, Sá-Carneiro escreve:

*“[...] toda esta sumptuosidade e depois a grande alma que você é fazem-me ser tão seu amigo, quanto eu possa ser de alguém: encher-me de ternuras, gostar, como a meu pai, de encostar a minha cabeça ao seu braço — e de o ter aqui ao pé de mim, como gostaria de ter o meu Pai [...]”*

A lembrança do Pai alarga-se a outras figuras com fortes vínculos afectivos como a velha Ama, mas também a animais e objectos que na sua infância lhe terão feito companhia e ajudado a suportar o vazio da sua solidão. E por associação, vem a dolorosa confidência:

*“Creia, meu querido Fernando Pessoa, percamos por completo as ilusões: eu toco o fim [...] Acabei já — acabei após a minha chegada aqui. Hoje sou o embalsamento de mim próprio [...]. Estados de alma, ânsias, tristezas, ideais, grandes torturas de que saíam os meus livros tudo isso acabou. Ilusões de glória, de “espanto” já não existem em mim.”*

O carácter incisivo e a lucidez da análise são impressionantes. De realçar a referência à origem dos seus livros: todos eles provieram dos seus “estados de alma, ânsias, tristezas, ideais, grandes torturas”, enfim da Dor persistente que sempre o acompanhou. Desfeito o encanto que as envolvia, sem ilusões acerca das potencialidades de mobilizar o entusiasmo que elas geravam, Sá-Carneiro confessa ter acabado o seu ciclo criador, confirma o movimento de “fechar portas”, já anteriormente anunciado, que designa agora por “embalsamento” e inicia um processo psicológico de regressão. É este processo que ele reconhece e exprime na carta deste modo:

*“[...] depois eu sou uma criança — tantas vezes lho gritei — e a criança hoje vê a sua idade terminada — bem terminada, terminada há muito, mas só hoje, depois da partida do meu Pai para África, da casa desfeita, terminada em ilusão. Para trás de mim existe o irremediável, o que nunca mais, nunca mais se pode repetir mesmo em miragem.”*

E a descrição do processo regressivo continua assim:

*“Meu Amigo: nunca mais terei quem arrume a minha roupa nas gavetas, e quem de noite me aconchegue a roupa... alguém que faça isto e tenha assistido à minha infância... Estou só — dos outros — só de mim para sempre.”*

No contexto desta situação desoladora, de tão sincero “descalabro de alma” e tão intensivo retorno à infância, o futuro literário de Mário de Sá-Carneiro não podia ter uma perspectiva temporal muito alargada. E uma vez mais confirma isso ao dizer que nesse futuro conta concluir *A Grande Sombra* para completar o livro de novelas *Céu em Fogo* e escrever mais uma ou outra novela — só uma — e algumas poesias. E esclarece que tudo o que possa vir a fazer será porque “já está feito”, “feito em alma antes do fim”. Vale a pena ouvi-lo de novo em voz directa:

*“Meu amigo, creia-me, tudo quanto doravante eu hoje escrever são escritos póstumos. [...] Não lhe dizia tanta vez que não me “via” com uma obra muito longa? Entretanto, qual será o meu fim real? Não sei. Mas, mais do que nunca acredito, o suicídio... pelo menos o suicídio moral... Acabarei talvez em corpo exilado da minha alma! Mas creio menos nesta hipótese.”*

O “fim real” ficava claramente anunciado. A hora, porém, ainda não havia chegado. Entre o dia 13 de Julho de 1914, em que esta carta foi escrita, e o dia 26 de Abril de 1916, Mário de Sá-Carneiro vai viver uma existência a prazo, sem ilusões, sem ânsias, sem o brilho do ouro dos seus antigos entusiasmos. Para este viver “embalsamado” não pôde afinal socorrer-se do apoio de Alberto Caeiro, que tinha sido intencionalmente “pensado e elaborado” para o ajudar neste trânsito. Por esta razão, foi novamente em Fernando Pessoa que Mário de Sá-Carneiro se apoiou. E novo pedido de ajuda seguiu ainda nesta carta, com formulação significativa:

*“[...] e já agora, peço-lhe, fale longamente de tudo quanto lhe digo de mim... Assim me dará uma ilusão: a ilusão da sua companhia e, não lhe sei explicar porquê, a ilusão de que ainda me interesse por mim...”*

Fernando Pessoa não lhe faltou. Terá certamente compreendido que a “brincadeira” de criar Alberto Caeiro para o apresentar a Sá-Carneiro não resultara. O poeta “guardador de rebanhos” não se adequava nem à estrutura psicológica nem ao projecto literário de Sá-Carneiro, mas continuaria a ser o “mestre de vida” do seu próprio criador. Se Mário de Sá-Carneiro compreendeu as diferenças de sensibilidade entre ele e o amigo, o mesmo aconteceu com Fernando Pessoa. Fernando Pessoa terá deixado de falar de Alberto Caeiro, mas os pedidos de Mário de Sá-Carneiro não deixaram de ser correspondidos. Fernando Pessoa continuará a falar-lhe dos escritos que Sá-Carneiro lhe enviava, continuará a dizer-lhe que “gosta do que ele escreve” e continuará a remeter-lhe obras suas para que Sá-Carneiro as comente. Este persistente diálogo intelectual, esta intensa permuta de ideias e de planos literários, e designadamente as tarefas respeitantes à elaboração de *Orpheu*, prosseguidas pelo grupo da “escola de Lisboa” de que Sá-Carneiro e Pessoa eram os chefes de fila, constituíram o grande “suporte de vida” de Mário de Sá-Carneiro entre os três últimos meses de 1914 e primeiros sete meses de 1915. Apesar de *Orpheu* não ser uma obra exclusivamente sua, um livro seu como *Princípio*, *Dispersão* ou *A Confissão de Lúcio*, que pudesse oferecer com dedicatória ao Pai como produto objectivo do seu trabalho, certo é que Mário de Sá-Carneiro sentia orgulho pela publicação de *Orpheu*, partilhando alegrias, entusiasmos e novos planos com Fernando Pessoa. E *Orpheu* tinha condições para continuar a ser um pilar fundamental do seu “suporte de vida”, embora “vida

embalsamada". De facto, publicados o *Orpheu 1* e o *Orpheu 2*, a elaboração do "*Orpheu 3*" estava em bom andamento e a sua saída estava anunciada para Outubro. Apesar das dificuldades decorrentes da nova, apressada e inexplicada fuga de Sá-Carneiro para Paris, os trabalhos de composição foram avançando e *Orpheu 3* estava pronto para "entrar nas máquinas" da tipografia, com o "Sumário" ou índice que Sá-Carneiro enviou ao "amigo d'alma" em carta de 31 de Agosto. Mas no dia 13 de Setembro anunciou ao amigo a má notícia: "[...] temos desgrazadamente de desistir do nosso *Orpheu*".

E de imediato, Sá-Carneiro acrescenta: "*Todas as razões lhe serão dadas melhor pela carta do meu Pai que junto incluo e que lhe peço não deixe de ler. Claro que é devida a um momento de exaltação. No entretanto cheia de razões pela conta exorbitante que eu obrigo o meu Pai a pagar [...]*".

E mais adiante:

*"A morte do Orfeu você atribua-a unicamente a mim, explique que eu em Paris me não quero ocupar do Orfeu — que sou o único culpado. Desculpe-se enfim comigo perante todos quantos lhe perguntarem pela revista. Mais uma vez lhe peço perdão e lhe suplico que não se aflija demasiadamente. Em todo o caso sempre se fizeram dois números. Mais vale pouco que nada."*

Muito embora lamentando a desistência ("*que lindo Orfeu 3 podíamos fazer!*"! *Que desgraça tudo isto!*), Mário de Sá-Carneiro considera não haver outro caminho senão o da resignação.

Mas o caminho da resignação foi bem mais doloroso para Mário de Sá-Carneiro do que para Fernando Pessoa. Fernando Pessoa, guiado pelo seu pastor e terapeuta, vai continuar a refugiar-se no seu natural espaço metafísico, cuidando dos seus pensamentos que vai guardando no *Livro do Desassossego*.

A resignação de Mário de Sá-Carneiro agravou de forma acentuada o movimento regressivo de retorno à infância que a partida do Pai para África despoletara havia um ano antes. Não podemos deixar de reconhecer nas palavras de Sá-Carneiro que a carta do Pai, e tudo o que de duro e crítico nela terá dito, impôs quase a sua presença física como factor determinante da posição de Mário de Sá-Carneiro. Não tem outra saída que não seja obedecer. Revoltar-se? Fugir de

casa? Avançar na ponte até ao fim e enfrentar o Pai, rompendo com a segurança afectiva que desde a infância lhe fora dada? Impossível. Vinculado afectivamente à infância, não conseguiu ou não ousou, por *falta* de condições relacionais, separar-se dela. Por ela se apaixonou, nela viu o seu tesouro, o ouro de que foi alimentando a sua obra. O Pai fazia parte deste universo de protecção e segurança afectiva. Mas se alguma discreta reserva ou leve crítica formulava, Mário de Sá-Carneiro tinha na produção e oferta dos livros que ia publicando o instrumento de compensação do sentimento de inferioridade por suposta falta, de atenuação de íntima culpabilidade e sobretudo de apelo ao reconhecimento de algum valor. No dia em que o Pai declarou de forma significativa o afastamento, sabemos como Sá-Carneiro reagiu. E essa mesma reacção vai repetir-se agora. O afastamento, declarado desta vez por escrito e à distância, aparece a Mário de Sá-Carneiro como ainda mais incisivo e doloroso. Sente que não vale a pena escrever mais livros para mostrar ao Pai o fruto do seu esforço, do seu trabalho e do seu valor. O que significa para ele que a sua obra acabou. E com a sua obra, acabou também a sua vida. O caminho não podia ser outro senão o do desaparecimento há muito previsto e anunciado. Um desaparecimento que, na carta de 27 de julho de 1913, constitui ainda o tema literário central da novela “Mundo Interior”, que vai ficar inacabada. Descreve-o nestes termos:

*“O narrador [...] trava conhecimento no café com um homem que lhe fala só da sua alma e lhe conta como viaja no seu mundo interior. Um dia esse homem desaparece.”*

Perante o estranho desaparecimento, a explicação que é dada à polícia é a de o companheiro ter desaparecido no seu próprio mundo interior, acentuando o inconveniente “*de ser complicado de mais, de ter psicologia a mais, de pensar de mais sobre si próprio*”. Estas “razões”, que Sá-Carneiro aponta para explicar ou justificar o seu desaparecimento, abrem um outro plano de análise que se situa no campo da antropologia psicológica e que requer uma investigação distinta da que estamos a proceder. Importa apenas mencionar que esse plano de análise terá por foco a configuração estrutural das relações interpessoais constituintes da personalidade humana, da sua evolução ou passagem, lenta e complexa, por fases diferenciadas, e do seu desenvolvimento e afirmação como “Ser Outro”, “Eu” separado de outros “Eus”, alteridade individual autónoma, embora situada no



contexto das suas raízes históricas, das circunstâncias do presente e dos desafios, sonhos e projectos de construção do futuro. É a travessia desta configuração estrutural constituinte da personalidade que cada ser humano tem necessariamente de realizar, travessia difícil, problemática, contingente e por vezes imprevisível, que dá à referida configuração o carácter de estrutura *singular* e simultaneamente *universal*. É no vasto âmbito desta complexa temática psico-antropológica que se situa “a psicologia a mais”, o “pensar de mais sobre si próprio” que caracteriza do ponto de vista temático a obra de Mário de Sá-Carneiro. E radica aqui o seu valioso contributo para o movimento modernista na medida em que, como outros estudos já explicitaram, uma das características fundamentais do Modernismo consiste na deslocação do interesse sobre os mistérios da Natureza, próprio do romantismo, para o interesse sobre os mistérios do “Eu” e do psiquismo humano. Com efeito, do ponto de vista do *conteúdo* o modernismo alarga fronteiras temáticas e ousa a liberdade de enfrentar, explorar e exprimir realidades que até então tinham sido pouco a floradas pela Literatura. E em lugar dominante surge a realidade complexa do EU, do “mundo interior”, com os seus labirintos, as suas sombras, incertezas e perplexidades, mas também com a consciência da força criadora dos seus talentos, dos seus sonhos e ideais de Beleza. O “homem-artista” defronta-se com as suas fragilidades “demasiado humanas”, a sua singularidade, a sua solidão e a sua tristeza, mas ao mesmo tempo reconhece as suas potencialidades de criador de Arte, e toma esta realidade complexa como *conteúdo* das suas indagações, procurando por meio delas “aumentar” não apenas o conhecimento de si mesmo, mas também “a autoconsciência humana”, ou seja, a “autoconsciência” da complexidade, das flutuações e da diversidade da vida humana. Proceder à tentativa ou ensaio de compreensão da obra de Mário de Sá-Carneiro nesta perspectiva psico-antropológica não pode de modo alguma ser acusada de “psicologismo” ou de “reduccionismo psicológico”. Pelo contrário, trata-se de respeitar de forma objectiva a realidade do conteúdo da obra. Não se trata de modo algum aplicar conhecimentos de psicologia à interpretação da vida e da obra de Sá-Carneiro. Ao invés, é a psicologia que tem muito a aprender com as indagações psicológicas que ele empreendeu. E também com as indagações psicológicas de Fernando Pessoa. De resto, importa dizer que Fernando Pessoa intuiu ser este um dos caminhos-chave para a compreensão da obra de Mário de Sá-Carneiro ao afirmar que órfão de



Mãe aos dois anos, a obra de Sá-Carneiro se caracterizava por uma grande desumanidade. Afirmção que requer um trabalho de hermenêutica ainda por fazer, uma tarefa sem dúvida motivadora e aliciante.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 26 DE MAIO DE 2016)

## REFERÊNCIAS

- Caeiro, A., *Poesia*. Fernando Cabral Martins e Richard Zenith (Eds.). Lisboa, Assírio e Alvim, 2001.
- Campos, A. *Notas para a Recordação do meu Mestre Caeiro*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- Dias, M. T., *Mário de Sá-Carneiro, Fotobiografia*. Quimera Editores, 1988.
- Galhoz, M. A., Prefácio a *Céu em Fogo* de Mário de Sá-Carneiro. Lisboa, Edições Ática, 1956.
- Galhoz, M. A., O Momento Poético do *Orpheu*, prefácio a *Orpheu*. Vol. I, 2.<sup>a</sup> reedição, Lisboa, Edições Ática, 1971.
- Galhoz, M. A., Para uma diversidade na História do *Orpheu*, introdução a *Orpheu*. Vol. II, 2.<sup>a</sup> reedição, Lisboa, Edições Ática, 1976.
- Garcez, M. H. N., Fernando Pessoa, leitor de Mário de Sá-Carneiro. *Remate de Males*, Campinas, (8), pp. 9-15, 1988.
- Lopes, T. R., Notas prévias a Álvaro de Campos, *Notas para a Recordação do meu Mestre Caeiro*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- Martins, F. C., *O Modernismo em Mário de Sá-Carneiro*. Lisboa, Imprensa universitária – Editorial Estampa, 1994.
- Martins, F. C. (1994). A noção das coisas. Posfácio a Caeiro, Alberto (2001). *Poesia*. Edição de Fernando Cabral Martins e Richard Zenith. Lisboa, Assírio e Alvim.
- Monteiro, A.C., *Poesias de Fernando Pessoa. Introdução e Selecção de Adolfo Casais Monteiro*. Editorial Presença, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 2006.
- Orpheu*. Vol. I, 2.<sup>a</sup> reedição, Lisboa, Edições Ática, 1971.
- Orpheu*. Vol. II, 2.<sup>a</sup> reedição, Lisboa, Edições Ática, 1976.
- Pessoa, F., Carta de Fernando Pessoa sobre a génese dos Heterónimos in Monteiro, A.C., *Poesias de Fernando Pessoa. Introdução e Selecção de Adolfo Casais Monteiro*. Editorial Presença, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 2006, pp. 203-211.
- Pessoa, F., *Escritos sobre Génio e Loucura*. Edição de Jerónimo Pizarro. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.
- Pessoa, F., A Nova Doença da Literatura Portuguesa in Fernando Pessoa, *Escritos sobre Génio e Loucura*. Edição de Jerónimo Pizarro. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.
- Pessoa, F./Caeiro, A., *O Guardador de Rebanhos*. Famalicão, Editora Centro Atlântico, 2014.

- Pizarro, J., *Fernando Pessoa: entre Génio e Loucura*. Tomos I e II. Lisboa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.
- Reis, R., Prefácio de Ricardo Reis in Alberto Caeiro, *Poesia*. Lisboa, Assírio e Alvim, 2001.
- Sá-Carneiro, M., *A Confissão de Lúcio*. Lisboa, Editorial Ática, 1945.
- Sá-Carneiro, M., *Poesias*. Lisboa, Edições Ática, 1953.
- Sá-Carneiro, M., *Céu em Fogo*. Lisboa, Edições Ática, 1956.
- Sá-Carneiro, M., *Cartas a Fernando Pessoa*. Vol. I e II, Lisboa, Edições Ática. Lisboa, Edições Ática, 1958,1959.
- Simões, J. G., Estudo crítico a *Poesias* de Mário de Sá-Carneiro, 1953.
- Sinde, P., A arte de ver. Terapia da alma. Prefácio a Fernando Pessoa/ Alberto Caeiro. *O Guardador de Rebanhos*. Famalicão, Editora Centro Atlântico, 2014.
- Zenith, R., Caeiro triunfal. Posfácio a Alberto Caeiro. *Poesia*. Edição de Fernando Cabral Martins e Richard Zenith. Lisboa, Assírio e Alvim, 2001.

# A Tradição Anglo-Americana da Liberdade: Um olhar europeu

JOÃO CARLOS ESPADA

Queria começar por agradecer a honrosa oportunidade que me foi concedida pela nossa Academia para apresentar brevemente o livro que dentro precisamente de seis dias — a 15 de Junho — publicarei com a editora Routledge de Londres, sob o título *The Anglo-American Tradition of Liberty: A view from Europe*. Trata-se de uma tradução, revista e largamente ampliada, do original português que publiquei na Editora Principia, em 2008, com um Prefácio muito amável do nosso Confrade Manuel Braga da Cruz, sob o título *A Tradição Anglo-Americana da Liberdade: Um olhar europeu*.

O ponto de partida destes livros foi uma conversa com Karl Popper, em 1988, na sua casa em Kenley, ao sul de Londres. Conheci Sir Karl, um súbdito britânico nascido na Áustria, quando se deslocou a Lisboa em Março de 1987 para falar num ciclo de conferências promovido pelo então Presidente Mário Soares, para quem eu trabalhava como consultor político. Durante a visita de Popper a Lisboa, tive o privilégio de falar com ele durante algum tempo sobre o meu projecto de investigação sobre a sua filosofia política, especialmente a sua crítica ao marxismo e a sua teoria da democracia. Karl Popper teve depois a amabilidade de me convidar a visitá-lo em sua casa, em Inglaterra, de forma a podermos conversar mais longamente sobre o meu projecto.

E, efectivamente, fui visitá-lo assim que tive oportunidade. Viajei de Lisboa para Londres e, depois de ter passado alguns dias na British Library, fui finalmente visitá-lo em Kenley. Era uma casa de campo encantadora, com um belo jardim que ele mantinha imaculado. Havia uma sala de estar espaçosa, com saída para o jardim, com um elegante piano de cauda austríaco, algumas cadeiras e uma boa biblioteca que cobria as restantes paredes. Comecei a observar as prateleiras de livros e imediatamente me apercebi de que se tratava de uma colecção de livros muito selectiva. Ali estavam apenas os grandes livros, desde

Platão e Aristóteles, Smith, Burke e Kant, a Keynes e Hayek, assim como alguns grandes autores da ciência e filosofia da ciência que eu não conhecia tão bem. Mas, subitamente, deparei-me com uma enorme prateleira cheia de livros de, e sobre, Winston Churchill. Na minha franqueza ainda juvenil e arrogância acadêmica, não pude evitar a pergunta: “Porque é que tem tantos livros sobre Churchill? Eu pensava que ele tinha sido basicamente um político”.

### WINSTON CHURCHILL E O “MISTÉRIO BRITÂNICO”

Lembro-me de que Karl Popper se virou para mim e, com grande intensidade, disse algo do gênero: “sente-se rapaz, receio que tenha seriamente de lhe ensinar alguma coisa”. E sentámo-nos. E ele falou, durante muito mais de uma hora, tenho a certeza, até que a Senhora Melitta Mew, sua assistente pessoal, nos chamou para um agradável almoço. Penso que não guardei apontamentos escritos desta conversa, mas a lembrança ficou tão nítida comigo quanto o era quando deixei a sua casa no final daquele primeiro dia de visita. Karl Popper deu-me literalmente uma aula magistral sobre Winston Churchill e a tradição de liberdade entre os povos de língua inglesa.

Sumariamente, Popper disse que Winston Churchill tinha literalmente salvado a civilização ocidental. Que ele foi o único dirigente político, não só na Grã-Bretanha, mas em toda a Europa, a ter-se apercebido da simultânea ameaça de Hitler e do comunismo soviético, pelo menos dez anos antes de ambos terem invadido a Polónia e dado início à Segunda Guerra Mundial. E que Churchill tinha resistido a todo o tipo de acordos com Hitler porque sabia o que os outros não conseguiam entender: que a civilização europeia e ocidental assenta na liberdade e não pode sobreviver sem liberdade. Que Churchill tinha resistido a várias propostas para estabelecer uma paz em separado com Hitler, e que estas teriam sido inteiramente plausíveis, especialmente porque a Grã-Bretanha estava em grande desvantagem militar em relação à Alemanha nazi. Mas também porque uma ditadura nazi sobre a Europa poderia ter-se tornado irresistível para a maioria das pessoas no continente, a começar pelos judeus, claro, e muitos dissidentes políticos, que estavam a ser sistematicamente assassinados. E depois — lembro-me de Karl Popper me ter perguntado literalmente, com grande intensidade — o que é que teria acontecido à civilização

européia se Hitler tivesse prevalecido? E respondeu, enquanto eu me mantinha em silêncio total: teria sido destruída, a nossa civilização, que nasceu em Atenas e sempre assentou na liberdade, teria sido destruída. Vê, aqui tem a resposta para a sua pergunta. Porque é que eu tenho tantos livros sobre Churchill? Porque ele nos salvou.

Isto já era para mim uma lição completa. Mas não ficou por ali. Popper continuou a falar sobre as condições que permitiram que Churchill mobilizasse o seu país, o Império Britânico e por último até os Estados Unidos da América para uma guerra contra Hitler e, depois disso, também uma “guerra fria” contra Estaline. E depois disse algo que se tornou decisivo para a minha vida futura, não apenas a minha vida intelectual. Ele disse que havia algo de singular na cultura política dos povos de língua inglesa: tinham um amor profundo pela liberdade, em conjunto com um forte sentido de dever. “É um mistério”, lembro-me de ele ter dito, “podemos chamar-lhe o mistério inglês, ou o mistério britânico. Talvez seja esta ideia britânica do *gentleman*, alguém que não se leva demasiado a sério, mas que está preparado para levar muito a sério os seus deveres, especialmente quando a maioria à sua volta só fala dos seus direitos.” (Por várias vezes, mais tarde, voltaria a repetir esta definição de cavalheirismo). Lembro-me de Popper ter acrescentado algo sobre a visão incorrecta de que o cavalheirismo era um conceito elitista porque ser cavalheiro também implica sentir simpatia pelo excêntrico e pelo “underdog” (uma expressão que na altura ainda não conhecia e que ele me explicou).

Finalmente, Karl Popper disse-me que, se eu quisesse levar a sério o meu projecto de investigação sobre a sua filosofia política, deveria ir estudar para Inglaterra. Só vivendo em Inglaterra, ou também na América, é que poderia entender a especificidade da tradição anglo-americana de liberdade, um pilar crucial da civilização de liberdade ocidental e europeia que ele tinha tentado defender na sua filosofia política.

Esta conversa mudou literalmente a minha vida. De volta a Lisboa, falei com a minha mulher e ela concordou que eu deveria deixar a posição relativamente confortável que tinha em Lisboa — como consultor político do Presidente Mário Soares — e concorrer a um programa de doutoramento numa universidade britânica. Resolvi então escrever a Ralf Dahrendorf, Reitor do St. Antony’s College, em Oxford, que tinha sido aluno de Karl Popper na LSE, do qual mais tarde foi

Reitor. O Professor Dahrendorf entrevistou-me em Oxford e amavelmente aceitou ser meu orientador. Em Agosto de 1990 comecei os meus estudos na Grã-Bretanha, tal como Karl Popper me tinha dito para fazer, tendo completado o meu DPhil em Oxford em Julho de 1994, tendo depois seguido para a América para ensinar, mais uma vez persuadido por Popper, e agora também por Dahrendorf, em 1994–1996 (nas Universidades de Brown e Stanford, e mais tarde em Georgetown).

### **A ESTRUTURA DO LIVRO: EM BUSCA DO “MISTÉRIO BRITÂNICO”**

Este livro representa por isso basicamente um esforço para reflectir sobre a conversa inicial que tive com Karl Popper sobre Winston Churchill e a cultura política dos povos de língua inglesa, em 1988. Desde então, já se passaram quase trinta anos, nunca esqueci essa conversa. O estudo sob a orientação de Dahrendorf, acompanhado de visitas frequentes a Popper, reforçou a minha curiosidade pela especificidade da tradição política dos povos de língua inglesa, que Dahrendorf, enquanto alemão e britânico, também tanto admirava. Sob as suas orientações, e também por conta própria, comecei a procurar os livros e os autores que melhor pudessem contribuir para a compreensão da tradição de liberdade anglo-americana. Fi-lo estudando e ensinando — a melhor forma de aprender, como costumava dizer Raymond Aron — sobretudo ensinando no Instituto de Estudos Políticos na Universidade Católica Portuguesa, que fundei em 1996 com Mário Pinto e Manuel Braga da Cruz. Tenho tido o privilégio de encontrar muitos alunos, muitos deles agora meus colegas, que partilharam a minha curiosidade pelo mundo anglo-americano.

A estrutura deste livro reflecte a longa viagem de exploração intelectual que levei a cabo desde 1988. Versa principalmente sobre autores influentes que, na minha opinião, contribuíram para moldar ou para compreender a tradição política dos povos de língua inglesa. É apenas na última secção, a Parte Cinco, que tento articular a minha própria compreensão da especificidade daquela tradição política, com base nas contribuições desses autores e nas minhas próprias reflexões sobre essas contribuições.

A Primeira Parte abre com um capítulo sobre Karl Popper, que teve uma enorme influência na minha vida intelectual e pessoal. Popper nasceu em Viena

de Áustria, em 1902, e exilou-se na Nova Zelândia mesmo antes do *Anschluss*, em 1938. Da Nova Zelândia partiu para Londres e a London School of Economics (LSE) pouco depois da guerra, em 1946, e viveu em Inglaterra até à morte, em 1994, tendo adoptado a nacionalidade britânica e obtido o título de *Sir* na década de 1960. Ralf Dahrendorf, o tema do capítulo seguinte, teve uma biografia de certo modo semelhante. Nascido na Alemanha, em 1929, foi feito prisioneiro num campo nazi quando era jovem estudante. Depois da guerra estudou em Inglaterra na LSE, onde foi aluno de Popper, e regressou à Alemanha, onde teve uma carreira política distinta. Mas regressou a Inglaterra nos anos 1970 como Director da LSE, obteve o título de *Sir* e, na década de 1990, tornou-se par da Câmara dos Lordes até à morte em 2009. O Terceiro Capítulo é dedicado a Raymond Plant, também um académico distinto e Par da Câmara dos Lordes, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de um pensamento social-democrático britânico, não-marxista e até anti-marxista, com fortes raízes cristãs. O Capítulo Quatro, capítulo conclusivo da Parte I, alude ao trabalho de Gertrude Himmelfarb, uma eminente historiadora americana e do seu falecido marido, o famoso intelectual americano Irving Kristol, muitas vezes apresentado como padrinho do “neoconservadorismo”. Tive o privilégio de conhecer de perto os autores mencionados nesta Primeira Parte. Escusado será dizer, no entanto, que nenhum deles é ou foi responsável pelas opiniões pessoais (incluindo as minhas próprias opiniões sobre o seu pensamento) que apresento neste livro.

A Segunda Parte fala de cinco autores que apelido de “Guerreiros Frios” (Cold Warriors): Raymond Aron, Isaiah Berlin (1909–1997), Friedrich A. Hayek (1899–1992), Michael Oakeshott (1901–1990) e Leo Strauss (1898–1973). (A ordem tem apenas um significado pessoal: representa a ordem pela qual conheci e estudei estes autores.) Todos tinham temperamentos políticos diferentes, mas também tinham, pelo menos, um ponto em comum: a defesa da democracia liberal era central aos seus trabalhos e, em muitos casos, às suas vidas. Escreveram durante um período do século XX em que a democracia liberal passou pelos seus momentos mais difíceis, primeiro durante a Segunda Guerra Mundial contra o nazismo alemão, e mais tarde, durante a Guerra Fria contra o comunismo soviético. À excepção de Michael Oakeshott, que nasceu na Grã-Bretanha, e que prestou mesmo serviço no exército britânico durante a guerra, todos estes pensadores abandonaram os seus países de origem e procuraram refúgio em países

democráticos: Leo Strauss nos Estados Unidos, Raymond Aron, Friedrich Hayek e Isaiah Berlin na Grã-Bretanha. Raymond Aron regressou à sua França natal depois da guerra. Leo Strauss tornou-se cidadão americano. Hayek e Berlin adotaram a cidadania britânica, tendo Berlin recebido mais tarde o título de *Sir*.

A Terceira Parte é dedicada a três pensadores que são bem conhecidos na “Anglo-América”, mas que são quase desconhecidos, para não mencionar pouco estudados, na Europa continental: Alexis de Tocqueville (1805–1859), James Madison — cujas opiniões apresento em contraste com as de Rousseau — e Edmund Burke. “Liberdade ordeira” parece ser um rótulo apropriado para estes três grandes homens.

“Pura e simplesmente um grande homem” poderia ter sido o título da Quarta Parte, unicamente dedicado a Winston Churchill. Pensei que, ao criar uma secção só para Churchill, prestaria uma homenagem mais vívida à minha conversa com Karl Popper sobre cavalheirismo e a tradição de liberdade anglo-americana que Churchill personificou e defendeu ardentemente.

### O “MISTÉRIO BRITÂNICO” DE KARL POPPER REDESCOBERTO E REDEFINIDO

Uma característica surpreendente da lista de autores que apresentei é certamente a variedade dos seus temperamentos políticos. Michael Oakeshott, por exemplo, defendia aquilo a que chamava de “uma disposição conservadora”, ao passo que Friedrich A. Hayek acrescentou um posfácio, que se tornou famoso, à sua obra-prima, *The Constitution of Liberty* (1960) intitulado “Por que não sou conservador”. Ralf Dahrendorf e Isaiah Berlin, por outro lado, foram muitas vezes descritos como liberais do centro-esquerda, ao passo que Gertrude Himmelfarb e Irving Kristol estão manifestamente associados ao neo-conservadorismo. Raymond Plant, por sua vez, é um conhecido teórico político filiado no Partido Trabalhista.

Esta variedade pode parecer peculiar. E é certamente peculiar, gostaria de argumentar, à tradição anglo-americana de liberdade. Esta tradição não é monopólio de uma única tendência ou família política. Cresceu entre famílias políticas diferentes e distinguiu essas famílias das suas homólogas no continente europeu.



Poder-se-á talvez dizer que a esquerda na tradição anglo-americana é mais conservadora do que a esquerda no continente europeu e que a direita na tradição anglo-americana é mais liberal do que a sua homóloga no Continente. Isto é, no entanto, uma versão muito simplificada de um fenómeno complexo que tem vindo a amadurecer ao longo de, pelo menos, os últimos três séculos e constitui uma das principais características diferenciadoras do Mistério-Britânico e da tradição política anglo-americana.

Na realidade, quando comecei a estudar o “Mistério Britânico” de Popper, cedo descobri que não se tratava de um tema recente, mas sim, bastante antigo, que tinha capturado a imaginação de várias gerações de anglófilos na Europa, pelo menos desde a Revolução Gloriosa de 1688 e ainda mais depois da Revolução Francesa de 1789.<sup>1</sup> O “Mistério Britânico” de Popper foi de facto formulado de formas diferentes pelos admiradores continentais da liberdade ordeira inglesa.

Poder-se-ia dizer que, antes da Revolução Francesa, a maioria dos admiradores da liberdade inglesa situava-se sobretudo naquilo a que hoje poderíamos chamar de centro-esquerda, ou na tendência progressista da política europeia daquele tempo. Estes admiradores eram basicamente contra o absolutismo e aspiravam à liberdade. Por isso eram a favor da mudança, mesmo pela revolução, caso a reforma se mostrasse impossível ou implausível. Isto explica porque é que quase todos os admiradores da liberdade inglesa foram inicialmente a favor da Revolução Francesa de 1789, que pensavam ser a expressão continental das mesmas ideias de liberdade que tinham inspirado a Revolução Gloriosa de 1688 e a Revolução Americana de 1776.

No entanto, a desilusão não tardou a ocorrer, à medida que o processo de radicalização conduziu à crescente exclusão dos moderados, até ao “Reino de terror e virtude” de Robespierre. Este processo tinha, na realidade, sido antecipado por Edmund Burke em Inglaterra. Burke foi um dirigente Whig, ele próprio

---

<sup>1</sup> Em *Anglomania: A European Love Affair* (New York: Random House, 1998), Ian Buruma dá-nos um excelente resumo, interessante e informativo, do impacto que a tradição anglo-americana (sobretudo inglesa, neste caso) teve em várias gerações de anglófilos na Europa. Por outro lado, James W. Ceaser dá-nos um excelente resumo da reacção na Europa contra a tradição anglo-americana (sobretudo americana, neste caso) na sua excelente obra *Reconstructing America: The Symbol of America in Modern Thought* (New Haven & Londres: Yale University Press, 1997).

defensor acérrimo dos princípios constitucionais das revoluções de 1688 e 1776, e surpreendeu os seus amigos Whig quando lançou um ataque implacável contra a Revolução Francesa, acusando-a de despotismo. Burke tornou-se então um símbolo para os amigos da liberdade inglesa no continente. Também eles tinham sido Whigs, por assim dizer, antes da Revolução Francesa, mas evoluíram gradualmente para uma posição mais conservadora quando viram que a liberdade estava a ser atacada pela esquerda. Os conservadores burkeanos no continente, por outro lado, mantiveram-se sempre desconfiados dos conservadores continentais que estavam contra a Revolução Francesa apenas porque favoreciam o Antigo Regime. Sendo conservadores burkeanos, só poderiam estar contra todas as formas de despotismo, independentemente desse despotismo vir da esquerda ou da direita.

Winston Churchill, a propósito, foi mais tarde representante deste temperamento burkeano e do seu impacto no continente. Começou a sua carreira política como deputado Conservador, transferindo a sua filiação política para os Liberais, em 1904, regressando aos Conservadores vinte anos mais tarde, em 1924. No entanto, em Maio de 1940, quando foi eleito Primeiro-Ministro, foi aplaudido na Câmara dos Comuns sobretudo pelos Trabalhistas e pelos Liberais, não tanto pelos seus colegas Tory. Ainda hoje, os conservadores no continente acham que ele foi demasiado liberal, ao passo que a esquerda continental o considera demasiado conservador.

Este fenómeno criou um temperamento político duradouro, apesar de minoritário, na cultura política europeia, tendo tido vários rótulos: os liberais pró-britânicos, os conservadores pró-britânicos, os sociais-democratas pró-britânicos, os centristas, os anglófilos, a escola inglesa, os pró-americanos, etc. É de facto mais um temperamento do que uma tendência política ou programa e inclui inclinações diferentes: alguns mais ao centro-esquerda, outros mais ao centro-direita. O seu principal compromisso tem sido para com a Liberdade, Liberdade ordeira e moderada, e são elas que melhor personificam o “Mistério Britânico” de Karl Popper.

Uma das muitas versões deste “Mistério Britânico”, e uma que acabei por considerar uma das mais perspicazes, foi articulada por Anthony Quinton. Num capítulo sobre filosofia política, que escreveu para *The Oxford Illustrated History of Western Philosophy*, Lord Quinton afirmou que “o efeito da importação das doutrinas de Locke para França foi como ingerir álcool com o estômago vazio.” Na Grã-Bretanha, acrescentou Anthony Quinton, os princípios de Locke

“serviram para confirmar uma revolução largamente conservadora contra a inovação absolutista,” ao passo que em França a importação das ideias de Locke conduziram ao radicalismo da revolução francesa. Porque é que isto foi assim?<sup>2</sup>

A eminente historiadora americana Gertrude Himmelfarb expressou o mesmo problema de forma um pouco diferente. Relembrando o trabalho de outro famoso representante francês da escola inglesa no continente, Elie Halévy, Himmelfarb disse:

*“O verdadeiro ‘milagre da Inglaterra moderna’ (a famosa expressão de Halévy) não está em ter sido poupada à revolução, mas em ter assimilado tantas revoluções — industrial, económica, social, política, cultural — sem recorrer à Revolução.”<sup>3</sup>*

Não tenho a pretensão de ter uma resposta para a pergunta de Lord Quinton sobre o impacto das ideias de Locke para além do canal da Mancha. Nem tenho a pretensão de ter uma explicação para o “milagre da Inglaterra moderna” de Halévy e Himmelfarb — e podemos talvez questionar-nos se haverá uma única resposta para estes problemas. Mas gostaria de afirmar que todas são versões do “Mistério Britânico” de Karl Popper, sobre o qual ele me falou de forma tão comovente naquele dia de 1988. Talvez tenha sido também esse “Mistério Britânico”, ou “Milagre Inglês”, que Winston Churchill tinha em mente quando decidiu — tão persistentemente, ao longo de 25 anos — escrever a obra de quatro volumes sobre *A History of the English-Speaking Peoples*. São estas as questões centrais deste livro.

### GOVERNO LIVRE E RESPONSÁVEL: NO CERNE DO MISTÉRIO BRITÂNICO

Como expliquei anteriormente, este livro dedica quatro das suas cinco partes à apresentação de vários (catorze, na realidade) autores eminentes que acho que representam aspectos do Mistério Inglês. No entanto, só apresentarei na Quinta Parte a

---

<sup>2</sup> Quinton, A., “Political Philosophy”, Anthony Kenny (ed.), *The Oxford Illustrated History of Western Philosophy*, Oxford, Oxford University Press, p. 327, 1994.

<sup>3</sup> Himmelfarb, G., *Victorian Minds: A study of intellectuals in crisis and ideologies in transition*, Chicago, Ivan R. Dee, (ed. Or: Knopf, 1968)], p. 292, 1995.

minha proposta geral para lidar com o problema inicial do Mistério Inglês de Karl Popper. Regressarei depois à questão de Anthony Quinton sobre as razões que levaram a importação das doutrinas de Locke para França a produzir um efeito “como o de ingerir álcool com o estômago vazio”. Irei em seguida explorar os pensamentos dos autores previamente mencionados, de forma a sugerir alguns ingredientes da especificidade anglo-americana — numa perspectiva europeia, que é a minha.

A minha proposta pode ser resumida da seguinte forma: os princípios de Locke “serviram para apoiar uma revolução largamente conservadora na Grã-Bretanha” (e, na minha opinião, em grande medida, também na América) pois esses princípios foram associados a, e entendidos numa tradição de Governo limitado que presta contas ao Parlamento. Esta tradição existia muito antes de Locke, pelo menos desde a Magna Carta de 1215, não necessitando por isso de ser deduzida dos princípios filosóficos primeiros de Locke — ou mesmo de quaisquer outros princípios filosóficos primeiros. Isto significa que, por outro lado, a tradição de governo limitado que presta contas ao Parlamento pode ser compatível com vários — mas não todos, certamente — princípios filosóficos primeiros. O princípio de governo limitado que presta contas ao Parlamento apareceu em Inglaterra através de um longo processo de “desenvencilhamento” (*muddling through*), do qual a Magna Carta de 1215 e a Revolução (Gloriosa) de 1688 são exemplos muito elucidativos. Por esta razão, o governo responsável e limitado não foi uma invenção moderna, não foi uma ruptura com experiência e evolução passada, e por isso, não foi resultado de nenhuma mente filosófica isolada nem de nenhum projecto “modernizador” específico. Não foi produto de um único projecto ou modelo político (*blueprint*), nem mesmo filosófico, como teria dito Karl Popper. Por outras palavras, o princípio do governo limitado que presta contas ao Parlamento é um princípio que, entre os povos de língua inglesa, tem alicerces filosóficos pluralistas, como teria dito Isaiah Berlin, e um longo pedigree que é muito anterior à modernidade ou à democracia moderna.

O conceito de governo limitado que presta contas ao Parlamento tem tido consequências enormes, não apesar deste antecedente filosófico imperfeito, mas precisamente por causa dele. Permitiu que a Grã-Bretanha “assimilasse tantas revoluções sem recorrer à Revolução”, de acordo com a famosa expressão de Elie Halevy parafraseada por Gertrude Himmelfarb. Esse mesmo princípio teve um impacto enorme na percepção da democracia, ou do governo popular ou

auto-governo (*popular government, self-government*) entre os povos de língua inglesa. O governo popular, quando percebido no âmbito da tradição do governo limitado que presta contas ao Parlamento, é ele próprio entendido como um limite ao Governo ou ao poder do Estado — um ponto que foi acentuado tanto por Edmund Burke como por *The Federalist Papers*. A moderna democracia liberal é assim percebida como um sistema de governo responsável e limitado (em que o direito de voto se expandiu gradualmente até se tornar universal) cujo objectivo principal é a protecção de modos de vida realmente existentes e pacíficos — a protecção da vida, da liberdade e da busca da felicidade, nas palavras famosas da Declaração de Independência Americana. Por outras palavras, o governo popular não é percebido, entre os povos de língua inglesa, como sendo uma substituição de um governo *absolutista e reaccionário* de *um* ou de *uns poucos* por um governo *absolutista e progressista* da *maioria*. Como sublinhou Karl Popper, o governo popular na tradição anglo-americana é sobretudo acerca de como mudar de governo sem derramamento de sangue, acerca de como evitar a tirania, e não acerca de quem deve governar ou sobre conceder poderes ilimitados a um governo pretensamente bom em nome do povo, ou da “vontade geral”, ou em nome de um projecto de uma sociedade perfeita.

Na Europa continental, pelo contrário, a democracia liberal tem sido muitas vezes apresentada como expressão política de um projecto racionalista, um modelo (*blueprint*) para uma sociedade radicalmente nova, na tradição do que Popper, Hayek, Berlin e Dahrendorf apelidaram de racionalismo dogmático, e a que Oakeshott apenas chamou de racionalismo, ou política da fé, por oposição ao cepticismo ou política da imperfeição. Por outras palavras, enquanto na Grã-Bretanha e na América a democracia liberal emergiu como uma protecção dos modos de vida existentes, na Europa continental a democracia associa-se — tanto na visão dos seus críticos como na de muitos dos seus promotores — a um projecto político que pretende mudar os modos de vida existentes. Este projecto pode ter vários objectivos — secularização, modernização, igualdade, neutralidade moral, etc. — mas a sua principal característica é uma atitude adversarial para com os modos de vida existentes. Em resumo, esta atitude adversarial brota sobretudo do facto de estes modos de vida já serem existentes, de se basearem no hábito, ou na tradição, ou na conveniência, ou em afectos específicos, como

explicou Michael Oakeshott. Numa palavra, não foram projectados, ou desenhados, pela “Razão”. (Sendo assim, a questão não é se os objectivos específicos promovidos pelo modelo racionalista no continente são desejáveis ou indesejáveis. Esta questão, incidentalmente, é tratada nas democracias liberais anglo-americanas através da concorrência eleitoral entre os partidos rivais, e não através de automeados intérpretes do “modelo” da democracia.).

O ensaio de Michael Oakeshott “Racionalismo em Política” contém, na minha opinião, uma das descrições e críticas mais poderosas do espírito da política continental. Gostaria, no entanto, neste ponto introdutório da minha argumentação, de referir brevemente duas consequências políticas práticas da diferença entre a tradição anglo-americana e a europeia continental.

*Em primeiro lugar*, na Grã-Bretanha e na América, um compromisso político com a democracia não implica uma uniformidade de opiniões em questões de filosofia, moral ou políticas públicas: opiniões rivais concorrem umas contra as outras, tanto entre as elites como entre o povo; esta concorrência, incidentalmente, é grandemente encorajada pelos sistemas eleitorais que não são completamente dependentes das listas dos partidos, como Karl Popper nunca se cansou de repetir. Na Europa continental, pelo contrário, um monopólio elitista e uma uniformidade elitista tendem a ser fomentados por uma compreensão enganadora de democracia e por sistemas eleitorais que se baseiam em estruturas partidárias. Esta situação tende a criar um fosso entre as elites políticas e os seus eleitores: as primeiras têm tendência a ignorar os interesses dos seus eleitores, ao passo que os segundos normalmente se desinteressam cada vez mais dos seus representantes. Entre os riscos sérios que esta situação constitui para democracia liberal, dois devem ser mencionados: o *vanguardismo* (ou o “despotismo da inovação”, como teria dito Burke) por parte das elites, e a propensão de seguir demagogos populistas e antidemocráticos por parte de sectores significativos do eleitorado.

*Em segundo lugar*, a atmosfera moral das democracias europeias tem tido a tendência e continuará a tê-la, periodicamente, de seguir o relativismo moral e epistemológico. Os democratas europeus têm tido e continuarão a ter uma enorme dificuldade em contrariar o relativismo. Isto pode ser explicado da seguinte forma: o relativismo é produto inevitável do racionalismo dogmático moderno, que as elites europeias tendem a associar à democracia. O racionalismo

dogmático reproduz-se a si próprio, e vai ficando cada vez mais excessivo, quando fica desligado do bom senso e do cidadão comum. A interacção entre uma compreensão racionalista da democracia e sistemas eleitorais que desligam as elites dos seus eleitores fomenta inevitavelmente sonhos racionalistas mais excessivos e uma atmosfera relativista mais excessiva. Uma vez que na Europa continental a democracia é muitas vezes entendida como expressão de um projecto racionalista (dogmático), e uma vez que o racionalismo dogmático conduz ao relativismo, os democratas não relativistas na Europa lutam para encontrar uma plataforma democrática contra o relativismo. Este esforço é, e continuará a ser, infrutífero enquanto os democratas não relativistas procurarem uma plataforma no interior do, ou aceitável pelo, racionalismo dogmático.

O problema resultante é que o relativismo destrói os recursos morais e intelectuais necessários para se poder entender por que é que a democracia liberal é melhor do que as alternativas. Por outras palavras, o relativismo possui uma certeza global: de que nada pode ser estabelecido sobre moral e *moeurs*, para não mencionar dever e honra, e, hoje em dia, até mesmo sobre conhecimento científico. No final, até a liberdade e a democracia liberal passam a ser apenas mais uma “narrativa”. Se tudo é resultado de uma vontade arbitrária, por que é que a democracia liberal deve então ser entendida como melhor do que os seus inimigos?

## O ESPÍRITO DA LIBERDADE

Esta pergunta foi respondida no século XX por “pura e simplesmente um grande homem”: Winston Churchill. Como argumento na Quarta Parte, não penso que a principal questão que levou Churchill a opor-se ao comunismo e ao nazismo tenha sido, em primeiro lugar, uma questão de doutrina ideológica. Churchill não recorreu a uma ideologia rival sistemática contra o comunismo e o nazismo. O que o chocou foi precisamente a ambição revolucionária, tanto do nazismo como do comunismo, de reorganizarem a vida social a partir do Estado, impondo aos modos de vida existentes um plano dedutivo baseado numa ideologia total, um esquema de perfeição. No cabo Hitler, no anterior socialista Mussolini, e nos ideólogos comunistas Lenine e Estaline, o aristocrata Winston Churchill viu o fanatismo grosseiro daqueles que queriam destruir todas as



barreiras que se opunham ao livre exercício da sua vontade: as barreiras do Governo Constitucional, da religião judaico-cristã, do cavalheirismo, das liberdades cívicas, políticas e económicas, da propriedade privada, da família, e de outras instituições civis descentralizadas.

Winston Churchill, permito-me afirmar, entendeu a liberdade e a democracia sobretudo como uma protecção dos modos de vida espontâneos e reais das pessoas. Estes modos de vida existem como lares de pessoas reais, que os herdaram dos seus antepassados e os transferirão aos seus descendentes. Neste diálogo espontâneo entre gerações, estes modos de vida são gradualmente adaptados e transformados de modo a serem mais convenientes às novas circunstâncias. Mas não podem, nem devem, de modo algum, ser redesenhados pela vontade arbitrária, ou por um esquema abstracto de perfeição, de um único poder. As pessoas, enquanto indivíduos, existem primeiro, antes dos governos, sendo o objectivo destes últimos a protecção da vida, da liberdade, e da propriedade de todos. Este entendimento de liberdade e de democracia foi apresentado por Winston Churchill em inúmeras ocasiões. Uma das mais inspiradoras foi sem dúvida a sua descrição das opiniões políticas do seu pai:

*“Ele [Lord Randolph Churchill] não viu nenhuma razão por que as velhas glórias da Igreja e do Estado não pudessem ser reconciliadas com a democracia moderna; ou por que as massas do povo trabalhador não se pudessem tornar nos principais defensores dessas antigas instituições através das quais as suas liberdades e o seu progresso tinham sido alcançados. É esta união entre o passado e o presente, entre a tradição e o progresso, esta corrente de ouro [golden chain], até agora nunca quebrada, uma vez que nenhum esforço indevido lhe foi imposto, que tem constituído o mérito singular e a qualidade soberana da vida nacional inglesa.”<sup>4</sup>*

Neste sentido, Winston Churchill foi basicamente um intérprete e herdeiro do que o historiador A. L. Rowse chamou de “o espírito inglês”. Rowse argumentou que “os observadores mais favoráveis e, por isso, mais penetrantes do espírito inglês foram americanos — estavam suficientemente perto para saber, e suficientemente fora para ver: Washington Irving, Nathaniel Hawthorne, Henry Adams,

---

<sup>4</sup> Churchill, W. S., *Thoughts and Adventures*, Londres, Thornton Butterworth, Ltd., p. 52, 1934.



Henry James — e no nosso tempo, o mais filosófico e reflexivo de todos, George Santayana”. A característica distintiva deste espírito inglês é a ausência de “angst” ou “ennui”:

*“No cerne do espírito inglês está a felicidade, uma fonte profunda de contentamento com a vida, que explica o desejo mais profundo do inglês, o de que o deixem sozinho, e o de deixar os outros entregues a si mesmos desde que não perturbem a sua tranquilidade.”<sup>5</sup>*

Como expuseram Bagehot e Oakeshott, trata-se de uma disposição para desfrutar (*a disposition to enjoy*), um sentimento interior de felicidade, da celebração da vida e do privilégio de poder desfrutar de um modo de vida que é de cada um, que lhe é familiar, que não lhe foi imposto do exterior. É um temperamento de cepticismo em relação às aventuras políticas, modas intelectuais, esquemas de perfeição, e em relação a qualquer gênero de especialista que alegue saber melhor como é que se deve organizar a nossa educação, a nossa cultura e a nossa vida espiritual. Numa palavra, trata-se de uma política de imperfeição que intencionalmente não confia em esquemas de perfeição, e que emerge de uma disposição para usufruir a liberdade — e, por esse motivo, para a defender a todo o custo se e quando ela estiver ameaçada.

## A TRADIÇÃO DE LIBERDADE

Resumindo, o propósito deste livro é o de apresentar uma argumentação intelectual para a democracia liberal. Pretende sustentar que se pode encontrar uma boa argumentação fora do contexto do racionalismo dogmático e do seu homólogo, o relativismo. E pretende também sustentar que é possível fazê-lo e que já foi feito pela tradição anglo-americana de liberdade sob a lei.

Neste sentido, espero que este livro possa contribuir para contrariar o clima de suspeição e hostilidade contra os chamados anglo-saxões, um clima tão frequente em muitos círculos da Europa continental. Mas não é minha intenção fomentar

---

<sup>5</sup> Rowse, A. L., *The English Spirit: Essays in History and Literature*, Londres, Macmillan, p. 36, 1945.

uma espécie de clima oposto de anti-europeísmo. Vale a pena lembrar o que disse Winston Churchill no início da sua *A History of the English-Speaking Peoples*:

*“Todas as nações, ou grupo de nações, têm a sua história para contar. É necessário, para aqueles que compreendem os problemas, perigos, desafios e oportunidades com que hoje nos confrontamos, ter conhecimento das adversidades e dos esforços. Não tem como objectivo instigar um novo espírito de supremacia, ou criar um clima no estudo da história que favoreça a ambição nacional em detrimento da paz mundial.”*<sup>6</sup>

Além disso, gostaria de lembrar que, entre os catorze autores estudados e elogiados neste livro, sete deles não são originalmente britânicos ou americanos, mas europeus continentais. Há dois franceses (Aron e Tocqueville), dois alemães (Strauss e Dahrendorf), dois austríacos (Popper e Hayek) e um letão (Berlin). Ao elogiar e tentar compreender a tradição de liberdade anglo-americana, espero contribuir para um melhor entendimento da tradição de liberdade — uma tradição que pertence a todos os que prezam a liberdade. Para resumir, partilho a opinião de Timothy Garton Ash que tem chamado a atenção para a importância da unidade e da diversidade nesta unidade, do Ocidente, a que ele correctamente prefere chamar de Mundo Livre<sup>7</sup>. Uma das principais convicções deste livro é a de que a tradição de liberdade anglo-americana é um dos principais pilares do nosso Mundo Livre.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 6 DE JUNHO DE 2016)

<sup>6</sup> Churchill, W. S., *A History of the English-Speaking Peoples*, Nova Iorque Barnes & Noble, (Or. Ed., 1956), pp. XIX-XX, 1993.

<sup>7</sup> Ash, T. G., *Free World: Why a crisis of the West reveals the opportunity of our time*, Londres, Allen lane, 2004.

\*A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

## **Ingresso como académico correspondente na Academia das Ciências**

JOSÉ-MARTINHO MONTERO SANTALHA

Agradeço com profunda emoção à Academia das Ciências a honra que me faz nomeando-me Académico Correspondente da Galiza, junto com os meus colegas Isaac Alonso Estraviz e Ângelo Cristóvão.

Bem compreendo que na base desta decisão está o facto de sermos os três, respetivamente, presidente, vice-presidente e secretário da Academia Galega da Língua Portuguesa neste primeiro período de oito anos que agora se cumpre. Desta maneira honra-se a nossa jovem Academia, por parte da mais antiga e venerável das academias congéneres dentro da Lusofonia. Nos nomes dos três estão, pois, também representados todos os outros 29 académicos, mulheres e homens, que conformam a nossa Academia — e alguns deles, por sinal, teriam bem mais merecimentos do que eu para receber na sua pessoa o título de Académico Correspondente.

### **A ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA (AGLP)**

A Academia Galega da Língua Portuguesa cumpre os seus primeiros oito anos de vida. Constituiu-se no ano 2008 em Santiago de Compostela. No seu primeiro ano tivemos a honra de participar nesta mesma sede de uma sessão interacadémica, em que deu à Academia Galega a ocasião, por assim dizer, de “apresentar-se em sociedade”, e pudemos, já então, agradecer o acolhimento tão cordial das outras duas Academias congéneres, a portuguesa e a brasileira, como a uma irmã mais nova que começava a andar os seus primeiros passos, quase sem outros méritos que a esperança que a movia e a sua entrega à causa da língua comum.

Com oito anos de vida, a Academia Galega encontra-se ainda na sua etapa infantil. Mas, dentro da nossa modéstia de meios, algo levamos feito nestes anos.

Para além de alguns resultados de natureza mais prática e tangível, cremos poder dizer que neste tempo a nossa Academia foi ganhando prestígio e respeito na sociedade galega e no mundo lusófono. Porém, talvez o mais importante de tudo, é que previvem nela o generoso entusiasmo que lhe deu origem e a inspiração que lhe deu forma...

Surgida da iniciativa privada, com expressa e firme confissão de independência política, a Academia Galega quer ser uma instituição científica e cultural, que tem como fins fundamentais o estudo e a promoção da língua da Galiza, entendida como uma modalidade do idioma que no mundo se conhece como “língua portuguesa”. E como às outras Academias, inspira-a o propósito de reger-se sempre pela atitude científica e pelo rigoroso amor à verdade.

Outros galegos precederam-nos já nesta honra de fazerem parte da Academia das Ciências como académicos correspondentes. Merecem ser lembrados, especialmente neste momento, por terem dedicado as suas vidas ao estudo da língua que aqui nos congrega, dois ilustres professores: Ricardo Carvalho Calero e Ernesto Guerra da Cal.

Resulta-nos particularmente emotivo a lembrança do professor Carvalho Calero, porque dele procede a ideia de criar uma Academia Galega da Língua Portuguesa. Ele foi o primeiro que, já na década dos oitenta do passado século, formulou a necessidade de constituir uma Academia Galega que, tanto na sua concepção como na sua prática, mantivesse de maneira explícita e inequívoca a unidade linguística da Galiza com os outros países de língua portuguesa.

### A GALIZA, UM PAÍS LUSÓFONO

Tanto a presença destes professores como a dos três — e, na nossa, a de toda a Academia Galega da Língua Portuguesa — reafirma publicamente o carácter da Galiza como país lusófono, membro da comunidade de povos que falam português.

A Galiza é um país de língua portuguesa, um país lusófono: embora muitos dos demais lusófonos o ignorem, fala uma forma de português que os galegos denominam por vezes “galego” ou mesmo “língua galega”, e este factor linguístico é, ademais, o principal sinal de identidade colectiva da Galiza como povo

diferenciado dentro do Estado Espanhol, no qual se integra como comunidade autónoma, dotada de governo próprio e de amplas competências políticas em diversos campos.

Na sociedade galega existe um vigoroso movimento de irmandade e de simpatia com Portugal e com todo o mundo lusófono. Nos últimos anos, graças à maior facilidade de contactos, cresce constantemente entre os galegos a consciência de fazermos parte de uma comunidade unida pelo elemento mais íntimo de um povo, que é a sua língua. Entre os escritores galegos são cada vez mais os que, com plena consciência da sua pertença ao conjunto de literaturas lusófonas, adoptam a norma padrão da língua portuguesa; e algumas das suas obras estão a encontrar também eco entre os críticos e leitores de Portugal e do Brasil.

Apesar das dificuldades em que se debate ali a nossa língua por causa da competência da língua espanhola, a Galiza guarda ainda uma parte do mais autêntico tesouro do idioma, vivo, não só na sua tradição literária e popular, mas também na fala habitual e no cultivo escrito de muitos galegos.

Infelizmente, a maioria dos lusófonos nem sequer sabem que a Galiza é um país lusófono. Os próprios meios de comunicação lusófonos, mesmo os de Portugal, não costumam considerar os galegos como irmãos de língua, mas, simplesmente como “espanhóis”. Muitos portugueses que visitam a Galiza, vão ali como se fossem a qualquer outra região da Espanha, e para entenderem-se com os galegos esforçam-se por falar castelhano.

Algo similar, de resto, acontece também entre a gente comum da Galiza: embora todos sintam uma certa comunidade afectiva com Portugal, normalmente falarão castelhano tanto quando visitem Portugal como quando na própria Galiza se encontrem com visitantes lusófonos.

Ora, esta situação vem provocada pela falta de comunicação ao longo dos séculos e pela escassa informação no tempo presente. E deve-se certamente também a essa falta de informação que não seja mais intenso o interesse e o sentimento de solidariedade dos demais falantes de português para com a Galiza, se exceptuarmos uma minoria de estudiosos — felizmente crescente de ano em ano.

## O PORTUGUÊS DA GALIZA: UMA SITUAÇÃO PARADOXAL

A situação que apresenta a língua portuguesa na Galiza é paradoxal.

As causas que determinam a situação presente do português da Galiza compreendiam-se numa: a nossa história plurissecular de dependência com respeito à Espanha, que teve uma consequência no terreno linguístico: o espanhol, apesar de ser originariamente uma língua estrangeira no território galego, foi a única oficial da Galiza durante séculos e até há poucos anos; agora é co-oficial juntamente com o português da Galiza, mas segue ainda gozando, de facto, com muitas vantagens sobre a língua nativa.

Para os demais falantes do português é quicá difícil fazer-se uma ideia do que esta situação significa. Ajudar-lhes-á talvez a compreender o nosso caso imaginarem o que teria acontecido em Portugal se não conseguisse independizar-se da Espanha em 1640: a situação actual não seria muito diferente à da Galiza. O espanhol teria sido provavelmente a única língua oficial de Portugal durante estes séculos passados, como o foi na Galiza e, conseguintemente, a única língua de cultura; e o português, carente assim do apoio e do prestígio literário que lhe confere o uso público e oficial, ficaria relegado à fala informal da gente mais humilde e ao cultivo de uma minoria mais consciente (pois os círculos da administração, da política, da economia e da cultura oficial tenderiam, na sua maioria, a situar-se mais comodamente na órbita do poder, como quase sempre acontece).

Se em 1640 tivesse ocorrido aquela contingência histórica, Portugal encontrar-se-ia hoje num estado muito similar ao da Galiza (no aspecto que aqui nos ocupa: o linguístico). Ora, na Galiza, em realidade, essa situação vinha já de mais de um século antes.

Uma história tão longa explica a complexa situação linguística da Galiza, e que para muitos lusófonos se torne dificilmente compreensível. Fatores concretos de desorientação são fundamentalmente dois: por um lado, o predomínio linguístico espanhol (não só no uso falado, mas também no sistema ortográfico que se vem empregando mais comumente), e, por outro lado, nos últimos anos a tentativa, por parte dalguns galegos, de “independizar” do português a língua da Galiza, com a pretensão de fazer dela uma língua distinta.

Essa “língua galega independente” pretende construir-se exagerando as diferenças a respeito do português padrão, para isso lançando mão de elementos diversos: castelhanismos, diferencialismos forçados e artificiosidades várias.

Mas mesmo com todos esses disparates, essa imaginária “língua galega independente do português” não deixa de ser português: um português algo desvirtuado, mas português claramente.

Podemos tomar uma gramática galega dessa tendência e realizar, como amostra, um confronto entre qualquer capítulo dela com uma gramática do português comum.

Vejamos o artigo: formas do artigo definido nessa “língua galega independente do português”: *o, a, os, as*.

Agora os possessivos: *meu, minha, meus, minhas; teu, tua, teus, tuas; seu, sua, seus, suas; nosso, nossa, nossos, nossas; vosso, vossa, vossos, vossas; seu, sua, seus, suas*.

Passemos aos demonstrativos: *este, esta, isto, estes, estas; esse, essa, isso, esses, essas; aquele, aquela, aquilo, aqueles, aquelas*.

E poderíamos prosseguir assim...

Na verdade, à vista deste confronto, é para dizer que, se isso não é língua portuguesa, deve de haver aí um feitiço malévolo que a transfigura estranhamente...

É verdade que o sistema ortográfico empregado por essa tendência, adotado do castelhano, faz algo dessa transfiguração ou desfiguração; mas claro está que isso acontece unicamente na aparência superficial, pois a representação gráfica não modifica a realidade linguística que está debaixo dela. Por exemplo, o possessivo *miña*, pelo facto de ser escrito com a letra espanhola *ñ* não deixa ser a mesma palavra que quando é escrita com o dígrafo *nh*.

A verdade científica e objetiva para quem olhe a realidade sem preconceitos políticos é que a língua falada ao norte do rio Minho é, desde os tempos augurais dos trovadores, a mesma que se fala e se escreve para o Sul do Minho.

Naturalmente, o português da Galiza possui alguns traços caraterísticos. Sobretudo, apresenta um fonetismo caraterístico. Em alguns aspetos é conservador, noutros inovador.

O sistema vocálico é o mais conservador de toda a lusofonia. Mantém com admirável clareza e fidelidade o estado do vocalismo medieval, tal como o podemos descobrir na poesia trovadoresca e que está bem refletido na ortografia comum: assim, a distinção e identidade das vogais átonas (que nos permite, por

exemplo, distinguir bem entre *soar* e *suar*), ou a conservação dos ditongos *ei* e *ou* na sua identidade originária.

No sistema consonântico misturam-se traços conservadores e inovadores, alguns dos quais coincidem, no entanto, com a fala popular da área setentrional de Portugal.

Traço tradicional é a conservação da africada dento-palatal /t/ch/: *chamar*, *chorar*, também conservada tradicionalmente na zona norte de Portugal.

Traços inovadores são a confusão de vários pares de fonemas que a maioria dos lusófonos conservam bem distintos. Dentre estes fenómenos, talvez o mais comum é a confusão entre os fonemas bilabial /b/ *b* e lábio-dental /v/ *v*, confusão comum também na fala popular do Norte português.

Ademais, uma grande parte da Galiza possui um fonema algo perturbador: o som interdental // de *cedo* ou *fazer*, o que para os ouvidos portugueses nos aproxima do castelhano peninsular.

## A CONSCIÊNCIA DA UNIDADE LINGUÍSTICA

Apesar de todos os condicionalismos históricos que propiciavam o obscurecimento da unidade linguística galego-portuguesa, na cultura galega existiu sempre uma parte muito qualificada, e até maioritária, que mantinha a consciência da identidade lusófona da Galiza, em consonância, aliás, com o que afirmavam os grandes mestres da Filologia Românica: desde o Padre Feijoo no século XVIII, passando por grandes vultos da nossa cultura como Manuel Murguía, Castelao, Guerra da Cal ou Carvalho Calero, até aos dias de hoje, em que mantêm essa consciência muitos galegos, de todas as ideologias e de todas as classes sociais.

Felizmente, também no mundo lusófono não faltaram, nos tempos modernos, testemunhos da consciência de que a Galiza fazia parte da “casa comum” linguística.

Primeiramente, nos filólogos. Baste-nos lembrar, entre outros, os nomes de Leite de Vasconcelos, Lindley-Cintra ou Celso Cunha (para citarmos só pessoas falecidas), que incluíram, de pleno direito, o território galego na área de língua portuguesa, como uma forma mais de português.



Também no terreno literário as produções modernas dos escritores galegos foram consideradas repetidamente como parte das literaturas de língua portuguesa.

Já o fez Teófilo Braga, em 1877, incluindo vários poetas galegos contemporâneos, ao lado dos portugueses e brasileiros, na sua antologia de poetas em língua portuguesa que intitulou *Parnaso português moderno*.

Com alcance geral, Jacinto do Prado Coelho incluiu a literatura galega, em plano de igualdade junto com a portuguesa e a brasileira, no seu grande *Dicionário de Literatura*, fazendo notar a presença galega até no mesmo título da obra: *Dicionário de Literatura: Literatura portuguesa, Literatura brasileira, Literatura galega, Estilística literária*.

E é bem conhecida a longa entrega de Rodrigues Lapa à causa da cultura galega e à defesa da pertença do território galego ao mundo lusófono. O grande mestre não ficou só em afirmações teóricas, mas procurou reflectir a unidade linguística também na prática. Assim, na sua popular *Estilística da língua portuguesa* aduziu abundantes exemplos literários de autores galegos, considerando-os membros de pleno direito da literatura em português.

### AGRADECIMENTO E ESPERANÇA

Concluo agradecendo novamente este acolhimento da Academia das Ciências à voz da Galiza. Mais uma vez, nós, os galegos que têm como idioma materno o português sentimo-nos felizes de sermos fraternalmente acolhidos pelos nossos irmãos de língua no cálido lar da língua comum.

Desejamos e esperamos que no futuro esta irmandade continue e se robusteça cada vez mais com novos contactos e com novas colaborações. Alimentamos a esperança de que, sejam quais forem as circunstâncias político-culturais em que os nossos países se encontrarem, entre todos saibamos achar caminhos e instrumentos que permitam articular essa irmandade superior que é a língua, o que para a Galiza implicará uma participação plena e permanente na comunidade lusófona.

Muito obrigado.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO COLÓQUIO “A LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA”  
DE 14 DE JULHO DE 2016)



## **Valentim Paz-Andrade e a Academia Galega da Língua Portuguesa**

ÂNGELO CRISTÓVÃO

Valentim Paz-Andrade é lembrado essencialmente por duas facetas desenvolvidas ao longo da sua vida, a empresarial e a cultural. Foi um empreendedor, um promotor de ideias e projetos que tinham a sua base na Galiza e as relações bem assentes numa perspetiva internacional. Projetos empresariais que ele promoveu e liderou permanecem vivos e em desenvolvimento, com presença em vários continentes.

Paz-Andrade é um modelo do melhor passado de onde tirar inspiração e coragem para iniciativas que, num primeiro momento, podem parecer difíceis ou mesmo impossíveis. O nosso autor publicou o seu livro *Galicia como Tarea*, em Buenos Aires, em 1959. Nele analisou a potencialidade do seu país e os principais problemas aos que se defrontava na altura. A emigração e o seu impacto económico e demográfico, a dispersão rural e a concentração urbana, a necessidade da industrialização e mesmo as questões culturais e linguísticas tão atuais então como agora. Explicou as vantagens derivadas do facto de o galego fazer parte do diassistema linguístico do português e não deixou de criticar posições encerradas num isolacionismo improdutivo. Imaginou um futuro em que a variedade galega da nossa língua se situasse a par das outras já reconhecidas, as de Portugal e do Brasil, pela via de uma aproximação necessária. Como homem de empresa tinha também uma visão prática dos problemas, sendo consciente de que, para transitar dos planos à realidade, para a recuperação efetiva do galego como língua normal na Galiza, eram precisos uns passos determinados. Em coerência com o seu percurso intelectual, em 1986 aceitou ser Vice-Presidente da Comissão Galega do Acordo Ortográfico, entidade da sociedade civil presidida por Ernesto Guerra da Cal, que participou, em qualidade de observadora, nas reuniões conducentes ao Acordo Ortográfico do Rio de Janeiro, por convite da Academia Brasileira de Letras. Esta presença

galega continuou nas reuniões que conduziram ao Acordo de 1990, aqui, na Academia das Ciências de Lisboa, participando como “Delegação de Observadores da Galiza”. Paz-Andrade era consciente, portanto, da necessidade de decidir em comum a ortografia da nossa língua, deixando atrás a etapa das políticas unilaterais.

Durante a maior parte do século XX predominou nos ambientes intelectuais galegos a ideia de estar a falar a mesma língua portuguesa e não outra diferente. Infelizmente, até bem entrada a década de 60, os estudos filológicos estavam longe de atingir a intensidade desejada. Também carecíamos de um modelo de língua, um padrão escrito e oral bem estabelecido e aceite na comunidade de utentes.

Nestas condições, na altura da instauração do sistema político das autonomias, no início da década de 80, o galego, o português da Galiza, sofreu os efeitos de diversas correntes de pensamento que o afastaram do modelo das línguas nacionais europeias. Uma linha filosófica e linguística substituiu a distinção clássica entre palavras e cousas por uma guerra contra as palavras. Disso se derivam posicionamentos sociopolíticos pretensamente progressistas e igualitários, segundo os quais utilizar sintagmas nominais como “língua de cultura” seria equivalente a usar “conceitos ligados a prejuízos linguísticos”, “conceitos que — dizem alguns — respondem a articulações ideológicas uniformizadoras, de superioridade cultural e política”. Tudo isso sem oferecer um modelo alternativo, sem reparar em que uma mudança de palavras não consegue mudar a realidade de forma mágica e, talvez, tenha o efeito de desviar-nos da tarefa principal, que é dar uma solução real e efetiva à situação de desvantagem que a língua da Galiza tinha à partida.

Acrescenta-se a isto o facto de que, durante as últimas décadas, âmbitos universitários galegos fomentaram um conceito de língua fraco, subordinando a escrita à oralidade, a uma oralidade interpretada e transcrita à luz de uma determinada corrente filológica dialetal sediada na Universidade de Santiago. O valor instrumental, comunicativo da língua, não parecia ter importância. A distinção entre níveis de uso não semelhante uma tarefa urgente, já que a palavra de ordem era a preservação da autenticidade da fala popular. Em definitivo, o português da Galiza foi vítima do populismo, o facilitismo, a demagogia, o abuso de um

relativismo cultural mal-entendido. Um dos efeitos foi o afastamento do português padrão através de decisões políticas erradas.

Pessoas e entidades culturais continuadoras do pensamento de Valentim Paz-Andrade, como também de Ernesto Guerra da Cal, Ricardo Carvalho Calero ou Jenaro Marinho del Valle, encontram-nos envolvidas na questione della lingua por um compromisso ético e cívico. Um compromisso que exigiu, em primeiro lugar, um esforço de compreensão intelectual. Era preciso entender como e por que a comunidade dos falantes do português da Galiza tinha chegado a essa situação. Dessa atividade é prova uma bibliografia destacada no âmbito da filologia, a linguística e a sociolinguística. Em segundo lugar, e não menos importante, uma extensa e continuada atividade cultural, à margem de qualquer apoio institucional. É o denominado Reintegracionismo ou Movimento Lusófono Galego.

O trabalho desenvolvido pelas entidades Pró-Lusófonas, que nunca procuraram associar-se a nenhum partido ou ideologia política exclusiva, começa agora a converter-se num movimento geral, indo da periferia ao centro, sendo identificado com o interesse geral do país. O que até há pouco tempo era defendido só por um grupo de entidades privadas, agora está a ser assumido pela opinião pública e as instituições oficiais da Galiza.

A recente aprovação da lei 1/2014 de 8 de abril, Lei Para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia, ou Lei Paz-Andrade, pela unanimidade dos deputados do Parlamento Autónomo da Galiza, representa uma mudança significativa na orientação da política linguística e na estratégia global da Comunidade Autónoma galega, que precisa de concretização através de ações do governo e da imprescindível colaboração da sociedade civil. A base deste sucesso reside no trabalho do Movimento Lusófono Galego e nas mais de 17000 assinaturas de cidadãos que apoiaram a Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade.

Três áreas de intervenção foram dispostas na lei: a) Introdução do ensino do português no sistema escolar galego; b) Produção, intercâmbio e divulgação de produtos audiovisuais em português nas televisões e rádios da Galiza; c) Participação da Galiza em foros internacionais de língua portuguesa.

A Lei, aprovada por unanimidade dos deputados em março de 2014, foi publicada no Diário Oficial da Galiza e posteriormente no Boletim Oficial do Estado

espanhol, entrando em vigor sem que o governo de Madrid tenha apresentado reparo algum ao seu conteúdo, o que constitui outra prova da abrangência do consenso que esta iniciativa tem gerado. Porque não se trata de avançar contra ninguém, mas a favor das potencialidades que nos dá o facto de os galegos falarmos uma língua com projeção internacional, nos permite o acesso direto a um mercado potencial de 350 milhões de utentes, algo nada desprezível num mundo globalizado que precisa do aproveitamento de todos os recursos disponíveis para o desenvolvimento da sociedade.

Por outro lado, a ninguém escapa que o período de políticas de afastamento em relação ao espaço lusófono, desenvolvidas durante as últimas três décadas pelos sucessivos governos autónomos galegos criou uma rede de interesses que, nesta altura, manifesta uma evidente resistência à mudança, resultando difícil de ultrapassar no curto prazo.

Quanto à Academia Galega da Língua Portuguesa, a recente revisão, ampliação e adaptação do Dicionário Estraviz ao Acordo Ortográfico, com o apoio da AGAL e a Fundação Meendinho, sendo o maior dicionário galego disponível gratuitamente na internet, mostra da capacidade para contribuir de forma coordenada, eficaz e atual aos reptos que temos no presente. O Vocabulário Ortográfico Galego, com 154000 entradas, sob a direção do académico Carlos Durão, completa o perfil lexicográfico básico do português da Galiza. A Academia Galega cumpre assim um compromisso adquirido pela Delegação de Observadores galegos durante o processo de aprovação do Acordo Ortográfico de 1990, cujo texto previa a criação de um Vocabulário Ortográfico Comum (VOC). O trabalho académico está finalizado. Falta só acrescentá-lo ao VOC.

A exceção linguística da Galiza em relação ao português vem determinada pela sua origem histórica, dado que o português nasceu no território da antiga Gallaecia. Os galegos não precisam de uma explicação sobre a saudade, ou uma lição sobre o vocabulário básico da língua porque, faz parte do nosso ser e estar no mundo. Uma maioria esmagadora dos nossos alunos entram diretamente no nível intermédio dos estudos de Português. Poderíamos dizer que, para serem competentes do ponto de vista académico, o que necessitam propriamente é aprender gramática. E isto vai ser facilitado pela aplicação da Lei Paz-Andrade.

Disse Castelão que a Galiza poderia ser ponte entre o mundo de língua espanhola e o de língua portuguesa, e essa afirmação foi assumida de modo geral no âmbito cultural e político galego. Estamos na altura certa para iniciar a sua concretização. Por outro lado, a aproximação da Galiza em relação à Lusofonia, no plano discursivo, está plena de argumentos do passado. Ora bem, se pretendemos construir o futuro, assinalar um discurso onde os factos históricos são tudo, são determinantes, pode acarretar, talvez, deixar as pessoas que hoje estão aqui, e os nossos desejos e interesses, num segundo ou terceiro plano. Pensemos num futuro que não esteja ancorado, determinado ou hipotecado pelo statu quo que a história nos deixou.

Em termos culturais os galegos estão entrando numa nova etapa. A lei Paz-Andrade, como concretização de um acordo político, cria um contexto propício para o acordo e o consenso. Mas consenso não significa necessariamente unanimidade porque, de facto, algumas entidades e personalidades galegas parecem preferir ficar à margem da letra e do espírito desse texto legal. Não se trata de um caminho fácil nem imediato, contudo parecem estar sentadas as bases para uma mudança de ciclo. A Galiza encaminha-se a participar no espaço lusófono. Até há poucos anos as iniciativas vinham de entidades da sociedade civil e algumas câmaras municipais, estabelecendo esse relacionamento através de congressos, conferências, encontros musicais, concursos literários, etc. Agora tudo isso tem também o acompanhamento legal e o acordo político de todos os agentes com capacidade legal e prática para intervir. E parece que também o mundo institucional galego se quer incorporar a esta viagem.

Neste processo defrontamos alguns riscos. Partindo do princípio de que a unidade da língua é compatível com a diversidade de normas nacionais, é necessária alguma flexibilidade para a incorporação de uma Galiza que andou por uma diáspora secular e agora está tentando encontrar o seu espaço no mundo da língua portuguesa, em cuja criação foi determinante há vários séculos. Mas essa flexibilidade não pode implicar de modo algum a legitimação de posições linguísticas insolidárias que põem em risco a unidade da língua escrita.

Minhas Senhoras e meus Senhores, neste caminho é preciso ir ao encontro de projetos integradores, onde todos tenhamos um espaço institucional reconhecido

tanto na Galiza como no exterior e, portanto, uma possibilidade para contribuir eficazmente ao conjunto. É preciso um esforço para ultrapassar as divisões do passado. Estamos disponíveis para essa tarefa e, com a ajuda de todos os presentes, estou certo de que se poderá conseguir.

MUITO OBRIGADO.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO COLÓQUIO “A LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA”  
DE 14 DE JULHO DE 2016)



# Do Návía ao Mondego, semente da Língua Portuguesa

ISAAC ALONSO ESTRAVIZ

## O PORQUÊ DESTE TÍTULO

O título desta conversa podia ser: *Do Mondego* (Paróquia de Sada, Corunha) *ao Mondego* (Coimbra), *Semente da Língua Portuguesa*. Do *Eu ao Mondego*, *Semente da Língua Portuguesa*. Escolhi, afinal, *Do Návía* (nas Astúrias) *ao Mondego* (Coimbra), *Semente da Língua Portuguesa*, para estabelecer os limites de um rio a outro, considerando-o mais de acordo com a realidade histórica e corrigir, em parte, as palavras de João de Barros na sua Gramática da Língua Portuguesa que fala no Minho e o Douro:

*Nã sómte ôs que achamos per escrituras antigas, mas muitos q[ue] se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quáes alguns indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãç*

Sempre houve pela parte portuguesa um certo afã de ignorar as origens territoriais completas da sua língua, e pela galega procurar um diferencialismo inexistente. Não nego que tanto da parte de Além como de Aquém-Minho, se reconhece um momento na História de uma literatura comum a ambas as partes, a dos Cancioneiros Galaico-Portugueses das cantigas medievais. Atualmente existe um grande prurido de prescindir da Galiza e dos Galegos por parte de alguns portugueses e de certos galegos de prescindirem de Portugal. E mesmo entre os que reconhecem tal identidade ainda falam na língua galega e portuguesa como de duas realidades.

Ao falar na Galiza, estou a falar na Galiza que pertence politicamente ao estado espanhol. Mas todo o mundo sabe que em tempos dos Romanos a Galiza abrangia um território muito mais amplo. A Galiza, melhor dito, a *Gallaecia*, abrangia: parte das Astúrias, Leão, Samora, províncias galegas e o

território que chegava até ao Douro, ou segundo Rodrigues Lapa, *usque ad Mondecum*, até Coimbra.

O problema parece surgir porque a Galiza do Sul se converteu em reino independente e a do Norte passou a formar parte do que seria com o tempo o Estado de Espanha. De aí que os dirigentes portugueses confundissem independência linguística com independência política, o qual dá origem a um crasso erro. Portugal politicamente nunca foi território galego e Galiza cultural e linguisticamente nunca foi território espanhol. Portugal não perde nada reconhecendo a realidade galega como reconhece a brasileira junto com os países aos que levou a língua e a cultura e que hoje formam a comunidade internacional da Lusofonia. E Espanha ganha reconhecendo no seu conjunto um território político onde se fala outra língua de igual categoria e parecidas perspectivas internacionais. Galiza pode viver dentro de um Estado de língua diferente, com cultura e língua comum a outro Estado sempre que não se imponha nada contra a vontade. Há países onde convivem harmoniosamente territórios de línguas diferentes e Espanha e Portugal contam com outros estados independentes que falam as suas línguas.

Disse politicamente porque culturalmente continuamos a ser os mesmos. E Galiza, como reconheceram muitos intelectuais portugueses, que ultrapassaram o Minho, é física, cultural e linguisticamente uma continuação de Portugal ou vice-versa.

### COMO NASCE O NOME DA LÍNGUA?

Em textos redigidos em território da atual Galiza temos diferentes vocábulos ao referir-se aquele falar que se vai diferenciando do latim. Assim “Na *Historia Compostellana*, texto latino do século XII, aparece a expresión *gallaeco vocabulo*; e nunha relación de libros da biblioteca do arcebispo compostelán Bernaldo II dáse noticia, arredor de 1226, dun libro vello de sermóns *de littera galleca*, que con seguridade quererá indicar que estaba escrito en galego e non en latín” (Monteagudo, 1994: 171; Freixeiro Mato, 26 [...] Porén, a denominación predominante era, en contraposición a *latín*, a de *romanço* (aparece a fins do século XIV na *Crónica Troiana* e tamén nos *Miragres de Santiago*, por exemplo), xuntamente coa

de *lenguagem*, *linguagem* ou a *nossa linguagem*, estas máis frequentes em textos escritos em território português.”

O mais frequente é *romanzo*, *linguagem* ou a *nossa linguagem*, sem especificar território algum. Mas nos *Miragres de Santiago* aparece já especificado: “Osana fili[o] Daudi”, que quer dizer em lingoajen galego: “señor faysnos salvos!” (Pensado, 27). E na *Crónica de 1344* aparece especificada a linguagem com outro adjetivo: “... el rei dom Vermudo era mal doente de hũa door dos pees a que os físicos dizem pedraga, segundo a liguagem de Portugal” (Cintra III, 180). Como se pode ver, dão-lhe o nome do território onde está o escriba ainda que empreguem o mesmo léxico.

Só um bocado mais tarde, quando se começam a elaborar as primeiras gramáticas é que se fala da linguagem ou língua portuguesa, porque foram eles os que iniciaram esse labor. A Galiza já levava muitos anos amordaçada polo jugo de Castela e a língua estava desterrada de toda atividade escriturária e oficial. A História nos silenciou e aos nossos irmãos não lhes importou porque temiam cair nas mesmas gadoupas. Consideravam um menosprezo compartilhar língua e cultura com a Galiza sujeita ao Estado espanhol.

Hoje, os galegos, com um pouco de cultura, sabemos que a nossa língua se conhece internacionalmente como língua portuguesa e não temos complexos nem preconceitos de que assim seja. Por isso, umas vezes falamos em português e outras em português da Galiza ou simplesmente em galego. O idioma oficial do Estado espanhol também recebe nomes diferentes segundo seja o país em que se fala. Mas está-se a falar sempre da mesma língua, do castelhano.

## OS GRAMÁTICOS

Resulta por isso muito interessante pesquisar o que pensam os gramáticos portugueses a respeito do território onde nasceu a sua língua. Em nenhuma gramática se fala para nada da Galiza, quer como parte integrante na Espanha, quer como realidade política e linguística dos tempos antigos. Parecem mesmo ignorarem que existiu uma *Gallaecia* cuja capitalidade política e religiosa estava em Braga. Que essa *Gallaecia* deu origem em romance à Galiza, não só a que pertence hoje à Espanha, mas também a Portugal. Dizer que a língua

nasceu na Galiza (estou a referir-me ao território espanhol) é totalmente falso. O mesmo de falso se dizemos que nasceu em Portugal. (E muito mais ainda quando se diz que nasceu na Lusitânia). Nasceu num território comum que hoje pertence politicamente parte a Espanha e parte a Portugal, gostemos ou não da História.

Fernão de Oliveira. É o primeiro gramático português. Ele só menciona a Galiza no capítulo 41 quando nos diz que de Galiza deriva o gentílico galego. De resto quando tem de falar das particularidades linguísticas históricas sempre fala do Minho para o Douro. Ignora totalmente o que acontece do Minho para cima, do Minho até às Astúrias. Vejamos o que nos diz:

*Mas porque dixemos que os nomes de nações faziam no plural em ãos, alemão não faz assi, mas faz alemães, e bretão, bretões, e assi haverá outros muitos. A parte desta regra que mais comprende é dos nomes que mudam todo o ditongo, como lição, lições; podão, podões; melão, melões. Estes nomes, posto que parecem mudar mais que nenhuns dessoutros que já dissemos, todavia, se olháremos ao singular antigo que já tiveram, não mudam tanto como agora nos parece, porque estes nomes todos, os que se acabam em ão ditongo, acabavam-se em om, como liçom, podom, melom, e acrescentando e e s formavam o plural lições, podões, e melões, como ainda agora fazem. E outro tanto podemos afirmar dos que fazem o plural em ães, como pães, cães, dos quaes antigamente era o seu singular pã, cã, cujo testemunho ainda agora dá Antre-Dourominho.*

Resulta igualmente interessante o que nos diz no capítulo 47 ao falar dos verbos onde já não fala do Douro e o Minho, mas da Beira. Eis o que nos diz:

*Nos generos dos verbos não temos mais que ha só voz acabada em o pequeno, como ensino, amo e ando, a qual serve, como digo, em todos os verbos, tirando alguns poucos como são estes: sei, de saber, e vou e dou e estou e mais o verbo sustantivo, o qual huns pronunçiam em om, como som e outros em ou, como sou, e outros em ão, como são; e também outros, que eu mais favoreço, em o pequeno, como so. No parecer da primeira pronunciação com o e m, que diz som, é o mui nobre João de Barros; e a rezão que dá por si é esta: que de som mais perto vem a formação do seu plural, o qual diz somos. Contudo, sendo eu moço, fui criado em são Domingos*

*dEvora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assi pronunciava segundo que o aprendera na Beira.*

Nestes textos, Fernão de Oliveira, como veem, não faz a mínima referência a como se dão esses fenómenos na Galiza. Só se limita à parte portuguesa, desde o Minho para baixo. O seu texto era naquela altura galego-português e hoje é muito mais galego do que português, pois o léxico que ele emprega, como veremos mais adiante ainda está vivo na Galiza e, ainda que o pretendam negar, nas províncias do Minho e Trás-os-Montes.

João de Barros. Este gramático que se atribui a honra de ser ele o primeiro que faz uma gramática da língua portuguesa, publica a sua obra em 1540. Segue na mesma linha de falar do idioma do Minho para baixo. Mesmo me baseei nele para lhe dar título a este trabalho. Eis o que nos diz no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*:

*A my muito me contentam os termos que se confórmam com o latim, dádo que sejam antigos: ca destes nos devemos muito prezár, quãdo nam achármos serem tam corrutos, que este labo lhe fáça perder sua autoridáde. Nã sómte ôs que achamos per escrituras antigas, mas muitos q[ue] se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quâes alguns indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nâç.*

É na Gramática onde faz referência, não sei se ao galego da Galiza ou ao galego do norte de Portugal quando diz:

*Os mais dos nomes que se deviam acabár, am, se escrevem a este modo. Razão, razões. E se o uso nam fosse contrairo que tem gram força açerca das cousas, nam me pareçeria mal dester[r]ármos de nós esta prolaçam e orthografia galega. Porque a meu ver quando quisrem guardár a verdadeira orthografia destas dições, se deve dizer, razam, e no plurar, razões. Ca este, m, finál nosso tem aly o oficio do mem çerrado dos hebreos, que e ha das leteras que elles chamam dos beiços: a quál lhos fáz fechár quando acábam nella, de maneira que se vay fazendo aquela variaçam ocandose a vóz. E este h módo de áfrautár como se frautam os instrumentos de musica. E entam os que pouco sentm qurem remediar o seu desfaleçimento escrevendo agalegádamente: podó sempre,*

*o, final todas as dições que acabam, am. E se a regra delles fosse verdadeira, em todos os verbos que na terceira pessoa do numero plurar acabã nesta syllaba, ó deviam usár: e assi em outras muitas dições como pâm, câm. Isto nam guardam elles pois vemos que na formação do plurar dizem cães pães: porque aqui vêem elles muito ao olho seu erro: que nã pôd dizer paões caões. Assi que a verdadeira formação destes nomes terminados em, am, quando vir ao plurar diremos, formações: convertendo o am final em, ã, escrito a este módo, e acrecentãdolhe, es*

Duarte Nunes de Leão. É o terceiro dos gramáticos importantes no que me vou deter um bocado. Ele distingue perfeitamente os galegos da Galiza. Eis o que nos diz em *Ortografia e origem da Língua Portuguesa* quando intenta descrever o fenómeno da confusão entre v e b:

*O que muito mais se vê nos Galegos e em alguns Portugueses de Entre Douro e Minho, que por vós e vosso, dizem bós, e bosso, e por vida, dizem bida. E quasi todos os nomes, em que há u consoante mudam em b. E como se o fizessem às avessas, os que nós pronunciamos por b pronunciam eles por v.*

Mais adiante concreta ainda mais ao falar da terminação om que tinham os Portugueses e que ainda continua viva nas gentes de Entre Douro e Minho e os Galegos. Eis o que nos diz:

*E a razão dos ditos vocábulos se não escreverem por am e suceder aquelle ditongo, em lugar das ditas letras, segundo tenho advertido, é a analogia e respeito que a língua portuguesa vai tendo com a castelhana, que sempre onde a castelhana diz, an ou on que é a sua particular terminação, responde a portuguesa com aquella terminação de ão que sucede em lugar da antiga terminação dos Portugueses de om que punham em lugar an ou on dos castelhanos. A qual ainda agora guardam alguns homes de Entre Douro e Minho e os Galegos, que dizem, fizerom, amarom, capitom, cidadom, tabaliom, apelaçom.*

Na *Origem da Língua Portuguesa* Nunes de Leão distingue a Galiza da Lusitânia ao falar da existência das letras: E os Gregos que habitavam a Galiza e a Lusitânia e outras regiões de Espanha teriam a língua grega e as letras gregas.

Mas onde Nunes de Leão especifica claramente o seu pensamento acerca do galego é no capítulo VI: A língua que se hoje fala em Portugal, donde teve origem, e por que se chama romance. Ouçamos as suas palavras:

*Depois deste cativoiro, vindo-se recuperar muitos lugares do poder dos Mouros, pelas relíquias dos cristãos que da destruição dos Mouros escaparam nas terras altas de Biscaia, Astúrias e Galiza. E, fazendo cabeças de alguns senhorios, ficou aquela língua gótica, que era comum a toda Espanha, fazendo algha divisão e mudança entre si cada hum em sua região, segundo era a gente com que tratavam, como os de Catalunha, que, por àquela parte vir el-rei Pepino de França com os seus, ficou naquela província sabor da língua francesa e, se apartou, lhes ficou notável diferença entre ela e a língua de Castela e das de Galiza e Portugal, as quais ambas eram antigamente quase ha mesma, nas palavras e nos ditongos e pronunciação que as outras partes de Espanha não têm.*

*Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haver reis e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza.*

### ALGUM LÉXICO DESTES TEXTOS METALINGUÍSTICOS

#### Alternâncias fonéticas

Nos três gramáticos encontramos-nos com bastantes alternâncias das quais vou sinalar umas quantas comuns ou quase comuns aos três:

Acrecentar (Ol.) 117.18...

Afremosenta (Ol.) 82.7.

Chuiva (Nunes) 172.1.

Cousa, comum a todos eles

Dereita (Ba.) 280.19.

Despois (Ol.) 99.23.

Dezer (Ba.) 318.11.

Enteira (Ba.) 279.5. Frequente na Galiza.

Enveja 282.9. Frequente na Galiza.

Dous (Ol.) Não está por nenhuma parte dois.

Fermoso/a (s) (Ol.) 91.23. (Ba.) 301.7.8.10; 398.16; 418.15. 426.3.13. (Nunes) 73.9; 73.11. Variantes atuais na Galiza.

Fermosura (Ba.) 420.13; 426.4.10.14. Variante atual na Galiza.

Fruito (Ba.) 252.10; 430.18; 436.24; 442.22. Vivo na Galiza.

Fremosa (Ol.) 128.27.

Giolhos (Ba.) 271.13.21; 274.10; 275.13; 276.5.9.12; 277.19; 431.1. (Nunes) 166.6.

Joelhos (Nunes) 166.6 (rejeita-o por Giolhos). Na Límia (Galiza), Trás-os-Montes e Montalegre existe também a variante jolhos.

Meiminho (Nunes) 230.10. Vivíssimo na Galiza, também com a variante mouminho, referido ao dedo mais pequeno.

Na/No (Ol.) Como terceiro alomorfo do artigo e do pronome: 109.2 (*Auctor, rector* e outras como estas não nas escreveremos com c ante de t.); 121.16 ... (onde primeiro naceo esta cousa a que chamamos *arcabuz* e quem no pario este nome...); 123.23 (...havia de apartar sua língua e não na deixar corromper); 147 (Mas porque dixemos que os nomes de nações faziam no plural em ãos...). (Ba.) 342.17 (fazem no pretérito em *im* e *us*); 344.3 (Os verbos da segunda conjugação fazem no infinitivo em *er*...). (Nunes) 55.6 (Mas ainda que pomos o *ph* por letra distinta das outras, não na, acrescentamos ao nosso alfabeto)

Noite / Noute 135.10. Ambas formas vivas na Galiza e Portugal.

Polo (Ol.) 81.19; 104.26, quase sempre. (Nunes) 138.29; 140-22-24 Também há bastantes por o | por a: (Ol.) 104.26... muito vivo ainda na província de Ourense. Algum pelo (Ol.) (95. 22). (Nunes) 74.30; 92.20... Na Idade Média alternava na Galiza com polo mas que na atualidade é muito raro nos limites fronteiriços.

Perguntar (Ba.) 362.1 (perguntássem); 364.7 (perguntando); 368.5 (pergunta); 368.12 (perguntam); 388.13 (perguntamos); 403.4 (perguntáres); 414.10 (perguntár); 414.10 (perguntas); perguntáies 441.8 (perguntáies). (Nunes) 324.27.

Perguntar (Ol.) 93.3. É única variante que emprega. (Ba.) 346.20. (Nunes) 167.2.

Sam (som-são, verbo) (Ba.) 269.18 (em todo o texto).

Tisoira (Ba.) 448.6.

Titor, Tutoria 168.2-3 (condenado). Tutor, Tutoria.

Vezinho(s) (Ol.) 91.6; 130.111.26.27; 112.7.123.8; 129.11; 148.16



### Formas léxicas e morfológicas sublinháveis

Ai-ai (Ba.) Demonstra o prazer que sente a pessoa que acha uma cousa. Vivo no Concelho de Qualedro da província de Ourense.

Asinha (Ol.) 139.9; 154.10. (Ba) 347.4.

Avoa (Nunes) 73.2;175.1.

Carão (A) (Ol.) 128.22 que dá por antiquada e da que zombam, está vivíssima na Galiza com toda uma série de significados e viva em Trás-os-Montes, como se pode comprovar no Dicionário dos Falares de Trás-os-Montes, de Vítor Fernando Barros, p. 41 e também no Algarve (vj. *Dicionário do Falar Algarvio* de Eduardo Brazão Gonçalves, 2 ed. p. 23, como Acarão e carão (A) onde se diz que passou ao crioulo de Cabo Verde.

Cicais (Ol.) 118.28. Considerada antiquada e ainda viva na Galiza com a variante cecaís.

Compengar (Ol.) 118.28; 12816. Talvez erro por Compangar, considerada antiquada e ainda muito vivo na Galiza e também em Trás-os-Montes (cf. *Dicionário dos Falares de Trás-os-Montes*, de Vítor Fernando Barros, p. 48).

Cuspido a seu pai (Nunes) 295.22 (condena-o). Muito empregado ainda hoje na Galiza.

Dizer (Ol.) com variantes próprias do Norte de Portugal e da Galiza: Dixe 139.18.19; 142.8; 151.3; 154.10. 2.3.5. Dixemos pp. 124.27; 145.7; 147.6. Dixer (futuro) 120.6; Dixeram, p. 130.1; Dixeramos p. 94.2; 119,21.23.

Dixe (Ba.) 359.18 (Antítesis quer dizer postura de lêtera ha por outra, como quando dizemos dixे por disse. A quá figura é àçerca de nós mui usáda, principalmente nesta lêtera x que tomámos da pronunçiaçám mourisca, ainda que alguns digam que devemos dizer *dixe* porque no pretérito latino este vérbo *dico* faz *dixi*). Barros erra ao atribuir aos mouros a origem da letra X, porque na nossa língua não é gutural como na castelhana.

Falcatrúa (Nunes) 296.7 (condena-o). Muito empregado ainda hoje na Galiza. E nunca foi considerado vocábulo vulgar.

Fazedos (Ol.) 110.2-5 (E nos verbos, nas derradeiras sillabas das segundas pessoas do plural que acabavam em *-des*, agora mudamos o *-des* em *-is* e ajuntamo-lo em ditongo com a vogal que ficava antes, como *fazeis* por *fazedos* e *amais* por *amades*.)

Peró (Ba.) 264.18; 305.14; 313.12; 331.14; 351.6; 391.1.13; 399.18; 420.2.16; 421.9; 422.8; 423.8; 426.8; 427.8; 431.5; 435.5; 437.8; 438.19; 439.4.12; 440.11; 443.20; 450.13; 453.13; 454.2; 455.12; 460.10; 461.18; 465.1. (Nunes) 294.1.

Poento (Ol.) 137.14-15 (... e de pó, nem *poento* nem *pooso*, mas em outra figura e sinificado, *empoado*). Hoje *poento* e *poeirento*.

Sarnoso/sarnento (Ol.) 137.12 (E também dizemos *sarnoso* e não *sarnento*). Hoje ambas as formas normativas.

Vezinhença (Ol.) 104.1; 112.1. (Fenómeno raro, pois o normal seria *vezinhança* | *vizinhança*)

### GALEGO E PORTUGUÊS LÍNGUAS DIFERENTES?

Para Fernão de Oliveira e João de Barros, esta questão não levanta problema nenhum. Simplesmente a ignoram. Para Duarte Nunes de Leão sim, como vimos anteriormente. Dedicar-lhe o capítulo VI que intitula: A língua que se hoje fala em Portugal, donde teve origem, e por que se chama romance,

*“... lhes ficou notável diferença entre ela e a língua de Castela e das de Galiza e Portugal, as quais ambas eram antigamente quase ha mesma, nas palavras e nos ditongos e pronunção que as outras partes de Espanha não têm.”*

Como se vê, para ele eram antigamente quase uma mesma, nas palavras e nos ditongos e pronunção. Admite, pois, já uma diferença entre as falas do Norte do Minho e as do Sul. Mas o que ele ignorava é que estava a escrever nessas duas variantes das que fala e que andando o tempo a sua sintaxe, o seu léxico continuaria a ser mais galego do que português para redundarmos nas diferenças de que fala.

Toda língua é elaborada através de uma escolha de variantes igualmente válidas e legítimas para constituir a língua padrão. Podemos comprovar através destes gramáticos como o que um considera legítimo outro o considera um erro. Mas muitas vezes o que é considerado espúrio, ilegítimo andando o tempo faz-se legítimo gramaticalmente e o verdadeiramente legítimo passa a antiquado ou incorreto. Isto pode ver-se justamente através de algumas variantes que escolhi,

comuns na Galiza e Portugal e a maioria ainda hoje vivas em ambos territórios. O correto e o incorreto, o elegante e o deselegante, são totalmente arbitrários.

Quando Nunes de Leão escrevia esse texto tinha de ter presente a situação da língua na Galiza. Passaram já muitos anos em que a língua estava amordaçada na Galiza em todos os âmbitos. Fazia muito que desapareceram os textos literários e também os não literários ou de notarias. De resto a sintaxe ainda hoje continua a ser a mesma, o léxico igualmente. As falas populares de aquém e além não divergem o mais mínimo. É certo que há muitas variantes, mas essas há-as em ambas as partes. E isso ainda hoje, depois de tantos séculos e de uma história adversa na Galiza para a língua.

O conceito de arcaísmos é também muito relativo. A respeito dos vocábulos cultos esses vêm a todas as línguas por via do latim ou grego. Podem mudar um bocado as pronúncias, mas de resto são as mesmas para todas as línguas românicas. E olho que essas pronúncias também variam de um tempo para outro. Dos vocábulos que proveem das conquistas é lógico que entrem na língua comum, pois nem os objetos nem os vocábulos delas havia no povo conquistador. E esses vocábulos entram legitimamente. Na Galiza, como a língua em que se desenvolvia a cultura dos galegos era a castelhana, entraram através do castelhano. Felizmente hoje essa situação pode ser superada e logicamente o caminho a seguir polos galegos é o da nossa língua comum.

### QUAL DEVE SER A NOSSA ATITUDE A PARTIR DE AGORA?

O português, na sua feição originária galega, surgirá entre os séculos IX-XII, mas seus primeiros documentos datados só aparecerão no século XIII; o *Testamento de Afonso II* e a *Notícia de Torto*. Curiosamente, a denominação “língua portuguesa” para substituir os antigos títulos “romance” (“romanzo”), “linguagem”, só passa a correr durante os escritores da Casa de Avis, com D. João I. Foi D. Dinis que oficializou o português como língua veicular dos documentos administrativos, substituindo o latim.” (Bechara, 24).

Por isso, tendo em conta os avatares da história e que quem prestigiou a língua e a levou fora das suas fronteiras foi Portugal ao tempo que ampliava as suas conquistas, primeiro ao norte de África e depois aos cinco continentes, e que

internacionalmente é conhecida por português, ainda que na história da literatura há um espaço de tempo que se conhece como galego-português e mesmo que apareça primeiro em documentos medievais como galego, o nome do idioma é português quer para Portugal, Brasil e PALOPs como para a Galiza. Falar hoje em galego ou português da Galiza é o mesmo. É também o caso de castelhano e espanhol. O de nomes é indiferente. O fundamental é que estamos a falar da mesma língua.

Acho que chegou o momento de mudarmos de comportamentos e de lhe apresentar cara ao problema existente na Galiza por parte de galegos e de toda a lusofonia. Em Portugal tem-se mudado um bocado ultimamente no registo de vocábulos nos dicionários oficiais com respeito às variantes portuguesas e dos outros países que têm a mesma língua. Estou a referir-me ao dicionário da Academia das Ciências de Lisboa. Isso nom acontece com variantes locais da Galiza que, por serem legítimas galegas, são verdadeiramente portuguesas.

No I Congresso Internacional da problemática da Língua Portuguesa no Mundo (1983) já se levantaram vozes galegas pedindo aos congressistas que tivessem em conta a problemática galega. O mesmo se fez nos congressos organizados por AGAL e também no fracassado Acordo do Rio (1986) e no posterior de 1990 em Lisboa. Prescindiu-se da Galiza na constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (a CPLP) e, no entanto, estão a entrar países que nada têm a ver com a cultura e língua portuguesa.

Talvez isto se deva a razões de tipo político, o que nunca aconteceria com o castelhano. Polo menos até agora ao governo galego nunca lhe interessou. A Academia chamada da Língua Galega também não. Além disso, dirigir-se a eles seria perder o tempo tendo em conta quem a compõe. Mas na Galiza há agora a Academia da Língua Portuguesa na Galiza e também a Comissão Linguística da AGAL, composta por pessoas muito competentes que seria com quem teriam que contar nesses problemas.

Por isso ao propor-me elaborar um dicionário com o léxico da Galiza dei-lhe o nome de Dicionário do Português da Galiza. O léxico recolhido aqui na Galiza é o mesmo que se emprega em todo o norte de Portugal e mesmo na Beira, na Estremadura e no Algarve. Os clássicos portugueses, Camões e Gil Vicente, e os modernos como Camilo Castelo Branco e Torga, etc., são mais galegos nos seus escritos do que portugueses lisboetas. Léxico este que foi desterrado dos dicionários portugueses,

mas que, afortunadamente, se está a introduzir nos dicionários atuais, como o da Academia das Ciências de Lisboa, ainda registados como localismos. Mas localismos são todos, simplesmente que a uns se lhes tem mais em conta do que a outros.

Dizer simplesmente que o Dicionário do Português da Galiza não é um dicionário só para galegos ou portugueses, é um dicionário para todos os que têm como língua o português.

Tendo em conta que Galiza continua a ser, linguisticamente, uma continuação de Portugal para o norte e de que formamos um continuum cultural e linguístico, ao redigirmos o material tivemos em conta esta pertença e redigimos no Acordo Ortográfico do português europeu. Com isto não queremos dizer que seja melhor do que a variante brasileira. E como em Portugal se optou por uma dupla ortografia para muitos vocábulos que no Brasil ficam inalterados, nós optamos pela variante tradicional mesmo que nalguns casos coincidam Brasil e Portugal. Simplesmente por coerência.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO COLÓQUIO “A LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA”  
DE 14 DE JULHO DE 2016)



## A CPLP e a posição estratégica de Angola na África subsariana

ALVES DA ROCHA

A África tem visto a sua dinâmica de crescimento atenuar-se nos últimos anos (2012–2015), principalmente devido ao comportamento em baixa dos preços da generalidade das *commodities*, à diminuição dos fluxos de investimento privado (desviados para os Estados Unidos depois de superados os efeitos da crise de 2008/2009), às dificuldades de obtenção de financiamentos internacionais e à redução das ajudas financeiras ao desenvolvimento (IMF, Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa, October 2015). De uma taxa média anual de variação real do PIB de cerca de 5,5% durante o período entre 2000 e 2012, os últimos registos apontam para um valor de 2,5%. Os dois grandes motores do crescimento económico de África (a Nigéria e o Egipto) apresentaram comportamentos tímidos nos últimos anos, respectivamente 2,6% para o primeiro e menos de 2,1% para o segundo país. A África do Sul, outro gigante económico africano, desde há bastante tempo que tem vindo a creditar registos bastante modestos de crescimento do seu PIB (média geral de 2,4% ao ano, entre 1989 e 2015) e apenas 1,7% em média anual, entre 2013 e 2015.

A despeito destes apontamentos menos positivos, o actual presidente do Banco Africano para o Desenvolvimento, Akinwumi Adesina, reafirma a actualidade da narrativa “África em Ascensão” apresentada justamente nos melhores anos do seu crescimento económico: “o pior da presente crise económica já ficou para trás, antecipando uma taxa de variação do PIB do continente de 3,5% em 2016 e 3,7% em 2017”<sup>1</sup>.

Todo o Continente africano tem actualmente uma população de 1,9 mil milhões de pessoas, podendo, até 2100, chegar a 4,4 mil milhões, segundo as projecções das instituições especializadas em demografia das Nações Unidas. No entanto, e de acordo com Sebastião António Martins (A Segurança Regional Africana — O Contributo da República de Angola para a Segurança Regional,

---

<sup>1</sup> Cf. *Semanário Nova Gazeta*, 29 de Setembro de 2016.

artigo inserido na Revista Académica da Universidade Católica de Angola, LUCERE, a ser lançada em Janeiro de 2017), *“as diferenças sociais, étnicas, religiosas e culturais não estão, ainda, em algumas partes de África, suficientemente enquadradas no sistema político e representadas no aparelho representativo, sendo, por isso, fonte de conflitos”*, acrescentando que *“no plano real, apesar de o continente africano ter visto um crescimento económico exponencial acima da média mundial e só abaixo do asiático, esse crescimento é suplantado pelo crescimento demográfico, que é insuficientemente distribuído, concentrado num pequeno grupo de países, não correspondendo a efeitos que reduzam a desigualdade, e enfraquecido pela falta de governança e pela fragilidade do sistema empresarial”*. Este mesmo sociólogo e especialista em assuntos de segurança regional em África afirma que *“um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento africano prende-se com a proliferação de conflitos armados, de várias espécies”*, ou seja, que sem estabilidade política as condições básicas para o crescimento económico e o desenvolvimento social não estão asseguradas (o agravamento da situação político e militar na Região dos Grandes Lagos, com especial incidência na República Democrática do Congo, que levou a que as autoridades angolanas retirassem o seu Embaixador do país, a 30 de Setembro de 2016), contrariando-se, ao menos em parte, o optimismo do Presidente do BAD.

Angola atravessa, desde 2009, uma situação económica e social bastante difícil, sem estruturas económicas, institucionais, sociais e empresariais capazes de mitigarem os tremendos efeitos negativos provenientes da queda do preço do barril do petróleo. De uma taxa média anual de variação do PIB de 11% (2002/2008), passou-se para um valor de 2,8% em 2015, praticamente o mesmo que a taxa de crescimento da população. Apesar disso, e de se não terem realizado as reformas estruturais exigidas por um processo de substituição das importações e de diversificação das exportações — tendo-se, portanto, perdido oportunidades de o fazer com custos económicos e sociais mínimos — Angola detém um peso (económico e político) relevante em África, nos PALOP, na CPLP, na SADC e na CEEAC. Foi estabelecida uma estratégia diplomática visando conferir a Angola um reconhecimento político em alguns organismos regionais africanos, como a SADC, região dos Grandes Lagos, Golfo da Guiné (que reúne os países produtores de petróleo dessa região) e mesmo a CPLP, apesar de a sua preponderância económica ser menos relevante do que noutras sub-regiões essencialmente africanas (PALOP, SDAC e CEEAC): *“o seu prestígio tem-se feito valer diplomaticamente, pois Luanda tem*



*servido como um hub para diplomatas europeus, africanos, americanos e da ONU, circunstância que denota a crescente importância que os demais Estados têm dado à República de Angola, na resolução de questões relacionadas com a República Democrática do Congo, a República Centro Africana, a região dos Grandes Lagos, entre outros”<sup>2</sup>.*

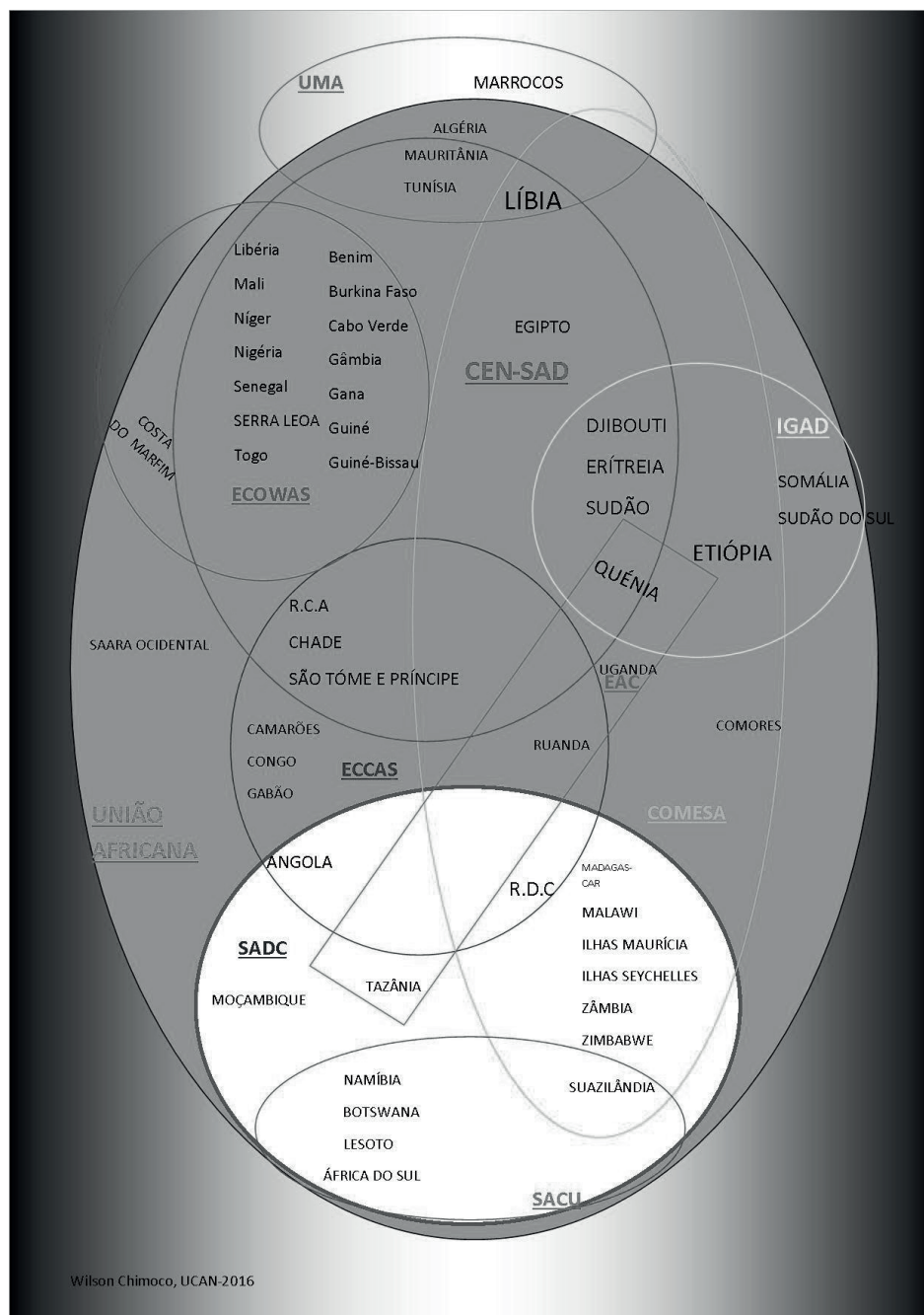
A UA reconhece oito Comunidades Económicas Regionais (REC) que são os pilares da Comunidade Económica Africana: a CEN-SAD (Comunidade dos Estados Sahelo-Sarianos), o COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), a EAC (Comunidade da África Oriental), a ECCAS (Comunidade Económica dos Estados da África Central), a ECOWAS (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), a IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e a AMU (União do Magrebe Árabe), cuja síntese está na figura seguinte.

Justamente nesse sentido, Angola integra várias organizações regionais africanas, tais como a SADC (fundada em 1992), a CEEAC (adesão em 1999), NEPAD (integração em 1995), o Banco Africano de Desenvolvimento (membro em 1980) e CGG (fundada em 2001 e que, inclusivamente, tem a sua sede em Luanda), para além da própria União Africana à qual aderiu ainda enquanto Organização de Unidade Africana, em 1975. Dum ponto de vista internacional, o país é membro da Organização Mundial do Comércio à qual se juntou em 1996, do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (1989) e da OPEP, em cuja organização se incorporou em 2007. No espaço lusófono, Angola é país-fundador dos PALOP e da CPLP.

Angola detém uma posição económica dominante nos PALOP e na CEEAC, da qual retira, evidentemente, alguns dividendos políticos e na SADC e CPLP aparece como relevante em termos de Rendimento Nacional Bruto, a despeito das incidências negativas da crise financeira e económica mundial de 2008/2009 e da actual recessão nos preços do barril de petróleo. Também em África e na África Subsariana a posição económica de Angola é significativa. A tabela seguinte visualiza o seu posicionamento (sendo o indicador de comparação o Rendimento Nacional Bruto de cada um dos países dos agrupamentos considerados).

---

<sup>2</sup> Cf. Almeida, E. C. A., “A participação de Angola no Conselho de Segurança da ONU e a sua contribuição para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana”, in *Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas: Desafios e Oportunidades*, Conferência, ISCTE-IUL, Lisboa. 6 de Março de 2015 [<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8598>].



Elaborado por Wilson Chimuco, aluno de Integração Económica da Faculdade de Economia da UCAN.

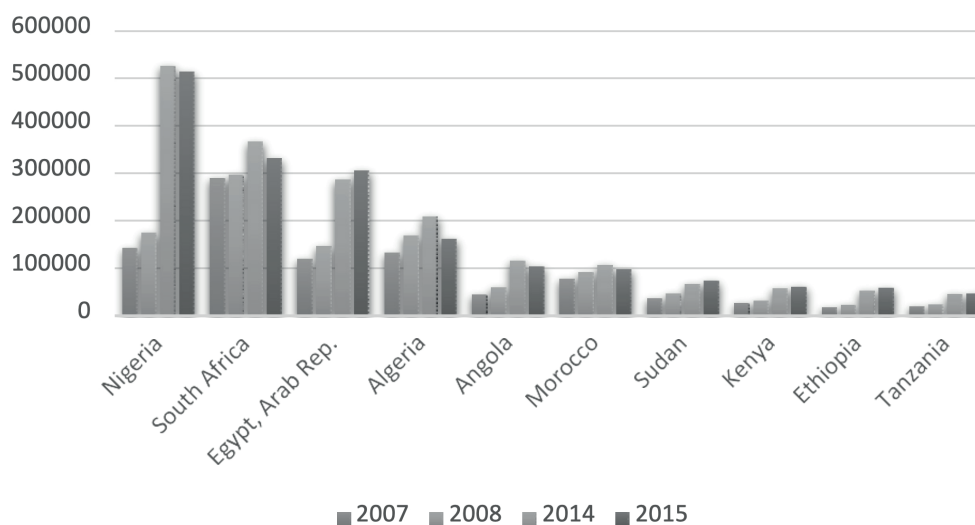
**POSIÇÃO DE ANGOLA NAS ORGANIZAÇÕES  
ECONÓMICAS REGIONAIS EM ÁFRICA**

|        | PALOP |      | SADC |      | CEEAC |      | África |      | ASS  |      |
|--------|-------|------|------|------|-------|------|--------|------|------|------|
| Angola | 2014  | 2015 | 2014 | 2015 | 2014  | 2015 | 2014   | 2015 | 2014 | 2015 |
|        | 1.º   | 1.º  | 2.º  | 2.º  | 1.º   | 1.º  | 5.º    | 5.º  | 3.º  | 3.º  |

Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

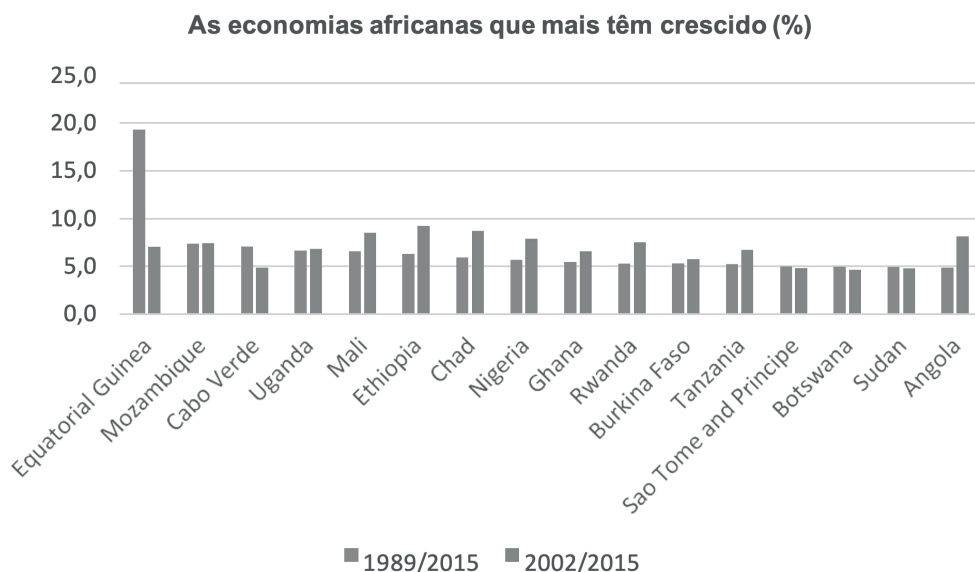
Mas, ainda que a posição de Angola naqueles rankings seja significativa, a expressão nominal do seu PIB é pequena em relação aos seus parceiros.

**As maiores economias africanas em RNB (milhões de USD)**



Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

Igualmente Angola apresenta taxas médias anuais de crescimento do PIB de longa duração medianamente elevadas, ainda que tivessem tido como seu factor essencial as exportações de petróleo.

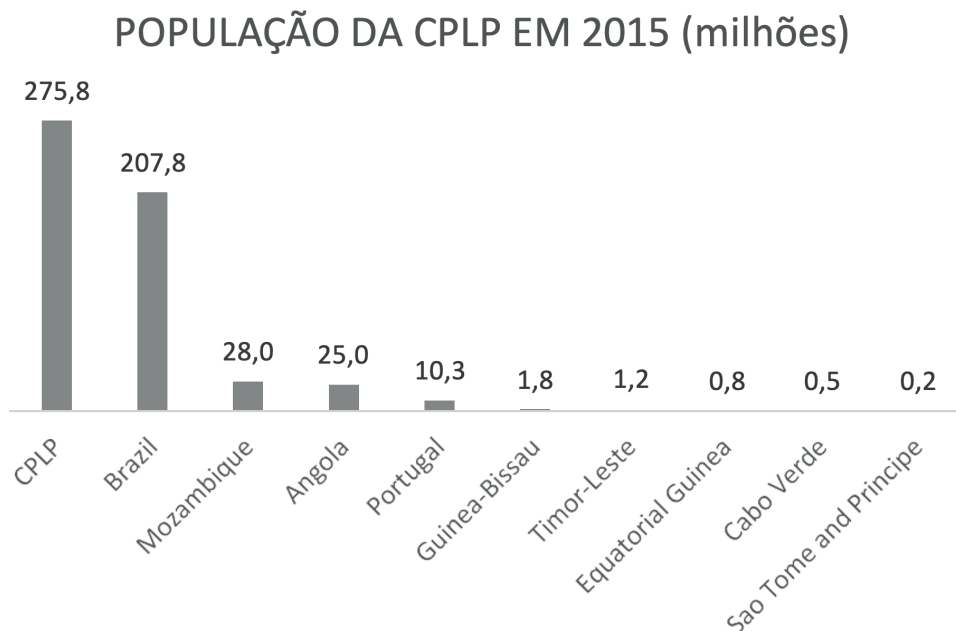


Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

No entanto, a estrutura produtiva angolana é fraca, com uma capacidade de resiliência a choques externos muito baixa, sem diversificação que aumente a densidade de relações produtivas internas, sem alternativas a curto prazo quanto a outras fontes de financiamento da economia e da actividade do Estado (que não sejam os empréstimos externos com consequências negativas sobre a dívida pública e a dívida externa) e com problemas sérios ao nível do capital humano e capital institucional. Por exemplo, a Nigéria, o Gabão, o Congo e mesmo os Camarões, também países produtores de petróleo, mostraram índices médios anuais de crescimento das suas economias superiores às de Angola, entre 2013 e 2015. O que significa, em conclusão, que as excelentes posições nos rankings do RNB não têm sustentabilidade na estrutura produtiva interna de Angola, que necessita urgentemente de dar início a um processo consistente de diversificação, eliminando-se quer os obstáculos conjunturais (ambiente de negócios propício ao investimento privado, corrupção, tráfico de influências, compadrios e incompetências diversas), quer os de natureza mais profunda revertíveis ao capital humano, capital institucional e capital empresarial.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um espaço muito desigual, pelo menos em 3 itens: população, economia e indicadores sociais.

Em termos populacionais o panorama expressa-se nos números do gráfico seguinte.

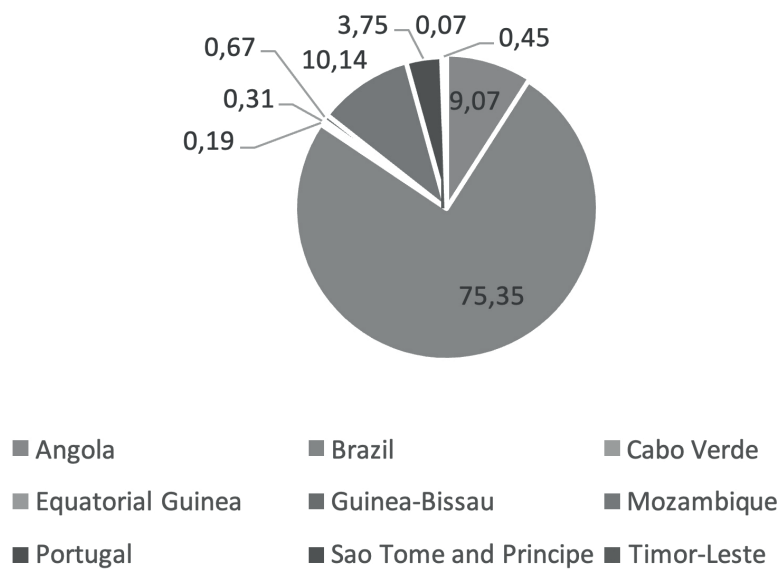


Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

Brasil, Moçambique e Angola concentram praticamente 95% da população total da CPLP, mas só o Brasil tem mais de  $\frac{3}{4}$ , podendo ser uma factor adicional de atracção de actividade económica, dada a massa crítica de procura final endógena que isso pode representar. Acresce que o rendimento médio em 2015 foi de 9850 USD.

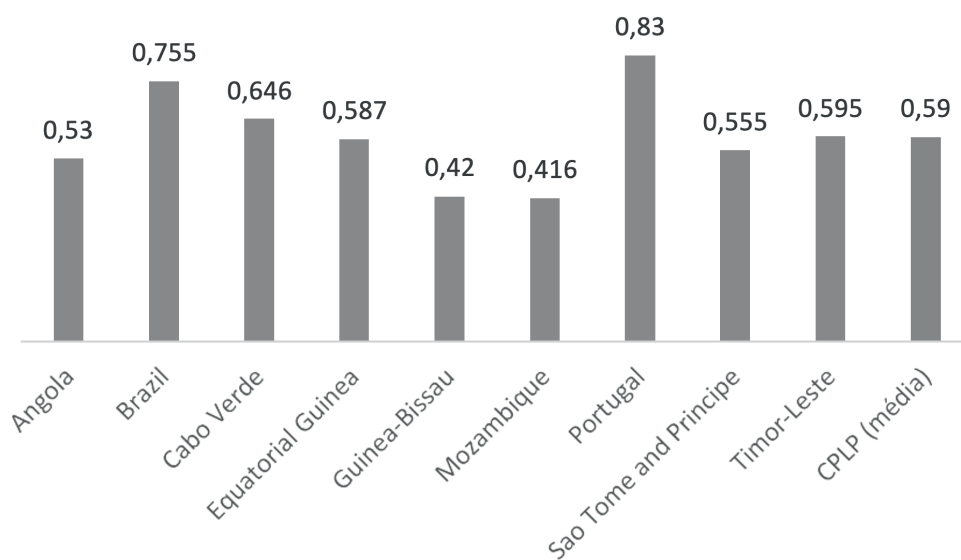
Mas as discrepâncias projectam-se, como se referiu noutras áreas, como a social. Por exemplo, Portugal está classificado como um país de desenvolvimento humano muito elevado, enquanto Angola, Guiné-Bissau e Moçambique de desenvolvimento humano baixo. Pelo meio tem-se o Brasil com um elevado desenvolvimento humano e Guiné Equatorial, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor-Leste com desenvolvimento humano médio.

## ESTRUTURA DA POPULAÇÃO EM 2015 (%)



Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

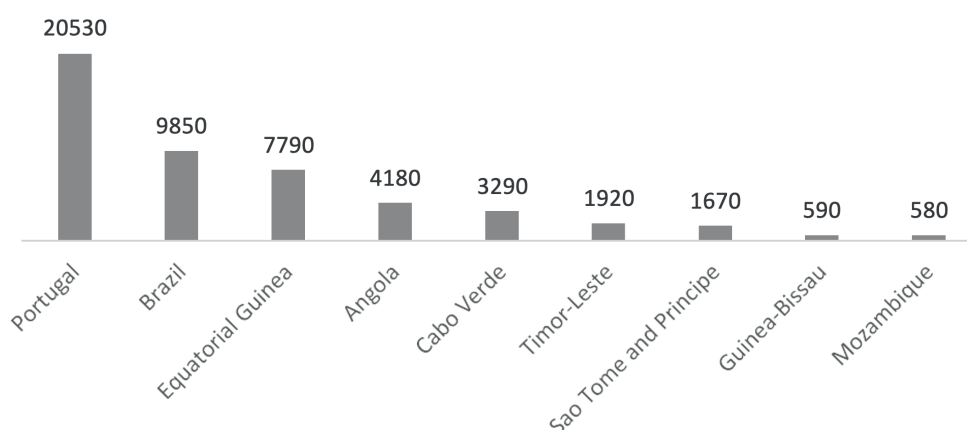
## IDH 2014



Fonte: Dados sobre o Rendimento Nacional Bruto retirados de World Development Indicators, World Bank, 2015.

Igualmente, o rendimento nacional bruto por habitante revela desproporções enormes, sendo novamente Portugal o país da CPLP com melhores condições de vida.

### Rendimento Nacional Bruto por Habitante em 2015 (USD)



Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

Mas também do ponto de vista económico as diferenças são enormes, ainda que Angola detenha a terceira posição na classificação baseada no Rendimento Nacional Bruto.

Brasil, Portugal e Angola detiveram praticamente 99% da riqueza gerada em 2015, respondendo o último país com quase 5% do total, o que, à semelhança dos espaços geográficos africanos, lhe confere uma posição de relevância para o mundo dos negócios.

Conforme sublinhado anteriormente, Angola vive, desde 2013, uma situação muito séria de redução do seu ritmo de crescimento económico, com projecções negativas sobre a situação financeira e particularmente sobre as condições de vida da população. O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola elabora estudos económicos e sociais sobre a realidade do país e as últimas constatações (ver Relatório Económico 2015 e Relatório Social 2015) apontam para depois de 2020 um regresso a dinâmicas de

crescimento do PIB em redor de 4% ao ano. Quando a diversificação da economia estiver num estágio que confira maior competitividade à sua estrutura produtiva e às exportações, aquele ritmo poderá subir para 6% ao ano.

| <b>Rendimento nacional bruto (milhões de USD)</b> |             |             |
|---------------------------------------------------|-------------|-------------|
|                                                   | <b>2014</b> | <b>2015</b> |
| <b>Brazil</b>                                     | 2429861     | 2047110     |
| <b>Portugal</b>                                   | 221441      | 212490      |
| <b>Angola</b>                                     | 116319      | 104489      |
| <b>Mozambique</b>                                 | 16803       | 16355       |
| <b>Equatorial Guinea</b>                          | 8380        | 6587        |
| <b>Timor-Leste</b>                                | 3238        | 2386        |
| <b>Cabo Verde</b>                                 | 1772        | 1712        |
| <b>Guinea-Bissau</b>                              | 1062        | 1086        |
| <b>Sao Tome and Principe</b>                      | 312         | 312         |
| <b>TOTAL</b>                                      | 2799187     | 2392527,1   |

Contudo, é fundamental que reformas macroeconómicas sejam aprofundadas e consolidadas e vícios como a corrupção generalizada, tráfico de influências e compadrios diversos sejam definitivamente banidos.

Se assim for, o Rendimento Nacional Bruto de Angola poderá colocar-se na faixa dos 180 mil milhões de USD, em 2025. Numa perspectiva estritamente de negócios, Angola representa mais, dada a posição económica que detém nos PALOP, CEEAC e SADC e o prestígio político e diplomático de que actualmente goza em todas as instituições continentais e regionais.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 6 DE OUTUBRO DE 2016)



# Jesus Cristo: da Utopia à Eutopia

JOAQUIM CARREIRA DAS NEVES<sup>†</sup>

A pessoa de Jesus continua a ser objeto de estudos académicos, seja de crentes judeus, sobretudo na América do Norte, seja de crentes cristãos, sobretudo entre católicos romanos, ortodoxos, luteranos e evangélicos.

O que me traz aqui, depois de muito tempo de ausência por motivos de saúde, é apresentar a doutrina fundamental de Jesus centrada no sintagma REINO DE DEUS. Toda a vida do Jesus histórico como pregador da Galileia, chamemos-lhe “profeta”, “filósofo”, “rabi”, “sofista”, “filho de Deus”, gira à volta deste sintagma. O que se pergunta é se esta doutrina foi e continua a ser uma mera *utopia* ou, por outro lado, se foi e continua a ser uma *eutopia*.

Dizer “utopia” é dizer pregar uma doutrina *sem lugar*, isto é, impossível de realizar ou concretizar a nível religioso, político ou social. Imaginemos a pregação utópica do quinto império do P.<sup>e</sup> António Vieira ou a utopia de Thomas More<sup>1</sup>. Pregar a *eu-topia* é pregar uma doutrina para *melhorar o lugar*, a realidade da história. Foi isto, em meu entender, que fez Jesus.

Começemos por apresentar, sumariamente, o terreno social, político e religioso do tempo de Jesus.

Primeiro, foi Sargão II, no século VIII a. C., que conquistou o Israel do Norte, depois foi Nabucodonosor, no séc. VI a. C. que conquistou o Israel do Sul e, a partir de então, os judeus passaram pelas mãos dos babilónios, persas, medos, e, finalmente, romanos. Logo, quando os ouvintes de Jesus o escutavam e ele lhes dizia que o Reino (Realeza, Reinado) de Deus acabava de chegar, muitos terão pensado numa libertação divina de teor apocalítico. Foi, aliás, o que pensaram os seus próprios discípulos, a começar por Pedro. Em Mateus 16, 21, Pedro responde à pergunta de Jesus: “Quem dizem vocês que eu sou?”, “Tu és para nós o Messias”. Jesus aceita a resposta, mas acrescenta que o seu messianismo passará pela morte, sofrimento e traição. Pedro não aceita e Jesus chama-lhe: Satanás: “Tu és para mim

---

<sup>1</sup> Edição portuguesa da Fundação Gulbenkian, 2006.

um estorvo porque os teus pensamentos não são os de Deus, mas os dos homens!” Podemos entender esta resposta de Jesus como profecia *ex eventu*, mas resume bem a realidade histórica do pregador histórico da Galileia. Nem João Batista, nem os familiares, nem os discípulos, nem o povo em geral entenderam o que Jesus queria dizer com o advento do Reino de Deus. A prova mais concludente consiste no medo e fuga dos discípulos aquando da prisão e morte de Jesus por crucifixão no lugar do Gólgota, que significa “caveira”, reservado a bandidos, a zelotas judeus guerrilheiros que combateram a legião romana nos anos 66-70. A mãe dos discípulos, filhos de Zebedeu, pede a Jesus: “Ordena que estes dois meus filhos se sentem um à tua direita e o outro à tua esquerda no teu Reino (Mt 20, 21 e par.). Estes dois textos são paradigmáticos para ajuizarmos da política religiosa dos judeus daquele tempo. Lembremos, ainda, que os célebres textos de Qumran, descobertos em 1947, são bem claros quando nos falam das expectativas messiânicas, naquele século II e I a. C., dum Messias real, davídico, conjuntamente com um Messias sacerdotal. A literatura qumrânica continua a ser estudada seriamente por académicos ocidentais e judeus de Israel e Estados Unidos. Todos concluem que o Messias das Escrituras Hebraicas, como das de Qumran, ainda não veio<sup>2</sup>. O último romance de Amos Oz, *Judas*, também apresenta, de maneira clara, embora com personagens fictícios, o assunto no judaísmo contemporâneo<sup>3</sup>.

No tempo de Jesus, o mundo político-religioso estava enxameado de falsos messias. Basta ler Actos 5, 36-39 e o *Bellum Judaicum* de Flávio Josefo.

Chegamos, assim, ao nosso assunto com os pés bem assentes na sociologia circunstancial político-religiosa do tempo de Jesus.

Vou defender a tese de que Jesus pregou uma política de *eu-topia* baseada nas suas parábolas sobre o *Reino de Deus*. Parto do princípio que o Jesus histórico apresentou aos seus ouvintes uma alternativa aos sonhos messiânicos dos judeus do seu tempo baseados na expectativa do *malak Yaweh*, isto é, no reino final messiânico.

O tema central do Reino determinou todos os passos do Jesus histórico. O evangelho de Marcos, escrito pelo ano 70, é bem claro ao narrar: “Depois de João ter sido preso, Jesus foi para a Galileia, e proclamava o Evangelho de Deus,

---

<sup>2</sup> Collins, J. J., *The Scepter and the Star. Messianism in Light of the Dead Sea Scrolls*, William B. Eerdmans, Grand Rapids, 2010.

<sup>3</sup> Oz, A., *Judas*, Dom Quixote, 2016.

dizendo: “Completo-se o tempo e o Reino de Deus está próximo: arrependei-vos e acreditai no Evangelho”” (Mc 1, 14-15; Mt 3, 21).

Todos os exegetas e historiadores concordam neste ponto<sup>4</sup>.

Muitos autores do séc. XIX e XX falaram deste Reino como realidade apenas intimista ou a realizar, escatologicamente, num futuro de tempo indeterminado. Mas a verdade é que os evangelhos nos apresentam a realização concreta e histórica deste Reino a começar com a própria história de Jesus. O que fora prometido *em esperança* pela teologia judaica estava a realizar-se historicamente.

Lemos em Mt 11, 28: “Mas, se é pelo Espírito de Deus que eu expulso os demónios, então chegou até vós o Reino de Deus.” (par. Lc 11, 20). O verbo grego *ephthasen* significa “chegar” com o sentido de “antecipar”, “preceder”. Em Lc 17, 20-21, o assunto tem este desenvolvimento: “Interrogado pelos fariseus sobre quando chegaria o Reino de Deus, Jesus respondeu-lhes: “O Reino de Deus não vem de maneira ostensiva. Ninguém poderá afirmar: “Ei-lo aqui” ou “Ei-lo ali”, pois o Reino de Deus está entre vós”.”

O Reino de Deus é, então, um processo histórico em ação, e não apenas um sentimento intimista de fé em Jesus Cristo. A vinda do Reino de Deus exige transformação, renovação, conversão interior para se derramar em realidade dum mundo melhor, o da *eu-dokia*.

É histórico que o imperador Tibério reina em Roma, o rei Antipas reina na Galileia e Pilatos representa o império romano em Jerusalém. É histórico que o Templo e o Sinédrio, fariseus e saduceus, desempenham o seu papel no monoteísmo judaico. O Reino de Deus pregado por Jesus é, então, um *tertium* que vem substituir os dois outros mandatos? Apenas podemos responder, a partir das parábolas autênticas de Jesus, que a semente do Reino foi lançada à terra como algo de “presente”.

Antes de apresentarmos as parábolas do Reino, devemos perguntar em que consiste uma parábola e quantas terá pronunciado Jesus.

Uma parábola é uma pequena história de tipo simbólico e metafórico que reclama atenção e respeito. O parabolista serve-se deste género literário para apresentar o seu programa de vida. É um programa a receber, livremente, que

---

<sup>4</sup> Meier, J. P., *A Marginal Jew*, Doubleday, New York, Vol. II, pp. 237-288, 1994; Crossan, J. D., *The Birth of Christianity*, Harper San Francisco, pp. 239-292, 1998; Sanders, E. P., *Jesus and Judaism*, Philadelphia, Fortres Press, pp. 61-122, 1985; Hengel, M., Schwemer & A. M. *Jesus und das Judentum*, Mohr Siebeck, Tübingen, 2007.

obriga ao discernimento e escrutínio sobre o sentido da parábola.

Os autores mais significativos, que estudaram, de maneira exaustiva, as parábolas de Jesus, divergem quanto ao número. Adolf Jülicher fala de 53; C. H. Dodd, de 32; Joachim Jeremias, de 41; Bernard Brandon Scott, de 29; Jam Lambrecht, de 42; R. Alan Kelpertter, de 49; John Dominic Crossan, de 65. Todos estes autores partem do princípio de que todas as parábolas saíram da boca do Jesus histórico. O que lhes interessa é o estudo da parábola em si, o seu conteúdo, estilo, estética, subversão de mensagem relacionada com a cultura judaica e política de então.

Esta posição é posta em causa com o estudo de John P. Meier, de 2016, ao longo de 441 páginas. Trata-se do seu quinto volume sobre *A Marginal Jew*<sup>5</sup>.

Este autor começa por apresentar os cinco critérios clássicos para discernir sobre o Jesus histórico e o Jesus da fé e da Igreja: 1) critério do embaraço; 2) critério da descontinuidade; 3) critério do múltiplo testemunho; 4) critério da coerência; 5) critério da rejeição e execução de Jesus.

Aplicados às parábolas, J. P. Meier conclui que há apenas quatro parábolas que obedecem a estes critérios: a parábola do semeador (Mc 4, 30-32; Mt 13, 31-32; Lc 13, 18-19), a parábola dos vinhateiros homicidas (Mc 12, 1-11; Mt 21, 33-43; Lc 20, 9-18), a parábola do grande banquete (Mt 22, 2-14; Lc 14,16-24), a parábola dos talentos (Mt 25, 14-30; Lc 19, 11-27).

O autor não nega que Jesus tenha proferido muitas mais parábolas. A tradição do Jesus parabólico é importante porque a cultura de então residia mais na transmissão oral do que na escrita. De facto, Jesus nunca escreveu nada nem mandou escrever. Não possuímos nenhuma *biografia* de Jesus. O que chegou até nós, nos sinóticos, é sempre resultado de tradições ao longo de uns cinquenta anos, desde o ano 30 ao ano 90. Não possuímos outras fontes literárias, exceto o quarto evangelho, bem diferente dos sinóticos já que não apresenta uma única parábola, mas apenas *sinais*.

O mundo literário das parábolas pertence ao mundo literário semita dos *machalim* que engloba os *ditos*, *provérbios*, *parábolas*, *alegorias*. Sem dúvida que a parábola dos vinhateiros homicidas (Mc 12, 1-12 e par.)

Alberga uma alegoria dentro de si: a vinha significa Israel, o dono da vinha

---

<sup>5</sup> Yale University Press, New Haven & London, 2016.

é Deus, os vinhateiros maus são os judeus descrentes e Jerusalém como tal; os servos enviados pelo dono da vinha são os profetas, uns, maltratados e, outros, mortos, o filho único é Jesus, sua morte violenta e fora da vinha é a crucificação, o castigo divino é a destruição de Jerusalém; a referência ao Salmo 117, 22-23 (LXX), é o anúncio da ressurreição.

Regressemos, então, às principais parábolas do Jesus histórico, sobre o Reino de Deus, para tirar algumas ilações sobre a sua *eutopia*.

Fixemo-nos no evangelho de Marcos, o primeiro a ser escrito, pelo ano 70, com as suas cinco parábolas aglomeradas no cap. IV:

A parábola do *semeador* (Mc 4, 1-9; Mt 13, 1-9; Lc 8, 4-8). “Escutai: o semeador saiu a semear. Enquanto semeava, uma parte da semente caiu à beira do caminho e vieram as aves e comeram-na. Outra caiu em terrenos pedregosos, onde não havia muita terra e logo brotou, por não ter profundidade de terra; mas, quando o Sol se ergueu, foi queimada e, por não ter terra, secou. Outra caiu entre espinhos, e os espinhos cresceram, sufocaram-na, e não deu fruto. Outra caiu em terra boa e, crescendo e vicejando, deu fruto e produziu trinta, a sessenta e a cem por um.” E dizia: “Quem tem ouvidos para ouvir, oiça.”

A parábola da lâmpada (Mc. 4, 21-23 e par; Mt 5, 15; 10, 26 e Lc 8, 16-17): “Disse-lhes ainda: “Põe-se, porventura, a candeia debaixo do alqueire ou debaixo da cama? Não é para ser colocada no candelabro? ( ).”

A parábola da medida (Mc 4, 24-25 e par; Mt 7, 2; 13, 12 e Lc 8, 18): “Tomai sentido no que ouvis. Com a medida que empregardes para medir é que sereis medidos, e ainda vos será acrescentado. Pois àquele que tem, será dado; e ao que não tem, mesmo aquilo que tem lhe será tirado.”

A parábola do grão que germina (Mc 4, 26-29): “O Reino de Deus é como um homem que lançou a semente à terra. Quer esteja a dormir, quer se levante, de noite e de dia, a semente germina e cresce, sem ele saber como.

A terra produz por si, primeiro o aule, depois a espiga e, finalmente, o trigo perfeito na espiga. E, quando o fruto amadurece, logo ele lhe mete a foice, porque chegou o tempo da ceifa.”

A parábola do grão de mostarda (Mc 4, 30-32; e par. Mt 13, 31-32; Lc 13, 18-19): “Com que havemos de comparar o Reino de Deus? Ou com qual parábola o representaremos?

É como um grão de mostarda que, ao ser deitado à terra, é a mais pequena

de todas as sementes que existem; mas, uma vez semeado, cresce, transforma-se na maior de todas as plantas do horto e estende tanto os ramos, que as aves do céu se podem abrigar à sua sombra.”

No evangelho de Mateus deparamo-nos com três parábolas *exclusivas* deste evangelho.

A parábola do trigo e do joio (13, 24-3): “O Reino do Céu é comparável a um homem que semeou boa semente no seu campo. Ora, enquanto os seus homens dormiam, veio o inimigo, semeou joio no meio do trigo e afastou-se. Quando a haste cresceu e deu fruto, apareceu também o joio.” Os servos pediram ao dono para arrancar o joio, mas dono disse-lhes: “Não, para que não suceda que, ao apanhardes o joio, arranqueis o trigo ao mesmo tempo. Deixai um e outro crescer juntos, até à ceifa; e, na altura da ceifa, direi aos ceifeiros: Apanhai primeiro o joio e atai-o em feixes para ser queimado; e recolhei o trigo no meu celeiro.”

A parábola do tesouro e da pérola (13, 44-46): “O Reino do Céu é semelhante a um tesouro escondido num campo, que um homem encontra. Volta a escondê-lo e, cheio de alegria, vai, vende tudo o que possui e compra o campo.

O Reino do Céu é também semelhante a um negociante que busca boas pérolas. Tendo encontrado uma pérola de grande valor, vende tudo quanto possui e compra a pérola.”

A parábola da rede (13, 41-50). “O Reino do Céu é ainda semelhante a uma rede que, lançada ao mar, apanha toda a espécie de peixes”, uns bons e outros maus.

Finalmente, Mateus e Lucas, com exceção de Marcos, apresentam-nos ainda a parábola do fermento (Mt 13, 31-32 e par; Lc 13, 20-21): “O Reino do Céu é semelhante ao fermento que uma mulher toma e mistura em três medidas de farinha, até que tudo fique fermentado.”

A conclusão a tirar de todas estas parábolas é que o Reino de Deus começa por ser um anúncio e uma pessoa: um anúncio duma nova mensagem semeada no campo de Israel, como semente lançada à terra, aparentemente insignificante (grão de mostarda), caída em terrenos bons e maus (semeador), que cresce como joio e trigo no mesmo campo (o joio e o trigo), pertence ao tempo de Deus, Senhor do dia e da noite (o grão que germina). O narrador é Jesus, Senhor do novo campo de Israel, agora sem fronteiras geográficas, dogmáticas, litúrgicas, rituais, aberto, portanto, a judeus e não judeus, marginalizados, pobres e ricos, doentes, cobradores de impostos, pecadores, simples e humildes de coração. Não se trata de um

reino geográfico e político — o reino político de Israel sob a alçada do reino-império político romano. Não se trata de território, mas de “terreno humano”. Não se trata de realeza ou de governo político de Deus, mas de “realeza divina” a governar os corações dos homens e da humanidade, e sempre em liberdade. Jesus não impõe, apenas propõe. Não se trata, portanto, de hegemonia de Deus, mas de conversão ao bem maior de Deus, onde reside a pérola e o tesouro. Esta *eutopia* vem dos céus e não do egoísmo da terra com os seus nacionalismos e imperialismos defendidos por legiões de soldados e legiões de leis e mandamentos religiosos. Mas também não se trata de uma *utopia* sem tempo, lugar, espaço, mundo político e religioso. É fermento na massa, luz na escuridão da casa, perdão no meio do pecado, amor no meio das dissensões, revelação transcendente no imanente fechado e sombrio, um mundo novo em ação, presente a sempre a vir (*há yolam habah*), escatologia realizada e a realizar, herança de vida eterna (Mc 10, 17) que habita nos que são como crianças (Mc 10, 14), nos pobres em espírito.

Trata-se do Reino de Deus como objeto de oração ao Pai: “Venha a nós o vosso Reino ). E, deste modo, transforma-se, por metonímia, no novo povo de Deus. Um reino sem povo é um reino vazio. O povo deste Reino de Deus, pregado por Jesus, recebe um dom e deve tomar, livremente, a sua decisão que o prende ao Reino. Assim sendo, este Reino é dom e decisão, graça e ação, sinal sagrado e sacramento. O sonho dos profetas, especialmente do Daniel apocalítico ou dos homens de Qumran, torna-se, finalmente, realidade sempre em tensão entre o sim e o ainda-não.

A nossa ignorância conceptual é enorme perante as afirmações constantes de Jesus sobre a realidade divina do Reino de Deus. Este Reino vive dentro do povo de Deus em todas as igrejas que acreditam nele, mas supera-as a todas.

Termino com a parábola alegórica dos vinhateiros homicidas (Mc 12, 1-12 e par), que todos os estudiosos reconhecem como saída da boca do Jesus histórico, pelo menos no seu centro vital, nos vv. 1-8.

Se o dono da vinha é Deus, se a vinha é Israel, se os vinhateiros trataram mal os profetas enviados por Deus, se o Filho único é Jesus, o narrador, apresentado desta maneira: “Já só lhe restava um filho muito amado. Enviou-o por último, pensando: “Hão de respeitar o meu filho”. Mas aqueles vinhateiros disseram uns aos outros: “Este é o herdeiro. Vamos matá-lo e a herança será nossa. Apoderaram-se dele, mataram-no e lançaram-no fora da vinha.”, devemos concluir que

não se trata duma parábola alegórica criada pelos evangelistas para explicar a morte de Jesus como realidade *ex eventu*. A parábola é uma profecia histórica do Jesus histórico. E se é assim, só resta concluir que estamos diante duma *cristoteologia*. Jesus tem um Pai que o enviou à sua vinha, ao seu Reino, ao seu povo, que o não aceitou. Jesus tinha, pois, uma autoconsciência bem nítida de ser quem era, seja em relação ao Pai, seja em relação ao seu povo. A sua *eu-topia* reverte por completo a ideia do AT sobre o Deus de Israel, o monoteísmo clássico, as expectativas messiânicas. Jesus e a sua *eu-topia* constitui o grande *paradoxo* da história.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 13 DE OUTUBRO DE 2016)



# O papel da *Academia das Ciências de Lisboa* no estabelecimento de uma ortografia simplificada e unificada para a lusofonia: perspetiva histórica e responsabilidade atual<sup>1</sup>

ROLF KEMMLER

## 1. INTRODUÇÃO: O PAPEL NORMATIVO DA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA

No ano de 1713, o oitavo Marquês de Villena, Juan Manuel Fernández Pacheco y Zúñiga (1650-1725) promoveu a fundação de uma instituição que viria a ser conhecida como Real Academia Española (RAE). É notável que, já no primeiro capítulo dos primeiros estatutos de 1715, fica manifesta a preocupação com a língua materna dos académicos espanhóis:

*SIENDO el fin principal de la Fundación de esta Académia, cultivár, y fijár la puréza, y elegância de la lengua Castellana, desterrando todos los errores, que en sus vocablos, en sus modos de hablar, ò en su construcción há introducido la ignorância, la vana afectación, el descuido, y la demasiáda libertád de innovár; será su empleo distinguir los vocablos, frases, ò construcciones estrangeras de las próprias, las anti-quádas de las usádas, las baxas, y rústicas de las Cortesánas, y lewantádas, las burlescas de las sérias, y finalmente las próprias de las figurádas*

(RAE 1715, p. 11)

Sendo a Academia Espanhola reunida para elaborar um *Diccionario de la lengua*, a obra hoje mais conhecida como *Diccionario de autoridades* foi publicada entre 1726 e 1739 em seis volumes in-folio que compreendem um total impressionante de 4183 páginas.

---

<sup>1</sup> Fruto de investigação do próprio autor, o presente artigo retoma e aperfeiçoa elementos de Kemmler (2001, 2009, 2011, 2012, 2014, no prelo).

No entanto, é de notar que, para além da ocupação purística com o léxico da língua, a preocupação didático-normativa com outras obras metalinguísticas relacionadas com a tarefa dicionarística, nomeadamente a *Gramática de la lengua castellana* (GRAE <sup>1</sup>1771) e a *Orthographía española* (ORAE <sup>1</sup>1741). A importância da GRAE para o sistema educativo espanhol até mesmo surge relevada — como reflexo aparente da filologia histórico-comparativa então em moda na Europa — no artigo terceiro dos Estatutos de 1859:

*Siendo la Gramática de la Academia texto obligatorio y único en las escuelas de enseñanza pública, por virtud del artículo 88 de la ley de 9 de Setiembre de 1857, procurará esta Corporación que, así la Gramática como su Compendio y Epítome, vayan acomodándose á la índole de cada período de la enseñanza, y correspondan á lo que exige el estado actual de los conocimientos filológicos y gramaticales en las naciones más adelantadas de Europa*

(RAE 1859, p. 4)<sup>2</sup>

É nesta senda que, ainda hoje, os estatutos académicos de 9 de julho de 1993, na sua redação mais recente 1995 e 2005, referem como missão primordial o zelo pela língua castelhana em todo o mundo, mantendo no artigo II o “diccionario común de consulta general” (RAE, 2014, p. 10) como uma das atividades cruciais da sua atividade científica. Interessa-nos, porém, ainda mais, o artigo IV que enquadra a atividade linguístico-normativa na grande área da gramática como se segue:

*Asimismo será ocupación constante de la Academia tener al día su Gramática. La Academia fomentará, y en su caso acogerá o publicará, obras gramaticales de particulares, sean o no miembros de ella. Finalmente, podrá publicar compendios y epítomes de su propia Gramática, acomodados a los distintos niveles de enseñanza*

(RAE 2014, p. 10)

---

<sup>2</sup> O referido artigo da “Ley Moyano” (1857) estipula o seguinte: “La Gramática y Ortografía de la Academia española serán texto obligatorio y único para estas materias en la enseñanza pública” (Ley Moyano, 1892, p. 99). Foi através da referida lei que o Ministro Claudio Moyano Samaniego (1809–1890) reformou o sistema educativo espanhol.

Ao chegar inclusive a ser intitulada inoficialmente “Real Academia de la Lengua”, fica evidente que a RAE desde a sua fundação até aos dias de hoje tem sido largamente percebida como sendo dedicada ao cultivo da língua dentro dos seus aspetos mais variados. Mesmo perante a presença de grande número de gramáticas descritivas e de obras metaortográficas, a hispanofonia de hoje seria difícil imaginar sem o peso normativo das subsequentes edições da *GRAE* e da *ORAE*.

## 2. A ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, A LÍNGUA E A ORTOGRAFIA

No que respeita a Portugal, é sobejamente conhecido o facto de a Academia Real das Sciencias de Lisboa, estabelecida em Lisboa aos 24 de dezembro de 1779, pertencer aos projetos intelectuais do ilustre estrangeirado, o 2.º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva (1719–1801). Consta, no entanto, que a primeira sessão da jovem Academia somente se realizou em 6 de janeiro de 1780, vindo somente a ser narrada no artigo de Lisboa da *Gazeta de Lisboa* de 1 de fevereiro desse ano. Ao dar uma noção sucinta, mas adequada desse mais recente corpo literário europeu da época, o artigo não assinado identifica a finalidade da Academia como “sendo unicamente dirigido ao adiantamento das Sciencias, e da Industria” (GL, 1780, p. [IV]), o que coincide com o parágrafo em que são explicitadas as áreas científicas nela congregadas:

*Os objectos, em que a nova Academia deve occupar-se, são, as Sciencias Fysicas, e Mathematicas, e sobre tudo a applicação destas á Agricultura, ás Artes, e á Industria popular: e ajuntará a estudos tão uteis o da nossa Lingua, da nossa Poesia, e da nossa Historia: para o que dara principio a huma Bibliotheca, e Museo nacional*  
(GL, 1780, p. [IV])

Nesta primeira reportagem dedicada à Academia das Ciências de Lisboa, um leitor contemporâneo não podia deixar de ficar com a noção pertinente de que a finalidade principal dela jazia nas ciências modernas, quer aplicadas quer aplicáveis a fins concretos, reunidas nas classes das “Sciencias de observação”

(hoje *Ciências Naturais*) e das “Sciencias de Calculo” (hoje *Ciências Exatas*; cf. GL, 1780, p. [IV]; ACL 1822, pp. 13-14). No que respeita, porém, à área das letras, torna-se evidente que entre as três classes, a das “Bellas Letras” parece ter tido menos peso — menos ainda quando consideramos que a ciência nascitura das “Ciências da Linguagem” apenas viria a surgir em Portugal em 1868.

No que diz respeito à sua produção linguística, o trabalho mais notável das primeiras décadas da Academia das Ciências de Lisboa é a publicação, em 1793, do primeiro (e único) volume do que seria o monumental *Diccionario da Lingoa Portuguesa* (ACL, 1793).<sup>3</sup> Já em 1781, a Academia deve ter entendido não conseguir uma gramática filosófica somente graças aos esforços próprios dos seus académicos, pelo que a Assembleia de outubro de 1781 renovou o concurso com prazo para o ano de 1784:

*Huma Grammatica Filosofica, quanto puder ser completa, da lingua Portuguesa: sendo tambem o premio dobrado, isto he, de valor de 100\$000 reis*

(GL, 1781, p. [IV])

Que nenhuma das gramáticas submetidas para avaliação pelos académicos tenha sido considerada digna de vir a ser premiada, é outra história. Esta foi contada por Menéndez (2002). Ora, a falta de uma gramática filosófica eventualmente chegou a ser colmatada pelo académico Jerónimo Soares Barbosa (1737–1816) que viria a legar o manuscrito à Academia por ocasião da sua morte (Kemmler, 2012, pp. 169-170), sendo este publicado pela mesma sob o título *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822). No que diz respeito, porém, a ortografia, a gramática de Soares Barbosa não chegou a preferir qualquer um dos regimes gráficos correntes, pelo que o académico Rodrigo Ferreira da Costa (1776–1825) publicou a memória “Reflexões e observações prévias para a escolha do melhor systema de orthografia portugueza: e dedução dos seus principios capitães”, uma vez que “na Sessão ordinária de 17 de maio (de 1820) resolveu a Academia tentar a formação de um Vocabulário Orthografico [...]” (Costa, 1823, p. 102). Nas palavras do autor, cabia-lhe a exposição dos vários sistemas gráficos para que a Academia dispusesse, tendo em vista o vocabulário ortográfico.

---

<sup>3</sup> Sobre o relacionamento entre a lexicografia e a ortografia no plano manuscrito da referida obra, veja-se o artigo de Gonçalves (1993).

No entanto, parece que a Academia perdeu o ânimo de prosseguir na matéria, já que a referida obra então planeada nunca chegou a ser publicada.

### **3. O PAPEL DA ACL NOS GRANDES PROJETOS DE REFORMA NO SÉCULO XIX**

Ao aproveitar investigação própria já levada a cabo e publicada em Kemmler (2001), aproveitaremos em seguida para prestar atenção ao papel que coube à Academia das Ciências na grande discussão sobre uma simplificação e uniformização em finais do século XIX. Foi através de opúsculos escritos pelos seus principais propugnadores que tiveram início as duas grandes propostas para uma simplificação da ortografia da língua portuguesa. Já não se trata aqui, pois, de tratados de ortografia propriamente ditos, mas sim de projetos programáticos para reformas do regime gráfico em Portugal.

#### **3.1 O PROJETO DA ORTOGRAFIA SÓNICA E A ACADEMIA DAS CIÊNCIAS**

Em finais de 1875, o cirurgião de divisão portuense José Barbosa Leão (1818–1888) publicou anonimamente o seu opúsculo *Considerações sobre a Orthographia Portuguesa*. Com esta obra, dedicada ao então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, António Rodrigues Sampaio (1806–1882), o autor deu início a uma prolongada discussão sobre uma reforma fonético-fonográfica que naturalmente não deixaria de influenciar a posterioridade.

##### **3.1.1 AS CONSIDERAÇÕES DE JOSÉ BARBOSA LEÃO (1875)**

No seu opúsculo, antes de proceder às propostas para uma grafia, Barbosa Leão tenta empreender uma análise fonética baseada na perceção auditiva do próprio autor, procurando, assim, estabelecer o inventário dos sons do português.

Com base nestes factos fonéticos, Barbosa Leão vai direto à pedra basilar de todo o seu pensamento ortográfico:

*Passando á orthographia, cumpre antes de tudo consignar bem este principio incontestavel já alludido: a linguagem escripta é pura e simplesmente a representação da linguagem fallada. Pelo que a orthographia será tanto mais perfeita, quanto mais natural, mais simples e mais exactamente realisar essa representação*

(Leão, 1875, p. 16)

Verifica-se, portanto, que o reformador propõe uma ortografia fonográfica. Para justificar uma tal fonografia, Barbosa Leão discute longamente todas as inconveniências, ou seja, as incoerências que identifica entre as grafias etimológica e usual.

Não obstante tratar-se de uma obra anónima, Leão (1878a, p. V) afirma que, com a intenção de tentar desencadear uma revolução de cima para baixo, a fez “[...] distribuir ás repartições públicas e aos institutos d’ensino superior, especial e secundário. Assim como fis enviar algumas dezenas d’ezemplares á Academia Real das Ciências”. Apesar dos seus esforços, esta tentativa não conseguiu obter a adesão desejada, uma vez que a própria Junta Consultiva de Instrução Pública ter-se-á oposto ao projeto (Leão, 1878a, p. VI).

Visto que a aproximação aos que detinham o poder sobre cultura do tempo não lhe forneceu o reconhecimento esperado, a partir de inícios do ano de 1877 o reformador optou por uma inversão de marcha: desta vez tentaria a “[...] revolução debaixo para cima [...]” (Leão, 1878a, p. VI). É destes esforços que surgiram os convénios e a constituição da Comissão do Porto.

### 3.1.2 A COMISSÃO DO PORTO

Os esforços continuados por parte de Barbosa Leão levaram ao facto de que ele “[...] promoveu em 1877 um movimento em favor da reforma, e em maio d’esse anno teve logar no Porto uma reunião publica, devéras auctorizada pela qualidade das pessoas que a ella concorreram, sendo eleita uma commissão encarregada de estudar a reforma”<sup>4</sup>. No seu opúsculo, onde reproduz o parecer

<sup>4</sup> Rosa em *Primeiro de Janeiro* (7 de janeiro de 1889) (citado em Leão, 1889, p. 64).

da Academia das Ciências, Leão oferece as seguintes informações sobre o convênio que teve lugar no teatro Príncipe Real no Porto em 27 de maio de 1877:

*Foi uma assembleia das mais concorridas que temos prezenciado: vimos quazi todos os lentes da Politénica, da Escola Mèdicò-Cirúrgica e do Seminário, professores do Liceu, dirètores de colégios, professores particulares, representantes e colaboradores de todos os jornais do Porto, escritores, médicos, jurisconsultos, abades e outros ecclesiásticos, farmacêuticos, comerciantes distintos, divérsas àutoridades civís, industriais, estudantes e muitas pessoas de representação e respeitabilidade*

(Leão, 1877, p. 3)

No entanto, a opinião sobre a qualidade, ou melhor, a capacidade de análise linguística, de que dispunham (ou não) os participantes do encontro não foi unânime: na necrologia de Barbosa Leão, o filólogo José Leite de Vasconcelos (1858–1941) tece os seguintes comentários acerca da aptidão filológica tanto dele como dos outros participantes do grémio:

c) José Barbosa Leão. Falleceu 1888, já com bastante idade. Barbosa Leão era medico, mas occupou-se tambem da reforma da orthographia portuguesa, e é neste sentido que a noticia do seu fallecimento tem logar aqui. O amor, a abnegação mesmo, com que tractou aquella materia, promovendo conferencias, publicando livros e escrevendo infinitos artigos, tornou-o immensamente conhecido no pais, ao mesmo tempo que lhe causou muitos desgostos. Para que se consiga implantar uma ideia, não basta porém só dedicação, é preciso tambem ter conhecimento pleno do assumpto: ora Barbosa Leão foi um apostolo desorientado, porque se regulava por opiniões anticipadas, em vez de se pôr ao correr dos estudos linguisticos modernos. Se pois é para louvar o seu zêlo, o seu desinteresse, o seu enthusiasmo, o seu desejo de ser util, não se póde occultar que tudo isso foi improficuo. Não obstante, quem quizer fazer a historia da nossa orthographia, ha de estudá-lo; por isso vou mencionar os seus trabalhos de que tive conhecimento:

*[...] Parecer da comissão ortografica. Porto 1877, in-fol. Este trabalho relaciona-se com uma célebre sessão pública realisada num theatro do Porto, com apparencias de comicio, em que fallou quem quiz; mas não só nenhum dos oradores, como nenhum*

*dos membros da comissão, fosse qual fosse o merecimento que tivessem n'outros ramos, e de certo o tinham alguns, possuía os conhecimentos linguísticos indispensáveis para poder discutir a serio o assumpto*

(Vasconcelos, 1889, p. 388)<sup>5</sup>

Fosse qual for a verdadeira legitimação filológica ou linguística do convénio, a Comissão do Porto constituiu-se como resultado da referida reunião e foi ainda em 11 de dezembro de 1877 (Leão 1878b: 24) que, sendo relator o próprio Barbosa Leão, a comissão presidida pelo jurista Adriano de Abreu Cardoso Machado (1829–1891), incluía ainda Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar (1825–1918), 2.º Conde de Samodães, Manuel Maria da Costa Leite, 1.º visconde de Oliveira (1813–1896), o farmacêutico Agostinho da Silva Vieira, o jurista, professor e proprietário Delfim Maria de Oliveira Maia (1829–1887),<sup>6</sup> o engenheiro Eduardo Augusto Falcão e o professor Francisco de Faro Oliveira, apresentou o seu *Parecer da Comissão de Reforma Ortográfica* a outra reunião pública na mesma cidade em 23 de dezembro deste ano (Leão 1878b). Neste encontro não só se aceitou o estabelecido pela comissão, mas igualmente se propôs o seguinte:

*Que se represente á Academia Real das Ciências, pedindo que ela dê a língua com uma ortografia normal, adõtando o sistema proposto, ou outro que julgar melhor, no caso de rejeitar este; e que publique uma gramática, e bem assim o vocabulário competente se não publicar em breve o dicionário*

(Leão, 1879, p. 4)

E foi o que se fez: tendo o *Parecer* da comissão sido apresentado à Academia das Ciências na sessão 5 de fevereiro de 1878. Esta nomeou uma comissão de cinco académicos, compreendendo José Maria Latino Coelho (1825–1891) (Relator), Manuel Pinheiro Chagas (1842–1895), António Maria Couto Monteiro (1821–1896),<sup>7</sup>

<sup>5</sup> A necrologia de José Leite de Vasconcelos também chegou a ser reproduzida em Leão (1889, p. 55).

<sup>6</sup> Para mais informações veja-se o *Registo do testamento com que faleceu Delfim Maria de Oliveira Maia, proprietário* (3 de janeiro de 1887).

<sup>7</sup> Somente os nomes dos primeiros três académicos constam do *Parecer* da Academia das Ciências. Leão (1886, p. 248) afirma existirem duas versões do referido *Parecer* académico, nomeadamente, uma com apenas as assinaturas de Latino Coelho e Pinheiro Chagas e, dado que só na sessão de outubro de 1878 se ter descoberto que este último também integrava a comissão, outra versão com a terceira assinatura de Couto Monteiro [é esta a edição que nós temos presente].



Antônio Augusto Teixeira de Vasconcelos (1816–1878) e Daniel Augusto da Silva (1814–1878).<sup>8</sup> Passado um ano, a 6 de fevereiro de 1879, depois de Latino Coelho ter lido a metade do *Parecer* na sessão de 6 de junho de 1878 e, aparentemente, sem posteriormente retomar alguma vez o assunto, a comissão apresentou impresso o seu *Parecer Apresentado á Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre a Reforma Orthographica, Proposta pela Comissão da Cidade do Porto* (Coelho, 1879).

Na sua resposta ao *Parecer* da iniciativa portuense, depois de abordar longamente os deveres e competências de uma instituição como a Academia das Ciências, os académicos começam ao discutir se, face ao interesse generalizado que a história em geral tem suscitado no século XIX, não deveria antes ser o critério etimológico que convinha prevalecer na grafia das palavras, pois são da opinião de que “a etymologia é a genealogia dos sons articulados” (Coelho, 1879, p. 9). Verifica-se, desde logo, que os académicos não estão a favor de uma reforma ortográfica em sentido fonográfico. No entanto, o verdadeiro ataque à iniciativa popular não vem do lado latinista-sentimental, mas deriva dos conhecimentos linguísticos do que então se sabia na jovem disciplina linguística da fonética, já que ficava evidente que esta deveria fornecer a base de todas as discussões sobre os aspetos fónico, ortoépico e gráfico em que se deve basear uma “ortografia sónica”.

É através deste ponto de vista que vai surgir o argumento principal, no qual os académicos se irão basear para rejeitar as propostas da Comissão do Porto:

*Á analyse dos sons que não está feita, teria pois de seguir-se a fixação definitiva da pronuncia. E que esta determinação preliminar é absolutamente indispensavel para a adoção de um systema phonico de orthographia, o está denunciando a propria Comissão Portuense em seu Parecer, tomando como postulados em muitos dos exemplos que elegeu, certas maneiras de pronuncia, que não podem seguramente aquilatar-se como de boa lei pelos que se presam de bem pronunciar*

(Coelho, 1879, p. 15)

---

<sup>8</sup> Uma vez que Latino Coelho, segundo as afirmações de Barbosa Leão (1886: 248), teria prosseguido sozinho os trabalhos desta comissão, ninguém teria percebido antes da apresentação formal do *Parecer* na sessão académica de fevereiro de 1879 que, no entanto, já tinham falecido os últimos dois membros da comissão, nomeadamente o escritor Antônio Augusto Teixeira de Vasconcelos (29 de junho de 1878) e o matemático Daniel Augusto da Silva (6 de outubro de 1878).

*Face às incoerências e à falta de uma análise linguística científica e sistemática por parte da comissão portuense, os académicos ainda argumentam com a mudança linguística em curso e as variações que modernamente são percebidas como sendo de natureza diatópica, diastrática e diafásica. Visando evitar as dificuldades que estas apresentariam a uma ortografia fonográfica, acabam por julgar que “[...] justamente pela conservação da fôrma graphica, que o idioma pôde assegurar-se contra a rápida e irregular variação”*

(Coelho, 1879, p. 19)

Toda a argumentação dos académicos representa, portanto, por várias razões aludidas ou não aludidas, uma posição desfavorável às propostas da Comissão do Porto. Depois de realçar que, apesar deste facto, também não pretendem a mera conservação de uma ortografia arcaica, mas sim o estabelecimento de uma ortografia reformada no sentido de um melhoramento do sistema já adotado, os académicos acabam o seu parecer com a seguinte conclusão:

*Em presença de quanto fica exposto, é o nosso parecer que a reforma planeada pela Comissão Portuense, não pôde ser sancionada pelo voto da Academia*

(Coelho, 1879, p. 20)

Não cabe dúvida que terá sido sobretudo a rejeição *de facto* por parte da Academia das Ciências que levou ao fracasso do projeto propugnado por Barbosa Leão. No entanto, é de crer que também a proposta de uma introdução de novos grafemas ter inviabilizado a boa aceitação do projeto, já que a proposta alteração de modificações ao inventário grafemático português teria implicado mudanças próximas de uma revolução a nível tipográfico.

### 3.2 GONÇALVES VIANA E A ORTOGRAFIA NACIONAL

Só em 1911, baseando-se em grande número de trabalhos pioneiros em vários domínios da linguística portuguesa, é que o ilustre foneticista Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840–1914) conseguiria a implementação de uma simplificação ortográfica que serviria de base a todas as reformas posteriores. Foi por ocasião

de um novo projeto editorial chamado *Enciclopedia de ciência, arte e literatura – Biblioteca de Portugal e Brasil* (1885) que Gonçalves Viana e o sanscritólogo Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu (1842–1907) publicaram o seu manifesto de uma simplificação ortográfica intitulado *Bases da Ortografia Portuguesa* (1885), um opúsculo de 14 páginas que, para efeitos de divulgação, fizeram circular gratuitamente.

Conscientes da gravidade de uma reforma ortográfica, os dois autores do opúsculo afirmam no prefácio que os princípios nos quais se baseia esta ortografia, estabelecidos por ambos, mas aplicados nos dois anos anteriores à publicação das *Bases* sobretudo por parte de Vasconcelos Abreu em toda a espécie de documentos publicados e não-publicados, seriam “[...] resultado de estudo consciencioso e larga discussão dos iniciadores” (Viana/Abreu, 1885, p. 3).

### 3.2.1 AS BASES DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA (1885)

Na verdade, a aproximação dos dois filólogos ao assunto difere bastante do que se conhecem de obras metaortográficas anteriores: constata-se que tentam reconciliar os dois sistemas de escrita até então percebidos como sendo diametralmente opostos, isto é, a grafia fonética e a grafia etimológica — sendo o uso de ambas as vertentes cientificamente fundamentado. Embora esta atitude não se possa encontrar *ipsis verbis* na definição, a inclusão da fiel representação (quanto possível) dos sons proferidos na fala e do respeito pelo elemento histórico são inerentes a todo este sistema:

*“Ortografia Portuguesa” é o sistema de escrita ou grafia representante comum de todos os dialectos do português falado; a sua base é a história da linguagem portuguesa como língua e como dialecto*

(Viana/Abreu (1885, p. 6).

Influenciados pela linguística histórico-comparativa, os autores reconhecem que, visto a língua ser um “facto social” (Viana/Abreu, 1885, p. 5), nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos pode unilateralmente introduzir quer mudanças linguísticas, quer sistemas ortográficos, já que a ortografia deve ser

entendida como “[...] o sistema de escrita pelo qual é representada a língua dum povo ou duma nação num certo estado de evolução glotológica» (Viana/Abreu, 1885: 5). Partindo igualmente do pressuposto de que a ortografia deve ser igual para todos os falantes da língua, esta, segundo os nossos ortógrafos, só poderia basear-se na “filiação histórica” (Viana/Abreu 1885, p. 5). Esta atitude assenta nos princípios de: a) não ser admissível que uma das variantes do diassistema se imponha sobre outras variantes; b) a fonografia não ser capaz de unificar as variadas pronúncias, especialmente estando disponível somente o inventário grafemático convencional.

Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu não chamam o seu sistema ortográfico nem “sónico”, nem “etimológico”, mas simplesmente “Ortografia Portuguesa”, caracterizada por ser forçosamente “[...] uniforme e cientificamente sistemática [...]” (Viana/Abreu (1885, p. 4). Visto que este sistema se encontra situado no meio caminho entre a mera etimologia e a mera fonografia, podemos constatar que estamos perante as primeiras manifestações da *Ortografia Simplificada*, sistema que chegaria a dominar até os nossos dias.

As *Bases* representam já um trabalho relativamente completo (embora muito sucinto), levando em conta, como já frisámos, não só a (verdadeira) etimologia das palavras, mas também as várias realizações do diassistema, cujas divergências os autores tentam nivelar *mediante* a manutenção intencional e ponderada dos elementos históricos e, portanto, unificadores.

Contudo, o opúsculo não prevê as soluções para todos os problemas que precisavam ser regularizados, nem era essa a intenção dos autores de apresentar um estudo já completo. Parece, enfim, que a reação ao opúsculo, pelo menos nos tempos imediatamente posteriores à sua publicação, tenha sido nula, como podemos ver pelas palavras da filóloga contemporânea Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851–1925) que comentou o esforço da seguinte maneira: “De balde. Ninguém fez caso do opúsculo” (Vasconcelos 1976, p. 107).

Se bem que o primeiro conjunto das ideias ortográficas de Gonçalves Viana não tenha despertado a desejada atenção logo a partir do primeiro opúsculo, sem dúvida não pode ter continuado a ser ignorado depois do debate na Academia das Ciências, seguido pela publicação de várias obras nesta área, entre as quais o monumental estudo *Ortografia Nacional*. Como observa Vasconcelos (1976, p. 107), começaram os primeiros a responder-lhe, isto é, a escrever segundo os

princípios ortográficos propostos por Gonçalves Viana. Teria, portanto, de passar muito tempo entre os primeiros esforços e a aceitação mais ou menos geral das novas ideias ortográficas, tempo em que a questão ortográfica veio a tornar-se um assunto discutido que nunca mais deixaria de ocupar os académicos e até os órgãos do estado.

### 3.2.2 A DISCUSSÃO ORTOGRÁFICA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (1898-1901)

Gonçalves Viana foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa em 16 de março de 1893 e chegou à categoria de sócio efetivo em 17 de novembro de 1910. Foi através da sua associação à sábia instituição portuguesa que lhe terá sido possível influenciar (embora não de modo decisivo) a discussão ortográfica dentro da Academia das Ciências de Lisboa.<sup>9</sup> Convém notar que igualmente terá sido sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.<sup>10</sup>

Levando a sério a sua obrigação estatutária, Gonçalves Viana frequentava com alguma assiduidade as sessões da segunda classe, isto é, da Classe de Letras.<sup>11</sup> Assim, na sessão de 29 de abril de 1898, estando, entre outros, presentes os seus amigos Vasconcelos Abreu e Leite de Vasconcelos (também eles sócios correspondentes), ele chegou a presenciar a “*indicação*” por parte do sócio correspondente brasileiro J. P. de Assis Brasil, de que seria conveniente “[...] *de se proceder*,

---

<sup>9</sup> Julgamos que não seria sem importância o facto de alguns dos amigos pessoais de Gonçalves Viana, nomeadamente Guilherme Vasconcelos Abreu, Zófimo José Consiglieri Pedroso Gomes da Silva (1851-1910) e José Leite de Vasconcelos terem igualmente sido sócios da Academia das Ciências.

<sup>10</sup> Cf. Neves em Viana (1973, p. 43). Dado que ele parece nunca ter ido ao Brasil, não sabemos até que ponto ele terá exercido esta qualidade de sócio, mas parece de qualquer forma que somente terá sido sócio correspondente.

<sup>11</sup> Foi pela primeira vez para os anos 1898-1902 que se publicou o *Boletim da Segunda Classe* (1903) que era destinado a fazer públicas tanto as sessões, como os documentos e pareceres apresentados. Dado que a questão surgiu inúmeras vezes durante os anos cujas atividades os vários tomos do *Boletim* relatam, citaremos deles a seguir como se tratasse de uma obra monográfica, indicando sempre a sessão à qual se faz referência. Quanto à assiduidade de Gonçalves Viana nas sessões da classe de letras, verifica-se que dentro dos cinco anos (1898-1902), para os quais o Vol. I e o início do Vol. II servem de documentário, ele esteve presente em 30 de um total de 44 sessões (68,2 %). Nos dois anos cruciais do debate sobre o seu *Questionario* (1900-1901), ele “levantou a quota” a 73,3 %, tendo estado presente em 11 de 15 sessões.

*de accordo com a Academia de lettras recentemente creada no Brazil, ao estudo e fixação de um systema orthographico da Lingua Portugueza».*<sup>12</sup> No mesmo dia, o académico brasileiro apresentou a seguinte nota à Academia das Ciências de Lisboa:

*Estudo e fixação  
de um systema orthographico da lingua portugueza*

NOTA APRESENTADA Á ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS  
EM SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 1898.

*Indico que esta Academia convide a Academia de Lettras do Rio de Janeiro para ambas, em combinação, assentarem um systema de orthographia portugueza, baseado nos dois seguintes principios:*

*1.º Simplicidade logica, que torne a lingua escripta mais accessivel ao estrangeiro do que é actualmente;*

*2.º Determinação dos accentos tonicos das palavras, deixando os prosodicos inteiramente entregues á evolução natural, que vae creando variedades de pronunciação, sobre as quaes é impossivel legislar efficazmente.*

*Indico, finalmente, que, estabelecido o systema de orthographia, as duas Academias tratem de organizar e publicar um vocabulario da lingua.*

LISBOA E SALA DAS SESSÕES DA 2.<sup>a</sup> CLASSE DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS,  
29 DE ABRIL DE 1898.

J. P. DE ASSIS BRASIL<sup>13</sup>

A questão foi logo retomada na sessão seguinte de 26 de maio. A fim de tentar esclarecer a proposta feita na sessão anterior, Assis Brasil voltou a lamentar o estado da ortografia luso-brasileira, sublinhando que nem a aproximação “etimológica”, nem a “fonética”, nem a “usual” poderiam servir de base para um

<sup>12</sup> Sessão de 29 de abril de 1898 (ACL, 1903, p. 71). Trata-se, de facto, do primeiro passo dado para o estabelecimento interacadémico de um sistema ortográfico simplificado único para todo o mundo lusófono (convém notar que a Academia Brasileira de Letras foi fundada em 20 de junho de 1897).

<sup>13</sup> No primeiro volume do *Boletim da Segunda Classe*, trata-se de uma nota anexa à sessão de 29 de abril de 1898 (ACL, 1903, p. 72).

sistema coerentemente simplificado.<sup>14</sup> Sem que a questão originasse grande discussão, apenas Leite de Vasconcelos chegou a pronunciar-se sobre o assunto ao defender a urgência de uma reforma da ortografia portuguesa.<sup>15</sup>

Ainda passaria, porém, algum tempo antes que a douda corporação voltasse ao assunto da ortografia. Referindo-se a uma “[...] proposta apresentada e aprovada na última assembleia geral [...]”, o presidente Inácio Francisco Silveira da Mota. (1836–1907) lembrou na sessão de 11 de janeiro de 1900 cabia à segunda classe

*[...] emitir parecer sobre qual o systema orthographico que mais importaria adoptar nas publicações da Academia, no intuito de evitar que se não dêsse a tal respeito n’ellas a precisa e desejada uniformidade*

(ACL, 1903, p. 105)

Depois de na sessão de 5 de abril de 1900 já não ter sido possível uma discussão sobre a ortografia, especialmente a do *Dicionário*<sup>16</sup> cuja impressão já estava iminente, foi somente em 10 de maio que os académicos da Classe de Letras chegaram a retomar o assunto. Gonçalves Viana avançou logo com o seu

---

<sup>14</sup> Carta anexa à sessão de 26 de maio de 1898 (ACL, 1903, pp. 77-78). Ao ler estas linhas do académico brasileiro, não podemos deixar de ficar com a ideia de que talvez possa ter sido o sistema proposto por Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu que Assis Brasil queria propor para servir de base de negociações. Embora não pareça de todo improvável, lamentavelmente não dispomos, por enquanto, de qualquer elemento que nos permita supor que tenha havido qualquer colaboração entre os três académicos para no sentido de colaborar na solução da questão ortográfica.

<sup>15</sup> Sessão de 26 de maio de 1898 (ACL, 1903, p. 76). Em vez de apoiar as palavras do académico brasileiro, Leite de Vasconcelos opina que teria sido especialmente a subordinação da escrita às variantes dialetais que criou o caos existente. Na sua opinião, a única maneira de resolver coerentemente este problema seria o estabelecimento de um padrão linguístico único, tal como teria acontecido em outros países românicos. Neste aspeto, Leite de Vasconcelos parece ir mais ao encontro das propostas feitas por Barbosa Leão do que das ideias defendidas por Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu.

<sup>16</sup> Deve tratar-se ainda do dicionário elaborado pelo conselheiro André Joaquim Ramalho e Sousa (1790–1857) que a Academia das Ciências tinha adquirido do espólio de Alexandre Herculano (1810–1877). Foi em 1870 que a Academia constituiu uma comissão com o fim de esta “[...] concluir a revisão e proceder à publicação d’este dicionário”, cf. Latino Coelho no seu relatório de 1870, citado por Leão (1878, p. 132). Segundo as afirmações do relator da Comissão do Porto, esta revisão não estava terminada ainda quando ele, em 1886, estava a continuar a luta pelo seu projeto ortográfico. Consta, porém, que em 1900 a primeira folha já tinha sido apresentada aos académicos, pelo que o dicionário já não teria estado muito longe de ser impresso. Mas como se sabe, nunca chegou a ser publicado. Para mais informações, vejam-se as várias referências ao longo dos cinco anos que retrata o primeiro volume do *Boletim da Segunda Classe* (ACL, 1903, por exemplo, na sessão de 7 de junho de 1900, ACL, 1903, p. 121), etc.



*Questionario* intitulado *Proposta de um questionario para se formularem as regras de orthographia portuguesa uniforme tendo-se em attenção as principaes divergencias que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos differentes escritores antigos e modernos* por Aniceto dos Reis Gonçalves Vianna, socio correspondente<sup>17</sup> o qual, depois de ter sido lido aos presentes pelo seu autor, foi mandado imprimir e distribuir aos académicos, para que assim pudesse servir de base à discussão pelos mesmos.<sup>18</sup>

Ao longo das suas 22 páginas, o *Questionario* constitui um conjunto de 115 perguntas, através das quais Gonçalves Viana tenta, não dispensando meios retóricos, persuadir os académicos que o sistema elaborado por ele e Vasconcelos Abreu seria a solução mais adequada para resolver a questão ortográfica. Nas primeiras catorze questões, o autor inquire sobre o *status quo*, isto é, sobre a situação atual e sua justificação de ser.<sup>19</sup> Depois de por este meio ter praticamente antecipado as respostas, passa a sugestões de como esta situação poderia ser remediada: a) nas questões 15-20 de maneira geral<sup>20</sup> e b) nas questões 21 a 84 com atenção especial para as características fonológicas específicas do português.<sup>21</sup> Passando para o uso de certos sinais gráficos e de pontuação (apóstrofo, hífen, travessão, parêntese, sinais interrogativos e exclamativos invertidos) nos números 84-89 Gonçalves Viana questiona ainda qual deveria ser o tratamento de sons

<sup>17</sup> O texto foi publicado na íntegra no *Boletim da Segunda Classe* (ACL, 1903, pp. 304-318). Na *Ortografia Nacional*, o próprio Gonçalves Viana (1904, p. VI) afirma ter conservado o manuscrito desde há muito tempo e reconhece que a iniciativa na altura terá partido de Vasconcelos Abreu, conhecedor e partidário dos esforços ortográficos de Gonçalves Viana, quem, na sessão de 5 de maio de 1900 (não consta do primeiro volume *Boletim da Segunda Classe*), teria proposto à segunda classe que lhe fosse permitida a leitura do *Questionario*.

<sup>18</sup> Sessão de 10 de maio de 1900 (ACL, 1903, p. 118). Veja-se o raro opúsculo Viana (1900).

<sup>19</sup> São perguntas retóricas que na sua grande maioria só podem ter um não como resposta, cf., p. ex. entre outras: «1. – Existe *orthographia official portuguesa*? 2. – Existe *orthographia uniforme portuguesa*? 3. Tem a *Imprensa Nacional de Lisboa* competência e autoridade para fixar *orthographia portuguesa*? Por quem e em que diploma lhe foram reconhecidas?» (ACL, 1903, pp. 305-306).

<sup>20</sup> Aqui, as perguntas são igualmente retóricas, mas indiciam estar à espera de uma resposta afirmativa, cf. p. ex.: “15. – É, ou não, conveniente reformar as *orthographias portuguesas*, uniformizando-as? 19. – É, ou não, conveniente que dependa a *orthographia portuguesa* sómente do conhecimento desta língua, estudada historicamente, sem dependencia do conhecimento de outras?” (ACL, 1903, p. 306).

<sup>21</sup> Uma vez que as questões mais concretas são menos suscetíveis de uma reação emotiva do que as anteriores, julgamos que aqui já não se deverá tratar de perguntas retóricas, embora seja evidente que o autor esteja à espera de respostas afirmativas, cf. p. ex.: “21. – *Convirá, ou não, para a regularização da orthographia portuguesa, conservar as feições peculiares da sua escrita tradicional, isto é, ç, lh, nh, j, accentos agudo e circumflexo, e o til* (ACL, 1903, p. 306).



e palavras dialetais ou existentes em línguas que os emprestaram ao português, sejam aportuguesados ou não (números 90-97).<sup>22</sup> As últimas perguntas (números 98-115) voltam a ser prevalentemente retóricas, pois deixam transparecer que só poderia haver uma resposta afirmativa ou o caos ortográfico.<sup>23</sup>

Uma discussão das respostas aos quesitos por parte dos académicos estava prevista para a sessão de 7 de junho de 1900. Perante o facto de que até à sessão só um dos académicos tinha entregue a sua resposta, foi resolvido discutir apenas as perguntas. Desta maneira, os académicos presentes procederam até ao quesito n.º 17, dando resposta negativa aos primeiros quinze e afirmativa aos últimos dois. Nas sessões de 24 de janeiro, 21 de fevereiro e 9 de maio de 1901, voltou-se à discussão, mas os académicos não chegaram para além do quesito n.º 20.

Face às aparentes dificuldades de alguma vez terminarem a discussão, o académico António Cândido de Figueiredo (1846–1925) propôs na sessão de 9 de maio de 1901 que se estabelecesse uma comissão incumbida de analisar todos os trabalhos sobre a questão ortográfica, tivessem já sido apresentados ou não. Assim, constituiu-se a comissão com os académicos Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, António Cândido de Figueiredo, Guilherme Vasconcelos Abreu, Henrique da Gama Barros (1853–1925), Inácio Francisco Silveira da Mota (1836–1907), José Leite de Vasconcelos e José de Sousa Monteiro Filho (1846–1909) (ACL 1903, p. 145). Julgamos, no entanto, que os trabalhos da comissão desde o seu início vinham embargados pela contestação do secretário da classe, Sousa Monteiro, quem, para além de juntar comentários pessoais às atas de várias das sessões em que foram discutidos os quesitos de Gonçalves Viana, passou a atacar o projeto reformador na sua resposta pormenorizada, apresentada na sessão de 26 de Dezembro de 1901. A solução proposta pelo escritor é a conservação

---

<sup>22</sup> Cf. ACL (1903, pp. 315-316). É interessante o facto de Gonçalves Viana dar especial relevo à questão de como teriam de ser representados os sons existentes nas línguas das colónias portuguesas, isto é, se, e de que maneira, todos os topónimos deveriam ser aportuguesados e, finalmente, como deveria ser a representação gráfica do português falado nas ditas colónias.

<sup>23</sup> Assim, por exemplo, nas seguintes questões: “98. – *Convirá reduzir a regras simples todas as normas de orthographia approvadas?* 103. – *Convirá promulgar-se lei tornando obrigatoria a orthographia approvada para todos os documentos officiaes ou publicações subsidiadas pelo Estado? (...) 113. – Convirá estabelecer-se que sómente á Academia Real das Sciencias incumbem a correcção e aperfeiçoamento da orthographia approvada, e bem assim a applicação das suas regras aos casos duvidosos, ou omissos?”* (ACL, 1903, pp. 316, 318).

e consolidação do critério usual, com a abstenção de qualquer tipo de imposição de regras ortográficas.<sup>24</sup>

Ora, mesmo que a comissão fosse formalmente constituída, não consta que alguma vez chegasse a trabalhar. Foi por isso que a questão ortográfica dentro da Academia das Ciências de Lisboa logo chegou a um impasse. Algo resignadamente, Gonçalves Viana constata no prefácio da *Ortografia Nacional*:

*Este assunto está hoje confiado a uma comissão, encorporada para o efeito do questionário naquela a que foi confiada a elaboração do Dicionário da língua portuguesa*  
(Viana, 1904, p. VI)

Com efeito, o tema voltou a ser mencionado posteriormente, mas não chegaria a haver discussões como antes. Na sessão de 26 de dezembro de 1902, o presidente da Classe de Letras declarou que os respectivos opúsculos de Gonçalves Viana e Sousa Monteiro,<sup>25</sup> mandados imprimir pela Academia, estariam quase prontos. Na sessão seguinte, em 15 de janeiro de 1903, o secretário confirmou a saída do prelo, anotando que a comissão fundada no ano anterior, logo ao reunir-se, teria de ocupar-se dos dois opúsculos.

A este respeito, o académico Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849–1907), então Ministro do Reino, sublinhou que seria muito importante que a comissão chegasse a um resultado, pois a Imprensa Nacional teria adotado “[...] recentemente alterações na orthographia dos documentos que publica» (ACL, 1910, p. 29), facto que não deixara de criar polémica na Câmara dos Deputados. Dado que a referida comissão ainda não se reunira, houve ainda uma pequena discussão acerca de quando teria lugar essa reunião e se a comissão devia ser justaposta com a comissão do dicionário ou não. E, acabadas as sessões de 29 de janeiro e de 12 de fevereiro de 1903, não houve mais nenhuma sessão, nem neste ano, nem nos três anos seguintes na qual se voltasse a falar na ortografia ou de qualquer comissão que se ocupasse do tema. Entretanto, em 1904, tinha saído à luz a

<sup>24</sup> Cf. o documento anexo às atas da sessão de 26 de Dezembro de 1901, intitulado “A minha resposta ao Projecto do Questionario orthographico do socio correspondente o sr. Gonçalves Vianna” (Monteiro 1901, em ABL, 1903, pp. 178-224).

<sup>25</sup> O livro *As Orthographias Portuguesas: Estudo das suas anomalias e meios de as remediar, instituindo-se orthographia nacional* (Viana 1902) de XL, 186 páginas, resulta da discussão do *Questionário* na Academia. No que concerne à obra de Sousa Monteiro, ainda não conseguimos qualquer referência ou exemplar.

*Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana... Assim, aos 28 de janeiro de 1908, Sousa Monteiro acabou por constatar que teria havido uma sessão da comissão, mas que “[...] as divergências acusadas desde logo supprimiram toda a esperança de um futuro accordo” (ACL, 1910, p. 229).

Com o fracasso da comissão de 1901, a Academia das Ciências não só acabaria por perder o protagonismo de uma participação na promoção de uma simplificação ortográfica, mas, devido ao óbito de elementos que integravam as duas comissões, como ainda, enfim, por causa da inércia dos académicos e das divergências ideológicas por parte dos membros sobreviventes, igualmente não conseguiu publicar o dicionário.

### 3.2.3 A ORTOGRAFIA NACIONAL (1904)

Baseando-se nas suas duas obras de menor envergadura (Viana, 1900, 1902) e também nos seus estudos ininterruptos, foi com a *Ortografia Nacional: Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas* (1904), um grosso volume de XVI, 454 páginas, que Gonçalves Viana chegaria a propor um sistema coerente de uma ortografia portuguesa simplificada.

No seu *magnum opus*, o princípio fundamental da ortografia propagada por Gonçalves Viana (1904, p. 7) continua a ser “[...] a história da língua no tempo e no espaço [...]”, isto é, a orientação da grafia por fenómenos diacrónicos e diatópicos. O afastamento da ortografia portuguesa das grafias francesa (multiplicidade de grafemas sem valor fonético) ou italiana (multiplicidade de grafemas com valor fonético) leva o nosso ortógrafo a inclinar-se mais para a grafia espanhola, considerando que em espanhol a evolução, em muitos casos, é semelhante à do português.<sup>26</sup> Sobre o sistema apresentado na *Ortografia Nacional* o autor afirma o seguinte:

*A que vou expor e motiva esta publicação é a ortografia tradicional, cientificamente regularizada em todas as suas minudências, e na qual foram adoptadas as*

---

<sup>26</sup> Em vez de outros exemplos, por exemplo português/espanhol *lado*, face a LATUS, italiano *lato* ou português/espanhol *gota*, face a GUTTA, italiano *gota*, etc., cf. Viana (1904, p. 13). De qualquer maneira, Viana (1904, p. 41) opina que a aproximação às ortografias espanhola e italiana seria preferível, dado que na altura já se tinham efetuado reformas ortográficas para estas línguas.

*simplificações e correcções que o estudo histórico da língua portuguesa aconselha, e o autor defende e entende necessárias para a uniformização científica e prática da escrita nacional. É a primeira ortografia a que me referi, mondada de todas as superfluidades que a afogam e tornam impraticável ao público. É também a meu ver a mais racional e a mais conforme com a fonologia portuguesa, quer actual, quer anterior, podendo, com insignificantes modificações, servir para representar, com igual propriedade, a língua moderna e a antiga, a comum, e a dialectal*

(Viana, 1904, p. 17)

Neste trecho, verifica-se que Gonçalves Viana não estava de facto inclinado a ignorar a representação fonética na ortografia. Na verdade, notamos uma atitude muito mais conciliadora que, aperfeiçoando o que se contemplava no opúsculo de 1885, se estava a apoiar sobretudo no estudo científico da diacronia, enquanto tentava tomar em consideração as mais variadas facetas fonológicas e fonéticas que oferecia a sincronia. Os estudos levados a cabo durante as últimas décadas levam o ortógrafo a basear o seu sistema gráfico sistema nos seguintes “preceitos fundamentais”:

- I. Tudo o que se diferencia na fala tem de ser diferenciado na escrita.*
- II. Todas as pronunciações legítimas devem ser representadas na ortografia comum, para que a língua escrita seja uma só.*
- III. Todos os artifícios etimológicos inúteis, ou que não se expliquem pela evolução da língua falada, serão desterrados da escrita portuguesa, como contrários á sua expressão gráfica*

(Viana, 1904, p. 287).

### 3.2.4 O VOCABULÁRIO (1909) E A REFORMA DE 1911

Foi devido à boa receção do seu estudo monumental de 1904 que Gonçalves Viana explica ter-se sujeitado, inicialmente em colaboração com o amigo Vasconcelos Abreu que falecera em 1907 (Viana, 1909a, p. VI), a empreender outra obra monumental, o *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* (1909).

Como veremos mais adiante, este vocabulário como a *Ortografia Nacional*, iriam servir de base para a elaboração da ortografia simplificada, oficializada no

âmbito da reforma de 1911. Neste contexto apresenta-se um facto curioso: sem trazer qualquer indicação explícita de que se trata de duas tiragens diferentes, verifica-se que existe uma versão que efetivamente foi publicada em 1909, mas provavelmente tornada acessível apenas a círculos escolhidos.<sup>27</sup> A segunda tiragem, que data do mesmo ano, apresenta um número maior de páginas, em relação à *Advertência preliminar*: em 1909 são XXXI páginas, na segunda tiragem, que não pode ter saído antes de finais de 1911,<sup>28</sup> Gonçalves Viana acrescentou seis páginas (i.e., são XXXVII), nas quais vêm explicadas as alterações introduzidas pela reforma no sistema da *Ortografia Nacional* e do *Vocabulário*. Dado que o resto do texto não teria sido alterado, o próprio Gonçalves Viana, quase no fim da *Advertência preliminar* ao *Vocabulário* afirma o seguinte:

*A Comissão nomeada por portaria de 15 de fevereiro dêste anno não se conformou no seu parecer com todos os preceitos formulados na Ortografia Nacional a que obedeceu este Vocabulário. Essas diverjências, de pequena importância e que pouco ou nada influem no sistema geral da Reforma ortográfica intentada pelo autor, e não diminuem a utilidade do Vocabulário como livro de consulta, são as seguintes, que é necessário ter em consideração, principalmente para a busca de qualquer vocábulo ou forma*

(Viana, 1909<sup>b</sup>, p. XXXI)

O projeto de uma reforma ortográfica oficial sem qualquer envolvimento da Academia das Ciências de Lisboa foi iniciado por José António Dias Coelho, empregado da Imprensa Nacional e amigo pessoal de Gonçalves Viana, que solicitou, em 17 de dezembro de 1910, a Luís Carlos Guedes Derouet (1880–1927), o então administrador-geral dessa empresa, que, face ao caos ortográfico existente nas publicações da empresa — e mesmo no órgão oficial *Diário do Governo* — fossem feitas as devidas diligências para estabelecer-se uma ortografia única, de

<sup>27</sup> No *Boletim da Segunda Classe* (ACL, 1911, p. 108), encontra-se o testemunho de que, na sessão de 24 de fevereiro de 1910, Gonçalves Viana apresentou um exemplar à Academia das Ciências. Ao lado do nosso exemplar, foi-nos possível consultar o exemplar da mesma tiragem que o autor ofereceu a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, exemplar este que se conserva no I.L.L.P. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Cota 2-15-2-24 c.5).

<sup>28</sup> Dado que a primeira edição do *Vocabulário Ortográfico e remissivo* saiu à luz em 1912, outra suposição não faria sentido, cf. Viana (1912).

preferência o sistema estabelecido por Gonçalves Viana (*Bases* 1911, pp. 4-5). Fruto da devida diligência de Derouet que, aos 14 de janeiro de 1911, dirigiu um ofício ao então diretor da Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, foi através da portaria de 15 de fevereiro de 1911 (*Portaria* 1911a) que o então Ministro do Interior do Governo Provisório, António José de Almeida (1866–1929), nomeou uma comissão para estabelecer uma ortografia oficial:

*[...] encarregada de fixar as bases da orthographia que deve ser adoptada nas escolas e nos documentos e publicações officiaes e bem assim de organizar uma lista ou vocabulario das palavras que possam offerecer qualquer difficuldade quanto á maneira como devem ser escritas*

(*Portaria*, 1911a, p. 606)

Derouet, por sua parte, convencido pelos argumentos de Dias Coelho, tomou em 14 de janeiro de 1911, a iniciativa de escrever ao então diretor da Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial por intermédio do qual o referido Ministro nomeou uma comissão que integrava os seguintes filólogos:

Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851–1925),  
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840–1914),  
António Cândido de Figueiredo (1846–1925),  
Francisco Adolfo Coelho (1847–1919)  
e José Leite de Vasconcelos (1858–1941).

Na primeira sessão da comissão em 15 de março de 1911, foi decidido convidar mais seis pessoas, as quais foram nomeadas por nova portaria do Ministro do Interior em 16 de março do mesmo ano (*Portaria* 1911b):

António José Gonçalves Guimarães (1850–1919),  
António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860–1941),  
Augusto Epifânio Dias (1841–1916),<sup>29</sup>  
Júlio Moreira (1854–1911),  
José Joaquim Nunes (1859–1932)  
e Manuel Borges Grainha (1862–1925).

---

<sup>29</sup> O qual se escusou, “*declinando o encargo*”, cf. *Bases* (1911, p. 7).

Eram Francisco Adolfo Coelho o presidente, Carolina Michaëlis de Vasconcelos a presidente honorária, Gonçalves Viana o relator e José Joaquim Nunes o secretário da comissão. Esta reuniu-se semanalmente a partir de 15 de março. Os membros que não moravam em Lisboa (Michaëlis de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos e Moreira) participavam só quando lhes era possível estar na capital, sendo consultados quando os outros seis membros não conseguiam decidir uma questão com unanimidade. Cada pessoa tinha um voto, ao passo que cabia o “voto de desempate” ao presidente (Viana 1911, p. 7). Os membros da comissão utilizaram como suporte dos seus trabalhos as já referidas obras de Gonçalves Viana, com especial relevo para o *Questionário* de 1900, reproduzido na *Ortografia Nacional* (1904), e o *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* (1909).

Como alude D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1976: 119), o trabalho da comissão terá sido muito moroso, já que se discutiu parágrafo por parágrafo da totalidade dos 115 pontos do *Questionário*. Mas por fim a comissão chegou a um acordo, de maneira que o *Relatório* foi assinado a 23 de agosto de 1911, aceite pelo Ministro do Interior em 1 de setembro de 1911 (*Portaria* 1911c) e publicado com texto integral no *Diário do Governo* n.º 213, de 12 de setembro (cf. *Relatório* 1911, pp. 3845-3851 e *Bases* 1911, pp. 7-49). Devido à importância daquele breve diploma legal que *de facto* chegou a estabelecer como norma gráfica única a ortografia simplificada da comissão de 1911, convém reproduzi-lo em seguida na grafia original:

*Direcção Geral da Instrução Secundaria,  
Superior e Especial  
1.ª Repartição*

*Conformando-se com o parecer da comissão encarregada, por portaria de 15 de fevereiro de 1911, de estabelecer as bases para a unificação da orthographia que deve ser adoptada nas escolas e nos documentos e publicações officiaes:*

*Manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Interior:*

*1.º Que o relatorio da referida commissão seja publicado no Diario do Governo, devendo ser para o futuro adoptada em todas as escolas, e bem assim nos documentos e publicações officiaes, a orthografia proposta pela commissão;*



2.º *Que se dê a tolerancia maxima de três annos, a contar da data da publicação da presente portaria, para a conservação das graphias existentes nos livros didacticos actualmente em uso, a fim de não prejudicar os respectivos autores ou editores;*

3.º *Que se promova a rapida organização e publicação, pelo preço mais modico possivel, de um vocabulario orthographico e de uma cartilha, especialmente destinada a vulgarizar e exemplificar o systema de orthographia adoptado;*

4.º *Que a commissão nomeada por portaria de 15 de Fevereiro de 1911 continue em exercicio pelo tempo que se julgar conveniente, a fim de ser ouvida sobre quaisquer duvidas que se suscitem relativamente á execução da reforma proposta, podendo a referida commissão reunir-se por iniciativa propria ou convocada pela Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, por intermedio da qual serão feitas quaesquer reclamações sobre o assunto.*

PAÇOS DO GOVERNO DA REPUBLICA, EM 1 DE SETEMBRO DE 1911.  
O MINISTRO DO INTERIOR, ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA (PORTARIA 1911C).<sup>30</sup>

Com esta consagração oficial da ortografia simplificada e unificada não será descabido falar-se da criação de um novo “código da escrita” que veio a substituir a coexistência algo caótica de inúmeros “códigos da escrita” de cariz individual. Evidentemente, este código mais recente servia para ser utilizado por todos os portugueses. Não pode, porém, haver dúvida que o novo regime ortográfico desde sempre foi concebido para ter natureza obrigatória

- a) nas escolas (leia-se, em todos os níveis do sistema de ensino, quer para agentes de ensino, quer para alunos);
- b) nos documentos oficiais (leia-se na produção escrita da função pública portuguesa), como ainda
- c) nas publicações oficiais (leia-se, no *Diário do Governo* como órgão do Estado ou outras publicações com carácter oficial).

---

<sup>30</sup> O texto encontra-se reproduzido na grafia simplificada dentro do opúsculo oficial com o qual a reforma foi divulgada (*Bases*, 1911, p. 5).



É ainda digna de nota a tolerância máxima de três anos a partir da publicação da dita portaria para o uso de livros e publicações do género que tinham sido escritos na ortografia anterior.

#### 4. ORTOGRAFIA E NACIONALISMO

Ainda antes da reforma portuguesa, em 25 de abril de 1907, a Academia Brasileira de Letras (ABL) tinha votado no Rio de Janeiro uma reforma ortográfica proposta por José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1867–1834). No entanto, já na época da reforma era previsível que viria a surgir o desejo de um estabelecimento das bases para uma ortografia unificada luso-brasileira.

Convém, porém, entender para que finalidade serviram os respetivos projetos de reforma. Sendo o assunto objeto de discussões dentro da Academia Brasileira de Letras, pelo menos desde 1901 (Kemmler, 2011, p. 12), tanto a reforma de 1907 como a sua reformulação de 1912 era concebida para servir para as publicações da ABL.

Em contrapartida, o grande projeto de Gonçalves Viana que culminou na *Ortografia Nacional* e na reforma de 1911, foi desde sempre concebido como um projeto de cariz marcada e literalmente nacional e nacionalista. Com efeito, as seguintes palavras do grande ortógrafo português manifestam uma visão eurocêntrica da língua portuguesa:

*A alma Mater* continuará a ser para o português Portugal, como para o inglês a Inglaterra, como para o castelhano a Espanha, enquanto estas nações subsistirem; e muitas, muitíssimas alterações e importantíssima evolução hão de sofrer os três idiomas nos países onde êles se oriçinaram, antes que êsses países desapareçam politicamente da face da terra e do desenho dos mapas (Viana, 1909a, p. IX).

Assim, não obstante o seu vínculo com a academia brasileira, Gonçalves Viana rejeita liminarmente a reforma brasileira por não dizer respeito às realidades fonéticas do português de Portugal:

Não convém pois generalizar-se a Portugal a reforma brasileira, quando contradiga, como dêste modo contradirá, factos glóticos próprios do reino, e que pertencem à história da lingua portuguesa, nele desenvolvida: e nenhuma das

considerações que na imprensa da grande e próspera República teem aparecido, com o intento de colocar o português de Portugal na dependência do português do Brasil, é plausível e aceitável, mesmo no ponto de vista filológico, único que deve ser tido em consideração para o caso sujeito (Viana, 1909a, p. VIII).

Dado que a Academia Brasileira de Letras se estivesse a afastar da ortografia portuguesa (ou seja, do modelo por ele exposto como explica Viana 1909, p. IX), o ortógrafo chega mesmo a acusar os académicos brasileiros de quererem criar um cisma em matéria de ortografia:

Se à Academia Brasileira apraz estabelecer um cisma ortográfico, o qual poderia evitar com uma razoável condescendência, que em nada influi nos princípios gerais e essenciais da reforma, Portugal, por si, tem de manter-se no lugar que por herança lhe compete, como defensor do idioma pátrio, que criou, ilustrou e continua a ilustrar e cultivar (Viana 1909a, p. IX).

Por outro lado, também a simplificação ortográfica através da comissão de 1911 era, na realidade, um projeto nacional de um jovem governo republicano que procurava uma democratização do sistema de ensino. Assim, uma unificação ortográfica luso-brasileira que viesse em desencontro com os interesses e as realidades linguísticas portuguesas dificilmente seria aceitável. Do ponto de vista formal, porém, somente viria a haver uma proposta de colaboração e matéria ortográfica no ano da reforma portuguesa.

#### 4.1 ACORDO INTERACADÉMICO (1912)

Devido à agenda própria do governo português da primeira República, o estabelecimento da ortografia oficial simplificada e unificada em Portugal não foi precedido por qualquer contacto oficial entre organismos governamentais portugueses e brasileiros. A nível interacadémico, foi, porém, no âmbito dos trabalhos da Comissão do Dicionário, que novamente surgiu uma proposta de colaboração, feita por um académico brasileiro.

Em 8 de junho de 1911, o académico português João Lúcio de Azevedo (1855–1933) comunicou à Academia das Ciências de Lisboa uma proposta do académico brasileiro José Veríssimo Dias de Matos (1857–1916) a favor de um acordo interacadémico luso-brasileiro, destinado a aproximar ainda mais as

grafias das duas academias. Seguindo a afirmação de Veríssimo, de que um convite certamente seria bem acolhido pela Academia Brasileira de Letras (ACL, 1914, pp. 3-4), a Comissão remeteu o assunto à Assembleia Geral para ser oficializado o convite. Dado que a Assembleia Geral, em 7 de dezembro de 1911, não alcançou o quórum por causa da falta de acadêmicos, o assunto teve de ser submetido a uma nova reunião em 4 de janeiro de 1912, sendo o consentimento comunicado à Academia Brasileira de Letras em 17 de janeiro. Dado que pouco mais tarde foram dados como terminados os trabalhos da Comissão do Dicionário, decidiu-se em 18 de abril que as bases ortográficas fossem enviadas ao Brasil em forma datilografada, para que se pudesse obter o consentimento da Academia Brasileira de Letras, o que se fez em 10 de maio.

Neste mesmo mês, José Veríssimo foi eleito delegado para discutir o acordo em representação da Academia Brasileira de Letras, facto do qual a Academia das Ciências de Lisboa tomou notícia na sessão de 23 de maio de 1912. Para responder à pergunta do académico brasileiro de quando seria possível a sua vinda, a Comissão resolveu informar Veríssimo que “[...] julgava conveniente que ele só viesse depois de férias” (ACL, 1914, p. 7). Com a resposta da academia portuguesa acabou a correspondência. Não consta que tivesse havido uma resposta à carta da Academia das Ciências de Lisboa, nem houve deslocação do Sr. Veríssimo...

Foi assim como nasceu a disputa interacadémica. A Academia Brasileira de Letras evidentemente considerava que a Academia das Ciências de Lisboa queria retardar para poder em silêncio terminar o projeto sem intromissões, o que significaria que os portugueses teriam agido com má-fé. É natural que a Academia das Ciências de Lisboa recusasse as acusações, tendo, embora tarde, sempre atendido às propostas e aos pedidos da Academia Brasileira de Letras.

Ao rematar o episódio, o académico brasileiro João Ribeiro concluiu no seu parecer de 28 de junho de 1913 (ACL, 1914, pp. 9-11) que, enquanto a Academia Brasileira de Letras se tinha aproximado em grande parte da ortografia oficial portuguesa, o sistema segundo as bases da Comissão do Dicionário da ACL, por divergir da ortografia da ABL em mais de 30 pontos, ficando também em descontro com a ortografia oficial portuguesa, seria totalmente inaceitável para a Academia Brasileira de Letras nem podia ser objeto de discussões.

O resultado desta segunda tentativa para uma aproximação interacadémica foi o aumento da incompatibilidade das ideias ortográficas das duas academias. O que

certamente ainda agravou a situação foi o problema de comunicação entre os dois países, ou seja, a morosidade do transporte da correspondência entre Lisboa e o Rio de Janeiro, bem como a falta de flexibilidade das duas academias (isto é, o grande intervalo entre as Assembleias Gerais ou sessões) que causou os atrasos nas respostas que levaram ao desentendimento. Outra questão ainda é saber se a academia portuguesa terá na altura estado verdadeira e honestamente interessada numa intervenção brasileira: afinal, a Academia das Ciências apresentou o produto completo à Academia Brasileira de Letras, sem consulta prévia, limitando assim grandemente quaisquer possibilidades de participação num acordo.

#### 4.2 O (DES)ACORDO ORTOGRÁFICO LUSO-BRASILEIRO (1931)

Levados a cabo os retoques à reforma ortográfica portuguesa por portaria n.º 2 533 de 29 de novembro de 1920 (Kemmler, 2011, pp. 18-19), foi após uma série de mudanças do regime ortográfico académico brasileiro entre 1915 e 1929 que a Academia Brasileira de Letras tomou a iniciativa de promover, em 30 de abril de 1931, um primeiro *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro* entre a Academia das Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras. Os assinantes do acordo nos dois países foram, em Portugal o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas (1876–1962) bem como o embaixador brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva (1871–1954), e, no Brasil, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães (1878–1944) assim como o embaixador português Duarte Leite Pereira da Silva (1864–1950). O acordo foi, portanto, bem mais do que uma simples aproximação interacadémica, já que na participação dos embaixadores ficava documentado o interesse oficial que os dois países tinham no acordo.

A fim de ser estabelecida a ortografia única, a Academia Brasileira de Letras comprometeu-se a adotar a ortografia simplificada portuguesa de 1911/1920, tendo exigido por sua parte umas leves modificações das bases, que a Academia das Ciências de Lisboa reconheceu adotar. As academias resolveram ainda juntar os seus esforços na solução de futuros problemas ortográficos, procurando, através das suas influências junto dos respetivos governos, que fosse oficializada a ortografia reformada.

Em Portugal, o acordo foi devidamente publicado no *Diário do Governo*, em 25 de maio de 1931,<sup>31</sup> sendo oficializado através da portaria 7 117 do Ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, em 27 de maio de 1931 (*Portaria* 7 117), limitando-se a portaria a apresentar, em sete pontos breves, as respectivas alterações ao sistema ortográfico vigente, ficando expressamente proibido o uso de gramáticas e dicionários escritos conforme outras normas ortográficas desde 16 de agosto de 1935 (*Decreto-Lei* 25 760).

No Brasil, tendo em consideração “[...] a vantagem de dar uniformidade à escrita do idioma nacional, o que somente poderá ser alcançado por um sistema de simplificação ortográfica que respeite a história, a etimologia e as tendências da língua [...]” (ABL, 1933, p. 19), a ortografia simplificada do acordo foi admitida no ensino, bem como nas repartições e publicações públicas, através do decreto n.º 20 108 de 15 de junho de 1931, emitido pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Passado pouco tempo, já surgiram problemas ligados ao novo acordo. O que aconteceu foi que as duas academias tinham ignorado de negociar a necessidade de estabelecer, na mesma altura, um formulário para codificar o conjunto dos preceitos ortográficos. Na verdade, a falta deste elemento certamente terá pesado mais para a Academia Brasileira de Letras, na impossibilidade de simplesmente aproveitar dos trabalhos de 1911/1920. Perante a necessidade de dispor de um código ortográfico formal, foi o acadêmico brasileiro Laudelino Freire quem elaborou o formulário que, terminado em 3 de junho de 1931, foi aprovado na sessão da Academia Brasileira de Letras em 11 de junho de 1931 (ABL 1933, p. 42).

No âmbito da colaboração prometida, este formulário, bem como as letras A e B do *Vocabulário* foram enviados à Academia das Ciências de Lisboa. Tendo em

---

<sup>31</sup> Na verdade, esta já foi a segunda publicação do acordo. Em 7 de maio de 1931, o texto fora publicado pela primeira vez (*Acôrdo* 1931a), aparentemente com faltas. Assim, o acordo foi publicado novamente com a seguinte explicação: “Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte acôrdo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa, com o qual S. Ex.<sup>a</sup>, o Ministro concordou por seu despacho de 4 do corrente: [...]” (*Acôrdo* 1931b, p. 907). Nota-se, porém, que as referidas “inexactidões” ainda persistiram na publicação em 25 de maio de 1931: o sumário deste número do *Diário do Governo* menciona o “acordo firmado [...] em 11 de Abril de 1931” ao passo que as assinaturas no fim do “instrumento” datam de 31 de abril de 1931 (data esta que é impossível por o mês de abril só ter trinta e não trinta e um dias), tendo o acordo na verdade sido assinado em 30 de abril. Veja-se para tudo *Acôrdo* (1931b, p. 907).

vista que muitos assuntos não tinham sido regulamentados na ocasião do estabelecimento do acordo, não surpreende que o parecer da Comissão do Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa viesse apontar vários pontos litigiosos em que os académicos portugueses não se declararam de acordo com as soluções propostas pelos académicos brasileiros (RAL, 1932, pp. 422-426). Na sua resposta, a comissão do Dicionário da Academia Brasileira de Letras acaba por refutar os argumentos dos académicos portugueses, concluindo que “ficam assim dirimidas todas as dúvidas, e definitivamente realizado o Acôrdo” (RAL, 1932, p. 430).

Assim “resolvidas” todas as questões abertas, saiu, em 1933, o *Vocabulário ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* da Academia Brasileira de Letras, estabelecido pelo mesmo académico (ABL, 1933). Dado que, na altura, o *Vocabulário* de 1933 já tinha sido publicado, o Governo Provisório brasileiro ampliou a extensão do decreto de 1931 com o decreto n.º 23 028 de 2 de agosto de 1933 (veja-se RAL 1933, pp. 499-500). Nesse diploma, a ortografia simplificada foi tornada oficial em qualquer correspondência e publicação pública ou empresarial, não sendo admissível o uso de outro sistema ortográfico no ensino após o dia 1 de janeiro de 1935, e devendo qualquer futura questão ser regulamentada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, após consulta das duas academias.

É evidente que, ao estabelecer o formulário e o Vocabulário, a Academia Brasileira de Letras atendeu sobretudo às suas próprias necessidades e às circunstâncias linguísticas e prosódicas próprias ao português do Brasil.

Na realidade, tanto a ortografia oficial portuguesa como a variante brasileira passaram logo a divergir do plano comum do acordo, podendo observar-se modificações mais ou menos extensas em relação ao que fora acordado. As modificações mais graves foram, porém, introduzidas pelo lado português, estando já expressas na publicação do texto do acordo no *Diário do Governo*.<sup>32</sup> Daí resultou que, na verdade, o acordo ortográfico de 1931 não estabelecesse uma ortografia oficial única para os dois países, mas antes uma dupla grafia, conceito esse que se viria a tornar na única solução viável para a questão ortográfica.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> As divergências em relação ao acordo assinado entre as duas academias foram coerentemente conservadas no texto oficial da portaria 7 117 de 27 de maio de 1931. Veja-se também Pinto (1931, p. 86).

<sup>33</sup> Foi na ocasião da sua resposta quanto à questão das consoantes mudas ora em Portugal, ora no Brasil, que os académicos brasileiros estabeleceram pela primeira vez o conceito da “dupla grafia” (RAL, 1932, p. 428). Não admira que este ponto cedo se tenha tornado num ponto de discórdia, já que as negociações prévias não previam qualquer forma de “dupla grafia” para palavras que apresentam realidades fonéticas distintas.

O grande impedimento para qualquer unificação ortográfica eram as fortes tendências nacionalistas dos anos vinte e trinta. Mesmo que as pessoas ligadas diretamente ao acordo quisessem chegar de boa-fé a uma unificação ortográfica, havia sempre, em cada um dos dois países, quem quisesse evitar que, em matéria ortográfica, o outro ganhasse uma vantagem. Dado que a base do acordo era uma ortografia portuguesa única e tendo as modificações com maior relevo vindo do lado da Academia brasileira, não estranha que tanto os nacionalistas portugueses como os nacionalistas brasileiros não tivessem visto com bons olhos a imposição por via oficial de ideias ortográficas oriundas do respetivo outro país. Entre os protestos de natureza nacionalista em ambos os países, os mais fortes registaram-se no Brasil (veja-se Leão, 1934, pp. 194-198).

Perante as óbvias dificuldades, e tendo em vista que o acordo não tinha levado ao desejado resultado, as academias passaram a tentar resolver a questão por meio de “entendimentos” (Leão 1934, p. 186), com o resultado de que a questão das consoantes mudas foi resolvida através do seguinte “desentendimento”:

*Ainda bem que o Acôrdo de 31 não era acôrdo, e que nos Entendimentos posteriores se resolveu que cada uma das duas nações fizesse, neste ponto grave, o que entendesse*  
(Leão, 1934, p. 187).

Pela sua natureza informal, os entendimentos equivaliam à primeira introdução *de facto* de uma dupla grafia oficial. Claro que a atitude assumida quanto aos pontos discutidos, que na realidade corresponde a um simples “cada um a seu gosto”, não fez com que fosse estabelecido um sistema coerente, especialmente não uma dupla grafia coerente. Houve, sim, — se bem que somente por breve tempo — uma relativa “paz ortográfica” entre as duas academias, de maneira que os portugueses grafaram segundo o acordo com as alterações puramente portuguesas, ao passo que no Brasil foram aplicadas as bases do acordo e do vocabulário, incluindo as alterações puramente brasileiras.

Além de outras razões, o eventual fracasso do acordo de 1931 deve-se, não por última, mas sobretudo à incapacidade de as academias tratarem desta matéria de forma competente e coerente. Os académicos envolvidos não estavam preparados e, na realidade, as duas instituições não dispunham de um número adequado de verdadeiros especialistas, linguistas que pudessem acompanhar as negociações



com a capacidade de dedicar-se ao problema não só com zelo e dedicação, mas também munidos com os conhecimentos indispensáveis na área da linguística.

#### 4.3 OS VOCABULÁRIOS ACADÉMICOS E O ACORDO DE 1945

Numa altura em que o *status quo* da ortografia no Brasil foi sujeito a varias reviravoltas (cf. Kemmler, 2011, pp. 23-24), as duas academias trataram de elaborar vocabulários ortográficos em conformidade com as respectivas leituras nacionais do acordo de 1931. Com XCII, 821 páginas, o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (ACL, 1940) foi publicado em dezembro de 1940, tendo sido elaborado sob a responsabilidade do filólogo clássico português Francisco da Luz Rebelo Gonçalves (1907–1982).

No Brasil, o filólogo José de Sá Nunes (1889–1955) foi responsável pela elaboração das *Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional* (ABL, 1942) que constituem um catálogo de 60 regras em que se baseia o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* ou PVOLP da Academia Brasileira de Letras (ABL, 1943).

Bem antes de terminados os trabalhos no *Vocabulário*, Rebelo Gonçalves iniciou uma nova ronda de contactos interacadémicos. Em 3 de junho de 1939, Júlio Dantas, como presidente da Academia das Ciências de Lisboa, enviou uma missiva à Academia Brasileira de Letras em que propôs a modificação de cinco das 25 bases do acordo de 1931. Junto com o ofício, os académicos brasileiros receberam as bases estabelecidas por Rebelo Gonçalves.

Na resposta de 2 de setembro de 1939, a comissão brasileira encarregada com a análise dessas bases informou que o voto majoritário teria sido favorável.<sup>34</sup> Graças a este entendimento, nos “Preliminares” do *Vocabulário*, a Comissão constata o seguinte:

*A correspondência trocada sobre o assunto entre as duas corporações [...] mostrou, com os esclarecimentos que a propósito ainda deu o director da referida*

<sup>34</sup> Para os votos dos académicos brasileiros, veja-se os anexos à Sessão Plenária Extraordinária de 2 de outubro de 1939 (em: BACL, 1939, pp. 150-174).



*Comissão, não haver divergências fundamentais e ser possível a revisão do Acôrdo Luso-Brasileiro segundo as considerações expostas. Está, portanto, esta obra em condições de apresentar essa necessária revisão, indo assim ao encontro dos votos formulados por especialistas da língua de um e de outro lado do Atlântico*

(ACL, 1940, p. XII).

Se bem que as academias, mais uma vez, tivessem chegado a um “acordo” no que diz respeito à matéria ortográfica, faltava a participação dos respetivos governos: a comissão brasileira não estava em condições de aceitar a proposta de um novo acordo, uma vez que, ao longo dos anos trinta, o governo brasileiro tinha-se encarregado da solução da questão ortográfica, o que tornava necessária uma nova intervenção legislativa que permitisse outra modificação à ortografia oficial em vigor. Além disso, imagina-se, que a parte brasileira deveria ter estado pouco motivada para fazer um novo acordo ortográfico, visto ter havido, ao longo dos oito anos anteriores, um total de quatro mudanças do sistema ortográfico brasileiro. Assim, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Antônio Austregésilo respondeu em 2 de setembro de 1939, entre outras coisas:

O Brasil rege-se actualmente pela ortografia decretada em 23 de fevereiro de 1938. Não poderemos pois aceitar qualquer modificação da actual ortografia sem novo decreto governamental (BACL, 1939, p. 160).

Foi assim que, apesar da participação e do consentimento da Academia Brasileira de Letras na fixação das bases do *Vocabulário*, este esforço unificador da Academia das Ciências de Lisboa acabou por não resultar imediatamente no acordo desejado.

No entanto, parece-nos ser inegável que a efetiva publicação dos dois vocabulários, em 1940 e 1943, respetivamente, deverá ser encarada como o facto que terá ocasionado a assinatura da *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira* poucos dias após a saída do prelo do *PVOLF*, ocorrida em 29 de dezembro de 1943 com intervenção do ditador português António de Oliveira Salazar (1898–1970) e do embaixador e académico brasileiro João Neves da Fontoura (1887–1963).

Não cabe dúvida de a *Convenção* ter estabelecido o necessário quadro legal para a atuação das duas academias no âmbito de convénios vindouros sobre a matéria ortográfica. Como fruto dos trabalhos da comissão interacadémica, reunida em sede da Academia das Ciências de Lisboa de 12 de julho a 6 de outubro

de 1945, surgiu, assim, um segundo convénio bilateral chamado *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro*.

Constituindo um sistema de escrita sobejamente conhecido em toda a lusofonia por causa da sua longevidade, o *Acordo* de 1945 destaca-se por ser bastante conservador, uma vez que a grafia das consoantes não proferidas volta a adquirir valor absoluto no âmbito de uma norma luso-brasileira que não admitia qualquer variação ou facultatividade.

Não se consentem grafias duplas ou facultativas. Cada palavra da língua portuguesa terá uma grafia única. Não se consideram grafias duplas as variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra (*Decreto* 35 228, 1945, p. 1038).

Assim, apesar do trabalho continuado da elaboração de duas versões portuguesa (ACL, 1947b) e brasileira (ABL, 1947) de um *Vocabulário Resumido* que se deve aos filólogos Francisco da Luz Rebelo Gonçalves e José de Sá Nunes, não tardaria que viessem à tona aqueles cidadãos brasileiros que viam com maus olhos o “êxito” que o lado português obteve nas negociações do acordo. Começou uma prolongada e amarga polémica “anti-acordo”, que culminou na revogação da adoção do acordo em 21 de outubro de 1955 pelo Presidente João Fernandes Campos Café Filho (1899-1970).

#### 4.4 O “PEQUENO ACORDO ORTOGRÁFICO” DE 1971/1973

Como se sabe, a iniciativa para uma reforma “mínima” da ortografia luso-brasileira não partiu de qualquer uma das academias, mas sim do linguista coimbricense José Gonçalo Herculano de Carvalho (1924–2001) que, aos 4 de maio de 1967, apresentou uma moção aos colegas presentes no 1.º *Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea* (30 de abril até 6 de maio de 1967, em Coimbra), que por sua vez acabou por motivar um projeto de lei no Brasil.

Das subseqüentes negociações entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa resultou a assinatura, a 22 de abril de 1971, de um “Pequeno Acordo Ortográfico” que somente acomodava umas ligeiras alterações ao sistema português de 1945, pois previa a abolição do trema, bem como a eliminação dos acentos grave e circunflexo quando usados para marcar o acento secundário (*Decreto* 1973, pp. 169-170).

Dado que este “Pequeno Acordo Ortográfico” entrou em vigor em pleno regime de ditadura nos dois países, não consta que a medida tivesse suscitado oposição digna de nota.

### **5. O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE 1990 E A RESPONSABILIDADE DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA**

Como se sabe, o Acordo estabelecido como resultado do Encontro de Unificação Ortográfica, realizado entre 6 e 13 de maio de 1986 na Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro, era percebido como demasiadamente incisivo por muitos intelectuais portugueses que se pronunciaram em seu desfavor, o que eventualmente levou ao seu fracasso. Era, assim, uma questão de coerência que o próximo passo coubesse à Academia portuguesa.

Com efeito, a iniciativa para o que viria a ser o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990 partiu da Academia das Ciências de Lisboa. Foi, não por último, graças às intervenções-chave da parte de especialistas em linguística que a douta corporação elaborou o “Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa” (ACL, 1988; *Anteprojecto* 1990).

Este documento serviu de base para as discussões sobre o Acordo na sede da Academia das Ciências de Lisboa e foi aprovado em Lisboa, em 12 de Outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza (AR, 1991, p. 4370), sendo assinado em Lisboa em 16 de Dezembro de 1990 pelos Ministros de Educação e detentores de cargos afins dos referidos países. O acordo foi devidamente ratificado em 1991 (AR/DPR, 1991), não sendo objeto de qualquer contestação científica na altura. Após algumas vicissitudes de natureza político-legal, este regime ortográfico oficial mais recente alcançou a obrigatoriedade em 13 de maio de 2015, encontrando-se em vigor na função pública, em todo o sistema de ensino, bem como nas publicações do Estado — isto apesar de reclamações em boa media anticientíficas e impertinentes que têm vindo da parte de alguns velhos do Restelo ortográfico desde inícios do século XXI.

Devido à sua génese, não cabe dúvida de que este último acordo está impreterivelmente ligado ao nome da instituição que tanto se esforçou para que, finalmente, a (então quase) secular questão ortográfica luso-brasileira tivesse um desfecho positivo.

O *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* é a primeira medida em matéria ortográfica em que intervieram representantes das antigas colónias portuguesas, às quais as reformas republicanas e os acordos luso-brasileiros do Estado Novo tinham sido impostas com o poder absoluto do colonizador. Tudo leva a crer que tanto a participação de representantes de países independentes, como ainda mais a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 17 de julho de 1996, devem ser percebidas como momentos que marcaram o fim da perspetiva hegemónica eurocêntrica tão característica da política linguística da Monarquia, da Primeira República como do Estado Novo em Portugal.

Ao passo que não podemos deixar de constatar que a Academia das Ciências de Lisboa, de uma forma mais ou menos explícita, tem servido de cúmplice para consagrar aspetos da política linguística do Estado Novo em 1931, 1945 e 1971, fica evidente que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990 constitui uma despedida formal da visão eurocêntrica que ainda víamos em Gonçalves Viana e que era tão típica pela política linguística do Estado Novo.

Ao considerarmos que o sistema variacional galego-português conta com as variantes diassistemáticas do Português Europeu, do Português Brasileiro e do Galego, verifica-se que o português já há muito constitui uma língua pluricêntrica. Para além disso, a realidade das mudanças sociais e linguísticas atualmente em curso nos demais Estados-Membros da CPLP não parece permitir qualquer dúvida acerca da natureza pluricêntrica da língua portuguesa, ou seja, galego-portuguesa nos dias de hoje, já que as variedades diassistemáticas próprias a pelo menos alguns dos PALOP (sem, obviamente, tomar em consideração os crioulos com base portuguesa) futuramente deverão ser devidamente reconhecidas com lugar próprio dentro do sistema variacional galego-português.

No que respeita à atitude histórica da Academia das Ciências de Lisboa aquando das negociações do AOLP (1990), parece-nos evidente, que esta, como principal promotora do encontro de Lisboa, e seguindo nas pegadas da Academia Brasileira de Letras que promovera o encontro de 1986, terá percebido e abraçado a natureza pluricêntrica da língua galego-portuguesa. Deste jeito, a Academia

parece ter-se afastado conscientemente da cumplicidade tácita com as tendências nacionalistas e mesmo isolacionistas que caracterizaram os acordos anteriores e os seus fracassos inevitáveis.

## 6. CONCLUSÃO

Parece evidente que o relacionamento de “maternidade” que a Academia das Ciências de Lisboa tem com o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990 justifica uma responsabilidade e atenção especial pelo mesmo. Na conjuntura atual em que acabou de entrar em vigor definitivamente em 13 de maio de 2015, faz, pois, todo o sentido e torna-se até mesmo incontornável que caiba a todos os sócios da Academia das Ciências, mas especialmente aos académicos especialistas na matéria, que estes venham a defender o acordo mais recente da sua Academia, oferecendo esclarecimentos adicionais sempre, onde e quando tal for necessário.

Como “órgão consultivo do Governo português em matéria linguística” desde 1978, é por incumbência da *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira* de 1943 que a Academia das Ciências de Lisboa deve destacar-se por uma atitude científica em matéria ortográfica, caracterizada pela serenidade e pela sobriedade. No que respeita à questão secular da ortografia simplificada e unificada, infelizmente, tal nem sempre se tem verificado.

Ao contrário do que acontece com a Real Academia Española que foi fundada expressamente com o fim do cultivo da língua espanhola, desde a sua fundação em 1779, a Academia das Ciências de Lisboa tem diversificado os seus interesses em várias áreas do saber humano. Dentro do quadro humano da Academia portuguesa, as Ciências da Linguagem do ponto de vista estatutário, hoje só têm cabimento dentro da “2.<sup>a</sup> secção — Filologia e Linguística”, a qual, conforme reza o artigo 10.º dos *Estatutos* (2015, p. 5689), conta com cinco sócios efetivos e 10 sócios correspondentes nacionais, dos quais nem todos forçosamente possuem competência científica em linguística.

A Classe de Letras atualmente só conta com dois sócios efetivos com sólida formação e doutoramento em Ciências da Linguagem, que possuem currículo científico dedicado à matéria em apreço — e neste contexto parece escandaloso que

nenhum deles, nem muito menos a Classe de Letras na sua totalidade (a quem compete discutir os assuntos científicos na área pertencente às Letras) — sequer foi consultado aquando da publicação do recente comunicado de 23 de novembro de 2016 sob o nome da Academia e do documento anexo publicado com a chancela da mesma.

Ora, desde que vise a ser séria, qualquer discussão sobre a ortografia portuguesa deverá forçosamente representar a multiplicidade de atores que surgiu nas últimas duas décadas que acabamos de mencionar. Perante o paradigma do galego-português como língua pluricêntrica, cabe um papel crucial à CPLP, uma vez que esta terá de tomar as decisões políticas multilaterais que depois deverão ser legalizadas e ratificadas conforme a lei em vigor nos respetivos Estados-Membros. Cabe ao IILP e às principais Academias Nacionais que disponham do estatuto consultor em matéria linguística (ou às quais seja concedido pela praxe nos respetivos países) negociar quaisquer mudanças ao *status quo* da ortografia. Serão difíceis as negociações multilaterais sobre a matéria ortográfica? Sim, evidentemente. Será utópica a pretensão de chegar a um bom termo das negociações? Talvez até seja, mas havendo boa vontade entre as partes envolvidas, pelo menos um acordo mínimo seria imaginável.

Será mesmo possível uma reforma ortográfica unilateral, levada a cabo pela Academia das Ciências de Lisboa e realizada só para Portugal? E será desejável? Depois da péssima experiência em 1912, uma reforma unilateral parece utópica e indesejável, ainda mais porque o isolacionismo linguístico subjacente evidencia flagrante desrespeito pela letra e pelo espírito não somente do enquadramento legal da *Convenção* de 1943 (em que se baseiam os acordos de Salazar e Caetano que os contristas tanto veneram) mas contraria também os próprios estatutos da Academia, nos quais o artigo 6.º ordena a colaboração com a Academia Brasileira de Letras (*Estatutos*, 2015, p. 5689).

Independentemente da vontade pessoal de sócios individuais, a Academia das Ciências de Lisboa é uma instituição científica que, desde os seus estatutos de 1978, assenta em base democrática. A “ciência” é apresentada dentro das sessões académicas dentro das duas classes (ARTIGO 40.º, *Regulamento*, 2016, p. 36578) — e como a ortografia é um assunto pertencente à área disciplinar da linguística, deveria ser apreciado, em primeiro lugar, dentro da sessão da Classe de Letras. Em seguida, atendendo à “[...] excecional importância [...]” do assunto “[...] para a vida da

Academia [...]” (Artigo 48.º, alínea dos *Estatutos*, 2015, p. 5692) o mesmo deveria ser submetido a apreciação pelo plenário da Academia.

Como investigador especializado na matéria e como sócio da Academia não podemos deixar de constatar que a preparação de um tema de tamanha importância para a vida da nossa Academia em segredo, e mesmo à revelia dos sócios académicos, não faz parte do bom funcionamento da Academia das Ciências de Lisboa, sendo todo o processo marcadamente antidemocrático. Está-se, presentemente, a criar uma série grave de precedentes, o que faz com os académicos em questão estão a movimentar-se fora das competências que lhe foram conferidas pelos estatutos e pelo regulamento da nossa Academia. Será justo notar que nem na monarquia, nem no tempo do fascismo é sabido que tivesse havido presidentes ou académicos individuais que se arrogaram tanta competência, sem possuir qualquer competência material na área em questão.

Para finalizar, cabe considerar que todas as entidades envolvidas com a ortografia portuguesa, quer nacionais, quer estrangeiras, estão interessadas em lidar com uma Academia das Ciências que saiba ser serena e que saiba dignificar cientificamente os assuntos sobre os quais é chamada para pronunciar-se com suma competência.

É de reçar que os recentíssimos avanços em matéria ortográfica tenham acabado por fazer com que a douta instituição tenha perdido valiosa credibilidade nacional e internacional, tendo-se criado, mais uma vez, uma situação que ameaça projetar a Academia das Ciências de Lisboa fora do âmbito das instituições envolvidas em atividades relacionadas com a ortografia portuguesa.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 12 DE JANEIRO DE 2017)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1887, janeiro 3 – Porto, *Registo do testamento com que faleceu Delfim Maria de Oliveira Maia, proprietário*, manuscrito, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, Administração do Bairro Oriental (1868–1981), Registos de testamento, Livro nº. 37, cota A-PUB/5071 – fols. 12 v-15 v, em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/16896> (última consulta. DATA).



- ABL (1933). *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa: Organizado pela Academia Brasileira de Letras de Acôrdo com a Academia das Ciências de Lisboa, Vocabulário Oficial*, Rio de Janeiro, Z. Bonoso & Cia Ltda.
- ABL (1942). Academia Brasileira de Letras (1942): *Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1942.
- ABL (1943). Academia Brasileira de Letras (1943): *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- ABL (1947). Academia Brasileira de Letras (1947): *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa: organizado em conformidade com o que decidiu a Conferência Interacadêmica de Lisboa e aprovado pelo decreto-lei n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- ACL (1793). Academia Real das Sciencias de Lisboa (1793): *Diccionario da Lingoa Portugueza publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa: Tomo primeiro, A*, Lisboa: Na Officina da mesma Academia.
- ACL (1822). Academia Real das Sciencias de Lisboa (1822): *Collecção systematica das leis e estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa, desde o seu estabelecimento até ao tempo presente: Mandada imprimir por Resolução da Assembléa Extraordinaria de Effectivos de 13 de Junho de 1812, para ser distribuida por todos os Socios: e segunda vez approvada e mandada publicar, do mesmo modo por que foi compilada, por determinação da Assembléa de Conselho de 12 de Janeiro de 1815*, Lisboa: Na Typografia da mesma Academia.
- ACL (1903). Academia das Ciências de Lisboa (1903), *Boletim da Segunda Classe: Actas, Comunicações, Pareceres 1 (1898–1902)*.
- ACL (1910). Academia das Ciências de Lisboa (1910), *Boletim da Segunda Classe: Actas, Comunicações, Pareceres 2 (1902–1909)*.
- ACL (1911). Academia das Ciências de Lisboa (1910), *Boletim da Segunda Classe: Actas, Comunicações, Pareceres 3 (1909–1910)*.
- ACL (1914). Academia das Ciências de Lisboa (1914), *Relatório Apresentado à Assembleia Geral sobre o Convite para Colaboração na Reforma da Ortografia Portuguesa feito à Academia Brasileira de Letras*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- ACL (1940). Academia das Ciências de Lisboa (1940), *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- ACL (1947a). Academia das Ciências de Lisboa (1947a), *Conferência interacadêmica luso-brasileira de Lisboa para a unidade da língua escrita: discursos e alocações*, Lisboa, sem editora.
- ACL (1947b). Academia das Ciências de Lisboa (1947b): *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- ACL (1988). Academia das Ciências de Lisboa (1988): “Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988)”, Documento datilografado.
- ACL (2016). “Academia das Ciências empenhada no aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico de 1990”, em: <http://www.acad-ciencias.pt/noticias/detalhe/4>. [remete para Salgado (2016)]



- Acôrdo* (1931a). “Acôrdo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de Abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa”, *Diário do Govêrno: I. Série* 106 (Quinta-feira, 7 de Maio de 1931), p. 827.
- Acôrdo* (1931b). “Nova publicação, rectificada, do instrumento do acôrdo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 11 de Abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa”, *Diário do Govêrno: I. Série* 120 (Segunda-feira, 25 de Maio de 1931), pp. 907-908.
- Anteprojecto* (1990). “Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988)”, *A Língua Portuguesa: Revista do Património Histórico e Artístico Nacional* (Número Especial 1990), pp. 28-39.
- AR (1991). “Resolução da Assembleia da República n.º 26/91: Aprova, para ratificação, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, *Diário da República: I Série A* 193 (23 de agosto de 1991), pp. 4370-4388. [Resolução datada de 4 de junho de 1991]
- BACL: *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, vários anos.
- Bases* (1911). Ministério do Interior, Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial: 1.ª Repartição (1911): *Bases para a Unificação da Ortografia que deve ser adoptada nas escolas e publicações oficiais: Relatório da Comissão nomeada por portaria de 15 de Fevereiro de 1911*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Clyne, M.G., *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter, Contributions to the sociology of language; 62, 1992.
- Coelho, J. M. L. (Relator), *Parecer apresentado á Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre a Reforma Orthographica, proposta pela Comissão da Cidade do Porto*, Lisboa, Typographia da Academia, 1879.
- Costa, R. F. da, Reflexões e observações prévias para a escolha do melhor systema de orthografia portugueza: e deducção dos seus principios capitães”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* 8/I, pp. 102-152, 1823.
- Decreto* 32/73 (1973). “Decreto n.º 32/73: Introdúz alterações na ortografia oficial portuguesa”, *Diário do Governo: I Série* 31 (Terça-feira, 6 de Fevereiro de 1973), pp. 169-170.
- Decreto* 35/228 (1945). “Decreto n.º 35:228: Aprova o acôrdo de 10 de Agosto de 1945, resultante do trabalho da Conferência Interacadémica de Lisboa, para a unidade ortográfica da língua portuguesa, cujos instrumentos, elaborados em harmonia com a Convenção Luso-Brasileira de 29 de Dezembro de 1943, são publicados em anexo ao presente diploma”, *Diário do Governo: I Série* 273 (Sábado, 8 de Dezembro de 1945), pp. 1037-1053.
- Decreto-Lei* 25/760 (1935). “Decreto-Lei 25:760: Proíbe o uso, por parte dos alunos dos estabelecimentos de ensino do Estado, de dicionários e gramáticas da língua portuguesa que não estejam escritos na ortografia oficial”, *Diário do Govêrno: I Série* 189 (Sexta-feira, 16 de Agosto de 1935), p. 1226.
- DPR (1991). “Decreto do Presidente da República n.º 43/91, de 23 de agosto: Ratifica o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 16 de Dezembro de 1990”, *Diário da República: I Série A* 193 (23 de agosto de 1991), p. 4370.

- Estatutos* (2015). “Decreto-Lei n.º 157/2015, de 10 de agosto: Procede à quinta alteração aos Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/78, de 12 de janeiro”, *Diário da República: Série I-B* 154 (Segunda-feira, 10 de agosto de 2015), pp. 5670, 5687-5694.
- GL (1780). “LISBOA. I de Fevereiro”, em: *Gazeta de Lisboa* 5 (Terça feira 1 de Fevereiro 1780), p. [IV].
- GL (1781). “LISBOA”, em: *Gazeta de Lisboa* 43 (Segundo Supplemento, Sabbado 27 de Outubro 1781), p. [IV].
- Gonçalves, M. F., “Lexicografia e ortografia no Dicionário da Academia (1793)”, Hilty, Gerold (ed.) (1993, IV): *XX<sup>e</sup> Congres International de Linguistique et Philologie Romanes, Université de Zurich* (6-11 avril 1992 (Tome IV, Section VI – Lexicographie/Iberoromania), Tübingen: Francke Verlag, pp. 653-664, 1993.
- GRAE (1771). Real Academia Española (1771): *Gramática de la Lengua Castellana, compuesta por la Real Academia Española*, Madrid, Por Don Joachin Ibarra, impresor de Cámara de S. M.
- Kemmler, R., “Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911”, *Lusorama* 47-48 (Oktober) ISSN 0931-9484, pp. 128-319, 2001.
- Kemmler, R. “Para a história da ortografia simplificada”, Silva, Maurício (Org.) (2009): *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*, São Paulo, Editora Contexto, pp. 53-94, 2009.
- Kemmler, R., “O destino de um projeto linguístico da Republica Portuguesa no mundo lusófono: a questão da ortografia simplificada desde 1910 até 2010”, em: *Cadernos Eborenses: Revista Internacional de Tradução, linguística e Literatura* 2 (2010), pp. 9-45, 2011.
- Kemmler, R., “Neues zu den philosophischen Grammatiken von Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)”, *Lusorama* 87-88 (November 2011), ISSN 0931-9484, pp. 156-181, 2012.
- Kemmler, R., “Código da escrita: o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) na sociedade portuguesa atual”, *Cadernos Mateus DOC* 6 (Código/Code), ISSN 2182-1569, pp. 123-134, 2014.
- Kemmler, R., “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990): o desfecho indispensável de uma história interminável”, comunicação apresentada: *Colóquio “Ortografia e Bom Senso”*, Academia das Ciências de Lisboa, 9-10 de novembro de 2015, 2015. [https://www.researchgate.net/publication/311797749\\_Acordo\\_Ortografico\\_da\\_Lingua\\_Portuguesa\\_1990\\_o\\_desfecho\\_indispensavel\\_de\\_uma\\_historia\\_interminavel](https://www.researchgate.net/publication/311797749_Acordo_Ortografico_da_Lingua_Portuguesa_1990_o_desfecho_indispensavel_de_uma_historia_interminavel).
- Leão, A. C., *Prontuário de Ortografia*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934.
- Leão, J. B. , *Considerações sobre a Orthographia Portugueza por ...: Memoria offerecida ao Ill.<sup>mo</sup> e Exc.<sup>mo</sup> Senhor Conselheiro Antonio Rodrigues Sampaio, Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino*, Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1875.
- Leão, J. B. (Relator), *Parecer da Comissão de Reforma Ortografica*, Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1877.
- Leão, J. B., *Colêção de estudos e documentos a favor da refôrma da Ortografia em sentido sónico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878a.

- Leão, J. B (relator), *Reprezentação á Academia Real das Ciências sobre a Reforma da Ortografia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878b.
- Leão, J. B., *A Academia Real das Ciências de Lisboa e a Comissão de Refórma Ortográfica do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1879.
- Leão, J. B. *Elementos de Gramática Portuguesa*, Porto: Tipografia de António Jozé da Silva Teixeira.
- Ley Moyano (1892): *Ley de Instrucción pública de 9 de septiembre de 1857 y Reglamento general para la administración y regimen de la misma aprobado por S. M. en 29 de Julio de 1859, anotada y comentada por la redacción de la Gaceta de Instrucción Pública, bajo la dirección de Don Mariano Laliga y Alfaro, Autorizada su publicación por el Ministerio de Fomento según real orden de 5 de Marzo de 1892, Madrid: Gaceta de Instrucción Pública; Imprenta de la Viuda de M. Minuesa de los Rios, 1886.*
- Menéndez, F. M., “Das “Gramáticas Filosóficas” manuscritas”, em: Head, Brian/Teixeira, José/ Lemos, Aida Sampaio/Barros, Anabela Leal de/Pereira, António (eds.): *História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro*, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos (Coleção Poliedro; 11), pp. 299-309, 2002.
- Neves, A. “Aniceto dos Reis Gonçalves Viana: Bio-bibliografia”, Viana, pp. 39-66, 1973.
- ORAE (1741). Real Academia Española (1741): *Orthographía española: Compuesta, y ordenada por la Real Academia Española, que la dedica al Rey N. Señor*, Madrid, En la Imprenta de la Real Academia Española.
- Pinto, A. *A Nova Ortografia e o Desacôrdo Reinante*, Rio de Janeiro, Edição de Terra de Sol, 1931.
- Portaria (1911a). “Portaria de 15 de fevereiro de 1911, nomeando uma comissão para fixar as bases da orthographia que deve ser adoptada nas escolas e nos documentos e publicações officiaes”, *Diário do Governo* 39 (Sexta feira, 17 de fevereiro de 1911), p. 606.
- Portaria (1911b). “Portaria de 16 de março, agregando mais seis vogaes á comissão encarregada de unificar a orthographia official”, *Diário do Governo* 64 (Segunda feira, 20 de março de 1911), p. 1190.
- Portaria (1911c). “Portaria de 1 de setembro, mandando publicar o relatorio da comissão encarregada de estabelecer as bases para a unificação da orthographia, e determinando varias providencias relativas ao assunto”, *Diário do Governo* 206 (Segunda feira, 4 de setembro de 1911), pp. 3733-3734.
- Portaria 7 117 (1931) “Portaria 7:117: Introduz várias modificações no regime ortográfico oficial, em vigor desde 11 de Setembro de 1911”, *Diário do Govêrno: I. Série* 126 (Segunda-feira, 1 de Junho de 1931), p. 1028.
- RAE (1715). *Real Academia Española (1715): Fundación, y estatutos de la Real Académia Española, En Madrid: En la Imprenta Real, por Joseph Rodríguez y Escobár, Impressor del Rey nuestro Señor, de su Consêjo de la Santa Cruzáda, y de la Real Académia Española.*
- RAE (1726–1739). *Real Academia Española (1726–1739, I-VI): Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua, Dedicado al Rey nuestro señor Don Phelipe V (Que Dios guarde), A cuyas reales expensas se hace esta obra,*

- Compuesto por la Real Academia Española, En Madrid: En la Imprenta de Francisco del Hierro, Impressor de la Real Académia Española. [Tomo III (1732): En la Imprenta de la Real Académia Española; Por la Viuda de Francisco del Hierro; Tomo IV-VI (1734-1739): En la Imprenta de la Real Académia Española; Por los Herederos de Francisco del Hierro]*
- RAE (1859). *Real Academia Española (1859): Estatutos de la Real Academia Española aprobados por S. M., Madrid, Imprenta Nacional.*
- RAE (2014). *Real Academia Española (2014): Estatutos y Reglamento de la Real Academia Española 2014, Madrid, Real Academia Española, em: [http://www.rae.es/sites/default/files/Estatutos\\_y\\_reglamento\\_nuevo.pdf](http://www.rae.es/sites/default/files/Estatutos_y_reglamento_nuevo.pdf).*
- RAL. *Revista da Academia Brasileira de Letras* (Rio de Janeiro), a partir de 1910.
- Regulamento (2016). “Regulamento n.º 1092/2016, de 23 de novembro: O regulamento desenvolve os princípios normativos destinados à execução dos preceitos dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 157/2015, de 10 de agosto”, *Diário da República: 2.ª série* 238 (Quarta-feira, 14 de dezembro de 2016), pp. 36558, 36575-36583.
- Relatorio (1911) “Relatorio da comissão incumbida de estudar as bases da ortografia”, em: *Diário do Governo* 213 (Terça-feira, 12 de setembro de 1911), pp. 3845-3851.
- Salgado, A. “Subsídios para um aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, (2016). [http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/3970770\\_ao\\_subsidios.pdf](http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/3970770_ao_subsidios.pdf) (última consulta: 11 de janeiro de 2017).
- Vasconcelos, J. L., “c) José Barbosa Leão”, *Revista Lusitana* 1/4, p. 388, 1889.
- Vasconcelos, C. M., *Lições de filologia portuguesa*, 2.ª Edição, Lisboa, Dinalivro, 1976.
- Viana, A. R. G., *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa conforme a Ortografia Nacional Do mesmo autor*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.ª, 1909a.
- Viana, A. R. G., *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa conforme a Ortografia Nacional Do mesmo autor*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.ª, 1909b.
- Viana, A. R. G., *Vocabulário Ortográfico e remissivo da Língua Portuguesa, contendo cerca de 100.000 vocábulos, conforme a ortografia oficial*, Lisboa, Aillaud, Alves & C.ª, 1912.
- Viana, A. R. G., *Ortografia Nacional: Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.
- Viana, A. R. G., *Estudos de FONÉTICA portuguesa*, Prefácio de Luís Filipe Lindley Cintra, introdução de José A. Peral Ribeiro, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- Viana, A. R. G./Abreu, G. V., *Bases da Ortografia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- Viana, A. R. G., *Proposta de um Questionário para se Formularem as regras de Orthographia Portuguesa Uniforme tendo-se em atenção as principais divergências que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos diferentes escritores antigos e modernos: Proposta apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa Na sessão ordinaria de 10 de maio de 1900*, Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia, 1900.
- Viana, A. R. G., *As Orthographias Portuguesas: Estudo das suas anomalias e meios de as remediar, instituindo-se orthographia nacional*, Lisboa, Typographia da Academia, 1902.

# O peculiar 1.º semestre de 2012

ANTÓNIO S. PINTO BARBOSA E LUÍS CATELA NUNES

1. A crise financeira internacional que se abateu sobre a economia mundial em 2007 e a reacção que, em várias economias, se lhe seguiu através da aplicação de políticas de austeridade deu uma singular oportunidade para um confronto entre duas grandes teses. Por um lado, surgiu a opinião de que as políticas de austeridade produziam essencialmente um efeito contraccionista nas economias onde eram aplicadas, fazendo cair o nível da actividade económica e ampliando o desemprego. Esta era, por assim dizer, a visão *keynesiana* da austeridade, com a implicação principal de que a sua aplicação era prejudicial e agravava os efeitos originais da recessão<sup>1</sup>. Em contraponto surgia, porém, uma tese que apontava para os possíveis efeitos da confiança gerada nos agentes económicos, em particular nos investidores, em resultado da aplicação de pacotes “inteligentes” de austeridade. Esta era a visão *germânica* da austeridade.<sup>2</sup> Nesta opinião, uma terapêutica adequada de austeridade levaria os agentes económicos a acreditarem que a saúde da economia recuperaria a breve trecho, em resultado de um controlo apropriado exercido sobre os grandes desequilíbrios macroeconómicos. E esse impacto positivo nas expectativas dos agentes económicos traduzir-se-ia naturalmente, por via de subseqüentes decisões ao nível da despesa agregada, num efeito expansionista benéfico para a economia.

2. Também Portugal não escapou a este debate em resultado sobretudo da aplicação do exigente programa de austeridade à nossa economia a partir de 2011, vulgarmente designado por programa da *troika*. E, também, no caso português,

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, “Europe’s Keynesian Problem”, Krugman, P. *The Conscience of a Liberal*, 25/5/2013.

<sup>2</sup> Vários autores sublinharam a importância deste argumento, por exemplo, Giavazzi, F. e M. Pagano (1990), “Can Severe Fiscal Contractions Be Expansionary? Tales of Two Small European Countries”, NBER Macroeconomics Annual 1990, Volume 5, pages 75-122 National Bureau of Economic Research, Inc., ou Alesina, A. e Ardagna, S. (2012) “The Design of Fiscal Adjustments”, NBER WP 18423

a interpretação dos efeitos do programa evidenciou, por vezes de forma vigorosa, o confronto entre estas duas grandes teses. Ora, é precisamente sobre este tema que nos propomos trazer hoje aqui uma breve reflexão. E começaremos por reconhecer que, no que toca à primeira tese, a visão *keynesiana*, afigura-se-nos existir abundante informação documental a demonstrar a presença de um significativo impacto contraccionista do programa de austeridade no caso português. Ninguém tem, por isso, seriamente questionado uma substancial deterioração nos habituais indicadores do nível de actividade económica e emprego na sequência da aplicação do programa. Já relativamente à segunda tese, a que admite a possibilidade de uma componente benéfica decorrente do eventual aumento de confiança, é mais parca e porventura controversa a informação disponível. Por isso nos pareceu de especial interesse cingirmos a nossa análise a esta área mais polémica. E, nesse sentido colocámo-nos, seguidamente, as duas seguintes questões: Primeira: terá a aplicação do programa da *troika* conseguido instilar confiança nos agentes económicos, em particular nos investidores? Segunda: no caso afirmativo, terá esse aumento de confiança contribuído subsequentemente e ainda que parcialmente, para expandir a economia? Rapidamente reconhecemos, porém, que esta importante segunda questão — a que liga os níveis de confiança às subsequentes decisões de investir e consumir — requereria um esforço de análise que ultrapassava manifestamente as limitações que defrontávamos. Por isso nos confinámos à primeira questão, na presunção de que ela retém, só por si, um significativo interesse.

3. Terá a aplicação do programa de austeridade em Portugal conseguido aumentar os níveis de confiança dos agentes económicos? A resposta a esta pergunta requer a identificação prévia de indicadores cujas variações possam, em alguma medida, sinalizar alterações no grau de confiança prevalecente nos agentes económicos. Perante algumas alternativas possíveis, optámos por utilizar um indicador muito frequentemente usado para esse efeito: a taxa de juro a dez anos da dívida pública portuguesa (abreviadamente, *yield* a dez anos). Esta taxa reflecte, é certo, a influência de várias componentes, nomeadamente a evolução esperada das futuras taxas de referência fixadas pelo Banco Central Europeu, mas também reflecte, em alguma medida, o prémio de risco associado ao funcionamento específico da economia do país. E, no que toca a este último aspecto,



pode considerar-se que ela representa, de certo modo, uma avaliação externa que o mercado internacional de capitais faz da saúde financeira e económica do país.

4. Perante a aplicação do programa da *troika*, como se comportou a taxa de juro a dez anos da nossa dívida soberana? O gráfico seguinte (Gráfico 1) apresenta a evolução desta taxa entre Janeiro de 2010 e Janeiro de 2013, estando assinalado, com uma linha vertical, o início formal do programa da *troika* em Maio de 2011. Com oscilações irregulares, a taxa de juro a 10 anos apresenta, no período considerado, uma nítida subida tendencial que se prolonga até 30 de Janeiro de 2012, altura em que atinge o valor máximo de 17.39 %. A partir daí, evidencia uma clara tendência de descida. A descida iniciada no início de Fevereiro de 2012, isto é, já em plena aplicação do programa de austeridade, permite alvitrar a possibilidade de ela ser devida à implementação do próprio programa. Ou seja, a evolução da execução deste programa poderá ter acabado por fortalecer, ao fim de algum lapso de tempo, a percepção, junto dos investidores internacionais, de que os desequilíbrios financeiros detectados começavam a ficar sob controlo.

Gráfico 1.

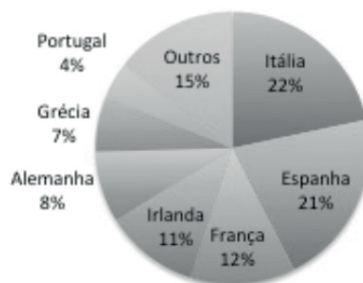


5. Uma dificuldade inerente a esta interpretação resulta, porém, do facto de as *yields*, para além da influência que as políticas empreendidas pelas autoridades nacionais exercem no prémio de risco do país, poderem reflectir igualmente os efeitos da intervenção do Banco Central Europeu. E esta intervenção não se circunscreve unicamente a eventuais alterações operadas na taxa de juro de referência. Na verdade, mesmo com taxas de referência inalteradas, o Banco Central pode influenciar também o prémio de risco do país, através de anúncios ou declarações que sinalizem a sua maior ou menor disponibilidade para, perante uma crise financeira aguda num estado membro da eurozona, acorrer em auxílio com o fornecimento de liquidez.

6. Ora, neste aspecto é possível destacar três relevantes intervenções do BCE. Em primeiro lugar, o anúncio, em 8 de Dezembro de 2011 (isto é, antes de as *yields* portuguesas terem atingido o máximo) da primeira LTRO (Long Term Refinancing Operation), operação que consistia na disponibilização de linhas de liquidez aos bancos em condições especialmente favoráveis. Seguidamente, em Fevereiro de 2012, o BCE anuncia uma nova injeção de liquidez do mesmo tipo LTRO, mas em maior valor. Finalmente, importa salientar, em Julho de 2012, a famosa afirmação de Mario Draghi *"I'll do whatever it takes to save the euro."*

7. A primeira LTRO consistiu numa injeção de cerca de 250 mil milhões de euros e a segunda atingiu 950 mil milhões. No conjunto, as duas operações totalizaram, assim, 1200 mil milhões de euros. O gráfico seguinte apresenta o modo como foi repartida a utilização desta liquidez pelos diferentes países.

**LTRO 1200 bn €**





Neste total, Portugal terá participado em cerca de 4%, ou seja, em cerca de 50 mil milhões, uma participação considerada relativamente diminuta<sup>3</sup>. Note-se que este tipo de intervenções tende, em princípio, a favorecer uma descida das *yields* das obrigações soberanas, por via da redução operada nos prémios de risco. No caso português, porém, e ao contrário da Espanha e Grécia, as *yields* a 10 anos continuaram a aumentar após a primeira injeção de liquidez até atingirem o seu máximo no fim de Janeiro de 2012 (ver quadro seguinte), o que sugere que as intervenções do BCE não foram o único elemento a influenciar as taxas da dívida pública. Outros factores, específicos de cada país, contribuíram igualmente para impactar no seu valor.

|           | 10Y GOV BONDS Yield |          |        |         |
|-----------|---------------------|----------|--------|---------|
|           | ESPAÑA              | PORTUGAL | GRÉCIA | IRLANDA |
| 8/12/11   | 5.814               | 12.951   | 34.712 |         |
| 30/1/2012 | 5.042               | 17.393   | 34.032 |         |

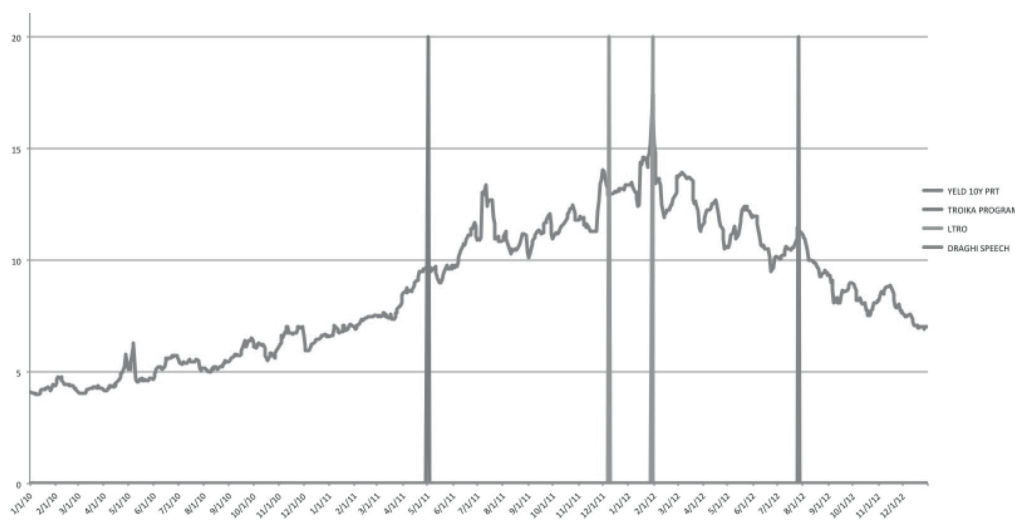
8. A terceira intervenção relevante do BCE, neste período, consistiu na famosa declaração de Draghi “*I’ll do whatever it takes*”, proferida em 26 de Julho de 2012 e no paralelo anúncio da disposição, por parte do BCE, de efectuar as injeções de liquidez (Outright Monetary Transactions) eventualmente necessárias para dar suporte a essa declaração. Esta intervenção foi interpretada pelos mercados como a disposição de fornecer, se necessário, apoio ilimitado a membros da eurozona em crise aguda de liquidez, susceptível de pôr em causa a sobrevivência da união monetária. Seria o desempenho por parte do BCE, nessas circunstâncias, de uma função similar à de um banco central emprestador de último recurso (*lender of last resort*). A legalidade deste tipo de intervenção e a sua conformidade com os estatutos do BCE veio a ser questionada por vários quadran-tes, mas o Tribunal de Justiça Europeu absteve-se de considerá-la fora do âmbito das suas atribuições.

---

<sup>3</sup> O Financial Times referia, em 26 de Janeiro, a limitada participação de Portugal na primeira injeção: “Portugal is also the only peripheral eurozone bond market that has failed to rally since the European Central Bank announced plans to offer three-year loans to the eurozone’s banks on December 8, a move that averted a credit crunch”, FT — Alphaville 26/1/2012.

9. Quais os efeitos desta intervenção nas *yields* portuguesas? O gráfico seguinte (Gráfico 2), assinalando adicionalmente, com linhas verticais adicionais, as datas das duas operações LTRO e da declaração de Draghi.

Gráfico 2.



Como se vê, só a partir da segunda LTRO, as *yields* portuguesas iniciaram a sua descida do máximo atingido em fins de Janeiro de 2012. A esta descida certamente que não foi alheia a intervenção do BCE. Eichenbaum, Rebelo e Resende, na análise que fizeram da aplicação do programa da troika, afirmam:

*“Portuguese banks participated actively in both LTROs. Perhaps not coincidentally, Portuguese yields and spreads vis-a-vis Germany started to decline when the second LTRO was established. These facts suggest, but do not prove, that the LTRO programs played an important role in reducing the yield on Portuguese sovereign bonds and facilitating Portugal’s return to international capital markets.”*<sup>4</sup>

10. Já a subsequente declaração de Draghi, considerada por muitos como decisiva no restabelecimento da confiança nos mercados, não parece, no caso

<sup>4</sup> IEO Background Paper, BP 02-05-2016, p. 44 e ss.

português, ter alterado significativamente a trajetória de descida das *yields* já anteriormente iniciada. Sobre este ponto também Eichenbaum, Rebelo e Resende se pronunciam, nos seguintes termos:

*“The evidence regarding the impact of the Draghi speech and the announcement of the outright monetary transactions program is more ambiguous. The decline in yields on Portuguese bonds began well before the Draghi speech, and seems to have stalled by June 2012, but it resumed after the Draghi speech in July.”*

Claro que é possível argumentar que, perante a evolução da instabilidade na eurozona, os mercados poderiam de certo modo estar a antecipar alguma próxima intervenção mais drástica por parte do BCE no sentido de assegurar a sobrevivência da eurozona. Para usar expressões referidas na altura, poderiam estar à espera do uso iminente de uma “bazooka” ou mesmo de uma “bomba atômica”. Mas esse fenómeno de antecipação, a existir, teria espalhado os seus efeitos de acalmia por toda a eurozona, muito especialmente nos países periféricos onde a instabilidade era maior. E o que se observou nesse semestre que precedeu o discurso de Draghi?

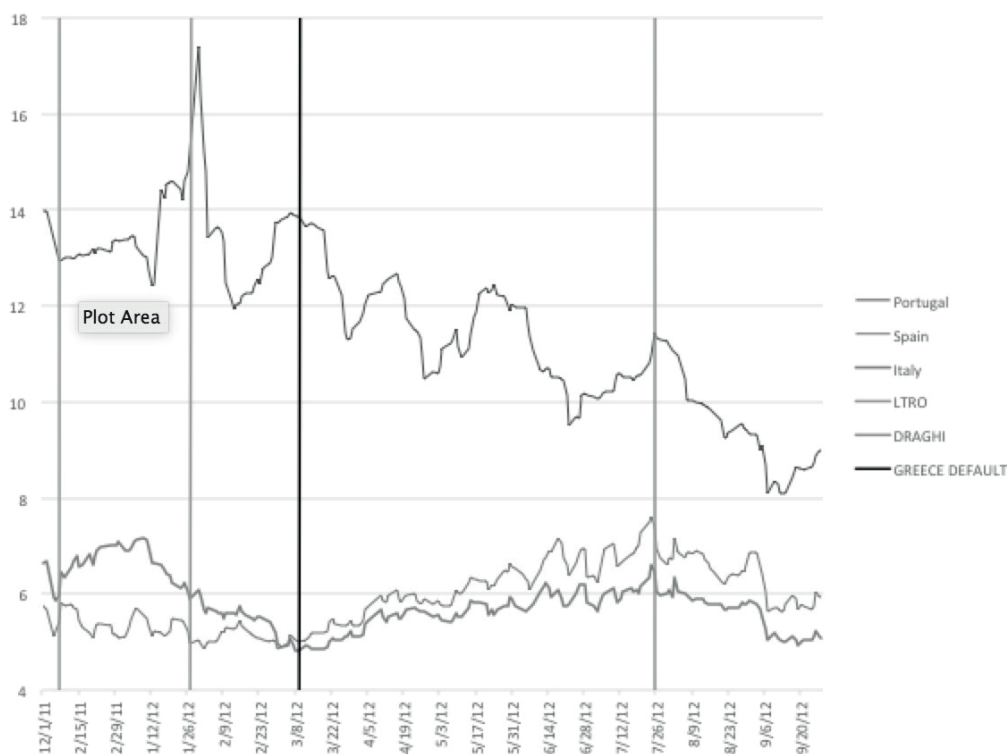
11. O gráfico seguinte (Gráfico 2) acrescenta a evolução das *yields* de Espanha e da Itália, dois países onde a instabilidade nos mercados financeiros estava igualmente instalada, entre Dezembro de 2011 e Outubro de 2012, ou seja, retrata essencialmente o primeiro semestre de 2012.

A sua comparação com a evolução das *yields* portuguesas nesse período evidencia um contraste muito nítido. Na verdade, enquanto as *yields* portuguesas estão em claro declínio, conforme já se sublinhou, no caso espanhol e italiano as *yields* estão a subir (sobretudo a partir de Março, altura em que ocorreu uma reestruturação da dívida grega, também assinalada no gráfico) e só começam a descer a partir intervenção de Draghi em Julho<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Houve, aliás, quem chegasse a alvitrar que, não fora o caso de a instabilidade atingir também uma economia grande como a da Espanha, talvez o discurso de Draghi não tivesse chegado mesmo a acontecer.

Gráfico 3.



12. Ou seja, existiram factores adicionais, para além da intervenção do BCE, a explicar a diferença de comportamento das *yields* entre os países periféricos atingidos pela instabilidade. Esses factores têm necessariamente origem fora das causas com incidência comum e retratam, antes, circunstâncias específicas dos países. No caso português a interpretação que se nos afigura mais plausível é a de que os mercados financeiros passaram, a partir de determinada altura, a admitir que, ao contrário de outros casos, a situação económico-financeira do país e os desequilíbrios macroeconómicos subjacentes estavam em alguma medida a ficar sob controlo. Nesta interpretação, pois, a natureza específica das políticas de ajustamento conduzidas pelos diferentes países sujeitos ao escrutínio dos investidores financeiros na crise do euro terá constituído um factor relevante, a par de outros factores como o do papel do BCE, para explicar o comportamento idios-sincrático das nossas *yields*. O primeiro semestre de 2012 teve, neste contexto, o singular mérito de pôr em evidência uma discriminação de efeitos obtidos em economias sujeitas, todavia, a fortes influências comuns.

13. Nesta linha interpretativa, o programa de austeridade aplicado ao nosso país terá conseguido, para além dos efeitos *keynesianos* de sinal contrário que são generalizadamente reconhecidos, gerar paralelamente um ingrediente, esse menos reconhecido<sup>6</sup>, indispensável à retoma da economia: o aumento da confiança dos investidores, traduzido no declínio sustentado das *yields* portuguesas nos mercados financeiros. Nesse sentido se poderá dizer que o programa comportou, também, uma componente expansionista e, nessa medida, constituiu uma prova da coexistência possível, na realidade prática da macroeconomia, das duas teses sobre os efeitos da austeridade referidas no início. O primeiro semestre de 2012, pelo contraste que possibilitou evidenciar de efeitos díspares apesar de influências comuns, representou uma rara oportunidade de comprovar essa coexistência no caso português.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017)

---

<sup>6</sup> Krugman, por exemplo, não reconhece este ponto: “I see these moves (the decline in interest spreads against Germany for troubled countries) as indicators of the effects of ECB policies — the LTRO program at the end of 2011, and the signaled willingness to buy sovereign debt beginning last summer. But they see it as proof that the confidence fairy has arrived”, Euro Delusions, 24/2/2013, P. Krugman, *The Conscience of a Liberal*.

\* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



# A unificação ortográfica: Realidade ou utopia?

CELSO AUGUSTO NUNES DA CONCEIÇÃO<sup>1</sup>

Quero agradecer ao Presidente, Dr. Artur Anselmo, pela generosidade do convite para participar do quadro dessa magnífica Academia, por ocasião do Colóquio “Ortografia e Bom Senso” em que apresentei a Conferência “A unificação da ortografia das nações lusófonas: colapso linguístico”, e agradecer também aos confrades que, por unanimidade, aceitaram-me. Minha eterna gratidão, esperando sempre corresponder com as expectativas depositadas em meu trabalho.

Antes de entrar no conteúdo do discurso propriamente dito, gostaria de esclarecer que a sintaxe, ou seja, a estrutura frasal desta comunicação é a do “português brasileiro”. Portanto, colocações pronominais e outras “estranhezas” ficam por conta da diversidade linguística em relação ao “português europeu”, como é mais internacionalmente conhecida a expressão.

Minha comunicação: “A unificação ortográfica: realidade ou utopia” trata de um assunto muito atual. Meu propósito não é o de impor as minhas ideias, mas sim provocar a reflexão.

E para isso, transito pelas áreas da cultura geral para deixar um mínimo contributo a fundamentar a minha conclusão.

Mas antes preciso fazer alguns destaques.

Destacar a investida corajosa e democrática do Presidente desta Academia, o filólogo Dr. Artur Anselmo, ao reabrir o problema que está gerando caos linguístico na sociedade portuguesa desde a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990. A credibilidade desta casa certamente foi reforçada por sua atuação. O documento *Sugestões de Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborado pela Lexicógrafa da Academia, Ana Salgado, e aprovado pelos membros efetivos, não é um documento prescritivo e nem normativo, quanto menos pretenda ser completo, é isto sim o começo para um exaustivo trabalho que pretende a solução definitiva, pois o grupo a ser constituído para tratar do assunto será qualificado

---

<sup>1</sup> Membro Correspondente Brasileiro da Academia das Ciências de Lisboa

por sua atuação linguística efetiva na sociedade portuguesa e terá autonomia para decidir... e que decidam para o bem da Língua Portuguesa e não para o bem particular de grupos ou de políticos.

O mais importante não são os detalhes ou as questões que ainda criam celeuma, mas sim a abertura que academia deu ao fazer o estudo e sugerir, sim, sugerir, o caminho a seguir...

Destacar o hercúleo estudo e trabalho da Lexicógrafa Ana Salgado, que tem uma excelente produção científica na elaboração de Dicionários e Vocabulários da Língua Portuguesa. Seu contributo lexicográfico é invejável.

Destacar a inclusão, ocorrida em junho de 2016, de um membro correspondente nacional, o filólogo Dr. Fernando Paulo Baptista, que tem no seu currículo uma monumental obra sofo-científica da Língua Portuguesa. É um intelectual com uma sapiência filológica ímpar e que, espero, integre o grupo de estudos que está a se constituir para uma reavaliação deste complicado AO90.

E agora também destacar três dos meus oito artigos publicados, que dizem respeito diretamente à unificação ortográfica, os quais (oito) estão expostos na antessala.

#### *O primeiro*

1984: Uma visão linguística para o entendimento da Novafala, ou como é conhecida “Novilíngua”, em que faço analogia com a obra 1984, de George Orwell (Esta obra trata da constituição de um vocabulário único com objetivos autoritários, seguindo a linha de Stalin; a propósito, quem leu o livro deve lembrar que, em 2050, as “eliminações, inserções e retificações” a ele se encerrariam (encerrar-se-iam — sintaxe portuguesa) e o Vocabulário Único seria aplicável na sua plenitude. É uma obra considerada como utopia negativa ou distopia, termos gerados em contraposição à “utopia”, termo cunhado por Thomas Morus.)

#### *O segundo*

O Alienista e o Acordo Ortográfico de 2009: insanidade compartilhada, em que faço uma respeitosa analogia com a obra do escritor Machado de Assis, o fundador e primeiro Presidente da Academia Brasileira de Letras, “Presidente perpétuo da Academia”.



*E, por fim, o terceiro*

O Estrangeiro e sua absurdidade, em que faço analogia com a obra de Albert Camus “O Estrangeiro”. *O estrangeiro sou eu* em terras portuguesas, terras da origem da Língua Portuguesa. Não quero aqui polemizar com a questão de que seria a língua galega a origem de nosso código, porque não é o foco deste discurso.

Bem, preciso fazer jus ao título desta comunicação!

Tentarei não ser tecnicista porque o momento é para agradecimento.

Mas antes preciso citar Ferdinand de Saussure, o linguista que deu o caráter científico aos estudos da linguagem, como fundamento ao que vem a seguir:

Importante destacar a distinção entre “grafema” e “fonema”.

Em linhas gerais, pode-se dizer que grafema é a letra que registra o som da fala, chamado aqui de fonema.

A outra informação é sobre a matriz lexical, a matriz etimológica, na qual todas as línguas buscam sua origem, mas que alguns países ignoram a sua manutenção. É o caso do Brasil, em que a fonética influencia diretamente na grafia, principalmente quanto à eliminação das consoantes mudas porque a pronúncia não se altera. Ao contrário de Portugal, em que a consoante exerce função diacrítica pois provoca a abertura da vogal anterior.

Dito isso, vamos à realidade dos acontecimentos ortográficos, propriamente dita, com uma mínima amostragem, mas significativa para os argumentos contrários à unificação. Para efeitos didáticos, sem tecnicismo fonético-fonológico, as aspas representarão a grafia e entre barras, a oralidade.

É realidade que os falantes de língua inglesa produzem “knowledge”, sem o grafema /ka/ (br) ou /capa/ (pt). *Nunca ouvi qualquer iniciativa de “acordos” entre as nações que falam o “inglês”. Eles mantêm a forma escrita em detrimento das idiossincrasias da fala.*

É realidade que no Brasil há várias formas de expressar oralmente a conjunção adversativa “mas”: /mais/, /mã/, /màs/ e /maix/ (as três últimas não existem graficamente, e a primeira sendo equivocadamente aplicada como advérbio de intensidade). *Teríamos de escrever tal qual se pronuncia?*

É realidade que, no Brasil, escreve-se “ruptura” e pronuncia-se a consoante ‘p’, mas em Portugal escreve-se “rutura” porque a consoante não é pronunciada. *Se quieram a unificação ortográfica, por que retiraram a consoante?*

É realidade que, no Brasil, escreve-se “performance” como palavra estrangeira, tendo, inclusive, que identificá-la colocando-a entre parênteses ou alterar a sua fonte para *itálico*; em Portugal, a palavra está grafada com acento porque é uma proparoxítone ou esdrúxula. *Novamente a grafia não foi unificada. Qual o critério para o aportuguesamento dos vocábulos estrangeiros? É bem possível que cada país tenha autonomia para fazer a mudança e que não há a necessidade de consulta aos membros da CPLP.*

É realidade que, no Brasil, a palavra “site” continua como palavra estrangeira apesar da pronúncia /saite/ e que, em Portugal, existe a correspondente “sítio” e /saite/. *Por que não houve preocupação em unificá-las a aplicar o aportuguesamento?*

É realidade que, no Brasil, a expressão inglesa “layout” foi aportuguesada para “leiaute”, mas, em Portugal, nenhuma nem outra. *Nota-se a falta de critério para a unificação.*

É realidade que, no Brasil, o dispositivo computacional para movimentar com a seta na tela do monitor chama-se “mouse”, expressão inglesa que se escreve como tal, mas, em Portugal, a palavra, com tradução aproximada, é “rato”, uma vez que significa camundongo. *Quando a questão se refere a palavras estrangeiras, parece que a equipe lexicográfica de cada país faz adaptações conforme a manifestação do povo e de suas necessidades.*

É realidade que, no Brasil, a palavra “propina” significa suborno, mas, em Portugal, significa mensalidade ou taxa de algo. *Apesar de o vocábulo ser o mesmo, a questão semântica complica o entendimento. Há sentido em unificar vocábulos com significados diferentes?*

Para contextualizar esse último caso, as piadas brasileiras, em relação aos maus políticos, já chegaram às escolas:

A professora pergunta ao aluno Joãozinho qual o lema positivista na Bandeira Brasileira. Joãozinho fica a pensar e a professora o ajuda: ‘É ordem e pro... pina’, completa o aluno. Mais forte do que “progresso” é a “propina”.

Diante dessa amostragem argumentativa, duas considerações fazem-se necessárias.

A primeira refere-se às dificuldades para o Acordo:

- a) Questões culturais;
- b) Reunião periódica sobre as adequações ortográficas para a unificação;
- c) Fonética particular de um grupo de falantes que possivelmente implique mudança ortográfica;

d) E, principalmente, critérios para se chegar ao bom senso.

A segunda refere-se aos questionamentos para reflexão:

- a) Por que unificar a ortografia se a “língua”, patrimônio de um povo, continuará diferente em seu “idioma” (br) ou em suas “variedades” (pt)?
- b) Por que cada país precisa abdicar de determinadas grafias para a unificação?
- c) Se todos os países perdem um pouco, todos perdem algo. Por que perder?

### **OUTRO PONTO A DESTACAR SÃO AS QUESTÕES DE ORDEM SÓCIO-POLÍTICA**

É realidade que houve Sessão na Assembleia da República no dia 7 de fevereiro com o propósito de ouvir a Academia das Ciências de Lisboa.

Entendi que seria da maior relevância introduzir as informações que ocorreram no debate. Então, fiz alterações neste discurso com o propósito de ampliar a gama de argumentos contrários ao AO90 e municiar os ouvintes com mais esclarecimentos acerca desse assunto. E também porque o assunto tomou outra dimensão: o governo parece ignorar a grandiosa e corajosa iniciativa da Academia das Ciências de Lisboa.

### **MINHAS MANIFESTAÇÕES NAS REDES SOCIAIS**

Depois da audição do Presidente da ACL, juntamente com a Lexicógrafa e dois Membros Efetivos na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, a “mídia” (órgãos de divulgação) publicou o ocorrido. A manifestação do governo, através de seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, deixou claro que este assunto está superado.

... e a rede social ficou muito movimentada, tanto as de cunho social como as jurídicas. Como participo, de modo particular, sem representar nenhuma instituição, entrei na rede para acompanhar as manifestações e também escrever, sendo a favor ou contra.

Entendi que a postagem de minhas manifestações poderia suscitar algumas reflexões. Fiz questão de reproduzi-las aqui para, na sequência, apresentar minhas considerações para o que defendo: Não ao AO90.

Subentendam-se as postagens que deram origem às minhas.

1.<sup>a</sup>: A afirmação “está em vigor em Portugal” é verdadeira? Como é possível afirmar algo que é negado pela grande maioria da comunidade portuguesa? Jornais, revistas, editores, escritores e tantos outros a negar escrever com o AO90. Tenho certeza de que já falaram para esse parlamentar que “O rei vai nu”!

2.<sup>a</sup>: Realmente, ciência nunca foi o forte dos políticos.

3.<sup>a</sup>: Eu tenho o livro do Embaixador Carlos Fernandes “O Acordo Ortográfico de 1990 NÃO ESTÁ EM VIGOR: Prepotências do Governo de José Sócrates e do Presidente Cavaco Silva”, editado pela antiacordista Guerra e Paz. Essa obra é um engodo? Penso que não!

4.<sup>a</sup>: “Tratado Internacional” já nasceu doente e carece de eutanásia!

5.<sup>a</sup>: Precisamos atacar a causa e não a consequência, pois estamos “a fazer remendos” em função de um “Tratado Internacional” que já nasceu doente.

6.<sup>a</sup>: O mundo inteiro questiona-se do porquê unificar diferenças linguístico-culturais. E quem mais sofre com isso tudo são os TRADUTORES. Estão sem referência em função “desse processo” interminável em que não se vislumbra solução, pelo menos a curto prazo. Seria tão fácil ANULAR esse incongruente “acordo”...

7.<sup>a</sup>: Aproximem-se pelas diferenças e não tentem unificar o impossível.

8.<sup>a</sup>: Aguardemos “serenamente” que Angola e Moçambique digam NÃO AO ACORDO, pois já o fazem desde que começou esse “colapso linguístico”.

9.<sup>a</sup>: Parece que alguns políticos precisam de um “choque de estudo” para saber o que é ciência. Assim nunca mais falariam do que não sabem. Agora a pressão “científica” da sociedade portuguesa poderá chegar à anulação do “acordo” e que nunca mais se tente pensar nessas atrocidades linguísticas. “Deixem a Língua Portuguesa em paz!”

10.<sup>a</sup>: Alguns recusam falar sobre algum assunto, no mínimo por dois motivos: porque não interessa ou porque não sabe do que se trata. Em ambos os casos o prejuízo ficou para a iniciativa de reabrir o processo e dele concluir após estudos que não foram feitos na ocasião. No Brasil aconteceu o mesmo: arbitraram contra tudo e contra todos. Bem, mas isso foi no Brasil. Cá em Portugal, a sociedade sabe a importância que tem o seu patrimônio linguístico.

11.<sup>a</sup>: A mesma parlamentar que é a favor deste acordo é a mesma que reclamou da “tradução” que os brasileiros fizeram de sua apresentação. Se a parlamentar fala em tradução é porque admite que existe um português brasileiro e isso é assumir que ainda não existe unificação.

Outro ponto a considerar são as manifestações de escritores lusíadas.

Para efeitos demonstrativos, farei a leitura de duas citações de escritores que sabem o que dizem sobre esse “desacordo”.

Mia Couto, escritor moçambicano, “O acordo ortográfico é ‘O outro pé de sereia’: tem tanta exceção, omissão e casos especiais que não traz qualquer mudança efectiva”.

Valter Hugo Mãe, escritor português, “Um acordo ortográfico, para mim, tem de existir apenas e na medida em que favoreça a legitimação das variações”.

Diante das considerações ora mencionadas, é necessário acrescentar a

### MINHA IMPRESSÃO SOBRE ABERTURA DA ACL

É preciso estar cá em Portugal para presenciar e sentir todos os momentos contrários ao intermitente e nefasto AO90.

Ao contrário do Brasil, que aplicou o “acordo” em primeiro de janeiro de 2016, a maioria do povo português rejeita peremptoriamente a continuidade dele porque os reais agentes que fazem a língua transitar na sociedade não foram ouvidos. Os políticos, mais uma vez, decidem sobre o que não sabem.

Assim como um médico é ouvido por sua competência para tratar do corpo e seu funcionamento, o linguista deve ser ouvido por sua competência para tratar da linguagem e seu funcionamento. Ferdinand Saussure, linguista e filósofo suíço, foi o primeiro revolucionário linguístico, ou seja, foi o responsável pela primeira revolução dos estudos da linguagem, os quais deram *status* de ciência.

Dentre as dicotomias de seu estudo, o signo linguístico pode ser considerado o objeto primeiro: é uma entidade psíquica de dupla face, em que um é o significante, que é a “imagem acústica do som”, e o seu significado “o conceito ou a ideia que a expressão representa”.

Ele, o signo linguístico, é “um tesouro depositado na mente do indivíduo pela prática da fala”. Por que essa frase é tão importante? Porque não deixa dúvidas de que a língua começa e termina com o indivíduo. Este que deve ser valorizado em detrimento de sistemas convencionais que podem arbitrar sobre a natureza da construção linguística.

Posso parecer apocalíptico, mas minha proposta não é a unificação, pelas razões já mencionadas aqui, mas sim, uma integração de todas as diversidades

linguístico-culturais em uma obra que pode se chamar “Thesaurus da Língua Portuguesa”. Nela seriam elencados todos os vocábulos com os respectivos significados, mas sempre a tentar resguardar a etimologia, a qual contém a raiz lexical das palavras e que é a referência para que as línguas consigam se entender, porém destacando a sua procedência. Dizendo de outra forma, é respeitar as diversidades linguísticas de cada país.

Seja com retorno à posição anterior ao AO90, seja com alterações ou não, rogo que este “acordo” ou “(des)acordo” seja o último. E que daqui para a frente, se houver a necessidade de qualquer modificação linguística, que seja proposta por professores da área, linguistas, escritores, editores, jornalistas e todos aqueles que fazem a língua circular na sociedade, e que a sua aplicação ocorra somente no próprio país, ou seja, que somente o idioma ou as suas diversidades sejam alterados e nunca a Língua Portuguesa.

Deixem a Língua portuguesa em paz, esse grandioso sistema linguístico que se altera dinamicamente pela sua diversidade linguístico-cultural. Como é bom viajar e sentir essa riqueza. É isso que levamos na bagagem quando voltamos à nossa terra natal.

E agora, quase finalizando este meu discurso, no mais sublime momento da minha vida acadêmica, o de me tornar membro desta egrégia instituição, a Academia das Ciências de Lisboa, preciso ler um excerto de uma notícia sobre o Doutor Mário Soares em que foi inevitável a analogia com o Doutor Artur Anselmo. Das palavras da autora, faço as minhas: Onde se lê “Doutor Mário Soares”, leia-se “Doutor Artur Anselmo”, primeiramente nas expressões “em negrito” e depois no que se segue.

“A vida do Doutor Mário Soares marca dois séculos de história da luta pela liberdade, a paz, a justiça e a democracia. Resta-nos agradecer o seu contributo generoso e seguir o seu exemplo de tolerância, de solidariedade, de coragem e de audácia. Mas são as palavras de Sophia de Mello Breyner Andresen, filóloga, que melhor o retratam (E, principalmente aqui, quero lhe prestar essa homenagem, Doutor Artur Anselmo, com mais semelhança: “Não era só coragem o que nele havia (e que nele há), mas também aquilo que se chama ânimo (...) Não estava ali para ser vencido, mas para travar um combate que livremente tinha escolhido e no qual arriscava sem reserva, sem dúvidas e sem lamúria. (...)

E agora, para finalizar, quero expressar o meu mais profundo agradecimento:  
Levo para o Brasil uma bagagem linguístico-cultural imensurável por tudo o que a Academia me proporcionou neste breve, mas intenso período de pesquisa e reflexão!

Ao Presidente, Professor Doutor Artur Anselmo, à Lexicógrafa Ana Salgado, ao Professor Doutor Fernando Paulo Baptista e aos demais confrades,  
O meu “muito obrigado”!

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017)

---

P.S.: No Brasil, usa-se o vocábulo “porquê” somente com a acepção de substantivo. Em Portugal, pode ser aplicado também como pronome interrogativo.





# **A Monetary Analysis of the Liquidity Trap<sup>1</sup>**

JOÃO BRAZ PINTO E JOÃO SOUSA ANDRADE

## **1. INTRODUCTION**

Until Krugman's alarm (Krugman, 1998), liquidity trap (LT) was a concept related to the old Keynesianism and a curiosity in the USA history of monetary policy. The Japan and the situation in the USA and EU has caused a regained interest both historical and theoretical about this phenomenon. We begin our paper (section 2) by recalling the Keynesian definition of LT (2.1), its origin and critics to the concept, and we follow with the presentation of our thesis about LT (2.5). We confirm it for the USA in the empirical part of this paper (section 3). In this last section, after data description (3.1), we study the behavior of the income velocity of money and the money multiplier and with the help of a VAR and a VECM model we confirm our thesis about the LT phenomenon (3.2). Finally we conclude (section 4).

## **2. A REASSESSMENT OF THE LT LITERATURE**

### **2.1 A KEYNESIAN DEFINITION OF LIQUIDITY TRAP**

Keynes (1936) has suggested the expression of absolute liquidity-preference (p. 191) to the situation we know nowadays as Liquidity Trap (LT). Tobin (1947) used the expression "Keynesian impasse" (p. 128) to express the same situation. We owe the current term LT to Robertson (1940, pp. 34, 36) even if Hicks (1937, p. 56) knew the expression that was subsequently popularized by Hansen (1953) in the opinion of Sutch (2009). Robertson proposed the expression to illustrate the consequences of a money demand negatively sloped on the

---

<sup>1</sup> Uma versão modificada deste texto foi publicada em *Contemporary Economics*, 13(4), pp. 446-470, 2019.

saving-investment process, process (Boianovsky, 2003). The standard Hicks-Modigliani-Hansen unemployment equilibrium model (Patinkin, 1974), became the source for the LT explanation based on the assumption of Keynesian interest rate regressive expectations. The situation of a LT explained in terms of term structure of interest rates proposed by Keynes and accepted by Hicks, was replaced by the following explanation: the floor of the long run interest rate doesn't depend on uncertainty (Kaldor, 1939; Robinson, 1951).

The LT was the main reason for the role ascribed by macroeconomic textbooks of the 60's to fiscal policy by identifying a "Keynesian case" (Modigliani, 1944, p. 56)<sup>2</sup>, where "nobody will be willing to hold nonphysical assets except in the form of money", (p. 53). And as a consequence: "(a) any increase in the supply of money to hold now fails to affect the rate of interest", (p. 55). The General Theory was consequently conceived as "the Economics of Depression" (Hicks, 1937, p. 155). The (Bordo & Schwartz, 2003) observation that Modigliani (1944) viewed Keynes "absolute liquidity preference as a curiosity and not the true hallmark of the Keynesian model" (p. 221) doesn't express Modigliani thinking.

The refusal of the LT came from Patinkin (1974) that defends against the conventional IS-LM model explanation of sustainable less than full-employment an alternative one based on the General Theory, "generated by the fact that the rate of interest falls *too slowly* in relation to the marginal efficiency of capital"<sup>3</sup> (p. 9). The refusal comes also from Brunner and Meltzer (1968) two well-known representatives of the monetarist thinking. These authors considered what they call different types of LP: "Traps have been said to affect interest rates, the bank's demand for excess reserves, the public's supply of loans or commercial banks, and the public's demand for money" (p. 2). They correctly reoriented the discussion towards the transmission mechanisms of monetary policy but they deny the ineffectiveness of monetary policy and so they also deny the existence of the different kinds of traps (p. 28). The authors write that "some form of a trap had existed" (p. 1) nevertheless they cite the famous page 207 of Keynes (1936) as a reference for its (non) existence, "I know of no example of it hitherto", just the opposite.

---

<sup>2</sup> The complete phrase is "This situation that plays such an important role in Keynes's *General Theory* will be referred to as the "Keynesian case".

<sup>3</sup> Italics in the original, p. 9.

This hypothesis was subject to both theoretical and empirical critics. Haberler (1937) and Pigou (1943) argued that deflation that characterized the LT hypothesis leads to an increase in agents' real income (a shift to the right of the IS curve) which would be sufficient for economic recovery starting. This hypothesis was referred to as "Pigou effect". Friedman (1956) and Brunner and Meltzer (1968) argued that the demand for liquidity would never become absolute and therefore monetary policy would remain effective if unconventional policies, that Friedman called "money gift", were adopted. Those policies consisted in establishing a higher monetary base growth rate target or diversifying open market securities purchases with special focus on longer-term maturities.

## 2.2 CURRENT DEFINITIONS OF LT

In the framework of the IS-LM model, the phenomenon of LT is interpreted as a situation of perfect substitutability of money and bonds at a (near-)zero short-term nominal interest rate and so this irreducible interest floor becomes a binding constraint making ineffective traditional procedures of monetary policy (Krugman, 1998; Buiter & Panigirtzoglou, 1999; Benhabib, Schmitt-Grohé *et al.*, 2002; Auerbach & Obstfeld, 2004; Hanes, 2006; Svensson, 2006; Eggertsson, 2008; Sutch, 2009; Rhodes, 2011). Additionally, the Central bankers' reputation for maintaining a stable reduced inflation rate is also an important factor in current times to push interest rates to near zero values (Sumner, 2002). Buiter and Panigirtzoglou (1999) call LT "an inefficient equilibrium" and Blinder (2000) comparing it with zero gravity or near absolute zero temperature writes that "it may indeed be a new world" and Pollin (2012) stresses the specific environment of high unemployment, high inequality, household wealth collapse and fiscal austerity policies accompanying the LT. This is not far from what Modigliani (1944) defines as the "Keynesian case" (p. 56) or Hicks (1937) the "Economics of Depression" (p. 155) when the LM curve is horizontal.

The majority of the LT interpretations are addressed in terms of money demand behavior. The problem of money supply is rarely taken into consideration and when it occurs it is exclusively confined to the monetary base behavior. In Svensson (2003), the confusion between monetary base and money supply effects is notorious,

(p. 147). Krugman (1998) explicitly says that “base and bonds are viewed by the private sector as perfect substitutes” (p. 141). This may be true for banks but obviously not for the “private sector”. So monetary policy is ineffective due to the behavior of money demand. Some authors look at the monetary base but do not go further, e.g., Brunner and Meltzer (1968) give another interpretation for monetary policy ineffectiveness, “the banks desired to hold excess reserves and were unwilling to lend” (p. 12) but they dismissed that explanation in the absence of evidence supporting it as Sumner (2002) also did. A similar interpretation is given too by Svensson (1999, 2003) who claim that the increase in the monetary base beyond the satiation point is ineffective on nominal and real prices and quantities. Krugman (1998) recognizes the impossibility of increasing “monetary aggregates” although the MB increment, he is categorical pointing out that the essential problem does not lie in the banking sector (p. 140) since the solution to the problem is the creation of inflation expectations. But he does not explain how those expectations can be effective in the absence of money supply growth. Pollin (2012) shows that at least for the current crisis there is no satiation level for the MB in the USA and so the problem lies on the transformation of the MB on money supply. And without an increase in the money supply we cannot expect the reduction in longer interest rates that will affect consumption and investment (Svensson, 2003).

What are the consequences of the usual definition? Monetary policy is ineffective to achieve full-employment or to reverse the downward slide in prices under a LT context (Benhabib, Schmitt-Grohé et al., 2002)<sup>4</sup> Auerbach and Obstfeld (2004) and Eggertsson (2005, 2008)) are supportive to the idea that even in a LT, large-scale open market operations are a powerful instrument for fiscal policy. Bernanke (2000), Orphanides and Wieland (2000) and Pollin (2012) recommended solutions to change the rigidity of high values of longer rates of interest in a LT.

## 2.3 OUR THESIS

The common vision bases the phenomenon of LT on the demand for money. We propose to analyse it as a rupture in the money supply mechanism. The central problem is the banking sector. Banks do not create money because they

---

<sup>4</sup> We have no pretension of being exhaustive.

do not have reserves to do so but it because they consider that there is no acceptable level of risk from bank credit demand. The proposals to eliminate this situation based on the creation of inflation expectations should be compatible with money supply targets and should be founded in realistic forecasts of banking lending.

The current analysis of LT has some limitations that are a direct consequence of the framework of analysis initially used — the IS-LM model. This model has some black boxes (BB) in terms of monetary policy. Not only ignoring that the LM curve depends on the operational targeting of the CB (Bofinger, 2001, pp. 85-90), p. 85-90, but also to assume that banks have a passive role in the transmission of monetary policy. In a LT situation the chain represented by the monetary base multiplier is broken and so this monetary transmission mechanism does not work: ignoring banking credit demand money creation is also ignored. The LM curve represents the equilibrium between the demand and supply of money. Money demand is dependent on income<sup>5</sup> and its value is always finite and so a LM curve represented by a horizontal curve makes non-sense. An LM curve horizontal supposes an infinite banking lending to the economy for an infinite value of the permanent income. The derived idea of a near zero velocity of money in a LT situation is also incorrect.

We have by now a considerable period of an *ex ante* strategy for monetary expansion (Fawley & Neely, 2013) and we focus on the quantitative easing in the U.S.A. The concept of QE refers to a set of unconventional monetary policy measures related to changes in structure and/or balance sheet size of central banks and massive asset purchases by introducing high power money in huge amounts seeking to facilitate access to credit for non-financial agents. This concept arises in the literature as one of the most debated solutions to overcome the LT, and there are two historical episodes, identical in shape but different in content, of the adoption of such policies: by the Bank of Japan after the Japan's Lost Decade and by the FED during the period following the 2007 Financial Crisis.

The problem in terms of diagnosis is on the rupture of the money multiplier and in terms of cure is on the spender side of the economy. Government must

---

<sup>5</sup> Current, permanent income or wealth. But for the main argument this is secondary.

borrow money to spend it immediately and “conditions” must be offered to banks to lend money to firms, even if this creates a moral hazard problem.

The classical analysis of active/idle balances (Humphrey, 1974, 2004) is ignored nowadays. In a LT episode the level of idle balances is growing and this is equivalent to an excess of money supply. The Government could borrow these balances and spend them, even if this operation increases the borrowing interest rate. Is this operation in contradiction with the classical policy measure of reducing the interest rate to near-zero values? No, it is not. If idle balances are transformed in active balances, the increase in global demand will contribute to the money supply growth and the major problem in a LT episode relies on the money supply mechanism. And without no banking credit demand there will be no increasing money supply.

### 3. EMPIRICAL ANALYSIS

We first describe our database. The econometric study is conducted in two stages, (A) and (B). In the first stage (A) we study the evolution of the income velocity of money and the money multiplier. We compare the actual values during the financial crisis with forecasting values obtained until its beginning. With this analysis we focus on two characteristics of a LT situation: the decline of the money velocity which is usual recognized but exaggerated and the decline of the money multiplier that is almost always ignored. In the second stage (B), we build and estimate two reduced money supply models (a VAR and a VECM) in order to draw conclusions about the responses of the variables to shocks.<sup>6</sup> This will enable us to evaluate the impact of money supply policies (such as QE) on the U.S economy. We have divided the period of study (1959:01 to 2013:10) in a “normal period” (1959:01 to 2008:03) and a “crisis period” (2008:04 to 2013:12), and the latter one we associate to a possible LT period.

---

<sup>6</sup> The shock value is equal to the standard deviation of the estimation for each variable.

### 3.1 DATA AND DESCRIPTIVE ANALYSIS

The database is from FRED (Federal Reserve Bank of St. Louis) and contains monthly values between 1959:01 and 2013:10. The variables are the output (LYR), the nominal interest rate (R), the consumer price index (LP), the monetary base (LMB and the monetary aggregate M1. All variables except the nominal interest rate, are in logs. LYR refers to real GDP at 2009 prices in billions USD. This variable was converted from quarterly to monthly data using the package “tempdisagg” from “R” software, (Sax and Steiner 2013). R is the Effective Federal Funds Rate, the actual values of the operational target of the FED monetary policy. LP is a measure of monthly prices of a set of goods and services purchased by consumers with 1982–84 as the base year. LMB refers to the adjusted monetary base of the Federal Reserve of St. Louis. LM1 is the narrow definition of money supply in the U.S.  $Lv$  measures the income velocity of money ( $=LYR+LP-LM1$ ), while  $Lm$  measures the money multiplier ( $=LM1-LMB$ ).

We highlight in what follows the evolution and the relationship between two of the crucial variables of our study the money supply (M1) and monetary base (MB). We assist after 2008 to a great increase in the values of M1 and a huge MB growth. These evolutions hide a completely difference picture in terms of the transmission mechanism of monetary policy.

### 3.2 ECONOMETRIC ANALYSIS

We study the evolution of the income velocity of money and the money multiplier (A). In a LT the velocity of money,  $Lv$ , will tend to minimum values corresponding to an increase in the amount of idle money. The following general ADL (augmented distributed lags) model was investigated:

$$Lv_t = c + a(L) Lv_{t-1} + b(L) R_t + \varepsilon_t \quad (1)$$

where  $a(L)$  and  $b(L)$  are lag polynomials with order 1 and 2.<sup>7</sup> For this model there are no problems of autocorrelation of the errors or misspecification. The

---

<sup>7</sup> All our models were chosen by the likelihood ratio test.

coefficient of the interest rate is positive as expected. The forecast for the period of crisis, considering a confidence interval of 90%, is shown in Figure 1.

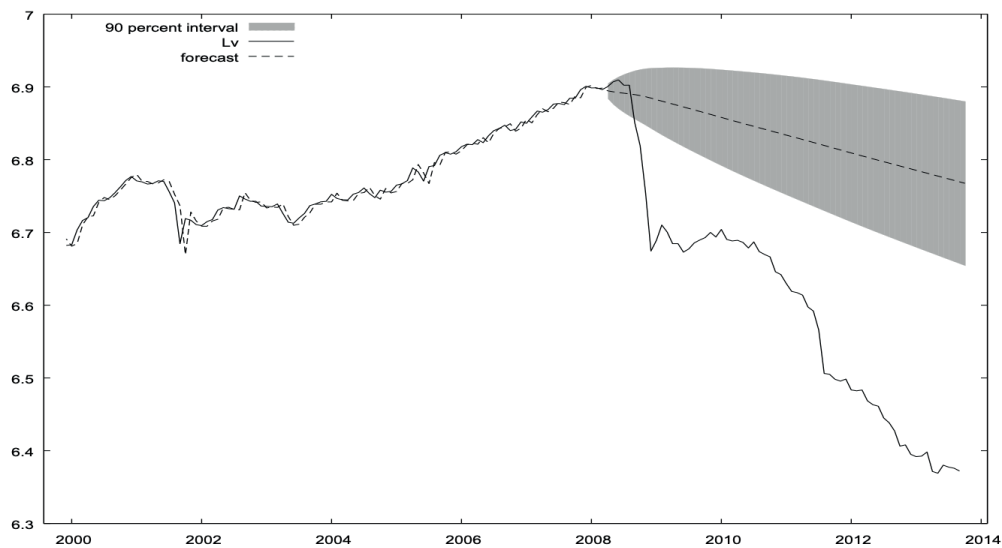


Figure 1. Income velocity of money (M1).

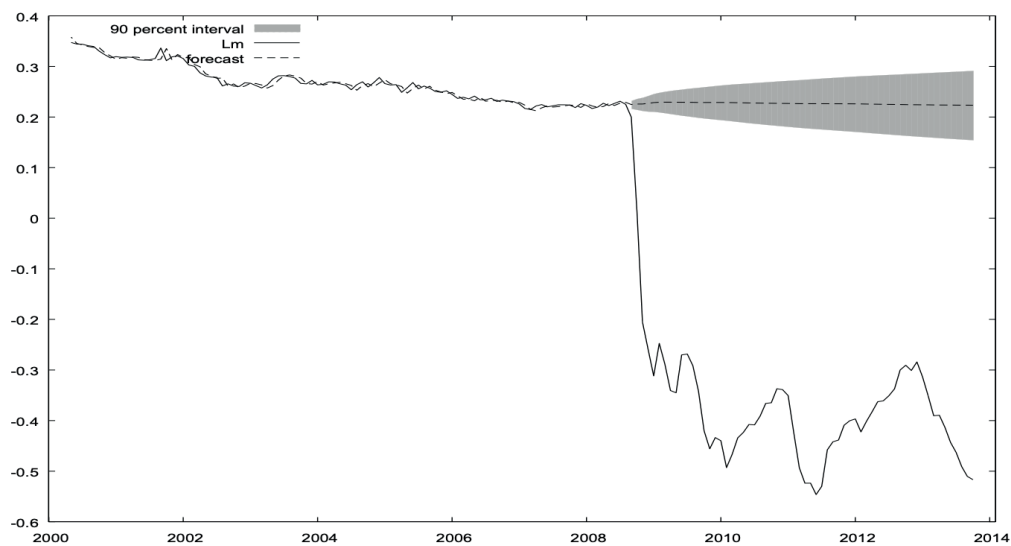


Figure 2. Money multiplier.



The velocity of money fell far beyond what was expected from the previous behavior, what can be interpreted as a situation of “excess money” because a substantial part of the stock of money is inactive (the fall was 40% compared to the forecast value). This evolution is in accordance with our representation of a LT.

We consider that the normal transmission mechanism of monetary policy does not work in a LT situation. The banking sector does not transform “high power money” into money supply, money that circulates in the economy. This capacity of the banking sector can be measured by the money multiplier. The ADL model for  $Lm$  is the following:

$$Lm_t = c + a(L) Lm_{t-1} + b(L) R_t + c(L) LYR_t + d(L) LP_t + \varepsilon_t \quad (2)$$

where the lag polynomials  $a(L)$  and  $b(L)$  are of order 4 and 5. Again, we have no problems of autocorrelation and misspecification. The dynamic forecasts of the money multiplier for the crisis period, with the 90% confidence interval, are in Figure 2. The evolution of  $Lm$  reflects a relative stability of the money multiplier, as was supported by monetarist’s authors. The least we can say about the evolution of their values during the crisis is that the fall was brutal (for instance in 2013:10 the difference between the actual and the forecast value was 74%). In our opinion this is an essential characteristic of the LT.

At stage (B) we analyze the LT from the point of view of money supply. We consider the following scenario: the Central Bank opts for a policy of money creation, increasing the monetary base, but banks, either due to rearrangement of their assets or to the reduction of their lending capabilities, do not increase the money supply. The monetary policy is in this situation ineffective. To verify this hypothesis we propose a reduced model in which the interaction between monetary base and money supply ( $LMB$  and  $LM1$ )<sup>8</sup> variables are studied. The model is applied to the two sub-periods previously defined: 1959:01 to 2008:08 (VAR(7)) and 2008:09 to 2013:10 VAR(3)). We analyze the effectiveness/ineffectiveness of monetary policy with a VAR in a situation of LT through the comparison of the results from different shocks in the two periods. The Johansen test for co-integration has rejected any type of relation.

<sup>8</sup> The variables were ranked in terms of proximity to the action of MA.

With regard to the first sub-period no autocorrelation of order 1 was detected. In terms of the variance decomposition LMB is mainly explained by itself (93%) while it explains 37% of the variance of LM1. This model is stable, as the roots associated with the VAR which lie inside the unit.

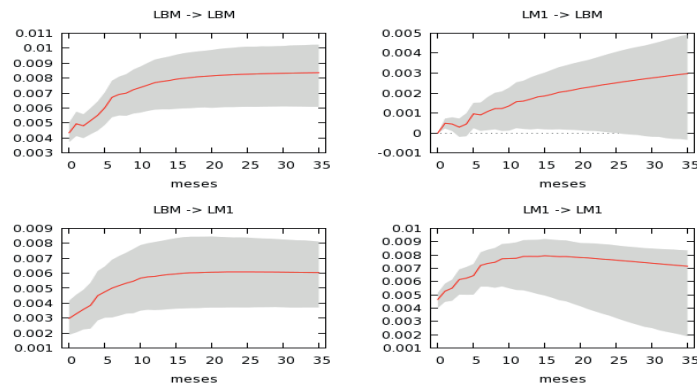


Figure 3. Money Supply and Money Demand Shocks (VAR – 1st sub-period)

We will identify a shock of LMB as a money supply shock and a shock of LM1 as a money demand shock (Figure 3). A money supply shock causes, in the period up to the present crisis, an increase in the money supply that stabilizes after almost a year. A money demand shock has a much reduced effect on the monetary base and after 1 year is practically negligible. Thus, the role of monetary authorities through money supply policy is clear and corresponds to what is expected theoretically. At the same time we confirm the exogeneity for the monetary aggregate M1.

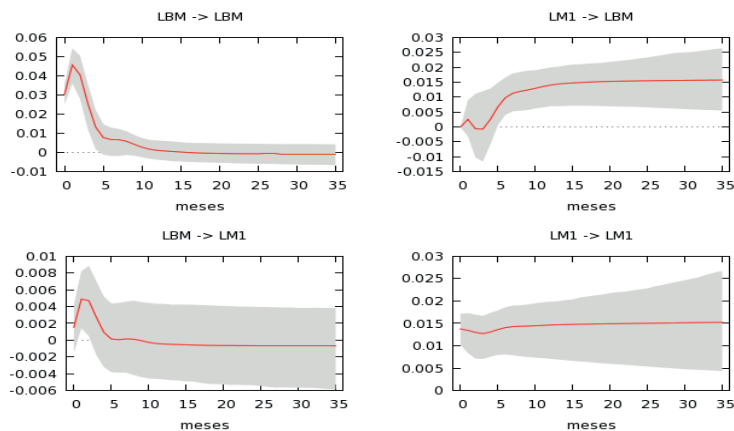


Figure 4. Money Supply and Money Demand Shocks (VAR – 2nd sub-period)

We present now the second sub-period VAR. We continue to have no problems of autocorrelation of order 1. The variance decomposition of LMB is split in half between itself and LM1. For LM1 99% of its variance is explained by itself. The model is also stable.

A shock of money supply quickly cancels its effects on LM1 and its effects can never be taken as non-zero. In turn, money demand shocks significantly and durably affect LMB. So contrary to what happened before the crisis, money supply shocks don't have a growth effect in money circulating in the economy. It can be concluded that for the period under review, monetary policy based on money supply shocks is ineffective in preventing the emergence of a situation of deflation.

Hoffman and Rasche (1996) marked a new route in monetary empirical research with cointegration (C-I) monetary modeling. We propose a C-I model with the rate of interest, the monetary base and the income velocity of money (R, LMB and  $L_v$ ). These variables are I (1) by the usual ADF and KPSS tests. The optimal order of the VECM for the first sub-period is 6. Applying the Johansen test we cannot reject the presence of 1 co-integration vector by the Lmax and Trace tests. The sign of the short-term adjustment coefficient ( $\alpha$ ) is negative as expected and the inverse of the roots of the VECM lie inside the unit circle. In terms of the variance decomposition both R and LBM are mostly explained by themselves while R has a share of 42% in explaining  $L_v$  which corroborates the importance of the interest rate in the transmission mechanism of monetary policy.

In Figure 5 we have the results from the different shocks.

We identify a shock on R as a money supply "price shock", a shock on the monetary base as a money supply "quantity shock" and a shock on the velocity of money as a money demand shock. The effects of a "price shock" on the velocity of money are positive and permanent. A "quantity shock" has positive and permanent effects on the monetary base. As for the effects on the velocity of money, a "quantity shock" reduces the velocity of money in the short-run and can't be considered different from zero after 10 months (in terms of the expected value is always negative although this is reduced over time). In short money supply policies have clear effects on the interest rate, the monetary base and velocity of money, while money demand shocks only have a significant effect on the interest rate.

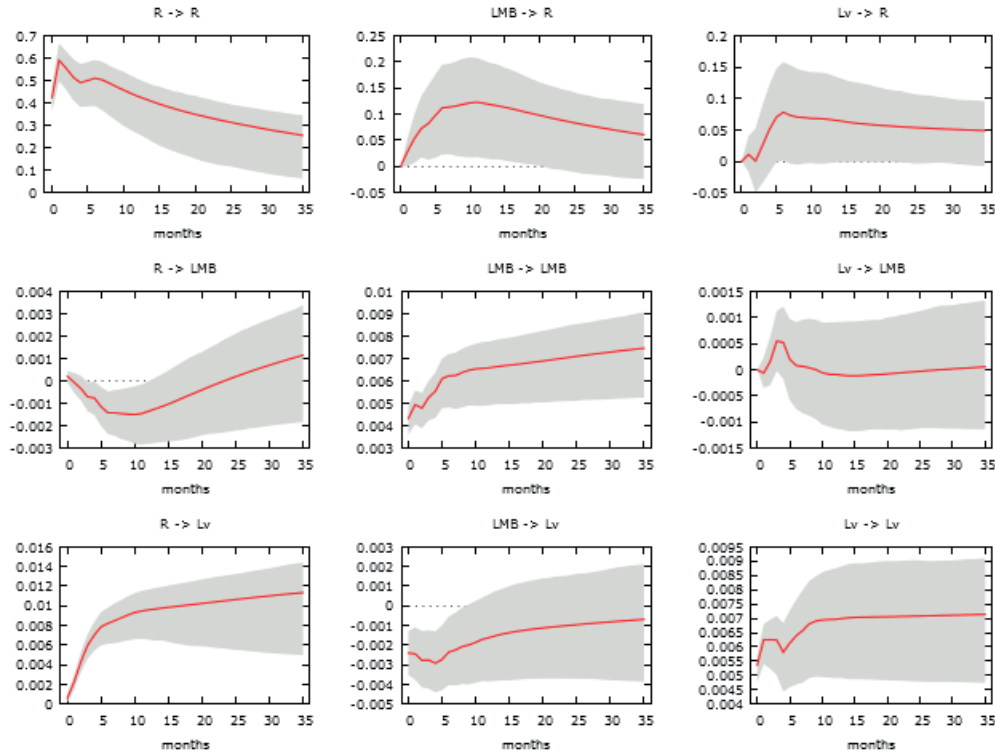


Figure 5. Money Supply and Money Demand Shocks (VECM – 1<sup>st</sup> subperiod)

For the second sub-period the optimal order of the VECM is 5. The Johansen test doesn't reject the presence of 1 co-integration vector by the Lmax and Trace tests. The sign of the short-term adjustment coefficient ( $\alpha$ ) is negative and the inverse of the roots of the VECM lie inside the unit circle.

In terms of the decomposition of the variance the fact that LMB and Lv have shares of 70% and 2.9%, respectively, in the explanation of R is understood due to the period under analysis: QE policy is a combination of both an increase in monetary base and a decrease in the interest rate; and a relatively lower velocity of money has a reduced impact on the evolution of interest rates. The money velocity has also a very reduced impact on the evolution of the monetary base. The variance of this last variable is explained by the interest rate (14%) and by itself (85%). The variance of the velocity of money is explained in practically equal parts by itself and by the monetary

base. It is also important to highlight the fact that R lose explanatory power on Lv and this fact maybe an indicator of a possible ineffectiveness of the MP during this period.

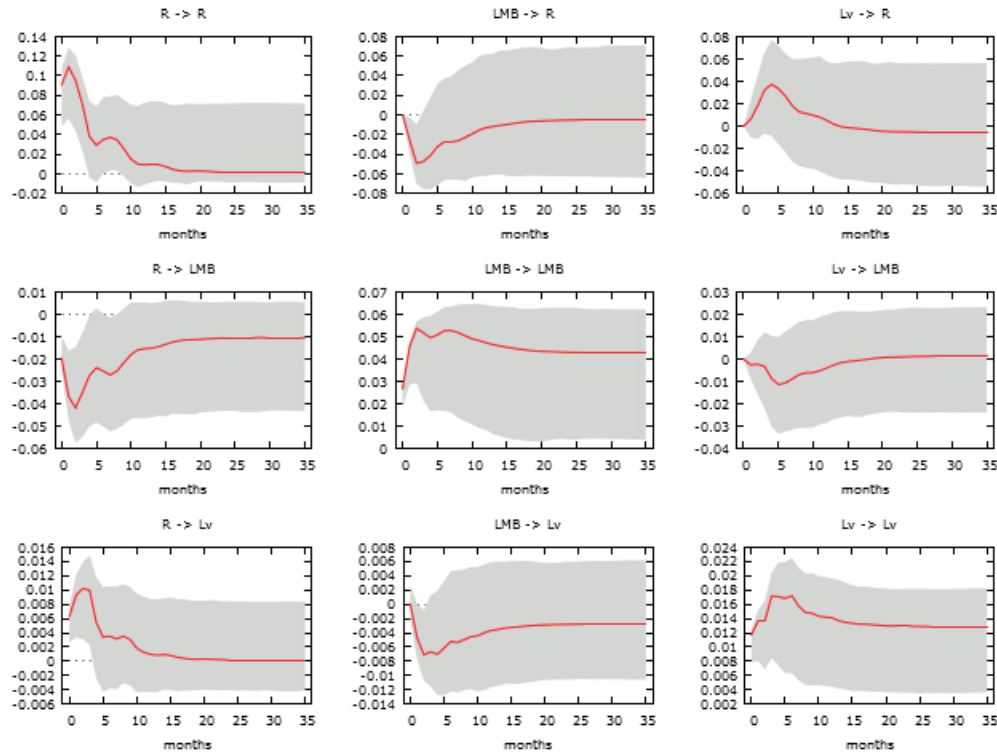


Figure 6. Money Supply and Money Demand Shocks (Model B – 2<sup>nd</sup> sub-period)

A “price shock” (Figure 6) has a positive effect on Lv (though not different from zero after 4 months). A “quantity shock” has a negative effect on R during 3 months. A “quantity shock” has also a permanent and positive effect on the variable itself and a negative effect on Lv (though after about 2 months this effect is not different from zero). In short, in terms of monetary policy a “price shock” or a “quantity shock” are ineffective since they have no significant impact on LMB and Lv. Finally money demand shocks does not significantly affect R or LMB but they have a very high degree of inertia in itself.

Thus, as we have already confirmed with the VAR model, we can prove that monetary policy does not exert significant effects on non-banking economy in

the second period analyzed, unlike what happened in the first. This second period is likely to be identified as a period of LT.

#### 4. CONCLUDING REMARKS

With this paper we study the phenomenon of LT. We started with the definition of LT from the origins of the concept in the Keynesian literature to the more recent definitions. Contrary to the common vision that bases the phenomenon on the demand for money we propose to see it as a money supply rupture.

To test our thesis about LT we have looked at the newly QE policy adopted by the FED and its effects on the U.S. economy. We have divided the period of study (1959:01 to 2013:10) in a “normal period” (1959:01 to 2008:03) and a “crisis period” (2008:04 to 2013:12). This last period is identified as having the characteristics of a LT episode. We demonstrate that the decrease of the income velocity of money is important but far it is from the zero value predicted by the traditional and current definition. The most important element of a LT is not the evolution of the income velocity of money but the evolution of the money multiplier. As a consequence we propose a VAR model to analyze the evolution of the monetary base and the money supply. For the first period we prove the exogeneity of the money supply and the null effect of the demand for money over the monetary base. In the second period a shock on the money supply quickly cancels its effects on M1 and money demand shocks affects permanently the monetary base. The relevant conclusion with this model is the ineffectiveness of money supply shocks in the current situation since 2008:04 to the present.

We have also studied a monetary equilibrium model with short and long term relations between the interest rate (Federal Funds Rate), the monetary base and the income velocity of money. These variables are cointegrated of order 1 and so we use a VECM model to simulate shocks in the two selected sub-periods. During the normal period the effects of a monetary “price shock” is positive and permanent on the income velocity of money and a “quantitative shock” has permanent effects on the monetary base. Resuming our results money supply policies have clear effects on the interest rate, the monetary base and the income velocity of money and money demand shocks have only significant effects on

the interest rate. The same type of model for the period after 2008:4 gives very different results. A monetary policy “price shock” or a “quantity shock” are ineffective since they have no significant impact on the monetary base and in the income velocity of money. Money demand shocks do not significantly affect the interest rate or the monetary base. Instead they exhibit a high level of inertia on themselves.

Our takes the banking sector as central to LP. Banks can create money but they simple do not do it because they consider that there is no acceptable level of risk from bank credit demand. The creation of inflation expectations as a way to originate incentives for banking borrowing has to be compatible with money supply targets and these should be realistic with banking lending. There is another way to increase inflation expectations, through government expenditures, but this latter is not available. It is well-known that almost everywhere government as a spender of last resort is limited by high levels of indebtedness.

## REFERENCES

- Auerbach, A. & M. Obstfeld, The Case for Open-Market Purchases in a Liquidity Trap. *American Economic Review* 95 (1), pp. 110-137, 2004.
- Benhabib, J., S. Schmitt-Grohé, et al., Avoiding Liquidity Traps. *Journal of Political Economy* 110 (3), pp. 535-563, 2002.
- Bernanke, B., . Japanese Monetary Policy: A Case of Self-Induced Paralysis? Japan's Financial Crisis and Its Parallels to U.S. Experience. A. S. Posen and R. Mikitani. Washington, D.C., Institute for International Economics, 2000.
- Blinder, A., Monetary Policy at the Zero Lower Bound: Balancing the Risks. *Journal of Money, Credit, and Banking* 32 (4), pp. 1093-1099, 2000.
- Bofinger, P., *Monetary Policy. Goals, Institutions, Strategies, and Instruments*. Oxford, Oxford University Press, 2001.
- Boianovsky, M., The IS-LM Model and the Liquidity Trap Concept: From Hicks to Krugman. *Proceedings of the 31th Brazilian Economics Meeting*, 2003.
- Bordo, M. and A. Schwartz, IS-LM and Monetarism. NBER W. P., p. 9713, 2003.
- Brunner, K. and A. H. Meltzer, Liquidity Traps for Money, Bank Credit, and Interest Rates. *Journal of Political Economy* 76(1), 1968.
- Buiter, W. H. and N. Panigirtzoglou, Liquidity Traps: how to avoid them and how to escape them. NBER W. P., 7245, 1999.

- Eggertsson, G., Great Expectations and the End of the Depression. Federal Reserve Bank of New York, Staff Report 234, 2005.
- Eggertsson, G., Liquidity Trap. The New Palgrave Dictionary of Economics. S. D. a. L. Blume. Macmillan, 2008. [http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008\\_L000237](http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_L000237)
- Fawley, B. W. and C. J. Neely, Four Stories of Quantitative Easing. Federal Reserve Bank of St. Louis Review 95(1), pp. 51-88, 2013.
- Friedman, M., The Quantity Theory of Money - A Restatement. Studies in the Quantity Theory of Money. M. Friedman. Chicago, University of Chicago Press, , pp. 3-21, 1956.
- Haberler, G., *Prosperity and Depression*. Geneve, League of Nations, 1937.
- Hanes, C., The Liquidity Trap and U.S. Interest Rates in the 1930s. Journal of Money, Credit and Banking 38(1), pp. 163-194, 2006.
- Hansen, A. H., *A Guide to Keynes*. New York, McGraw-Hill, 1953.
- Hicks, J. R., Mr. Keynes and the Classics: A Suggested Interpretation. Econometrica 5(2), pp. 147-159, 1937.
- Hoffman, D. and R. Rasche, Aggregate Money Demand Functions. Boston, Kluwer Academic Publishers, 1996.
- Humphrey, T., The Quantity Theory of Money: Its Historical Evolution and Role in Policy Debates. Economic Review, Federal Reserve Bank of Richmond (May/June), pp. 1-18, 1974.
- Humphrey, T., Classical Deflation Theory. Economic Quarterly, Federal Reserve Bank of Richmond 90/1(Winter), pp. 11-32, 2004.
- Kaldor, N., Speculation and Economic Stability. Review of Economic Studies 7(1), pp. 1-27, 1939.
- Keynes, J. M., The General Theory of Employment, Interest and Money. London, The CW of JMK, Volume VII, Royal Economic Society, 1973.
- Krugman, P., It's Baaack: Japan's Slump and the Return of the Liquidity Trap. Brookings Papers on Economic Activity 2, pp. 137-205, 1998.
- Modigliani, F., Liquidity Preference and the Teory of Interest and Money. Econometrica 12(1), pp. 45-88, 1944.
- Orphanides, A. and Wieland ,V., Efficient Monetary Policy Design near Price Stability. Journal of the Japanese and International Economies 14, pp. 327-365, 2000.
- Patinkin, D. The Role of the "Liquidity Trap" in Keynesian Economics. Banca Nazionale Del Lavoro Q R 26(108), pp. 3-11, 1974.
- Pigou, A. C., The Classical Steady State. Economic Journal 53(2), pp. 343-351, 1943.
- Pollin, R., The Great U.S: Liquidity Trap of 2009-11: Are We Stuck Pushing on Strings? Policy Economic Research Institute, University of Masachusetts, W.P. 284, 2012.
- Rhodes, J. R., The Curious Case of the Liquidity Trap. The Hikone Ronso 387, pp. 8-21, 2011.
- Robertson, D. H., *Essays in Monetary Economics*. London, P.S. King, 1940.
- Robinson, J., The Rate of Interest. Econometrica 19(2), pp. 92-111, 1951.
- Sax, C. and Steiner , P., Methods for Temporal Disaggregation and Interpolation of Time Series. The R Journal 5(2), pp. 80-87, 2013.



- Sumner, S., Some Observations on the Return of the Liquidity Trap. *Cato Journal* 21(3), pp. 481-490, 2002.
- Sutch, R., The Liquidity Trap: A Lesson from Macroeconomic History for Today. The Center for Social and Economic Policy, University of California, Riverside, W.P., 2009.
- Svensson, L., How Should Monetary Policy be Conducted in an Era of Price Stability? In *New Challenges for Monetary Policy*. FRBKC. Proceedings in *Economic Policy Symposium* - Jackson Hole, Federal Reserve Bank of Kansas City, pp. 195-259, 1999.
- Svensson, L., Escaping from a Liquidity Trap and Deflation: The Foolproof Way and Others. *Journal of Economic Perspectives* 17(4), pp. 145-166, 2003.
- Svensson, L., Monetary Policy and Japan's Liquidity Trap. CEPS W.P. 126, 2006.
- Tobin, J., Liquidity Preference and Monetary Policy. *Review of Economics and Statistics* 29(2), pp. 124-131, 1947.



## *A reforma luterana: Wittenberg e Roma na via do diálogo, quinhentos anos depois<sup>1</sup>*

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES<sup>†</sup>

A 31 de Outubro deste ano, haverá na catedral de Lund (Suécia) uma celebração ecuménica evocativa do 5.º centenário da Reforma de Lutero<sup>2</sup>, na qual participarão os representantes máximos do Lutherischer Weltbund (LWB) e também o Papa de Roma<sup>3</sup>. O evento marca oficialmente o início do jubileu da Reforma, ocorrido em 31 de Outubro de 1517. Se há 500 anos um Papa excomungava Lutero, agora Roma e Wittenberg irão afirmar o propósito de contribuir para fomentar a viragem de página que começou há mais de 50 anos. Trata-se de uma caminhada longa com inúmeros problemas a resolver, depois de cinco séculos da separação iniciada com a publicação das 95 Teses e com a Bula *Exsurge Domine* de Leão X<sup>4</sup>, de 15 de Junho de 1520, que condenou 41 teses de Lutero, a que se

---

<sup>1</sup> O presente texto vem na sequência do que publicámos na *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 15, 2015, pp. 171-189, intitulado “Da Hermenêutica da Controvérsia Luterano-Católica ao Diálogo Contemporâneo. O 5.º Centenário das 95 Teses de Lutero” à luz do documento *Do Conflito à Comunhão. Comemoração Conjunta Luterano-católica da Reforma em 2017* (2013). Trata-se de uma declaração entre o Vaticano e a Federação Luterana, com 90 páginas, em seis capítulos, 245 artigos e 90 notas explicativas, que constitui uma excelente súmula dos temas principais acerca de Lutero e da Reforma e do estado atual das relações luterano-católicas, na circunstância da evocação do 5.º centenário das 95 Teses de Lutero. Lê-se na parte inicial do texto: “Esta evocação tem lugar em tempo de ecumenismo e de mundialização (§§4-15) e quando estamos em presença de novos pontos de vista sobre Martinho Lutero e a Reforma (§§16-34)”. O c. III traça um esboço histórico da Reforma luterana e da reação católica (§§35-90), o c. IV apresenta os temas principais da teologia de Lutero à luz dos diálogos luterano-católicos (§§91-218) e os c. V e VI falam de uma comemoração comum e apontam cinco imperativos ecuménicos (§§219-237 e §§238-245).

<sup>2</sup> Lutero nasceu a 10 de novembro de 1483 na cidade de Eisleben (Saxónia, Sacro Império Romano), onde veio a morrer a 18 de fevereiro de 1546. Além dos livros, *Apelo à nobreza da nação alemã*, *O cativoiro babilónico* e *Tratado da liberdade cristã*, deixou ainda uma vasta obra sobre temas teológicos, bíblicos e outros.

<sup>3</sup> O Lutherischer Weltbund (LWB), em inglês Lutheran World Federation (LWF), é uma comunidade de Igrejas luteranas criada em Lund (Suécia) em 1947. Dela fazem parte cerca de 145 Igrejas que contam com mais de 72 milhões de fiéis espalhados por 98 países. O LWB resultou do Lutherischer Weltkonvent fundado em 1923.

<sup>4</sup> Leão X, nascido João de Lourenço de Medici (em italiano Giovanni di Lorenzo de’ Medici), viveu entre 11 de dezembro de 1475 e 1 de dezembro de 1521 e foi Papa de 1513 até sua morte. Foi o último não-sacerdote a ser eleito Papa. É conhecido principalmente por ser o papa do início da Reforma Protestante e por ter sido

seguuiu, a 3 de Janeiro, a Bula *Decet Romanum Pontificem* que excomungava definitivamente o pai da Reforma. Também o imperador o expatriou do seu território, mas o príncipe-eleitor da Saxónia acolheu-o no castelo de Wartburgo. Não entramos aqui no enunciado de acontecimentos importantes de ordem religiosa, política, social e cultural, das polémicas permanentes e da atitude apologética que marcaram a implantação da Reforma e em que intervieram personalidades de relevo como Melanchthon, chamado o “praeceptor Germaniae” (1497–1560)<sup>5</sup>. As guerras religiosas, as disputas teológicas e outras, as condenações e polémicas, bastante duras de parte a parte, caracterizaram um longo período que ficou assinalado por sequelas na Alemanha, na Europa e também noutros continentes. O Concílio de Trento (1545–1563) e a Contra-Reforma foram, pelo lado católico, as duas referências mais relevantes de então e definiram a posição católica até ao Vaticano II<sup>6</sup>.

Mas o legado do ilustre professor de Wittenberg manteve-se vivo e atuante e continua a merecer dos fiéis e estudiosos o maior interesse. Nunca será exagerado sublinhar o valioso contributo dado pela Reforma, não só no campo religioso privilegiando a Fé (salvação pela Fé segundo Rom 1, 17) e a Palavra de Deus, mas também nas diversas áreas da cultura e noutros domínios. A tradução

---

o último papa a ter visto a Europa Ocidental totalmente católica. Era o segundo filho de Clarice Orsini e Lorenzo de Medici, o governante mais famoso da República de Florença. Seu primo, Giulio di Giuliano de' Medici, viria a suceder-lhe como Papa Clemente VII (1523–34). Giovanni recebeu uma cuidadosa educação na corte de Lorenzo, foi colega de humanistas como Angelo Poliziano, Pico della Mirandola, Marsilio Ficino e Bernardo Dovizio Bibbiena. De 1489 a 1491 estudou teologia e Direito Canónico em Pisa sob instrução de Filipe Decio.

<sup>5</sup> Filipe Melanchthon, propriamente Philipp Schwartzert (Bretten, 16 de fevereiro de 1497 — Wittenberg, 19 de abril de 1560) evidenciou-se como filólogo, filósofo, humanista, teólogo e poeta neolatino. Professor universitário e reformador, colaborando com Lutero, tornou-se conhecido pelo epíteto de “educador da Alemanha” (Lehrermeister Deutschlands, “Praeceptor Germaniae”) por ter criado escolas alemãs e também organizado e reformado as que havia. O mesmo epíteto já fora atribuído a Rabanus Maurus (ca. 780–856), intelectual alemão e arcebispo de Mogúncia, e voltou a ser concedido a Siegbert Tarrasch (1862–1934). Melanchthon mostrou-se profundamente desgostoso com o baixo nível da instrução durante a Idade Média, sentimento expresso no seu *De Miseriis Paedagogorum*, livro em que relata o triste estado em que se encontrava a Alemanha. — Deixou uma obra notável de que se destacam *Institutiones Graecae grammaticae* 1518; *Loci communes rerum theologicarum* 1521; *Unterricht der Visitatoren an die Pfarrherren im Kurfürstentum Sachsen* 1527; *Confessio Augustana* 1530; *Apologie der Confessio Augustana* 1531; *Tractatus de potestate et primatu Papae* (Traktat über die Gewalt und den Primat des Papstes) 1537.

<sup>6</sup> Salientamos os documentos *Lumen gentium*, *Unitatis redintegratio*, *Dei Verbum* e *Dignitatis humanae*, respetivamente sobre a Igreja, o ecumenismo, a Palavra de Deus e a liberdade religiosa.

da Bíblia para vernáculo contribuiu para a fixação da língua alemã moderna e dos catecismos e de tantos escritos que foram sendo produzidos herdaram os povos evangelizados um tesouro de inestimável valia para a sua promoção cultural<sup>7</sup>. Lembre-se igualmente a valorização da música sacra para uso litúrgico, tendo o próprio Lutero escrito vários corais em alemão (*Recueil de Wittenberg*). Bach tornou-se depois o principal compositor de corais luteranos.

A Luterischen Weltbund e a Igreja de Roma têm mantido durante os últimos 50 anos um diálogo frutífero, de que dão testemunho alguns documentos aprovados pela Comissão que, desde 1980, tem realizado um importantíssimo trabalho<sup>8</sup>. As duas confissões participaram nas evocações dos 450 anos da Confissão de Augsburgo (1530), em 1980, e do centenário do nascimento de Lutero, em 1983<sup>9</sup>. Os resultados mais significativos encontram-se na *Declaração conjunta sobre a doutrina da justificação*, oficialmente assinada em 1999, que foi aceite pelo Conselho metodista mundial em 2006. Esta declaração pôs termo ao contencioso fundamental sobre as verdades da doutrina da justificação, que faziam parte importante da Reforma. Foi um passo decisivo, que, além de dar a esperança de

---

<sup>7</sup> Rómulo de Carvalho no seu livro *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, 711, nota 67, ao tratar do analfabetismo em Portugal diz: “Os valores numéricos relativos ao analfabetismo nos diversos países europeus demonstram irrefutavelmente a influência que sobre eles tem a opção religiosa. Em 1881, o número de analfabetos na Suécia, nação protestante, cifrava-se em 0,4%. Em 1881! Pela mesma época a Alemanha apresentava 0,51%, a Inglaterra e a Escócia 1,00%; a Noruega, 0,08% e a Dinamarca, 0,36%. Tudo países de religião protestante. Nos países de religião católica, como Portugal, eram, na mesma altura do século XIX, 68% em Espanha, 42% na Itália, 38% na Áustria, 28% na Irlanda e 17% na Bélgica” (em Portugal a taxa era, em 1911, de 75,1%). Rómulo de Carvalho recolheu esses números de Salvado Sampaio (*O Ensino Primário I*, p. 79) que os transcreve de Agostinho de Campos (*Educação e Ensino*, Porto, 1911, p. 249). Acrescenta que este último autor atribui à Companhia de Jesus a responsabilidade da elevada taxa de analfabetismo.

<sup>8</sup> Vários foram os relatórios e textos relativos a Lutero e a Melanchthon de entre os quais destacamos: Martinho Lutero, testemunha de Jesus Cristo (Declaração para o 500.º aniversário de Lutero, 1983), *Documentation catholique*, 1983, pp. 694-697; Face à unidade: modelos, formas e etapas da comunhão eclesial luterano-católica, *ibid.* 1987, pp. 294-319; Igreja e justificação (1993), *ibid.* 1994, pp. 810-858; A Apostolicidade da Igreja (2007), *Serviço Informação*, n.º 128 (2008/I-II); Declaração comum sobre a doutrina da justificação, assinada por representantes da Igreja católica e a Federação Luterana Mundial (Lutheranischer Weltbund, LWB), 31 de outubro de 1999; e o já referido Do Conflito à Comunhão (2013). E em 31 de outubro de 2015 foi aprovada a Declaração ao longo do caminho (Declaration on the way) pela Conferência Episcopal dos Estados Unidos e pela Igreja Evangélica Luterana.

<sup>9</sup> Entre os muitos atos celebrativos dessa efeméride recordamos que a Herzog-August Bibliothek de Wolfenbüttel organizou então várias ações em algumas das quais participámos. Importante é o *Katalog der Wolfenbütteler Luther-Drucke 1513 bis 1546*, elaborado por Maria von Katte. Datenbank von Christian Knoop. Wolfenbüttel, Herzog August Bibliothek, 2006.

unidade das Igrejas cristãs, em particular a anglicana e a ortodoxa, permitiu também abrir o caminho para a celebração comum entre protestantes e católicos do único Senhor da Igreja.

Neste contexto, importa referir que um dos pontos a ter em consideração é o da evolução do dogma, ao qual os teólogos têm sabido responder de forma convincente e sensata<sup>10</sup>. Para isso, tornou-se necessário proceder primeiramente a algumas reflexões filosóficas, apreciar o ponto de partida de uma solução teológica, analisar as teorias da evolução do dogma e considerar as suas forças motrizes. Como escreve W. Kasper: “A reflexão sobre a verdade que permanece, salva e liberta, e que é fornecida pelo dogma, é o objecto da dogmática”.

Se é certo que aquilo “que aconteceu no passado não pode ser alterado, também não oferece dúvidas que aquilo que se recorda do passado e o modo como sucedeu, pode no decurso do tempo ser modificado”, lê-se no documento “Do Conflito à Comunhão” (2013):

*“O que aconteceu no passado não pode ser alterado. Mas aquilo que se recorda do passado, e o modo como sucedeu, pode no decurso do tempo ser modificado. A recordação toma presente o passado. Enquanto o passado é imutável, já a presença do passado no presente pode ser alterada. Olhando para 2017, trata-se não de escrever outra história, mas de a narrar de outra forma (II, 16).”<sup>11</sup>*

<sup>10</sup> Vid. W. Kasper, Dogma/Développement du dogme, *Dictionnaire de Théologie*, dir. de P. Eicher, Paris: Cerf, 1988, 119-128; e os trabalhos de G. Thils, L'Évolution du dogme dans la théologie catholique, *Ephemerides Theologicae Lovanienses* 28, 1952, pp. 679-682; H. Walgrave, Newman. Le développement du dogme, *Revue de l'histoire des religions* 155, n.º 2, 1959, pp. 260-261; K. Rahner, Zur Frage der Dogmenentwicklung, *Schriften zur Theologie* 1, 2.ª ed., Einsiedeln: Benziger 1967, 49-90. De referir ainda, os estudos de K. Barth, M. Blondel, I. M. Elze, J. R. Geiselman, K. Lehmann, H. de Lubac, W. Pannenberg, E. Poulat, H. Rondet, E. Schillebeeckx, G. Söll e J. Ratzinger.

<sup>11</sup> O investigador dispõe hoje de fontes fundamentais para o estudo da Reforma e da Contra-Reforma: *Archiv zur Weimarer Ausgabe der Werke Martin Luthers (AWA)*, *Concilium Tridentinum. Diariorum, Actorum, Epistolarum, Tractatum nova Collectio*. Edidit Societas Goerresiana, Freiburg i. Br. 1901 ss (CT), *Corpus Catholicorum (CC)*, *Corpus Reformatorum (CR)*, *Deutsche Geschichte in Quellen und Darstellung*. Vol. 3: Reformationszeit pp. 1495–1555, ed. de Ulrich Köpf (DG), *Enchiridion Symbolorum, Definicionum et Declarationum de Rebus Fidei et Morum* de H. Denzinger, ed. de P. Hünermann, latim-alemão, (ES), *Revisionsnachtrag (RN)*, *Weimarer Ausgabe, Schriften (WA)*, *Weimarer Ausgabe, Briefe (WAB)*, *Weimarer Ausgabe, Deutsche Bibel (WADB)*, *Weimarer Ausgabe, Tischreden (WATR)*.

## L. DE MARTINHO LUTERO. UM DESTINO DE LUCIEN FEBVRE (1928) AO DISCURSO DO PAPA BENTO XVI EM ERFURT (2011)

Sobre o monge agostinho de Erfurt escreveu Lucien Febvre, em 1928, um notável livro, intitulado *Martin Luther. Un destin*, acerca do qual Jean Chapout teceu em 2013 um excelente comentário<sup>12</sup> que aqui transcrevemos: Depois de encarecer o notável papel de Lucien Febvre na chamada “École des Annales” o professor de Grenoble evidencia alguns aspectos interessantes:

A tese de Lucien Febvre sobre Lutero

*En 1917, Lucien Febvre a suivi avec intérêt les commémorations qui ont marqué les 400 ans des 95 thèses de Wittenberg, date de naissance de la réforme luthérienne. Contre la légende noire d'un Luther démoniaque, promue par les catholiques, et la légende dorée du héros allemand, Febvre part à la recherche d'un Luther plus authentique. Il fait justice d'un certain nombre d'idées reçues: non, Luther n'était pas obsédé par le trafic des indulgences (la rémission des peines promise aux fidèles en échange d'argent); non, son voyage à Rome en 1510 ne fut pas aussi décisif qu'il le dit; non, il n'a pas nécessairement voulu rompre avec l'idée de catholicité<sup>13</sup>.*

O retrato de Lutero

*Febvre brosse le portrait d'un Luther humain, trop humain, vulgaire et intelligent, angoissé et courageux. C'est bien l'histoire d'un homme, et non d'un géant, que l'auteur retrace: celle d'un moine préoccupé par son salut et qui, ne trouvant pas les réponses à ses questions dans la doctrine d'une Église qui exploite ce que Jean Delumeau appellera la “pastorale de la peur”, en vient à prôner, après tant d'autres, la réforme. Febvre présente donc Luther comme le parfait exemple d'un processus d'individuation qui voit la naissance de l'individu<sup>14</sup>.*

<sup>12</sup> Mensuel, 392 (set. 2013), p. 96. Lucien Febvre, *Martin Luther, un destin*, Paris, P.U.F. com posfácio de Robert Mandrou. O livro foi traduzido para português, por exemplo, em 1994, por Fernando Tomaz, Porto, Asa.

<sup>13</sup> Vid. T. M. Lindsay, *Luther and the German Reformation*, Edinburgh: T. and T. Clark, 1900; e G. W. Forell, *The Luther Legacy*, Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1983. Foi uma viagem que deixou as piores impressões a Lutero. Ficou profundamente com vida luxuriosa de muitos, a decadência moral e a falta de interesse pela espiritualidade dos frades que visitou.

<sup>14</sup> J. Delumeau, *Le péché et la peur. La culpabilisation en Occident XIIIe-XVIIIe siècles*, Paris; Fayard 1983.

### Linhas de força do livro febvriano

*Le “destin” de Martin Luther est cependant né de la rencontre entre la piété tourmentée, parfois désespérée, d’un homme seul face à son péché, et des désirs et peurs d’un monde, celui du Saint Empire romain germanique du XVI<sup>e</sup> siècle, dont le livre fait la biographie. Febvre sait en décrire les forêts profondes et les villes industrielles, où se côtoient des princes volontiers las de la tutelle impériale et romaine, un peuple porté à l’eschatologie messianique et des prélats bien trop gourmands des biens de ce monde. Alors que le thème de la “réforme” est presque aussi vieux que l’Église elle-même, Febvre montre comment, en rencontrant l’Allemagne de son temps, Luther a provoqué, à son corps défendant, la Réforme, ce grand schisme d’Occident.*

### Que resta?

*Lucien Febvre livre ici une certaine idée de la biographie, qui allie le plaisir du roman servi par un historien-écrivain, et le sérieux de la science; qui conjugue histoire sociale, politique, économique et culturelle. Certes, ce texte de 1928 est daté: la recherche a depuis nuancé ce portrait de l’Allemagne moderne, et certains propos sentent leur époque et son essentialisme (‘Luther est en toutes choses de sa race et de son pays. Il est, foncièrement, un Allemand’...).*

### O contexto histórico

*Mais, dans un contexte qui n’y était guère favorable, Febvre montre que, tout en étant soucieux de se mêler à la vie, l’historien sait se placer au-dessus de la mêlée: professeur à Strasbourg, l’auteur se garde de tout portrait à charge de l’Allemagne, et s’abstient de tout commentaire lors de la réédition de 1944, attitude notable qui contraste avec celle des patriotes de la Grande Guerre, engagés dans le procès du germanisme éternel, ou des nationalistes des années 1920 et 1930, aux lunettes embuées de germanophobie.<sup>15</sup>*

---

<sup>15</sup> Entre tantas publicações lembramos, além dos livros de Lortz e Jedin, o de Y. Congar (1983), *Martin Luther, sa foi, sa réforme*, e quase à distância de cem anos em relação a Lucien Febvre os dos cardeais R. Marx, arcebispo de Munique-Freising e presidente da Conferência Episcopal Alemã e da Comissão Episcopal da Comunidade Europeia (COMECE) e W. Kasper, cardeal emérito da Cúria e outrora presidente do Conselho Pontifício para a Unidade dos Cristãos, respetivamente *Kirche überlebt*, Munique: Kösel, 2015 e *Martin Luther. Eine ökumenische Perspektive*, Ostfildern: Patmos Verlag, 2016.



## X

De uma importância particular se reveste o discurso do Papa Bento no convento de Erfurt, em Novembro de 2011, aquando da sua viagem à Alemanha (22-25 de Setembro de 2011). No encontro com os representantes do Conselho da Igreja Evangélica Alemã afirmou a certa altura as motivações de ordem espiritual que levaram Lutero a reagir e a afirmar uma nova visão da essência do cristianismo.

*Was ihn umtrieb, war die Frage nach Gott, die die tiefe Leidenschaft und Triebfeder seines Lebens und seines ganzen Weges gewesen ist. „Wie kriege ich einen gnädigen Gott“: Diese Frage hat ihn ins Herz getroffen und stand hinter all seinem theologischen Suchen und Ringen. Theologie war für Luther keine akademische Angelegenheit, sondern das Ringen um sich selbst, und dies wiederum war ein Ringen um Gott und mit Gott.*

Mais adiante falou da espiritualidade cristocêntrica de Lutero.

*Luthers Denken, seine ganze Spiritualität war durchaus christozentrisch: «Was Christum treibt», war für Luther der entscheidende hermeneutische Maßstab für die Auslegung der Heiligen Schrift. Dies aber setzt voraus, daß Christus die Mitte unserer Spiritualität und daß die Liebe zu ihm, das Mitleben mit ihm unser Leben bestimmt.*

## **2. AS INVESTIGAÇÕES SOBRE A IDADE MÉDIA E A REVISÃO DO CONHECIMENTO DO PASSADO. A HERANÇA MEDIEVAL DE LUTERO E A TEOLOGIA MONÁSTICA E MÍSTICA**

Será muito diferente a comemoração de 2017 comparada com as evocações anteriores, em especial as de 1617 e de 1917 que consagraram Lutero como reformador tipo profeta e como herói nacional. Como já se disse atrás, nos últimos anos rasgaram-se novos horizontes sobre o agostinho Martinho e a Reforma, e também sobre a Igreja de Roma.

O resultado da investigação histórica sobre a Idade Média contribuiu em muito e de muitas formas para mudar a percepção do passado.

A Idade Média tardia já não é vista como um período histórico totalmente obscuro, como muitas vezes foi representado pelos protestantes, mas também não é concebido como um período plenamente luminoso, como sucedeu nas antigas descrições católicas. Esta época aparece hoje como tempo de grandes contrastes: de devoção exterior e de profunda interioridade, de teologia orientada para as obras no sentido do *do ut des* e de absoluta convicção da total dependência do homem da graça de Deus; de indiferença relativamente às obrigações religiosas — mesmo àquelas relativas ao ofício eclesiástico — e de profundas reformas, como em algumas ordens monásticas. A Igreja não era uma realidade, uma entidade monolítica, pois no *corpus christianum* conviviam teologias, estilos de vida e concepções da Igreja muito variadas e diversificadas. Os historiadores dizem que o séc. XV foi uma época de especial fervor religioso na Igreja. Durante este período cada vez mais leigos tiveram a possibilidade de receber uma boa instrução, o que fez nascer neles o desejo de ouvir sermões mais perfeitos e de uma teologia que os ajudasse a levar uma vida cristã condigna. Lutero aproveitou estas correntes teológicas e devocionais e desenvolveu-as depois.

Também as investigações históricas acerca de Lutero levadas a cabo pelos católicos levaram a concluir que ele era uma personalidade de intenso fervor religioso e um homem rigoroso na oração.

A literatura católica sobre Lutero foi durante quatro séculos influenciada por Johannes Cochlaeus, conselheiro do duque Jorge de Saxónia e adversário de Lutero, seu contemporâneo<sup>16</sup>: o papel de Cochlaeus na divulgação da figura de como relata o documento em apreço:

Cochlaeus, também conhecido por Dobeneck, retratou Lutero como um monge apóstata, um destruidor da cristandade, um corruptor da moral e um herege. O resultado desta primeira reaproximação com a figura de Lutero, crítico mas compreensivo, foi o de libertar os estudos católicos de uma apreciação unilateral

---

<sup>16</sup> Johannes Cochläus (Breslau, 1479–1552), humanista e teólogo, também conhecido por Dobeneck, que de amigo passou a inimigo acérrimo de Lutero escreveu *Brevis Germaniae descriptio tum a rebus gestis moribusque populorum tum a locorum situ*. Mas foram os seus *Commentaria de actis et scriptis Martini Lutheri* que se tornaram mais céleres. Esta obra marcou profundamente a opinião anti-Lutero que perdurou durante séculos. Vid. Remigius Bäumer, Cochläus, Johannes, *Theologische Realenzyklopädie (TRE)* 8, Berlin/New York: de Gruyter, 1981, pp. 140-146; Theodor Kolde, Cochlaeus; Johannes, *Realenzyklopädie für protestantische Theologie und Kirche (RE)*. 3.<sup>a</sup> ed., 4, Leipzig, 1898, pp. 194-200.

própria daquelas obras polémicas sobre Lutero. Lúcidas análises históricas realizadas por outros teólogos católicos mostraram que o que conduziu à divisão da Igreja não foram as questões cruciais de que se ocupou a Reforma, como a doutrina da justificação, mas antes as críticas movidas por Lutero à situação da Igreja do seu tempo, que tinham origem no estado de decadência em que se encontrava.

Ao chamar a atenção para a análise católica da figura de Lutero, o texto diz que o passo sucessivo foi a individuação da presença dos conteúdos análogos existentes em estruturas e sistemas de pensamento teológico diversos, em especial através de um confronto sistemático entre os teólogos mais representativos das duas confissões: Tomás de Aquino e Martinho Lutero.

Na Idade Média falou-se bastante de reformas monásticas, tendo sido o movimento mais importante no séc. X o que surgiu na Abadia de Cluny. O Concílio de Constança (1414–1418)<sup>17</sup> considerou a reforma da Igreja “na cabeça e nos membros” e um documento amplamente difundido, intitulado *Reformation keyser Sigmunds*, invocava a urgência de retomar uma ordem justa em todos os aspetos da vida. Em finais do séc. XV a ideia de avançar com reformas chegou aos governos e às universidades. Valla ao contestar a autenticidade da *Donatio Constantini* (313) rasgou novos horizontes sobre a ideia reinante da cristandade como entidade dominadora e acima do poder temporal com uma hegemonia absoluta, digamos. Tal ideia perdurou até ao Vaticano II, que, pela primeira vez, sancionou oficialmente a liberdade religiosa e de consciência, e Paulo VI suprimiu o índice de livros proibidos.

A teologia monástica e mística é objeto de análise nos n.ºs. 99-101. A figura de Agostinho e o regresso à Sagrada Escritura e aos Padres da Igreja estavam presentes no espírito de muitos que viam a estrutura da Igreja afastada do Evangelho e da pureza original do cristianismo.

Relativamente a Lutero, diz o *Do Conflito à Comunhão*:

Lutero estava também profundamente enraizado na tradição mística do período tardo-medieval. Encontrou inspiração e apoio nos sermões alemães de

---

<sup>17</sup> Ao Concílio de Constança que condenou Huss e Wiclef seguiram-se o de Florença (1439–1445) e o 5.º de Latrão (1512–1517) sob Júlio II (1503–1513) e Leão X (1513–1521). Ficou célebre a comissão “*Reformatio de emendanda Ecclesia*” de que faziam parte vários cardeais. O *Consilium de emendanda Ecclesia* de 1537 constituiu o relatório final, mas que na prática não obteve qualquer resultado de destaque. Ao mesmo tempo a Reforma avançava a passos gigantescos enquanto Roma permanecia indiferente ao que estava a acontecer.

João Tauler (f. 1361) e sentiu-se em grande sintonia com eles. Além disso publicou o texto místico “Theologia deutsch” (1518), escrito por um autor desconhecido, o qual teve larga difusão na Alemanha, graças à sua publicação por Lutero.

Tauler insere-se na série de místicos que apareceram quando a Escolástica se encontrava em profunda decadência e a vida eclesiástica conhecia uma fase bastante crítica, mais voltada para os aspetos terrenos e mundanos do que para a autenticidade evangélica. A letra sufocava o espírito. Sobressaíram mulheres como as três Catarina: de Siena, de Bolonha e de Génova, Brígida da Suécia e Juliana de Norwich. Todas elas mostraram a sua enorme insatisfação quanto ao estado em que se encontrava a Igreja. Mas foi na Alemanha em especial que surgiram figuras de proa imbuídas do desejo de modificar a situação. Lembramos os Gottesfreunde, Eckart, Tauler e Suso. Importante foi a teologia alemã ou Der Frankfurter, publicado pela primeira vez em 1516<sup>18</sup>. Nos Países Baixos destacou-se Ruusbroec (1293–1381) e a Devotio moderna, a partir de finais do séc. XIV, tornou-se um movimento relevante de renovação da espiritualidade nos Países Baixos e na Alemanha norte-occidental. De lembrar ainda Geert Groote de Deventer (1340–1384) e os irmãos da vida comum, a congregação de Windesheim, comunidade reformada de Cónegos Regrantes Agostinhos, precursora de Lutero, do Calvinismo e de Erasmo. Os ideais de Windesheim, duramente atacados no Concílio de Constança pelos dominicanos, foram defendidos com vigor pelo célebre chanceler da Universidade de Paris entre 1395 e 1415, teólogo, pregador e homem político, Jean Gerson (1363-1429). Pensadores como Huss e Wiclef, condenados por heresia, manifestaram a premente necessidade de operar grandes reformas no seio da Igreja e fora dela.

A invenção da tipografia criou excelentes condições para a divulgação da cultura clássica, medieval e moderna, devendo dizer-se que sem ela tudo seria diferente. A tipografia foi um suporte de primordial relevância para a difusão de todos os géneros de temas. Os humanistas que apelavam ao regresso às fontes, à Sagrada Escritura e aos Padres da Igreja, defendiam o contacto direto com os textos originais, aos quais aplicavam o método histórico filológico e crítico, pondo de parte a Vulgata de S. Jerónimo. Além da intenção de chegarem à pureza dos textos primitivos, movia-os o propósito de uma renovação profunda da Igreja.

---

<sup>18</sup> Peters, C., *Theologia deutsch*, *Theologische Realenzyklopädie* 33, 2002, pp. 258-262.

Podemos considerar Erasmo (c. 1469–1536) nos Países Baixos com o *Novum instrumentum* (1516), Lefèvre d'Étaples (c. 1455–1536) em França com o *Quintuplex Psalterium: Gallicum, Romanum, Hebraicum, Vetus, Conciliatum* (1509), Lorenzo Valla (+ 1457) na Itália com *Adnotationes in Novum Testamentum* (1505), Münster e Reuchlin na Alemanha com obras de índole filológica e bíblica de primordial interesse como os protótipos dessa tendência que depressa lançou raízes um pouco por toda a parte<sup>19</sup>. A Poliglota de Alcalá (1514–1517) impressa por ordem do Card. Cisneros e mais tarde a de Antuérpia (1568–1572) por Arias Montano constituíram marcos altamente da cultura bíblica, reveladoras das preocupações de crítica filológica e literária do objectivo de uma aproximação dos textos originais. De referir igualmente a divulgação de obras importantes de filólogos e exegetas judeus medievais, como Abraham Ben Ezra (1093–1167), Rashi (1040–1105) e David Qimchi (+ c. 1235). A estes intelectuais recorreram vários autores cristãos, como Sanctes Pagnino (+ 1541), Nicolau de Lira, (1270–1340) e Sixto de Siena (+ 1569), autores de obras notáveis, respetivamente *Thesaurus linguae sanctae*, *Postilla in totam Scripturam* e *Bibliotheca sancta* para só mencionar algumas. E destas se serviram os comentadores de Sagrada Escritura que proliferaram no séc. XVI. Os mais argutos, enveredando pelo sentido literal dos textos sagrados, comparavam a Vulgata com o texto masorético, com os LXX e outras fontes, mas à medida que o tempo passava a tendência passou a ser outra: perscrutar o sentido alegórico e místico. O humanismo cristão das origens passava a humanismo católico e mesmo protestante, ou seja a filologia e as letras humanas ficavam ao serviço da teologia perdendo assim a sua autonomia. Isso foi mais patente nos países que não aderiram à Reforma.

---

<sup>19</sup> Sobre a Bíblia na Idade Média e no período das Reformas, vid. 4 e 5 da coleção “Bible de tous les temps”, dir. respetivamente por Pierre Riché-G. Lobrichon e G. Bedouelle-B. Roussel, Paris: Beauchesne, 1984 e 1989. Na abordagem do tema da Reforma importa evidenciar o papel de alguns humanistas alemães, como: em Wittenberg: Lutero (1483–1546); Heidelberg: Oekolampadius (1482–1531) e Melanchthon (1497–1560); Erfurt: Reuchlin (1455–1522), Staupitz (c. 1468–1524), Hutten (1488–1523) e Eck (1486–1543); Freiburg: Peutingen (1465–1547); Augsburgo: Pirckheimer (1470–1573); Leipzig: Emser (1478–1527); Tübingen e Basel: Wimpfeling (1450–1528), Meissen e Cochlaeus (1479–1552); Nürnberg: Bucer (1491–1551). E ainda: Agricola, Aventinus, Bebel, Brant, Vom dem Busche, Celtis, Divaeus, Franck, Gebwiler, Heresbach, Hesus, Von Hutten, Krantz, Meisterlin, Münster, Von Neuenahr, Naclerus, Beatus Rhenanus, Rufus, Sabinus, Schedel, Sleidan e Spiegel. Vid. Wilhelm Kühlmann et alii, ed. (2005–2011), *Die deutschen Humanisten. Dokumente zur Überlieferung der antiken und mittelalterlichen Literatur in der Frühen Neuzeit*, Turnhout: Brepols, 3 vols. em 4 ts.

## CONCLUSÃO

No termo deste trabalho, a questão essencial que se coloca é esta: quem foi Martinho Lutero e qual o seu significado para a actualidade? Ulrich Köpf no seu excelente livro *Martin Luther. Der Reformator und sein Werk*<sup>20</sup> começa por dizer que Melancthon descreve Lutero como instrumento sagrado de Deus e que muitos dos seus contemporâneos o consideravam homem de Deus comparável aos profetas Elias ou Daniel.

Depois da sua morte, iniciou-se a discussão acerca do autêntico Lutero, a qual durou até ao séc. XX. Prevalencia, contudo, a ideia nacionalista do “Lutero alemão” e do libertador do cristianismo. Mas vinha ao de cima o facto de ele ter sido condenado como herege e passar por falsificador e corrupto. O livro de Cochlaeus teve uma enorme influência na difusão da ideia destruidora do antigo monge agostinho. Os juízos eram positivos e negativos. Köpf concorda com o documento Do Conflito à Comunhão, ao escrever que no séc. XX, mercê de investigações aprofundadas, se pode concluir que o filho de Eisleben era fruto dos ideais renovadores que remontam a finais da Idade Média e que a sua espiritualidade, apesar de algumas atitudes incorretas, como a sua postura extremamente hostil aos judeus.

Com Lutero nasceu uma perspectiva nova acerca da relação de Deus com o homem e da liberdade de pensamento, da valorização da Palavra revelada e da espiritualidade.

Köpf, a terminar a sua análise, encarece o papel que a Reforma teve no campo cultural, particularmente no que concerne à língua alemã.

*Eine der grössten Begabungen Luthers lag in seinem Umgang mit der Sprache, vor allem mit seiner Muttersprache. Durch seine zahlreichen deutschen Schriften, vor allem aber im jahrzehntelangen Ringen um eine deutsche Bibelübertragung hat Luther wesentlich zur Entstehung einer einheitlichen deutschen Schriftsprache beigetragen. Zur Wirkung seiner Deutschen Bibel in weiten Kreisen kam die seiner Kirchenlieder und seiner beiden Katechismen, die seine Gedanken weit über jene Gebiete verbreiteten, die sich der Wittenberger Reformation geöffnet hatten. Über*

---

<sup>20</sup> Köpf, U., Martin Luther. Der Reformator und sein Werk, : Reklam, 2015.

*seine zeitgebundenen Züge wie seine gewaltige Wirkung in der Vergangenheit hinaus gehört Luthers Werk zu jenen grossen sprachlichen Hinterlassenschaften, mit denen man sich immer wieder beschäftigen kann, um immer neue Entdeckungen zu machen. Geduldiger Lektüre erschliessen sich ihre Schätze: ein Reichtum an Gedanken und Formulierungen zu vielen Themen des menschlichen Lebens und eine religiöse Tiefe, die Luther eine einzigartige Stellung in der neueren Geschichte zuweisen*<sup>21</sup>.

É neste contexto de reavaliação das fontes da Reforma e da Contra-Reforma que se situa o diálogo ecuménico e se inserem os já citados contributos dos cardeais alemães W. Kasper e R. Marx, e os livros de teólogos e pensadores das duas áreas em confronto.

De referir igualmente o interessante livro *Disputationen. Teil: 1, Reflexionen zum Reformationsjubiläum 2017. Nachdruck von Beiträgen aus Politika & Kultur, Zeitung des Deutschen Kulturrates* (2.a ed. revista e aumentada, Berlin: Deutscher Kulturrat e. V.), editado em 2015 por O. Zimmermann e Th. Geissler; e o lúcido artigo de G. Panmi SJ, “Cattolici e Luterani. L’ecumenismo nel’Ecclesis sempre reformanda”, publicado no penúltimo número de *La Civiltà Cattolica* (Roma 3985, 9 luglio 2016, 17-25).

Nas ingentes tarefas que o diálogo luterano-católico exige, há um instrumento relevante a salientar: a memória. Foi esta que registou os factos ocorridos ao longo de cinco séculos de tempo e que os coloca agora à consideração de todos para serem revistos e reapreciados. O prémio Nobel da Paz, Elie Wiesel (1928–2016), falecido no passado dia 2 de Julho, que sobreviveu ao Holocausto, sempre defendeu a ideia de que não se pode viver sem o passado: “Se esquecermos o passado, a humanidade fica mutilada”, disse numa entrevista a *Le Figaro*, em 1998. Nesse ano organizou um convénio internacional sobre

---

<sup>21</sup> Tem aumentado nas últimas décadas o número de livros e artigos sobre Lutero e a Reforma nas suas diversas dimensões, sobretudo na Alemanha, da autoria de prestigiados autores como K. Aland, H. G. Anderson, O. Bayer, A. Beutel, H. Bornkamm, M. Brecht, Ch. Burger, I. Dingel, G. Ebeling, B. Hamm, P. Henning, H. P. Jüngens, H. Junghans, W. Card. Kasper, Th. Kaufmann, U. Köpf, K. Lehmann, M. Lienhard, B. Lohse, R. Card. Marx, B. Moeller, G. Müller, T. A. Murphy, H. A. Oberman, W. Pannenberg, O. H. Pesch, H. Schilling e R. Schwartz. Também nos diversos dicionários e enciclopédias, como em *Theologische Realenzyklopädie* (TRE), *Lexikon für Theologie und Kirche* (LTK), *Die Religion in Geschichte und Gegenwart* (RGG), encontramos dados importantes sobre Lutero, a Reforma e a Contra-Reforma e suas consequências.



“Memória e história”, através da Academia universal das culturas a que presidiu desde 1993, movido pela intenção de lutar contra a xenofobia, o anti-semitismo e toda e qualquer forma de discriminação. Aliás ele como judeu que era, bem sabia que a memória faz parte da tradição bíblica e da literatura judaica, em especial da Mishná e do Talmud, e de tantos escritores medievais e de sempre como Hannah Arendt.

O Papa Francisco, ao receber o prémio Carlos Magno, em maio do ano passado desenvolveu o tema “Que coisa te aconteceu, Europa?”, tendo recordado os pais fundadores da Europa: Schuman, Adenauer e De Gasperi, que sonharam uma Europa assente em princípios e valores que colocavam à frente da ‘res’ económica e financeira. Àquelas personalidades podemos acrescentar tantas outras que brilharam no passado. O Bispo de Roma citou Wiesel usando a expressão “transusão da memória”, que lhe era tão cara. Lembrava o Papa Bergoglio que a memória “nos liberta daquela tendência actual muitas vezes mais atraente de fabricar com rapidez sobre as areias movediças dos resultados imediatos que poderão tomar-se numa conquista política fácil, rápida e efémera, mas que não realizam a plenitude humana”.

Repetindo a citação do documento Do conflito à Comunhão:

*O que aconteceu no passado não pode ser alterado. Mas aquilo que se recorda do passado e o modo como sucedeu, pode no decurso do tempo ser modificado. A recordação toma presente o passado. Enquanto o passado é imutável, já a presença do passado no presente pode ser alterada. Olhando para 2017 trata-se não de escrever outra história, mas de a narrar de outra forma*

(II, 16)

Não resistimos ainda a aludir a um depoimento de Reinhard Marx na publicação do “Deutscher Kulturrat, Politik & Kultur” (4, 2015). Marx depois de afirmar que Martinho Lutero não quis a divisão da Igreja explica: o que sucedeu foi que “a mensagem do Evangelho tinha sido e continuava a ser deturpada” e ele pretendia recuperar o seu carácter original. Acrescentou que passados 50 anos de diálogo ecuménico é possível ler a outra luz os textos de Lutero e extrair deles preciosos ensinamentos, pelo que nunca será exagerado sublinhar a impressionante evolução verificada nestas cinco décadas.



Uma questão final: numa época como a nossa marcada pelo forte impacto de culturas e religiões, pelo laicismo, laicidade, agnosticismo e ateísmo, vale a pena reflectir sobre o significado da Reforma e da Contra-Reforma e quais os contributos que podem dar a essas realidades com as quais nos confrontamos.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 27 DE ABRIL DE 2017)

### ABREVIATURAS

Archiv zur Weimarer Ausgabe der Werke Martin Luthers (AWA)  
Concilium Tridentinum. Diariorum, Actorum, Espistolarum, Tractatum nova Colletion (CT)  
Corpus Catholicorum (CC)  
Corpus Reformatorum (CR)  
Deutsche Geschichte in Quellen und Darstellung. Vol. 3: Reformationszeit 1495–1555, ed. de Ulrich Köpf (DG)  
Enchiridion Symbolorum, Definionum et Declarationum de Rebus Fidei et Morum de H. Denzinger, ed. de P. Hünermann, 10ª ed. (ES)  
Revisionsnachtrag (RN)  
Weimarer Ausgabe, Schriften (WA)  
Weimarer Ausgabe, Briefe (WAB)  
Weimarer Ausgabe, Deutsche Bibel (WADB)  
Weimarer Ausgabe, Tischreden (WATR)



## René Girard (1923-2015)

MANUEL J. CARMO FERREIRA

«Je vous nomme désormais “le nouveau Darwin des sciences humaines”»

Michel Serres, Resposta ao discurso de recepção de R. Girard na Academia Francesa (ocupando a cadeira 37 que também foi de Bossuet), em 15 de dezembro de 2005.<sup>1</sup>

Tratar-se-á meramente de um elogio hiperbólico, que a circunstância explica e uma funda amizade suporta, a um pensador sem lugar disciplinar próprio?

A. Um trabalho de texto: toda a vasta obra de Girard procede por um contínuo comentário de textos que vão da crítica literária à exegese bíblica, passando pela memória etnológica, por mitos de todas as latitudes.

*Um método de leitura:* estamos sempre perante textos que exploram textos, como a teoria evolucionista analisa fósseis, confrontados com uma heurística indiciária, com palavras que interpretam palavras que aludem a acontecimentos, e silenciamentos mais expressivos do que as palavras; de qualquer modo, uma interpretação puramente imanente aos textos, sem a configuração de um sentido imposta do exterior.

No horizonte da investigação permanece sempre o intento consequente de firmar uma antropologia *naturalista*, assente na tese de continuidade biológica e etológica entre os primatas — a cultura não se opõe à natureza como seu outro, mas prolonga-a em novos patamares de significação e de complexidade — uma

---

<sup>1</sup> *Le Tragique et la Pitié*, Paris, Le Pommier, 2007, pp. 63. Já na recensão de *Choses cachées*, em 1978, M. Serres escrevia: “Au feu de Darwin, souvenez-vous-en, les anciens montages coulaient, tout s’engageait dans le temps, dans le temps général de l’évolution, par le moyen d’opérateurs d’une simplicité inattendue. Au feu de Girard, il en est de même. Nous n’avions pas eu de Darwin du côté des sciences humaines. Le voici.” “Connaissez-vous René Girard?”, *Le Nouvel Observateur*, 17 avril 1978. E em 1994 explicitava: “En ce qui concerne les groupes humains [R. Girard] serait à Darwin ce que Georges Dumézil est à Linné, parce qu’il propose une dynamique, montre une évolution et donne une explication universelle.” *Atlas*, Paris, Julliard, 1994, pp. 220: um mecanismo único (o mimetismo), não consciente e estreitamente natural, numa teoria eficaz, simples e económica nos meios.

antropologia *evolucionista*, uma constante em contínua diferenciação, e *realista*, isto é, atenta a referentes linguísticos que são acontecimentos de um mundo; e, de passagem, descodificar a violência, surpreender a génese do sagrado, do divino e da transcendência, criticar o pensamento moderno e ler a conflitualidade contemporânea em registo apocalíptico. “Um sublime racionalismo” na síntese expressiva e bem apropriada de M. Serres: em causa estarão sempre e apenas relações humanas.

Os campos textuais nos quais privilegiadamente René Girard se documenta são designadamente:

O *romance* (Cervantes, Stendhal, Flaubert, Dostoievski e Proust são os autores germinais; é mais tardia a descoberta do teatro de Shakespeare, no qual Girard encontra a antecipação por inteiro da sua teoria mimética). É como “a verdade romanesca” destas criações literárias que o desejo mimético se converte na questão axial de Girard e na chave de toda a sua multimoda hermenêutica, da literatura à história.

O *mito* (recolhido de todos os continentes), memória primordial das religiões arcaicas, cuja exploração permite estabelecer o sacrifício, os interditos e os rituais — tudo formas de disciplinar o desejo — configuram-se como a génese das instituições culturais e a religião como fator determinante no processo de hominização e, deste modo, matriz de todas as culturas — “*La véritable histoire de l’humanité est une histoire religieuse*”<sup>2</sup>. O sagrado nasce da violência mimética como a transcendência da vítima sacrificada e o simbólico emerge como transfiguração da acusação fatal e do assassinio provocado.

A *tragédia grega*, em que o ponto crítico é assimilável a uma crise sacrificial, nomeadamente no *Rei Édipo*, de Sófocles (exemplar dos estereótipos de perseguição) e nas *Bacantes*, de Eurípedes, (em que se revela o rosto divino da violência coletiva, Díónisos) e nas quais se lê o pressentimento da revelação. Édipo foi mesmo lido como *figura Christi* na tradição bizantina, tal como *Antígona* o foi na leitura de Simone Weil.

Os *textos de perseguição*, de judeus, bruxas, negros e de todos os grupos humanos acusados de um mal-estar coletivo.

As *Escrituras judaico-cristãs*, do mito genésico de Abel e Caim (interpretação dos mitos da origem sangrenta da cultura) às narrativas da paixão de Cristo, num registo rigorosamente antropológico e não teológico.

---

<sup>2</sup> *Les origines de la culture*, p. 129.

Por último, no interesse do autor e num juízo dramático da atualidade, sobre a universalização hodierna da violência que põe em risco a sobrevivência humana, o *discurso do apocalipse*, que prolonga a tematização por Clausewitz da “subida aos extremos” na situação de guerra<sup>3</sup>.

Importa sublinhar ainda a circularidade entre os textos, os quais não constituem capítulos sucessivos de uma reflexão, mas se instalam num diálogo permanente entre eles.

B. A posição girardiana apresenta-se simplesmente como uma hipótese científica sobre a génese e estrutura da conflitualidade humana, sobre a origem e a invariante das culturas na sua polimorfia.

O ponto de partida do autor reside numa teoria do desejo humano, o qual não é espontaneidade pura nem instância subjetiva de uma criatividade absoluta ou veículo de originalidade, mas sempre operação mediada, estrutura triangular, um dinamismo mimético: apenas se deseja aquilo que é objeto do desejo de outrem. A rivalidade inerente ao processo surge como inevitável. É ela que desencadeia a *crise mimética*, motor da evolução humana enquanto exacerbação da rivalidade que, arrancando de uma indiferenciação do grupo em massa anónima, polariza todo o antagonismo social num alvo, acusado de provocar a desordem, fazendo então emergir a figura do “bode expiatório” cujo sacrifício restaurará a comunidade, figura que é operação real de resolução da crise e não mera metáfora.

Este mecanismo mimético opera deste modo a seleção natural dos grupos humanos, ele intervém decisivamente no processo evolutivo de hominização: tal é a eficácia do ato sacrificial.

C. O fogo da inveja irrompe aqui “naturalmente” neste processo. A inveja é um tema de antropologia social, presente desde Aristóteles<sup>4</sup> até John Rawls<sup>5</sup>: para ambos, significa menos um sentimento moral e mais um modo típico de se posicionar nas relações interpessoais numa situação de rivalidade e competição que irá determinar o conteúdo do desejo; “endémica na vida humana” (Rawls), a inveja é a assunção de uma impotência própria, que se desdobra numa

---

<sup>3</sup> *Achever Clausewitz*.

<sup>4</sup> *Retórica*, 1386b, pp. 14-23 e 1387b, pp. 21-1388 a 31.

<sup>5</sup> *A Theory of Justice*, §§ 80-81.

hostilidade e numa agressividade, “secreta e velada”, diz Kant<sup>6</sup>, para com o bem dos outros que, simultaneamente, se deseja para si próprio. Objeto do desejo mediado, presença do modelo-obstáculo na definição do bem próprio, dissimulação de uma rivalidade em crescendo, eis os traços do mimetismo girardiano no desenho de um esquema transcultural da violência que tem por sujeito os indivíduos, os grupos, as nações e as culturas.

D. As grandes coordenadas de uma antropologia científica, com contornos de uma narrativa trágica; a permanente atualidade do arcaico.

Condensem com as palavras do autor a sua doutrina antropológica em teses verdadeiramente estruturantes da mesma:

Primeira proposição: *“Il n’y a rien ou presque, dans les comportements humains, qui ne soit appris, et tout apprentissage se ramène à l’imitation. Si les hommes tout à coup cessaient d’imiter, toutes les formes culturelles s’évanouiraient.”*<sup>7</sup>

Própria da espécie humana, a imitação é um processo de apropriação e não de simples aprendizagem.

A inscrição neurofisiológica da imitação foi confirmada pela experiência dos neurónios-espelho.

A cultura é mimese, mesmo quando inova: respondemos sempre, não inauguramos em absoluto. *“Nada mais tradicional do que a revolução; nada mais revolucionário do que a tradição”*, asserção de Manuel Antunes a propósito da história da poesia, mas igualmente verdadeira do processo histórico.

Segunda proposição: *“Le vrai secret du conflit et de la violence, c’est l’imitation désirante, le désir mimétique et les rivalités féroces qu’il engendre.”*<sup>8</sup>

O desejo, “uma insuficiência de ser”, de composição triangular, mediada, é sempre desejo segundo o outro.

O modelo-obstáculo e a rivalidade são a origem do ressentimento e da acusação, a dinâmica da desagregação social.

<sup>6</sup> *Metafísica dos Costumes*, Parte II, § 36, Akademie Ausgabe, vol. VI, p. 458.

<sup>7</sup> *Des choses cachées depuis la fondation du monde*, p. 15.

<sup>8</sup> *Celui par qui le scandale arrive*, p. 24.

“Quem dirá a concórdia desta discórdia?” perguntava Shakespeare em *O sonho de uma noite de verão*.

Da guerra de todos contra todos à guerra de todos contra um numa estratégia sacrificial, tal é o esquema resolutivo das grandes crises miméticas.

Terceira proposição: *“Les peuples n’inventent pas leurs dieux, ils divinisent leurs victimes”*<sup>9</sup>.

A crise mimética, a vítima expiatória, polarização da violência coletiva e a subsequente sacralização da vítima constituem os momentos geradores da invenção do sagrado e da sua institucionalização como religião.

Quarta proposição: *“La théorie mimétique est, entre autres choses, une genèse des grandes institutions culturelles à partir des sacrifices rituels, cohérent dans un cadre darwinien.”*<sup>10</sup>

Sacrifícios, ritos, interditos e símbolos assinalam a diferença específica humana; a religião sacrificial oferece uma pedagogia do humano ou consagra a violência contra a violência.

Quinta proposição: *“La révélation consiste à reproduire le mécanisme victimaire en montrant la vérité, à savoir que la victime est innocente et que tout repose sur le mimétisme.”*<sup>11</sup>

A coerência salvífica quer do Antigo quer do Novo Testamento consiste em reconstituir toda a narrativa mítica, invertendo o seu sentido.

Satanás, a acusação em forma de gente, é o sujeito de um processo sem sujeito; “homicida desde o princípio”, “pai da mentira”, “autor do mal”, “príncipe deste mundo”, ele é tão-somente a metáfora do mecanismo mimético que governa as relações humanas; a sua transcendência é tão vazia de ser como a do sagrado que a violência gera; se o seu nome é “legião” é porque simplesmente descreve a unanimidade da multidão que acusa e sacrifica a vítima em total boa consciência.

---

<sup>9</sup> Je vois Satan tomber comme un éclair, p. 113.

<sup>10</sup> Les origines de la culture, p. 145.

<sup>11</sup> Les origines de la culture, p. 115.

Sexta proposição: *“Je définis le monde moderne comme essentiellement privé de protection sacrificielle, c’est-à-dire toujours plus exposé à une violence toujours aggravée.”*<sup>12</sup>

A revelação priva os homens do religioso e subverte radicalmente o regime sacrificial da humanidade, pondo fim às ilusões persecutórias. Daí a ambiguidade de uma história que tanto reabilita as vítimas como provoca morticínios de uma intensidade e extensão sem paralelo na memória dos homens, como bem o documenta o século XX que, sendo o século dos direitos humanos o é também dos assassinios em massa, do genocídio dos arménios ao terrorismo islâmico. E hoje emerge uma nova vitimologia: só se persegue e acusa e mata em nome das vítimas. Quando agora os grupos humanos procuram fechar-se numa identidade comum e exclusiva, de matriz local ou nacional, ideológica ou racial, cultural ou religiosa já se perfilam no horizonte próximo as novas vítimas expiatórias.

Proposição final: *“Les textes apocalyptiques parlent d’une guerre entre les hommes, pas d’une guerre de Dieu contre les hommes.”*<sup>13</sup>

O supremo fracasso da aventura humana está à nossa mão e está nas nossas mãos: da bomba nuclear à devastação do ambiente, passando pelos genocídios vários, é com uma guerra civil da humanidade que nos confrontamos e com a efetiva ameaça de aniquilação.

Saída do processo mimético?

Do mimetismo não há exceção, porque ele é constitutivo próprio do ser humano, seu traço identitário irrevogável.

No entanto, atesta-se como possível uma inversão de sentido, uma “conversão”, não pensada privilegiadamente em registo religioso ou existencial, (o termo, em latim, tem por sinónimo “revolução”) ou, gramatical e logicamente, uma repetição dos sintagmas ou dos sinais em sentido inverso, de qualquer modo sempre um “virar do avesso” daquilo que está estruturado e servindo de justificação às relações humanas, dos indivíduos às nações — o mimetismo, a reciprocidade da acusação, a dissimulação da perseguição e da vingança, uma ordem que tem assim a violência por matriz — ou seja, “converter-se” é fazer passar a

<sup>12</sup> *Les origines de la culture*, p. 133.

<sup>13</sup> *Achever Clausewitz*, p. 101.



instância soberana do sujeito da inveja à compaixão (como já Aristóteles preconizava), quer dizer, da imitação invejosa à identificação e da rivalidade ao reconhecimento e ao dom, operando nesse movimento uma “revolução no modo de pensar”, como era, em registo filosófico, o programa de Kant. A reciprocidade deixará então de ser origem de resposta violenta, vingança em escalada de represálias até aos extremos, confrontação homicida, na multifária conjugação do verbo matar, para ser vivida como perdão e benevolência, complacência e comprazimento. Uma tal reversão da violência inscrita no âmago da existência tanto individual como coletiva tem como condição de possibilidade “*Situar-se na iminência*”: só a consciência de uma catástrofe iminente poderá reverter os comportamentos miméticos em atos responsáveis e só uma tripla instância de contenção da violência a poderá tornar efetiva. O primeiro passo a dar será a afirmação do primado do direito. Este, que nasceu do sacrifício, dos seus interditos e das penas implicadas, constitui “a última linha de defesa da humanidade contra a violência”<sup>14</sup> terá de se impor como a formalização do princípio da reciprocidade não violenta. A pacificação imperativa da rivalidade homicida encontra na ética as duas regras incondicionais para suspender as represálias, “*não acuses o teu vizinho, quem te é próximo*” e “*perdoa ao teu vizinho, ao teu próximo*”. A consumação de uma coexistência subtraída ao regime de violência dar-se-á na conversão religiosa — através dela se opera a dessacralização da violência pela convicção, que os textos sustentam, da inocência de Deus em face de toda a violência, que é estritamente humana e pelo reconhecimento de um Deus que se identifica com cada uma das vítimas inocentes.

*O futuro em aberto: o pior será sempre possível, na alternativa entre uma reciprocidade destrutiva e uma reciprocidade de bem querer, “les hommes — nous le craignons — préféreront se détruire. Le devenir du monde nous échappe et pourtant il est entre nos mains.”*<sup>15</sup>.

A viabilização do futuro tem como derradeira condição uma esperança propriamente escatológica: “*L’homme seul ne peut pas triompher de lui-même.*”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> *Achever Clausewitz.*

<sup>15</sup> *Achever Clausewitz*, p. 102.

<sup>16</sup> *Achever Clausewitz*, p. 100.

Compreende-se então o culminar do elogio de Michel Serres na receção de René Girard na Academia francesa<sup>17</sup>:

*“Pour comprendre notre temps, nous disposons non seulement du nouveau Darwin de la culture, mais aussi d’un docteur de l’Église”.*

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 11 DE MAIO DE 2017)

#### Obras publicadas do Autor

- 1961 – *Mensonge romantique et vérité romanesque*, Paris, Grasset;
- 1972 – *La violence et le sacré*, Paris, Grasset;
- 1976 – *Critique dans un souterrain*, Lausanne, L’Age d’Homme;
- 1978 – *Des choses cachées depuis la fondation du monde*, Paris, Grasset;
- “To Double Business Bound”. *Essays on Literature, Mimesis, and Anthropology*, Baltimore/London, The John Hopkins University Press;
- 1982 – *Le Bouc émissaire*, Paris, Grasset;
- 1985 – *La route antique des hommes pervers*, Paris, Grasset; 1987
  - *Violent Origins*, Stanford, Stanford University Press;
- 1990 – *A Theatre of Envy. William Shakespeare*, Oxford, Oxford University Press
- 1994 – *Quand ces choses commenceront*, Paris, Arléa;
- 1999 – *Je vois Satan tomber comme l’éclair*, Paris, Grasset;
  - *Celui par qui le scandale arrive*, Paris, Desclée de Brower;
  - *La Voix méconnue du réel*, Paris, Grasset;
  - *Le sacrifice*, Paris, Bibliothèque Nationale de France;
  - *Les origines de la culture*, Paris, Desclée de Brower;
- 2006 – *Verità o fede debole? Dialogo su cristianesimo e relativismo*, Massa, Transeuropa Ed.;
- 2007 – *Achever Clausewitz*, Paris, Carnet Nord; ed. revista e um posfácio, Paris, Flammarion, 2011.
  - *De la violence à la divinité*, Paris, Grasset; reed. dos primeiros quatro livros publicados, com uma importante introdução do autor.

---

<sup>17</sup> *Le Tragique et la Pitié*, p. 88. Já em 2010, Roberto Calasso chamava a Girard “le dernier Père de l’Église” e B. Chantre, “Tertulian redivivus”, *Les derniers jours de René Girard*, Paris, Grasset, pp. 73 e 56.

- 
- *Le Tragique et la Pitié. Discours de réception de René Girard à l'Académie française et réponse de Michel Serres*, Paris, Le Pommier;
  - 2008 – *Anorexie et désir mimétique*, Paris, L'Herne;
  - *La conversion de l'art*, Paris, Carnet Nord (colectânea de artigos de 1953 a 2008).
  - 2011 – *Géométries du désir*, Paris, L'Herne.



# **Raimundo Lulo: o Mestre iluminado à procura do mundo**

AIRES A. NASCIMENTO<sup>1</sup>

Celebrou o mundo da cultura o 7.º Centenário da morte de Raimundo Lulo. Embora com algum atraso, havemos de voltar à sua vida e à sua figura para nos extasiarmos com o encanto do seu percurso e das suas qualidades, deixando-nos prender pelos traços da sua modernidade. O seu espaço de circulação era o Mediterrâneo: hoje para aí voltamos obrigatoriamente os nossos olhares por motivos bem diferentes dos que animavam Raimundo Lulo. Contemplativo, imbuído de espírito profético, percorreu, vezes sucessivas, esse espaço, desejoso de demonstrar a verdade da sua fé, sem, todavia, perder o efeito de ser interpelado por outra religião, como modo de se renovar na prática de vida, servindo-se de formas imaginativas e em espírito de busca incansável.

## **LULO, HOMEM PROFÉTICO NA AURORA DE MUNDO NOVO**

Há homens que se adiantaram ao tempo que os viu nascer: começando nele como indivíduos, por razões que só eles poderiam explicar, vão procedendo a escolhas interiores que os moldam e os refazem nas suas capacidades de carácter e de génio: alguns, ultrapassando limites imaginados, expandem o que a outros não ocorre e partilham-no com os seus semelhantes. Saídos do tempo, pertencem a todos os tempos, porque se singularizaram pela cultura que ajudaram a criar à sua volta e dela nunca mais saíram — porque cultura, se bem entendemos, é aquilo que o homem constrói e transporta consigo para transformar os outros,

---

<sup>1</sup> Por opção do autor, a ortografia utilizada neste texto segue o Acordo Ortográfico anterior a 1990. O texto que se segue teve origem em conferência pronunciada por nós na Reitoria da Universidade de Lisboa, perante autoridades académicas e autoridades da Catalunha, em 18 de Janeiro de 2016, na evocação do 7.º Centenário da morte de Raimundo Lulo e na celebração do 10.º aniversário do Leitorado de Catalão na Faculdade de Letras de Lisboa. Foi aqui reformulado.

por com eles partilharem o que convém a todos para os tornar melhores (a lição está em Cícero).

Alguns desses homens ganharam o epíteto de *iluminados* ou de *inspirados*, por direito próprio: continuaram a irradiar o brilho que nunca mais deles se desprende e que alguns vão reconhecendo com o andar dos tempos. Tal acontece com Raimundo Lulo, que a ciência moderna revê no desabrochar de congeminções arborescentes.

Personalidade extravagante (dirão alguns), singular e transbordante (contraporão outros), génio pela novidade que apresentava, versátil em domínios diversos, andarilho sem ser irrequieto, capaz de suportar contrariedades sem se tomar de azedumes, sabendo ultrapassar situações desfavoráveis, teve o condão de ir ao encontro de adversários sem perder a bonomia de estar com eles e de procurar aliados em serviço da verdade que já tinha consigo, imaginando que o processo de conversão era possível, mesmo que sempre inacabado: a um tempo, ganhou autonomia no seu mundo de contemplativo e entusiasmou-se com as suas próprias congeminções, mas foi-se moldando no profetismo que lhe ditou a prática e com ela a aquisição da linguagem de todos, para ganhar distância e evitar palavras ociosas (Mateus 12:36).

No 7.º centenário da sua morte, voltar a essa figura significa reinventá-lo para além das máscaras e dos véus de lulismos cinzentos<sup>2</sup>... Tanto quanto possível.

Entregou-se a escrever em várias línguas, sem se importar que fossem condenação primigénia, mas tomando-as como bênção<sup>3</sup>, apesar de sentir a frustração de a poucos atrair para os seus planos; sendo capaz de se isolar para se entregar à contemplação e nela se rever na busca de si e dos outros, foi capaz de aceitar a fragilidade dos momentos de crise: na peregrinação a Rocamador

---

<sup>2</sup> Ruiz, J. M. e Soler, A., "Ramon Llull in his Historical Context", *Catalan Historical Review*, 1, 2008, pp. 47-61 (Institut d'Estudis Catalans, Barcelona), <http://revistes.iec.cat/chr/> (cons. 08.06.2016); Reboiras, F. D., "La recepción del pensamiento luliano en la península ibérica hasta el siglo XIX. Un intento de síntesis", *RLLCGV*, 15, 2010, pp. 361-385.

<sup>3</sup> Já nos habituámos a ver a Torre de Babel no movimento inverso do Pentecostes: a lição já está em Orígenes, mas só recentemente nos apercebemos de que, na sua diversidade, essas línguas, às vezes incómodas, representam variedade necessária para traduzir a complementaridade das culturas. Não pretendemos entrar aqui em polémicas estereis, que os nacionalismos tornaram mais vivas, sobre a língua catalã: Lulo não conhece o termo e a literatura catalã é uma categoria académica de tempos modernos. Baste-nos saber que Ramon, por razões de proselitismo, se entregou ao uso da língua comum do reino maiorquino; quanto a ele próprio, era filho de burgueses de Montpellier e a sua língua materna era o occitano-provençal.

e a Compostela ou quando sentiu que lhe faltavam as forças para partir, como aconteceu em Génova, ao tempo em que se propunha sair para África, ao encontro de outros.<sup>4</sup> Buscou a pacificação interior no encontro com Deus, sem esquecer os outros, mas também sem se impor contra vontades formadas, mesmo que obstinadas.

No entanto, incomodou as autoridades terrenas, quando necessário, instando com elas para responderem ao que lhes solicitava em nome de Deus, nomeadamente para criarem estruturas de ensino que fossem promessas de ciência nas Universidades nascentes (em Roma ou em Oxford, em Paris ou Salamanca), começando por Miramar (por concessão papal, na pessoa de João XXI, e com o apoio de Jaime II — um e outro ligados à nossa terra: um, o primeiro, porque daqui, de Lisboa, partiu para Roma e aí foi cooptado para Papa, ele que antes era Pedro Julião, arcediogo da sé lisiponense; o segundo, porque era irmão da Rainha Santa Isabel, que ele próprio veio entregar para núpcias com D. Dinis, que, ao tempo, já havia escolhido Lisboa para sede da sua corte).

Expôs-se Lulo a ser considerado réprobo (a exemplo do apóstolo Paulo), por se dedicar ao estudo de textos dos infiéis, a fim de entender os seus caminhos e procurar converter particularmente os filhos de Ismael que, militarmente, haviam perdido terreno em territórios que o próprio Raimundo palmilhava desde os primeiros anos de vida<sup>5</sup>.

Poucas individualidades se lhe podem comparar no tempo em que lhe coube viver: certamente Rogério Bacon (o *doctor admirabilis*) — 1214–1294; também Arnaldo de Vilanova (1238–1311), o alquimista e *magister medicinae*, contemporâneo de ambos, mas mais chegado a Lulo, pelo lugar de origem e, como ele, homem de

---

<sup>4</sup> Por 1292, em Génova, quando já aprazara viagem para África e todos pensavam que iria fazer grande apostolado entre os infiéis, Lulo sente-se incerto e, em tentação, teme pela sua vida e, desesperado, adoece: *Liber de passagio Romae anno MCCXCII*, ed. Blanca Garí et alii, Turnhout, 2003 (Corpus Christianorum. Continuatio mediaevalis, p. 182).

<sup>5</sup> Não nos preocupa que Nicolau Eymerich, inquisidor gerundense de outros tempos, apesar do seu cargo e das suas funções, o tenha tomado por herege, como consta do *Manuale Inquisitorum*, de 1376: não foi, aliás, o único caso em que o inquisidor se equivocou, pois também esteve contra Vicente Ferrer, o santo pregador desse tempo: tomamos a advertência da introdução a *Raimundus Lullus. An Introduction to his Life Works and Thought*, ed. Alexander Fidora and Josep E. Rubio (Corpus Christianorum: Continuatio mediaevalis, p. 214), Turnhout, Brepols, 2008. Entenda-se a alusão como trazendo à consideração o empenho de Lulo em conhecer os textos islâmicos em árabe para com eles provar que, trabalhando neles, tinha autoridade para declarar que não garantiam a verdade que a fé exigia.

saber versátil e alargado. R. Lulo ganhou direito a ser tomado como *doctor illuminatus*, depois de se ter deixado inebriar pela graça divina, mas não descurou entregar a sua obra a entidades que por ela deviam zelar.<sup>6</sup>

É-nos grato reconhecer que a sua figura esteve perante os olhares de quem projectou a sala da biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, n.º 7 de uma cornija que corre pelo lado sul: com outras figuras padroeiras, ela preside a actos solenes. Por ele nos deixamos julgar e a ele nos confiamos mais uma vez (deixando por aqui a nossa intervenção para que na abundância das palavras não nos falte o apoio de outros que melhor dele possam falar, por estarem mais próximo dele pela origem, deixando para nós o afecto que ao patrono e aos forâneos dedicamos com o respeito que nos merecem).

### UM NOME E UM PERCURSO

Raimundo Lulo é o seu nome em português, por interposta forma latina. Não se estranhe: tem matriz vernácula na nossa língua, fundada em tradição segura, a partir da forma latina; corresponde ao vernáculo catalão, mas sem as palatais que são próprias da variante românica mais oriental<sup>7</sup>; se a etimologia aponta para ascendência nobre<sup>8</sup> (a tanto não chegavam as ligações com a família condal do reino da Catalunha), era-o sobretudo pelo carácter de homem dedicado ao bem, que pela palavra era *vir bonus dicendi peritus*, mas também “homem de virtude”, que soube respeitar a sua dignidade de homem mas buscou estar com os outros e com eles conviver.

---

<sup>6</sup> Segundo o seu *Testamento* (op. 212), designa três lugares para entregar cópia dos seus livros: Cartuxa de Vauvert, em Paris; palácio de Perceval Spinola, em Génova; casa do seu genro, Pere de Sentmenat, em Palma de Maiorca.

<sup>7</sup> Patronímico catalão, aparece sob a forma Lulo, em castelhano e português, Lullo (Lulli) em italiano, mas a sua forma mais utilizada em textos medievais latinos é Lullus; a grafia catalã actual, Lull, corresponde à norma ortográfica aplicada, a partir de 1934, para garantir a palatal inicial: no entanto, trata-se de um grafismo sem tradição histórica, como se reconhece pelas formas usadas nas línguas românicas. Cf. Reboiras, F. D., “Introducción a la vida, obra y pensamiento de Raimundo Lulio”, *Anuario de Historia de la Iglesia*, 19, 2010, pp. 383-388.

<sup>8</sup> Se remonta a origem germânica, \*Hlodilo (de raiz hlod) leva a ascendência nobre, mas os tempos têm a sua deriva e não se pode reverter o que deixou de ter significado; dizem que o nome se popularizou a partir de um nome de santo do século VIII, discípulo de S. Bonifácio, apóstolo dos saxões: no entanto, a referência ficava longe e não consta que Raimundo Lulo tenha recorrido a ela.



Respondia por nome de família de média aristocracia (numa sociedade hierarquizada), e situava-se num mundo que se abria a gentes de várias origens, num eixo que atravessava o mar Mediterrâneo em múltiplas direcções: teve pontos de apoio em Maiorca, nas Baleares (onde nasceu, em 1232/33), mas passou boa parte da vida no Rossilhão (antiga zona de assento do reino visigótico para além dos Pirenéus) e movimentou-se sobretudo em torno de Montpellier, cidade cosmopolita para onde convergia uma população vária, em que se misturavam cristãos, judeus e muçulmanos.<sup>9</sup>

Mal teve tempo de se ambientar numa ilha em que um terço da população era árabe e, trinta anos depois da conquista, começava a ganhar foros de emancipação pelo desafogo económico que conseguia. Ao longo da vida, Lulo percorreu quase toda a Europa mediterrânica do tempo para partilhar os seus ideais e andou em busca de outros (de quem os tinha e era capaz de os partilhar). Sem que lhe conheçamos seguidores de nomeada, mas sem que sirva de desculpa a falha que pesa sobre nós de não sermos capazes de avaliar e medir as suas influências<sup>10</sup>, passa por um dos homens de ciência mais singulares do seu tempo.

Pelos finais da vida, em 1311, diz de si próprio, pela pena de Tomas le Myésier a quem ditou uma versão da sua vida: *Fui casado, tive filhos, fui rico, apreciei o mundo e os prazeres; depois, tudo deixei pela glória de Deus, pelo bem dos meus irmãos; com vista à propagação da verdadeira fé, aprendi o árabe e muitas vezes fui à terra dos sarracenos; pela minha fé fui flagelado e encarcerado; durante 45 anos procurei interessar as autoridades da Igreja e os príncipes cristãos no bem público; agora que estou desvalido, sinto-me desprovido de bens, mas o meu ideal é sempre o mesmo e assim se manterá até à hora da minha morte*<sup>11</sup>.

\*

<sup>9</sup> Em 1160, Benjamim de Tudela que por aí passa, anota que a cidade é “muito frequentada por diversas nações, tanto cristãs como muçulmanas e que nela se podem encontrar homens de negócios vindos dos Algarves [do Andaluz e do Magrebe], do Egipto e da terra de Israel”.

<sup>10</sup> Ansiamos por nos deter na leitura e estudo da obra de Pere Villalba, *Ramon Llull: vida e obra*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans y Elsa Peretti Foundation, 2017, que eloquentemente foi apresentado na Academia das Ciências de Lisboa, na sessão de 2017. 07. 22, em que também nos coube intervir, ao lado de Carles Gasóliba e Josep M. Casasús.

<sup>11</sup> Baseamo-nos em Llull, R., *Vida de mestre Ramon*, ed., trad. Anthony Boller, Barcelona, Barcino, 2013.

Maiorca<sup>12</sup> serviu-lhe de berço<sup>13</sup>: era tempo da ocupação da ilha por parte do rei conquistador, Jaime I, de Aragão, que tomara conta daquelas terras, antes ocupadas pelos muçulmanos. Daí, Lulo foi chamado à corte condal para servir de pajem do príncipe herdeiro e aceitou funções de senescal; deixou, porém, por conta de outros as acções militares da Reconquista.<sup>14</sup>

Pela frente ficava-lhe um espaço que se estendia pelo Mediterrâneo e se alargava até à África setentrional: por ali andavam três religiões que se reclamavam de tradições diferentes; tensas eram as relações entre vencedores e vencidos e difícil era conviverem, depois de se terem hostilizado durante séculos, sem reconciliação à vista: Lulo apostou em aproximá-las, com zelo de apóstolo e em espera de discípulo. Não havia que queimar etapas, mas o fogo ardia-lhe no peito; devia oferecer o que tinha de tradição cristã e aproximar-se do que a tradição islâmica tinha nas suas fontes, que ele procurava entre as mais genuínas que procurava ter ao seu dispor.<sup>15</sup>

Tinha ele fulgores de conquista? Hoje mantemo-nos em maior reserva perante outros que nos precederam, pois evitamos julgar, ao menos para entendermos a paciência evangélica que deixa para o fim dos tempos a recolha da colheita e a separação da cizânia, para não confundirmos trigo e joio: aos avanços das caravelas de outros tempos preferimos o recurso às “razões necessárias” e intentamos o encontro do “profeta da paz”; em Lulo queremos aprender a ser discípulos sem reclamarmos o tratamento de mestres.

---

<sup>12</sup> Acabada de conquistar por Jaime I, em 1229 (Lulo nasce em 1232-33), a operação foi mais radical que a de Saragoça, um século antes (em 1118), não deixando dúvidas de quem mandava e do que pretendia pela redução à escravatura.

<sup>13</sup> Cf. Bonner, A. e Badia, L., *Ramon Llull. Vida, pensament i obra literària*, Barcelona, Empúries, 1988).

<sup>14</sup> O termo terá sido utilizado pela primeira vez por Juan de Mariana (1536-1624), que dele se serviu para definir a expansão dos reinos cristãos peninsulares em direção ao sul: a palavra tem uma carga ideológica extremamente equívoca, mas historicamente significa a substituição de poderes dominantes, sem implicar necessariamente rejeição de uma comunidade de fé por outra, mas integrando politicamente outros que religiosamente eram diferentes. Segundo a expressão lapidar de Américo Castro, a convivência medieval hispânica foi “resultado de um modo de viver e não de uma teologia”. Estava-se, no entanto, numa sociedade de fronteira, em que a sociedade encontrava a sua identidade na luta contra o infiel, mas se revia em diversidade que deixava conviver três credos — cristão, judaico e muçulmano. O contraste chegava de outras comunidades cristãs exteriores a esse mundo, como eram as de Itália; segundo Pierre Chaunu, “a intolerância entrou em Espanha com ventos que vinham de fora”.

<sup>15</sup> Pelo facto de um terço da população de Maiorca ser muçulmana e de com ela conviver uma comunidade judaica altamente qualificada de artesãos, com largos conhecimentos de cartografia e astronomia, deu-lhe possibilidades de alargar horizontes, ao mesmo tempo que as escolas atingiam nível de elaboração científica em diferentes domínios.

\*

Quando Lulo vem de Montpellier na galé que o conduz a Maiorca, andava por Urgell um príncipe português, filho de D. Sancho I, mas não consta que se tenham cruzado: *Petrus, infans Portugalensis, Dei gratia regni Maioricarum dominus*<sup>16</sup>, tinha ascendência aragonesa, por parte de sua mãe, Dona Aldonça, casada com D. Sancho I de Portugal<sup>17</sup>; fizera a sua deriva por Marrocos e tomara estado familiar nas terras de Aragão, por casamento com Dona Aurembiaix de Armengol, condessa de Urgell, (1236–1255): o príncipe português andara por Marrocos e aí acabara por ser testemunha involuntária do martírio dos primeiros missionários franciscanos<sup>18</sup>, mas não deixou nome nas memórias de Lulo, embora o *Livro de cavalarias* do maiorquino deixe perceber que nos seus ideais entrava também o ardor de vida em prol da fé cristã: a área africana surdia, a um e a outro como horizonte, mas de maneiras diferentes e para cada um em tempo próprio — para Lulo em forma poética e em modo convicto de fé<sup>19</sup>; talvez também a alternativa não fosse senão modo para afirmação da própria identidade<sup>20</sup>.

<sup>16</sup> Depois de ter correspondido ao apelo do Papa Gregório IX, em Junho de 1229, para combater contra os lombardos, anos depois, em 1233, pede ao mesmo Pontífice que exorte à Cruzada contra os mouros que ameaçavam Maiorca; a *Crònica o Llibre dels Feits*, de Jaime I de Aragão refere que o Infante foi remisso em responder ao “clamor” lançado em 1231 para defesa da ilha, mas participa na conquista de Ibiza, em 1235.

<sup>17</sup> O rei D. Sancho I de Portugal foi casado com Dona Aldonça, filha do rei de Aragão. Para as andanças do Infante por Marrocos, cf. Brásio, A., “O Infante D. Pedro, Senhor de Majorca”, *Anais [da Academia Portuguesa da História]*, 2.ª série, vol. 9, Lisboa, 1959; Villoslada, A. O., *El reino de Mallorca y el mundo atlántico (1230–1349): Evolución Político-Mercantil*, Madrid-La Coruña, UNED-Netbiblo, 2008.

<sup>18</sup> O Infante “saiu a ver mundo e a buscar sua vida”, em 1211, segundo regista a *Crónica de 1419* ou para “haver nome e fama”, como se lê noutros textos, ou apenas porque as relações com o rei D. Afonso II, seu irmão, se tinham deteriorado, envolvendo-o a ele e a suas irmãs. Em Marrocos, foi D. Pedro testemunha do martírio dos franciscanos que para aí se haviam dirigido em apostolado e a quem aconselhara discrição nas actuações, mas sem sucesso: cf. *Tratado da vida & martyrio dos cinco Martires de Marrocos enuiados per são Francisco*, Coimbra, [Oficina de] João Alvarez, 1568; e Cornejo, *Chronica Seraphica*, p. 279; também Antonio de São Caetano, *Breve compendio da vida, e martyrio dos cinco gloriosos Martyres de Marrocos*, Coimbra, Officina de Bento Secco Ferreyra, 1711, p. 1. João Roberto, de Santa Cruz de Coimbra, era capelão privado do Infante Dom Pedro; com eles andavam outros fidalgos portugueses, como Estêvão Pires, de Santarém. Cf. Marques, J. F., “Os Mártires de Marrocos e Raimundo Lulo e a Evangelização Portuguesa no Norte de África até ao Século XVI”, in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, volume V, Porto, Universidade do Porto – CNCDP, 1989, pp. 343–368.

<sup>19</sup> Cf. Llull, R., *Livro da Ordem de Cavalaria*, trad. Artur Guerra, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992. O ideal cavaleiresco assume a disponibilidade para o martírio; cf. Guarner, M. S., “L’ideal cavalleresc definit per Ramon Llull”, *Estudios Lulianos* (Maioricensis Schola Lullistica), 2, 2, 1958, p. 38. Tal disponibilidade faz parte dos três propósitos da arte luliana, o primeiro dos quais é converter os infiéis, mesmo arriscando a própria vida, assumindo o martírio quando necessário.

<sup>20</sup> Recorde-se que, em 1236, o Infante D. Pedro acorre a prestar ajuda a Jean de Brienne, que governava

Estava-se num mundo de aventuras: militares umas, de diversão outras, de intenção cavaleiresca algumas, de busca quase todas, de tensão, mesmo todas, porque os tempos andavam revoltos: de entre todas as aventuras sobressaem as de carácter religioso; mais religiosas que políticas ou de matiz político porque de matriz religiosa. Desenvolviam-se, certamente, actividades comerciais, num mundo em que a mercadoria circulante era sobretudo a de haveres materiais: porém, não faltava quem aspirasse à repartição de bens espirituais, em oferta tanto mais posta à prova quanto nem todos comungavam do mesmo credo e a sinceridade da fé professada levava a proselitismos mais ou menos declarados, aceitando minorias que se iam acomodando aos tempos, pelo menos do lado dos filhos de Israel.

Lulo habituou-se a conviver com várias religiões<sup>21</sup>. Fiel cumpridor da fé cristã, deve ter-se obrigado a aprender o relacionamento com gentes de outra fé para conviver com elas<sup>22</sup>, sem abdicar da Cruzada para recuperar terreno perdido na Terra Santa: a autorização, recebida em 1299, da parte do rei de Aragão, para pregar nas sinagogas e mesquitas, serve-nos para entender, por trás do rasgo de pregador, que o acto de confiança nele não podia deixar de ater-se ao respeito pela crença dos outros.

Na ilha de Maiorca criou o seu principal ponto de apoio, mas isso não lhe bastava<sup>23</sup>, como não lhe era suficiente o mundo da corte, onde partilhava responsabilidades como senescal (ecónomo)<sup>24</sup>; ganhou cultura na experiência jogralesca e deixou que ela lhe despertasse curiosidades, ao mesmo tempo que lhe afinava a sensibilidade da voz e lhe deixava expandir o afecto.

---

Constantinopla e desencadeara ofensiva contra a Síria; tendo o governador entrado em religião, o Infante declarou ser esse também o seu desejo, mas não consta que o tenha concretizado, depois da morte de sua esposa, que o precedeu em 1255 (ele faleceu em 1256).

<sup>21</sup> Roque, M-A., "Ramon Llull and Islam, the Beginning of Dialogue", in *Ramon Llull and Islam, the Beginning of Dialogue, Quaderns de la Mediterrània*, 9, 2010, pp. 9-14.

<sup>22</sup> Tolan, J. V., *Saracens: Islam in the Medieval European Imagination*, Columbia, UP, 2002.

<sup>23</sup> Os reis de Aragão e de Maiorca estendiam os seus domínios a Montpellier entre 1204 à 1349: Jaime I, filho de Pedro II e Maria, originários de Montpellier, instalava-se nela uma corte de certo brilhantismo; o seu sucessor, Jaime II, com o título de rei de Maiorca e conde de Rossilhão (em 1276), abriu em 1289 as Escolas de Medicina e de Direito na cidade, instituindo estudos que vinham já do século XII e haviam ganhado fama como centros de erudição, abertos a mestres judeus e árabes: foi-lhes concedido estatuto oficial de universidades pelo papa Nicolau IV.

<sup>24</sup> Não se sabe se a título honorífico apenas, pois haveria responsabilidades que alguns consideram pouco compatíveis com os bens de que dispunha.

Era tempo em que as Ordens Mendicantes alargavam a acção e concorriam entre si nas Universidades. Quanto a ele, não bateu à porta nem de mosteiro nem de convento, mas aprendeu a espiritualidade que lhe veio de Francisco de Assis: escolhendo ficar integrado no mundo, formou nele a ambição de o transformar; porfiou em aproximar-se dos que tinham fé diferente da sua, sem se impor a eles, mas apostando em ir até eles em diálogo e em forma “demonstrativa” (dê-se ao termo o valor de exposição que procura ser exaustiva para ser convincente), decidido a experimentar uma *Arte* de razões necessárias e porfiando em demonstrar a inconsistência dos textos de que eles se serviam ou da maneira como os liam: explanava a doutrina da fé que o inspirava, desprendido de fontes de autoridade magistral, pois desconfiava de ciência fundada nos livros que a Escola repetia, muito embora se vivesse ainda nos inícios em que as autoridades eram capazes de descobrir a novidade para a darem a conhecer a quem se apresentava como espírito de discípulo e não em roupagens de dialéctica<sup>25</sup>.

Para se fazer compreender do seu universo, empenhou-se Lulo em conhecer as línguas dos destinatários, a fim de se tornar mais próximo deles. O percurso foi longo e ingrato: poderia ter-lhe custado a vida, pois o escravo sarraceno, que, em 1265, comprara no mercado e a quem seguia no ensino do árabe, ao fim de nove anos, em 1274, para se vingar de castigo que Lulo lhe aplicara por causa de uma blasfémia contra a religião cristã, atentou um dia contra a vida do patrão: este mostrou-se lesto em aparar-lhe o golpe e curou a ferida, mas o escravo sentiu o vexame e atirou-se para a forca numa altura em que o patrão se ausentara de casa — ressentido com o castigo e talvez como modo de lhe causar prejuízo.

Firme nas suas convicções e afinando estratégias, Lulo foi persistente até chegar a discutir com o Papa e com outras autoridades o seu projecto de ensino<sup>26</sup>, enquanto se entregava a desenvolver a meditação de doutrinas que ia congeminando.

Não viveu, porém, à sombra do mundo universitário, que ia despontando; de aguda inteligência, Lulo foi amadurecendo o seu pensamento de forma solitária, mas, se ambicionava ter consigo um grupo de discípulos a quem ensinar, a vida espiritual interior dava-lhe asas de místico. Em autoavaliação escreveria:

---

<sup>25</sup> Llinares, A., “Raymond Lulle à Montpellier: la refonte du “Grand Art””, in *Raymond Lulle et le Pays d’Oc*, ed. M.-H. Vicaire, *Cahiers de Fanjeaux*, 22, 1987, pp. 17-32.

<sup>26</sup> Ruiz, J. M. e Soler, A., “Vida, pensament i context de Ramon Llull”, *Catalan Historical Review*, 1, 2008, pp. 195-209.

*Quando quis ser grande e quis sentir a vaidade do mundo, comecei por fazer o mal e por me meter no pecado, tudo esquecendo do Deus glorioso e seguindo a lei da carne; aprouve, porém, a Jesus Cristo, por sua grande piedade, apresentar-se diante de mim cinco vezes crucificado: para que o retivesse e dele me enamorasse.*<sup>27</sup>

Escolha pessoal, certamente, com processo de conversão que teve protagonistas de muitos estilos no seu tempo: Francisco de Assis era exemplo, pelo abandono de tudo para servir a um Senhor maior. Lulo seguiu-o de perto, mas hesitou no seu percurso.

### EM CONSTRUÇÃO DE SI PRÓPRIO

Personalidade singular, por certo, até excepcional, Lulo foi construção de si mesmo, em percurso próprio.

Segundo a sua biografia, dada na *Vita coetanea* (que ele ditou a certo monge cartuxo no mosteiro de Vauvert – *Vallis viridis*, em Paris, em tempos adiantados da sua vida<sup>28</sup>), tudo começou para ele quando, pelos 30 anos de vida, já homem com família constituída e com acesso à corte condal, toma novo rumo.

Por esse tempo, Ramon redige um poema de amor um tanto libertino (o termo latino *lascivia* leva ao significado de “devaneio”) e intenta levá-lo à pessoa da sua paixão: foi chamado à razão pela própria destinatária; primeiro, quis ela ignorar o atrevimento, mas depois enfrentou-o com o realismo de quem se sente ultrajada

<sup>27</sup> O *Desconhort* tem origem na terceira visita de Lulo a Roma, entre 1295–1296: pretendia solicitar apoio papal para a sua escola de formação de pregadores que se dedicassem à conversão dos infiéis, mas uma vez mais o Papa Bonifácio VIII (1294–1303) adia o apoio; desconsolado, Lulo retira-se para a solidão e é reconfortado por um ermita que lhe aponta diversos vícios, o primeiro dos quais era a negligência pela demora de trinta anos em concretizar o seu plano. Cf. Torras, M. M., *Materials per a un edició anotada del Desconhort de Ramon Llull*, Barcelona, Universidade, 2012 (Diss. Mestrado).

<sup>28</sup> A *Vita coetanea* de Lulo constitui obra de referência: escrita, por 1311, por mão de um monge cartuxo do mosteiro de Vauvert, em Paris, seria obra devida a instâncias de monges seus amigos, a ditado do próprio, a fim de narrar a sua mudança de vida: “de conversione ad poenitentiam et de aliquibus gestis eius” (ROL, VIII, 272). Estranha-se sobretudo que nada registre sobre a temporada em companhia de um criado muçulmano que lhe teria ministrado conhecimentos de língua durante uma década (1265–1274) nem se refira a iluminação de Lulo na década seguinte, no monte de Randa (1276–1287). Há hoje tendência a ver na VC uma defesa de Lulo contra os métodos de impugnação muçulmana propugnados pelos dominicanos: estes baseavam-se nos textos de autoridades e não nas “razões necessárias” (discussão de Barcelona, de 1263); estaria Lulo em vésperas do concílio de Viena (1311–1312), em que ele advogou a instituição de escolas de línguas nas Universidades. Cf. Szpiech, R., “La disputa de Barcelona como punta de inflexión”, *Studia Luliana*, 54, 2014, pp. 3-32.

na sua dignidade e na doença que silenciosamente a ia minando: o jogral caiu em si e, arrependido, reconheceu o desvario; lançou-lhe ela em rosto a insanidade dos sentimentos que lhe dedicava, uma vez que ele já estava ligado a uma mulher, da qual tinha dois filhos; ela própria se sentia obrigada a revelar-lhe um cancro da mama que não hesitava em pôr a nu, para que ele entendesse o seu estado de espírito. Entendeu Lulo a lição e arrepiou caminho.

Efectivamente, Raimundo Lulo casara, aos 22 anos, com Blanca Picany, em 1256; no entanto ter-se-ia enleado de amores, com uma genovesa, Ambrósia do Castelo, assim chamada na tradição; terá sido ela quem lhe lançou em rosto a inutilidade das fantasias a que o jogral se entregara?

Ramon resolve dar novo rumo à vida e atribui o arrependimento a uma “iluminação” divina<sup>29</sup>, recebida da imagem de Cristo crucificado que tinha em casa e se lhe manifestara por cinco vezes seguidas (numa das iluminuras conhecidas, a revelação é tão intensa ou tão cadenciada que se representa em cinco imagens de Cristo na cruz).<sup>30</sup>

Não era aspecto menor que isso tivesse acontecido como resultado de acto próprio (envergonhado por ter passado pela rejeição) ou como fruto de toque da graça divina: Lulo considera-se capaz dos sete pecados capitais, mas vai contrabalançar o desvario com vida espiritual em contemplação.

A *Vida de Mestre Ramon* faz novo enquadramento: assinala que, por ocasião de certa “festa, um bispo veio pregar a um convento franciscano e, na presença de Ramon, entrou a explicar que S. Francisco havia abandonado tudo o que tinha, a fim de aderir mais firmemente a Cristo; de imediato, o mesmo Ramon, cativado pelo exemplo de S. Francisco, foi vender o que possuía e entregou-se totalmente a Cristo”<sup>31</sup>.

Tivesse começado aí a sua conversão, Ramon vai em peregrinação a Rocamador e a Compostela e entrega-se a um período de ascese e de penitência, retirando-se até receber “iluminação” que o transforma: sente-se obrigado a buscar “uma arte de chegar à verdade”, de modo a refutar os erros dos infiéis. Confunde-se a

---

<sup>29</sup> A iluminação luliana supõe três elementos: a) o reconhecimento de saberes infundidos (conteúdo intelectual); b) a formulação de imagens que elucidam conteúdos (imaginação crítica); c) reconhecimento gozoso do conhecimento adquirido por graça e capacidade de o transmitir (trabalho de língua).

<sup>30</sup> Na miniatura interpretada por Thomas Le Myésier, séc. XIV, Lulo é beneficiado com cinco aparições do Crucificado e depois peregrina a Rocamador e a Compostela.

<sup>31</sup> Llull, R., *Vida de Mestre Ramon*, ed. trad. Anthony Bonner, Barcelona, Barcino, 2013.



contemplação com o fulgor da convicção do convencimento para demonstrar a sua sinceridade?

A arte da “palavra” impõe-se-lhe, mas a curiosidade pelos conhecimentos humanos que capta à sua volta deu-lhe a moldura da sua personalidade. Refazendo os seus caminhos, muito embora chamado a tribunal pela esposa, que lhe reclama os direitos à vida conjugal, Lulo, decide abandonar a vida mundana e entregar-se à meditação; mais tarde, havia de escrever o *Diálogo entre o Amigo e a Amada*, em registo cavaleiresco: as personagens travam encontro no interior de si mesmas, aderindo libertar-se dos seus vícios por acção divina.

Não se conhece inteiramente o percurso intelectual de Lulo; porém, a leitura atenta da sua obra permitiu concluir que seguiu as escolas do seu tempo<sup>32</sup> e reconhece-se que, se é tributário de Al-Ghazali para a lógica, deve ter recebido outras influências de “manuais” mais ou menos anónimos que circulavam na comunidade muçulmana do tempo; mesmo quanto à astrologia, terá recebido influências da astrologia judiciária; quanto a domínio de materiais para representação de árvores lógicas e figuras geométricas terá também sabido aproveitar-se de fontes comuns<sup>33</sup>, na frequência das disciplinas que englobavam o *quadrivium* e o *trivium*.

Enfim, sem atingir níveis elevados, Lulo era espírito curioso e por isso capaz de se aproveitar dos instrumentos que tinha à mão; quanto aos processos de lógica combinatória, que entusiasmaram Leibniz, em 1666, anota investigadora dessa área que “não há qualquer rastro de cálculo ou raciocínio matemático nos processos mecânicos de Lulo”<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> Lulo frequentou certamente uma escola em que lhe foram ministradas as disciplinas do *trivium* e do *quadrivium*; talvez em Montpellier. Nas suas obras perpassam referências a Boécio, Marciano Capela, Higino, Ptolemeu (1.º livro de *Almagesto*), Columela, Isidoro, entre outros. Cf. Palou, S. G., *La formación científica de Raymon Llull*, Inca, Mallorca, 1989. Não há que imaginar grande relevância nos contributos prestados pelo escravo, que lhe servia para aprendizagem da língua árabe; dele não podiam sair mais que conhecimentos rudimentares da cultura popular: assim argumenta Ausejo, E., “La cuestión de la obra científico-matemática de Ramón Llull”, *Actas del VIII Congreso de la Sociedad Española de la Historia de las Ciencias y de las Técnicas*, Logroño, Univ. Rioja, 2004, pp. 21-33; esta investigadora chama à atenção de que, em Maiorca, desde a conquista se tinham degradado as condições de vida, pelo que os intelectuais muçulmanos eventualmente existentes teriam emigrado e pouco haveria ficado do seu ensino.

<sup>33</sup> Assim depõe Vallicrosa, J. M.M., “El ‘Tractatus novus de astronomía’ de Ramón Llull”, *Estudios lulianos*, 6, 1962, pp. 257-273.

<sup>34</sup> Ausejo, E., loc. cit., p. 27.



O próprio maiorquino desconfia das congeminções que encontra nos livros e por isso deve entender-se que ele próprio se distancia tanto que aconselha um educando que anda em busca de conhecimentos a confiar-se “à ciência que dá o Espírito Santo, em ciência infusa, muito superior e mais nobre que aquela que se aprenda na escola de qualquer mestre”.<sup>35</sup> O seu realismo não esquece também conselhos como: “Em qualquer terra pode viver um mesteiral; por isso, os sarra-cenos consideram que todo o homem, por mais rico que seja, não deve deixar de treinar seu filho nalgum ofício, de modo que, se falharem os seus bens de fortuna, possa viver de uma profissão”<sup>36</sup>.

A vida não se resolve apenas com elucubrações metafísicas nem só com coisas utilitárias: Lulo tinha bom senso para não desperdiçar as coisas que andavam pela margem da nova sociedade e aproveita-se delas para as passar a escrito. Bom senso era virtude; entusiasmo também o era.

Impressiona hoje a figura de Lulo, mais pelo que levou a supor (em análise e em aplausos de lulistas) do que pelo que realmente podemos concluir que congeminou e redigiu em lição própria. Em ponderação de razões, parece ter passado a limpo memórias de outros e nem sempre terá sido transmissor idóneo: já F. Bacon denunciava as suas elucubrações como fantasias científicas e lhe assa-cou “método enganoso”, com aparência de verdade, que permite falar mais das coisas que se ignoram do que aprender a encontrá-las.<sup>37</sup> Seremos capazes de acompanhar a sua imaginação criativa?...

---

<sup>35</sup> A simplicidade da *Doctrina pueril*, Montpellier, 1282–1287, não deve servir para negar as congeminções mais elaboradas de Lulo, mas também não pode deixar fora de alcance a simplicidade com que ele assentava as doutrinas mais comuns. Cf. Santanach, J., “*Cové que hom fassa apendre a son fill los .XIII. articles: La Doctrina pueril com a tractat catequetic*”, en *Literatura i cultura a la Corona d’Aragó (s. XIII–XV)*, Badia, L., — Miriam Cabré — Sadurní Martí, eds., Barcelona, Abadia de Montserrat, 2002, pp. 419–430; Badia, L., “La ciència a l’obra de Ramon Llull”, *La Ciència en la Història dels Països Catalans*, ed. Joan Vernet y Ramon Parés, I. Dels àrabs al renaixement (Barcelona- València: Institut d’Estudis Catalans, Universitat de València, 2004), pp. 403–442; Torrano, C. V., “La Doctrina Pueril de Lulio: una enciclopedia escolar del siglo XIII”, *Educación XX1*, 16 (2), 2013, pp. 97–114.

<sup>36</sup> *Doctrina pueril*, ed. cit.

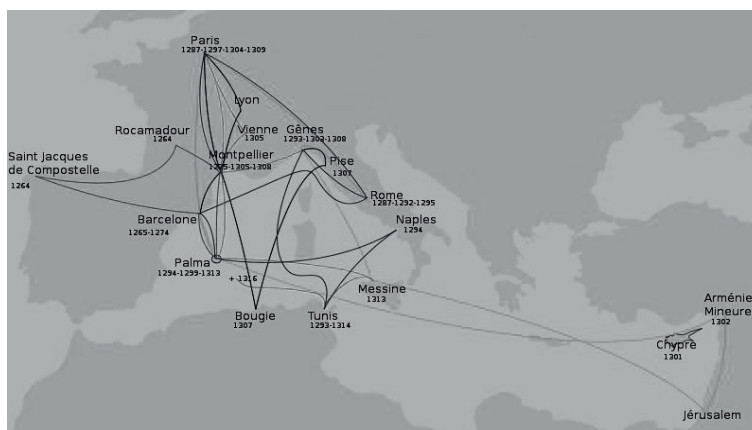
<sup>37</sup> A crítica é formulada por Ausejo, E., *loc. cit.*, que aqui seguimos.

## NUM MUNDO DE NOVAS FRONTEIRAS

Vária e movimentada foi, no entanto, a vida do convertido<sup>38</sup> e prolífica foi a produção literária a que se entregou.

Deambulações frequentes levam-no de Montpellier a Maiorca e daí a outras partes: na cidade condal, fora ele educado e aí servira de pajem a Jaime II<sup>39</sup>; aí escreveu boa parte da sua extensa obra (70 títulos de perto de 300).

Depois, procurou Paris, onde conheceu os mestres do tempo; aí passou os anos de 1287–1289, 1297–1299, 1309–1311<sup>40</sup>; não cita nenhum deles e procurou caminhos próprios, talvez porque não satisfaziam os seus anseios. Não parou na sua peregrinação e desloca-se a lugares diversos, espalhados pelo arco do Mediterrâneo, até Chipre; porventura desembarcou nas costas da Ásia Menor e terá olhado para os lados da Terra Santa, em 1301–1302, mas já antes procurara os Papas: Honório IV, 1287, Nicolau IV, 1292, Celestino V, 1294–95, Bonifácio VIII e Clemente V, 1305.



<sup>38</sup> Para ilustração, servimo-nos do mapa dado na internet, versão francesa de Wikipedia para Raymond Lulle: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Raymond\\_Lulle](https://fr.wikipedia.org/wiki/Raymond_Lulle).

<sup>39</sup> Aurell, M., “Autour d’un débat historiographique: l’expansion catalane dans les pays de langue d’oc au Moyen Âge”, *Montpellier, la couronne d’Aragon et les pays de langue d’oc (1204–1349)*, Montpellier, 1987, pp. 9-41.

<sup>40</sup> A passagem de Lulo por Paris não gera inteiros consensos sobretudo quanto à última. Cf. Riedlinger, H., “Ramon Llull y la Universidad de Paris (1309–1311)”: tradução e actualização de introdução ao VI volume de *Raimundi Lulli Opera Latina, Parisiis anno MCCCX composita*, Turnhout, Brepols, 1978.

Entretanto buscara os favores dos poderes civis: reis de Aragão, 1275 e 1305, da Sicília, 1313–14, de França, 1287–89 e 1309–1311. Em tempo de convocação eclesial, em 1311, assiste ao concílio de Viena, em França, e inflama-se com a ideia de nova Cruzada...

Foi um andarilho e um homem de projectos, mas nunca teve consigo nenhum corpo de homens, embora não lhe faltasse ânimo de cavaleiro: foi espírito racionalizador, ao menos quando planeava a sua escrita<sup>41</sup>, mas era com espírito de ermita que olhava para a vida.<sup>42</sup> A iluminura para que já remetemos, coloca-nos Lulo frente a Nossa Senhora de Rocamador e frente a Santiago, em Compostela, dois lugares de peregrinação onde se firmou a sua “iluminação”<sup>43</sup>, mas as deambulações são permanentes.

Desloca-se de Palma a Barcelona, daqui a Montpellier e a Paris ou a Viena do Delfinado, mas também a Pisa, Génova, Roma, Nápoles, Messina; chega a Tunes (1293 e 1314) e a Bugia (1306).

O fervor com que busca interlocutores nas costas tunisinas é-lhe fatal, pois num derradeiro esforço ia sucumbindo à mão de populares, indignados; vale-ram-lhe interlocutores de outra fé e teve por si a tripulação de navio que o reteve escondido num barco de genoveses: julgara que era possível convencer pela palavra; parecia ter-se esquecido de que nem todos estão dispostos a atender a mensagens de repto e menos ainda a aceitar propostas de nova fé.

O seu périplo mediterrânico só não toca na Terra Santa porque as condições não lho permitem, mas não deixou de aspirar à sua reconquista, para o que porfiou em reunir numa só todas as Ordens de Cavalaria. Adivinham-se os caminhos sonhados pelo maiorquino: para ele não havia limites de mundo a percorrer: vogara pelo *Mare nostrum* dos antigos e teve ocasião de se aperceber de que nunca ele se transformara em *Mare christianum*, apesar de os Bizantinos o atravessarem até às Colunas de Hércules e de os Aragoneses chegarem às

---

<sup>41</sup> Quando, em 1275, deixa a corte aragonesa, levava já escrito o seu *Libro de la Orden de Caballería*, organizado em 7 partes, uma por cada um dos planetas: cf. *Livro da Ordem da Cavalaria*, trad. Artur Guerra, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992; Miquel Aguilar i Montero, “El Llibre de l’Ordre de cavalleria en context sociocultural medieval”, *Tirant*, 13, 2010, pp. 5-13.

<sup>42</sup> No prólogo do dito livro, escreve: “em certo país, aconteceu que um sábio cavaleiro (...) depois que a sabedoria e a ventura o haviam mantido na cavalaria, em guerras e torneios, em justas e batalhas, escolheu vida eremítica (...).”

<sup>43</sup> Cod. Sankt Peter, perg. 92 da Badische Landesbibliothek de Karlsruhe, 1325.

costas africanas<sup>44</sup>: o panorama do mundo alterava-se, mas, se havia barreiras que se transpunham e, se chegavam notícias da aproximação dos tártaros<sup>45</sup>, continuavam as incertezas de quem detinha o poder ou para onde ele pendia, pois nas conquistas de rectaguarda não se afirmava concórdia entre cristãos: a dissolução da Ordem do Templo e o processo do seu Mestre, Jacques de Molay, em 1314, era mau presságio para uma Cristandade cheia de tensões e incapaz de responder a expectativas que surdiam ao longe, numa ecúmena ainda à procura de si mesma e incerta na resposta a adventícios, como o Preste João, em notícias chegadas da Abissínia, que procurava alianças para encetar nova Cruzada por que ele ansiava e esperava desencadear em tempos que pareciam decisivos para a Cristandade.

No próprio reino de Aragão, as condições não se mostravam favoráveis a partilhar diferenças, pois os mais sábios de entre os muçulmanos haviam partido; certamente, por Toledo tinham andado homens como Gerardo de Cremona e Guilherme/William van Moerbeke<sup>46</sup>, que apoiara Tomás de Aquino nas traduções de Aristóteles, mas não sabemos de contactos que Lulo tenha mantido com tais tradutores; por outro lado, em Paris, nas imediações de 1275, as controvérsias averroístas inflamavam os espíritos<sup>47</sup>; deterioravam-se, entretanto, as relações com a Cristandade do Oriente (1281) e os poderes regionais, em Aragão, alargavam-se para Maiorca, mas não se firmavam relações culturais com outras regiões. Enfim, haviam sido efémeras as pazes firmadas com os Orientais, em Lião (1274), e só os pactos entre Jaime II, de Maiorca, e o rei de Tunes (1278) rasgavam ao maiorquino horizontes de esperança.

Sinal de vitalidade desse novo universo cultural hispânico era a afirmação das línguas vernáculas, em contraponto à língua dos eruditos, ao mesmo tempo

---

<sup>44</sup> Após a conquista de Maiorca, em 1229, a Catalunha lança-se na aventura de dominar as ilhas mediterrâneas e do controlo das terras: Ilhas Baleares, Sicília, Sardenha, partes da Grécia e da Ásia Menor; ganha também os direitos exclusivos de comércio em algumas cidades do Norte de África: embora o centro do poder dimanasse de Barcelona, na realidade as ilhas eram principados autónomos.

<sup>45</sup> Há um fragmento, datado do ano 1239, que dá conta dos tártaros na região da Hungria, enviado por um bispo desta zona ao de Paris: “*Annales de Waverley*”, in *Annales Monastici*, Londres, II, 1865, pp. 129-412.

<sup>46</sup> *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, ed. Mona Baker e Gabriela Saldanha, Londres, Routledge, 2011.

<sup>47</sup> *Guillaume de Moerbeke et Aristote*, in J. Hamesse/M. Fattori (dir.), *Rencontres de cultures dans la philosophie médiévale. Traductions et traducteurs de l'Antiquité tardive au XIV<sup>e</sup> siècle*. Actes du Colloque international de Cassino, pp. 15-17 juin 1989, Louvain-la-Neuve – Cassino 1990.

que despontavam essas mesmas línguas nos registos de notários e os jograis experimentavam os seus cantares nos linguajares das gentes mais próximas. Às três línguas sagradas (hebraico, grego e latim), que a Escola cultivava, cada uma a seu modo, contrapunha-se o árabe como língua de ciência, mas corria o risco de perder vigência pela dissolução da comunidade natural e por desaparecimento de agentes qualificados, embora tivesse sido alternativa, pelos conhecimentos que proporcionava<sup>48</sup>; o hebraico das comunidades judaicas era mantido nas cerimónias da liturgia, mas, na sua modalidade viva, ficava reduzida a grupo específico.

A partir de 1274, Lulo dirige-se, em língua vulgar, a um público urbano, burguês e aristocrático que começava a interessar-se por tratados de saúde e manuais de astrologia ou que, ao lado das preocupações de guerra, colocava os cuidados da prática mercantil.

Só vinte anos depois tem autorização de Jaime II para entrar nas sinagogas e nas mesquitas: falta-nos informação sobre a actuação de Lulo nestes domínios; fácil, no entanto, é supor que, sentindo-se chamado por vocação a promover a salvação dos infiéis e tendo-se empenhado em fundar uma escola especialmente dedicada à aprendizagem de línguas<sup>49</sup> com intenção de combater o erro, o maior-quino continuava a aperfeiçoar o “melhor Livro” que provasse, através da Arte, a falsidade de qualquer outra crença que não fosse a cristã<sup>50</sup>: afinal, a posição apologética predominava sobre qualquer outra atitude.

---

<sup>48</sup> Se a comunidade judaica apresenta saberes de astronomia e de cartografia, a comunidade muçulmana podia dispensar conhecimentos de medicina, geometria, mecânica e álgebra e marinharia, juntamente com forte tendência mística, no sufismo e pensamento racional estruturado.

<sup>49</sup> Factualmente, sabe-se que o mosteiro de Miramar é fundado por 1276, com o apoio de Bula papal de 17 de Outubro desse ano, pelo que “treze Frades Menores se entregam ao estudo da língua árabe para converter os infiéis” (ROL VIII, p. 282); a essa data, já Lulo tivera conversações com o infante D. Jaime, futuro rei de Maiorca, em Montpellier, ainda por 1275, para a Fundação da Escola e já antes teria ocorrido a revelação divina no monte Randa, nas proximidades de Palma e aí se teria demorado mais de quatro meses, no mosteiro de Nossa Senhora de La Real: haviam passado dez anos sobre o desaparecimento do escravo árabe que, entre 1263–1265, lhe ensinara a língua do seu grupo.

<sup>50</sup> Tais objectivos constam de estratégia luliana que consta do *Livro da cavalaria*. Cf. Aguilar i Montero, M., “El “Llibre de l’Ordre de cavallería”...”, cit.

## CONVENCER POR ARTE INVENTIVA

Fixação de Lulo foi o “sonho da conversão dos infiéis”: é possivelmente de raiz franciscana esse sonho de missão, a exemplo de Francisco, que não temera ir procurar o sultão Al-Kamil, ao Egito, a quem imaginara converter.<sup>51</sup>

Há que inserir Lulo numa trajetória que começa por 1263, ano da célebre *Disputa de Barcelona* em que o rabino Moshe ben Nahman, de Gerona, e o dominicano Paulo Cristiano (Pau Cristià), judeu convertido ao cristianismo, se desafiaram a provar a verdade da sua própria fé. O debate decorreu na presença do rei Jaime I: Paulo venceu o opositor servindo-se do livro utilizado por ele e provando que tal livro continha erros e induzia ao engano quem o seguisse<sup>52</sup>.

O método não era inteiramente novo, pois desde sempre os apologetas cristãos o haviam utilizado, para provarem que Cristo era não só o Messias anunciado nas Escrituras, mas também aquele que se fazia anunciar até nos escritos pagãos<sup>53</sup>; perante os muçulmanos, no século XIII, as fontes não são comuns e os apologetas têm de passar pelo campo do conhecimento de textos de menor acesso e fora do âmbito da argumentação bíblica.

No *Livro do gentio e dos três sábios* (1274–1276), Ramon percorre os princípios identitários do cristianismo, judaísmo e islamismo que se contrapõem: sem mencionar autoridades, e, partindo do pressuposto de que o que é afirmado pelo outro pode ser analisado em forma racional para experimentar a sua consistência, deixa em perspectiva que a compreensão não é uma operação cerrada, mas se pode desenvolver por confronto com outros: Lulo advoga um método operativo que lhe

---

<sup>51</sup> Aproveitando uma pausa nas hostilidades entre o sultão e os cruzados que esperam pela sua hora na cidade de Dameta, em 1219, Francisco consegue autorização do cardeal Pelágio e passa com um companheiro para o campo do adversário; ganharam a simpatia do sultão, surpreendido com a coragem demonstrada, e evitaram a morte que os homens do sarraceno reclamavam; Jacques de Vitry, bispo de Acre, que se confessara incrédulo frente à ingenuidade dos dois franciscanos (que pensavam imitar os Apóstolos e beber o cálice da Paixão), mudará de discurso quando, na sua *História ocidental*, se convence de que era possível movimentar a Cristandade em favor da Cruzada, que ele prega: cf. Tolan, J., *Le Saint chez le sultan: la reencontre de François d'Assise et de l'Islam*, Paris, Seuil, 2007.

<sup>52</sup> Cf. *Jewish Encyclopedia*, s. v. Moses Ben Nahman Gerondi (RaMBaN; known also as Nahmanides and Bonastruc da Porta). Nahmanide, *La dispute de Barcelone*, Paris, Ed. Verdier, 1996; Ramban, *La Disputa de Barcelona - Por que Los Judios no creen en Jesus?*, Edit Benei Noaj, USA, 2007.

<sup>53</sup> *Les Chrétiens face à leurs adversaires dans l'occident latin au IV<sup>e</sup> siècle*, ed. Jean-Michel Poinssotte, Rouen, Université, 2001.

permita abordar os textos islâmicos e experimentar-lhes a consistência para indagar os mistérios: se Deus é único e se a sua palavra não pode contradizer-se, bastaria comprovar que o texto corânico encerra verdades sem misto de contradições; se elas existiam, havia que proclamar aos seguidores do Islão que andavam enganados e haviam demorado tempo excessivo a reconhecer a divindade de Cristo.

Sobre a base de apologética, está em causa uma questão gnosiológica: o pregador cristão parte da certeza da Revelação; Lulo movimenta-se num mundo que extravasa da razão e serve-se da alegoria e da fábula: a imaginação criativa aduz sugestões não incluídas nas formulações teóricas<sup>54</sup> — tem capacidade para isso e assiste-lhe a legitimidade de contemplativo e de místico.

Ao longo de 40 anos, Lulo foi aperfeiçoando um método como técnica de persuasão racional, incentivado pela curiosidade das ciências que a cultura das comunidades próximas, a judaica e a islâmica, haviam desenvolvido. Não perdendo de vista a luz da fé, não pode esquecer questões doutrinárias que separam e opõem as três religiões: a apologética não é contra pagãos politeístas, mas o monoteísmo judaico ou islâmico não admite a Trindade divina e por isso o pregador tem de defender uma identidade e demonstrar como a doutrina cristã satisfaz as exigências racionais da fé. O percurso de aceitação da alteridade tem de reconciliar opostos mediante a comprovação de plenitude. Os argumentos de racionalidade não bastam: é necessário captar adesões e por isso Lulo procurou afanosamente a “melhor das artes” em desafio de proposta da verdade.

Esta é dada por iluminação: o maiorquino tem experiência da graça recebida, mas é preciso que demonstre o caminho para ela. A descoberta é indagação pessoal; a dialéctica deve ser caminho para a convergência: o mestre de dialéctica deve obrigar-se a evitar a exclusão mútua dos interlocutores, que devem ser parceiros de caminhada e não concorrentes de pista e menos ainda de combate.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Nem tudo correu como Lulo pretendia; mais tarde (1292–1293), compõe um *Desacordo*, diálogo de “desconforto” com um suposto eremita, para lamentar a falta de êxito na sua porfia de ter uma *Arte* que conseguisse levar os sarracenos a converterem-se: nisso é consolado pelo eremita que tenta explicar o malogro na procura dos desígnios insondáveis de Deus. Depois, compôs o *Canto de Ramon* (1300): se bem que volte a lamentar a falta de êxitos na vida, pede a Deus que o proteja e lhe conceda “sábios companheiros” que o ajudem a levar por diante os seus projectos. Cf. Llull, R., *Lo desconhort. Canto de Ramon*, ed. Josep Batalla, Barcelona, Edèndum, 2004. No *Livro do Amigo e do Amado*, a efusão dos afectos torna-se comunicativa; no *Livro dos animais*, a imaginação toma conta da narrativa.

<sup>55</sup> Para encurtar caminhos, remetemos para *Ramon Llull and Islam, the Beginning of Dialogue*, onde o tema da convivência e das relações entre comunidades diversas foi objecto de aprofundamentos por parte de



\*

Aproveitando experiências que o convívio com comunidades humanas diversificadas aconselhava e as políticas de protectorados cristãos no Magrebe, fomentados pelo rei aragonês, Lulo não evita a Cruzada como doutrina, mas mantém-se fiel a práticas de tolerância e volta-se para a fundação de escolas de línguas, onde a aproximação é forma de descoberta do mundo de outros.

Encontrava ele precedentes em dominicanos, como Raimundo Martí e Raimundo de Penaforte/Penyafort: porém, distancia-se deles pelo método, pois depressa se deu conta de que pouco interessava confundir alguém, provando-lhe que vivia no erro, se não lhe fosse proposta alternativa de salvação, já que, em vez de convertidos, apenas redundariam em agnósticos ou ateus. Por várias vezes, Lulo refere um episódio ocorrido em Tunes com Raimundo Martí: tendo ele ganho a disputa que sustentara com o rei de Marrocos, este declarara estar disposto a cumprir a promessa de se converter por ter sido convencido de que a sua religião era falsa; no entanto, confunde o seu contendor quando lhe pergunta se é possível provar a racionalidade da fé cristã, *per rationes necessarias cogentes et insolubiles*; ao receber como resposta que essa religião é tão subtil e sublime que tal modo de convencimento não era suficiente, desiste de se converter: falhava a racionalidade<sup>56</sup>. O diálogo deve aperfeiçoar-se menos pela ciência que pela contemplação e pela prática de vida.<sup>57</sup>

Na *Vida de Mestre Ramon*, o próprio Lulo toma para si este episódio: “Ramon disse-lhes que ele conhecia bem os fundamentos da lei dos cristãos e que viera com intenção de escutar de perto os fundamentos das leis deles, a de Mafoma, e manter com eles uma disputa sobre estas coisas: se encontrasse argumentos de maior valor que os dos cristãos, converter-se-ia à sua seita”.

---

personalidades várias, entre as quais Amador Vega, Joan Santanach, Fatma Benhamamouche, Anthony Bonner, Víctor Pallegà de Bustinza, Pedro Martínez Montávez, Mohamed Arkoun; cf. *Quaderns de la Mediterrània* 9: <http://www.iemed.org/publicacions-en/historic-de-publicacions> (cons. 2016. 03, 17).

<sup>56</sup> Cf. Lavajo, J. M., “Um confronto metodológico no diálogo islamo-cristão medieval. Raimundo Martí e Raimundo Lulo”, Évora, Universidade, 1983.

<sup>57</sup> O tema da contemplação aparece por várias vezes na pena de Lulo: *Llibre de oracions e contemplació del enteniment* (1275); *Llibre de contemplació en Déu* (1276); *Art de contemplació* (1287). Em perspectiva semelhante vão outras obras: escrito em Montpellier, 1304, o *Liber de ascensu et descensu intellectus*, propõe a mística da ascensão por “escadas de conhecimento”, pelas quais se pode subir e descer até Deus; em período adiantado da vida e em Tunes, 1315, redige o *Liber de maiore fine intellectus amoris et honoris*, em que confessa a pretensão de a inteligência, chegar ao amor e atingir a honra humana.



Percebera ele, no entanto, que não bastava passar de uma opinião a outra, se não houvesse convicção pessoal, por verdadeira conversão interior.<sup>58</sup> Não deixava, por outra parte, de atender aos ecos que lhe chegavam das Escolas parisienses que muitos, ao tempo, demandavam.

Por si, empenhava-se em aperfeiçoar uma nova *Ars*, convencido de que o argumento de autoridade, praticado pela argumentação dominicana, era apenas um método que certificava, racionalmente, da bondade quanto à religião em que já se acreditava, mas não bastava para convencer corações.

Terá sido útil a Lulo a experiência de um mercador, Inghetto Contardo, um genovês, que, de passagem por Maiorca, mantivera uma disputa na comunidade judaica da ilha, em 1286<sup>59</sup>: conseguira ele bons resultados com a sua forma de argumentar, em modo negocial, sem desmerecer das razões teológicas nem provocar os adversários, pois se convencera de que era inútil lançar-lhes em rosto o vitupério de ignorância religiosa; Lulo, apesar de apostar na *ars demonstrativa*, sabe que é preferível o método da introspecção e da escuta até chegar à iluminação da verdade — a água do poço de Jacob dessedenta quem tem a sorte de ter um ajudante que puxa a corda...

Pretenderia técnica apurada e por isso o maiorquino intentou o caminho das Escolas. A *Vita* deixa entender que, para isso, se avistara em Barcelona com Raimundo de Penaforte (c. 1175–1285), famoso canonista romano, que fora anteriormente Geral dos Dominicanos e tinha por si a autoridade de ser conselheiro de Jaime, o Conquistador: Lulo tê-lo-á procurado para lhe pedir conselho sobre a vantagem de frequentar em Paris a universidade; o dominicano ter-se-á mostrado reticente e contrário a tal pretensão, talvez porque não tivesse entendido as intenções de Lulo ou porque tenha julgado inoportuna a decisão, se é que o género imaginativo do candidato não lhe dera a entender que pouco havia a procurar num *Studium* estruturado de maneira distinta do que ele pretendia e proclamava.

<sup>58</sup> O próprio Lulo relata: *Raymundus quorundam suorum amicorum religiosorum devictus instantia narravit scribique permisit ista que sequuntur hic, de conversione sua ad poenitentiam et de aliquibus gestis eius* (ROL VIII, p. 272).

<sup>59</sup> Contardo, I., *Controverse avec les juifs — Disputatio contra iudeos*, ed. Gilbert Dahan, Paris, Cerf, 1993; cf. rec. crítica, Aires A. Nascimento, *Euphrosyne*, 22, 1994, pp. 463-464: Ingetus Contardus, *Disputatio contra Iudeos — Controverse avec les juifs*. Introduction, édition critique et traduction par Gilbert Dahan. Paris, Les Belles Lettres. 1993.

\*

Lulo continuou em Maiorca, mas não desistiu do projecto universitário e viu na universidade de Montpellier a alternativa: passa longos tempos nessa cidade, entre 1275 e 1287, aproveitando as relações estreitas estabelecidas entre Maiorca e a região occitânica, dadas as ligações políticas criadas mesmo depois da morte de Jaime I.

Entrega-se a estudar por sua própria conta, fazendo leituras, como a do *Compendium logicae Algazelis* (1271–1272), pondo à disposição de outros os ensinamentos que encontra na obra do filósofo muçulmano, Algatzell de seu nome, mas introduzindo nela as suas próprias reflexões sobre a Trindade e a Encarnação.<sup>60</sup>

Passa depois a redigir o *Llibre de Contemplació en Deu* (1273–4), obra monumental que abrange 366 capítulos, em 1.200 páginas: depreende-se a sua intenção de converter à verdade aqueles que se encontravam no erro, esperando, no entanto, proporcionar uma via de teor místico, no pressuposto de que a especulação deve conduzir ao amor e nascera dele.<sup>61</sup>

A intenção de se dedicar à conversão dos infiéis torna-se ainda mais evidente na *Ars compendiosa inveniendi veritatem* (c. 1274): não bastam juízos correctos; por isso aponta para uma *Ars universalis* que, sendo *Ars generalis ultima* (1305–1308), e, passando pelos diversos modos de entender a relação das coisas (expressando-a em formas de símbolos e figuras ou diagramas e cores), procura chegar a entender a harmonia das criaturas e desse modo aproximar-se de Deus, fim último da contemplação.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> Em comentário à miniatura 7 do *Breviculum*, assinala-se: “Ramon a cavall de la intenció recta, seguint el crucifix i la santa fe catòlica, envia per davant tres trompeters, és a dir les tres potències de l'ànima racional, que proclamen un sol Déu i la seva santíssima i altíssima trinitat. A través de la seva Art s'esforça molt d'entendre'l, d'estimar-lo, de recordar-lo i de regraciar-lo”.

<sup>61</sup> Em comentário à miniatura 6 do mesmo *Breviculum*, lemos: “La veritat està empresonada a la base de la torre en contra del seu impuls de fer-se visible, anhelant, lamentant-se, plorant i clamant amb grans crits: “Tingueu compassió de mi!” L'exèrcit d'Aristòtil assalta la torre de l'error amb el seu comentador, Averrois”.

<sup>62</sup> A consistência científica dos diagramas é hoje posta em causa, como atrás deixámos expresso: cf. Ausejo, E., *loc. cit.*

## MOBILIZAÇÃO GENERALIZADA

Raimundo Lulo é um convertido e não cessa de aprofundar as suas convicções e de se entregar à arte de operar a conversão de outros: por iniciativa própria ou por missão impulsionada pelo rei Jaime II, que sente o Mediterrâneo como espaço à sua mercê, e mediante o apoio de outras autoridades que procura captar para os seus intentos, em perspicácia de quem sabe combinar a manha da raposa e a audácia do leão (que expressa no *Llibre de les bèsties*<sup>63</sup>).

As suas actividades começam cedo e prolongam-se por uma vida inteira<sup>64</sup>. Afeiçãoou uma língua comum a fim de se fazer compreender por muitos, mas não evita o esforço de se medir com as línguas de cultura, como o latim e o árabe.<sup>65</sup> O *Libre de Evast Blaquerna* (ca. 1283) ou *Llibre de meravelles* (1288–1289) são duas das suas obras em que se cruzam o amor de místico e o encanto da contemplação, num percurso em que, pela via literária e imaginativa, se cruza conhecimento de tradições e inovação própria, caminhos do encantamento e demonstração da verdade com intuições místicas e considerações alargadas. Quando escreve o *Llibre de Contemplació en Déu*, em versão catalã, teve de improvisar e hesitar, pois não tinha antecedentes: valeu-lhe a sua capacidade pessoal e a sua tenacidade de místico, não partindo de um projecto predefinido.

Espírito imaginativo, Lulo maneja com destreza as possibilidades das línguas que ele próprio cultiva.<sup>66</sup> Por génio pessoal, tanto por competências de quem se

<sup>63</sup> Por comodidade, servimo-nos de Lulle, R., *Le livre des bêtes*, trad. Patrick Gifreu, Paris, La Différence, 2002.

<sup>64</sup> Villalba i Varneda, P., *Ramon Llull. Escriptor i filòsof de la diferencia*, Barcelona, UAB, 2015.

<sup>65</sup> Em vez da forma “Blaquerna” a tradição textual tem alternativa na forma “Blanquerna”: a primeira tem correspondência em Constantinopla com o nome de um palácio, junto a qual se venerava uma imagem da Virgem Maria; aí se reuniram, em 1276, as delegações das Igrejas, ocidental e oriental, para tratarem de questões da união entre Igrejas. Era considerada a segunda igreja da cidade, depois de Santa Sofia: nesse lugar existia uma fonte de água e aí foi erguida uma grande residência imperial, conhecida como Palácio de Blaquerna, que foi utilizado pelos imperadores. Logo ao lado levantava-se a igreja de Nossa Senhora de Blaquerna, onde, segundo se dizia, a partir de 473, se guardava o sudário e a túnica inconsútil, tidos como havendo pertencido a Cristo e, a seu tempo, trazidos da Palestina por peregrinos da Terra Santa. Hesitámos na forma *Blaquerna*, à qual alguns editores preferem *Blanquerna*, como se regista na edição de Salvador Galmés, *Libre de Evast e Blaquerna*, Barcelona, Barcino, 1935.

<sup>66</sup> Segundo cálculos que recolhemos a seu tempo (mas a que perdemos referência precisa), apura-se que, no conjunto das obras em catalão, Lulo emprega cerca de 7.000 palavras, 52% das quais pertencem a um fundo comum de língua, 20% são formações próprias à base de prefixos e sufixos, 18% entram na casa de latinismos,

habitua a reflectir na linguagem de que depende e da qual faz instrumento de apostolado, o seu génio leva-o a lançar propostas de reforma e de mudança de vida que devem atingir a Igreja inteira, a começar pelo alto: Blaquerna desvenda o seu percurso, começando pela vida dos pais, Evast e Aloma; Lulo não descansa enquanto não atinge as mais altas esferas da Cúria romana. A reforma desta assume como modelo um Capítulo reformador de Ordem religiosa — vigilantes e inspectores tomam a seu cuidado reformar os comportamentos, extirpando vícios e promovendo atitudes evangélicas, lançando iniciativas e renovando formas antigas, formando um movimento de transformação de carácter mundial: homens e mulheres de todas as áreas sociais escolhem a função que melhor se coaduna com cada um; lançam-se, cheios de entusiasmo, na acção: o clero deve ser o fermento renovador da nova sociedade numa dinâmica que se vai alargando de uns a outros, mas Lulo contentar-se-á com a sua condição de servo. Fazer de cruzado ou aceitar o martírio são dois momentos possíveis: a todos os estados e momentos, porém, sobrepõe-se, no Apocalipse, a imagem do Cordeiro que se deixa imolar para afirmar o carácter pacífico da transformação a operar, ainda que seja necessário estigmatizar os vícios das autoridades que desafiam a conversão.

Se a intuição e a razão se podem conjugar, a reflexão deve assentar em ciência construída e vivida na sinceridade de convicções. Visionário para o seu tempo, Lulo imagina tanto uma Congregação romana que tomasse a peito a evangelização do mundo (futura *De Propaganda Fide*) como uma instituição que reunisse as potências mundiais para promoverem a coexistência pacífica de todos os povos (que se materializa na ONU de hoje).<sup>67</sup>

---

7% são criação própria. A tradição reconhece-lhe a autoria de umas 250 obras que se estendem por umas 27.000 páginas. Não tivemos oportunidade de consultar *Glossari General Lul.lia*, Edit. Moll, 1982; *Primer petit suplement al Glossari General Lul.lia*, in *Estudios Lulianos*, 30, 1990; *Segón petit suplement al Glossari*, lb., 31, 1991. Remetemos, porém, para Josep M. Nadal y Modest Prats, *Història de la llengua catalana*, 1, *Dels inicis al segle XV*, Barcelona, Edicions 62, 1982, pp. 302-356. A Prof.<sup>a</sup> Lola Badia, dirige o Centre de Recerca Ramon Llull de la Universitat de Barcelona e coordena, com Albert Soler, a "Base de Dades Ramon Llull", em catalão, repartindo com a Universidade de Friburgo os cuidados dispensados à obra latina luliana.

<sup>67</sup> Na previsão luliana, a instituição não é apenas instância de diálogo, mas deve ser capaz de impor sanções pecuniárias aos prevaricadores das regras instituídas.

A reforma deve atingir todos os estados de vida: em *Blaquerna*, Natana, prometida em casamento, acaba por preferir um mosteiro, onde leva a cabo a reforma da comunidade; do mesmo modo devem proceder os prelados e o próprio Papa; para tal “o apostólico” (nome do Papa) abandona a tiara e retira-se para a solidão do ermitério. Situações impossíveis? Facto é que (coisa nunca vista nesses tempos), Celestino V, a 13 de Dezembro de 1294, ele que havia sido eleito cinco meses antes, renuncia ao pontificado e retira-se para a vida cenobítica...

A vida contemplativa é um ideal congeminado por Lulo como modelo de vida, num diálogo em que o Amado é Deus e o Amigo é o Homem, enamorado de Deus. A forma de conhecimento por ele proposta deve conduzir a esse objectivo. Através da teoria da casualidade procura sustentar que os seres criados são percebidos pelas suas semelhanças divinas, na base da analogia, mas a sua forma de expressão é tão viva que os modos de narrativa se associam com modos líricos: encadeando-se em modos diversos, com formas mais imaginosas, como símbolo, alegoria, prosopopeia e metáfora, ou mais dissertas, como diálogo, contraposição e apóstrofe, alusão, narrativa breve e exortação à vida interior: sucedem-se as modalidades para exprimirem o inefável ou criarem comunicação e darem lugar à plenitude sugerida.

A *Arte* pretendia, em definitivo, operar a concordância entre filosofia e teologia, com subordinação da primeira à segunda, para provar que a teologia é uma verdadeira ciência e pode conduzir à conversão, sobretudo se as aparentes contradições humanas forem evitadas, trazendo os sarracenos e todos os outros, judeus ou tártaros, ao cristianismo, por sublimação deste e superação da vida mundana.<sup>68</sup>

Procura Lulo conhecer as fontes dos seus adversários pelos textos tomados em língua original: se a eles acode e se procura fontes autênticas,<sup>69</sup> é para se

---

<sup>68</sup> Era Lulo um místico ou iluminado desde a sua primitiva conversão: *Hinc sibi quandoque dictabat conscientia, quod apparitiones illae nihil aliud praetendebant, nisi quod ipse mox relicto mundo Domino Iesu Christo ex tunc integre deseruiet [...] et sic intellexit tandem certissime Deum velle, quod Raimundus mundum relinqueret Christoque corde ex tunc integre deseruiet* (ROL VIII, p. 274).

<sup>69</sup> Lulo critica todos os frades e monges, incluindo dominicanos que se entregam a pregar contra sarracenos e tártaros ou outros infiéis sem saberem as suas línguas, vendo nisso razão de não conseguirem bons resultados: “*fratres infidelium idiomata nesciunt, et ideo ad eos inordinate uadunt*” (ROL XVI, p. 29).

colocar na plataforma linguística do seu interlocutor; se o faz, não é para ostentar doutrina que deslumbre o outro, mas para criar convicções que conduzam à ilustração e esta leve à conversão, uma vez obtida a divina iluminação<sup>70</sup>; no final, não pretende propriamente vencimento de razão, mas adequação de vontades que se tornam devedoras de amor num processo em que a linguagem é primeira operação que visa aproximação para um entendimento.

Nesta dinâmica de razão, que é amor, Lulo pretende encontrar-se com o adversário, imaginando que ele é interlocutor: “Andava errante o Amigo por uma cidade, como louco, cantando louvores ao seu Amado; nisto, lhe perguntavam as gentes se tinha perdido o senso: responde que o seu Amado lhe havia tomado o querer e que ele lhe havia tomado o entendimento que era o dele; por isso lhe havia entregado apenas a memória, com que acudia ao seu Amado”.<sup>71</sup>

No grande repertório das obras lulianas, a novela de *Blaquerna*, com o *Livro do Amigo e do Amado* e o *Livro de Contemplação*, trazem à consideração a etapa ascética de uma narrativa em que a alma do ermitão se vai libertando de todas as imperfeições: os versículos do *Livro do Amigo e do Amado* e o *Livro da contemplação* oferecem os degraus da ascensão final da união entre o Amigo e o Amado.

De qualquer modo, de acordo com a prática assinalada pelos autores espirituais da Idade Média, os limites entre ascética e mística apresentam-se já definidos e os enunciados do *Libre d’Amic i Amat* alternam os diversos momentos ou estádios da vida espiritual<sup>72</sup>.

## ESCRITA UTÓPICA

Lulo entrega-se à meditação e à escrita de obras quase sem conta: nem Lulo deixou registo certo de todas elas nem a crítica adregou elaborar o seu elenco

---

<sup>70</sup> “Subito Dominus illustravit mentem suam, dans eidem formam et modum faciendi librum, de quo supra dicitur, contra errores infidelium” (ROL VIII, p. 280).

<sup>71</sup> “Andava l’Amic per una ciutat com a foll, cantant en lloanca de son Amat; i li demanaren les gens si havia perdut el seny. Respongue que son Amat havia pres el seu voler, i que ell li havia donat el seu enteniment; per això li havia romas tan solament la memoria, amb que recordava son Amat». Lulo, *Libre d’Amic i Amat*, ed. R. Aramon i Serra, Barcelona, Barcino, 1935.

<sup>72</sup> Bertini, G. M., “Aspectos ascetico-místicos del Blanquerna (‘El Libre d’Amic i Amat’ y los Fioretti de S. Francisco)”, *Estudios Lulianos*, 5, 1961, pp. 145-162.

definitivo; cerca de 280 são os títulos contados, além dos textos escritos em árabe, que se consideram perdidos.

Na diversidade dos textos, Lulo revela-se uma personalidade multímota: filósofo, teólogo, pregador, místico, ermita; aposta na visão de franciscano reformista, sincero e combativo, mas também visionário e imaginativo, a que não falta dimensão utópica, pelo menos de intenção, contanto que se admita olhar para o homem e para o mundo sob a perspectiva da criação feita por Deus, como transparece em *Blaquerna*, onde as reformas se projectam numa idade nova em que o próprio Papa é capaz de depor a tiara pontifícia e buscar o ermo da contemplação<sup>73</sup>.

Determinado nos seus propósitos, Lulo sobe a todas as instâncias do poder para advogar os seus intentos. Por outro lado, não tem dúvida quanto às limitações dos adversários (o Corão não é livro revelado e Maomé enganou o seu povo, ao fazer-se passar por profeta e ao esconder os seus vícios).

No entanto, se propugna por uma Cristandade unida em torno da autoridade romana, mostra-se capaz de convivência pacífica entre religiões, através de um diálogo de razão, vivido com sinceridade de fé, na proclamação da bondade, ínsita na natureza humana e aprofundada na meditação do mistério.

Sobrepondo-se a qualquer outro padrão, integra o plano da razão (de cariz dominicano) no plano da afectividade (de raiz franciscana), sem perder a progressão que vai construindo.

\*

Vida longa e intensa, dedicada à escrita, fruto de reflexão e de contemplação, teve Raimundo Lulo: celebrando o 7.º centenário da sua morte (30 Junho de 1315), sem entusiasmos de lulismos hagiográficos<sup>74</sup>, há que reconhecer-lhe a intensidade dos dias que viveu em plenitude. Tem o tempo de um místico que tem por si o profetismo de Elias e, se propõe fazer cair fogo do céu,

---

<sup>73</sup> Hillgart, J. N., "Raymond Lulle et l'utopie", *Estudios Lulianos*, 25, 1981-1983, pp. 175-185; Badia, L., *Teoria i pràctica de la literatura en Ramon Llull*, Barcelona, Quaderns Crema, 1992; Perelló, M. R., "Una lectura no utópica del Romanç d'Evast e Blaquerna", *Studia Luliana*, 52, 2012, pp. 3-24.

<sup>74</sup> Como foram os que vão dos tempos de Filipe II aos de Franco, em que a hagiografia ganha relevo como forma de leitura.



experimenta a força do Espírito que lhe vem ao encontro através da contemplação: a sua personalidade leva-o a uma *art de contemplació*, marcada pela acção criativa que aproveita os sonhos que continua a alimentar por ser fonte capaz de purificar avatares e abrir para as novidades que se lhe deparam e ele acolhe; apercebemo-nos das contradições de um mundo por vir, mas, sentindo-as, voltamo-nos para o impulso do Espírito, que é força inovadora para superar tensões e evitar conflitos.

Como acentua Salvador Galmés, editor do *Libre de Evast e Blanquerna*, “o autor toma-nos pela mão, e, com passo seguro e passada firme, faz-nos atravessar todo o mundo da realidade e do sonho”<sup>75</sup>. Embora seja contemplativo por vocação, Lulo não ilude a inquietação de se ver no mundo construído pela espiritualidade que anima e transfigura. Ao escrever o *Livro do Gentio e dos três Sábios*<sup>76</sup>, no início do seu exercício de vida espiritual, por volta de 1270<sup>77</sup>, em que perfaz cinco anos de “conversão”, está a caminho ainda da sua “iluminação” espiritual. Por conselho de Raimundo de Penaforte, dedica-se à leitura de livros espirituais e ao estudo de tratados de formação filosófica e teológica, ao mesmo tempo que se entrega à aprendizagem do árabe como instrumento de aproximação aos “infiéis”, mas também para alargamento das leituras por textos de filosofia e mística de teor muçulmano: ele próprio se exercita na língua árabe, tendo, ao que se diz (mas sem que se possa confirmar), começado por escrever nessa língua o *Livro do Gentio e dos três Sábios*.

Uma década antes, em 1264, Tomás de Aquino terminara a sua *Summa contra Gentiles*, em Paris. Lulo toma sobre si o direito de ultrapassar as barreiras

<sup>75</sup> Galmés, S., Introd. a vol. I de *Libre de Evast e Blanquerna*, Barcelona, Ed. Barcino, 1935.

<sup>76</sup> Lulo, R., *O livro do gentio e dos três sábios*, trad. Esteve Jaulent, Petrópolis, Vozes, 2001.

<sup>77</sup> A cronologia da vida de Lulo é discutível: parece-nos plausível a data proposta, por se basear em referências do autor noutras obras: tal é a proposta de Dominique de Courcelles, “Présentation”, em Lulle, R., *Le livre du Gentil et des trois Sages*, Paris, Ed. de l’Éclat, 1992. Outros, porém, situam na entre 1274 e 1283 ou entre aquela data e 1276: corresponderia, em todo o caso, ao primeiro ciclo da produção luliana; cf. Ramon Llull, *Llibre del gentil e dels tres savis*, ed. crit. Anthony Bonner, Palma de Mallorca, Patronat Ramon Llull, 2001. A obra simula um diálogo entre três letrados das religiões monoteístas do tempo, judaica, cristã e muçulmana, que procuram mostrar a um estranho (que anda em busca de paz e de saber), a via da concórdia e da verdade: Lulo, consciente da pluralidade religiosa do seu tempo, sem se inclinar para nenhuma das três religiões, deixa que o estranho aposte numa verdade comum. A obra foi escrita originariamente em catalão e depois vertida para latim. Cf. Mayer, A. C., *Ramon Llull and the Indispensable Dialogue*, Univ. Tübingen: [www.iemed.org/publicacions/quaderns/14/.../10.pdf](http://www.iemed.org/publicacions/quaderns/14/.../10.pdf)



impostas às relações permitidas às suas comunidades<sup>78</sup>, colocando-se em plano intelectual e puramente racional, para partir em busca da verdade: a sua imaginação leva-o a desenhar um encontro de diálogo fora das fronteiras, em ambiente de natureza, facilitador da contemplação; é lugar simbolicamente marcado, pois nele persiste a fome, apesar de aí correr água límpida e cristalina, na qual o cavalo da sua dama bebe à-vontade por entre árvores frondosas, que representam as virtudes humanas que se dirigem para Deus; deveria haver harmonia, e não contradição entre todos, mas os sábios evitam debater a exposição de cada um dos outros e é o gentio quem tem de decidir qual o partido a tomar: é obrigado a interpretar os raciocínios dos sábios e a ajuizar da sua pertinência para retirar a conclusão que mais lhe convém.<sup>79</sup>

As capacidades de efabulação e de imaginação de que Lulo dá provas estão ali exemplificadas: quer responder a angústias existenciais relativas ao destino do homem e saber da função das religiões que pode interrogar; guiado pela Inteligência, dama que lhe serve de guia, confronta as respostas e devolve ao próprio homem a responsabilidade de as viver: o *vir phantasticus* pode viver como *arabicus christianus* sem trair a fidelidade à sua religião, uma vez recebida a *illuminatio spiritus*.

Na escola de Miramar, reuniu o grupo dedicado ao estudo das línguas vigentes (latim, árabe, catalão)<sup>80</sup>; na progressão do saber, propugna por caminhos de compreensão e de tolerância. No monte de Randa, em Maiorca, sente a iluminação divina e aprende a olhar de frente para os outros. Depois de ter aprendido a chamar os outros para o caminho do bem, na encruzilhada dos homens, sente-se sozinho nas ruas de Bugia, na Tunísia, a dar testemunho da fé cristã que professa; recolhido, depois de vergastado, será em Maiorca que acabará os seus dias.

---

<sup>78</sup> Em 9 de Abril de 1241, o Papa Gregório IX autoriza o bispo de Maiorca a permitir aos seus diocesanos o comércio com os muçulmanos, em tempo de paz: podem fazer comércio de víveres, mas não podem trocar artigos de madeira nem comprar animais, como cavalos ou mulas, que possam servir para combate.

<sup>79</sup> De forma subtil, Lulo procede à exploração do género apologético, sem afirmar directamente a verdade da doutrina cristã: desde a sua própria conversão, ele impusera-se “escrever um livro contra os erros dos infiéis”, como recordará mais tarde ao ditar a *Vita coetanea*.

<sup>80</sup> O convento é fundado por empenho do rei Jaime II, em 1276, especificamente com o objectivo de se dedicar ao ensino da língua árabe, a fim de os religiosos poderem trabalhar entre as gentes do Islão; em 1295, Lulo lamenta o seu encerramento, no *Desconhort*.

## MAGISTER ILLUMINATUS

O “mestre de barba florida” tornou-se notado por gestos que saíam do normal de uma vida<sup>81</sup>. Era determinada a personalidade de Lulo e nela reconhecemos uma das figuras marcantes da cultura do século XIII. É um contemplativo, mas não se fica pelo recolhimento. Dado à escrita, fá-lo com o intento de dar a conhecer o que lhe vai na alma: compõe o *Llibre de contemplació en Déu*; efusivo, deixa transbordar o entusiasmo divino, ansiando por converter o mundo para Cristo.

Não se ficou nem pela contemplação nem pela escrita, apenas: em 1274, estando no Puig de Randa, em Maiorca, “aconteceu-lhe que, um dia, o Senhor repentinamente lhe iluminou a mente e, enquanto ele olhava fixamente para o céu, comunicou-lhe a forma e a maneira de fazer o referido livro contra os erros dos infiéis”<sup>82</sup>. A escrita expande-se: o compêndio dilata-se em exposição e a poesia concentra o que a meditação lhe deixa — à maneira medieval<sup>83</sup>. Já não são apenas os “infiéis” que devem ser conquistados para o “mundo novo”, porque este é apocalíptico e abre-se a todos os homens que buscam “um novo Céu e uma nova Terra”.

É apologético, mas deferente, para ser convincente sem ser impositivo. A sua abordagem quer-se sistemática, para nada deixar de parte; cósmica e abrangente, para atingir toda a criação — Deus, anjos, céu, homem — entendidos na sua bondade e amor, na sua diversidade e identidade, na semelhança e na diferença, na concordância e na contradição, pretendendo enfrentar limites que passam pelo “possível e impossível”.<sup>84</sup>

<sup>81</sup> Cf. *Raimundi Lulli Opera Latina*, VIII, ROL, Palma e Turnhout, 1959 e ss. A autobiografia pode ser completada por outras indicações das outras obras lulianas; outra documentação pode recolher-se em Hillgarth, J. N., *Diplomatari lullia: documents relatius a Ramon Llull i a la seva família*, Barcelona, Universitat, 2001 (trad. L. Cifuentes). Após uma brusca conversão, abandona os seus (a mulher e os filhos): tem de responder perante as autoridades por isso, troca uma existência cómoda, onde tudo podia correr bem, e envereda por uma aventura mística e intelectual invulgar. Assumindo-se na inteireza da sua conversão, Lulo procura atrair outros, mas tem de contentar-se com o testemunho que lhes presta.

<sup>82</sup> ROL VIII, p. 280: “In quo [monte], cum iam stetisset non plene per octo dies, accidit quadam die, dum ipse staret ibi caelos attente respiciens, quod subito Dominus illustravit mentem suam, dans eidem formam et modum faciendi librum, de quo supra dicitur, contra errores infidelium”.

<sup>83</sup> *Ars brevis* (ed., trad. e introd. de A. Fidora, Hamburg 1999), incipit: “Deus, cum tua gratia et amore, quae est imago Artis generalis, quae sic intitatur: «Deus, cum tua summa perfectione».

<sup>84</sup> Assim se lê na figura T da *Arte demonstrativa*, também conhecida como “figura das significações”.

Era poeta Raimundo Lulo: quando a Graça, em repetida visão, o fere e o deixa prostrado, sossega no *Diálogo entre o Amigo e a Amada*, que é um idílio em prosa, ao estilo do *Cantar dos Cantares*: “Perguntaram ao amigo em quem havia maior amor, se no amigo que vivia ou no amigo que morria; respondeu que no amigo que morria. Porquê? Porque não se pode ser mais amigo que morrer de amor, depois de ter sido amigo que viveu por amor.” (*Llibre d’amic e amat*).

É homem de argumentação, mas tolerante: não impõe, propõe; discute, convicto da sua fé. Colocando a Bondade no cimo da pirâmide do conhecimento, tem a certeza de que a magnitude é tanto maior quanto a inclusão, sem ferir e sem magoar, assumir a diversidade e ultrapassar a contradição.

Discípulo de Francisco de Assis, ainda que sem professar, segundo escreve Agostino Gemelli, no seu livro dedicado ao *Franciscanismo*, Lulo reunia em si a elevação mística de São Boaventura, a subtileza de João Duns Escoto, o espírito científico e inventivo de R. Bacon<sup>85</sup>: solitário, não vive no isolamento, mas pretende conquistar a todos para uma acção comum, de interesse global; como Bacon busca a verdade para defender e difundir a Fé: para isso terá intentado o mecanismo lógico-matemático da *Arte Magna*, onde, combinando perguntas e respostas e congeminando associações directas ou simbólicas, pretende resolver todos os problemas científicos, visando particularmente convencer os incrédulos; ciente de que a conversão é possível, percorre o mundo que se abre à sua volta e procura caminhos ainda os mais longínquos, atravessa o Mediterrâneo e chega a África, a Tunes e a Bugia, na Tunísia: acaba por ser vergastado e deixado à morte, apenas escapando por ter sido recolhido por uns mercadores genoveses que o reconduzem à sua ilha natal e onde o largam, por estarem convencidos de que ele não chegaria a Génova, com vida. Tinha ele uns 80 anos.

Fora exuberante de sentimentos e de linguagem: não lhe chegavam os modos de uma só língua nem os de um único género literário; não o satisfaziam os modos jogralescos: não porque a língua, na sua modalidade vulgar, lhe fosse insuficiente e não a apreciasse ou não lhe explorasse as virtualidades, mas porque sentia precisar de outras, pois lhe era necessário aproximar-se de todos aqueles que se serviam de outra, muito embora sabendo que era estranha; a linguagem dialéctica precisa da linguagem poética e esta vivifica-se e clarifica-se com aquela.

---

<sup>85</sup> Gemelli, A., *O Franciscanismo*, Petrópolis, Vozes, 1944.

Também por isso Lulo é contemporâneo nosso: revemo-lo no seu mundo do século XIII, em que as línguas vernáculas se projectam, sem que as línguas da cultura tivessem de ser postergadas, admitindo que elas devem ser renovadas em espírito atento à tradição e não deixadas ao improviso do vento que sopra sem se saber donde<sup>86</sup>.

Raimundo Lulo pertenceu a um mundo em ebulição. Capaz de emular, a seu modo, a personalidade de Francisco de Assis, não se encerra no seu recanto insular; abre-se ao mundo que tem à sua volta: por conversação directa ou por textos meditados<sup>87</sup>.

Atendeu Lulo ao mundo em que se situava: “Enquanto Blaquerna chorava e entrava em adoração, a sua alma erguia-se para Deus; no extremo de suas forças, sentiu-se Blaquerna fora de si, pelo grande fervor e devoção em que estava, e compreendeu que a força do amor não segue método algum, quando o amigo ama fortemente o seu Amado. (...) Enquanto Blaquerna estava nesta consideração, lembrou-se de que, uma vez, sendo ele Papa, um sarraceno lhe contou que entre eles havia algumas pessoas de religião, muito respeitadas e estimadas, a quem chamam “sufis”, que têm por costume apresentar exemplos breves que inspiram aos homens uma grande devoção: são sentenças que necessitam de uma curta explicação; com elas o entendimento levanta-se mais alto e, por causa disso, a vontade também se ergue e cresce em devoção. Depois de ter considerado tudo isso, resolveu Blaquerna fazer mais um livro e disse ao ermitão que voltasse para Roma, pois em breve lhe enviaria pelo diácono o *Livro do amigo e do Amado*; com ele poderia multiplicar o fervor e a devoção dos ermitães, que desejavam enamorar-se de Deus”.

Nessa abrangência de um mundo a abrir-se e a revelar-se, fosse em domínio de línguas<sup>88</sup> fosse em gestão de formas, Lulo transborda: “O amigo perguntou a

---

<sup>86</sup> É posterior a Lulo a influência da chancelaria na língua catalã: com Pedro IV de Aragão (1319- 1387), entra na administração uma plêiade de intelectuais que renovam a expressão de língua.

<sup>87</sup> Conhecem-se dedicatórias em ofertas por ele feitas: reis, como Felipe IV, o Belo, de França, Jaime II, de Aragão, Frederico III, da Sicília, Sancho, de Mallorca; papas, como Nicolau IV, Celestino V, Bonifácio VIII, Clemente V, duque de Veneza, Pietro Gradenigo, biblioteca da Sorbona, Cartuxa de Vauvert, o nobre genovês Perceval Spinola.

<sup>88</sup> Como escritor, Lulo compõe em prosa, sintacticamente estruturada e servida por um repertório lexical científico e filosófico largo, esmaltado de neologismos próprios de um pensamento pessoal sem falha; das línguas explicitamente por ele nomeadas está o catalão, o latim e o árabe, mas sabemos que se serviu também

seu Amado se havia n'Ele alguma coisa ainda por amar. O Amado respondeu-lhe que sim: ainda restava por amar aquilo que podia multiplicar o amor do amigo".

A *Arte* de Ramon é inventiva e demonstrativa, contemplativa e afectiva, dinâmica porque interior: encaminha para Deus, aposta nas potências anímicas do homem (entendimento, memória e vontade) e exercita-se na relação da criatura para com o criador; faz da Incarnação de Cristo ponto de chegada para comungar da essência divina: recebe das criaturas estímulo para chegar ao divino sem perder o contacto com essas criaturas nem desprezar os sentimentos mais pessoais da dor, da tristeza e da alegria, do desejo e da procura, da poesia amorosa e do enunciado filosófico.

Aponta para um mundo novo em que haverá harmonia e unidade religiosa, mas não se ilude perante as tensões que o tempo sustenta e reclama. No *Libro del gentil y de los tres sabios*, Lulo escreve: "E así como hablamos [de] un Dios, un creador, un señor, hubiésemos [nosotros] una fe, una ley, una secta y una manera de amar e honrar a Dios, e fuésemos amadores e ayudadores los unos de los otros y entre nos no fuese ninguna diferencia e contrariedad de fe ni de costumbres"<sup>89</sup>.

As expectativas são de um visionário que tudo quer em unidade: incontido pelo entusiasmo, contido no processo; o percurso, no entanto, é diverso: o gentio (o pagão de todos os dias) acaba por se reduzir a si mesmo quando descobre que os três sábios seguem vias diferentes.

Lulo terá percebido que a vida é feita de questionamento, no convívio de gentes diversas: "infideles sunt homines sicut et nos"; desde que ultrapassem o estado de dúvida, podem atingir a salvação; por outro lado, "infideles non stant ad auctoritates fidelium": tanto mais que as autoridades ficam sujeitas a interpretações, não vale a pena insistir com eles para as aceitarem segundo juízo de outros; "infideles nolunt dimittere credere pro credere, sed credere pro intelligere"<sup>90</sup>. Ler por dentro: com inteligência que brota do coração.

Lulo quer uma nova maneira de aceitar a religião alheia, ainda que não veja como reduzir as contradições. Por si, pela sua personalidade, marca uma cultura

---

do occitânico e do francês: praticou o plurilinguismo que lhe permite exprimir-se em três línguas e dá origem a expansão da língua materna, em obras devotas, históricas e científicas.

<sup>89</sup> Anotamos aqui outra edição em versão do séc. XV, inédita, colhida por Fernando Domínguez Reboiras em manuscrito da British Library Add. 14041, fol. 80r: *Libro del gentil y de los tres sabios*, Madrid, BAC, 2013.

<sup>90</sup> Cf. Courcelles, D., "Présentation", loc. cit.; Annemarie C. Mayer, "Ramon Llull y el diálogo indispensable", *Quaderns de la Mediterrània*, 14, 2010, pp. 231-236.

e dá-lhe dimensão universal – por ser voltada para muitos. Marca-a pela sua singularidade, mas constitui para o Ocidente um ponto de referência inultrapassável: não foi monge nem membro de comunidade regular e, como tal, não teve apoio institucional que lhe desse conforto de sentir outros a seu lado; contudo, tem a consistência de uma personalidade inteligente e vibrante: na vida civil, podia ter sido mercador em tempos em que a actividade ganhava alento, pois lhe percebeu a dinâmica. Sendo capaz de interpretar e transpor para outros níveis a habilidade argumentativa do vendedor para lhe reconhecer persuasão na forma de trato e procedimento, buscou “mercadoria espiritual” (se nos é consentido invocar a transposição de *Ropica Pnefma* do nosso quinhentista João de Barros). Sendo de extracção aristocrática (mesmo que não fosse nobre), podia ter ficado pela vida de corte, onde teria honras e benesses, mas entregou-se à actividade contemplativa e intelectual que lhe permitiu fazer render as suas qualidades de cogitação e de ensino em benefício de outros; não foi cavaleiro, embora tenha admirado esse estado de vida, nem teve vida de pregador e medicante: escolheu uma “terceira via”, tomando a espiritualidade da Ordem terceira franciscana e dedicando-se à vida de ensino sem entrar no claustro das escolas que se iam constituindo no seu tempo.

Vivendo fora das escolas, Lulo não demorou a perceber Aristóteles e evitou os erros de Averróis<sup>91</sup>; manteve a preocupação de seguir uma via de demonstração lógica como meio de alcançar a verdade, mas vibrou como poeta pelo sentido da vida. Valeu-se da espiritualidade de leigo comprometido, impôs-se pela capacidade de demonstrar as suas convicções de fé e de as testemunhar; ganhou capacidade de convencer e não escondeu que pretendia atrair outros para as suas convicções, por amor à verdade e através da convicção; foi homem de acção: não directamente, mas animando outros para a regeneração de vida, em que não faltou o incitamento ao resgate da Terra Santa, em tempos em que o ideal de

---

<sup>91</sup> O ano de 1310 foi fecundo nesse aspecto: em Maio, o *Liber de modo naturali intelligendi*; em Julho, o *Liber reprobationis aliquorum errorum Averrois*; em Outubro, o *Liber de possibili et impossibili*; em Novembro, o *Liber de fallaciis, quas non credunt facere aliqui, qui credunt esse philosophantes, contra purissimum actum Dei*, seguido da *Disputatio Raimundi et Averroistae*; no ano seguinte, escreve *Liber de divina unitate et pluralitate*, *Liber contradictionis*, o *Liber de syllogismis contradictionis*, *Sermones contra errores Averrois*, o *Liber de efficiente et effectum* e o *Liber de ente, quod simpliciter est per se et propter se existens et agens*. Aos 80 anos Lulo está em plenitude de capacidades intelectuais. Cf. Imbach, R., *Lulle face aux Averroïstes parisiens*, Cahiers de Fanjeaux, 22, pp. 261-282.

Cruzada necessitava de apoios e sustentação e por isso defendeu a fusão das Ordens Militares (Hospital, Templo e Teutónicos) numa única instituição, mas evitou contrariar ambições, como a do rei francês, Filipe IV, e não se pronunciou sobre a supressão do Templários<sup>92</sup>.

Viveu num mundo atravessado por tensões e sentia-se enquadrado politicamente pela unidade catalano-aragonesa, mas animado pela unidade proporcionada pelo Papado como autoridade superior.

Ao aproximar-se do fim da vida, animou-o a perspectiva conciliadora: por isso no *Liber de participatione christianorum et saracenorum*, escrito em Maiorca em julho de 1312, escreve que “difundindo o mesmo modo de ver por todo o mundo, talvez possa haver paz entre cristãos e sarracenos, em vez de os cristãos destruírem os sarracenos e estes os cristãos”. Por isso, no *Liber de maiori fine intellectus, amoris et honoris*, em finais de 1315, antevê que a doutrina da Trindade Santa possa ser partilhada por todos, cristãos e sarracenos.

Tentou ser homem de diálogo, que pressupunha possível, mediante o poder da palavra e pelo primado da *Arte*; afirmou-se por si mesmo, numa singularidade que era irradiante. Deixou outros que lhe recolheram a mensagem<sup>93</sup>; desencadeou também animosidades que quiseram nele descortinar laivos de heresia<sup>94</sup>.

Foi Mártir? Se por mártir entendemos testemunho, não há dúvidas que o foi. Expôs-se a perder a vida? Em 1314, o rei Jaime II tenta protegê-lo na sua missão

---

<sup>92</sup> Em 1309, no seu *Liber de acquisitione Terrae Sanctae* considera necessária a conquista de Constantinopla, mesmo antes de Granada (ansiada por parte de Jaime II), para que, na união dos dois Impérios, o do Ocidente e o do Oriente, pudesse permitir a conquista da Terra Santa e estancar o acesso a fontes que alimentavam os exércitos sarracenos. A perseguição aos Templários terá ocorrido em momento em que Lulo convalescia em Pisa de uma viajante extenuante, mas causa estranheza que não se tenha pronunciado sobre a questão; a não ser que se tenha convencido que era o momento da fusão das diversas Ordens Militares.

<sup>93</sup> Hillgarth, J. N., *Ramon Llull i el naiximent del lul·lisme*, Barcelona, Abadia de Montserrat, 1998, que é tradução de obra anterior com o título de *Ramon Lull and Lullism in Fourteenth-century France*, Oxford, Clarendon, 1971. Quanto à presença do lulismo entre nós, remetemos para os estudos recentes de Díaz Marcilla, F. J., “Estudio sobre la bibliografía del lulismo de Portugal en los siglos XIV y XV”, *Studia Lulliana*, 52, 2012, pp. 81-104; Idem, “Los frutos del proyecto artístico luliano en el Portugal medieval”, *Mediaevalia*, 34, 2015. Agradeço ao autor ter-nos proporcionado o acesso aos seus estudos; retenho particularmente o nome dos intermediários, os cónegos de S. João Evangelista — Lóios; aí se pode aceder a referências anteriores, como as de Cruz Pontes, J. M., “Raimundo Lulo e o lulismo medieval português”, *Biblos*, 62, 1986, 51-76; Martins, M., *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Cruz, 1956; Sousa Viterbo, “Raimundo Lulo”, *Boletim da 2.ª Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, 1, 49, 1903.

<sup>94</sup> Em 1376, o Papa Gregório XI mandou ao arcebispo de Tarragona queimar todas as obras de Lulo; o arcebispo fez-se esquecido. Por seu lado, o Papa Martinho V, em 1419, declarou-se favorável às obras de Lulo.



ao norte de África. Em 1315, o rei procura proporcionar-lhe quem o ajudasse: um franciscano, Fr. Simón de Puigcordià, desloca-se a Tunes para traduzir para latim o que ele acabara de redigir em vulgar – quinze livros em que havia deixado o texto das suas disputas com os sarracenos. Foi temerário em expor-se perante quem não tinha capacidade para entender a sua dialéctica. Valeu-lhe que outros se aperceberam do que se passava e o recolheram a um barco que o levaria a Maiorca.

O processo de beatificação de Raimundo Lulo começou nessa ilha, em 1611 e só terminará em nossos dias, quando, 22 de Junho de 1988, João Paulo II o associa a outros, entre os quais o pintor Fra Angélico, o filósofo Duns Escoto, o missionário Junípero Serra e Kateri / Catarina Tekakiwitha, uma iroquesa pele-vermelha.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 22 DE JUNHO DE 2017)



## Vinte Anos Após a Morte de Isaiah Berlin: Revisitando os “Dois Conceitos de Liberdade”

JOÃO CARLOS ESPADA

Isaiah Berlin nasceu em Riga, a 6 de Junho de 1909, e morreu em Oxford, a 5 de Novembro de 1997 — há precisamente 20 anos. Alguns dos principais jornais do mundo ocidental noticiaram a morte de Isaiah Berlin na primeira página. “Morreu um dos mais influentes intelectuais do século XX”, foi uma afirmação comum a muitos dos obituários então publicados.

Curiosamente, pouco depois, na edição da Primavera de 1998 da revista trimestral norte-americana *The Public Interest*, Adam Wolfson, então Chefe de Redacção daquela revista, escrevia que, “quando se recorda e celebra Isaiah Berlin, é importante ter a certeza de que se está a falar do homem certo”. Esta era, em parte, uma referência ao famoso erro do Governo Britânico quando, durante a II Guerra, convidou Irving Berlin, em vez de Isaiah Berlin, para almoçar com Winston Churchill no n.º 10 de Downing Street. Mas Adam Wolfson visava mais do que isto e acrescentou:

*“Quando Berlin morreu, em Novembro de 1997, ocorreu uma cascada de ensaios e obituários adulatários, todos eles bem merecidos. No entanto, há um sentido no qual, mais uma vez, o Berlin errado está a ser celebrado; ou, se não o Berlin errado, pelo menos apenas metade dele apareceu nos muitos ensaios comemorativos sobre a sua vida (...) Muito poucos dos seus admiradores, ou até detractores, se deram ao trabalho de mencionar o que era inegavelmente importante acerca do homem: a sua distintiva percepção dos horrores do comunismo e a sua convicção inabalável de que os intelectuais ocidentais deviam opôr-se ao comunismo ou, no mínimo dos mínimos, deviam não confundir comunismo e liberalismo.”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Wolfson, A., “A Hedgehog After All”, in *The Public Interest*, 51, 1998, p. 109.

Creio que Adam Wolfson tinha razão. Na mais importante batalha intelectual e política do século XX — a batalha entre a liberdade e a tirania — Sir Isaiah escolheu o seu lado sem hesitação. Isto pode hoje parecer óbvio, mas talvez não seja tão óbvio quando muitos dos actuais alegados admiradores de Isaiah Berlin defendem que a batalha contra o comunismo pertence “a um mundo paranóico da Guerra Fria cujo extremismo ideológico parece hoje antiquado e quase incompreensível”.

O facto é que que Sir Isaiah Berlin, hoje descrito como um social-democrata liberal ou um liberal de esquerda, foi também um “guerreiro” da Guerra Fria. Levou essa condição muito a sério e, sendo acima de tudo um homem livre, desapontou várias vezes alguns dos seus amigos da esquerda devido ao seu empenhamento na Guerra Fria. Michael Ignatieff, actual Reitor da Central European University, em Budapeste, recordou várias destas ocasiões na sua excelente biografia de Isaiah Berlin, publicada em 1998:

*“Perante o aborrecimento dos seus amigos da esquerda, Berlin aceitava convites para Downing Street e apreciava a companhia da sra. Thatcher. Sempre que se encontravam, ela perguntava-lhe em que é que ele estava a trabalhar e, quando ele respondia “nada em especial”, ela levantava o dedo na direcção dele e repreendia-o: ‘Tem de trabalhar, Isaiah, tem de trabalhar’. ‘Yes, madam,’ respondia ele respeitosamente”<sup>2</sup>.*

Uma situação semelhante tivera lugar em 1949, quando Berlin publicou o seu belo ensaio sobre Winston Churchill. Este é, ainda de acordo com Ignatieff, “um ensaio merecidamente famoso entre os que criaram o mito churchilliano”. Ignatieff descreve a situação:

*“Hagiografia era o que os seus amigos da esquerda consideravam ser o seu ensaio. Metade do país tinha despedido Churchill do Governo através do voto em 1945 e encarava-o como uma relíquia reaccionária. Em 1949 vislumbrava-se uma nova eleição. Churchill preparava-se para liderar o ataque conservador contra o Governo (trabalhista) de Attlee, e eis que um suposto liberal como Berlin escrevia um elogio ao “maior ser humano do nosso tempo”<sup>3</sup>.*

<sup>2</sup> Ignatieff, M., *Isaiah Berlin: A Life*, New York, Metropolitan Books, 1998, p. 283.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 196.

Estas são algumas das razões pelas quais gostaria hoje de recordar Isaiah Berlin na nossa Academia como um homem da Guerra Fria — um homem livre que defendeu a causa da liberdade ocidental contra os totalitarismos de sinal contrário do século XX, o nacional-socialismo e o comunismo. Este foi seguramente o significado do seu ensaio mais famoso, “Two Concepts of Liberty”<sup>4</sup>. O texto serviu de base a uma conferência em Oxford, em 1958. Ainda hoje continua a ser discutido, objecto de estudo, tema de livros e dissertações académicas. Isaiah Berlin e “os dois conceitos de liberdade” são indissociáveis.

De um lado, argumentou Berlin, temos a liberdade negativa, tal como foi entendida pelos liberais clássicos, de John Locke a Benjamin Constant, Tocqueville, John Stuart Mill ou Lord Acton. É a liberdade entendida como ausência de coerção intencional por terceiros. Significa que um indivíduo será tanto mais livre quanto menor for a interferência de terceiros na sua esfera de decisão pessoal. Em termos políticos, o ideal da liberdade negativa supõe a existência de um Estado limitado, que respeita a esfera privada das decisões pessoais, e cujo principal objectivo é garantir que a liberdade de uns não interfere na liberdade de outros.

Mas a liberdade negativa não pode garantir, só por si, que outros valores ou objectivos estimáveis serão simultaneamente alcançados. Pessoas livres podem cometer muitos disparates no que respeita à sua vida pessoal. Pessoas igualmente livres perante a lei podem ter entre si profundas desigualdades materiais ou económicas. E um Estado pequeno e limitado, que respeite a liberdade negativa dos cidadãos, abstém-se de legislar sobre muitos domínios que algumas pessoas, por vezes a maioria, poderiam preferir que fossem objecto de legislação.

Estes três problemas constituíram em regra os três principais argumentos dirigidos contra a liberdade negativa pelos defensores de um outro conceito de liberdade: a liberdade positiva. O ponto principal do conceito positivo de liberdade consiste em dizer que o conceito negativo não basta. A liberdade não pode ser apenas ausência de coerção. Tem de ser também capacidade para

---

<sup>4</sup> Berlin, I., “Two Concepts of Liberty”, in *Four Essays on Liberty*, Oxford, Oxford University Press, 1969/1989, p. 123.

tornar efectiva a escolha que a liberdade negativa permite fazer. Basicamente, os defensores da liberdade positiva disseram o seguinte:

*De que serve a liberdade (negativa) de pensar como quiser ao camponês iletrado que segue voluntariamente os preconceitos difundidos pelo padre local? De que serve a liberdade (negativa) de comprar e vender ao mendigo que vive debaixo da ponte e não tem habitação nem dinheiro para a adquirir? De que serve a liberdade (negativa) de viajar ao proletário que não dispõe dos meios para viajar? De que serve, finalmente, a liberdade (negativa) de ter opiniões, se as opiniões da maioria — do chamado “Povo” ou da chamada “Nação” — não puderem ser soberanas sobre as limitações impostas ao poder político pelas garantias legais individuais, exigidas pelos defensores da liberdade negativa?*

A estas perguntas, Isaiah Berlin respondeu de forma singela: não se pode ter tudo ao mesmo tempo. A liberdade não é seguramente o único valor estimável. Existem muitos outros. Mas a ideia monista de que é possível reconciliar todos os valores num todo harmonioso, sem conflito entre eles, é uma ideia enganadora. Visa alcançar o paraíso na terra. Em regra, gera infernos totalitários.

Daí que Berlin tenha defendido uma abordagem pluralista: existe objectivamente uma pluralidade de valores, muitos deles estimáveis, muitos deles respeitáveis. Mas a total harmonia entre eles não é possível. Haverá choques. E terá de haver escolhas. Uma sociedade decente tentará evitar escolhas trágicas. Mas não pode reconciliar todos os valores. O compromisso entre eles implicará sempre alguma perda.

Por isso, Berlin concluiu que “o pluralismo, com a medida de liberdade ‘negativa’ que ele implica, parece-me ser um ideal mais verdadeiro e mais humano do que os objectivos daqueles que procuram nas grandes, disciplinadas e autoritárias estruturas o ideal do auto-governo ‘positivo’, por classes, ou povos, ou pelo conjunto da humanidade. É mais verdadeiro, porque pelo menos reconhece o facto de que os objectivos humanos são muitos, nem todos eles comensuráveis, e em perpétua rivalidade uns com os outros.”<sup>5</sup>

Por este motivo, Berlin insistiu que “liberdade é liberdade, não é igualdade, ou equidade, ou justiça, ou cultura, ou felicidade humana, ou uma consciência

---

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 171.

tranquila”<sup>6</sup>. E recordou que “se eu quiser preservar a minha liberdade [...] terei de estabelecer uma sociedade em que terão de existir algumas fronteiras de liberdade que ninguém pode ser autorizado a violar. [...] Isto decorre do reconhecimento da validade moral — independentemente das leis [positivamente estabelecidas] — de algumas barreiras absolutas à imposição da vontade de um homem sobre outro.”<sup>7</sup>

Esta conferência de Oxford sobre os dois conceitos de liberdade foi justamente interpretada como um manifesto anti-comunista. Mas muitas questões foram e continuam a ser levantadas acerca do argumento de Berlin.

Uma primeira e crucial questão foi colocada por Leo Strauss, logo em 1961. Strauss observou que Berlin quis defender a liberdade negativa com “algumas fronteiras de liberdade que ninguém pode ser autorizado a violar”. Estas fronteiras devem ser “absolutas”. Mas Strauss perguntou onde se encontram os fundamentos para estas fronteiras absolutas. Se o pluralismo é o fundamento que Berlin propõe para a liberdade negativa, o pluralismo não pode oferecer um fundamento absoluto — uma vez que a principal premissa do pluralismo reside na inexistência de absolutos. Por outras palavras, Strauss argumentou que o pluralismo não pode fornecer um fundamento robusto para a liberdade negativa. Por este motivo, Strauss elogiou a conferência de Berlin como eloquente manifesto anti-comunista, mas simultaneamente considerou que ela revelava a “crise do liberalismo moderno” — uma crise que Strauss considerava ser resultado da influência do relativismo moderno<sup>8</sup>.

A distinção entre pluralismo e relativismo em geral, e na obra de Berlin em particular, continua a ser uma das questões centrais — aquilo a que Steven Lukes chamou “o dilema de Isaiah Berlin”. Steven Lukes colocou duas questões que permanecem connosco:

*“Como distinguiu exactamente Berlin o pluralismo que defendeu tão persistentemente do relativismo que tão insistentemente repudiou? E terá ele conseguido apresentar um argumento consistente a favor de um pluralismo não manchado de relativismo?”<sup>9</sup>*

---

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>7</sup> *Ibid.*, pp. 164-166.

<sup>8</sup> Strauss, L., “Relativism” (1961), in *The Rebirth of Classical Political Rationalism: An Introduction to the Thought of Leo Strauss. Essays and Lectures by Leo Strauss*, selected and introduced by Thomas L. Pangle, Chicago, Chicago University Press, 1989, pp. 13-18.

<sup>9</sup> Lukes, S., “Isaiah Berlin’s Dilemma”, in *Times Literary Supplement*, 4 January 1998, p. 12.

Um outro tema suscitado pela obra de Berlin é certamente a relação entre pluralismo e liberalismo. Que os dois estão fortemente associados é uma premissa que foi abertamente desafiada por John Gray, ainda em 1995, num livro sobre Isaiah Berlin. Aí, John Gray argumentou que “se uma versão forte do pluralismo for verdadeira, o liberalismo é indefensável (...) Se o pluralismo de valores for verdadeiro, a reclamação central de todos os filósofos liberais — a de que um regime liberal é idealmente o melhor ou o mais legítimo regime para toda a humanidade — deve ser rejeitada”<sup>10</sup>.

Esta é uma asserção muito forte e tem sido também fortemente contestada por vários autores ilustres. Entre eles encontra-se William Galston, que defendeu a articulação de liberalismo e pluralismo. No seu livro *Liberal Purposes*, publicado originalmente em 1991, ele sustenta que “o moderno Estado liberal está comprometido com uma concepção particular do bem humano, e com esse fim desenvolveu instituições e práticas características. (...) Consequentemente, a diversidade característica das sociedades liberais é limitada pelas suas pré-condições institucionais, pessoais e culturais”<sup>11</sup>. Julgo que um argumento semelhante terá sido apresentado por Stephen Macedo. Ele é um vigoroso defensor do que designa por “liberalismo cívico”, levantando dúvidas sobre a utilidade do conceito de pluralismo como conceito distinto do de liberalismo.<sup>12</sup>

Numa perspectiva diferente, encontramos John Kekes, que defendeu que o pluralismo é uma característica constitutiva do conservadorismo e não, ou pelo menos mais do que, do liberalismo. No seu livro de 1997, *Against Liberalism*, e de novo no livro de 1998, *A Case for Conservatism*, John Kekes defendeu que “pluralismo e liberalismo são incompatíveis (...) porque os pluralistas rejeitam todos os comprometimentos ideológicos, independentemente do seu conteúdo, e o liberalismo, sendo uma ideologia política, envolve essencialmente assumir esses comprometimentos”<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Gray, J., *Isaiah Berlin*, London, Fontana Press, 1995, p. 83.

<sup>11</sup> Galston, W. A., *Liberal Purposes: Goods, Virtues and Diversity in the Liberal State*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

<sup>12</sup> Macedo, S., *Liberal Virtues: Citizenship, Virtue and Community in Liberal Constitutionalism*, Oxford, Clarendon Press, 1990.

<sup>13</sup> Kekes, J., *Against Liberalism*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1997, 178; *A Case for Conservatism*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1998.

Uma referência crucial para esta discussão sobre o lugar do pluralismo quer na tradição conservadora quer na tradição liberal teria de ser sempre David Hume, cuja obra marcou tão fortemente quer o conservadorismo quer o liberalismo utilitarista britânicos. Num artigo sobre Isaiah Berlin publicado na *New York Review of Books*, o Professor Alan Ryan, antigo Reitor do New College, em Oxford, escreveu que “o contraste entre Berlin e Hume mais uma vez coloca a questão de saber se o pluralismo não está mais naturalmente aliado à preocupação conservadora com a paz e a tranquilidade do que com o liberalismo romântico e generoso ao qual Berlin era tão dedicado.”<sup>14</sup>

Pessoalmente, receio bem não ter uma resposta pronta para todas estas interrogações. Tenho inclusivamente dúvidas sobre se Isaiah Berlin tinha posições inteiramente definidas acerca delas. O único aspecto que gostaria de sublinhar consiste em dizer que não devíamos esquecer o forte apego de Isaiah Berlin a Inglaterra e à sua tradição de liberdade ordeira. Propositadamente, não lhe chamo “tradição liberal”. Esta tradição é certamente liberal, se a julgarmos pelos padrões do conservadorismo da Europa continental. Mas não é menos verdade que o liberalismo britânico é bastante conservador, se o julgarmos pelos padrões do liberalismo europeu. O Professor Anthony Quinton, antigo reitor de Trinity College, Oxford, descreveu em tempos o impacto das ideias inglesas de liberdade do século XVII no continente europeu do século XVIII como o dos “efeitos do álcool em estômago vazio”.

Anthony Quinton parece ser um autor apropriado quando recordamos Isaiah Berlin. Ambos eram amigos e ambos eram admiradores de David Hume, o qual, no entender de Quinton, “foi simultaneamente o mais admirável e adorável de todos os filósofos, excepto no entender dos pedantes e dos fanáticos”<sup>15</sup>. Em 1978, Anthony Quinton publicou um livro intitulado *The Politics of Imperfection: The Religious and Secular Traditions of Conservative Thought in England from Hooker to Oakeshott*. Devo admitir que fiquei muito surpreendido quando verifiquei que este livro, sobre o conservadorismo inglês, era dedicado a Aline e Isaiah Berlin<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> Ryan, A., “Wise Man”, *The New York Review of Books*, 45.20, 17 December 1998, p. 36.

<sup>15</sup> Quinton, A., *Hume*, London, Phoenix, The Great Philosophers Series, 1998, p. 58.

<sup>16</sup> Quinton, A., *The Politics of Imperfection: The Religious and Secular Traditions of Conservative Thought in England from Hooker to Oakeshott*, London and Boston, Faber and Faber, 1978.



Anthony Quinton procurou identificar os traços distintivos do conservadorismo liberal inglês, por contraste com as tradições conservadoras continentais, seguramente menos liberais. Um desses traços distintivos, segundo Quinton, reside no que chamou de “cepticismo político” e de “política de imperfeição” — uma desconfiança profunda em esquemas abstractos de perfeição destinados a redesenhar de alto abaixo tradições espontâneas que vão crescendo ou evoluindo descentralizadamente e sem um plano determinado.

É curioso que também Friedrich A. Hayek tenha detectado uma disposição céptica semelhante na tradição política inglesa. De forma muito sugestiva, Hayek contrastou as atitudes de Henri de Saint-Simon e de Alexis de Tocqueville face a essa ‘ausência de espírito de sistema’ na tradição britânica. Observando a aparente falta de racionalidade nas instituições britânicas, Saint-Simon declarou que “cent volumes in folio, du caractere plus fin, ne suffirait pas pour rendre compte de toutes les inconséquences organiques qui existent en Angleterre”. E Tocqueville terá ripostado: “Que ces bizarreries des Anglais pussent avoir quelques rapports avec leurs libertés, c’est ce qui ne lui tombe point dans l’esprit”.<sup>17</sup>

Uma dificuldade adicional deste cepticismo político referido por Anthony Quinton reside em que, não tendo um sistema, esse cepticismo terá de se basear numa espécie de consenso moral espontâneo, ou herdado, ou resultante de uma evolução gradual. Penso que Isaiah Berlin estava, à sua maneira, consciente desta dificuldade quando usava a experiência britânica como referência da sua disposição política. Eis uma expressiva passagem, entre muitas outras, da magnífica biografia de Berlin por Michael Ignatieff:

*“Durante toda a sua vida [Berlin] atribuiu ao espírito inglês quase todo o conteúdo do seu liberalismo: “que o respeito decente pelos outros e a tolerância em relação à discordância são melhores do que o orgulho e o sentido de missão nacional; que a liberdade pode ser incompatível com, e melhor do que, demasiada eficiência; que o pluralismo e um certo desalinho são, para aqueles que valorizam a liberdade, melhores do que a imposição de sistemas abrangentes, por mais racionais e desinteressados que estes sejam, e melhores do que a vontade da maioria contra a qual não haja apelo”. Tudo isto, insistia Berlin, era “profunda e distintivamente inglês”.”*

<sup>17</sup> Citados por Hayek, F. A., ‘Individualism: True and False’, in *Individualism and Economic Order*, Chicago, The University of Chicago Press, 1948, Midway Reprint, 1980, p. 23.



Quando visitei Isaiah Berlin na sua casa de Headington, em Oxford, em Junho de 1994, passámos toda a manhã a conversar sobre tudo e mais alguma coisa. Inicialmente, eu queria saber as suas opiniões sobre a União Europeia e o alegado nacionalismo das ilhas Britânicas. Ele foi muito prudente acerca da Europa, mas tremendamente enfático em negar que a Inglaterra fosse um país nacionalista. Ainda me lembro claramente de Berlin a recordar todos e cada um dos dissidentes europeus dos séculos XVIII e XIX, tanto da esquerda como da direita, que fugiram para o exílio em Inglaterra. Foi então que ele disse qualquer coisa semelhante ao que se segue, e que cito das minhas notas:

*“Todos eles estavam autorizados a viver e a exprimir as suas opiniões neste país. A Inglaterra foi sempre um país tolerante. Todos eles o reconheciam, mas costumavam queixar-se do facto de os Ingleses os não levarem a sério. Ora, pergunto-lhe eu agora a si: não será esta, de certa maneira, uma condição da tolerância? Quero dizer, se começarmos a levar tudo e todos terrivelmente a sério, iremos continuar a ser capazes de os tolerar da mesma forma que os toleramos quando adoptamos a atitude de “viver e deixar viver?”*

Parece-me que Berlin estava aqui a confiar abertamente num consenso britânico que não era perturbado por *uninstructed outsiders*, para usar a famosa expressão de Winston Churchill. Por causa desse consenso — nas maneiras, nas atitudes, nas regras não escritas de comportamento —, a Inglaterra foi capaz de praticar a tolerância, de viver e deixar viver. Ainda que *old habits die hard*, tende hoje a ser dito que este consenso está a desaparecer. Parece que “agora, somos todos multiculturalistas”, como escreveu o Professor Nathan Glazer. Seremos por isso mais tolerantes? Nathan Glazer tinha seguramente as suas dúvidas.

No entanto, se for verdade que o velho consenso está a desaparecer, porque não adoptar uma atitude Berliniana? Não poderíamos dar mais espaço ao compromisso e à acomodação? Não poderíamos limitar mais fortemente o poder dos políticos e das organizações centralizadas para formatar as nossas vidas e as dos nossos filhos, das nossas escolas e das nossas universidades? Não poderíamos dar mais espaço aos governos e comunidades locais, bem como às famílias para adoptar diferentes soluções para os seus problemas?

Alguns dirão que, em termos de Teoria Política, esta não parece ser uma grande resposta para os nossos problemas teóricos. Mas talvez os nossos problemas teóricos não tenham uma solução única. Talvez eles sejam semelhantes aos quadrângulos de Oxford, que Berlin amava tão profundamente. Quase todos os colégios de Oxford têm pelo menos um quadrângulo, geralmente relvado, e frequentemente mais do que um. No entanto, o quadrângulo mais antigo, o chamado *Mob Quad* do Merton College (a origem do nome é desconhecida) “não foi desenhado intencionalmente como um quadrângulo, mas emergiu por acidente”<sup>18</sup>.

Estou certo de que Saint-Simon não teria apreciado este ponto. Mas julgo que Isaiah Berlin, “o último inglês” segundo Ian Buruma,<sup>19</sup> tê-lo-ia adorado.

Muito obrigado.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017)

---

<sup>18</sup> Hall, M. and Frankl, E., *Oxford*, Cambridge University Press, 1981/1987, p. 59.

<sup>19</sup> Buruma, I., *Anglomania: A European Love Affair*, New York Random House, 1998.

\* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

# Houve um século de ouro da Cultura Portuguesa?

GUILHERME D' OLIVEIRA MARTINS

## QUE SÉCULO DE OURO?

“Sem negar o valor de alguns dos clássicos portugueses, devo dizer que, em meu entender, a literatura portuguesa, que merece ler-se, data do século passado, do período romântico, da época de Almeida Garrett e de Herculano. E creio que a sua verdadeira idade de ouro é a atual”. Assim se exprime Unamuno sobre a literatura portuguesa, em texto datado de Salamanca, de março de 1907. De que fala o pensador? Naturalmente, das repercussões poderosas na geração de 1870, não escondendo profunda admiração pelos seus protagonistas — Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro e Ramalho Ortigão. Os três primeiros já não faziam parte do número dos vivos, mas os dois últimos ainda estavam presentes. E o mestre salmantino invoca uma célebre conversa com Junqueiro: “O Cristo espanhol, dizia-me uma vez Guerra Junqueiro, está sempre no seu papel trágico: nunca baixa da cruz, onde, cadavérico, estende os seus braços e alarga as suas pernas cobertas de sangue; o Cristo português anda por costas e prados e montanhas, com a gente do povo, diverte-se com eles, merenda, e de vez em quando por pouco, para desempenhar o seu papel, regressa à cruz. (...) Aqui há o culto da morte; só que em vez de ser trágico, como em Espanha, é elegíaco e triste” ... E ao dizer isto, o mestre sente encantamento. É verdade que não deixa de reconhecer, por comparação, as virtudes da literatura catalã, mas nas letras portuguesas vê um sinal da originalidade e o selo de uma identidade viva. E considera João de Deus o mais português dos nossos líricos do momento, corroborando Junqueiro esta consideração sentida. Mas Antero de Quental é outra coisa — comparável aos maiores na filosofia e na sensibilidade poética. “Em Espanha não temos nada que se assemelhe. Campoamor é a seu lado um falsificador do ceticismo. Quental foi uma das almas mais atormentadas pela sede de infinito e pela fome de eternidade. Há sonetos seus que viverão enquanto viva a memória das

gentes, porque serão traduzidos, mais tarde ou mais cedo, em todas as línguas dos homens atormentados pelo olhar da esfinge”. António Nobre apresenta o tom de um desespero resignado ou de resignação desesperada, que aparece noutros passos da literatura portuguesa.

### CHORAR AMARGO, RIR BURLESCO

Quer o chorar amargo, quer o rir burlesco fazem parte da mesma atitude. E vem à baila Eça de Queiroz e as suas implacáveis sátiras que são tão dolorosas e exprimem queixume, como a mais triste das elegias. Os exemplos são significativos — *A Ilustre Casa da Ramires* e *A Cidade e as Serras*, mas também a corrosiva e supercrítica *Correspondência de Fradique Mendes*. Compreenda-se que é o autor do *Sentimento Trágico da Vida* a falar, apaixonado pelo caráter complexo do português. Há uma identidade construída num cadinho com ingredientes inesgotáveis. Mas Camilo Castelo Branco, com “alma tormentosa e apaixonada”, teria sido mais espanhol que português, com sinais de Quevedo. E Ramalho fala de proximidade com a dinastia dos Amadis e dos Palmeirins, numa participação evidente nas raízes do génio peninsular. E Oliveira Martins — o mais artista e penetrante dos historiadores — na *História da Civilização Ibérica* faz a análise desse génio, ilustrando-o com acontecimentos e com a demonstração das evidentes diferenças e complementaridades. Mas, para que não restem dúvidas, fica ainda para Unamuno a visão profética da língua portuguesa (e das línguas ibéricas) nas novas culturas da América do Sul, com evidentes e imprevisíveis potencialidades. Mas o pessimismo português impressiona o autor de *Agonia do Cristianismo* — que sobre Oliveira Martins diz que “o português é constitucionalmente pessimista”. O regicídio de 1908 deixa-o atónito, procurando compreender tão violenta expressão da ira do manso. “Neste povo doce, pacífico, sofrido e resignado, mas cheio de paixão por dentro, os crimes de sangue são raros, muito raros, raríssimos; mas entre os que ocorrem costuma havê-los muito mais atrozes e violentos que aqui em Espanha, onde por desgracia são mais frequentes tais crimes do que ali”. Na literatura há manifestações contraditórias — para Herculano, a quem faltaria veia de artista, a literatura era uma missão e não um diletantismo, contudo para Garrett as coisas seriam diferentes já que usou a arte

para descobrir o fundo do palpitar das entranhas portuguesas. “Que ouviu? Um coro de aflições tristes, uma resignação heroicamente passiva, uma esperança vaga, etérea na imaginação de uma jovem tísica e no desvario de um escudeiro sebastianista”. Eça cultivou a arte por ser estrangeirado...

### ACREDITAR OU NÃO...

Miguel de Unamuno julga ver nestes diversos sinais que “estes elegíacos pessimistas não acreditavam na pátria”. E lê as últimas páginas de *Portugal Contemporâneo*. “Submissos até quando se rebelam”. O país dormiria e sonhava — seria dado despertar ainda a tempo? Parece haver contradição entre considerar uma idade de ouro literária e artística e verificar a persistência de uma passividade endêmica. Mas é na superação dessa contradição que os homens da Geração de 1870 e da Vida Nova vão poder encontrar forças para superar o atraso. “Não foi por acaso que Herculano falou do plácido sepulcro rodeado de esperança?” E Unamuno recorda então o culto muito português das almas do Purgatório, lembrando-nos do mar como um enorme lugar de naufrágios e de mortes. Não por acaso, a nossa criação literária alia o lirismo e a história trágico-marítima. E invoca a figura do “Desterrado” de Soares dos Reis, como um autêntico símbolo, daquilo que o escritor não sabe explicar sobre o que o atraía Portugal. “Que terá esta terra, por fora risonha e branda, por dentro atormentada e trágica? Eu não sei; mas quanto mais lá vou, mais desejo voltar. (...) Parece que por ali pousa a lúgubre sabedoria do Eclesiastes. Num povo triste, tristíssimo, as pessoas divertem-se, sem dúvida, mas divertem-se como se dissessem: comamos e bebamos, que amanhã morreremos”. Marcado pela morte do amigo Manuel Laranjeira e recordando o fim trágico de Antero, de Camilo e de Soares dos Reis, Miguel de Unamuno fala de um país suicida. “Este é um povo não só sentimental, mas também apaixonado, ou melhor dito, antes apaixonado do que sentimental. A paixão trá-lo à vida, e a mesma paixão leva-o à morte” ... Cultor de paradoxos, o pensador espanhol não ilude a contradição, agravada pelas circunstâncias — o século de ouro é ditado pela forte consciência existencial e crítica. E a inércia do vulgo é contrariada pela determinação do mundo das ideias, tornando a ação arte, a arte vontade e a vontade determinação...

### LAPIDAR EPÍGRAFE...

Com inteira razão e oportunidade, a cuidada edição a que nos referimos é antecédida por uma lapidar epígrafe de Eduardo Lourenço, onde este afirma que “não há na nossa literatura, nem mesmo Camões, poeta tão naturalmente universal como Antero de Quental, dada a natureza ideal e intemporal da sua inspiração e o conflito que a alimenta, pura interpelação do espírito sobre si mesmo no meio de um mundo incompreensível”. Não é difícil de explicar esta consideração, que corresponde, antes do mais, ao veemente apelo de Antero, em Coimbra, na questão do Bom Senso e do Bom Gosto, sobre a necessidade de viver com ideias, à exigência da compreensão de que um velho Portugal morria definitivamente, bem como ao espírito das Conferências Democráticas de 1871, cujos promotores pretendiam pôr Portugal ao ritmo da cultura europeia. Nesses momentos, houve a consciência plena que se iniciava um novo capítulo na cultura portuguesa. Antero pensava, de facto, não como se estivesse confinado a uma insularidade periférica (a portuguesa), mas segundo o direito próprio de ser um cidadão e um pensador europeu e do mundo do seu tempo — não limitado às nossas fronteiras. Essa era a preocupação fundamental e a atitude do grupo de jovens intelectuais que antecipou a inexorabilidade de uma presença futura entre as nações civilizadas, com uma forte consciência da evolução e da justiça. Longe de uma realidade confinada ou de qualquer ideia identitária, do que se tratava, neste carácter “naturalmente universal”, era de considerar a humanidade como compreensão das diferenças, dos conflitos, dos interesses e das complementaridades. A racionalidade e a sensibilidade emocional estão, assim, claramente presentes na modernidade da poesia de Antero e dos seus. Oliveira Martins, no fundamental prefácio, fala-nos de “um helenismo coroado por um budismo”, na fórmula usada pelo próprio poeta. Mas o crítico acrescenta: “pobre humanidade, se se visse condenada à coroação budista! Nós, europeus, incapazes de nos sujeitarmos ao regime da contemplação inerte, sofreríamos as agonias, experimentaríamos as aflições do poeta que, tendo no peito um coração ativo, tem na cabeça uma imaginação mística, e, para obedecer ao pensamento, tortura o coração, sem poder também esmagá-lo sob o mando da inteligência”.

## RAZÃO, IRMÃ DO AMOR E DA JUSTIÇA

Afinal, esta mesma tensão é aquela que existe e que sentimos entre os autores e as referências fundamentais da cultura europeia (de Goethe a Shopenhauer). No entanto, em Antero e na geração dita de 1870 do que se tratou foi de abrir novos horizontes — buscando uma visão capaz de superar as limitações e as fragilidades de uma realidade nacional considerada periférica. E assim ouvimos: “Razão, irmã do Amor e da Justiça/Mais uma vez escuta a minha prece./É a voz dum coração que te apetece,/Duma alma livre só a ti submissa”. Dir-se-á, contudo, que só a morte espreita (“Morte! Irmã do Amor e da Verdade”), mas é mais do que isso, sendo certo que essa perspectiva não tira à visão de conjunto a importância conformadora. E o filósofo “há de aliar à compreensão da nulidade extrínseca das coisas a compreensão da sua excelência intrínseca (diz O.M.); exigindo que o homem seja ativo, porque a atividade é boa por ser indispensável à saúde do espírito, embora os objetos da atividade sejam as mais das vezes írritos e nulos, quando considerados em si próprios e isoladamente”... Aí se apartavam os dois inseparáveis amigos do budismo, indo até ao Inconsciente de Hartmann (“O espectro familiar que anda comigo,/sem que pudesse ainda ver-lhe o rosto,/Que umas vezes encaro com desgosto/E outras muitas ansioso espreito e sigo”). “É loucura pensar que jamais possamos definir o Absoluto. Cada qual sente-o a seu modo, segundo o seu temperamento, e sábio é aquele que se limita a registar as relações das coisas”. E é nesta relação com o agir — e Antero considerava Oliveira Martins nesse ponto seu complemento natural — que encontramos a capacidade singular de uma geração que lançou sementes de futuro. Daí a consideração do prefaciador: “quem, emergindo dos montões de papelada que as imprensas vomitam diariamente, deitar os olhos sobre estas páginas, e não sentir o deslumbamento que os diamantes produzem, é porque a sua vista se embaciou com o exame dos livros grosseiros em todo o sentido, e a sua língua perdeu o hábito de falar português”.

### ANSEIO DE ETERNIDADE.

Ao recordarmos quem chamou ao poeta maior “santo Antero”, vem à lembrança o que Tolstoi anotou no seu diário no dia 15 de março de 1889 (perante a tradução alemã dos «Sonetos» por Wilhelm Storck, antecedida da carta autobiográfica) concordando o genial russo com Antero sobre o seu conceito de liberdade, apenas plenamente alcançável pela santidade, através da renúncia a todo o egoísmo. Mas, não podemos deixar de lembrar Miguel de Unamuno e o seu “sentimento trágico da vida”, tão chegado a Antero, e só compreensível plenamente em diálogo com essa poesia: “Quental ha sido una de las almas más atormentadas por sed de infinito, por el hambre de eternidad. Hay sonetos suyos que vivirán cuanto viva la memoria de las gentes” ... E ao invocarmos dois dos maiores escritores de dimensão universal fazemos a demonstração cabal do universalismo anteriano, que o tempo se tem encarregado de confirmar plenamente. A ligação entre Camões, Antero e Pessoa que Eduardo Lourenço tornou inequívoca — confirmada pelos mais significativos poetas contemporâneos, como Ruy Belo e Sophia de Mello Breyner Andresen — projeta-se globalmente. E foi exatamente Ruy Belo quem disse: “Antero foi possivelmente o maior pensador português dos tempos modernos. Não importa que não tenha dito a última palavra, por circunstâncias a que a doença não terá sido alheia. Até o seu silêncio pesa mais do que as palavras de muitos palradores contemporâneos. E quando fala e a sua voz chega até nós, não já com aquele calor que punha nas conversas com os amigos, mas gramaticalmente organizada, travamos conhecimento com um dos momentos mais altos da prosa portuguesa”.

A atualidade de Antero de Quental é algo que merece atenção e cuidado. Como afirmou nos Açores ao “Açoriano Oriental” Eduardo Lourenço, aquando das jornadas realizadas pelo Governo Regional e pela Fundação Calouste Gulbenkian a propósito dos 175 anos do nascimento do poeta micaelense: “Os poetas quando são verdadeiros não morrem” (9.11.07). E a afirmação assume uma especial importância, uma vez que Antero compreendeu, como ninguém, que havia uma mitologia cultural portuguesa que chegava ao fim. E assim o poeta, como tem afirmado o ensaísta de *O Labirinto da Saudade*, “viveu a título pessoal a morte de Deus, como se fosse uma evidência absoluta, e ao mesmo tempo sem poder aceitá-la”. E é a vivência deste paradoxo que



torna o poeta uma referência multimoda da nossa cultura e o projeta para uma dimensão universal, em que ele é único no panorama português.

De facto, o autor dos Sonetos pôde ser central na genial geração de que participou — tornando-se, ao mesmo tempo, sucessor numa genealogia que atinge a maturidade com Camões e chega a Bocage, Garrett e Herculano, e vai continuar em Pascoaes e na revista “Águia” e em Fernando Pessoa e no “Orpheu”, até aos nossos dias. Estamos, deste modo, num ponto de encontro e numa espécie de placa giratória, definidores da cultura portuguesa como um cadinho de diversas influências. E não por acaso encontramos nesta capacidade de abertura universalista uma das bases da heterodoxia de Eduardo Lourenço. Longe de uma identidade fechada, deparamos com a recusa de um qualquer fatalismo ou de complexos de superioridade ou inferioridade, típicos de culturas ensimesmadas. Se é verdade que sofremos de uma ciclotimia ou bipolaridade ancestral, o certo é que o sentido crítico da geração de 1870 contribuiu decisivamente, num certo tratamento de choque, para a recusa dessa enfermidade estrutural. Afinal, a projeção global da nossa língua (uma das cinco que mais crescerão no próximo século) capaz de ser expressão de várias culturas e fundamento de diversas línguas subsidiárias, como os crioulos, corresponde a essa extraordinária capacidade de integrar poética e culturalmente uma visão abrangente — não ligada a uma qualquer idiosincrasia tribal ou regional. Sem ter exata consciência disso mesmo, o poeta açoriano é, nestes termos, um autêntico símbolo da vocação universalista da cultura portuguesa, que em nada minora a importância do que nos distingue. E Antero de Quental corresponde à vivência desse universalismo cosmopolita, que mais tarde encontraremos em Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. Aliás, Tolstoi e Unamuno testemunham, de modo inteiramente insuspeito, sobre a importância do nosso genial poeta. Voltando a Eduardo Lourenço: “a literatura condensa a essência de cada povo, daquilo que ele é e pretende, das vivências que o norteiam e definem”. No caso de Antero e Pessoa, “ambos se dedicaram a olhar o problema da nossa identidade, da nossa figura, da nossa imagem no mundo... Não para os olhos dos outros, mas para os nossos próprios. Isso começou com a geração de 70”. E é esse sentido crítico, a capacidade de realizar a psicanálise mítica do nosso destino que torna essa atitude como crucial no sentido de uma emancipação centrada na compreensão humana e complexa de quem somos.

Em carta a António de Azevedo Castelo Branco de 1867, Antero diz que “a *rêverie* da saudade é para a alma que se deixa envolver nela como hera para os muros que veste e abraça. A princípio é um adorno, uma gala. Mas as raízes vão entrando dia a dia por entre as pedras mais bem ligadas, abrindo-as, deslocando-as. Quando se lhe acode não é mais já do que uma ruína — uma ruína encoberta e protegida por uma ilusão”. Recusa-se, deste modo, uma simplificação melancólica. Mais importante do que o culto de uma ilusão, urge ir à substância das coisas e inserir o sentimento poético numa compreensão racional. Trata-se de uma demarcação relativamente a Garrett, como modo de superar a contradição entre razão e delírio. Haveria que caldear as tradições com a racionalidade e a procura de um caminho capaz de nos proteger das ilusões. No entanto, o poeta oscilará entre o misticismo e a “lucidez racional” — entre a poesia e a filosofia. E em carta a Oliveira Martins, de 1880, dirá: “é incrível a desarmonia que há entre a minha razão e o meu sentimento, e este, por mais que faça, nunca chega a afinar pelo tom grave e claro daquela. Que fazer? É evidente que a poesia sai do sentimento e não da razão”. Daí a necessidade que o poeta sente do mundo das ideias — que o leva a centrar-se na reflexão que se traduzirá na publicação do fundamental ensaio “Tendências Gerais da Filosofia da Segunda Metade do Século XIX” (1890), a pedido de Eça de Queiroz para a “Revista de Portugal”. Já em 1885 dissera a Jaime Batalha Reis: “Extraír do pessimismo o otimismo, por um processo racional, tem sido afinal o trabalho da minha vida. Creio que cheguei ao termo e dou a minha Filosofia por completa e acabada. (...) A dita minha Filosofia não é original. É antes uma fusão (não amálgama) do hegelianismo com a monadologia de Leibniz, dando de si a síntese do idealismo e do espiritualismo num terreno que à 1.<sup>a</sup> vista se parece com o materialismo. (...) O meu sistema será pois (como todos, no fundo) um ensaio de interpretação do Universo no ponto de vista do espírito moderno, interpretado esse mesmo espírito pela razão crítica. Se conseguir fazer isto satisfatoriamente, não darei por vão o meu esforço”. O pessimismo é, no fundo, um caminho, para que a consciência crítica ilumine a ação. E é da necessidade de não descurar a ligação entre pensamento e ação que resulta o paradoxo de Antero — preocupado com a necessidade de haver ideias, de existir espírito crítico e de ligar o espírito e a intervenção cidadã. Daí a complementaridade que sentia haver entre si e Oliveira Martins, pela necessidade das ideias se traduzirem em consequências práticas. E em maio de 1887 escreve

ao seu dileto amigo, alertando: “Vejo-o caminhar para um pessimismo negativo, que não posso aprovar e que contrista”. E, depois de constatar a impossibilidade de penetrarmos absolutamente no problema da existência, vem dizer: “desprezar o mundo, desprezar os homens, ver o vácuo e o tédio como resíduo final de tudo, é o grande pecado do orgulho. Afinal, o que está, está bem, o que vai, vai bem. A nós o que nos cumpre é descobrir o como e o porquê deste paradoxo universal das coisas — na certeza de que é um divino paradoxo”. Em vez do afastamento do mundo, haveria que compreendê-lo, em nome da justiça. “A filosofia não pode prescindir dos dados da consciência; mas, por outro lado, as aspirações da consciência não podem anular os factos naturais e históricos e positivos” — diz a Ferreira Deusdado em 1888. O divino paradoxo de Antero põe em confronto a consciência e a realidade, a sensibilidade e a razão. E um tal dilema representa a singular atualidade do inesquecível poeta e da sua geração.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017)



## O Mistério do Fidalgo de Chaves (Um Português em Roma, 1510–1517)

MARTIM DE ALBUQUERQUE

1. Passaram seis décadas desde que o grande erudito e investigador que foi Luís de Matos, em *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*<sup>1</sup>, pela primeira vez referiu o *Tratado que hũ criado do duque de braguãça escreveo pera sua sñoria dalgũas notavees cousas que vio hindo pera Roma, e de suas grandezas e indulgencias, e grandes acontecimẽtos que laa socederam em espaço de sete años que hi esteve*.

Depois de sublinhar que os duques “mantinham [...] no estrangeiro [...] agentes, sobretudo em Espanha e em Itália, que lhes enviavam regularmente os seus relatórios”, e de lembrar que D. António Caetano de Sousa “já não pôde consultar “os livros de muitas cousas” em que o [duque] D. Teodósio reunira as informações recebidas de Espanha, do Vaticano e de Veneza”, Luís de Matos consignou: “mas na Biblioteca da Academia de História de Madrid existe ainda hoje o volume sobre política europeia e de passagem sobre história de Arte que o agente de D. Jaime em Roma redigiu ao longo de sete anos que ali viveu”. Elucidando, em nota, quatro pontos. Primeiro: a cota do *Tratado* na *Biblioteca da Real Academia de la Historia* (ms. 12-7-2/N. 76, fol. 136r.–227v.). Segundo: “O autor partiu da sua casa de Chaves em 21 de Maio de 1510 e só deixou Roma em 11 de Setembro de 1517”. Depois: “Entre outros assuntos respeitantes a Portugal ocupa-se com desenvolvimento das festas que Leão X ordenou em Roma pela tomada de Azamor pelo Duque D. Jaime e da embaixada de Tristão da Cunha ao mesmo Papa”. Por último: “O *Tratado* é anónimo, e, se bem examinámos, não há qualquer pormenor que permita identificar o seu autor”.

A última informação levou, todavia, o Mestre eminente a formular uma interrogativa sobre se não seria “acaso António de Sousa sobre o qual escreve D. Teodósio ao Conde de Castanheira em 9 de Setembro de 1533: “e este

---

<sup>1</sup> Conferência proferida no Paço Ducal de Vila Viçosa em 15 de Outubro de 1955 e publicada em 1956 pela respectiva Fundação.

[benefício] dá-lo-íamos a António de Sousa, vosso servidor, porque lhe tenho obrigação e há servido muito o Duque meu Senhor, assi em Roma como cá”. Remetendo, para J. D. M. Ford, *Letters of the Court of John III King of Portugal*, Harvard, 1933, p.139<sup>2</sup>.

Propunha-se Luís de Matos publicar oportunamente o “curioso manuscrito” do Fidalgo de Chaves, dele fornecendo ao leitor interessado, desde logo, a transcrição de dois fólios relativos à “festa que o Papa (Leão X) fez pela tomada d’Azamor”.

A intenção nunca se concretizou. A partir, todavia, da sua importante chamada de atenção, a historiografia portuguesa, e não só, tem-se debruçado sobre o *Tratado*, ultimamente apelidado também de *Memórias de um Fidalgo de Chaves* (assim o denominou Paulo Lopes), e o respectivo autor. Menção especial vai para os estudos de dois muito queridos e saudosos amigos: Eugenio Asensio (“Memórias de un Fidalgo de Chaves (1510–1517) Descripción de la Roma de Julio II y León X”)<sup>3</sup> e Aníbal Pinto de Castro (“Uma voz do diálogo luso-italiano na época de Quinhentos, a do Fidalgo de Chaves”, *Mare Liberum*, n.º 2, 1991, p. 7-16). Bem como para o que escreveram Sylvie Deswarte-Rosa<sup>4</sup>, Guia Boni e Paulo [Catarino] Lopes — estes dois nas respectivas teses de doutoramento — a primeira em língua e literatura ibérica e iberoamericana, na Universidade de Palermo<sup>5</sup>, e a outra em História, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa<sup>6</sup>. Aos dois últimos se deve, além do mais, a leitura e a publicação do *Tratado*, respectivamente, em 2003 (esta acompanhada também de tradução integral do texto para italiano) e já em 2017<sup>7</sup>.

A despeito de valiosas pesquisas e aproximações, o autor do *Tratado*

---

<sup>2</sup> Trata-se de um lapso que se tornou translático. Na realidade, Luís de Matos queria citar de J. M. Ford e L. G. Moffat, *Letters of the Court of John III King of Portugal*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1933. De facto, J. D. M. Ford havia publicado antes, sozinho, umas *Letters of John III King of Portugal 1521–1527*, pela mesma editora, mas em 1931.

<sup>3</sup> Nas *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, trabalho reeditado em *Estúdios Portugueses*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1974, pp. 103-121.

<sup>4</sup> “The portuguese in Rome and the Palazzo dei Tribunali” in *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*. Edited by K. J. P. Lowe, Oxford University Press, 2000, pp. 251-252.

<sup>5</sup> *Un Portoghese nella Roma del Cinquecento. Un viaggio tra riforma e ortodossia*, Roma Bagatto Libri, 2003.

<sup>6</sup> *Um Agente Português na Roma do Renascimento. Sociedade, Quotidiano e Poder Num Manuscrito Inédito do Século XVI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

<sup>7</sup> Boni, G., ob. cit., e Lopes, P. C., *Memórias de um Fidalgo de Chaves. Um olhar português sobre a Itália do Renascimento*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

permanece mistério até agora. Em interessante e recente livro de divulgação intitulado *Itália. Práticas de Viagem*<sup>8</sup>, António Mega Ferreira rotulou mesmo um dos capítulos (texto de 2014) *O mistério do Fidalgo de Chaves* — “mistério mais ou menos detectivesco”, como o designa.

O propósito das páginas subsequentes visa, precisamente, desvendar tal mistério. Não por simples prazer detectivesco na descoberta (que até existirá), mas pela importância do *Tratado* nos quadros da história da cultura portuguesa do Renascimento e suas relações com Itália e, por isso, no interesse que reveste a identificação da respectiva autoria.

Obviamente, a personificação autoral de um texto constitui elemento relevante para a sua exacta compreensão e valorização. E, mais ainda, quando se trata de uma composição narrativa com interesse histórico. Como é o caso. Possibilita verificar a autenticidade de vários factos, apreender melhor outros e até, eventualmente, preencher lacunas. Ou estabelecer ligações.

2. O *Tratado* do Fidalgo de Chaves não se perfila cronisticamente sob o prisma literário. A sua índole é nítida e incontestavelmente a de uma vivência sobre um mundo diferente do mundo de origem do narrador, que, por vezes, também é personagem. Foge a qualquer cânone literário tipificado. Dele se pode tão só dizer, como fez Guia Boni — a qual dedicou boa atenção à análise estilístico-literária do *Tratado* —, que “pertence ao género memorialístico, um tipo de escrita de difícil definição porque une o discurso das memórias pessoais ao discurso histórico”<sup>9</sup>.

A viagem de sua casa em Chaves até Roma e a permanência do Fidalgo na capital do Cristianismo possibilitou-lhe desenhar quadros e registar situações da mais diversificada índole. Há no *Tratado* notas sobre música, arte, em especial arquitectura — anota, por exemplo, os particulares da Igreja de Monreale (fol. 137<sup>r</sup>) e o início da construção da Basílica de São Pedro “que acabando-se será o mor edifício do mundo” (fol. 169<sup>r</sup>) —, gentes e costumes desde os cortesãos às prostitutas, às corridas de cavalos e aos paleos, à realidade política complexa e tumultuosa da Itália do tempo, resultante, em parte, da instabilidade produzida

<sup>8</sup> Sextante Editora, Junho de 2017.

<sup>9</sup> Boni, G., *Un Portoghese nella Roma del Cinquecento...*, p. 21.

pelo choque ou disputa das grandes potências da época — a Espanha, a França, o Império — e, por outro lado, dos múltiplos senhorios e da coexistência dos poderes temporal e espiritual, do laico e do profano, do curialismo, do nepotismo, do clientelismo. Observa, porque tem os olhos bem abertos, como são enganadoras (“bulrrosas”) as “pompas e estado deste mundo”, consignando a ascensão e queda de grandes e poderosos como os cardeais, disse extraindo que “os favores que fortuna daa nam sam destimar”. Configuram autênticas “danças” (fol. 225v.).

Nas páginas vividas do *Tratado* perpassam desde fenómenos da natureza, como uma enchente do Tibre de que não havia memória semelhante, aos acordes e aos instrumentos musicais, às grandezas das igrejas de Roma e suas indulgências, mas também aos costumes e à política, alianças, oportunismos, intrigas, conjuras, traições, assassinatos, fugas, roubos, enfrentamentos, saques, batalhas, guerras... Mas bate, palpita, também, o sentimento nacional do autor. Não apenas revelado nas frequentes alusões aos compatriotas, com enfoque especial nos seus feitos, mas também para personalidades como o célebre D. Frei Gomes de Lisboa (a não confundir com o homónimo anterior objecto particular de estudo de Eduardo Nunes), franciscano considerado o maior teólogo do seu tempo, Doutor pela Universidade de Paris, Professor de Pavia, Arcebispo de Nazaré, que deixou larga obra escrita, v.g. uma *Quaestio perutilis de cuiuscunque scientiae subiecto, principaliter tamen naturalis Philosophiae*, Veneza 1485 (?), personalidade que o fascinou pela sabedoria, humildade e simpatia, nele se detendo particularmente (fols. 150 r. e 160 v.); ainda e sempre, nas descrições da chegada da notícia da vitória de Azamor e da recepção da embaixada de Tristão da Cunha, como até nos mínimos pormenores, a começar, desde logo, no seu gosto pela comida portuguesa. Eugenio Asensio escreveu sobre este ponto: “El Fidalgo debió de pasar en Roma vivas nostalgias de la buena comida lusitana, a juzgar por repetidas comparaciones en que sale desfavorecida la italiana. Pasando por Cerdeña,— continuamos transcrevendo o ilustre investigador—, fondea en Cagliari y comenta: “Tem tanta abundança de queijos que carregão d’ali muitas naos pera levante, mas não são assim singulares como os de Vila Boym” (f. 136 v.). Al llegar a Nápoles encarece a prodigiosa muchedumbre de cordornices que en suas inmediaciones se posan viniendo de Africa, tan increíble que un obispo — sin duda el de Capri — vive de la parte que le cabe de las codornices que allí se cogen: “E são



tantas que coalhão o mar... se sam gordas tem a carne sem sabor, como são todas outras carnes de Itália que nam tem o gosto das de Portugal” (fol. 139r.)”.

O amor pátrio vem intensamente à superfície a propósito de um comentário do núncio regressado de Portugal, onde fora dar execução às bulas papais relativas ao nosso país, de “que antes queria ser escravo em Italia, que senhor em Portugal” (fol. 200 v. do *Tratado*). Chocado, indignado, o Fidalgo recorda que “alguns portugueses sisudos [...] praticos nas cousas de Roma e [que] sabiam as de Portugal, estranhavam muito a sua alteza [o rei D. Manuel] quando se dizia que consentira hir de Roma homem estrangeiro a seu Reino com tais poderes [...] dizendo que abastara pera dar execução As bulas do Papa hum dos portugueses estante em Roma, ou qualquer nobre religioso do seu Reino que sua alteza teuera por bem” (fol. 200 v. e fol. 201 r.). Para logo acrescentar, convicto e cheio de ardor e orgulho, que “nom diziam sem causa os portugueses estas cousas E el Rei ter confiança de cada hum que o serviriam mais fielmente que nenhum estrangeiro pois claramente se vee que outra nenhuma nação de Jentes hee tão fiel a seu Rei E A patria como nos. nem nação que com tanto amor sirua seus senhores. nem Rei, E senhores que tanto amem E fação por seus vassalos.”

O nosso compatriota, a despeito de tudo o que viu na viagem, do muito que algumas coisas o divertiram, atraíram e deslumbraram, bem como da admiração por certas pessoas, permanece intrinsecamente ligado às suas raízes, ao seu código genético, em que se compraz e revê. Notou-o, desde logo, um estrangeiro que viveu em Portugal e que foi o primeiro a debruçar-se espaçadamente sobre o *Tratado*. Eugenio Asensio precisamente. “Apesar de su admiracion — alude ao Fidalgo de Chaves — rechaza el individualismo y el mercantilismo que dominaban la Italia del Renacimiento. Prefiere las virtudes tradicionales de Portugal donde una sociedad gradual, no contaminada por el desenfreado egoismo de Roma, se apoya firmemente en fidelidades, en deberes mutuos que ligam a gobernantes y gobernados dentro de uma estrutura jerárquica. Una sociedad que mantiene vivo el espíritu de cruzada y no se ha entregado aún al epicurismo y al afán de riquezas”<sup>10</sup>. Por seu turno, Guia Boni deixou cair, a propósito, na breve, mas bela, introdução ao seu livro sobre o nosso flaviense, linhas que, por igual, importa recordar “Nel [...] *Tratado*, l’autore pone in antitesi il potere corrotto della

---

<sup>10</sup> Asensio, *ob. cit.*, p. 22.

corte papale *vs* il potere integro della corona portoghese (vedi ff. 201 e segg.), ma non solo. È tangibile un sentimento, che via via si fa più presente, un'amarezza che incupisce i toni e smorza i colori. È un sentimento de inadeguatezza e anche di impotenza che sarà per così dire "codificato" da Camões, il quale del *desconcerto do mundo* darà la descrizione e l'immagine poeticamente più completa. In questa formula si concentra la perdita delle illusioni, non solo a causa degli uomini, ma anche degli eventi (le guerre fratricide, il tradimento). Il *desconcerto*, cioè il disordine, la dissonanza, la disarmonia, la corruzione dei costumi [...]"<sup>11</sup>

Semelhante personalidade não se ajustava, naturalmente, ao espírito do *viva quem vence*, à maneira florentina, de que Maquiavel por esse tempo ia desenhando o contorno em *Il Principe*, redigido em 1513 segundo a opinião comum, mas que viria a ser publicado apenas décadas volvidas (1532), bem como noutros escritos. Decerto, o nosso fidalgo usa até a expressão célebre *viva quem vence*, mas como costume próprio de Itália: "o costume do povo d'Itália hee favorecer a quem vence, sem haver Respeito, senão saluar as vidas E fazendas, defendendo suas terras com Jente forasteira assoldada por dinheiro, guardando se meter a Risco suas pessoas" (fol. 212r. *in fine* e 212v.). E se nas descrições do mesmo autor existe um toque realista indubitável, isso não significa, todavia, que o possamos aproximar de Maquiavel, como fez Paulo Catarino Lopes em *Um Agente Português na Roma do Renascimento* sob influência de Burke ("Tomando como instrumento de análise os pensamentos de Burke", segundo as suas palavras<sup>12</sup>). É que o realismo do *Tratado* tem mero valor, frise-se, histórico-descritivo. Corresponde a quanto viu ou ouviu. Não é utilizado apologeticamente. Ao invés, o repúdio do oportunismo indiferente e acima do bem e do mal, da ética, ressalta repetidamente do *Tratado*. Vários passos são bem eloquentes. Fala repetidamente da maneira de ser florentina, sempre de forma censória — "enguanosa maneira" que usaram para "furtar Sena" (fol. 176r.); na "maliça E desordenada cobiça dos florentins" (fol. 176v.); recusa, como outros servidores do Cardeal Alfonso Petrucci, passar do serviço deste ao do Papa por isso ser "mui A florentina" (fol. 172r.); para não falar já no que escreveu sobre "madona madalena Irmã do Papa E mãj do cardeal

<sup>11</sup> Boni, G., *Un Portoghese...*, p. 29.

<sup>12</sup> Lopes, P. C., *Um agente Português...*, p. 78 e desenvolvimentos nas partes III e IV do mesmo livro.

çibo”, que não podia “dissimular por ser florentina, ha sede de adquirir riquezas A custo alheio, o qual appetite sobeja nos florentins mais que em todas as outras nações Italianas E a esta causa se diz delles o comum Rifão, que os florentins tiravam o sutil do sutil por nunca serem contentes do honesto nem do mais que honesto” (fols. 213v.–214). Rifão que, pela mesma época, seria, consoante registou Guia Boni, também lembrado por João de Faria, numa carta de 23 de Março de 1513 a D. MaueI I, aludindo ao novo Papa, Leão X: “se estes florentis, que dizem que tiram o sutil do sutil, o nom danarem, pare-ce que será bom pontífice” (Boni, pp. 347 e 353).

Também a política pontifícia e a corrupção do clero, do Papa aos cardeais e não só, não lhe merece genericamente concordância. Mas como escreve Eugenio Asensio: “Rara vez descubrimos en su obra un discreto lamento por la corrupción de ciertos prelados e cardenales, o una critica del Papa y los abusos curiales. No censura — como Erasmo, si Erasmo es el autor del *Julius exclusus* — el escándalo de un pontifice guerrero. Más bien admira la tenacidad con que Julio II batalla para recobrar los territorios usurpados a la Santa Sede”. Face, todavia, ao procedimento de Leão X para com o seu protector — Cardeal Alfonso Petrucci —, o Fidalgo de Chaves não deixa de exhibir juízo fortemente prejudicial ao Papa. Será, aliás, o procedimento desleal dele no caso de Petrucci que terá, acaso, senão verosimilmente, levado o nosso compatriota a abandonar Itália e a regressar a Portugal. E se para com Júlio II não se mostra tão severo, nem por isso se exime a declarar também cruamente os seus defeitos.

3. Delineado o esquisso ou conspecto que aí fica, necessariamente breve e como tal, decerto, empobrecedor, sobre o tempo do autor do *Tratado* em Itália, é, agora, altura de nos debruçarmos acerca da sua própria pessoa.

Sabemos que era de Chaves, ligado ao 4.º duque de Bragança, D. Jaime, sobrinho de D. Manuel I, que serviu desde a mocidade, pois ele mesmo o diz, ao recordar com nostalgia, relativamente à “corte” portuguesa, “todas as cousas boas que nela se costumavam sendo eu moço servindo vossa senhoria” (fol. 201 r.). Não há, pois, qualquer dúvida que pertenceu ao círculo privilegiado dos próximos do Duque, isto é, da sua corte. Uma corte ilustrada, iniciada por D. Jaime e que os sucessores deste continuaram. Com razão, Luís de Matos intitulou o estudo em que pela primeira vez foi chamada a atenção para o fidalgo como A

*Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento.* O primeiro dos senhores de Portugal era, além de culto, um melómano e profundamente religioso. Também o fidalgo compartia o gosto pela música, bem como uma vivência espiritual claramente emergente do seu escrito, facetas que mais adiante se especificarão. E se do que escreveu não ressalta, conforme evidenciado por mais de um autor, a começar por Eugenio Asensio e segundo palavras deste, “curiosidad por los humanistas de Roma, ni admiración por la latinidad restaurada”, não há dúvida, como sublinhou o ilustre Mestre espanhol, que conhecia o latim e que tinha uma “afición a la arquitectura y a las artes plásticas”. Quanto ao primeiro ponto, não deixa, todavia, de ser digna de anotação particular a menção que faz a Petrarca (fol. 189 r.), através de um livro que então corria como da autoria deste (a *Crónica dos papas e imperadores*) e as repetidas menções a Bernardo de Bibiena, o autor da *Calândria*, cujas intrigas a favor da eleição do futuro Leão X, que acompanhou até no conclave e de quem recebeu o cardinalato, recorda com minúcia (fols. 170r. e v. e 172r.), dele dizendo não só que era “homem sabido nas cousas do mundo, antremetido, gracioso, mui bom cortesão, [...] conhecido de tôdolos cardeais e senhores de Roma”, mas também “grande trovador”, sendo aqui de lembrar, como fez Aníbal Pinto de Castro, “que o famoso autor da *Calândria* figura entre os personagens postos no *Cortegiano* de Castiglione e portanto não andaria longe do círculo em que já então se movimentava o destinatário da obra, D. Miguel da Silva” (Pinto de de Castro, *ob. cit.*, p. 11). Do segundo prisma, isto é do gosto pela arquitectura e pelas artes plásticas, numerosos passos do *Tratado* poderiam ser colacionados, mas um perfila-se de tal forma elucidativo que, por economia, a ele nos circunscreveremos agora — a anotação sobre a representação do “nascimento de nosso Redemtor Jesu christo”, existente junto ao altar mor da igreja de S. Marcos em Roma, “aqual pintura hee a mais exçelente de Roma, tirando as de mical angelo, E de Rafael dorbino, donde Jsso mesmo era natural o que fez a dita pintura” (fol 195 r.).

Da pessoa do fidalgo sabemos, ainda, algo sobre o seu nome. Em italiano, chamavam-lhe Jacobo porque ele mesmo refere que um médico do círculo do Cardeal Petrucci, Giovan’ Battista da Vercelli, se lhe dirigiu directamente denominando-o assim: *miçer Jacobo* (fol. 219v.). O que traduzido para o nosso idioma daria Diogo, Jaime, Tiago ou Jacobo, consoante averbou Eugenio Asensio, que, não obstante, conjecturou se devia fazer interpretação onomástica restrictiva,

optando pelas duas primeiras fórmulas — “ni Tiago, ni Jacobo estaban en uso entre la nobleza”<sup>13</sup>. Aníbal Pinto de Castro, por seu turno, restringe-se também aos dois nomes em causa, sem especificar a razão, mas decerto atendendo ao que havia adiantado o professor espanhol. Nenhum dos dois aponta Jacobo como eventualmente traduzível em português por *Jácome*, sendo certo, porém, que o segundo, como adiante haverá oportunidade de referir, haveria admitido, de acordo com Sylvie Deswarte-Rosa, ser o autor do *Tratado* um Jácome de Araújo.

Tem sido o nosso flaviense tido e havido como nobre de elevada hierarquia. Se não pertenceu ao topo da fidalguia, seria, porém, de extracto cimeiro. Decorreria isso de algumas suas páginas. Assim, a maneira como foi acolhido, mesmo chamado e protegido, por grandes senhores italianos. Em Barcelona, onde esteve alguns dias esperando embarcação “para passar a çardenha, çezilia, napoles E a Roma”, refere que por ser português “muitos fidalgos da çidade me fizeram honra” (fol. 136v.). Já em Palermo “hum grande senhor çeziliano que se chamava giraldo de bonanha” convidou-o para “comer camarões E pera amostrar sua mulher e lhe dizer se são as portuguesas tam fermosas” (fol. 137r.). Por seu turno, o vice-rei de Nápoles, tendo informação dele através “dalguns fidalgos de barcelona — passamos a socorrer-nos dos próprios dizeres do *Tratado* — me mandou chamar E me perguntou por todos os fidalgos E musicos que el Rei levou a çaragoça quando foi a ser jurado por príncepe de castela”. Perguntou-lhe por alguns em concreto. “Ísto — lembra — era pela sesta”. O Vice-rei “mandou vir ali todos seus cantores e tangedores os quaes me não satisfizeram tanto como os cravicordios que erão mui singulares os quaes fazem na mesma çidade”. O que serve ao nosso autor para afirmar a vantagem desses instrumentos sobre os congêneres de Espanha (fol. 138r.-138v.). É, aliás, com estudantes e fidalgos portugueses (D. Henrique, D. António de Azevedo e outros) que o Cardeal Petrucci o viu em Siena e o veio a tomar para sua casa (fol. 152r.). Recebeu a protecção do purpurado, que lhe obteve do Papa o hábito de Cristo, lançando-lho nas próprias vésperas do trágico fim, quando partiu para Roma.<sup>14</sup> Como usufruirá

<sup>13</sup> Asensio, *ob. cit.*, p. 26.

<sup>14</sup> “sua Reverendíssima senhoria me tinha avido do Papa dispensação para terem comenda no abito de cristos çem mil Reis de Renda digrejas, E o breve era cometido a senhoria. E por que seu costume era honrrar E acreçentar seus criados, tanto que detriminou sua partida me disse o dia pera que me aperçebesse pera me fazer cavaleiro E deitar ho abito. E o dia assinado de sua partida foi o em que me fez a sobredita merçe com muita solenidade E honrra.” (*Tratado*... fol. 218v.)

também a estima de Madona Milia sobrinha do Papa e filha da Condessinha irmã deste, “com a qual [...] tinha muita familiaridade”. Ambas faleceram com grande pena do português, que, aliás, delas esperava largas mercês. “E per suas mortes perdi muitas esperanças de merces que me tinham prometidas, as quaes nam ouve por menos perda que as que esperaua do cardeal, se nosso senhor lhe dera vida...” (fol. 203r.).

Tudo isto aponta para um certo extracto social. Que decorre também do modo como o autor do *Tratado* encarava os escudeiros. Este, de resto, um ponto já salientado por Asensio, ao tratar da condição social do nosso flaviense. “De sus manifestaciones se infiere que era un fidalgo por cima de los escuderos, a los que alude con desdén, y por bajo de los magnates. Habia servido en su mocedad al duque D. Jaime con quien comparte muchos recuerdos”. Não cita o sábio mestre passos do *Tratado* confirmativos do que assertou. Não faltam, porém, como se viu. No que respeita à relação fidalgo *versus* escudeiro e na convivência desde a mocidade com o Duque de Bragança é demonstrativo o que lê a fol. 201r. *in fine*.

Foi já, todavia, questionado se tudo não passaria de uma certa prosápia aristocratizante do chamado *fidalgos*. Guia Boni suscitou, de certo modo, a questão quando escreve: “Eugenio Asensio, infatti, lo chiama fidalgo, situandolo quindi in un cetto nobiliare, da cui egli forse era decaduto”<sup>15</sup>. Trata-se, porém, de mera conjectura sem base factual, incompatível com o que para trás foi apontado...

4. Uma linha de pesquisa sobre a pessoa do Fidalgo de Chaves foi assinalada por Aníbal Pinto de Castro ao escrever que, para desvendar o respectivo enigma, “importava prosseguir aturada investigação do círculo de portugueses que então frequentavam a Universidade de Siena”. Isto porque o autor do *Tratado* esteve em Siena quando Alfonso Petrucci recebeu o capelo cardinalício e o viu, como já se disse atrás e importa agora acentuar, “na companhia de dom anrique E dom antonio dazevedo E outros fidalgos E portugueses muito honrados que naquelle tempo ali estudavão na sapiência”. Segundo opinião de Pinto de Castro, para o efeito e nesse sentido ofereceria “excelente ponto de partida” “a documentação publicada por Giovanni Minnucci e Leo Košuta com o título *Lo Studio di Siena nei*

<sup>15</sup> Boni, G., *ob. cit.*, p. 13.

*secoli XIV–XVI. Documenti e notizie bibliografiche* (1989)<sup>16</sup>. Deduz-se daqui, aliás, que o saudoso professor de Coimbra não viu tal documentação ou não pôde proceder à sua colação. Sobre ela, na sequência da sugestão de Pinto de Castro, se debruçou, todavia, Paulo Lopes na sua dissertação de doutoramento, mas também sem êxito. Procurou, de facto, “investigar o círculo dos portugueses que então frequentavam a Universidade de Siena”, porém, como escreve, “a busca revelou-se, mais uma vez, infrutífera”<sup>17</sup>, pois “averiguados os registos italianos coevos relativos à presença de estudantes portugueses no universo académico de Siena, o enigma permanece”<sup>18</sup>.

De qualquer modo, demo-nos, também, ao cuidado de percorrer a obra em causa, bem como, ainda, a publicada em 1985 pelo mesmo Minnucci, *Le Lauree dello Studio Senese all’inizio del secolo XVI. II (1507–1514)*.<sup>19</sup> Nos documentos e notas biográficas publicados por Minnucci e Leo Košuta, em 1989, sobre o estudo de Siena nos séculos XIV–XVI, deparam-se múltiplos portugueses, mas nenhum para o período de 1510–1517 e com particular referência a 1511. Pois ou se situam em anos anteriores a 1510 ou posteriores a 1517, mais exactamente *post* 1531<sup>20</sup>. É o caso em 19 de Maio de 1479 de um *Didaco di Gondisalvo de Lisbona*, mercante<sup>21</sup>, e em 2 de Julho de 1532 de um certo Jácome Rodrigues<sup>22</sup>.

Os registos do período de 1507–1514 mencionados, período que corresponde a parte da estadia do Fidalgo de Chaves em Itália, o que interessa ao caso, esse sim — sublinhe-se —, foram recolhidos por Minnucci em 1985. Mas ainda aqui nada se alcança. Portugueses há vários, incluindo D. António de Azevedo. A saber, ordenando por ordem alfabética dos nomes próprios<sup>23</sup>: Antonius de Leonibus, Antonius Sancez, Ferdinandus Martini, Georgius Fernandi, Iacobus Egidii de Faria, Iohannes de Castellobranco, Michael da Silva, Petrus de Villabonas, mas nenhum possibilitando a identificação do autor das *Memórias*. De facto, com a designação onomástica de Diogo, Jaime ou Jácome (em Latim Didacus ou

<sup>16</sup> Milano, Giuffrè Editore, 1989.

<sup>17</sup> Lopes, P. C., *Um agente Português...*, p. 108.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 108, nota 3, com remissão para p. 113 em que se cita o livro referido de Minnucci e Leo Košuta.

<sup>19</sup> Milano Giuffrè, 1985 (Quaderni di “Studi Senesi”).

<sup>20</sup> Cf., respectivamente, pp. 13-316 e 317 e ss.

<sup>21</sup> Cf. p. 261.

<sup>22</sup> Cf. p. 464 e 560.

<sup>23</sup> Cf. n.ºs 8, 56, 60, 71, 82 e 86.



Jacobus) apenas figura um *Iacobus Egidii de Faria*, em data, porém, anterior à partida do Fidalgo de Chaves para Itália, isto é, a 21 de Maio de 1510: “anno d. MCCCCCVii, indict. X. die Xii maii —, mag. Iacobus Egidii de Faria regni Portugalie Vlixbonensis dioc., in Studio Salamancensi in art. Factos bachelarius, in civitate Senensi in art. et med. scholaris, in eisdem facultatibus doctorandus...”<sup>24</sup>

5. Sylvie Deswarte-Rosa, por seu turno, num capítulo da colectânea editada por K. J. P. Lowe, *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*<sup>25</sup>, intitulado “The portuguese in Rome and the Palazzo dei Tribunali”, diz que “Aníbal Pinto de Castro proposed at a conference at the Academy of Sciences in Lisbon in 1987 that the author [do *Tratado*] was Jacomo de Araújo, “escrivão da câmara do Duque de Bragança”.

Ignoramos a proveniência de tal informação. Não pudemos consultar o livro de actas das sessões da Academia desse ano com o resumo das comunicações apresentadas, por não se saber o paradeiro respectivo. Apenas encontrámos o registo de participação de Pinto de Castro na Academia em 1987 quanto ao *II Simpósio Nacional do Humanismo*, intitulada “Erasmus na “Retórica” de Vaseu”<sup>26</sup>.

Estranhamente, porém, a publicação do assinalado texto de Sylvie Deswarte-Rosa data de 2000, reportando-se a uma conferência de Pinto de Castro de 1987, mas em 1991, isto é, quatro anos volvidos sobre tal conferência, se a houve, o citado professor da Faculdade de Letras de Coimbra publicou desenvolvido e documentado artigo<sup>27</sup> acerca de “Uma voz do diálogo luso-italiano na época Quinhentos, a do “Fidalgo de Chaves”” nele passando em revista crítica os possíveis autores, sem aludir a um tal Jácomo de Araújo...

Mais: no capítulo citado de Sylvie Deswarte-Rosa insiste-se — imediatamente após a aludida nota — quanto à necessidade de investigar um D. Diogo de Chaves (D. Didacus Chaves) que refere A. Ferrajoli em *Il ruolo della corte di Leone X* (Roma, 1984): “Research still needs to be carried out on D. Diogo de Chaves (D. Didacus de Chaves), a Portuguese noble with the title of attendant

<sup>24</sup> Cf. n.º 8 do registo acima referido.

<sup>25</sup> Oxford University Press, 2000.

<sup>26</sup> In *Comemorações do II Centenário da Academia das Ciências. Memórias da Classe de Letras*, 1995, p. 109.

<sup>27</sup> *Mare Liberum*, n.º 2, 1991.



of squire (*scutiferus*) at the court of Pope Leo X in 1514–1516 on whom see A. Ferrajoli, *Il ruolo della corte di Leone X* (Rome, 1984), 23 (a facsimile of A. Ferrajoli, “Il ruolo della corte di Leone X”. *Archivio storico della Reale Società Romana di Storia Patria*, 34 (1911), 363-91, and the subsequent continuations in vols. 35-41”. Ora, precisamente esse ponto e por remissão para o que classificou de sedutora hipótese que lhe sugerira Sylvie Deswarte-Rosa “de identificar o Fidalgo como um certo *Dominus Didacus de Chaves* que figura num *Ruolo della Corte di Leone X* (1515–1516) inserto no cód. Vat. latino 8598 da Biblioteca Apostólica, entre os *scutiferi* da casa do Papa Médicis”, é apontado por Pinto de Castro critica e definitivamente: “Acontece, porém, — são palavras suas — que, beneficiando das aturadas investigações do Senhor Prof. P.<sup>e</sup> António Domingues de Sousa Costa, conhecedor emérito dos segredos do Arquivo do Vaticano, tive conhecimento de várias súplicas, cronologicamente situadas entre 14 de Junho de 1499 e 29 de Agosto de 1513, dirigidas, as primeiras, ao Papa Alexandre VI, e a última, a Leão X, por um certo *Didacus Chaves*, clérigo pertencente à diocese de Zamora, mas adstrito à família pontifícia como *orator e familiaris continuus commensalis*, pedindo sucessivos benefícios eclesiásticos, situados na referida diocese (como Villaguer, S. João de Quintanilla e S. João de Carvajosa), na de Palência e na de Toro [...]. Significam estes dados documentais que este *Diogo de Chaves* não pode ter escrito o seu relato para o Duque de Bragança, porquanto, ao iniciá-lo, refere explicitamente o autor: “parti de Chaves de minha casa a XXj dias andados de Mayo, na era de mil b.<sup>e</sup> e dez anos”. Isto é, quando o fidalgo partiu de Chaves, já o seu homónimo calcorreava as vias da *urbe* havia, pelo menos, onze anos!”. (Pinto de Castro, *ob. cit.*, p 8).

Linha de argumentação reforçada de outro ângulo por Guia Boni ao adiantar<sup>28</sup> sobre o *D. Didacus de Chaves*, citado entre os escudeiros (*tra gli scutiferi nel ruolo della corte di Leone X*): “Ma non può trattarsi del nostro autore perché più volte Jacobo ripete si non aver acetato di entrare al servizio de Leone X e di aver voluto restare presso il cardinale Petrucci”.

Dos fâmulos e camareiros ou com cargos de cúria nos anos em causa constantes do *Ruolo*, que, na sequência do já transcrito, Pinto de Castro elencou, o único que, em sua opinião, merece lugar à parte é um “certo *Didacus Didaci*

---

<sup>28</sup> Boni, G., *Un Portoghese nella Roma del Cinquecento...*, p. 14.

*portugalensis*, que em 5 de Abril de 1516 aparece no serviço do escudeiro D. Leonardo de Marchionibus”. A hipótese, todavia, não lhe parece credível, pois ao tempo “andava o Fidalgo de Chaves completamente ao serviço do Cardeal de Siena, Alfonso Petrucci”. Não obstante, aliás, a circunstância de Leão X haver tomado ao seu serviço alguns dos servidores do purpurado, pois o fidalgo é o primeiro a anotar que não quis “deixar o serviço do cardeal” (fol. 37).

6. Esgotadas as pistas e hipóteses até hoje aventadas sobre a autoria do *Tratado* sem se lograr o objectivo, é útil explorar novos trilhos. Voltar atrás.

Desde logo, socorreremo-nos do filão das genealogias e da historiografia local. Isto porque o *Tratado* se terá ficado a dever a um fidalgo do Duque de Bragança, que habitava em Chaves, de seu nome próprio em italiano Jacobo. Em português Diogo, Jaime ou Jácome. Este, a ser verdadeiro, constitui, indubitavelmente, o ponto de partida inicial a que se impõe retornar na falta de conclusividade havida até agora. Começar de novo pelo princípio.

A *Genealogia* tem sido muitas vezes desprezada pela historiografia, talvez em parte pela ostentação vaidosa com que, não raro, é abordada e construída e pela falta de veracidade que daí resulta. Quando, porém, versada com precisão própria do conhecimento crítico, rigoroso, ergue-se, e é, um ramo auxiliar da história. Quem se pode dar ao luxo de desprezar no domínio historiográfico, por exemplo, a obra monumental de António Caetano de Sousa? Dos respectivos contributos?

Por seu turno, a historiografia local, embora micro-história, frequentemente complementa, elucida e concretiza a grande história, a macro-história, quando, não mesmo, faz regressar as suas generalizações ao terreno da realidade factos, de que por vezes, perdendo-se, se afasta.

Compulsando genealogistas renomados, como o já citado D. António Caetano de Sousa e Felgueiras Gayo, bem como os textos genealógicos respeitantes às famílias de Chaves e circunvizinhas constantes do *Estudos transmontanos e durienses*<sup>29</sup>, da *Revista Aquae Flaviae*<sup>30</sup> e das *Raízes e memórias*<sup>31</sup>, bem como os

---

<sup>29</sup> 1983-1997.

<sup>30</sup> 1989-1994.

<sup>31</sup> N.ºs 12, 13, 14, 1996-1998.

*Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo* por Júlio Teixeira<sup>32</sup>, não se nos deparou a uma primeira vista pessoa com o nome de Diogo ou Jácome que se enquadrasse ou adequasse cronologicamente ou por outros motivos ao perfil do Fidalgo de Chaves. É o caso de um certo Diogo Andrade<sup>33</sup> que teve de Constança Álvares uma filha, Francisca de Magalhães. Porque, além de ser galego e não português, o seu neto recebeu ordens menores em 15 de Março de 1522.

Em compensação, essa pesquisa alertou-nos<sup>34</sup> para o códice 221 dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal.

Trata-se das *Notícias Geographicas e Históricas da Província de Trás-os-Montes*, constituídas por cartas e notas remetidas a D. Jerónimo Contador de Argote e a D. Manuel Caetano de Sousa, o fundador da Academia Portuguesa da História, por Tomé de Távora e (ou de) Abreu, secretário do governo das armas da dita província, natural de Chaves, e por Pedro da Fontoura Carneiro, abade de Bonçoães. Aí, nos fólhos 128-129, encontramos relação das famílias fidalgas de Chaves no século XVIII e, o que é mais importante, a fol. 113r. e 126 r., dados concretos preciosos para o nosso caso. Esses fólhos são da autoria de Abreu e Távora. A fol. 123 r., sob a rubrica “Sepulturas que há com Escudos de Armas”, pode-se ler o seguinte: “Em a capella de N. S<sup>ra</sup> do Popollo que fica extramuros [de Chaves] Esta hua sem armas que diz: Aqui jaz Diogo Pinto Pereira fidalgo da caza do Duque de Bragança, filho de Gonçallo Pinto Alcayde mor desta villa do Concelho de ElRey”. Tendo o autor registado à margem: “vy e examinei”. E no fólho 126 r. consigna-se que entre as sepulturas da capela de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves, a qual fica extra-muros, e que tinha “as mesmas indulgencias da Igr<sup>a</sup> de S. João de Laterano em Roma, concedidas pelo Papa Leão X no 4<sup>o</sup> anno do seu Pontificado, cuja bulla está em poder de João de Moraes Castro Pim.<sup>tel</sup> Senhor da mesma capela”, existe lápide de mármore, sem armas, em que se lê: “aqui jaz Diogo Pinto Per<sup>a</sup> Fidalgo da Casa do Duque de Bragança filho de Gonçallo Pto Alcayde mor desta villa do Concelho de ElRey”.

<sup>32</sup> 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1990.

<sup>33</sup> *Raízes e Memórias*, n.º 3, 1997, p. 105.

<sup>34</sup> Galvão Borges, J. G., “Abreus Zarcas” in *Estudos transmontanos e Durienses* 7, 1977, pp. 77 e ss., 92, 93, 107, e 110, nesta última com remissão para Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, III, 1752, p. 76 ss.

Curiosamente, e decerto não puro acaso, as indulgências de S. João de Latrão concedidas à Capela de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves são as mais amplas e numerosas de quantas o criado do Duque de Bragança longamente refere no seu *Tratado* (fol. 185 v. e r.). Só as que os Sumos Pontífices Silvestre e Gregório, que a consagraram, — lê-se a respeito da Igreja de São João de Latrão — concederam a todos os que a visitassem “nenhum homem o poderia contar, como testifica o beato bonifácio, dizendo se os homens soubessem as Indulgencias da Igreja lateranense nom lhes seria necessario hir ao santo sepulcro, nem a santia-guo de gualiza” (fol. 186 r.).

O informe da sepultura de Diogo Pinto Pereira cruza-se e encaixa de pleno com a *História Genealógica da Casa Real*, que regista ter D. Guiomar de Castro, filha de Fernão de Sousa, sido “primeira mulher de Gonçalo Vaz Pinto, II senhor de Ferreiros e Tendaes, Alcaide mór de Chaves e Monforte, Adiantado de Entre Douro e Minho e Traz os Montes”, o qual se achou na batalha de Toro e na tomada de Azamor com o Duque de Bragança D. Jayme, e que daquela união nasceram, entre outros, Rui Vaz Pinto, senhor de Ferreiros e Tendaes, Alcaide mor de Chaves, Camareiro-mor do Duque de Bragança D. Jaime, e “Diogo Pinto Pereira, Senhor da Honra de Villa-Mayor, que casou com D. Mecia Pereira, de quem teve sucessão.”<sup>35</sup>

D. António Caetano de Sousa menciona também, noutro passo, quanto aos fidalgos participantes na expedição ao Norte de África, “Gonçalo Pinto, Senhor de Ferreiros e Tendaes, Alcaide mór de Chaves” e “Ruy Vaz Pinto, seu filho, Alcaide mór de Monforte, e depois Senhor de Ferreiros e Camareiro mór do Duque de Bragança D. Jayme”<sup>36</sup>.

A ascendência de Diogo Pinto Pereira através dos Alcaides-mores de Chaves pode, aliás, ver-se também no *Nobiliário Felgueiras Gayo*<sup>37</sup>, bem como no *Tronco Genealógico. Pintos. Treladados de papéis que se achão no Cartorio da Casa de Balsemão de q. he Snr. o Enviado a Londres Luis Pinto de Sousa Coutinho (ano de 1784, como se vê de uma nota à margem)*<sup>38</sup>. Nestes, porém, com menos rigor e alguma confusão onomástica, devido à repetição de nomes próprios. Por último, vem também,

<sup>35</sup> D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real*, t. XII, II.ª Parte, cap. XII, § II, n.º 11.

<sup>36</sup> Idem, t. V, liv. VI, cap. VIII e t. VI, liv. VI, Cap. XX.

<sup>37</sup> Gayo, F., *Nobiliário*, tit. de *Pintos*, § 1, n.º 8 e 9 e § 30.

<sup>38</sup> Publicado por Júlio Teixeira, *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*.

mas correctamente registada em nossos dias por Mafalda Soares da Cunha<sup>39</sup>, aliás em plena concordância com D. António Caetano de Sousa. A cronologia não obsta, antes se harmoniza plenamente com a do *Tratado*.

7. Pertenceu Diogo Pinto Pereira, como se vê e, aliás, sublinha Mafalda Soares da Cunha, a uma das “linhagens fidalgas cuja tradição de serviço permanente à Casa [de Bragança] remonta ao século XV” e que nela acumularam múltiplos cargos<sup>39</sup>. A dos Pintos ou Vaz Pintos. Esta investigadora, aliás, apresenta um quadro genealógico (o n.º 24) da família em questão em que figura<sup>40</sup> Gonçalo Vaz Pinto c.c. Guiomar de Castro (1.º casamento) e Inês de Góis (2.º casamento) e entre os filhos do primeiro consórcio precisamente Diogo Pinto Pereira, ao qual se assinala uma filha também chamada Mécia Pereira.

8. Face a quanto fica exarado, parece desvendado por completo o mistério do Fidalgo de Chaves. E, todavia...

Todavia, no prosseguimento da linha investigatória exposta, procurámos saber algo mais sobre a capela de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves pelo recurso à bibliografia local. Sobre a mesma escreveram e publicaram em 1956 o Padre Silvino Rodrigues da Nóbrega, António Júlio Gomes e Francisco de Barros Teixeira Homem um opúsculo — a *Capela de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves*<sup>41</sup>. Nele se pode ler, v. g., categoricamente que “foi fundada no ano de 1516 esta ermida ou santuário por Jacome de Araújo Freire, comendador de Vilarelho na Ordem de Cristo como consta da bula concedida pelo Papa Leão X no quarto ano do seu pontificado, guardada com o maior cuidado pelos seus administradores”<sup>42</sup>. A pp. 10-11 refere-se a sepultura Diogo Pinto Pereira sem alusão à existência de nenhuma outra. Mais adiante (p. 14), reafirma-se que a capela foi fundada no ano de 1516 por Jácome de Araújo Freire, comendador de Vilarelho na Ordem de Cristo. E ainda que “Jacome de Morais Pimentel, terceiro administrador e seu neto instituiu um morgado com esta invocação que passou aos descendentes”.

<sup>39</sup> *A Casa dos Duques de Bragança. 1560–1640. Políticas Senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000, pp. 241-242.

<sup>40</sup> Ob. Cit., p. 51.

<sup>41</sup> <sup>41</sup> Chaves, tipografia Gutemberg.

<sup>42</sup> Nóbrega, S. et al., *A Capela de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves...*, p. 9.

A tudo acresce que, segundo os autores do estudo em causa, o mencionado Jácome de Araújo Freire descenderia do rico-homem D. Afonso Lopes de Sever e Lemos, oriundo dos senhores de Viscaya, contemporâneo de Afonso Henriques e de quem provieram os antigos Alcaides-mores de Chaves.

Tais informações não coincidem perfeitamente com o que escreveu Júlio Teixeira<sup>43</sup>, pois este afirma: “D. Antónia de Castro foi a instituidora [sic] do Vínculo de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves, filha de Gregório de Castro e de sua mulher D. Brites de Carvalho, [e] casou com Jayme de Moraes Pimentel de Bragança, filho de Aleixo de Moraes Pimentel, padroeiro do capítulo de S. Francisco de Bragança, e de sua mulher D. Isabel Gomes de Macedo, neto paterno de Pedro Álvares de Moraes Pimentel, padroeiro do capítulo de S. Francisco e de sua mulher D. Maria Pereira Pinto de Vila Real, e materno de Ruy Gomes de Mascarenhas, comendador de S. Miguel de Abambres na O. de Cristo, e de sua mulher D. Ana de Macedo”.

O citado Júlio Teixeira, porém, mais adiante<sup>44</sup>, alude a <sup>45</sup> Jaime de Moraes Pimentel casado com D. Antónia de Castro, “herdeira ou instituidora [sic] do Vínculo de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves, filha de Gregório de Castro e sua mulher D. Brites de Carvalho”, c. g.

Ou seja, Júlio Teixeira dá num lugar D. Antónia de Castro como a *instituidora* do Vínculo de Nossa Senhora do Pópulo e, noutro, como *herdeira* ou *instituidora* desse vínculo. Registamos o facto apenas por rigor histórico, pois a instituição do vínculo não impede que a capela haja sido fundada em 1516.

De qualquer forma, e no sentido de apurarmos o mais possível, procurámos conhecer os termos da bula de Leão X respeitante à capela de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves. A nosso pedido, o Dr. Jorge Leite, da Câmara Municipal de Chaves, procurou saber localmente o actual paradeiro da mesma. Conseguiu, todavia, apenas obter informação de que estaria desaparecida há anos. Por nosso turno, pudemos verificar que a bula em causa não se acha referida por José dos

---

<sup>43</sup> Teixeira, J., *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo...*, t. I, p. 531, título de “Moraes e Castro – padroeiros de Nossa Senhora do Pópulo de Chaves”.

<sup>44</sup> No vol. III da sua obra em causa, p. 122 (título de “Moraes Pimentel. Ascendência do arco de Vila Real”, p. 122 e ss.).

<sup>45</sup> Teixeira, J., *ob. cit.* p. 125.

Santos Abranches na *Suma do Bullario Portuguez*<sup>46</sup>, o que aliás não é de estranhar pois se trata, aliás, de mera recolha selectiva.

Restava, perante, isto pesquisar a bula no Arquivo do Vaticano. Prontificou-se a fazê-lo, a nosso pedido, o Bispo D. Carlos de Azevedo, Delegado do Conselho Pontifício para a Cultura, o qual transmitiu que o inventário das bulas de Leão X pelo Cardeal Joseph Hergenrother e Franz Hergenrother, *Regesta Leonis X*, com milhares e milhares de bulas mencionadas, foi interrompido no ano de 1515 (16 de Outubro), prosseguindo apenas para o de 1517<sup>47</sup>. Ou seja, não abarca precisamente o ano de 1516, que interessava.

Voltando ao ponto em causa. Uma coisa é a instituição de um vínculo, outra a fundação de uma capela. De resto, o próprio Júlio Teixeira manifesta a sua dúvida quanto a D. Antónia ter sido *herdeira* ou *instituidora do vínculo*.

De um ou outro modo, não parece questionável que a capela de Nossa Senhora do Pópulo haja sido erguida em 1516. E não sendo isso questionável, teremos que existirão dois fidalgos de Chaves, um Diogo e outro Jácome, que coincidem no tempo com o autor do *Tratado*, ambos descendentes dos Alcaides-mores de Chaves, ambos comendadores de Cristo, ambos ligados à capela de Nossa Senhora do Pópulo. Aparentemente, pois, um empate técnico...

9. Para resolver o problema desenharam-se-nos alguns caminhos possíveis. Em primeira linha, a pesquisa arquivística. No Arquivo de Vila Real, na Torre do Tombo e no Arquivo Histórico da Casa Ducal de Bragança em Vila Viçosa. Ora, quanto ao Arquivo de Vila Real, a documentação nele conservada é posterior ao período de 1510–1517, conforme resulta do *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real* publicado por Fernando de Sousa e Silva Gonçalves<sup>48</sup>, e ainda do respectivo *Guia de Fundos*, dado à estampa por Manuel da Silva Gonçalves e Paulo Mesquita Guimarães<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> Santos Abranches, J., *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez – Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra, F. França Amado, 1895.

<sup>47</sup> Hergenrother, J. e Hergenrother, F., *Leonis X Pontificis Maximi Regesta*, Friburgi Brisgoviae, 1884–1885 (fasc. 1-6) e 1891 (fasc. 7-8).

<sup>48</sup> I, 1976, Junta Distrital de Vila Real; II, 1979, Assembleia Distrital de Vila Real; III, 1983, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real.

<sup>49</sup> Vila Real, Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo e Arquivo Distrital de Vila Real, 1999.



Já quanto à Torre do Tombo, o índice de próprios da Ordem de Cristo nada ajuda e nos índices de próprios das Chancelarias de D. Manuel I e D. João III não se encontram nenhum Diogo Pinto Pereira, nem qualquer Jácome de Araújo Freire. Aparecem, tão só, mercês a Diogo Pinto. Na do *Venturoso*, carta privilégio de fidalgo, para três comarcas (Estremadura, Beira e Entre Douro e Minho), com cláusula de escuso (isento) de aposentadoria (14 de Março de 1510)<sup>50</sup>, e carta de escudeiro<sup>51</sup>; e na do *Piedoso*, carta de escudeiro<sup>52</sup>. Em nome de Diogo Pereira, há registo de uma carta na Chancelaria de D. João III de privilégio do foro de fidalgo<sup>53</sup>. E para Jácome de Araújo, na Chancelaria de D. Manuel, uma carta de escrivão das cisas de Lampazes<sup>54</sup> e carta para fazer o sinal público<sup>55</sup>. Nenhum destes registos procede, contudo, pois não faz sentido um privilégio de fidalgo outorgado pelo rei a quem já o possuía pelo Duque de Bragança. Acresce que a carta de D. Manuel I data de escassos dois meses antes da longa ausência de Portugal do autor do *Tratado*, o que não deixaria de ser estranho; e que o Diogo Pereira constante como tal do índice de próprios de D. João III é, na realidade, como se pode ler no respectivo documento, um Diogo Pereira de Sampaio. Muito menos fazem sentido cartas de escudeiro, isto é de um extracto que ele próprio minimizava e a que se achava superior. Quanto à carta de escrivão de Lampazes (Vila Franca), a despeito de, como se pode ver na obra já atrás citada de Mafalda Soares da Cunha<sup>56</sup>, Lampazes se integrar na comarca — ouvidoria de Bragança e por isso ser de jurisdição do respectivo Duque, o cargo de escrivão de uma tal localidade representa algo nitidamente menor. Não se coaduna com o estatuto do Fidalgo de Chaves autor do *Tratado*. E não corresponde, aliás, o nome do detentor (Jácome de Araújo) ao nome integral do fundador da capela de Nossa Senhora do Pópulo (Jácome de Araújo Freire). Não vai sem dizer, já agora, também, e por remissão para um eventual Jácome de Araújo “*escrivão da câmara do Duque de Bragança*” que segundo Sylvie Deswarte-Rosa terá sido posto e trazido

<sup>50</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fol. 7 e 7v, liv. 30 fol. 85v.

<sup>51</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fol. 7v.

<sup>52</sup> ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 52, fol. 113.

<sup>53</sup> <sup>53</sup> ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 20, fol. 141.

<sup>54</sup> <sup>54</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fol. 136-136 v.

<sup>55</sup> *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 35, fol. 30 v.

<sup>56</sup> *A casa dos Duques de Bragança...*, p. 204.



à colação por Aníbal Pinto de Castro, que as duas escrivancias não se equivalem em termos da respectiva importância. Escrivão de um pequeno lugar não é compatível com escrivão da câmara ducal, isto é, alguém de grande confiança e ao serviço directo do primeiro dos senhores da nobreza em Portugal. De resto, a Jácome de Araújo escrivão da câmara do Duque de Bragança concedeu D. Manuel I a carta para fazer sinal público em 27 de Maio de 1513, o que em termos cronológicos afasta definitivamente a hipótese de Sylvie Deswarte de identificação deste com o nosso autor, o qual, convém lembrar, se encontrava desde 1510 em Itália, onde permaneceu até 1517.

Por último, e quanto ao Arquivo Histórico da Casa de Bragança em Vila Viçosa nada resulta igualmente, o que não admira. Porquanto é escassa a documentação do Duque D. Jaime nele existente, visto a maior parte, que se encontrava ao tempo do Terramoto de 1755 em Lisboa, haver, então, perecido. Apenas num Tombo dos bens do Duque de Bragança em Chaves<sup>57</sup>, cópia (1611) de original de 1520 do escrivão Vasco Ribeiro, no fol. 3v., se refere um sobrado que traz Jácome d'Araújo (e não Jácome de Araújo Freire), na Rua Direita, o que nada permite concluir para o caso presente.

10. Resta, depois de tudo isto, proceder a um exegese dos elementos de que se dispõe.

Se Jácome de Araújo Freire era Comendador de Cristo (não figura, todavia, no índice de próprios da respectiva chancelaria), a verdade é que o autor do *Tratado* o foi também, mas aquele da Ordem portuguesa do nome e o “Fidalgo de Chaves” da Ordem Pontifícia. Por outro lado, se Jácome de Araújo Freire descende dos primitivos e, em 1516, já longínquos Alcaides-mores afonsinos de Chaves, Diogo Pinto Pereira entronca nos Alcaides brigantinos da mesma cidade, isto é, nos contemporâneos do *Tratado* e próximos dos Duques de Bragança. Finalmente, se a um se deve a fundação da capela de Nossa Senhora de Pópulo em 1516 quando o autor do *Tratado* deambulava por Itália, o outro é o único, como informam Távora e Abreu e os autores da monografia sobre a capela, que jaz aí, e sepultado em campa mencionando expressamente a qualidade de fidalgo da Casa do Duque de Bragança.

---

<sup>57</sup> Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Cota NG 484.

Os pratos da balança pendem, assim, clara e inequivocamente para Diogo Pinto Pereira. E se não parece sofrer dúvida que Jácome de Araújo Freire fundou a capela da Senhora do Pópulo em 1516, é lícito, ponderando quanto se registou, equacionar que Diogo Pinto Pereira, autor do *Tratado*, em Roma nessa altura, haja sido o “agente” da obtenção da bula com as indulgências relativas à mesma e idênticas às de S. João de Latrão, que o *Tratado* *longamente regista*. Isso e a devoção a Nossa Senhora do Pópulo, que levou o Fidalgo de Chaves, acabado de arribar à cidade de S. Pedro, antes de tudo o mais a “deçer” a Nossa Senhora do Pópulo, a que se “tinha prometido” (fol. 139 v.). Tal explicaria por que razão foi enterrado na Capela de Nossa Senhora do Pópulo de Chaves, sua terra, não sendo o fundador e por que razão é o único cuja sepultura aí consta.

Diga-se de passagem, a respeito da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo na Cidade Eterna, que uma das coisas que nela atrairia, tempos depois, a atenção de outro português, Francisco de Holanda no seu *Da Pintura Antiga*, foi a imagem da Virgem aí existente e atribuída, como a imagem de Cristo na capela do *Sancta Sanctorum* da basílica de São João de Latrão, ao Apóstolo São Lucas: “da Virgem Maria Nossa Senhora — escreveu ele — [...] vi em Nossa Senhora do Pópulo a sua imagem antiquíssima feita pelo mesmo São Lucas com o menino paleado em o collo” (*Da Pintura Antiga*, liv. 1, c.XXVII).

11. Identificado o Fidalgo de Chaves autor do *Tratado*, proporciona-se reavaliar uma *vexata quaestio* que se põe quanto ao autor. A qualidade em que o escreveu. Divergem, de facto, as opiniões a tal respeito. Assim, por exemplo, Luís de Matos classifica-o como “agente de D. Jaime em Roma”<sup>58</sup>. Já, porém, Eugenio Ansensio entende que, não obstante haver “servido en su mocedad al duque D. Jaime con quien comparte muchos recuerdos”, o fidalgo “no parece haber ido a Roma como agente do Duque sino como pretendiente a *comendas* de Christus y prebendas outorgadas por la curia papal”<sup>59</sup>. Os juízos nesta matéria permanecem contraditórios até aos dias de hoje. Assim, Paulo Lopes, quer na sua tese de doutoramento — *Um agente Português na Roma Renascentista* —, quer na edição do *Tratado* sob o título *Memórias de um Fidalgo de Chaves*, não hesita em encará-lo

<sup>58</sup> Matos, L., *A corte literária...*, p. 20.

<sup>59</sup> Ansensio, *ob. cit.*, pp. 9-10.

como um agente do Duque de Bragança. António Mega Ferreira no ensaio atrás referido, por seu turno, coloca sucessivas reservas neste ponto.

Reconhecendo a ignorância sobre a identidade do Fidalgo de Chaves e por que motivo passou a Itália, lembra Mega Ferreira que Paulo Lopes o considera um «possível agente brigantino» com o encargo informativo, para, todavia, logo colocar uma reserva: “não se conhecendo correspondência datada do período da [...] permanência [do fidalgo] nem qualquer outro documento informativo, esta hipótese tem algumas arestas que o bom senso tem dificuldade em limar”. Dois argumentos base confluem, segundo ele, como obstáculo. Por um lado, a dificuldade de subsumir as *Memórias* plurifacetadas, verdadeiro “compósito de estilos”, num “relatório de missão mais ou menos oficial”. Por outro, como explicar que tal só sucedeu quatro anos depois do regresso do fidalgo a Portugal? “Mesmo tendo em conta — prossegue Mega Ferreira — que o tempo histórico era consideravelmente menos urgente que hoje, será admissível um tão longo hiato (onze anos bem medidos) entre o início da missão e a produção do seu resultado escrito?”. Não olvida ser “certo que o manuscrito é dedicado ao duque [de Bragança] e que, com alguma regularidade, o escritor lembra que é seu intuito informar adequadamente o seu senhor”. Para logo, porém, questionar se o escrito do fidalgo “corresponde [...] a um verdadeiro encargo” ou “a uma “memória” que, talvez em tempos de menor ocupação, o fidalgo resolveu lavrar *motu próprio* em honra de D. Jaime”. Para Mega Ferreira, há não só um “mistério mais ou menos detectivesco” que o *anonimato* do fidalgo *encerra*, mas ergue-se também, “uma questão relevante que resultará do estabelecimento seguro (que talvez nunca venha a ser possível) de quem era o fidalgo ou, pelo menos, do título a que este se deslocou a Roma em 1510” (Mega Ferreira, *ob. cit.*, pp. 245-246).

12. O essencial reside desde logo em saber que se entende ou deve entender como *agente*. Nomeadamente, se queremos ou não referir alguém com um encargo formal ou oficial, como um embaixador, por exemplo, ou apenas alguém encarregue da simples transmissão de informação. Nesta primeira acepção, torna-se manifesto que o fidalgo não era um agente, porque o Duque de Bragança não possuía poder para nomear diplomatas. Por outro lado, e ainda que o pudesse fazer (e não podia), a relação de serviço que o fidalgo veio a ter com o Cardeal Alfonso Petrucci seria manifestamente incompatível com tal. Já num sentido mais genérico de uma simples

missão, encargo ou incumbência informativa e não oficial a denominação de agente não repugna. E com isso se não choca a procura de benefícios, nem a feição poliédrica do seu texto. Tão pouco, a circunstância de só ter sido redigido alguns anos depois do retorno do fidalgo á Pátria. Nele consigna-se quanto viu e ouviu em Itália e julgou merecedor de compilação para leitura do Duque de Bragança seu senhor, correspondente naturalmente a circunstâncias e factos múltiplos, mas também necessariamente a enfoques diversos, para não dizer às suas próprias vivências.

O Fidalgo decerto, e não sem motivo, intitulou essa exposição como *Tratado*, palavra que significa o que foi objecto de *trato* e se colige de forma didáctica sobre determinada matéria ou assunto. No *Tratado* recolhe para Sua Ilustríssima Senhoria o Duque o que já lhe haveria transmitido, quer directa e verbalmente ao tempo da chegada a Portugal, quer antes por meio de missivas. E não se pode argumentar com a ausência ou falta de conhecimento de correspondência sua para o Duque durante o tempo em que permaneceu em Itália, pois, como se anotou, o arquivo de D. Jaime pereceu na sua quase totalidade em 1755. O próprio *Tratado* só chegou até nós através de mera cópia.

Ao seu feliz conhecimento podemos hoje acrescentar a identificação do autor: Diogo Pinto Pereira, sepultado na capela de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves, fidalgo da Casa do Duque de Bragança, filho de Gonçalo Pinto, Alcaide-mor de Chaves, do Conselho de El-Rei, que combateu em Azamor com alguns filhos e tomou parte na conquista cuja celebração apoteótica em Roma o nosso autor entusiasticamente descreve.<sup>60</sup>

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017)

<sup>60</sup> Desejamos exprimir vivos agradecimentos à Professora Isabel Graes pela ajuda dispensada na pesquisa de elementos no Arquivo da Torre do Tombo; ao Mestre Jorge Testos que procedeu à leitura paleográfica dos documentos em apêndice; à Dr.<sup>a</sup> Marta Páscoa, relativamente ao Arquivo da Casa de Bragança; ao Dr. Jorge Leite, da Câmara Municipal de Chaves pela procura local de informações respeitantes à bula de Leão X; à Dr.<sup>a</sup> Sofia Soares, bibliotecária da Faculdade de Direito de Lisboa, que através do empréstimo inter-bibliotecário universitário nos obteve a possibilidade de consultar as obras de Minnucci; à Professora Guia Bonni em virtude da gentil disponibilização do seu livro *Un Portoghese nella Roma del Cinquecento*; ao Dr. Lourenço Correia de Matos, quanto a sugestões bibliográficas sobre famílias antigas de Chaves. E, por último, mas não o último, ao Bispo D. Carlos de Azevedo, Delegado Pontifício para a Cultura, a pesquisa no Arquivo do Vaticano relativa à bula das indulgências da capela de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves. A todos bem hajam.

\* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

## APÊNDICE DOCUMENTAL

14 Março 1510 (Santarém) – carta de privilégio de fidalgo a Diogo Pinto  
*Chancelaria de D. Manuel I, Livro 3, fol. 7v.*

Dom Manuell cetera Item carta de privjlegio de fidalgo em forma a diogo pynto pera tres comarca.s. estremadura E beira E amtre douro E mjnho com crausola d'escuso d'apousemtadoria ¶ por dom pedro bispo da guarda feyto em santarem a xiiijº dias do mes de Março joham alvarez a fez anno de mjl bº x

27 Maio 1513 (Lisboa) – carta para fazer o sinal público a Jácome de Araújo, escrivão da câmara do Duque de Bragança  
*Chancelaria de D. Manuel I, Livro 35, fol. 30v.*

Dom manuell cetera A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça E merçe a Jacome d'a Raujo stpriuam da camara do duque de bragança cetera meu muyto amado E precado sobrynho que nollo por elle pedio temos por bem E nos praz E queremos que o dito Jacome d'a Raujo faça E posa fazer ppublico em todallas cousas que toquarem a sa fazenda do dito duque E em todas E em quaes quer outras que elle em sua casa E por sy mesmo lhe mandar fazer em que stprituras ppublicas aJam de ser de ser feytas E esta merçe lhe fazemos por bem de huum noso aluara que pera elle de nos ouve de que o theor tal he ¶ Nos ElRey fazemos saber a vos noso chamceler moor que nos tynhamos outorgado ao duque de bragança cetera meu muyto amado E precado sobrinho que Joham de ferreira seu stpriuam da camara fizesse ppublico em todas as cousas suas E porquanto ora o dito Joham de ferreira viue com nosquo E nos serue nos pediço que lhe outorgasemos pera outro E visto per nos este presente noso alvara nos praz E lhe outorgamos que Jacome d'a raujo seu stpriuam da camara posa fazer E faça pruuico em todas as cousas que tocarem a fazemda do dito duque meu sobrinho em todas as quaes quer outras que elle em sua casa E por sy mesmo lhe mandar fazer e a que stprituras ppublicas aJam de ser feytas Porem vollo noteficamos asy que vos mandamos que lhe mandees dello dar E fazer sua Carta em forma daujda por que asy nos praz feyto em lixboa

a xxij dias de mayo aluaro fernandez a fez anno de mjll E b<sup>c</sup> xiiij E Porem mandamos que sendo as ditas stp rituras ppublicas feytas pollo dito Jacome darauJo cetera em forma dada em lixboa a xxbij dias de mayo ElRey o mandou per o doutor ruy boto do seu conselho E chanceler moor em seus reynos E senhorjos aluaro djaz a fez anno de myll E b<sup>c</sup> xiiij annos

Eu Jacome d'arauJo o conteudo nesta carta acima estprita fiz aquj meu sinall pubrico que tal he

[sinal]

15 Novembro 1516 (Lisboa) – carta de escrivão das sisas da comarca de Lampazes a Jácome de Araújo, morador na cidade de Bragança

*Chancelaria de D. Manuel I, Livro 25, fols. 136 e 136v.*

Dom manuell cetera fazemos saber que a nos disseram ora como hum Ruy de novaaes morador em vjlla framca termo da cidade de bragança stpriuam das sysas da comarca de lampaces tem feitos taaes erros E malleficios no dito officio per onde e com direito perdeu antre os quaaes he que elle lle vou duas vezes o pormeio de seu ofyçio a muitas pessoas .s. anno de b<sup>c</sup> xiiij<sup>o</sup> E b<sup>c</sup> xb levou ao comcelho de vjlla boa de carçom de protestaço es que fez em seu lljuro sesenta reais e ao Concelho de curuJas lxxx ou lR reais E doutros Concelhos per a dita guisa E depois de lhos asy ter llevados E Recebjdos os lançou outra vez em despesa Juntamente no dito lljvro E tornou a Receber Juntos do Recebido por as ditas protestaço es çinquo mjll reais sem descomtar os que asy ja Recebidos por omde foram pagos duas vezes e bem asy que nos ditos anos levou de peita E partydas aos Rendeiros das ditas sysas E ao Concelho dupois dozentos allqueires de trigo E dez mjll reais em djnheiro nam tendo mais de mantimento ordenado que mjll b<sup>c</sup> reais E esto allem De todos seus dereitos E pormeio os quaes Rendeiros eram duarte nunez morador em quintella e esteuam cardoso morador em vylla framca E bem asy injurya e espamca as partes por lhe virem requerer sua justiça como fez a hum Rodrigo annes morador em macedo sendo enlugido pollo pouo pera Repartir a dita sysa E por o Juiz dos agrauos della E asy que Recebeo o dinheirro que nos pertence de nosso pagamemto E o lamçar em despesae o leva pera sy dizendo que lhe pertemce pollo qual elle perde o dito officio E nos o podemos

com direito dar a quem nos prouver E ora querendo nos fazer graça e merçe a Jacome da raujo morador na dita cidade de bragamça confiando dele que ho fara bem e verdadeiramente e como compre a noso servyço e a bem das partes temos por bem e lhe fazemos do dito ofiço merçe quamto a nos pertencer e com direito lho dar podemos E porem mandamos ao noso contador da dita comarca E cetera em forma dada em llixboa a xb dias de Nouembro el Rey ho mandou pello conde do vymjoso veador de sua fazenda Jorje fernandez a fez de mil b<sup>c</sup> xbj

30 Abril 1534 (Évora) – carta de privilégio de fidalgo a Diogo Pereira de Sampaio, fidalgo da casa do rei

*Chancelaria de D. João III, Livro 20, fols. 141 e 141v.*

Dom Joham cetera a vos Juijes E Justiças das villas E julgados da comarqu dantre douro E mjinho E a todolos outros hoficiaes e pessoas de meus Reynos a que esto ho conhecimento pertencer per qualquer guisa que seya a que esta mjinha carta ou o trellado della em ppublica forma feita per autorydade da Justiça for mostrada saude sabede que eu querendo fazer graça E merçe a diogo pereira de sam payo fidalgo de mjinha casa porquanto esta prestes para me servjr na guera com seus cavalos E armas quando lhe por mim for mandado visto huum alvara per mym asynado E publicado pela mjinha chancelaria de que o teor he o seguynte desembargadores do paço amjgos Ey por bem E me praz que pases privjlegio de fidalgo em forma a diogo pereira de sam payo fidalgo de minha casa comprio asy anryque da mota o fez em eVora aos xbiiij<sup>o</sup> dias de março de mjll b<sup>c</sup> xxxiiij<sup>o</sup> tenho por bem E mando que daquy em diante seyam privjlegiados E escusados todos seus caseyros amos mordomos E lavradores que estyverem E lavrarem em suas terras E quyntas E casaes encabecadas E os que lavrarem em suas proprias erdades E os outros que contynuadamente com elle vyverem ou servjrem de capas E sayos que lhes elle der E sem outro nehum Engano nem malycya E que nam paguem em nehuas peytas fintas nem talhas pedidos nem emprestidos nem outros nehuns encargos que pollos Concelhos onde morarem ou moradores forem sam ou forem lançados per qualquer guisa que seya nem os constrangaes que vam com presos nem com dinheiros nem seyam tyttores nem curadores de nehuas pessoas salvo se as tytoryas forem lydimas nem ajam officios do Concelho



contra sua vontade tyrando os quatro encargos de mjnha ordenaçam nem syr-  
vam em outros nehus encargos nem servydoes do Concelho . scilicet. que ho  
caseiro ou lavrador ou mordomo seya huum em cada hua quyntaa ou casall que  
ora tem povorado ou que ja dantes povorado ffose E que lavrarem em suas erda-  
des propias E em outras nam E emquanto as asy lavrarem E povoarem como dito  
he E se em outras erdades lavrarem que nam seyam suas mando que paguem  
E peytem como os outros E serviram por elles outro tanto tempo do anno quanto  
montar a esas outras erdades que asy lavrarem E nam o fazendo asy este pryvy-  
legio lhe nam valha fazendo como dito he mando que lhe seya comprido E guar-  
dado salvo em de fendimento da villa onde morarem ou no termo della E em  
Refazimento de muros pontes e fomtes E camjnhos E calcadas de que mando que  
nam seyam escusados E eses que asy forem escusados seyam taes pessoas que  
nam Ajam contyas a terem cavalos nem seyam besteiros do couto nem amdem  
na vintena do mar E porem mando a vos jujzes E Justicas das ditas villas E luga-  
res E Julgados da dita comarqua que com ho meu almoxarife E escryvam veyais  
esto fazer E o fazee comprir E guardar esto que dito he E se hy nam ouver almo-  
xarife que o veyaes vos Justiças com ho tabeliam de cada huma vylla ou lugar  
E o ffazee asy fazer hu lyvro em que todo esto seya esprito bem E verdadeyra-  
mente sem malycia E nam ache eu ay all ao depouys E se ora algus dos seus  
caseyros lauradores amos mordomos sam ou forem arupados pera hyrem a guera  
aservir por maar ou por teraa ou algum outro cabo despoys que ouverem daver  
o seu E lavrarem aas ditas erdades como dito he mando aqueles que tyverem o  
cargo que os tyrem dos lyvros das apuracoes E que ponham outros em seus loges  
que pera ello seyam pertencentes Outrosy mando E defendo que nam seyam  
nenhum tam ousado de qualquer estado E condiçam que seyam que lhes nam  
pousem em suas casas em suas casas de morada adegas nem cavalarycas nem  
lhes tomem seu pam vinho roupa palha lenha galinhas gados nem bestas de sella  
nem dall barda boys nem caros nem outras cousas de seu contra suas vontades  
E esto lhe faco de graca em quanto mjnha merce for E Porem vos mando que asy  
o cumpraes E guardes este prevylegio em todo bem E comprydamente E pela  
guisa E maneira que nelle for conteudo sob pena dos Meus encoutos de seys myll  
soldos que mando que pague pera mym qualquer que lhe contra elle for os quais  
mando ao a meu almoxarife que as aRecade pera mym E ao escryvam de seu  
oficio que os ponha sobre elle em Receita so pena dos ambos pagarem de suas



casas E nam vades nem consyntaes hyr Contra elle nenhuma guisa que seya senam ende certos que se os contrario fazerdes que a uos me tornarey por ello como mjnha merce for E lhe farey mays pagar per vosos beens todalas perdas E danos que se lhe pela dita Rezam seguyrem por quanto mjnha merce E vontade he de lhe ser comprido E guardado este prevylegio pela guisa que em ele he conteudo E all nom facaes dada em a mjnha cidade devora aos xxx dias do mês dabryll elRey o mandou per dom bras neto bispo de santiago e pelo doutor christovam esteve da espargosa ambos do seu conselho E desembargo E seus desembargadores do paço E piticoes ffrancisco pirez a fez per Joham Lourenco estryvam anno de myll b<sup>c</sup> xxxiiij anos Eu Joham Lourenço a sob escrevy



## Elogio acadêmico de Agustina Bessa-Luís

EDUARDO LOURENÇO<sup>†</sup>

Raramente terá Agustina explicitado e posto em fábula a sua poética — não só ficcional mas vital — como na caixinha das surpresas fulgurantes e aleatórias que é o livro *Um Cão Que Sonha*. Nela, autobiografia e mitologia andaram sempre a par. É mesmo essa a sua marca específica na ficção portuguesa do nosso século. Aqui, através da evocação de Maria Pascoal, jovem morta com um livro de génio à sua conta, visivelmente, Agustina revisita-se. A espiral sobre si mesma quase fechada de *A Sibila* é uma série de espirais em volta desse destino ímpar de Maria Pascoal que numa daquelas audácias a que nos habituou, Agustina enlaça com o destino de Nausica, a quem atribui, talvez para consolo de todo o feminismo cultural, a autoria da Odisseia...

Esta audácia parece pouco compatível com o charme emocional da precoce Maria Pascoal em que vê (e quem melhor o poderia ver?) “a fonte dos seus sonhos e vontades”. Dos seus, de autora precocemente e, ao contrário de Maria Pascoal, duradouramente célebre e celebrada. A passagem em que regista, por conta do seu jovem duplo, essa clausura, é, como tantas vezes em Agustina, de uma deliciosa ironia e lucidez: “Se Maria Pascoal chegasse a uma provecta idade, o que não foi o caso, havia de voltar o pensamento para o Monte-Faro e ver aí a fonte dos seus sonhos e vontades.” Sem estar ainda na provecta idade, Agustina, durante todo o seu livro (em toda a sua obra?) volta o seu olhar para o Monte-Faro dos sonhos informes e devastadores da adolescência eterna. E é com o olhar que vale toda a lucidez e todas as intuições dos seus comentadores, pois nela se misturam confissão e criação do seu mito pessoal. Escreveu: “Um dia vestiram-me de anjo para figurar num “quadro vivo” *A Escada de Jacob*. E a minha desilusão foi a de ter de vestir um colete onde estavam cosidas as asas. Foi a de aceitar a realidade do fingimento, a de não haver anjos mas só impostores. Mas hoje sinto um orgulho em ter sido um dos anjos na escada de Jacob, perto duma realidade forte e generosa como um amor sem sentimentos humanos.” (*O Livro de Agustina Bessa-Luís*, 2002, p. 111).

Confessar que se é um ser de exceção, não se confessa, com facilidade. Em *Um Cão Que Sonha* (em toda a sua obra) Agustina é uma memória mais rica que a verdadeira memória, uma memória que sonha um passado de sonho para no-lo tornar sensível, inesgotável como um verdadeiro presente. Recordando no interior de um presente que é sempre um passado sem margens ou um futuro virtual, Agustina desenrola diante de nós a viagem sem começo nem fim que é a sua escrita. Ela é o lugar do seu autêntico nascimento, a perpétua revelação de um tempo já morto e supremamente vivo, o que dorme nos armários fechados, nos corredores cheirando a maça, um tempo esfarelado, filho e pai de novas emoções que no fim sem fim da evocação se consolida e se torna lixo como a eternidade.

Para se encontrar, Agustina fiará como Penélope dos dois lados morais opostos, o da sombra e o da luz, a teia do mundo. As suas palavras, as suas imagens são fios desse tempo prisioneiro das coisas e dos seres, impregnado até à obsessão do gosto minucioso da vida, dos gestos dos vivos e dos mortos, entre violência e enigma, que confluíram na sua alma e a converteram num caleidoscópio de aventuras sublimes, grotescas, lamentáveis. Mas ao fim e ao cabo o único espelho das nossas vidas.

No início de *A Sibila*, o seu livro mítico, em si acabado e nunca findo — por isso termina no famoso “porque... porque...” —, e para aceder ao seu próprio rosto que Germana a herdeira se lembra de Quina, essa mulher que, num mundo arcaico e cruel para as mulheres, soube viver como uma criatura indomável, monstruosa e sublime, imagem de uma nova santidade, *viva*, como nenhuma outra da nossa literatura moderna, até por última — *Sibila* é o anúncio de uma nova — porque *eterna* — *humanidade* menos aquém ou além do Bem e do Mal que do milenário e desigual par humano e, a esse título, ao mesmo tempo um trunfo e novo epitáfio. Mas o que o seu romance consagrou foi a irrupção de um tempo alheio precisamente às teias implícitas de uma “modernidade” sem lugar para a obscura, irreduzível e incompreensível existência do único par *diferente*, pois tudo é *diferente*, foi naturalmente diferente como Leibniz o pensava das duas folhas tão iguais para nós. Em *Sibila*, Agustina dá corpo a uma figura *singular* mas de algum modo arquétipo de um destino de *eleita*, de uma eleição selvagem, ardente, como a de todas as que receberam o dom de ser quem são e de si como uma torrente ao fundo e ao limite de si mesma, dos que se queimam por nada no fogo da vida.

A obra de Agustina cobre, desde há meio século — quando apareceu na cena portuguesa como uma revelação —, a roda do nosso sol literário. A imagem parecerá obscura ou inadequada pois isso poderia querer dizer que a obra de Agustina ensombrou a paisagem literária nacional quando seria preferível dizer que ela a incendiou, que a assolou pela sua energia criadora, a sua proliferante presença, a sua diversidade de interesses e temas e, sobretudo, a sua incodificável e inconfundível originalidade. Não a posso comparar senão a uma sarça ardente, a qualquer coisa que como a bíblica representação da presença ofuscante de Deus, queima e ilumina. “Fogo e luz que em si mesma se consomem” e sem cessar se renovam, pois de nada mais vivem que da entrega sem entraves aos poderes de uma imaginação que os deuses lhe deram para que usasse dela como quem brinca, que é a maneira mais séria de existir.

A palavra de Agustina é tão caoticamente libérrima, tão rente à voz clónica da *Sibila* onde de uma vez para sempre se identificou com a vocação e o destino que escolheu de exprimir como em transe as revelações mais obscuras do sangue, do sentir, do sonho, do delírio, que é uma pretensão ridícula tentar remetê-la para aquela visão humanística da literatura que precisamente a espécie de milagre da sua ficção veio desarrumar e nunca mais será o que era antes dela.

Ninguém nasce de uma bolota, dizia Homero. Agustina descobriu a sua voz lendo-o — e imaginando-o como se ninguém tivera lido nada antes dela — sem muitos conselhos, entregue aos mil livres que lhe caíram nas mãos, na solidão povoada da sua infância, sonhando-a neles, inventando-a neles, refazendo-a, povoando a sua extraordinária memória das coisas vividas única na nossa literatura — dessa segunda vida, unicamente *imaginária*, a verdadeira vida, aquela onde o vivido se transfigura numa espécie de *ópera permanente*, com ela no centro ocupando ao mesmo tempo todos os lugares do palco.

Como todos os grandes escritores portugueses, Agustina é um extraordinário poeta. Poeta no sentido de Wilhelm Dilthey de alguém que concentra em si a energia criadora de uma época num grau incandescente. Ou, se se quiser, monstruoso. Mas a sua vocação não é a de dar voz à recatada subjectividade, à pura música interior. Agustina é uma guerreira, a sua guerra é a guerra do mundo, com o mundo, no mundo, como se fosse um mar de paixões, de violência de corpo e alma, o mundo como o século de Literatura masculina o havia pintado, vivido, assumido, deixando a outra metade dele na sua recatada

contemplação. Com exceções, a maior de todas por primeira, a da autora de *O Monte dos Vendavais*. A crítica agustiniana aproxima muito a autora de *A Muralha* da gesta de Faulkner, do seu mundo de íntima violência, de inconfessáveis desejos, do amoroso culto da fatalidade e à evocação do seu condado arcaico Entre-Douro-e-Minho bastante para os aproximar. Mas a sua família é antes a de Emily Brönte. Bem mais do que as derrapagens nela incontroladas das múltiplas temporalidades que se cruzam nas suas histórias que nunca acabam e recomeçam porque nada as conduz senão o fio de uma memória oscilando sem cessar entre o vivido e o imaginário, mundo da pura evocação, evanescente como presença e de uma luz quase sobrenatural como coisa passada nesse passado ressuscitado [...].

A matriz romântica da sua escrita e visão do mundo foi desde cedo assinada, mas a sua pulsão não é a da nostalgia, salvo a do Paraíso... e desse momento para o de todos os tempos em que nada estava perdido e que só perdemos por falta de imaginação, pois esse tempo sem morte está sobre tudo o que existe para quem, como Orfeu, desce aos infernos para o resgatar. Bem jovem, Agustina, se lermos o que ela conta numa dessas infâncias inesgotáveis que lhe servem de álbum, se atribuiu essa missão de resgatar do esquecimento a árvore da vida onde enraíza, não na sua universalidade abstracta, mas na sua trama de destinos cruzados, sepultados no tempo, mas vivos misteriosamente inventando-se como numa genealogia real para a sua aparente e modesta história. Num dos seus mais barrocos e luxuriantes romances, *Os Incuráveis* — que são pelo menos dois —, revisitando e inventando-se com uma lucidez ofuscante na sua infância-adolescência solitária já cheia de pressentimento, se não de certeza da sua *eleição*, a colegial Maria seu visível-duplo retrata-se: “Deitava-se cedinho para visionar que era uma mulher maravilhosa, apaixonando-se como Isolda por um cavaleiro ferido; a sugestão das ligaduras brancas, da dor, desse clarão de paixões que se materializa e é tão simplesmente possível, e tolo e alegre e magnífico, na vizinhança com a morte, fazia-a estremecer. Uma avidez de destino derramava-se em todo o seu ser, e ela chorava. Porque tardava tanto tudo o que tardava havia centos de anos, havia serões sem conta, horas de morte e de renascer, horas paradas e em que até os seus cabelos e as suas unhas não cresciam, na expectativa dum milagre?! Espera — diziam as suas lágrimas inconsequentes e que saltavam sem lhe molharem o rosto; espera, espera

— diziam os pés que tropeçavam esfolando os sapatos de colegial, e dizia-o também a sua alma maravilhada, cega, tranquila, que a fazia rir no sermão das trevas, rir na câmara ardente dos mortos que se expunham aos que passavam, nos quartinhos baixos dos pescadores”. (*Os Incuráveis*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956, p. 267).

Todo o trecho, um entre tantos outros perdidos na torrente quase sufocante das suas evocações parecendo uma Santa Teresa às avessas — mas também às direitas — decidida a tomar o mundo nos seus braços, aventureira como ela sonhando com empresas em Marrocos e martírio. Não seria senão em antecipação a essa guerreira disposta a pôr o mundo a seus pés mas que para essa vida textual — de texto, *textura* — a sua vida real, que a ainda jovem autora de *A Sibila*, de *A Muralha* e de *Os Incuráveis* se preparou. Esperou-se no passado e o passado por sua mão veio ao seu encontro. Em poucas personagens a poética da sua obra e o impulso obscuro e determinado de onde procede a sua criação será tão magistralmente expresso, digamos proclamado, como nessa sequência de *Os Incuráveis*. Através de Maria, Agustina pinta a sua *alma*, a sua futura *alma* de *Sibila*, e profetiza de si mesma, da suprema desordem da nossa *ordem ficcional* que é mais do que isso, por ser consciente assumpção, estética, ética, de uma espécie de *visão selvagem* — selvagem como a Beleza do Tigre de William Blake — da existência.

Os seus jovens anos Agustina descreve-os como “uma alma que repousa, porque espera, porque nela afluem caudais vertiginosos de força, de substância imperturbável, não como o sangue e como as células que se renovam e se recompõem, mas algo de definitivo como um elemento inominável, sem cor, sem forma, com presença apenas. Entretanto há uma alma que ri, já sem essa perversidade vital da infância, mas com a espontaneidade vegetal, a imprudência dos que farejam os primeiros mundos. Ri porque o pecado lhe parece frívolo, e, no entanto, devora-a o remorso porque engoliu saliva e pasta dos dentes antes de comungar; o sofrimento impõe-se pelo estético, e as mulheres que esfregam na areia os punhos cerrados, em dias de naufrágio, desencadeiam um humor bem-aventurado; e também os padres nos seus púlpitos, arremangando a capa, e também as carpideiras que clamam nos sobrados pelos mortos no mar, diante dum corpo vivo que comemora o drama já antigo. Um dia, essa alma que apenas espera e ri, isolará os factos das suas vestimentas, das suas

gualdrapas, das suas faixas, deixá-los-á nus como recém-nascidos, trémulos como a carne mais desprotegida e vulnerável — e então a emoção há-de trespassá-la, provocando-lhe essa morte momentânea que está em toda a dor que, de verdade, se comunica. Entretanto espera, e ri. Até que dos seus olhos caiam, uma a uma, as escamas e, nos seus dedos, floresça essa açucena que, ao tocar noutros dedos, floresce de novo como a verdade ao contacto com a alma humana, alma encantada onde dormem outros seres a sua velhice imatura.” (*Ibid.*, pp. 267-8).

Como se não bastasse, pela boca de outra personagem, David, irmão de Maria, Agustina completa o auto-retrato incomplacente e justo: “Achava-a notável mais por ser sua irmã do que pelo facto de possuir um número de atributos raros — o génio do coração, a coragem mais cruel, a capacidade da ingratidão, da injustiça, da parcialidade, o que são sempre índices fatais dos criadores do mundo” (*ibid.*, p. 270).

Quem escreve isto é a juvenil autora de *Contos Impopulares* e, apenas um ano depois, a já triunfante autora de *Sibila*. É bem fraca a inscrição de Agustina num novo espaço literário marcado pelo conceito de *desenvoltura*.

O autor do conceito queria então aludir a esta espécie de *indiferença ética* (mas também *ideológica* e ainda mais *política*) em relação a um qualquer imperativo *culturalmente* correcto ao qual a criação literária — ou outra — se deva submeter. Mas o que devia ter dito é que essa entrega sem precedentes — entre nós — aos demónios da imaginação era um pouco mais do que subversão dos cânones do nosso realismo — antigo ou moderno — era um mergulho no mar anterior a esta separação entre o que é *real* e merece ou convoca a música da representação e o que é incircunscrito àquilo que o nosso inconsciente borda sobre a trama de todas as vivências, que é a música audível e inacessível dos nossos próprios sonhos, o caudal de emoções e sentimentos que mais do que *nossos são nós*, mas sem trazer nome, sem figura própria à espera que alguém os nomeie. Agustina não foi ao seu poço interior buscar a verdade nua que lá não existe. Colheu-a na exploração de uma memória que cedo se encharcara de todos os rumores do mundo, de todos os seus cheiros, gestos, vozes, sem distinguir entre elas as que mereciam salvar-se na barca de Noé da vida das condenadas ao silêncio e ao nada futuro que todos o são. Não é isso indiferença aliás, tão-só um sentido raro da incandescência de tudo quanto existe só por existir e resistir a essa



mortalidade que não é nunca o “fim de tudo” mas a continuação mesma dessa incandescência. Só a ignorância dessa *mortalidade* ardendo como uma chama fria no coração da vida é verdadeira inexistência. Todos os grandes criadores o sabem mas o que antes dela — talvez porque o mundo estava dividido entre o da vida e o da morte — este mundo, o outro mundo — era sabedoria ou descoberta intermitente, tomou-se com ela uma espécie de evidência. Seria melhor dizer, Revelação.

Em nada esta percepção carnal, passe o paradoxo, da *mortalidade* como fogo corruptor e purificador de tudo quanto existe, tem que ver com a obsessão romântica da morte, renovada nos anos cinquenta pelo culto da angústia que no existencialismo encontrou as conhecidas configurações. Só tem que ver com a monstruosa “visão” donde procede a sua natural familiaridade com a vida mesma, corroída e iluminada pelo que a destrói no tempo de que a morte é só a sensível, de algum modo, a única, *consolação*. Descrevendo os seus começos literários, Agustina desenfadadamente na pele de Maria Pascoal de *Um Cão Que Sonha* confessa a sua convivência com o que não tem nome, o mais fundo, a força a que se assimila e a move: “Acontecia com a jovem Maria Pascoal, submersa numa espécie de oceano profundo, deslocar-se nessa dimensão que pertence aos peixes antes do aparecimento do homem na terra. Um entendimento por meio de ondas sonoras, nada que a palavra possa substituir. “E criou Deus os grandes monstros das águas.” Aqueles e outros sobre os quais foi destinado o homem dominar. Mas ele não teve poder absoluto sobre os abismos, porque lá não vigorava lei alguma. Eram as trevas, sem noite e dia a separá-las; as trevas unicamente. Os monstros das águas que não vieram à superfície vivem lá, eternamente. É com eles que o homem não tem pacto algum, e só a espécie rara dos criadores, monstros como eles, conseguem ir ao fundo das águas e reconhecer o contorno desses enormes corpos que fazem ferver as águas. Não é pelo efeito das fases da Lua que as águas fervem, mas pelo respirar dos monstros das águas, que Deus criou no quinto dia” (p. 117-8).

Lautréamont teria apreciado, Melville também. É esta imersão nas águas mais recônditas, onde o que chamam humanos se torna irreconhecível, que Agustina trouxe à literatura portuguesa, onde esse mergulhar não era desconhecido — sobretudo nos poetas —, mas raro, e logo cansado. Agustina fará dessa navegação uma epopeia, um jogo e mesmo uma comédia de dois

sentidos: os de Dante e a de Balzac na companhia ideal de Camilo, de Raul Brandão e do seu vizinho centenário, e, como ela, genial, Teixeira de Pascoaes. *Sibila* é a invenção desse mar e desses monstros que só essa descida ao coração selvagem da vida pode suscitar. É desencorajante e impossível tocar, mesmo ao de leve, nesse pélago de sentimentos, de emoções, de onirismo hiper-realista e realismo hiper-onírico, o único, que são os grandes romances de Agustina *A Sibila*, *A Muralha*, *Concerto dos Flamengos*, *Um Cão Que Sonha* ou, a mais imprevisível das suas frases rasgando o céu da nossa monotonia com a espada dos anjos dela, tão semelhantes a demónios — bem à maneira de Dostoievski —, tão parecidos com anjos.

Por exemplo: “Respirando. Respirando contra a palma da mão, recebendo nas narinas o doce e viscoso cheiro da mão inerte e viva, com o seu pulsar de veias tão profundas sob uma pele levíssima; percebendo a torrente macia do sangue batendo nos seus ouvidos, e, vindo pelo filtro da areia, o desmoronar de minas secas que abatiam ao roçar dos pequenos vermes da praia; ouvindo o vento tocar os cardos e os juncos que, como agulhas, erguem a sua agressividade doirada, logo vencida pelo determinado peso da mão. Respirando. Irreal, com os olhos vigilantes sob as pálpebras fechadas, vendo os caminhos por entre o pinhal misterioso e convidativo, e os junquinhos de terrível aroma que se balançam nas dunas, e os passos com o seu rebordo de ferida na areia húmida, varrida, desesperadamente clara e cheia de horizonte. Ela dormia assim. Era um domingo. As casas dos sargaceiros, meio enterradas na areia, pareciam povoados abandonados, não com essa excitante sugestão duma cidade de província quando cai uma torrente de água e ela fica como que apagada de vida, com as suas velhas pedras escorrendo, todas brilhantes duma seiva nova, enquanto que, sob um arco, duma esquina, dum portal que nos traz o confortável cheiro dos carvões e dos molhos prensados das carquejas, julgamos ir ver surgir uma Lady Godiva tiritando no seu cavalo branco.” (*A Muralha*, Lisboa, Guimarães Editores, 1957, p. 7)

Xerazade e Ariane, Agustina desencoraja toda a glosa. Mas é uma Ariane de um tipo novo, uma Ariane a quem não convêm as palavras do sedutor invocadas pelo seu admirado Kierkegaard: “Toda a rapariga em relação ao labirinto da sua criação é uma Ariane com o fio nos dedos graças ao qual se pode servir desse labirinto mas ela mesma não sabe servir-se dele”. Agustina

soube, Agustina sabe. Com ele nas mãos, tranquila e impávida, como todos os heróis que povoaram a sua infância ardente, desfrutou o labirinto da vida, foi ao encontro do Minotauro que está no seu centro, roubou o ceptro de Teseu e saiu incólume para o ar do largo, salvou-se a si e às sete virgens prometidas aos manes do Monstro. Que maior vitória que a da sua ficção? Não dormiu em vão aos pés da Escada de Jacob com as suas asas falsas. Enquanto dormia os anjos subiam e desciam no seu coração e inspiraram-lhe os sonhos maiores que a vida, de que a vida é feita. E talvez mais do que tudo, a sua audácia tornou-se, para a ficção portuguesa um bem comum. Melhor, uma evidência. É tempo de o sabermos.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2017)



## Saudação a Eduardo Lourenço

JORGE GASPAR

Compete-me, por desígnio académico e na ordem natural das coisas das academias, a função de dar as boas vindas ao novo ocupante de uma das consagradas cadeiras, a que teve a última sagração através da académica Senhora Dona Agustina Bessa-Luís.

Ou seja, estou aqui investido de uma dupla função: saudador e pregoeiro. Pois, Mestre, siga-me por aqui e faça o favor de provar o seu novo assento.

Aqui tendes, ilustres confrades, senhoras e senhores, o nosso grande Eduardo Lourenço, um nome maior da cultura portuguesa.

Filósofo, professor e ensaísta, intelectual e pensador, Eduardo Lourenço tem feito um percurso singular, extenso e original, que lhe confere individualidade no panorama cultural da Europa contemporânea. Nasceu em 1923 em São Pedro de Rio Seco, no concelho de Almeida. Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Universidade de Coimbra, onde foi assistente. Seguiu-se uma carreira docente internacional, que passou pelas universidades de Hamburgo, Heidelberg, Montpellier, Federal da Baía, Grenoble e Nice, onde viria a jubilar-se em 1989.

Publicou mais de três dezenas de livros, dos quais uma terça parte conheceu edições noutras línguas além do Português: francês, espanhol, italiano, inglês, alemão, checo, sérvio, húngaro.

Ao longo de mais de setenta anos (1943–...), entre artigos, capítulos de livros e prefácios, publicou para lá dos 600 títulos, além de entrevistas e mesas redondas. Acresce existir ainda um número de escritos inéditos, que vão conhecendo os prelos através da publicação das obras completas em curso na Fundação Calouste Gulbenkian. Por outro lado, dezenas de autores, incluindo nomes fundamentais da cultura portuguesa contemporânea, escreveram e publicaram sobre a obra de Eduardo Lourenço.

A obra de Eduardo Lourenço é extensa a perder de vista, “tão grande como uma paisagem ao longe”, na fantástica expressão de Clarice Lispector, e recobre várias tipologias, sendo que o ensaio é a mais recorrente, como o próprio

reconhece e por isso saúda e enaltece os territórios de Montaigne. Todavia, embora de forma menos explícita, também podemos ver a obra de Eduardo Lourenço organizada numa sequência de diálogos, não tanto no formato clássico, mas no conteúdo, no habitual e continuado posicionamento de Eduardo Lourenço, em que estabelece espaços dialogantes entre inúmeros parceiros (filósofos, escritores, artistas, políticos), contemporâneos e de todos os tempos.

São muitas as entradas para a obra de Eduardo Lourenço, uma possível é a do L de local: um itinerário continuamente feito e acrescentado, do local para o global — um global feito de múltiplas visitas locais. Um global sobre o qual Eduardo Lourenço tem muitas dúvidas, mormente no plano cultural, pois “uma *World culture* não é a cultura de ninguém”, apenas permitiu que se chegasse à *Disneylandia planetária*.

E tudo começou/começa em São Pedro de Rio Seco, um topónimo com ressonâncias épicas, cervantinas, digno de uma *fundação* a marcar o percurso *del Camino Real*.

Nas terras novas de Ribacoa, que o bom rei Dinis soube trazer para Portugal, terras de falas diferentes, terras de pontes, no espaço e no tempo, onde os nomes dos lugares ajudam a escavar muita da História e da Cultura embebidas no território: Calçada, Castelo Mendo, Cinco Vilas, São Pedro de Rio Seco. *Embebido*, um conceito caro a Eduardo Lourenço, um termo que também é relevado pelos geógrafos.

Ora a Geografia, os geógrafos, percorrem, *embebidos*, a obra de Eduardo Lourenço, que a descobre noutras paragens, como em Fernando Pessoa “perito em *geografia simbólica*” (*Mitologia da Saudade*).

Das geografias da *Terra*, por onde começou, nos seus poemas de juventude, às geografias do Corpo que ocorrem dispersas e fragmentadas nalguns dos seus ensaios.

Toda a obra de Eduardo Lourenço é referenciada no tempo e no espaço, desenhando um atlas com aberturas para múltiplos territórios, que acabam por desenhar as geografias do espírito.

Mas prevalecem as geografias de viagens, da viagem, que são como que o destino de quem nasce na raia: de São Pedro de Rio Seco à procura do Mundo, ou o Mundo à procura de São Pedro de Rio Seco, de Eduardo Lourenço.

Eduardo Lourenço viaja através do Portugal Contemporâneo e a sua obra define as grandes etapas dessa viagem.

1. A Ditadura e as estratégias de denúncias e sobrevivências, ainda que por interpostas causas e pessoas: VÉRTICE, neorrealismo, Fernando Namora. As Heterodoxias (I e II) contêm a síntese desse período/dessa função.

O fim do Estado Novo é narrado através da ajuda de Fernando Pessoa e de outros poetas, como de resto fez grande parte do País: de 1962 a 1974 é também tempo de poesia, da paixão dos portugueses pela poesia, pela canção, cujo caudal engrossava à medida que o regime ia fenecendo, até desaguar/“desembarcar no Rossio”.

## 2. O 25 de Abril, os Militares e o Portugal Renovado

1975 – *Os militares e o poder*

1976 – *A situação africana e a Consciência Nacional*

1976 – *O fascismo nunca existiu*

1978 – *O labirinto da saudade*

1979 – *O complexo de Marx*

Para o final deste período volta a Pessoa, à poesia, aos poetas e às artes.

E a síntese ocorre em 1986 com o notável “Fernando Pessoa, Rei da Nossa Baviera”.

## 3. Portugal e a Europa/Portugal na Europa

1988 – *Nós e a Europa ou as duas razões*

1994 – *A Europa desencantada. Para uma mitologia europeia*

Um dos temas que atravessa estas etapas e permanece com grande atualidade é a leitura da questão colonial/pós colonial, evidenciando uma continuidade e “aggiornamento”, patente na publicação de 2014, em que retoma textos que vão de 1958 a 2003: *Do Colonialismo como nosso impensado* que, como escreveu uma recenseadora, se revela “um surpreendente pensador anticolonial” ou, ainda segundo a mesma autora, “um forte desconstrutor da mitologia colonial na qual o Portugal contemporâneo se encontra alicerçado”. (Catarina Laranjeiro, R.C.C.S., 2015).

O relacionamento com a Europa começa por se fazer na oposição entre o *lado de cá* e o de lá, que só se poderia traduzir em expectativas de melhores dias, de redenção: mas entre dois lados!

Algumas dúvidas, descrenças e desencantamentos com a outra Europa, resultado de uma visão a partir de dentro, que por isso são já um sinal de integração: *nós na Europa*, nós com a Europa.

Resumindo: Eduardo Lourenço é o *grand témoin* do Portugal Contemporâneo, das suas raízes republicanas, do Estado Novo, do Portugal do 25 de Abril ao Portugal com a Europa “como destino”, ao Portugal no limiar do Futuro. Por isso é também historiador e arqueólogo, além de psicanalista do seu destino. Mas é sobretudo o cronista, o novo Fernão Lopes.

Eduardo Lourenço representa-se também por um certo número de palavras-chave, que ele trabalha e aprofunda, que ficam suspensas como pontes para outros espaços.

Em Eduardo Lourenço são (sobretudo) as palavras que se encadeiam, em discursos relacionais, que nos evocam transes oraculares: saudade, memória, tristeza, destino... que nos transportam para as referências de Antero, de Pessoa, de Cesário, de Wagner, de Schopenhauer, de Kleist.

Ainda palavras-chave como *Arquivo*, *Atlas*, *Arquipélago*, *Ilhas*: fragmentos sequenciais, cenas de um grande filme, cenas da vida de um País, cenas da vida de um Continente — Europa. E nós vamos assistindo..., já lá vão mais de  $\frac{3}{4}$  de século, a olhar, a ler e a pensar os lugares e os tempos, as pessoas e as terras, as culturas e a cultura.

Todos estes registos convergem na palavra *partilhar* — outra palavra-chave na herança de Eduardo Lourenço: de facto, é uma vida de partilha, das suas reflexões e particularmente das suas *vivências* (no sentido que Ortega y Gasset, o criador, deu ao termo), que teve o cuidado de anotar, numa folha solta, numa *agenda* e que guardou para um dia serem partilhadas.

Espírito inquieto, “curiosidade insaciável”, homem sereno e afável, bem-humorado, *en toute simplicité*; mas dotado de múltiplas habilidades, plurifuncional, inclusive para o desempenho de cargos institucionais; lembremos duas funções que desempenha no momento actual: membro do Conselho de Estado e administrador não executivo da Fundação Calouste Gulbenkian. A propósito atente-mos no testemunho de Emílio Rui Vilar:



“Pessoal e institucionalmente quero exprimir-lhe profundo reconhecimento por ter aceite o convite que, em 2002, lhe dirigi para ser administrador não executivo da Fundação e o contributo do seu avisado conselho e da sua iluminada opinião. Obra também, mas que, porque não escrita, não figuraria sem esta menção nas suas *Obras Completas*.”

Há um multiplicador Eduardo Lourenço, que se poderá traduzir e explicar por uma matriz complexa de entradas e saídas e que resulta sobretudo da inspiração, da assimilação e da identificação que as suas obras provocam. Desde logo na produção científica, literária e artística, mas também na construção da(s) identidade(s): o Português de hoje vê em Eduardo Lourenço a personificação do País, do Portugal intemporal, no seu percurso nostálgico, do passado e do futuro. Um percurso que, ao mesmo tempo que instiga a prosseguir o aprofundamento, produz dor e conforto.

Mas Eduardo Lourenço é também um ativo para o desenvolvimento local, regional e nacional, acima de tudo pelo contributo para o reforço da coesão cultural e social, dos territórios e das gentes.

Leio em “A invenção da Filosofia como praxis cultural”: “De chofre, a Europa que ignorávamos, ou mal sonhávamos, entrou-nos em casa. E com ela, todas ou quase todas as “revoluções que tínhamos falhado ou nos tinham falhado. A maior de todas, ou condição de todas, ao menos virtualmente, a Revolução mesma, ou antes a irrupção desordenada, mas logo aspirada como um perfume desconhecido, da “Santa Liberdade”, como diziam, com quatro décadas de atraso, os nossos homens de 1820. Não era fatal, ou talvez o fosse, mas o que primeiro que se discutiu foi, embora timidamente, o estatuto religioso da Nação, o seu carácter orgânico de nação católica.” E, a propósito recorro a minha experiência de finais dos anos 1970 em Vila Cova à Coelheira, ali pelas *Terras do Demo*, também na Beira, mas uma Beira mais para dentro (ou para fora?), menos à beira (da fronteira), antiga vila de convívio entre cristãos e judeus, onde persistiu uma “Judiaria” nome de *bairro*, em que o judaico se mantinha, na toponímia e no conteúdo — “Quem vive na Judiaria? — Os Judeus...” respondeu-me lesto um miúdo. Pois o mais assombroso é que ali em Vila Cova à Coelheira, o primeiro casamento entre cristãos e judeus só se verificou depois do 25 de Abril de 1974!! Assim tomei nota como a *Revolução dos Cravos* resumia várias revoluções, nas cidades e nas aldeias.

Guilherme de Oliveira Martins, a propósito da *Utopia Europa* de Eduardo Lourenço, escreveu “Lourenço pensa Portugal como vontade e como comunidade plural de destinos e valores, pondo em diálogo os mitos e a razão e procurando afastar a maldição do atraso”... “Com sereno orgulho, Eduardo Lourenço é consciência crítica da cultura portuguesa, na linha de Herculano e de Antero — e uma das consciências culturais, morais e cívicas da Europa contemporânea, ao lado de Edgar Morin, de Claudio Magris ou Jürgen Habermas. A utopia torna-se um horizonte de crítica e de exigência, e nunca uma fuga à realidade.” (G.O.M., J.L. 22/08/2011)

Querido confrade Eduardo Lourenço, a nossa Academia, de que é membro de Honra, Honorário, está em estado de graça e festeja esta novíssima aparição, em que nos brindou com a sua palavra sábia e iluminante, desta vez projetada na obra de outra muito ilustre confrade, Agustina Bessa-Luís.

E em consequência vai ocupar um novo espaço, em parceria não só com a antecessora, mas também com Maria Amália Vaz de Carvalho e Manuel Alegre, outro autor e lavrador de Portugal, corpo e alma.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 1 DE SETEMBRO DE 2017)

## Elogio académico de Luiz Francisco-Rebello

FERNANDO GUEDES<sup>†</sup>

É com muito gosto que hoje me proponho fazer, perante V. Excelências o elogio de Luiz-Francisco Rebello, nosso ilustre confrade, falecido a 8 de Dezembro de 2013, e a quem sucedi na cadeira n.º 9 da Classe de Letras desta Academia.

Luiz-Francisco Rebello nasceu em Lisboa a 10 de Setembro de 1924 e em Lisboa fez os seus estudos primários e secundários. Foi também na Faculdade de Direito da Universidade Clássica lisboeta que obteve a sua licenciatura em Direito em 1946, a qual lhe permitiu montar a sua banca de advogado que conservou durante toda a vida, embora se não possa dizer que, apesar de importante, esta tenha sido a sua faceta fundamental, utilmente dispersa nas mais diversas actividades culturais, das quais se poderia neste momento destacar, a título de mero exemplo, a que voltarei mais tarde, a sua acção de académico nesta Casa.

Diria, para simplificar, que a actividade intelectual de Luiz-Francisco Rebello se repartiu entre o dramaturgo, o historiador e o crítico de Teatro, o especialista em Direito de Autor, o académico e o advogado. Em todas estas facetas do mesmo poliedro eu afirmaria, pedindo vénia ao nosso confrade António Braz Teixeira, que avulta, nas grandes linhas ou nos mais pequenos pormenores, “a sua funda e persistente atitude moral de denúncia da hipocrisia e da falsidade das relações humanas”.

Terá sido no Teatro-Estúdio do Salitre, criado por Gino Saviotti, que, ainda nos anos Quarenta, recebeu as primeiras (e talvez definitivas) ideias e noções sobre teatro, como tantos outros da sua mesma geração — uns que passaram, ouviram, viram e seguiram os seus outros caminhos (recordo, entre vários, David Mourão-Ferreira), outros que vieram e ficaram (presos para sempre, como Couto Viana ou o próprio Rebello). O texto introdutório que este escreveu para o livro publicado em 1999 — *Todo o Teatro* — no qual reuniu a sua produção dramática, constitui o melhor guia para seguirmos os seus passos neste campo. Intitula-se *Memória de um percurso* e constitui, do meu ponto de vista, e suponho que também o seria do nosso Autor, o mais claro e correcto de quantos se escreveram com

o mesmo sentido. Não vou glosar, piorando, o que Luiz Rebello ali escreveu. Simplesmente queria destacar dois ou três pontos que me parecem mais significativos para esta homenagem.

O primeiro refere-se à vida efémera, mas importante, daquele teatro estúdio. Passo a citar: “Foi nesse ano de 1946 que um grupo de escritores muito heterogéneo (sob todos os pontos de vista: estético, ideológico, político, geracional) mas irmanados pelo gosto do teatro e pelo desgosto daquele que lhes era oferecido, se reuniu em tomo de um dramaturgo e ensaísta italiano radicado entre nós desde o começo da guerra, Gino Saviotti, que havia publicado em 1944 um livrinho polémico em que defendia uma concepção da arte dramática equidistante do teatro “intelectualizante” dos homens de letras e do teatro “comercial” ao tempo dominante, e tomou a iniciativa de, passando da teoria à acção, dar corpo a um projecto de teatro que se pretendia “diferente”: um teatro de ensaio, um laboratório experimental como o fim da guerra viu surgir noutros países, que não se propunha substituir-se ao teatro profissional (o que fatalmente o condenaria ao insucesso) mas apenas deixar antever a possibilidade de um teatro “outro”, ou de uma “praxis” teatral alternativa. (...) Projecto que só não se cumpriu integralmente porque em vez da síntese augurada por alguns dos seus promotores, se diluiu num inglório esforço de conciliação do que era, por natureza, inconciliável”. Já passaram mais de setenta anos sobre essa “frustração”, mas que nos recorda outras igualmente já passadas, ou outras ainda que irão ocorrer.

O segundo ponto é de certo modo corolário deste primeiro que salientei. Cito: “Na minúscula sala do Instituto de Cultura Italiana, que albergava o primeiro teatro de ensaio criado entre nós, modelo de todos os que surgiram depois dele, acotovelava-se já, na justa observação de um crítico, “um público dividido em dois extremos, daqueles que não se tocam” (...) Mas viviam-se ainda as horas alvoroçadas do após guerra, e um grande entusiasmo impedia-nos de advertir a traição da esperança, que obscuramente se urdia já”. Fim de citação.

Concluirei este ponto com as palavras finais do memorial de Luiz Rebello, por ele assinadas em 1997, quando levava já, bem passados, setenta anos da sua vida: “Se o teatro é um espelho reflector da sociedade em que é produzido, eu creio que nestas peças alguma coisa se reflecte das mutações desta segunda parte do nosso século (...); perpassam nelas — ou era essa a minha convicção — as esperanças e as desilusões de uma época que conheceu a maré alta de ideologias

de sinais diferentes, e mesmo opostos, e assistiu à sua diluição num asséptico e resignado conformismo que parece ser o traço mais característico do mundo em que vivemos. (...) Esperanças e desilusões, escrevi acima. Não sei se deveria antes ter escrito “ilusões e desilusões”. (...) No entanto, como poderia também o escritor que se recusa a pactuar com a indiferença (já nem digo com o crime ou a injustiça) a indiferença que vai dissolvendo as consciências numa espécie de magma informe e lodoso, como poderia ele deixar de tentar fazê-lo, mesmo sabendo o seu esforço condenado inevitavelmente a frustrar-se?”

Outro tipo de textos, ainda dentro da sua dramaturgia, reuniu Rebello num outro livro, publicado em 1994, livro ao qual inteligentemente deu o título de *Fragmentos de uma Dramaturgia*, e onde depositou “um conjunto de aspectos (personalidades, obras, tendências, movimentos) de uma dramaturgia, ela própria, também, por outro lado, fragmentária”, abrangendo quase exclusivamente o século que ali se inicia em 1885, onde cabe o drama neo-romântico, naturalista e simbolista, o drama do primeiro e do segundo modernismo, o drama contemporâneo nas suas diversas modalidades, “sem esquecer os pequenos textos dedicados a autores portugueses menores, mas por certo não menos representativos.” Num inciso de grande clareza (como, aliás, é geralmente a forma escrita de Luiz Francisco Rebello) o nosso homenageado mostra-nos como “há várias maneiras de ler o texto” e a que ele propõe é “apenas uma possível, porventura a mais fruste e parcial de todas porque limitada ao texto teatral. Mas se neste o teatro não se esgota, não pode também abstrair-se dele e daí — conclui Rebello — a legitimidade (a necessidade) de leituras deste tipo.” E a sua leitura é sempre interessante, interessantíssima, porque penetra com enorme facilidade no âmago da peça ou no íntimo do dramaturgo e situa, uma e o outro, no seu tempo e nos seus espaços próprios, e aproveita, pedagogicamente, cada oportunidade que ocorra no discurso, para distinguir um ponto importante da vivência do teatro ou desfazer ignorâncias acumuladas. É o caso, por exemplo, do pequeno excerto que vou transcrever e pertence ao seu percuciente estudo *A Omnipresença do Teatro na Obra de Almada Negreiros*: “À volta dos anos 20, quando o eco dos canhões emudecidos obrigou os homens a repensarem o mundo, e a maneira de o significarem, em novos termos, a “reteatralização do teatro” era o sonho, oculto ou confessado, dos criadores cénicos, autores e encenadores. Das ruínas, dos escombros, dos cadáveres amontoados ao longo dos quatro anos de carnificina,

brotava o anseio confuso de “outra coisa”, a necessidade de substituir por outros os valores desacreditados da civilização burguesa e demo-liberal, responsabilizada pelo massacre, e de encontrar na arte, na literatura, o equivalente dessa ruptura. (*continuo a citar*) Que, ideológica e politicamente, fascismo e comunismo hajam sido as opções extremas para uma saída imediata da crise, não era senão lógico, ainda que o primeiro não fizesse, afinal, mais do que agudizá-la (...) e o segundo, na passagem da teoria à *praxis*, tivesse sacrificado os valores essenciais à liberdade de criação total. (...) A explosão dos movimentos estéticos de vanguarda — cubismo e expressionismo, futurismo e vorticism, dadaísmo e surrealismo — a que se assiste entre o princípio do século e o termo do primeiro quartel deste (*entenda-se, Século XX*) — é, na violência dos seus contrastes, (e até nas suas contradições: houve, com Marinetti, um futurismo fascista, e com Maiakovski um futurismo soviético), a imagem poliédrica de um momento histórico de uma extraordinária vitalidade, mas que Portugal só viveu reflexamente — e, é claro, com o proverbial atraso.”

Poderíamos multiplicar estes exemplos, facilmente encontráveis ao longo da obra ensaística e crítica de Luiz Francisco Rebello, mas a economia deste texto e desta homenagem não o aconselha.

A banca de advogado que manteve durante toda a sua vida constitui, por si só, um outro retrato muito digno do nosso homenageado. Se, durante o Estado Novo, os seus passos se dirigiram, frequentemente, para os Tribunais Plenários, a defender amigos, camaradas ou simples conhecidos — Maria Lamas, Herberto Helder, Rui Luís Gomes ou Teresa Horta, entre outros — dir-se-ia que nunca alguém lhe tenha batido à porta e fosse despedido de mãos vazias. Eu próprio, há alguns anos, perante um caso de sério melindre para ele próprio, propus-me recorrer aos seus serviços jurídicos e Luiz-Francisco Rebello não hesitou um só momento em me prestar o apoio que eu lhe solicitava.

A sua actividade mais relevante, como cultor e estudioso do Direito foi, contudo, à frente dos destinos da Cooperativa que se pretendia defensora dos direitos dos autores teatrais. Entrou, em 1948, como consultor jurídico para a então decrépita Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, que fora fundada em 1925 por vários autores e actores, nomeadamente Júlio Dantas, Henrique Lopes de Mendonça e, entre outros mais, Carlos Selvagem, que será seu presidente até morrer, em 1973. Luiz Francisco Rebello, então já

Secretário-Geral, ascende à presidência de onde saíra somente em 2003, no centro de grande alvoroço que não me foi possível clarificar por falta absoluta de informação fiável. A página da internet da S.P.A., (como passou a designar-se desde 1970 — Sociedade Portuguesa de Autores) é totalmente omissa em relação a Rebello e à sua acção naquela instituição durante trinta anos. E não me foi possível entrar em contacto, sempre recusado, com a filha, mesmo tendo invocado, telefonicamente, o nome da Academia das Ciências de Lisboa. Por outras fontes posso com alguma certeza dizer que, mesmo antes de ser presidente, já Luiz Francisco Rebello intervinha decisivamente na vida da cooperativa, como aquando da alteração da sua designação, ou na aquisição do terreno e construção do edifício onde se encontra, desde 1975, a magnífica sede na avenida Duque de Loulé. Mais especificamente, na vida actuante da instituição, Francisco Rebello começa a fazer frequentes viagens ao estrangeiro em visitas de trabalho com organizações similares, e participa na criação da C.I.S.A.C., a confederação que agrupa a generalidade das instituições de defesa dos Direitos de Autor, na Europa e nas Américas, e da qual o nosso homenageado foi nomeado Vice-Presidente. Em 1971, participará em Paris, como delegado português, nas conferências para a revisão das duas convenções internacionais de defesa do Direito de Autor: a de Berna e a de Paris. Por força da sua actividade profissional na Sociedade, tomou-se reconhecido especialista em Direito de Autor e deve-se-lhe também a primeira redacção do actual código dos Direitos de Autor, na parte que a estes temas diz respeito. Muito mais Luís Rebello terá promovido ou realizado em favor da S.P.A. como se poderá concluir até de comunicações que apresentou nesta Casa e se guardam em vários volumes das nossas “Memórias”.

Foi admitido como académico correspondente pela proposta de 23 de Novembro de 1972 subscrita por Jacinto do Prado Coelho e Gustavo Cordeiro Ramos. Dois anos mais tarde, a 13 de Março de 1975, de novo por proposta de Prado Coelho, agora acompanhado por Jaime Lopes Dias, é elevado a sócio efectivo.

Diria que o cumprimento dos seus deveres de académico foi exemplar durante os quarenta anos que aqui permaneceu. Participou activamente nas sessões da Classe de Letras, nos seminários e colóquios que foram acontecendo, e representou a Academia sempre que para tal foi solicitado. De entre as peças mais significativas que aqui produziu, e foram dezenas as comunicações proferidas, permito-me destacar os dois verdadeiros ensaios dedicados a Herculano e a Garrett.

Vou concluir com mais uma citação de António Brás Teixeira que, a meu ver, é de uma justeza perfeita quando se pretende homenagear, séria e serenamente, Luiz Francisco Rebello, a obra e o homem. Cito: “Por essa transformação ou transmutação moral, por essa realização ética da humanidade no homem e em cada homem, tem pugnado a pena de Luiz Francisco Rebello, na sua plúrima e convergente actividade de homem do teatro, dramaturgo, historiador, estrénuo defensor dos direitos dos criadores intelectuais e cidadão livre, responsável e solidário.”

Muito obrigado.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 13 DE AGOSTO DE 2017)



## Evocação de Fernando Guedes (1928–2016)

JOÃO BIGOTTE CHORÃO<sup>†</sup>

Múltiplas as facetas de Fernando Guedes — escritor, gestor e, durante meio século, editor. E foi, como editor, muito respeitado pelos seus pares, nacionais e estrangeiros, que o elegeram para a presidência de associações da classe, como a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros e da União Internacional de Editores, a qual lhe concedeu mesmo o título de presidente honorário. Ainda ao longo da sua carreira outras distinções recebeu: Medalha de Mérito Cultural, Grande Oficial da Ordem do Infante, Grande Oficial da Ordem de Santiago da Espada e Comenda da Ordem de São Gregório Magno (no pontificado do Papa João Paulo II). Por sua vez, a Universidade Internacional Menéndez Pelayo, de Santander, atribuiu-lhe o grau de doutor *honoris causa*. Foi a sua acção como editor que justificou estas distinções.

O nome de Fernando Guedes está indissolivelmente ligado à Editorial Verbo, de que foi, com Sebastião Alves, um dos fundadores, em 1958. Antes disso, e ainda na sua cidade natal, matriculou-se no Instituto Comercial do Porto e na Universidade Técnica, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, estudos que, não por vontade própria, teve que interromper. Mas já se revelava o seu gosto das letras e das artes plásticas, e no seu modo de ser se adivinhava um futuro diplomata... Na encruzilhada da vida, foi no mundo da edição que entrou, para só sair dele quando as circunstâncias se impuseram.

Na Editorial Verbo, Fernando Guedes cedo começou a planear obras de grandes dimensões e exigências. Com o firme apoio do reitor Bacelar e Oliveira e do carismático P.<sup>o</sup> António de Magalhães e outros membros de renome da Companhia de Jesus, nomeadamente no campo da Teologia e da Filosofia, da História e da Literatura — Domingos Maurício, Mário Martins, Paulo Durão, Roque Cabral, João Mendes, Manuel Antunes, que se prestaram a dar a sua valiosa colaboração.

Inicialmente publicada em fascículos mensais, a Enciclopédia passou a sair em volumes anuais. O seu êxito impôs volumes de actualização e aconselhava lançar uma enciclopédia, tanto quanto possível, nova. Assim veio a lume a *Enciclopédia Verbo — Século XXI*. Entretanto, criou-se um Departamento de Enciclopédias e Dicionários. Depois de enciclopédias generalistas, seguiram-se enciclopédias temáticas, sob o patrocínio da Sociedade Científica da Universidade Católica: a Enciclopédia da Sociedade e do Estado *Polis*, a Enciclopédia da Filosofia *Logos*, a Enciclopédia das literaturas da Língua Portuguesa *Biblos*. Fernando Guedes não curava apenas de editar escritores com os quais estabelecia amizade: o historiador Veríssimo Serrão, o escritor Tomaz de Figueiredo, os autores incluídos na colecção de ensaios “Presença”.

Literariamente, Fernando Guedes identifica-se com a geração da *Távola Redonda*, a revista onde pontificavam António Manuel Couto Viana e David Mourão-Ferreira numa linha de rigor lírico. Fernando Guedes sacrificou outros altares, com a sua poesia mais intelectualizada e vanguardista, tributária de Ezra Pound e T. S. Eliot — o mesmo Eliot que defendia uma tradição renovada pelo talento pessoal. Entre 1959 e 1961 Fernando Guedes dirige uma revista *Tempo Presente*, em que encontramos lado a lado como convidados de honra Almada, Agustina, Tomaz de Figueiredo, vanguardistas ou tradicionalistas serviam como puderam o seu senhor. A colaboração artística de Fernando Lanhas garantia a qualidade gráfica da revista. As cuidadas edições da *Verbo* dir-se-iam herdeiras dessa refinada sensibilidade moderna. Mais tarde, deu à *Verbo* o seu concurso Sebastião Rodrigues, esse “gráfico extraordinário”, como lhe chamou Fernando Guedes.

Sócio fundador da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, outras instituições o acolheram no seu seio: a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Portuguesa de História, a Academia Nacional de Belas-Artes, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Nessas e noutras instituições apresentou comunicações e animou debates onde a sua voz era ouvida e respeitada.

Numa época ingrata para a edição, Fernando Guedes ofereceu-se o gosto de pôr a fasquia mais alta, com livros impressos em bom e encorpado papel na colecção de clássicos antigos e modernos, “Biblioteca Integral Verbo” e “Tesouros da Língua Portuguesa”, colecções canceladas em circunstâncias

desafortunadas. Sentimos um certo desconforto quando, numa livraria ou num supermercado olhamos o espaço invadido por um subproduto que pouco ou nada tem a ver com a literatura e muito a confundir-se com a superficialidade e o vazio. No declínio do livro não vemos o declínio do próprio homem? O livro, o grande livro é, na verdade, uma companhia de horas de solidão e sofrimento e de reconquista da liberdade interior. Contrariando o generalizado pessimismo, Fernando Guedes acreditou em “O livro do futuro ou o futuro do livro”. Prevalendo-se da sua vida de editor e de estudioso, publicou *O livro como tema — história, cultura, indústria*.

Em 2009, chegou para Fernando Guedes não a hora da reforma, que nunca chegou a gozar, mas a hora melancólica da despedida da Verbo, que passou a outras mãos e a outros desígnios. No longo e elucidativo diálogo com Sara Figueiredo Costa, Fernando Guedes, ao revisitar com admirável memória a sua vida, confessou a certa altura que tinha ainda projectos a cumprir. A saúde progressivamente abalada já não lhe permitiu novas aventuras culturais.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 13 DE JULHO DE 2017)



## Índice

|                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| OS ANOS INCENDIÁRIOS: UMA NARRATIVA CRUZADA.....                                                                          | 7   |
| <i>Manuel Villaverde Cabral</i>                                                                                           |     |
| O PROJECTO EUROPEU EM DECLÍNIO .....                                                                                      | 21  |
| <i>Paulo de Pitta e Cunha<sup>†</sup></i>                                                                                 |     |
| A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO .....                                                                                       | 29  |
| <i>Manuel Braga da Cruz</i>                                                                                               |     |
| OS ENSAIOS DE KANT SOBRE O TERRAMOTO DE LISBOA:<br>SEU VALOR CIENTÍFICO E SEU SIGNIFICADO FILOSÓFICO .....                | 41  |
| <i>Leonel Ribeiro dos Santos</i>                                                                                          |     |
| A HIPÓTESE DE SAÍDA DO EURO .....                                                                                         | 73  |
| <i>Paulo de Pitta e Cunha<sup>†</sup></i>                                                                                 |     |
| O TEMPO E O LUGAR NA INTERPRETAÇÃO DE UMA EPÍGRAFE.....                                                                   | 79  |
| <i>José d'Encarnação</i>                                                                                                  |     |
| COR E QUALIDADE FORMAL NO RORSCHACH .....                                                                                 | 91  |
| <i>Danilo R.Silva e Ana S. Ferreira</i>                                                                                   |     |
| OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL <b>VERSUS</b> OBJETIVOS<br>DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO: O CASO DE ÁFRICA ..... | 105 |
| <i>Fátima Moura Roque</i>                                                                                                 |     |
| ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS (1745-1818) ILUSTRAÇÃO,<br>SOCIEDADE E POLÍTICA.....                                           | 117 |
| <i>José Esteves Pereira</i>                                                                                               |     |

|                                                                                                                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO E A GÉNESE DE ALBERTO CAEIRO “MESTRE DE VIDA” DE FERNANDO PESSOA.....                                                                                              | 139 |
| <i>Manuel Viegas Abreu</i>                                                                                                                                                              |     |
| A TRADIÇÃO ANGLO-AMERICANA DA LIBERDADE:<br>UM OLHAR EUROPEU.....                                                                                                                       | 171 |
| <i>João Carlos Espada</i>                                                                                                                                                               |     |
| INGRESSO COMO ACADÉMICO CORRESPONDENTE<br>NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS .....                                                                                                                | 187 |
| <i>José-Martinho Montero Santalha</i>                                                                                                                                                   |     |
| VALENTIM PAZ-ANDRADE E A ACADEMIA GALEGA<br>DA LÍNGUA PORTUGUESA .....                                                                                                                  | 195 |
| <i>Ângelo Cristóvão</i>                                                                                                                                                                 |     |
| DO NÁVIA AO MONDEGO, SEMENTE DA LÍNGUA PORTUGUESA...                                                                                                                                    | 201 |
| <i>Isaac Alonso Estraviz</i>                                                                                                                                                            |     |
| A CPLP E A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DE ANGOLA<br>NA ÁFRICA SUBSARIANA.....                                                                                                                   | 215 |
| <i>Alves da Rocha</i>                                                                                                                                                                   |     |
| JESUS CRISTO: DA UTOPIA À EUTOPIA .....                                                                                                                                                 | 225 |
| <i>Joaquim Carreira das Neves<sup>†</sup></i>                                                                                                                                           |     |
| O PAPEL DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA<br>NO ESTABELECIMENTO DE UMA ORTOGRAFIA SIMPLIFICADA<br>E UNIFICADA PARA A LUSOFONIA: PERSPETIVA HISTÓRICA<br>E RESPONSABILIDADE ATUAL ..... | 233 |
| <i>Rolf Kemmler</i>                                                                                                                                                                     |     |
| O PECULIAR 1.º SEMESTRE DE 2012 .....                                                                                                                                                   | 277 |
| <i>António S. Pinto Barbosa e Luís Catela Nunes</i>                                                                                                                                     |     |

|                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA: REALIDADE OU UTOPIA? .....                                           | 287 |
| <i>Celso Augusto Nunes da Conceição</i>                                                        |     |
| A MONETARY ANALYSIS OF THE LIQUIDITY TRAP .....                                                | 297 |
| <i>João Braz Pinto e João Sousa Andrade</i>                                                    |     |
| A REFORMA LUTERANA: WITTENBERG E ROMA NA VIA<br>DO DIÁLOGO, QUINHENTOS ANOS DEPOIS .....       | 315 |
| <i>Manuel Augusto Rodrigues<sup>†</sup></i>                                                    |     |
| RENÉ GIRARD (1923-2015).....                                                                   | 331 |
| <i>Manuel J. Carmo Ferreira</i>                                                                |     |
| RAIMUNDO LULO: O MESTRE ILUMINADO À PROCURA<br>DO MUNDO.....                                   | 341 |
| <i>Aires A. Nascimento</i>                                                                     |     |
| VINTE ANOS APÓS A MORTE DE ISAAH BERLIN:<br>REVISITANDO OS “DOIS CONCEITOS DE LIBERDADE” ..... | 377 |
| <i>João Carlos Espada</i>                                                                      |     |
| HOUVE UM SÉCULO DE OURO DA CULTURA PORTUGUESA?.....                                            | 387 |
| <i>Guilherme d’ Oliveira Martins</i>                                                           |     |
| O MISTÉRIO DO FIDALGO DE CHAVES (UM PORTUGUÊS<br>EM ROMA, 1510–1517) .....                     | 397 |
| <i>Martim de Albuquerque</i>                                                                   |     |
| ELOGIO ACADÉMICO DE AGUSTINA BESSA-LUÍS .....                                                  | 427 |
| <i>Eduardo Lourenço<sup>†</sup></i>                                                            |     |
| SAUDAÇÃO A EDUARDO LOURENÇO.....                                                               | 437 |
| <i>Jorge Gaspar</i>                                                                            |     |

|                                                  |     |
|--------------------------------------------------|-----|
| ELOGIO ACADÉMICO DE LUIZ FRANCISCO-REBELLO ..... | 443 |
| <i>Fernando Guedes<sup>†</sup></i>               |     |
| EVOCAÇÃO DE FERNANDO GUEDES (1928–2016) .....    | 449 |
| <i>João Bigotte Chorão<sup>†</sup></i>           |     |



Impresso em Lisboa  
na Gráfica 99, em 2024.  
Dep. Legal: 61370/92